Equipa de Avaliação

Entidade Adjudicante:

AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PROGRAMA OPERACIONAL INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

Concurso Público com Publicidade Internacional para a formação de Contrato de Aquisição de Serviços

Anexos do Relatório Final Volume II

30 Novembro, 2022

Cofinanciado por:

PO ISE PROGRAMA OPERACIONAL INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Equipa de Avaliação
Coordenação
Luís Capucha
Rui Godinho

Direção Executiva
Filipa Seiceira

Equipa Técnica
Ana Rita Capucha
Ana Simões
Eva Gonçalves
Gisela Ferreira
Joana Patrício
João Henriques
José Miguel Nogueira
Leonor Castro
Maria João Pena
Paulo Feliciano
Tatiana Alves
Teresa Evaristo

iese Instituto de Estudos Sociais e Económicos
iscte INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
CONSULT

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADL – Associações de Desenvolvimento Local
AG – Autoridade de Gestão
APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
CAE – Classificação das Atividades Económicas
CAP – Centro de Acolhimento e Proteção a Vítimas de TSH do Sexo Masculino
CEFPI – Centro de Educação e Formação Profissional Integrada
CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRPG – Centro de Reabilitação profissional de Gaia
DLD – Desempregados de Longa Duração
EMIG – Estrutura de Missão para a Igualdade de Género
ENIND – Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação
FEEI – Fundos Europeus e Estruturais de Investimento
FIS – Fundo para a Inovação Social
FORMEM – Federação Portuguesa da Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência e Incapacidade
FSE – Fundo Social Europeu
GIP – Gabinetes de Inserção Profissional
GNR – Guarda Nacional Republicana
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IEJ – Iniciativa Emprego Jovem
IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
ISS – Instituto de Segurança Social, I.P.
MAVI – Modelo de Apoio à Vida Independente
NEET –Adultos jovens que não se encontram a estudar nem a trabalhar
OE – Objetivo Específico
ONG – Organizações Não Governamentais
PAVD – Programa dirigido a Agressores de Violência Doméstica
PCDI – Pessoas com Deficiência e Incapacidade
PE – Programa Escolhas
PO – Programa Operacional
PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
POCH – Programa Operacional do Capital Humano
PSP – Polícia de Segurança Pública
PT2020 – Portugal 2020
QA – Questão de Avaliação
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAP – Resposta de Apoio Psicológico a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica
RAPVT – Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico
RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados
RLIS – Rede local de intervenção social
RNAVVD – Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica
SI – Sistema de Informação
SIGO – Sistema de Gestão da Oferta
SS –Segurança Social
TdM – Teoria da Mudança
TI – Trabalhadores Independentes
TIC – tecnologias de informação e comunicação
TO – Tipologia de Operação
TSH – Tráfico de seres humanos

UE – União Europeia
VVD – Vítimas de violência doméstica

Índice

1. Introdução 2

2. Opção 2.2 (continuação) 3

2.1. Área da Qualificação e Emprego de Pessoas com Deficiência 3

2.1.1 Narrativa da Teoria da Mudança 4

2.1.2 Resultados do teste e evidências 9

2.1.3 Matriz global do referencial de recolha de informação 57

2.1.4 Resultados do inquérito por questionário 71

2.1.5 Sinopses das entrevistas 170

2.1.6 Fichas de estudos de caso 173

2.1.7 Instrumentos de recolha de informação 207

2.2. Área do Programa Escolhas 249

2.2.1 Narrativa da Teoria da Mudança 250

2.2.2 Resultados do teste e evidências 257

2.2.3 Matriz Global do referencial de recolha de informação 265

2.2.4. Resultados do inquérito por questionário 275

2.2.5. Sinopses das Entrevistas e Workshop 300

2.2.6. Fichas de Estudos de Caso 306

2.2.7. Seleção de casos Programa Escolhas (análise de *clusters*) 373

2.2.8. Instrumentos de recolha de informação 380

2.3. Área da violência de género/doméstica 395

2.3.1. Narrativa da Teoria da Mudança em teste 397

2.3.2. Resultados do testes e evidências 403

2.3.3. Matriz global do referencial de recolha de informação 415

2.3.4. Resultados do inquérito por questionário 423

2.3.5. Resultados da análise da base de dados do PO ISE 485

2.3.6. Sinopses das entrevistas a stakeholders 527

2.3.7. Sinopses das entrevistas de estudos de caso 537

2.3.8. Instrumentos de recolha de informação 573

2.3.9. Sistematização dos principais problemas que persistem nas Ações 3.17.1 a 3.17.5 601

1. Introdução

Este documento corresponde ao segundo volume do Anexo Metodológico do Relatório Final da Avaliação Intercalar do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.

Devido à extensão do documento optou-se por dividir em dois volumes. O primeiro volume inclui a análise da base lógica do PO ISE, a lista de entidades auscultadas e o conjunto de subprodutos associados ao tratamento da informação recolhida e os instrumentos de recolha de dados da opção metodológica 2.1 e da área do emprego no que se refere à opção metodológica 2.2.

O segundo volume continua a apresentação do conjunto de subprodutos associados ao tratamento da informação recolhida e os instrumentos de recolha de dados da Opção 2.2, nomeadamente no que se refere à Área da Qualificação e Emprego de Pessoas com Deficiência, da Área do Programa Escolhas e da Área da Violência de Género/Doméstica.

2. Opção 2.2 (continuação)

2.1. Área da Qualificação e Emprego de Pessoas com Deficiência

Esta secção refere-se às tipologias de operação:

- TO 3.01 Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade
- TO 3.02 Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade

2.1.1 Narrativa da Teoria da Mudança

O OE 3.1 "Promover o desenvolvimento das competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional" integra a TO3.01 Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e a TO 3.02 Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade.

A invisibilidade, a segregação, a pobreza e a exclusão, são, muitas vezes, cumulativamente, características presentes nos principais indicadores internacionais, mas também nacionais relativamente às pessoas com deficiência (ONU, 2011; Veiga, 2006; Nogueira, 2019). Enquanto vetor decisivo de combate à exclusão e meio potenciador por excelência da promoção da cidadania plena deste grupo-alvo, a aposta na inclusão profissional das pessoas com deficiência tem constituído um dos principais eixos de intervenção, não só em termos da política internacional e europeia, como também, internamente, ao nível de cada Estado Membro.

A igualdade de oportunidades no acesso e manutenção de um emprego em mercado de trabalho aberto encontra-se consagrada enquanto direito humano na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, integrando igualmente enquanto tópico prioritário, todos os documentos de planeamento e Estratégias Europeias quer ao nível da UE, quer do Conselho da Europa. Este problema social continua transversalmente por resolver e/ou mitigar em todos os países europeus, pelo que os indicadores disponíveis continuam a demonstrar que estas pessoas detêm uma menor taxa de atividade e de emprego, uma maior taxa de desemprego e uma menor probabilidade de acederem a cargos de chefia e/ou a cargos e empregos mais bem remunerados que as pessoas sem deficiência. Em consequência da constatação destes factos, a empregabilidade das pessoas com deficiência continua muito presente e em lugar de destaque nas recentes Estratégias para a inclusão das pessoas com deficiência, Europeia (2021-2030) e Nacional (2021-2025).

As principais causas que explicam o problema social em apreço, embora complexas, podem ser encontradas sobretudo em três grandes vertentes, embora as mesmas se articulem entre si: por um lado, nos deficits persistentes de escolarização, habilitações literárias e de qualificação profissional destas pessoas face à população ativa em geral (Gonçalves & Nogueira, 2010), por outro, na impreparação das entidades empregadoras para integrar a diversidade enquanto aspeto normalizado da força laboral (Idem), e por último, mas não menos importante, nas barreiras sociais e atitudinais ainda muito presentes em relação a estas pessoas. Observa-se, portanto, a existência de um problema que não só do lado das pessoas com deficiência ou incapacidade (PCDI), mas também do lado da sociedade, cujos padrões normalizadores face à diferença, não possibilitaram a colocação do ónus na questão na transformação dos contextos laborais para a integração de pessoas com deficiência em reais oportunidades de igualdade face aos demais trabalhadores. Acresce ao diagnóstico apresentado a constatação também transversal a todos os países europeus, incluindo Portugal de que ainda persiste uma atitude cultural de cariz muito assistencialista e paternalista em relação à deficiência proveniente das próprias instituições prestadoras de serviços neste âmbito, o que no limite, acentua a dependência das pessoas com deficiência em relação ao apoio destas instituições, comprometendo por vezes o seu empoderamento e autonomização enquanto cidadãos de pleno direito (Nogueira, 2019; ODDH, 2017, 2018 e 2019). Tal é sobretudo observável na área da deficiência intelectual e do desenvolvimento e autismo, áreas da deficiência em que a institucionalização prevalece. Sabe-se que parte significativa destas pessoas, independentemente das suas limitações, podem ser incluídas em mercado de trabalho aberto, a tempo inteiro ou parcial ou em modalidades de emprego mais ou menos exigentes, de acordo com as funcionalidades de cada um/uma (Nogueira et al, 2014).

Reconhecendo a desvantagem social retratada nos parágrafos anteriores e a necessidade de promover mais e melhores oportunidades de emprego às pessoas com deficiência, Portugal foi progressivamente, desenhando e implementando, nomeadamente a partir dos anos 80 e 90 do Século passado, um conjunto articulado de medidas de política pública de apoio à orientação, qualificação, colocação e acompanhamento laboral destas pessoas em mercado aberto.

Num primeiro nível encontramos as **medidas de informação, orientação e avaliação para a qualificação e emprego.** "Esta modalidade integra um conjunto de apoios às pessoas com deficiência e incapacidade na escolha informada do seu percurso profissional através da identificação das etapas e dos meios mais adequados à elevação do seu nível de

empregabilidade e à inserção no mercado de trabalho. As ações no âmbito desta modalidade de apoio têm a duração máxima de 4 meses e podem abranger:

- Informação para a qualificação e o emprego visando proporcionar os elementos úteis para a definição de possíveis percursos profissionais, incluindo os produtos e dispositivos destinados a compensar e atenuar as limitações de atividade.
- Avaliação para a qualificação e o emprego para determinar a capacidade de trabalho e identificar as adaptações do meio e os produtos e dispositivos mais adequados, com vista a superar as limitações de atividade e restrições de participação no âmbito do trabalho e emprego.
- Orientação para a qualificação e o emprego apoiando as pessoas com deficiência e incapacidade na escolha informada do seu percurso profissional através da identificação das etapas e dos meios mais adequados à elevação do seu nível de empregabilidade e à inserção no mercado de trabalho" (sítio na Internet do IEFP).

Segundo a legislação vigente podem ser promotores destas medidas pessoas coletivas de direito público que não façam parte da administração direta do Estado e pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, credenciadas pelo IEFP como centros de recursos enquanto estruturas de suporte e apoio aos serviços de emprego e de intervenção especializada no domínio da deficiência.

No que respeita ao apoio à **qualificação profissional**, Portugal instituiu o Programa de emprego e apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade, o qual define o regime de concessão de apoio técnico e financeiro neste âmbito (Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro, alterado pela Lei n.º 24/2011, de 16 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 131/2013, de 11 de setembro e permite a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade.

A medida integra a certificação profissional, consoante o percurso formativo frequentado. A certificação pode enquadrar 3 tipos de percursos, correspondendo o A[1] e B[2] a uma certificação de qualificações de nível 2 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ)[3] e o Percurso C[4], a apenas um certificado de formação, conforme o estabelecido na Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, que regulamenta o QNQ. Os cursos de formação podem configurar duas modalidades: i) formação profissional inicial, cuja duração pode variar entre as 2 900 e as 3 600 horas (corresponde a um período entre 2 e 2, 5 anos); e, ii) formação profissional contínua, com uma duração máxima de 400 horas. Tal como se evidenciou anteriormente no âmbito da orientação e avaliação profissional, também no caso da formação e qualificação para pessoas com deficiência e medidas de apoio ao emprego, as ações são desenvolvidas através de uma ampla rede de cobertura nacional, que integra cerca de 63 entidades credenciadas pelo IEFP como centros de recursos. Destas, apenas dois centros (CRPG e CEFPI) apresentam uma natureza jurídica público-privada[5], sendo os demais promovidos por entidades privadas de solidariedade social.

No que concerne às medidas de apoio ao emprego de pessoas com deficiência podemos encontrar diversas tipologias:

- **Apoio à colocação** – promoção da inserção das pessoas com deficiência e incapacidade no mercado de trabalho, através de um processo de mediação desenvolvido pelos centros de recursos da rede de suporte do IEFP, equacionando os aspetos relativos à acessibilidade, à adaptação do posto de trabalho, ao desenvolvimento de competências gerais de empregabilidade, bem como sensibilizando as entidades empregadoras para as vantagens da contratação dos destinatários do Programa, apoiando o candidato no apoio na procura ativa de emprego e na criação do próprio emprego

[1] Percurso formativo de acordo com o catálogo da ANQEP sem qualquer tipo de alteração.
[2] Percursos de formação para a integração profissional de que admitem adaptações curriculares, previamente autorizadas pela ANQEP.
[3] O Nível 2 corresponde à aquisição de conhecimentos factuais básicos numa área de trabalho ou de estudo. Aptidões cognitivas e práticas básicas necessárias para a aplicação da informação adequada à realização de tarefas e à resolução de problemas correntes por meio de regras e instrumentos simples.
[4] Percursos formativos extra catálogo que não conferem certificação profissional, mas apenas diploma de frequência.
[5] Entidades públicas com modelo gestão privada.

- **Acompanhamento pós-colocação** – apoios técnicos às entidades empregadoras que contratem pessoas com deficiência e incapacidade e aos trabalhadores com deficiência e incapacidade, visando a manutenção no emprego e a progressão nas suas carreiras, através de intervenções especializadas no domínio da reabilitação profissional, desenvolvidas pelos centros de recursos da rede de suporte do IEFP, tais como: adaptação às funções a desenvolver no posto de trabalho; integração no ambiente sócio laboral da empresa; desenvolvimento de comportamentos pessoais e sociais adequados ao estatuto de trabalhador; acessibilidade para deslocações às instalações da empresa por parte dos trabalhadores com deficiência e incapacidade
- **Adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas** – apoios financeiros aos empregadores que necessitem de adaptar o equipamento ou o posto de trabalho às dificuldades funcionais do trabalhador com deficiência e incapacidade admitido através de contrato de trabalho sem termo ou a termo com a duração mínima inicial de 1 ano ou que mantenham nos seus quadros trabalhadores que tenham adquirido deficiência, bem como eliminar obstáculos físicos que impeçam ou dificultem o acesso do trabalhador com quem celebrem contrato de trabalho nas condições supra referidas ao local de trabalho ou a sua mobilidade no interior das instalações.
- **Emprego Apoiado** – medida que consiste no exercício de uma atividade profissional com enquadramento adequado e apoios especiais por parte do Estado ou na realização de atividades socialmente úteis, visando o desenvolvimento de competências relacionais, pessoais e profissionais que facilitem a transição das pessoas com deficiência e incapacidade, quando possível, para o regime normal de trabalho. Integra as modalidades:
  - **Estágios de Inserção** – estágios com a duração de 12 meses, não prorrogáveis, com o objetivo de complementar e aperfeiçoar as competências e potenciar o desempenho profissional das pessoas com deficiência e incapacidade, facilitando a sua integração no mercado de trabalho;
  - **Contratos Emprego-Inserção** – realização, por pessoas com deficiência e incapacidade, de atividades socialmente úteis que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, no âmbito de projetos promovidos por entidades coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos, durante um período máximo de 12 meses, com vista a promover e a apoiar a sua transição para o mercado de trabalho, reforçando as suas competências relacionais e pessoais, valorizando a sua autoestima e estimulando--lhes hábitos de trabalho
  - **Emprego Protegido** – exercício de atividade profissional por pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida nas áreas de produção ou prestação de serviços da estrutura produtiva do CEP, com possibilidade de realização de estágio inicial com uma duração não superior a 9 meses
  - **Emprego Apoiado em Mercado Aberto** – desenvolvimento de uma atividade profissional por pessoas com deficiência e incapacidade e com capacidade de trabalho reduzida, nas áreas de produção ou de prestação de serviços existentes, sob condições especiais, através do apoio às entidades promotoras da criação de um ou mais postos de trabalho em regime **de contrato de emprego apoiado.**
- **Marca Entidade Empregadora Inclusiva** – visa distinguir e reconhecer as entidades empregadoras que se destaquem por práticas de gestão abertas e inclusivas relativamente às pessoas com deficiência e incapacidade, bem como as pessoas com deficiência envolvidas na criação de empresas, como empreendedores, ou na criação do próprio emprego e que contribuem para a criação de um mercado aberto e inclusivo.
- **Financiamento de Produtos de Apoio** - Apoio financeiro às pessoas com deficiência e incapacidade para a aquisição, adaptação ou reparação de produtos, dispositivos, equipamentos ou sistemas técnicos de produção especializada ou disponíveis no mercado que sejam indispensáveis para prevenir, compensar, atenuar ou neutralizar as limitações de atividade e restrições de participação que prejudiquem, dificultem ou inviabilizem o acesso e frequência da formação profissional ou a obtenção e manutenção do emprego e a progressão na carreira. Este financiamento está integrado no Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA), e é complementar aos sistemas e subsistemas de saúde.

Para além das medidas e modalidades específicas de apoio à formação e emprego para pessoas com deficiência e incapacidade, estas também têm igualmente acesso aos programas e medidas de âmbito geral, em alguns casos, em condições mais favoráveis.

Face à panóplia de medidas públicas de avaliação, orientação, qualificação e de apoio ao emprego de pessoas com deficiência e incapacidade identificadas, importa agora conhecer, analisar e refletir, enquanto Teoria do Programa, a

forma como é expectável que as mesmas produzam mecanismos de mudança capazes de potenciar oportunidades de igualdade no que concerne ao emprego das PCDI.

Focando inicialmente a análise no âmbito das medidas de **orientação e avaliação** as pessoas com deficiência e incapacidade podem aceder ao sistema de forma direta, através de solicitação das próprias e/ou das famílias ou indireta, através de sinalização via rede de instituições sociais que operam neste âmbito. Ao beneficiarem de apoio técnico especializado em sede de orientação e avaliação profissional personalizada, é expectável que: i) exista um encaminhamento adequado face ao seu perfil e características (**M1**); ii) adquiram expetativas positivas e autoconfiança para frequência de formação e a obtenção futura de emprego; (**M2**); e iii) integrem percursos formativos compatíveis com os seus gostos e aspirações pessoais (**M3**); iv) seja realizada uma identificação precoce de necessidades de apoio, nomeadamente no que respeita a eventuais adaptações do meio ambiente, bem como de utilização de produtos e dispositivos que permitam mitigar ou mesmo superar limitações de cada pessoa com deficiência candidata a emprego. Esta pré fase da **orientação e avaliação** tende a ser muito relevante pois, se decorrer conforme o previsto na Teoria do Programa, serão ativados os referidos mecanismos de mudança que tenderão a potenciar as fases subsequentes ou seja, uma melhor e mais adequada formação profissional e consequentemente uma melhor e mais adequada preparação para o mercado de trabalho.

As medidas de **qualificação profissional** enquadram um vetor importante para a capacitação e preparação para o emprego. Como se mencionou anteriormente, as pessoas com deficiência, de acordo com a sua funcionalidade, podem aceder a 3 tipos de cursos de formação: i) formação de acordo com o catálogo nacional de qualificações sem alterações ou adaptações; ii) formação integrada no catálogo, mas com adaptações curriculares à medida das necessidades do/a Candidato/a; e iii) formação não integrada no catálogo nacional, ajustada "à medida" das capacidades dos participantes. Enquanto as duas primeiras tipologias conferem uma certificação profissional, a última, mais apropriada para pessoas com deficiência severa, apenas confere uma certificação por frequência do curso em questão. Enquanto mecanismos de mudança, é expectável que a frequência destas ações de formação origine uma melhor preparação, qualificação, motivação e confiança nas pessoas com deficiência que lhes permita encarar os desafios profissionais com mais oportunidades de igualdade face às demais (**M4**). Por outro lado, a obtenção de certificados de qualificação profissional, traduz-se igualmente num mecanismo de mudança relevante enquanto recurso e instrumento de competências diferenciador a ter em conta numa candidatura de emprego (**M5**).

Ora, concomitantemente e de acordo com a Teoria do Programa, é expectável que os mecanismos identificados nas medidas de orientação e de avaliação e de qualificação (**M1; M2; M3; M4; M5**), se traduzam em **resultados observáveis e mensuráveis**, tais como um aumento do número de pessoas com deficiência com certificação profissional e uma melhoria da qualificação destas pessoas, o que tenderá a potenciar a sua empregabilidade.

Por último, no que concerne ao conjunto de **medidas de apoio ao emprego de pessoas com deficiência** em vigor em Portugal, considerou-se os seguintes mecanismos de mudança de acordo com a Teoria do Programa: i) Desde logo as ações de sensibilização junto das entidades empregadoras tenderão a aumentar a consciencialização das mesmas para a temática (**M6**) e simultaneamente obterão informação pertinente sobre os diversos apoios e incentivos à contratação deste público-alvo (**M7**). Tal prática tenderá a incentivar as empresas e demais entidades empregadora a experimentar inicialmente empregar pessoas com deficiência pela via estágios profissionais, até pelas variadíssimas vantagens que a medida pode trazer para as entidades de acolhimento (**M8**). Ora estas experiências profissionais, via estágios podem consubstanciar mecanismos de mudança em dois planos; i) do lado das próprias pessoas com deficiência, uma vez que a realização de estágios em contexto de natural trabalho trará ganhos ao nível das competências profissionais, autoconfiança, autonomia e motivação (**M9**); ii) mas também do lado das entidades empregadoras. Neste particular, estes estágios, na maioria das vezes, permitem alargar o conhecimento destas entidades sobre as reais potencialidades laborais sobre a produtividade das pessoas com deficiência, desconstruindo mitos e estereótipos ainda muito enraizados de que o emprego deste público-alvo é uma mera questão de responsabilidade social (**M10**). Sabendo não basta potenciar o primeiro passo para integrar as pessoas no mercado de trabalho (estágios), torna-se igualmente essencial proceder a um acompanhamento pós colocação, pois a introdução de uma pessoa com deficiência numa entidade empregadora obriga sempre à realização de ajustes ou até mesmo a transformações organizacionais mais profundas que garantam a equidade em todas áreas de realização profissional. Assim, o acompanhamento pós-laboral,

junto da pessoa e junto da organização é por si só, se for bem implementado um verdadeiro mecanismo de mudança a considerar neste âmbito (**M11**). De acordo com a Teoria do Programa, se concluídas com sucesso, as etapas sequenciais de avaliação e orientação, qualificação, apoios à colocação e realização de estágios, tal potenciará que as pessoas com deficiência possam manter o emprego, através da realização de um contrato de trabalho. Neste particular, a figura jurídica do contrato emprego apoiado, em concomitância com outros incentivos (financiamento para adaptação de posto de trabalho/produtos de apoio e remoção de barreiras, redução da contribuição para a segurança social, marca entidade empregadora inclusiva, entre outros), consubstancia um importante mecanismo de mudança pois, permitirá passar com sustentabilidade e apoio público, de uma experiência profissional (estágio) para a contratação efetiva (**M12**).

Em síntese e em teoria, é expectável que os vários mecanismos identificados ao nível das medidas de apoio ao emprego (**M6; M7; M8; M9; M10; M11 e M12**), permitirão atingir resultados tais como: i) aumento da participação das PCDI em mercado de trabalho aberto; ii) aumento das competências profissionais em mercado de trabalho destas pessoas; iii) Criação de novos empregos para este público alvo; iv) aumento do número de PCDI em empregos de qualidade e sustentabilidade, com a celebração de contratos de trabalho após os estágios.

O conjunto alargado de Medidas aqui identificadas respeitam ao sistema holístico de reabilitação profissional de PCDI. Contudo, o maior enfoque desta avaliação reside nas Medidas que se encontram destacadas a vermelho na representação gráfica da TdM que se apresenta no Relatório, ou seja, aquelas que são financiadas pelo PO ISE.

2.1.2 Resultados do teste e evidências

EFICÁCIA

QA1. Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos? Qual o contributo do PO e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

Medida: QUALIFICAÇÃO DE PCDI

Elementos da TdM em análise: REALIZAÇÕES

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td colspan="3">PCDI beneficiam de avaliação e orientação profissional</td></tr>
<tr><td>#1PCDI Grau de adequação das medidas face à heterogeneidade de PDCI</td><td>• Que balanço faz da adequabilidade da medida para dar resposta aos problemas prioritários das PCDI?
• Como são sinalizados as PCDI alvo da medida? (Em particular os inativos, se estes fizerem parte do público alvo da medida)
• Em que medida a criação de percursos de ativação integrados tem influenciado a capacidade de alcance e envolvimento de PCDI
• O processo de orientação, encaminhamento e integração (assente no maior acompanhamento e num aconselhamento mais personalizado) é ajustado às necessidades dos públicos-alvo?</td><td>Adequação global positiva em todas as unidades de análise auscultadas. Contudo, em síntese, sinalizam-se alguns problemas que se apresentam:
<table>
<tr><th>Formação</th><th>Apoios ao Emprego</th></tr>
<tr><td>▪ Desde logo, os indicadores contratualizados que não se focam no essencial – a qualificação e inserção (taxa de colocação profissional).
▪ Alterações necessárias ao nível dos referenciais de formação e reformular o modelo atual dos referenciais de formação da ANQEP -Os referenciais não estão adaptados para a def intelectual
▪ A componente de Formação teórica é desequilibrada face à da formação em contexto de trabalho.
▪ Deve ser dada mais ênfase ao desenvolvimento de competências sociais e pessoais- cada vez sentem mais a noção de que deve ser à percursos à medida
▪ Os períodos de interrupção criam lacunas nas intervenções. Se o jovem não ficar integrado, terá de esperar 2 anos para retomar
▪ Pouca flexibilidade associada ao número de faltas para que o certificado seja emitido
▪ No anterior quadro havia mais flexibilidade e os processos de aprendizagem eram trabalhados individualmente</td><td>▪ Poderia haver uma alteração nos estágios e SEI que pudessem ser realizados a meio tempo. Seria importante a sua operacionalização a tempo, sobretudo no caso da deficiência intelectual
▪ Existem Medidas pouco valorizadas-, como os apoios ao longo da vida. A pessoa não deixa de ter incapacidades e problemas – o apoio não pode terminar na inserção. A sua manutenção implica apoios à medida e ações de acompanhamento. Importa reforçar o Acompanhamento pós colocação</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>#2PCDI Tipologia de fatores de sucesso e insucesso do processo de orientação, encaminhamento</td><td></td><td>
<table>
<tr><th>Sucesso</th><th>Insucesso</th></tr>
<tr><td>▪ Proximidade
▪ Modelo de governação
▪ Modelo de ação individualizado
▪ Articulação conjunta com IEFP
▪ Mecanismos- ligação entre IEFP-centros de recursos
▪ Estabilidade das Equipas</td><td>▪ Apoios formação para famílias muito baixos em famílias
▪ Desmotivação dos formandos
▪ Dificuldades associadas ao perfil dos formandos que, para além das situações de deficiência, apresentam concomitante dificuldades de regulação emocional e controlo dos impulsos,</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td></td><td></td><td>▪ Fundamental venham com contrato segurança dos financiamentos
▪ Trabalho em rede
▪ Dossier técnico pedagógico individualizado
▪ Intervenções à medida
▪ A possibilidade de um acompanhamento ao longo da vida, às pessoas com deficiência e à entidade empregadora
problemas de alcoolismo, doença mental e as doenças crónicas que geram absentismo recorrente.
▪ Condições socioeconómicas das PCDI
▪ O nível muito elevado de desistências ao longo do processo formativo; a obrigatoriedade de seguir um formato fechado que nos permite o uso de pedagogias diferenciadas que respeitem as caraterísticas de cada formando;</td></tr>
<tr><td colspan="3">PCDI beneficiam de apoio técnico</td></tr>
<tr><td>#3PCDI Tipologia de apoio técnico, por sexo, grupo etário e habilitação escolar e tipo def.</td><td>• Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a?</td><td>
Estudos de caso
<table>
<tr><th>ASSOL</th><th>ÉVORA</th><th>CEPFI</th></tr>
<tr>
<td>Há quanto tempo se encontra a exercer funções na entidade empregadora?
<table><tr><td>1</td><td>Há 5 anos</td></tr><tr><td>2</td><td>8 meses</td></tr><tr><td>3</td><td>4 anos</td></tr></table>
Como integrou a entidade empregadora?
<table><tr><td>1</td><td>Através do apoio à colocação da ASSOL</td></tr><tr><td>2</td><td>Através do Apoio à Colocação</td></tr><tr><td>3</td><td>Através do curso de Formação Profissional.</td></tr></table>
Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a?
<table><tr><td>1</td><td>EAMA – Emprego Apoiado em Mercado Aberto</td></tr><tr><td>2</td><td>Contrato de Emprego e Inserção para PCDI</td></tr><tr><td>3</td><td>Emprego Apoiado em Mercado Aberto</td></tr></table>
</td>
<td>Há quanto tempo se encontra a exercer funções na entidade empregadora?
<table><tr><td>1</td><td>Há 5 anos</td></tr><tr><td>2</td><td>1 ano</td></tr><tr><td>3</td><td>6 anos</td></tr></table>
Como integrou a entidade empregadora?
<table><tr><td>1</td><td>Através do apoio à colocação da ASSOL</td></tr><tr><td>2</td><td>Integrei a empresa, através da medida de Apoio à Colocação da APPACDM de Évora. Depois foi realizado contrato de Emprego Apoiado em Mercado Aberto.</td></tr><tr><td>3</td><td>Através do apoio do Centro de Recursos da APPACDM de Évora que me colocou na área da juventude do Município de Évora através da medida Apoio à Colocação.</td></tr></table>
Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a?
<table><tr><td>1</td><td>EAMA – Emprego Apoiado em Mercado Aberto</td></tr><tr><td>2</td><td>Emprego Apoiado em Mercado Aberto</td></tr><tr><td>3</td><td>Apoio à Colocação, Acompanhamento pós-colocação, cei +, estágio profissional, EAMA (Emprego Apoiado em mercado aberto), eliminação de barreiras arquitetónicas e o Mavi através da minha assistente pessoal.</td></tr></table>
</td>
<td>Há quanto tempo se encontra a exercer funções na entidade empregadora?
<table><tr><td>1</td><td>7 anos</td></tr></table>
Como integrou a entidade empregadora?
<table><tr><td>1</td><td>A partir de um estágio. Foi colocado após o seu término</td></tr></table>
Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a?
<table><tr><td>1</td><td>Contrato-emprego apoiado em mercado aberto</td></tr></table>
</td>
</tr>
</table>
Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade
49,8% – apoio á qualificação e formação profissional (n= 412)
51,8% - apoio ao emprego (N=409)
<table><tr><th></th><th>Total</th></tr></table>
</td></tr>
</table>

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

	Nº	% de casos (N= 210)
Orientação e avaliação	17	8,1
Apoio à colocação	46	21,9
Acompanhamento pós-colocação	18	8,6
Estágio profissional	60	28,6
Estágio – Inserção	45	21,4
Estágio-emprego	26	12,4
Emprego protegido	8	3,8
Contrato-emprego inserção	55	26,2
Contrato-emprego apoiado em mercado aberto	39	18,6
Outra	30	14,3

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

Participantes PCDI em ações de qualificação profissional

#4PCDI N.º/% de participações de PCDI em ações de qualificação/educação por sexo, grupo etário e habilitação escolar e tipo def.

#7PCDI Tipologia de áreas de qualificação frequentadas

Em que áreas realizou cursos de formação/qualificação

	N
Assistente administrativo	60
Informática	46
Jardinagem	12
Línguas estrangeiras	12
Contabilidade	10
Empregado de Andares (hotelaria)	11
Marketing	8
Empreendedorismo	7
Técnico de Saude , Técnicas Básicas aos Acidentes	7
Cozinha	7
Técnico Agrícola/Operador agrícola	7
Técnico de Higiene , seguranca do trabalho	7
Técnico/a de Ação Educativa	7
Geriatria	6
Padaria pastelaria	5
Artes Gráficas	4
Competências Básicas de Leitura e Escrita	4
Estética	5
Assistente Familiar de Apoio á Comunidade	3
Atendimento	2
Ajudante de Carpintaria	2
Ambiente	1
Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - Conceitos Básicos	1
Animaçao 2D E 3D	1
Animação turística	1
Animador Sociocultural	1

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:	
		Apoio á infância	1
		Apoio às lides domésticas	1
		Arquitectura	1
		Arquivo e circuito documental	1
		Artesanato	1
		Atividade física de Inclusão	1
		Atualização em Medicina Legal	1
		AutoCad	1
		Auxiliar de Farmácia e parafarmácia	1
		Bordados	1
		Cabeleireiro	2
		Calçado	1
		Carpintaria	1
		Carpinteiro de limpos	2
		CCP	3
		CEAC	1
		Comunicação Assertiva e Técnicas de Procura de Emprego	1
		Comunicação com a pessoa idosa	1
		Comunicação interpessoal e assertividade	1
		Condução de empilhadores / montacargas	2
		Criação de sites web	1
		Cuidados com o cabelo	1
		Dança	1
		Dermocosmética	1
		Design	2
		Design digital	1
		Design gráfico	1
		Desing sobrancelha	1
		Eletrónica	1
		Energias renováveis	1
		Engenharia de produção	1
		Equinos - Tratador/Desbastador	1
		Ergonomia no posto de trabalho	2
		Escrita criativa	1
		Estamparia serigrafia	1
		Ferramentas de produtividade e colaboração.	1
		Fiscalidade	1
		Fisioterapia - Técnico auxiliar	1
		Floricultura e Jardinagem	1
		Fotografia	1
		Gestão da Produção	1
		gestão de conflitos	1
		Gestão de Emergência no local de trabalho	1

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:	
		Gestão de Empresas	1
		Gestao de projectos	1
		Gestão de recursos humanos	2
		Gestão de riscos psicossociais	1
		Gestao de stock	1
		Gestão e contabilidade	1
		Gestão Hoteleira	1
		Hidroterapia	1
		HND Cinema e Televisão	1
		Introdução à Sexologia Forense	1
		Kayak	1
		Lavagem/lubrificação de veículos	1
		Licenciatura em direito	1
		Limpeza	3
		Literatura Digital- iniciação	1
		Operador de Logística	4
		Massoterapia	2
		Técnico de Mecânica	4
		Mestrado em Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	1
		Montador de pneus	1
		Montagem e Acabamento de calçado	1
		Multimédia	2
		Operador de aparelhos de tinturaria	1
		Operador de Madeira e acabamentos de Mobiliário	1
		Operadora de armazém	1
		Operadora Gráfica de Braille	2
		Organização Pessoal e Gestão do Tempo (Nº404/CNQ)	1
		Ourivesaria	3
		Ovinos, Suínos e Bovinos	1
		Percurso de Apoio à Gestão	1
		Personal trainer	1
		Pilates	1
		Pós graduação em processos de fabricação	1
		Pós-graduação Desporto para populações Especiais	1
		Prevenção contra incêndios	2
		Primeiros Socorros	2
		Príncípios de ergonomia e prevenção de acidentes e doenças profissionais.	1
		Técnicas de procura de emprego	1
		Robotica e Automação Industrial	1
		Serralharia Civil	2
		Serviços de Apoio	1
		Serviços Gerais	2
		SNC	2

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td></td><td></td><td>
<table>
<tr><td>Suporte Básico de vida</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Tat + desencarceramento</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Tecelagem</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Técnica auxiliar de farmácia</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Técnica de agência e viagens</td><td>1</td></tr>
<tr><td>técnica de proteção civil</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Técnicas de laser</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Técnicas de mrketing digital e gestão de redes socias</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Técnico apoio gestão</td><td>2</td></tr>
<tr><td>técnico de apoio familiar e de apoio à comunidade</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Técnico de Audiovisuais</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Técnico de Cartografia e Desenho</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Técnico de Desenho Gráfico nivél IV</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Técnico de Gestão Autárquica</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Técnico de Multimédia</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Técnico de qualidade (nível IV)</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Técnico profissional de Turismo</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Vigilante</td><td>1</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).
</td></tr>
<tr><td>**#5PCDI** Taxa de conclusão das ações</td><td></td><td>**DR**</td></tr>
<tr><td>**#6PCDI** Tipo de educação/ formação frequentado pela PCDI equivalência</td><td></td><td>Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional
<table>
<tr><th></th><th>Nº</th><th>%</th></tr>
<tr><td>Não</td><td>32</td><td>15,7</td></tr>
<tr><td>Sim</td><td>148</td><td>72,5</td></tr>
<tr><td>Não sabe/Não responde</td><td>24</td><td>11,8</td></tr>
<tr><td>**Total**</td><td>204</td><td>100,0</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).</td></tr>
</table>

Elementos da TdM em análise: Mecanismos

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td colspan="3">M1. PCDI são encaminhadas adequadamente face ao seu perfil e características - Rede interna e externa</td></tr>
<tr><td>#8PCDI Grau de coerência/sinergia entre as medidas e apoios e a heterogeneidade de PCDI</td><td>As ações definidas nas intervenções, nas suas diferentes fases, são os mais relevantes para dar resposta aos problemas das PCDI?

De que forma e em que medida estas Ações se tem ajustado às necessidades das PCDI?</td><td>EC
Adequação global positiva em todas as unidades de análise auscultadas. Contudo, em síntese, sinalizam-se alguns problemas que se apresentam:
<table>
<tr><th>Formação</th><th>Apoios ao Emprego</th></tr>
<tr><td>▪ Desde logo, os indicadores contratualizados que não se focam no essencial – a qualificação e inserção (taxa de colocação profissional).
▪ Alterações necessárias ao nível dos referenciais de formação e reformular o modelo atual dos referenciais de formação da ANQEP -Os referenciais não estão adaptados para a def intelectual
▪ A componente de Formação teórica é desequilibrada face à da formação em contexto de trabalho.
▪ Deve ser dada mais ênfase ao desenvolvimento de competências sociais e pessoais- cada vez sentem mais a noção de que deve ser à percursos à medida
▪ Os períodos de interrupção criam lacunas nas intervenções. Se o jovem não ficar integrado, terá de esperar 2 anos para retomar
▪ Pouca flexibilidade associada ao número de faltas para que o certificado seja emitido
▪ No anterior quadro havia mais flexibilidade e os processos de aprendizagem eram trabalhados individualmente</td><td>▪ Poderia haver uma alteração nos estágios e SEI que pudessem ser realizados a meio tempo. Seria importante a sua operacionalização a tempo, sobretudo no caso da deficiência intelectual
▪ Existem Medidas pouco valorizadas-, como os apoios ao longo da vida. A pessoa não deixa de ter incapacidades e problemas – o apoio não pode terminar na inserção. A sua manutenção implica apoios à medida e ações de acompanhamento. Importa reforçar o Acompanhamento pós colocação</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td colspan="3">M2. PCDI adquirem expetativas positivas para a obtenção de emprego e frequência de formação</td></tr>
<tr><td>#9PCDI % ex-participantes que frequentou uma ação correspondente às suas motivações iniciais
#10PCDI % de PCDI que reconhecem a adequação das medidas ao seu perfil e necessidades</td><td>Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho?
Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação)</td><td>
<table>
<tr><th>ASSOL</th><th>ÉVORA</th><th>CEPFI</th></tr>
<tr><td>Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação)
<table>
<tr><td>1</td><td>No caso não, porque até ficou com uma depressão no fim do curso, pois voltou para casa sem trabalho e perdeu contacto com os colegas da escola.</td></tr>
<tr><td>2</td><td>Sim, Sinto que tenho mais competências de trabalho- realizei aprendizagens das atividades ligadas à minha área profissional,
- desenvolvi aspetos ligados à mobilidade na vila e no trabalho,
- aprendi a comunicar de forma mais correta com os colegas</td></tr>
</table></td><td>Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação)
<table>
<tr><td>1</td><td>Com a conclusão do curso de Redes e Sistemas informáticos, que deu equivalência ao 12.º ano, fiquei mais motivado e com expetativas positivas para procurar emprego.</td></tr>
<tr><td>2</td><td>Foi integrada através do apoio do Centro de Recursos da APPACDM de Évora que me colocou na área da juventude do Município de Évora através da medida Apoio à Colocação.</td></tr>
<tr><td>3</td><td>Sem dúvida, que sim.</td></tr>
</table>
Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional?
<table>
<tr><td>1</td><td>No curso de redes e sistemas informáticos, na Datalentejo, considero que deveria ter existido uma componente mais prática e personalizada,</td></tr>
</table></td><td>Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação)
<table>
<tr><td>1</td><td>Sim, sobretudo a partir do estágio que realizou</td></tr>
</table>
Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional?
<table>
<tr><td>1</td><td>Não tem aspetos negativos a registar</td></tr>
</table></td></tr>
</table></td></tr>
</table>

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td></td><td></td><td>
<table>
<tr><td>3</td><td>Não fez formação e não avaliou</td></tr>
</table>
Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional?
<table>
<tr><td>1</td><td>A formação deve apostar o mais possível nas experiências práticas em contexto de trabalho</td></tr>
<tr><td>2</td><td>O valor da bolsa que se recebe.</td></tr>
<tr><td>3</td><td>Não fez formação e não avaliou</td></tr>
</table>
<table>
<tr><td></td><td>de forma a nos preparar melhor para o mercado de trabalho</td></tr>
<tr><td>2</td><td>Fez licenciatura e mestrado. Não beneficiou da formação POISE, apenas da inserção.</td></tr>
<tr><td>3</td><td>Talvez mais tempo de prática em posto de trabalho.</td></tr>
</table>
<table>
<tr><th></th><th>Nº</th><th>%</th></tr>
<tr><td>Não sabe/Não responde</td><td>7</td><td>3,4</td></tr>
<tr><td>Nada importantes</td><td>9</td><td>4,4</td></tr>
<tr><td>Pouco importantes</td><td>20</td><td>9,8</td></tr>
<tr><td>Importantes</td><td>93</td><td>45,4</td></tr>
<tr><td>Muito importantes</td><td>76</td><td>37,1</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>205</td><td>100,0</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).</td></tr>
<tr><td>#11PCDI % ex-participantes que após ter concluído a Ação procurou trabalho por iniciativa própria</td><td>3.2: Como integrou a entidade empregadora?</td><td>26% dos ex-participantes que após ter concluído a Ação procurou trabalho por iniciativa própria
<table>
<tr><th></th><th>Nº</th><th>%</th></tr>
<tr><td>Fui encaminhado/a através de um Centro de Recursos</td><td>21</td><td>10,1</td></tr>
<tr><td>Fui encaminhado/a através do IEFP</td><td>54</td><td>26,0</td></tr>
<tr><td>Candidatei-me por iniciativa própria</td><td>54</td><td>26,0</td></tr>
<tr><td>Realizei um Estágio</td><td>53</td><td>25,5</td></tr>
<tr><td>Outro meio</td><td>26</td><td>12,5</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>208</td><td>100,0</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).</td></tr>
<tr><td colspan="3">M3. O percurso formativo é adequado às potencialidades, expetativas, aspirações e gostos das PCDI</td></tr>
<tr><td>#12PCDI % de ex-participantes que considera importantes as medidas de orientação, qualificação e formação profissional</td><td></td><td>Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa “Nada importante” e 4 “Muito importante”, como avalia o grau de importância das seguintes medidas de orientação, qualificação e formação profissional, quando aplicável ao seu caso concreto?</td></tr>
<tr><td colspan="3">M4. PCDI acedem à formação e tenderão a ficar mais qualificadas e preparadas para o ingresso no mercado de trabalho</td></tr>
<tr><td>#14PCDI % PCDI mais autoconfiantes nas suas capacidades para integrar o mercado de trabalho</td><td>2.4: No seu caso em concreto, como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho?</td><td>EC
<table>
<tr><td>ASSOL</td><td>ÉVORA</td><td>CEPFI</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td></td><td>Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho? Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação)</td><td>
<table>
<tr>
<td>A formação que frequentou preparou-o para as atuais funções na entidade?
<table><tr><td>1</td><td>Pouco</td></tr><tr><td>2</td><td>Sim, sem a formação não estaria onde estou hoje.</td></tr><tr><td>3</td><td>Para mim foi fácil essa adaptação, porque já no apoio à colocação começaram a trabalhar comigo essas competências</td></tr></table></td>
<td>A formação que frequentou preparou-o para as atuais funções na entidade?
<table><tr><td>1</td><td>As formações que frequentei, prepararam-me para o cumprimento de regras e normas laborais, ser responsável e respeitar os colegas e chefia. No entanto, as áreas formativas que frequentei, não correspondem às atuais tarefas que desempenho</td></tr><tr><td>2</td><td>Sim, ao nível de aprendizagens concretas e ao nível do desenvolvimento ao nível comunicacional (não frequentou formação POISE)</td></tr><tr><td>3</td><td>Sim, completamente</td></tr></table></td>
<td>A formação que frequentou preparou-o para as atuais funções na entidade?
<table><tr><td>1</td><td>Sim, sobretudo a componente de FCT e estágio</td></tr></table></td>
</tr>
</table>
<table>
<tr><th></th><th>Nº</th><th>%</th></tr>
<tr><td>Não sabe/Não responde</td><td>7</td><td>3,4</td></tr>
<tr><td>Nada importantes</td><td>9</td><td>4,4</td></tr>
<tr><td>Pouco importantes</td><td>20</td><td>9,8</td></tr>
<tr><td>Importantes</td><td>93</td><td>45,4</td></tr>
<tr><td>Muito importantes</td><td>76</td><td>37,1</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>205</td><td>100,0</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).</td></tr>
<tr><td></td><td>2.2: Nos casos em que os/as utentes frequentam mais do que um curso ao longo do seu percurso formativo, em média quantos cursos cada utente frequenta?</td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Nº</th><th>%</th></tr>
<tr><td>Não sabe/Não responde</td><td>30</td><td>14,3</td></tr>
<tr><td>1</td><td>65</td><td>31,0</td></tr>
<tr><td>2 a 4</td><td>79</td><td>37,6</td></tr>
<tr><td>5 a 6</td><td>19</td><td>9,0</td></tr>
<tr><td>7 a 8</td><td>7</td><td>3,3</td></tr>
<tr><td>>8</td><td>10</td><td>4,8</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>210</td><td>100,0</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).
<table>
<tr><th></th><th>N</th><th>Mínimo</th><th>Máximo</th><th>Média</th></tr>
<tr><td>Média de cursos por utente</td><td>44</td><td>0</td><td>4</td><td>2,0</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).</td></tr>
<tr><td></td><td>A formação que frequentou preparou-o para as atuais funções na entidade?</td><td>
EC
<table>
<tr><td>ASSOL</td><td>ÉVORA</td><td>CEPFI</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th colspan="3">Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td></td><td></td><td>Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho?
<table><tr><td>1</td><td>A formação que realizei atribuiu certificação mas não lhe permitiu obter integração profissional. Ficou desempregada. Teve que ser outro centro de recursos, da sua área de residência, neste caso a ASSOL a coloca-la profissionalmente, através do apoio à colocação.</td></tr><tr><td>2</td><td>- desenvolvi competências de trabalho,
- realizei aprendizagens das atividades ligadas à minha área profissional,
- Ganhei força para lidar com questões da minha vida privada,
- desenvolvi aspetos ligados à mobilidade na vila e no trabalho,
- aprendi a comunicar de forma mais correta com os colegas,</td></tr><tr><td>3</td><td>Sem avaliação</td></tr></table></td><td>Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho?
<table><tr><td>1</td><td>Os cursos foram importantes para a aquisição de conhecimentos e competências, possibilitando assim uma integração mais fácil no mercado de trabalho.</td></tr><tr><td>2</td><td>Fundamental porque eu trabalho nessa área.</td></tr><tr><td>3</td><td>Muito importante, na medida em que me ajudou a crescer, fazer aquisições de competências pessoais e profissionais e a obter qualificação em área profissional de interesse para conseguir emprego.</td></tr></table></td><td>Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho?
<table><tr><td>1</td><td>Serviço de Apoio Social-positivamente. É uma área em que existe falta de RH</td></tr></table></td></tr>
<tr><td colspan="5">M5. PCDI acedem à formação e obterão, na maioria dos casos, certificados de formação, instrumento que se traduz numa mais-valia na procura de emprego</td></tr>
<tr><td>#15PCDI % de PCDI certificada após frequência de formação/qualificação</td><td>Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional?
[Se sim] Correspondeu a uma certificação de nível:</td><td colspan="3">EC
<table><tr><th>ASSOL</th><th>ÉVORA</th><th>CEPFI</th></tr><tr><td>Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional?
Correspondeu a uma certificação de nível?
<table><tr><td>1</td><td>Sim
12º ano</td></tr><tr><td>2</td><td>Sim, obtive o certificado de formação
Sem nível atribuído formal</td></tr><tr><td>3</td><td>Não fez</td></tr></table>Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho?
<table><tr><td>1</td><td>A formação que realizei atribuiu certificação mas não lhe permitiu obter integração profissional. Ficou desempregada. Teve que ser outro centro de recursos, da sua área de residência, neste caso a ASSOL a coloca-la profissionalmente, através do apoio à colocação.</td></tr><tr><td>2</td><td>- desenvolvi competências de trabalho,</td></tr></table></td><td>Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional? Se sim] Correspondeu a uma certificação de nível?
<table><tr><td>1</td><td>Sim. Obtive certificação Profissional. O Curso de redes e Sistemas informáticos deu equivalência ao 12.º ano de escolaridade.
Nível IV.</td></tr><tr><td>2</td><td>Sim, Licenciatura e Mestrado.
Nível 6 e 7</td></tr><tr><td>3</td><td>Sim
Nível 2 (no curso de Pasteleiro/a Padeiro/a)</td></tr></table>Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho?
<table><tr><td>1</td><td>Os cursos foram importantes para a aquisição de conhecimentos e competências, possibilitando assim uma</td></tr></table></td><td>Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional? Se sim] Correspondeu a uma certificação de nível?
<table><tr><td>1</td><td>Sim. Obtive certificação Profissional.- 9.º ano</td></tr></table>Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho?</td></tr></table></td></tr>
</table>

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

	- realizei aprendizagens das atividades ligadas à minha área profissional, - Ganhei força para lidar com questões da minha vida privada, - desenvolvi aspetos ligados à mobilidade na vila e no trabalho, - aprendi a comunicar de forma mais correta com os colegas,
3	Sem avaliação

	integração mais fácil no mercado de trabalho.
2	Fundamental porque eu trabalho nessa área.
3	Muito importante, na medida em que me ajudou a crescer, fazer aquisições de competências pessoais e profissionais e a obter qualificação em área profissional de interesse para conseguir emprego.

1	Serviço de Apoio Social-positivamente. É uma área em que existe falta de RH

72,5% de PCDI certificada após frequência de formação/qualificação. (Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional?

	Nº	%
Não	32	15,7
Sim	148	72,5
Não sabe/Não responde	24	11,8
Total	204	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Correspondeu a uma certificação de nível:

	Nº	%
I (percurso A)	20	13,8
II (percurso B)	23	15,9
Não sabe/Não responde	102	70,3
Total	145	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Número de formandos/as com deficiência/incapacidade por tipo de certificação alcançada:

	Sem certificação (frequência)				Com certificação nível I				Com certificação nível II			
	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média
2015	23	1	141	22,39	21	2	145	19,81	19	3	200	22,05
2016	27	1	186	25,00	21	1	64	14,76	19	2	128	18,32
2017	28	1	192	25,14	23	1	152	20,96	23	4	122	23,13
2018	33	1	143	26,15	25	3	148	29,08	26	1	173	31,38
2019	25	1	84	19,44	14	1	102	20,00	10	3	86	16,30
2020	27	1	133	22,93	20	4	119	24,75	21	1	133	26,38
2021	24	1	80	19,67	19	6	146	29,53	21	3	200	27,43

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Elementos da TdM em análise: Resultados

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:
Obtenção de certificação profissional e obtenção de certificado de frequência, por parte das PCDI		
#16PCDI Taxa de certificação dos participantes	1.4: Indique, por favor, o número de formandos/as com deficiência/incapacidade por tipo de certificação alcançada:	**Número de formandos/as com deficiência/incapacidade por tipo de certificação alcançada:**

	Sem certificação (frequência)				Com certificação nível I				Com certificação nível II			
	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média
2015	23	1	141	22,39	21	2	145	19,81	19	3	200	22,05
2016	27	1	186	25,00	21	1	64	14,76	19	2	128	18,32
2017	28	1	192	25,14	23	1	152	20,96	23	4	122	23,13
2018	33	1	143	26,15	25	3	148	29,08	26	1	173	31,38
2019	25	1	84	19,44	14	1	102	20,00	10	3	86	16,30
2020	27	1	133	22,93	20	4	119	24,75	21	1	133	26,38
2021	24	1	80	19,67	19	6	146	29,53	21	3	200	27,43

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

EC

ASSOL		ÉVORA		CEPFI	
Como integrou a entidade empregadora?		Como integrou a entidade empregadora?		Como integrou a entidade empregadora?	
1	Através do apoio à colocação da ASSOL	1	Integrei a empresa, através da medida de Apoio à Colocação da APPACDM de Évora. Depois foi realizado contrato de Emprego Apoiado em Mercado Aberto.	1	A partir de um estágio. Foi colocado após o seu término
2	Através do Apoio à Colocação	2	Através do apoio do Centro de Recursos da APPACDM de Évora que me colocou na área da juventude do Município de Évora através da medida Apoio à Colocação.		
3	Através do curso de Formação Profissional.	3	Através do apoio do Centro de Recursos		

#18PCDI Tipologia de fatores de sucesso e insucesso no alcance dos objetivos da formação/qualificação (PCDI)

EC

Quais considera serem os fatores de insucesso quanto à formação/qualificação de pessoas com deficiência/ incapacidade?

Sucesso	Insucesso
▪ Proximidade ▪ Modelo de governação ▪ Modelo de ação individualizado ▪ Articulação conjunta com IEFP	▪ Burocracia e insegurança dos financiamentos ▪ Apoios formação para famílias muito baixos em famílias ▪ Rigidez dos referenciais e regras de formação põe em causa a lógica dos percursos individualizados

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

▪ Mecanismos- ligação entre IEFP-centros de recursos ▪ Estabilidade das Equipas ▪ Fundamental venham com contrato segurança dos financiamentos ▪ Trabalhar em rede ▪ Dossier técnico pedagógico individualizado ▪ Intervenções à medida ▪ A possibilidade de um acompanhamento ao longo da vida, às pessoas com deficiência e à entidade empregadora	▪ Desmotivação dos formandos ▪ Dificuldades associadas ao perfil dos formandos que, para além das situações de deficiência, apresentam concomitante dificuldades de regulação emocional e controlo dos impulsos, problemas de alcoolismo, doença mental e as doenças crónicas que geram absentismo recorrente. ▪ Condições socioeconómicas das PCDI ▪ O nível muito elevado desistências ao longo do processo formativo; a obrigatoriedade de seguir um formato fechado que nos permite o uso de pedagogias diferenciadas que respeitem as caraterísticas de cada formando;

	N
A junção de diferentes fatores, nomeadamente, a presença de duplo diagnóstico, falta de retaguarda familiar e/ou recursos na comunidade para acolhimento de dependentes, beneficio dos apoios sociais, ausência de locais de trabalho recetivos, limitação ao nível de autonomia pessoal incluindo falta de transportes públicos, isolamento geográfico.	1
A organização dos referenciais; a pouca flexibilidade na individualização dos referenciais; o regulamento e regras que não permitem flexibilização no desenvolvimento da formação, não permitem um ajustamento ao público-alvo. Temos os referenciais adaptados do CNQ, mas que são utilizados para todas as tipologias de deficiência. Principalmente a deficiência intelectual tem características muito específicas que nem sempre se ajustam às regras existentes.	1
Alguma falta de flexibilidade das medidas; nalguns casos necessitariam de ser mais individualizadas	1
As limitações inerentes às Pessoas com Deficiência e ou Incapacidade; Os preconceitos ainda existentes por parte das Entidades Empregadoras em relação à produtividade das Pessoas com deficiência/incapacidade; Escassez de recursos humanos afetos à inserção profissional dos formandos.	1
Características associadas à própria problemática da pessoa (instabilidade); Incumprimento por parte das pessoas acompanhadas; Falta de adaptações adequadas à integração de certas incapacidades (doença mental); Rede de transportes insuficiente e desadequada bem como ausência de alojamento em Évora	1
Características individuais de cada formando e o seu perfil funcional	1
Considera-se, por vezes, difícil validar a integração da pessoa em tempo útil, ou seja, quer seja pela empresa/entidade, quer seja por motivos inerentes às próprias candidaturas, verifica-se que existe integrações que são conseguidas após o prazo de AC ter terminado, sendo que, em termos de Projeto, essas situações são consideradas não integrações, muito embora os candidatos não fiquem prejudicados com esta situação. A própria instabilidade deste público alvo e as suas características muito especiais que requerem um trabalho mais individualizado.	1
Consideramos que os principais fatores de insucesso são: - A acomodação de alguns clientes aos apoios sociais auferidos, não evidenciando níveis suficientes de motivação para a formação e, posteriormente para o emprego; - A dificuldade de intervenção junto da população com doença mental, sobretudo com questões de personalidade e com consumos ativos associados, que necessita de um apoio continuo de forma a manter o equilíbrio e estabilidade emocional que lhes permite estar disponível para vir à formação e para a aprendizagem. - A desestabilização do quadro clínico que, nalgumas situações, pode resultar na necessidade de internamento por longos períodos e, consequentemente, no comprometimento da certificação. - Falta de hábitos de trabalho e muitas dificuldades em perceber que a formação pode trazer mais valias no seu futuro profissional e na sua vida pessoal. Têm objetivos a curto prazo e não a longo prazo, pelo que, caso surjam propostas de trabalho pontuais (situação que se tem verificado com muita frequência) faltam à formação e aproveitam a possibilidade de ter mais algum dinheiro de bolso.	1
Dificuldade no cumprimento de regras e assiduidade	1

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:	
		Também a extrema pobreza de muitos formandos contribui para o insucesso pois a necessidade de ganhar, nem que seja apenas algum dinheiro, leva-os a faltar e por vezes a abandonar a formação. Alguns formandos procuram realizar formação sem a perspetiva de ingresso em mercado de trabalho, não valorizando o trabalho procurando apenas garantir que não perdem apoios sociais. As ausências de transportes públicos nas zonas do interior limitam o acesso à formação e aos serviços de apoio e saúde que poderiam contribuir para o sucesso da formação. Os estereótipos de sexo levam a que por vezes as mulheres desistam da formação para cuidarem da família (filhos, pais ou netos).	1
		Estereótipos e preconceitos relativos às pessoas com deficiência; sistema de incentivos desajustado	1
		falta de assiduidade e responsabilidade por motivos pessoais/ personalidade que não se justificam com declarações medicas	1
		Falta de motivação dos formandos e famílias face ao mundo laboral.	1
		Famílias destruturadas/falta de apoio familiar; Incapacidade de gestão financeira; Dificuldade na gestão da assiduidade; Inadequação dos referenciais às características de alguns formandos.	1
		Famílias disfuncionais que prejudicam muitas vezes o percurso formativo	1
		Integração no mercado de trabalho antes do término do percurso formativo; número de faltas por parte dos formandos	1
		Limitações próprias do formando, contextos familiares desestruturados, falta de rede de transportes públicos	1
		Longa duração dos cursos de formação inicial (2900 horas), o que significa para alguns deles muito tempo até alcançarem o objetivo da integração profissional; Outro fator de insucesso é o facto de os cursos do percurso C não atribuírem dupla certificação, ou seja, poderia haver resultados mais positivos, em termos de conclusões/certificações se os cursos permitissem a obtenção de uma qualificação de nível 1 ou 2; também a exigência das entidades tutelares relativamente à documentação, nomeadamente a que deve ser preenchida pelos formandos com deficiência e incapacidade, denotando falta de compreensão pelas dificuldades que muitos deles têm no preenchimento de documentos (como folhas de presenças, por exemplo).	1
		O facto da incapacidade de alguns formandos residir ao nível da doença mental. estes públicos necessitam de uma resposta diferente, mais adequada às suas necessidades. Outro fator reside na falta de motivação e interesse dos utentes e famílias	1
		Os referenciais não estão adaptados ao público-alvo. Rede de transporte inexistente ou incompatível com a formação.	1
		Perceção de diminuição do lucro se posto de trabalho é ocupado por pessoa com deficiência.	1
		Percursos pouco individualizados	1
		Pouca valorização pessoal (baixa autoestima ou baixas competências), pouca valorização por parte da família (aumentando a sua autoestima) .	1
		Questões comportamentais, de personalidade e falta de hábitos de trabalho	1
		Rigidez na duração dos cursos, impossibilidade de despistes vocacionais, módulos teóricos complexos, numero mínimo de formandos por curso	1
		Tipo de patologia apresentada pelos formandos (Quadros graves de Saúde Mental); Contextos sociais desestruturados.	1
		A carga horária semanal prevista para a formação inicial, visto que 30 a 35 horas semanais, para alguns perfis de funcionalidade, corresponde a uma duração que dificulta a frequência ou a aquisição das aprendizagens. Também dificulta a conciliação com terapias que as pessoas realizam em entidades de saúde. Estas situações geram com frequência elevadas taxas de absentismo ou mesmo desistências. Ÿ Não frequente atualização dos referenciais de formação, particularmente na componente da formação tecnológica, não facilitando a correspondência entre os conteúdos e as necessidades do mercado de trabalho (nomeadamente no que respeita a competências digitais e softwares técnicos). Ÿ Quando as pessoas frequentam formações em entidades regulares, há casos em que os formadores e as pessoas identificam a necessidade de apoio complementar especializado (ex.: como promover a acessibilidade dos materiais, que estratégias andragógicas usar), que não sabem como mobilizar.	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

Quais considera serem os fatores de sucesso que permitiriam potenciar o trabalho dos centros de recursos quanto à formação/qualificação de pessoas com deficiência/incapacidade?

	N
A formação profissional, para além de aumentar as possibilidades de integração no mercado de trabalho, estimulando as capacidades destes jovens, aumenta, de igual modo, a capacidade destes se relacionarem e viverem em sociedade, x x x x A Formação/qualificação de pessoas com deficiência/incapacidade aumenta as possibilidades de integração no mercado de trabalho, estimulando e aumentado assim as suas capacidades. Este fator, aliado à proximidade e conhecimento do tecido empresarial por parte dos técnicos do Centro de Recursos, potencia o trabalho desenvolvido e permite uma melhor integração das pessoas apoiadas.	1
A possibilidade de um acompanhamento ao longo da vida, às pessoas com deficiência e à entidade empregadora, com cadência aferida de acordo com as necessidades	1
Acompanhamento mais regular, dirigido ao trabalhador e focado nas características que mais o limitam, trabalhando na melhor forma de lhe proporcionar ferramentas para contornar essas limitações.	1
Acompanhamento no local	1
Acompanhamento permanente.	1
Acompanhamento personalizado.	1
Acompanhamentos contínuos e individualizados dos candidatos, com visitas quinzenais a mensais, consoante a necessidade, para uma melhor adaptação à função e aos locais de integração, com vista à aceitação de novos desafios, identificação de constrangimentos e eliminação de obstáculos; mobilização da rede de suporte familiar e social, para a eliminação de constrangimentos. Um apoio mais individualizado e adaptado às necessidades de cada um, sem a rigidez e obrigatoriedade de se conseguirem resultados em tempos tão definidos e específicos e que não correspondem, por vezes, às necessidades das próprias pessoas.	1
Apoio individualizado	1
Apoios à Contratação; Mediação	1
Aprendizagem muito prática e redução da teoria	1
Aumento do apoio financeiro para reforço do rácio Técnico de Apoio à Inserção Profissional por Formando; Incremento das ações de sensibilização junto do tecido empresarial em relação ao potencial das Pessoas com Deficiência/ Incapacidade; Aumento dos incentivos fiscais para as empresas que fomentem a contratação de Pessoas com Deficiência/Incapacidade; Diminuição da burocracia na instrução dos processos nas medidas públicas de emprego para as Pessoas com Deficiência/Incapacidade e reforço do acompanhamento técnico por parte do IEFP.	1
Centro de Recursos de maior proximidade.	1
Como não somos Centro de Recursos, não se aplica	1
Criação de sinergias.	1
Experiência, Parcerias, inovação	1
Facilidade na articulação constante antes e após a formação; a articulação com outros projetos da organização (Incorpora, CLDS, MAVI e Gabinete e inserção profissional inclusivo)	1
Fazer formação em contexto real de trabalho o maior número de horas possível	1
fazer uma orientação profissional adequada; a existência de um leque mais abrangente de cursos de formação	1
Formação prática em contexto de trabalho; Reforçar a sensibilização das entidades enquadradoras/empregadoras para a empregabilidade das pessoas com deficiência/incapacidade bem como a sensibilização de novas entidades enquadradoras/empregadoras; Simplificação do processo de atribuição de produtos de apoio; Maior apoio governamental às organizações para adaptação dos postos de trabalho.	1

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:	
		Melhorar a articulação com o IEFP/Centro de Emprego/Centro de formação	1
		Modelo de financiamento dos CRL mais adequado, que permita às organizações afectar recursos humanos ao CRL a 100% de forma a que o trabalho desenvolvido seja mais eficaz. Atualmente os CRL apenas recebem verba quando concluem as acções mas as organizações disponibilizam os técnicos todo o ano, o que causa um estrangulamento no financiamento. Ajudava ter um plataforma para prescição de produtos de apoio que funcionasse como deve ser, pois a actual (SAPA) tm recursos muito limitados e é pouco flexivel. Ao nível da formação profissional o modelo d financiamento parece-nos adequado (baseia-se no valor de 3,5€/hora de formação) embora este não seja actualizado há 20 anos, o que seria importante pois este tipo de formação só se faz com recurso a técnicos especializados. Para potenciar o sucesso seria importante que se pare de tentar transpor o modelo de formação para a população em geral e aplicá-lo às pessoas com deficiência e incapacidade mas desenvolver um modelo que tenha em conta as ideiossincrasias desta população, que é extremamente heterogénea.	1
		O trabalho individualizado com as entidades empregadoras e os destinatários, as competências transversais dos técnicos que acompanham os processos	1
		Orientação na escola empresa/ candidato ideal; apoio técnico e presencial no processo de integração na empresa; apoio psico-social que potencie a motivação e ajuda na resolução das situações problema do colaborador PCDI, adaptação de tarefas e espaços aao colaborador PCDI, informação e apoio tecnico ao empresario no acesso aos programas de empregabilidade	1
		Os centros de recursos ao permitirem avaliar o perfil e os interesses e as necessidades das PCDI contribuem para adequar a oferta formativa à própria pessoa. Já os fatores de sucesso dos Centros de Formação/Qualificação estão ligados aos desenvolvimentos de ações que promovem a aproximação ao mercado de trabalho, reproduzindo o mesmo, o trabalho em parceria, o forte acompanhamento individual dos formandos em diferentes vertentes da sua vida, com um forte enfoque na relação com o formando.	1
		Os fatores de sucesso que permitiram, em parte, potenciar o trabalho dos centros de recursos, prende-se com os seguintes pontos: intervenção alavancada numa visão integrada e articulada das ações de IAOQE, AC e APC e respetiva continuidade de serviços/intervenção; interdisciplinaridade da equipa do CR, assente na intervenção centralizada no cliente e no conceito de qualidade de vida; respeito pelas expetativas, interesses e pela tomada de decisões (apoiadas) dos clientes; equipa empenhada, disponível, experiente e atenta/preocupada com as necessidades dos clientes; capacidade para trabalhar em rede/parceria com as diferentes entidades locais relevantes; capacidade para sensibilizar a comunidade, incluindo, as entidades empregadoras/sociedade mais inclusiva; boa aceitação dos empresários/responsáveis da entidades quanto ás medidas de emprego, designadamente, a medida CEAMA, que assente, em grande parte, no acompanhamento pós colocação facultado aos clientes/entidades empregadoras; boa articulação e colaboração com os Serviço de Emprego da Lousã e de Arganil.	1
		Os que fatores que “permitiriam”, penso que será mais os factores que permitem - Acompanhamento individualizado ao formando, durante todo o percurso formativo e após; - Articulação permanente com as entidades parceiras no acolhimento dos nossos clientes, na resolução de problemas que surgem quotidianamente. - O trabalho de parceria com os Centros de Emprego	1
		Para potenciar o trabalho dos centros de recursos será importante o estabelecimento de parcerias com outras entidades, como GIP’s, instituições de saúde mental, etc, no sentido de conseguir divulgar informação sobre as oportunidades oferecidas pelo nosso centro às pessoas com deficiências ou incapacidades por forma a alcançar populações que estão “presas” em casa e que necessitam de sair e experienciar formações ou qualificações que lhes permitam adquirir as competências pessoais, sociais e profissionais para uma futura integração no mercado de trabalho e como cidadãos de plenos direitos e deveres na sociedade. Também a criação de gabinetes localizados nos concelhos de abrangência do centro de recursos, para facilitar o acesso das pessoas com deficiência às medidas de formação/qualificação existentes.	1

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:	
		Reorganização geográfica dos CRQE reduzindo as distâncias entre os beneficiários e os técnicos; aumento de número de técnicos afetas ao Serviços; atribuição de compensação económica aos beneficiários da medida Apoio à Colocação para além dos subsídios já contemplados; alteração da forma de financiamento dos CRQE.	1
		Um modelo com flexibilidade, que não assentasse numa contabilidade de horas a cumprir um programa martelado dos ditos normais. As intervenções nesta população são individualizadas e não cabem em UFCD's.	1
		Duração majorada da componente de formação prática em contexto de trabalho, por comparação com o estipulado para os cursos de Educação e Formação de Adultos. Ÿ Existência de percursos individualizados, que permitem responder às necessidades e potenciais cujo perfil de funcionalidade restringe significativamente o acesso e a frequência bem-sucedida de referenciais do CNQ. Ÿ Existência de UFCD focadas no desenvolvimento de competências pessoais e sociais, muito valorizadas pelas pessoas e pelo mercado de trabalho (particularmente, a componente de formação para a integração). Ÿ Prestação dos serviços numa lógica de one stop shop: o centro efetua a caracterização de funcionalidade e apoia na re/construção do projeto profissional, implementa a formação (ou apoia no encaminhamento para outra entidade de formação) e apoia depois no acesso/ retoma ao mercado de trabalho. Ÿ Prospeção personalizada de entidades enquadradoras de formação prática em contexto de trabalho (vs. bolsa de entidades), o que aumenta o n.º de entidades empregadoras sensibilizadas para as questões das deficiências e incapacidades e aumenta o potencial de integração pós formação, para além da maior adequação às necessidades das pessoas. Ÿ Conjugação da qualificação com os apoios ao emprego, permitindo que o mesmo centro acompanhe a mesma entidade empregadora em diferentes etapas da pessoa (formação prática em contexto de trabalho e acompanhamento pós-colocação). Ÿ Existência de equipas multidisciplinares no seio da equipa técnico-pedagógica. Ÿ Possibilidade de acompanhamento especializado, ao nível da reabilitação funcional em diversos domínios (psicologia, fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala). Ÿ Apoios complementares, vitais para a acessibilidade da formação às pessoas (ex.: ILGP, transporte adaptado, apoio de 3.ª pessoa, alojamento).	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Medida: ESTÁGIOS E INTEGRAÇÃO EM TRABALHO SOCIALMENTE ÚTIL

Elementos da TdM em análise: REALIZAÇÕES

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:
		PCDI recebem apoio na procura ativa de emprego
#19PCDI Evolução das PCDI apoiadas na colocação e acompanhamento no mercado de trabalho	3.2: Nos últimos anos, quantas pessoas com deficiência/incapacidade foram acompanhadas pelo centro de recursos nas seguintes modalidades: Estágios de inserção, Contrato emprego-inserção, Contrato emprego apoiado, Outra modalidade	**Número de formandos/as com deficiência/incapacidade por tipo de modalidade de inserção:**

	Estágios de inserção				Contrato emprego-inserção				Contrato emprego apoiado				Outra modalidade			
	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média
2015	20	1	18	6,90	19	1	55	13,32	8	1	15	6,38	14	1	11	3,29
2016	22	1	36	6,05	23	1	43	8,65	9	1	15	6,56	14	1	6	2,36
2017	23	1	12	4,65	21	1	36	10,38	16	1	26	7,56	17	1	8	3,76
2018	18	1	30	7,67	23	1	50	12,00	16	1	35	11,81	17	1	6	2,88
2019	18	1	30	7,33	20	1	38	13,10	16	1	33	11,69	11	1	8	3,45
2020	18	1	16	5,78	22	1	43	10,14	19	1	48	12,53	16	1	7	2,38
2021	24	1	22	6,08	26	1	55	12,46	19	1	51	14,63	21	1	8	2,81

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td colspan="3">PCDI acompanhados pós colocação</td></tr>
<tr><td>#20PCDI N.º/% de PCDI que beneficiam de acompanhamento pós colocação, por tipo de def.</td><td>Recebeu a visita regular de um técnico da entidade com que articulou para o acompanhamento do estágio/colocação? Quais as atividades realizadas?

Sempre que foi necessário, solicitou apoio do técnico de emprego para a gestão do acolhimento/contratação da PCDI?</td><td>EC
<table>
<tr><th>ASSOL</th><th>ÉVORA</th><th>CEPFI</th></tr>
<tr><td>Foi acompanhado por um técnico da entidade formadora na realização do estágio e após a contratação? Que dificuldades apontou?

1 — No início parece tudo estranho, mas com o tempo e com o esforço de todos, consegue-se. O apoio do CRQE e o esforço da entidade é muito importante. O patrão e a cozinheira foram sempre impecáveis.
2 — Sim fui, pelo Centro de Recursos por um técnico da formação que me apoiou sempre
3 — Não. Apenas vem a Intérprete de LG quando é preciso. O CRQE é que trata disso tudo.

Esse apoio foi útil e de acordo com as suas expetativas?

1 — Sinto que sem este apoio nunca conseguiria ter sido integrada na comunidade por estar muito desacreditada por esta.
2 — Muito útil tive muito apoio por parte de todos.
3 — Sim</td><td>Foi acompanhado por um técnico da entidade formadora na realização do estágio e após a contratação? Que dificuldades apontou?

1 — Sim, fui acompanhado por técnicas da APPACDM de Évora. Considero que a adaptação aos horários de trabalho e a alteração de rotinas, foram fatores que dificultaram a integração. Os apoios das técnicas foram importantes para a manutenção do posto de trabalho.
2 — Sim, fui acompanhada por uma Técnica da APPACDM de Évora que se articulou com o Município para eliminar as barreiras arquitetónicas, caso contrário não teria conseguido fazer a experiência laboral naquela entidade.
3 — Sim. Nenhumas dificuldades, foi um bom trabalho da Técnica de Acompanhamento.

Esse apoio foi útil e de acordo com as suas expetativas?

1 — Sim, este apoio foi muito importante e correspondeu às expetativas.
2 — Sim, ao longo de todo o percurso para conseguir o meu contrato de trabalho e depois encaminharam-me para o projeto MAVI que me permitiu ganhar ainda mais independência e autonomia.
3 — Sim, sem dúvida. Sem esse apoio, eu teria muitas dificuldades.</td><td>Foi acompanhado por um técnico da entidade formadora na realização do estágio e após a contratação? Que dificuldades apontou?

1 — Sim. Não tive dificuldades

Esse apoio foi útil e de acordo com as suas expetativas?

1 — Sim. Ainda que já tenha passado alguns anos, ainda sou contactado pelo Centro</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

Elementos da TdM em análise: Mecanismos

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:
M6 São efetuadas ações de sensibilização e consciencialização dos empregadores face ao PH das PCDI		

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td>#23PCDI % de empresas participantes que foi alvo de ações de sensibilização face ao emprego das PCDI</td><td colspan="2">EC
<table>
<tr><th>ASSOL</th><th>ÉVORA</th><th>CEPFI</th></tr>
<tr><td><table>
<tr><td>1</td><td>Sim, pelo Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego da ASSOL. O resultado foi a contratação de PCDI.</td></tr>
<tr><td>2</td><td>Sim, prestam muita informação e apoiam em tudo. O resultado é a integração das pessoas nos nossos quadros.</td></tr>
<tr><td>3</td><td>Sim, para além de já termos sido convidados para várias ações dinamizadas pelo centro de recursos, os técnicos passam com frequência e contactam, geralmente falam de alguma pessoa que poderia vir trabalhar para a empresa e informam de todas as medidas de apoio existentes. Ajudam também na elaboração de candidaturas e organização de processos. O coordenado do centro de recursos costuma também acompanhar nas visitas de acompanhamento do interlocutor do serviço de emprego local. Os resultados são positivos, pois temos 4 trabalhadores bem integrados e que se mantém efetivos há vários anos.</td></tr>
</table></td><td><table>
<tr><td>1</td><td>Sim. Mas não uma sessão formal. Toda a atenção e cuidado da Técnica de Acompanhamento. O resultado foi positivo e permitiu entender toda a problemática à volta da empregabilidade destas pessoas, e da necessidade/responsabilidade de toda a sociedade nesta matéria.</td></tr>
<tr><td>2</td><td>Sim, fui informado das medidas, no entanto optei pela que me parecia mais indicada para aquele caso em específico. Considero que o resultado foi positivo, originando a contratação de um jovem em emprego apoiado em mercado aberto.</td></tr>
<tr><td>3</td><td>Sim</td></tr>
</table></td><td><table>
<tr><td>1</td><td>Sim. Tais ações resultaram na contratação de um funcionário com deficiência</td></tr>
</table></td></tr>
</table>
41,8% de empresas participantes que foi alvo de ações de sensibilização face ao emprego das PCDI
<table>
<tr><th></th><th>Nº</th><th>%</th></tr>
<tr><td>Sim</td><td>104</td><td>41,8</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>145</td><td>58,2</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>249</td><td>100,0</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).</td></tr>
<tr><td>#24PCDI Grau de conhecimento dos apoios existentes para a contratação de PCDI, por parte das Entidades empregadoras</td><td colspan="2">EC
<table>
<tr><th>ASSOL</th><th>ÉVORA</th><th>CEPFI</th></tr>
</table></td></tr>
</table>

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

1	Sim porque o centro de recursos nos mantém informados Sim, para além de já termos sido convidados para várias ações dinamizadas pelo centro de recursos, os técnicos passam com frequência e contactam, geralmente falam de alguma pessoa que poderia vir trabalhar para a empresa e informam de todas as medidas de apoio existentes. Ajudam também na elaboração de candidaturas e organização de processos. O coordenado do centro de recursos costuma também acompanhar nas visitas de acompanhamento do interlocutor do serviço de emprego local. Os resultados são positivos, pois temos 4 trabalhadores bem integrados e que se mantém efetivos há vários anos.
2	Neste momento sim. Sim, pelo Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego da ASSOL. O resultado foi a contratação de PCDI.
3	Neste momento sim. O CRQE dá muito apoio a este nível. Sim, prestam muita informação e apoiam em tudo. O resultado é a integração das pessoas nos nossos quadros.

1	Sim, mas não de todas. Conheço as que utilizo. Sim. Mas não uma sessão formal. Toda a atenção e cuidado da Técnica de Acompanhamento. O resultado foi positivo e permitiu entender toda a problemática à volta da empregabilidade destas pessoas, e da necessidade/responsabilidade de toda a sociedade nesta matéria.
2	Tenho conhecimento de algumas medidas, não da totalidade. Sim, fui informado das medidas, no entanto optei pela que me parecia mais indicada para aquele caso em específico. Considero que o resultado foi positivo, originando a contratação de um jovem em emprego apoiado em mercado aberto.
3	Temos conhecimento parcial. Apenas das medidas de estágios e apoios à contratação

1	Não tenho conhecimento formal das medidas.

Tem conhecimento da totalidade dos apoios públicos existentes relacionados com a contratação de pessoas com deficiência/incapacidade?

	Nº	%
Não/Parcialmente	150	72,8
Sim	56	27,2
Total	206	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

M7. Os empregadores obtêm informação sobre as vantagens da contratação de PCDI

#25PCDI % Entidades acolhedoras reconhecem a adequação das medidas às necessidades do mercado de trabalho

EC

ASSOL

Estágio de inserção

1	É uma boa medida para dar oportunidade e conhecer o trabalhador.
2	É importante, assim como os contratos de emprego inserção de inserção.
3	cria condições e medidas para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho uma vez que permite o desenvolvimento de atividades em contexto laboral com o objetivo de desenvolver as suas competências e facilitar a sua inserção profissional. Os apoios financeiros também são muito incentivadores para as entidades, principalmente pequenas/médias empresas.

Apoio à colocação e pós-colocação

ÉVORA

CEPFI

Estágio de inserção

1	A medida é positiva e motivadora para as entidades empregadoras contratarem PCDI, com a possibilidade de melhor averiguar sobre a compatibilidade entre as funções requeridas e as que objetivamente o candidato consegue realizar.

Apoio à colocação e pós-colocação

1	Positivamente

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

1	Funcionam bem porque o centro de recursos é muito presente e presta muito apoio	
2	São fundamentais para conseguir integrar as pessoas e dar tempo para elas se adaptarem. O APC é muito importante na manutenção dos empregos. Sem apoio muitas já tinham desistido.	
3	Avalio como sendo fundamentais para a manutenção dos postos de trabalho pois a intervenção do CRQE é muito abrangente e transmite uma segurança e confiança muito grande à entidade.	

63,9% Entidades acolhedoras reconhecem a adequação das medidas às necessidades do mercado de trabalho

Como avalia a importância da medida de política pública estágio de inserção?

	Nº	%
São pouco importantes uma vez que estão pouco ajustados às necessidades das entidades empregadoras	5	2,6
São importantes, mas não decisivos na contratação de trabalhadores com deficiências ou incapacidade	65	33,5
São muito importantes e decisivos, pois sem estes incentivos as entidades empregadoras teriam muitas dificuldades em contratar trabalhadores com deficiências ou incapacidade	124	63,9
Total	**194**	**100**

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

De uma maneira geral, como avalia a implementação das medidas públicas de apoio à colocação e pós-colocação?

	Nº	%
A implementação tem sido inexistente nem conhecia essas medidas	7	4,1
A implementação tem sido insuficiente	51	29,8
A implementação tem sido positiva	113	66,1
Total	**171**	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

M8. Empresas motivadas pelas comparticipações/apoios e acolhem estágios de PCDI

#26PCDI Tipologia de condições dos apoios atrativas para a frequência da IEJ, por tipo de medida (qualificação/ formação, estágios e emprego)

EC

Qual o nível de motivação que levou a entidade a recorrer aos estágios/apoios das PCDI no mercado de trabalho?

ASSOL

1	Comparticipações, apoios€, responsabilidade social, Também porque o centro de recursos da ASSOL nos desafiou e nos mantém apoiados. O apoio tem sido à empresa e às pessoas.
2	Todas as que aqui são referidas. O apoio do CRQE da ASSOL tem sido fundamental, na contratação das pessoas "certas" e na manutenção dos contratos.

ÉVORA

1	A responsabilidade social antes de mais. O conhecimento dos apoios no meu caso veio depois da decisão de contratar. E são muito bem-vindos. Mas não são a razão de contratar.
2	A motivação para a contratação de uma PCDI, foi a explicação e a informação dada pela APPACDM de Évora, bem como a responsabilidade social que a nossa empresa tem. Os apoios também são sem dúvida um

CEPFI

1	comparticipações, apoios€, responsabilidade social

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

	3	A primeira motivação é o direito à inclusão destas pessoas. Claro que os apoios financeiros ajudam muito mas não são a principal razão.

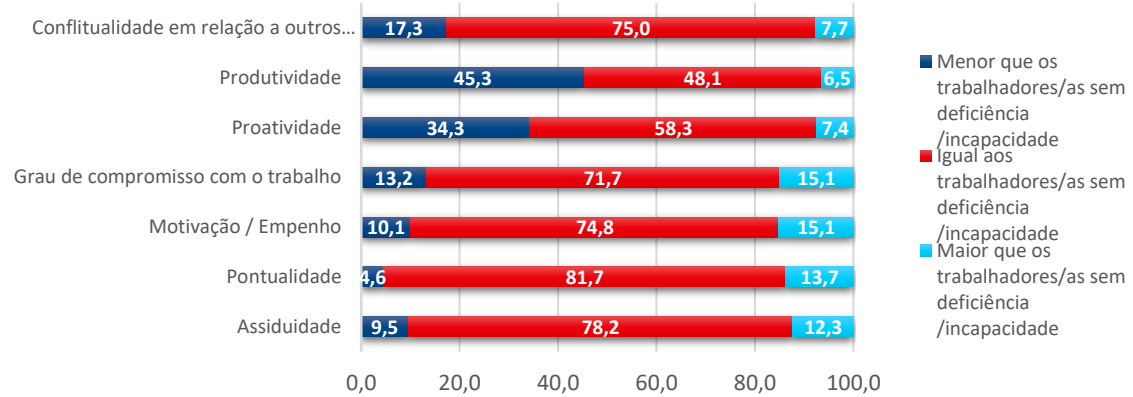
	fator importante para integração destes jovens.
3	Responsabilidade social e sistema de quotas na administração local

Para uma boa parte das empresas o apoio financeiro dado quer à empresa, quer ao individuo, constitui um fator de motivação para a adesão das empresas a estas medidas, mas destacam sobretudo o direito à inclusão das PCDI, a responsabilidade social e o apoio dado pelos Centros de recursos como os fatores fundamentais para a contratação das pessoas e para a manutenção dos contratos. "sem o apoio dos centros de recursos, muitas das entidades acabariam por desistir".

M9. A experiência prática em contexto é um mecanismo facilitador da integração profissional porque induz motivação e as competências para a empregabilidade

#27PCDI % de empresas que considera positivo o desempenho profissional das PCDI

Perceção relativamente a cada um dos aspetos abaixo apresentados face aos/às funcionários/as com deficiência/incapacidade por comparação com os funcionários/as sem deficiência:



Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

O contexto de experimentação do estágio ajudou a criar confiança nas PCDI A possibilidade de realização destas experiências de trabalho com pessoas com deficiência ou incapacidade permitem às entidades alargar o conhecimento sobre as reais potencialidades laborais e o desempenho profissional das pessoas com deficiência, desconstruindo mitos e estereótipos ainda muito enraizados de que o emprego deste público-alvo é uma mera questão de responsabilidade social.

M10. O contexto de experimentação ajuda a criar confiança nos empregadores removendo barreiras ao emprego das PCDI e promove o ajustamento às necessidades

#28PCDI % Empregadores com uma perceção positiva em relação à qualidade das medidas

5.2: Em síntese, e de uma maneira geral, qual o seu grau de satisfação com o desempenho geral dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade?

EC

ASSOL		ÉVORA		CEPFI	
Como descreve o processo de adaptação dos/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade na sua entidade?		Como descreve o processo de adaptação dos/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade na sua entidade?		Como descreve o processo de adaptação dos/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade na sua entidade?	
1	Adaptação ao posto de trabalho – Muito boa Relação interpessoal com os colegas de trabalho – Muito boa	1	Adaptação ao posto de trabalho muito boa Relação interpessoal com os colegas de trabalho muito boa	1	Adaptação ao posto de trabalho muito boa Relação interpessoal com os colegas de trabalho muito boa

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

frequentadas pelas PCDI

	Adaptação às normas da entidade empregadora – Muito boa Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora – Muito boa Relações interpessoais com a(s) chefia(s) – Muito boa		Adaptação às normas da entidade empregadora normal Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora Muito boa Relações interpessoais com a(s) chefia(s) Muito boa/excelente		Adaptação às normas da entidade empregadora muito boa Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora Muito boa Relações interpessoais com a(s) chefia(s) Muito boa
2	Adaptação ao posto de trabalho Boa. Sempre com apoio do CRQE Relação interpessoal com os colegas de trabalho Boa Adaptação às normas da entidade empregadora Boa Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora Boa Relações interpessoais com a(s) chefia(s) Boa	2	Adaptação ao posto de trabalho- Bom Relação interpessoal com os colegas de trabalho- Bom Adaptação às normas da entidade empregadora- Razoável Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora- Razoável Relações interpessoais com a(s) chefia(s) - Bom		
3	Adaptação ao posto de trabalho Com tempo e com apoio conseguiram Relação interpessoal com os colegas de trabalho Na generalidade corre bem. Por vezes surgem alguns desentendimentos e temos recorrido à mediação e apoio do CRQE para nos ajudar a resolver. Este apoio já evitou algumas baixas médicas ou até mesmo despedimento. Adaptação às normas da entidade empregadora Corre bem. Sempre com apoioAdaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora Corre bem. Sempre com apoio Relações interpessoais com a(s) chefia(s) Corre bem	3	Adaptação ao posto de trabalho- Boa adaptação Relação interpessoal com os colegas de trabalho- Boas relações Adaptação às normas da entidade empregadora- Boa adaptação às regras funcionais da CM Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora- Boa adaptação às regras funcionais da CM Relações interpessoais com a(s) chefia(s) - Bom		

O contexto de experimentação do estágio ajudou a criar confiança nas PCDI?

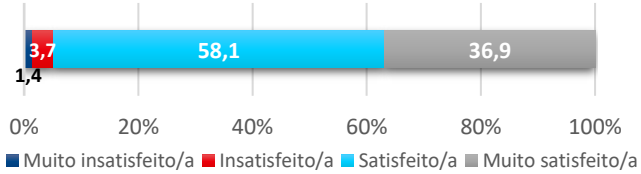
ASSOL	ÉVORA	CEPFI
As PCDI que realizaram estágio estão contratadas? 1 Sim 2 Sim, completamente 3 Sim	As PCDI que realizaram estágio estão contratadas? 1 Sim 2 Sim 3 Sim	As PCDI que realizaram estágio estão contratadas? 1 Sim, mas não houve mais contratações O contexto de experimentação do estágio ajudou a criar confiança nas PCDI?

95

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td></td><td></td><td>
?
<table>
<tr><td>1</td><td>Sim, completamente</td></tr>
<tr><td>2</td><td>Sim</td></tr>
<tr><td>3</td><td>Foi o principal motivo para a contratação</td></tr>
</table>
Face aos casos apoiados, há quanto tempo se encontram a exercer funções por número de anos de trabalho na sua organização?
<table>
<tr><td>1</td><td>1 há mais de 25 anos; 1 há mais de 15; 1 há mais 5 e outro há mais de 2.</td></tr>
<tr><td>2</td><td>Temos pessoas há dois anos e há vinte. Vamos contratando gradualmente e mantendo as que estão.</td></tr>
<tr><td>3</td><td>4 anos e 2 anos</td></tr>
</table>
O contexto de experimentação do estágio ajudou a criar confiança nas PCDI?
<table>
<tr><td>1</td><td>Muito importante</td></tr>
<tr><td>2</td><td>Decisivo para a decisão de realização do contrato</td></tr>
<tr><td>3</td><td>Muito importante</td></tr>
</table>
Face aos casos apoiados, há quanto tempo se encontram a exercer funções por número de anos de trabalho na sua organização?
<table>
<tr><td>1</td><td>1 ano</td></tr>
<tr><td>2</td><td>2 anos</td></tr>
<tr><td>3</td><td>Entre 3 a 4 anos</td></tr>
</table>
<table>
<tr><td>1</td><td>Sim, a pessoa foi contratada sem termo</td></tr>
</table>
Face aos casos apoiados, há quanto tempo se encontram a exercer funções por número de anos de trabalho na sua organização?
<table>
<tr><td>1</td><td>7 anos</td></tr>
</table>

95% Empregadores com uma perceção positiva em relação à qualidade das medidas frequentadas pelas PCDI

Grau de satisfação com o desempenho geral dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade

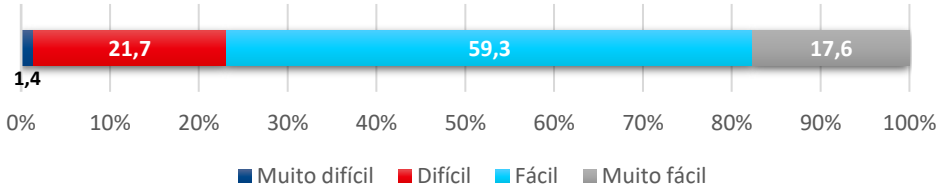
 

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).
</td></tr>
<tr><td></td><td>#29PCDI % de Entidades beneficiárias que considera o matching das expectativas das EE face aos trabalhadores PCDI</td><td>
Em traços gerais, Tem existido uma correspondência às expectativas das entidades empregadoras aquando do ingresso de um/a trabalhador/a com deficiência/incapacidade
<table>
<tr><th></th><th>Nº</th><th>%</th></tr>
<tr><td>Não</td><td>3</td><td>6,7</td></tr>
<tr><td>Sim, em parte</td><td>31</td><td>68,9</td></tr>
<tr><td>Sim, totalmente</td><td>8</td><td>17,8</td></tr>
<tr><td>Não sabe/Não responde</td><td>3</td><td>6,7</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>45</td><td>100,0</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).
</td></tr>
</table>

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td colspan="3"></td></tr>
<tr><td>#30PCDI % de Entidades beneficiárias que considera o matching das expectativas das PCDI face à inserção no mercado de trabalho</td><td>3.11: Na generalidade dos casos, a inserção em mercado de trabalho tem correspondido às expectativas dos/as formandos/as?</td><td>
A inserção em mercado de trabalho tem correspondido às expectativas dos/as formandos/as?
<table>
<tr><th></th><th>Nº</th><th>%</th></tr>
<tr><td>Não</td><td>5</td><td>11,1</td></tr>
<tr><td>Sim, em parte</td><td>27</td><td>60,0</td></tr>
<tr><td>Sim, totalmente</td><td>11</td><td>24,4</td></tr>
<tr><td>Não sabe/Não responde</td><td>2</td><td>4,4</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>49</td><td>100,0</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).
</td></tr>
<tr><td colspan="2">#31PCDI % de EE que considera positivo o processo de adaptação das PCDI à entidade</td><td>
EC
<table>
<tr><th>ASSOL</th><th>ÉVORA</th><th>CEPFI</th></tr>
<tr>
<td>Como descreve o processo de adaptação dos/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade na sua entidade?
<table>
<tr><td>1</td><td>Adaptação ao posto de trabalho – Muito boa
Relação interpessoal com os colegas de trabalho – Muito boa
Adaptação às normas da entidade empregadora – Muito boa
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora – Muito boa
Relações interpessoais com a(s) chefia(s) – Muito boa</td></tr>
<tr><td>2</td><td>Adaptação ao posto de trabalho Boa. Sempre com apoio do CRQE
Relação interpessoal com os colegas de trabalho Boa
Adaptação às normas da entidade empregadora Boa
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora Boa
Relações interpessoais com a(s) chefia(s) Boa</td></tr>
<tr><td>3</td><td>Adaptação ao posto de trabalho Com tempo e com apoio conseguiram
Relação interpessoal com os colegas de trabalho Na generalidade corre bem. Por vezes surgem alguns desentendimentos e temos recorrido à mediação e apoio do CRQE para nos ajudar a resolver. Este apoio já evitou</td></tr>
</table>
</td>
<td>Como descreve o processo de adaptação dos/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade na sua entidade?
<table>
<tr><td>1</td><td>Adaptação ao posto de trabalho muito boa
Relação interpessoal com os colegas de trabalho muito boa
Adaptação às normas da entidade empregadora normal
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora Muito boa
Relações interpessoais com a(s) chefia(s) Muito boa/excelente</td></tr>
<tr><td>2</td><td>Adaptação ao posto de trabalho- Bom
Relação interpessoal com os colegas de trabalho- Bom
Adaptação às normas da entidade empregadora- Razoável
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora- Razoável
Relações interpessoais com a(s) chefia(s) - Bom</td></tr>
<tr><td>3</td><td>Adaptação ao posto de trabalho – adaptaram-se bem
Relação interpessoal com os colegas de trabalho- Bom relacionamento
Adaptação às normas da entidade empregadora- Boa adaptação</td></tr>
</table>
</td>
<td>
<table>
<tr><td>1</td><td>Adaptação ao posto de trabalho muito boa
Relação interpessoal com os colegas de trabalho muito boa
Adaptação às normas da entidade empregadora muito boa
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora Muito boa
Relações interpessoais com a(s) chefia(s) Muito boa</td></tr>
</table>
</td>
</tr>
</table>
</td></tr>
</table>

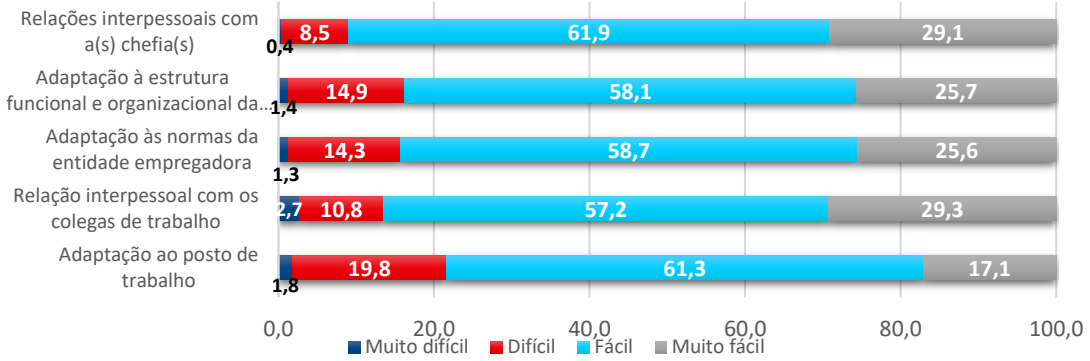
Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:		
		algumas baixas médicas ou até mesmo despedimento. Adaptação às normas da entidade empregadora Corre bem. Sempre com apoioAdaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora Corre bem. Sempre com apoio Relações interpessoais com a(s) chefia(s) Corre bem	Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora- com alguma dificuldade Relações interpessoais com a(s) chefia(s)- Bom relacionamento	

Processo de adaptação dos/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade na sua entidade



Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Em geral, como descreve o processo de adaptação destes/as funcionários/as nos seguintes aspetos



Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

M11. Acompanhamento técnico das PCDI nas empresas (+ empregadores e colegas de trabalho- meio)

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

#32PCDI Grau de avaliação do acompanhamento apoio à colocação e pós-colocação (EE)

EC

ASSOL		ÉVORA		CEPFI	
Apoio à colocação e pós-colocação		**Apoio à colocação e pós-colocação**		**Apoio à colocação e pós-colocação**	
1	Funcionam bem porque o centro de recursos é muito presente e presta muito apoio	1	Considero estas medidas importantes para a integração profissional das PCDI, uma vez que permitem a realização de experiências laborais e assim conhecer melhor o candidato. O acompanhamento pós-colocação é igualmente importante para resolver ou mediar qualquer questão que surja no âmbito do posto de trabalho.	1	Positivamente
2	São fundamentais para conseguir integrar as pessoas e dar tempo para elas se adaptarem. O APC é muito importante na manutenção dos empregos. Sem apoio muitas já tinham desistido.	2	Muito importante para a resposta adequada às necessidades de adaptação à vida laboral, e na mediação com a empresa, colegas de trabalho, chefias etc.		
3	Avalio como sendo fundamentais para a manutenção dos postos de trabalho pois a intervenção do CRQE é muito abrangente e transmite uma segurança e confiança muito grande à entidade.	3	Permite o teste do perfil da pessoa às atividades da CM		

A implementação das medidas públicas de apoio à colocação e pós-colocação

	Nº	%
A implementação tem sido inexistente nem conhecia essas medidas	7	4,1
A implementação tem sido insuficiente	51	29,8
A implementação tem sido positiva	113	66,1
Total	171	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

#33PCDI Evolução das PCDI apoiadas na colocação e acompanhamento no mercado de trabalho

Nos últimos anos quantas pessoas foram apoiadas e acompanhadas pelo centro de recursos em mercado de trabalho?

	Homens				Mulheres			
	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média
2015	26	1	160	37,12	26	1	122	29,27
2016	27	2	154	41,33	26	1	97	32,65
2017	27	1	199	55,78	27	2	151	47,63
2018	28	1	200	55,39	27	2	194	55,89
2019	30	1	200	60,17	29	1	177	54,62
2020	28	1	200	60,89	27	1	179	55,04
2021	31	2	200	59,23	31	1	200	50,10

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:
#34PCDI % de Entidades beneficiárias que realizam acompanhamento de forma sistemática 3.3: Qual o papel desempenhado pelo centro de recursos ao nível do acompanhamento das pessoas aquando do seu ingresso no mercado de trabalho?		**Papel desempenhado pelo centro de recursos ao nível do acompanhamento das pessoas aquando do seu ingresso no mercado de trabalho?**
		- Negociação da situação contratual e progressão de carreira; - Resolução de conflitos; - participação na avaliação de desempenho; - acompanhamento de situações clínicas e sócio familiares; - colaboração nas candidaturas aos apoios ao emprego IEFP e todo o acompanhamento da medida
		O centro de recursos acompanha todo o processo de integração no mercado de trabalho, destacando a proximidade que os técnicos têm com as pessoas com deficiência e também com o tecido empresarial. Este fator é entendido como decisivo para a inclusão social e profissional das pessoas que o Centro de Recursos acompanha.
		A ardad enquanto Centro de Recurso de Torre de Moncorvo, continua a deparar-se com muitas dificuldades no que concerne a encaminhamentos, ficando desta forma comprometida a nossa atuação. No entanto, todos os nossos clientes têm acompanhamento da equipa multidisciplinar do Centro de Recurso ,quando são colocados no mercado de trabalho .
		A Nossa instituição não tem Centro de Recursos. Consideramos não responder às questões 15, 16, 17 e 19
		Acompanhamento ao formandos e á entidade empregadora
		acompanhar e completar a ação do centro de emprego no apoio às necessidades especificas das PCDIs
		Apoiar na integração, promover a motivação, mediar em situações problema (saúde, segurança social) e em conflítuos dentro ou fora da empresa
		Apoio às empresas na adaptação dos postos de trabalho; Reforço de competências pessoais, sociais e laborais das pessoas acompanhadas; Apoio às pessoas e articulação com outros serviços em questões extra laborais com interferência no posto de trabalho
		Apoio no desenvolvimento de competências socioprofissionais que facilitem a integração no mercado de trabalho.
		Apoio no processo de integração ao candidato e à entidade empregadora
		Apoios até à aprovação das candidaturas aos estágios de inserção.
		Avaliação dos candidatos (necessidades e potenciais): traçar do perfil de empregabilidade, compreendendo eventuais obstáculos/barreiras a ultrapassar e potenciais a destacar e redirigir para se conseguir uma colocação mais efetiva; levantamento da história profissional e anteriores colocações; recolha de CV; análise das preferencias profissionais vs. capacidade de trabalho com o intuito de nivelar expectativas
		È prestado apoio psicossocial às pessoas aquando do seu ingresso no mercado de trabalho, auscultação das entidades e prestação de informação e apoio na mediação relacional entre as pessoas e entidades empregadoras.
		Em situação de não integração, continua o apoio ao formando através do programa Apoio à Colocação. Em situação de integração, caso seja requerido, ativa-se o programa de Acompanhamento Pós-Colocação.
		Equipa de apoio permanente às entidades empregadoras nos procedimentos burocráticos, no ajuste de tarefas e na mediação no contexto laboral; apoio permanente às pessoas no domínio profissional, mas também pessoal e familiar, de forma a garantir estabilidade promotora da manutenção dos postos de trabalho
		Manutenção e progressão no posto de trabalho, através de visitas de acompanhamento aos destinatários e às entidades empregadores, para definição de estratégias que potenciam a integração.
		Mediação
		muito importante. Está muito limitado pela natureza das medidas disponíveis pouco valorizadas pelos empresários.
		Não temos centro de recursos, logo não temos acesso a estes dados, por motivos de proteção de dados.
		Nos casos de ingresso no mercado de trabalho em regime de emprego apoiado, o Centro de recursos acompanha regularmente os indivíduos, realizando avaliações pormenorizadas do seu desempenho laboral.
		O apoio do CRQE é importante na colocação e na manutenção dos empregos/taxas de renovação
		O Centro de recursos assegura a procura do lugar certo para a pessoa certa, proporcionando experiências laborais reais, sendo estas monitorizada, procedendo à avaliação do perfil da pessoa. Proporciona informação às entidades empregadoras sobre as medidas de apoio e apoia no processo de candidatura a apoios ou na própria contratação. Avalia a capacidade do trabalhador. Promove ações de sensibilização para os empresários e para a comunidade em geral sobre a temática de deficiência. Presta apoio a nível individual à PCDI em diferentes vertentes da sua vida, promovendo as suas competências de autonomia e empoderamento.
		O Centro de Recursos Local desempenha um papel de mediador no processo de integração profissional das pessoas com deficiências ou incapacidades. Assegura um acompanhamento presencial regular através dos seus mediadores de formação e emprego. O apoio técnico prestado por esses técnicos passa por ajudar as

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:
		empresas nos processos de candidatura às medidas do IEFP, como Estágios Inserção e Emprego Apoiado em Mercado Aberto. Depois de integrados em medidas do IEFP, o Centro de Recursos aplica questionários de avaliação de desempenho profissional aos trabalhadores com deficiência integrados nas medidas do IEFP. Dispõe ainda de outros apoios que podem ser prestados aos trabalhadores com deficiência, desde apoio psicológico ou social, assegurados por outros elementos da equipa como a psicóloga e a assistente social.
		O centro de recursos realiza o acompanhamento pós colocação dirigido ao candidato/entidade empregadora/familiares ou outros intervenientes no sentido de garantir, sempre que possível, a manutenção da colocação em contexto de trabalho. Nesse sentido o APC acompanha o processo de inserção profissional do candidato , de modo a potenciar a sua integração na equipa, a sua capacidade de autonomia ao nível da execução das tarefas, bem como a adaptação das mesmas, sempre que necessário.
		O Centro de Recursos realiza reuniões periódicas com o trabalhador e com a entidade, apoiando na continuidade da manutenção do posto de trabalho, prestando informações e articulando com Centro de Emprego da área de residência. Além disso, os Técnicos vão trabalhando as competências sociais e pessoais do trabalhador tendo em conta o seu contexto biopsicossocial.
		O CR tem o papel de mediar, facilitar e acompanhar quer a colocação das PCDI, como o acompanhamento após a interação profissional
		O CRL desempenha um papel fundamental no apoio à pessoa com deficiência na procura activa de emprego, na sensibilização e conhecimento das medidas de apoio existentes junto das entidades empregadoras e desempenha um papel fundamental na mediação com entidades empregadoras em momentos sensíveis (inicio e fim de contrato de trabalho)
		Prestação de apoio técnico personalizado a beneficiários (questões de saúde; família; legislação do trabalhos (deveres e direitos); gestão económica; questões legais) e empresários na integração na empresa, tendo em consideração as necessidades relativas a acessibilidades, adaptação ao posto de trabalho, desenvolvimento de competências para a empregabilidade, manutenção de emprego e progressão na carreira.
		Procura de ofertas de emprego, avaliação da capacidade de trabalho, apoio nas entrevistas, apoio na submissão de candidaturas/reembolsos/finalização dos processos, intervenção em caso de conflitos ou divergências,
		Prospeção, negociação, mediação, informação sobre as medidas, ajustamentos em relação ao posto de trabalho, coaching dos candidatos, apoio no acesso à saúde, apoio no acesso à habitação, apoio no acesso a benefícios sociais empowerment
		Relativamente à ação de AC, desenvolve-se atividades tais como o diagnóstico/balanço de competências tendo em vista a autorreflexão sobre os diferentes percursos realizados e as aprendizagens desenvolvidas em contextos distintos e procede-se à identificação de competências de empregabilidade dos clientes e a elaboração/atualização do Curriculum Vitae (C.V). Realizamos ainda o acompanhamento psicológico e, quando necessário, acompanhamento às consultas na especialidade (Psiquiatria) e facultamos o apoio de retaguarda necessário a nível social e na resolução de problemas do quotidiano. Assim sendo, focando-nos no cliente e tendo por base o perfil de empregabilidade dos mesmos, as suas expectativas/interesses, capacidades e competências, efetua-se à prospeção de mercado ajustada às características dos clientes, realizando uma prospeção de mercado orientada para as necessidades dos destinatários. No que respeita aos empresários e outros responsáveis de entidades, facultou-se todo o apoio necessário a nível de assessoria quanto as medidas de emprego vigentes (destinadas a um público com deficiência e/ou incapacidade), elaboração e submissão de candidaturas de emprego, apoio técnico na plataforma netemprego.iefp (on-line) e a respetiva articulação com os gabinetes de contabilidade e o Serviços de Emprego. Por outro lado, continuamos a privilegiar, sempre que possível, a participação em ações de sensibilização organizadas, promovidas pelo Centro de Recursos (CR) ou por entidades locais. Respeitante à ação de APC, os apoios desenvolvidos nos contextos, junto dos clientes, com o envolvimento fundamental das entidades empregadoras, prendem-se com todo o tipo de ações que visam otimizar a adaptação do cliente às funções desempenhadas no local de trabalho, par além do ajustamento necessário às exigências e cultura organizacional das entidades empregadoras, tendo sempre em vista a manutenção do posto de trabalho, a melhoria da situação contratual ou a aquisição de competências de empregabilidade que lhes permitam novas oportunidades de emprego ou progressão na carreira, promovendo-se a continuidade dos postos de trabalho, para um número substancial de clientes, através da assinatura de um contrato de trabalho. Para esse efeito, tendo por base as características, limitações e dificuldades evidenciados pelos clientes no posto de trabalho, procede-se ao acompanhamento regular dos mesmos, com o respetivo envolvimento das entidades empregadoras, realizando-se as visitas necessárias ao locais de trabalho (agendadas, ou em situações de necessidade reportadas pelo empregador ou pelo trabalhador), reuniões com clientes, supervisores e/ou responsáveis das organizações, quer na sede da entidade, quer na ARCIL ou outras instalações cedidas, com vista a realizar e monitorizar a evolução do desempenho do cliente face às funções exercidas. Assim sendo, o acompanhamento prende-se com qualquer processo relacionado com o trabalhador, nomeadamente, a gestão de conflitos, capacitação para a adoção de comportamentos e postura no local de trabalho, cumprimento dos requisitos de assiduidade e pontualidade, apoio nos procedimentos a cumprir nas situações baixas/doenças, aconselhamento e orientação dos clientes face à legislação do trabalho e/ou regulamentos das medidas de emprego, apoio social e fomentação da participação e inclusão em atividades de base

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:
		comunitária de trabalhadores em situações de doença mental. De forma concomitante, continuamos a desenvolver os apoios complementares necessários como o acompanhamento psicológico, apoio no acesso a consultas e no acesso e toma de medicação, assim como o encaminhamento e mediação com serviços da comunidade/interligação com serviços de psicologia e psiquiatria (CHUC-Coimbra). AC/APC O Apoio social e a articulação com as várias entidades e serviços, decorrente da multiplicidade de situações-problema, ao nível do contexto familiar e inclusão social, identificadas pelos técnicos ou pelos próprios que se constituem como essenciais para garantir o seu bem-estar social, permitindo uma melhor integração social e laboral. Torna-se, igualmente importante, continuar a capacitar os destinatários para a resolução de problemas e tomada de decisões diárias, essenciais para a sua inclusão social
		Verificação junto dos formandos e da entidade empregadora qual o nível de adaptação e desempenho do formando, auxiliando na resolução de problemas existentes.

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Como é realizado o acompanhamento?

	Nº	% de casos (N=42)
Contacto direto com o/a trabalhador/a	33	78,6
Contacto direto com a entidade empregadora	33	78,6
Ausculta-se o/a trabalhador/a e a entidade empregadora	30	71,4
Aplicação inquéritos de monitorização	11	26,2
Outra	6	14,3
Não sabe/Não responde	3	7,1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

#35PCDI % de Entidades beneficiárias que realizam acompanhamento presencial nas EE

88,1% de Entidades beneficiárias que realizam acompanhamento presencial nas EE

Os elementos técnicos do centro de recursos costumam realizar visitas às entidades empregadoras?

	Nº	%
Não	-	-
Sim	37	88,1
Não sabe/Não responde	5	11,9
Total	42	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

#36PCDI Periodicidade dos processos de acompanhamento

Qual a frequência do acompanhamento?

	Nº	%
Mensalmente	18	41,9
Bimensalmente	2	4,7
Trimestralmente	1	2,3
Não sabe/Não responde	6	14,0
Outra	16	37,2
Total	**43**	**37,2**

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

#37PCDI % de Entidades beneficiárias que considera que as EE requerem maior acompanhamento aquando no ingresso das PCDI

88,3% de Entidades beneficiárias que considera que as EE requerem maior acompanhamento aquando no ingresso das PCDI

As entidades empregadoras manifestam necessitar de maior apoio/acompanhamento aquando do ingresso de um trabalhador com deficiência/incapacidade?

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

3.7: Considera que as entidades empregadoras manifestam necessitar de maior apoio/acompanhamento aquando do ingresso de um trabalhador com deficiência/incapacidade?

	Nº	%
Não	4	9,1
Sim, um pouco mais	17	38,6
Sim, bastante mais	21	47,7
Não sabe/Não responde	2	4,5
Total	44	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

#38PCDI Tipologia de Dinâmicas dos processos de acompanhamento

Quadro 1. Como tem decorrido o processo de acompanhamento/visita?

	Nº	%
Tem sido difícil, mas as entidades empregadoras mostram-se recetivas e disponíveis	11	28,2
Tem sido fácil e as entidades empregadoras mostram-se recetivas, disponíveis e motivadas	24	61,5
Tem sido muito fácil, as entidades empregadoras mostram-se recetivas, disponíveis e motivadas	2	5,1
Não sabe/Não responde	1	2,6
Outra	1	2,6
Total	**39**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

M12. As PCDI obtêm o emprego após a realização de estágio e obtêm contrato de trabalho – Contrato Emprego Apoiado

#39PCDI % de ex-participantes que no final da participação recebeu uma oferta de emprego

Quadro 2. Como integrou a entidade empregadora?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fui encaminhado/a através de um Centro de Recursos	2	7,4	19	10,5	21	10,1
Fui encaminhado/a através do IEFP	7	25,9	47	26,0	54	26,0
Candidatei-me por iniciativa própria	7	25,9	47	26,0	54	26,0
Realizei um Estágio	5	18,5	48	26,5	53	25,5
Outro meio	6	22,2	20	11,0	26	12,5
Total	27	100,0	181	100,0	**208**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Por qual tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	% de casos (N= 29)	Nº	% de casos (N= 181)	Nº	% de casos (N= 210)
Orientação e avaliação	5	17,2	12	6,6	17	8,1
Apoio à colocação	10	34,5	36	19,9	46	21,9
Acompanhamento pós-colocação	3	10,3	15	8,3	18	8,6
Estágio profissional	8	27,6	52	28,7	60	28,6
Estágio – Inserção	4	13,8	41	22,7	45	21,4
Estágio-emprego	3	10,3	23	12,7	26	12,4
Emprego protegido	1	3,4	7	3,9	8	3,8
Contrato-emprego inserção	8	27,6	47	26,0	55	26,2
Contrato-emprego apoiado em mercado aberto	3	10,3	36	19,9	39	18,6
Outra	7	24,1	23	12,7	30	14,3

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Até à data quantos/as funcionários/as que se encontravam em estágio profissional/inserção ou se encontram a trabalhar na entidade com contrato de trabalho?

	Nº empresas	%	Nº de pessoas
0	92	43,2	0
1	83	39,0	83
2	22	10,3	44
3	6	2,8	18
4	2	0,9	8
5	1	0,5	5
6	1	0,5	6
10	1	0,5	10
14	1	0,5	14
15	1	0,5	15
19	1	0,5	19
21	1	0,5	21
42	1	0,5	42
Total	**213**	**100,0**	**285**

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Dos/as funcionários/as que se encontram atualmente a realizar estágio, qual a perspetiva quanto ao seu futuro na entidade?

	Nº	%
Terminar o estágio sem perspetiva de continuidade na entidade	9	4,9
Continuidade na entidade	48	26,4
Não sabe/Não responde	125	68,7
Total	182	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Elementos da TdM em análise: Resultados

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:
Novos empregos criados para as PCDI		
#41PCDI % de ex-participantes que recebeu oferta de	3.2: Como integrou a entidade empregadora?	**EC**

	ASSOL	ÉVORA	CEPFI
1	Encaminhado/a através do Centro de Recursos- Apoio à Colocação	Integrei a empresa, através da medida de Apoio à Colocação da APPACDM de Évora. Depois foi realizado contrato de Emprego Apoiado em Mercado Aberto.	A partir do estágio realizado na entidade

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td>emprego após término das Ações</td><td></td><td>
<table>
<tr><td></td><td>EAMA – emprego apoiado em mercado aberto</td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>2</td><td>Candidatei-me por iniciativa própria - Curso de Formação Profissional</td><td>Através do apoio do Centro de Recursos da APPACDM de Évora que me colocou na área da juventude do Município de Évora através da medida Apoio à Colocação.</td><td></td></tr>
<tr><td>3</td><td>Realizei um Estágio -Contrato de Emprego e Inserção para PCDI</td><td>Através do apoio do Centro de Recursos</td><td></td></tr>
</table>
Como integrou a entidade empregadora?
<table>
<tr><th></th><th colspan="2">3.01</th><th colspan="2">3.02</th><th colspan="2">Total</th></tr>
<tr><th></th><th>Nº</th><th>%</th><th>Nº</th><th>%</th><th>Nº</th><th>%</th></tr>
<tr><td>Fui encaminhado/a através de um Centro de Recursos</td><td>2</td><td>7,4</td><td>19</td><td>10,5</td><td>21</td><td>10,1</td></tr>
<tr><td>Fui encaminhado/a através do IEFP</td><td>7</td><td>25,9</td><td>47</td><td>26,0</td><td>54</td><td>26,0</td></tr>
<tr><td>Candidatei-me por iniciativa própria</td><td>7</td><td>25,9</td><td>47</td><td>26,0</td><td>54</td><td>26,0</td></tr>
<tr><td>Realizei um Estágio</td><td>5</td><td>18,5</td><td>48</td><td>26,5</td><td>53</td><td>25,5</td></tr>
<tr><td>Outro meio</td><td>6</td><td>22,2</td><td>20</td><td>11,0</td><td>26</td><td>12,5</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>27</td><td>100,0</td><td>181</td><td>100,0</td><td>208</td><td>100,0</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).</td></tr>
<tr><td>#42PCDI % de ex-participantes que recebera m uma oferta de emprego da entidade onde realizaram o estágio</td><td>3.2.1: Por referência ao ano anterior, quantos/as ainda se mantêm a trabalhar na mesma organização?</td><td>
Por referência ao ano anterior, quantos/as ainda se mantêm a trabalhar na mesma organização?
<table>
<tr><th></th><th>N</th><th>Mínimo</th><th>Máximo</th><th>Média</th></tr>
<tr><td>Formandos que se mantém a trabalhar</td><td>36</td><td>0</td><td>130</td><td>26,19</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).</td></tr>
<tr><td>#43PCDI % Entidades empregadoras que contrataram PCDI após a realização do estágio</td><td>3.3: Até à data quantos/as funcionários/as que se encontravam em estágio profissional/inserção se encontram a trabalhar na</td><td>56,8% Entidades empregadoras que contrataram PCDI após a realização do estágio na entidade
Após a realização do estágio mais de metade das entidades empregadoras inquiridas (56,8%) contrataram os estagiários com deficiência ou incapacidades, o que significa que em 213 foram contratadas 285 pessoas.
Até à data quantos/as funcionários/as que se encontravam em estágio profissional/inserção ou se encontram a trabalhar na entidade com contrato de trabalho?
<table>
<tr><th>Nº de empresas</th><th>Nº de pessoas</th></tr>
<tr><td>213</td><td>285</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).</td></tr>
</table>

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:
na entidade	entidade com contrato de trabalho? As PCDI que realizaram estágio estão contratadas?	**Até à data quantos/as funcionários/as que se encontravam em estágio profissional/inserção ou se encontram a trabalhar na entidade com contrato de trabalho?**

	Nº empresas	%	Nº de pessoas
0	92	43,2	0
1	83	39,0	83
2	22	10,3	44
3	6	2,8	18
4	2	0,9	8
5	1	0,5	5
6	1	0,5	6
10	1	0,5	10
14	1	0,5	14
15	1	0,5	15
19	1	0,5	19
21	1	0,5	21
42	1	0,5	42
Total	**213**	**100,0**	**285**

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Integração das PCDI em empregos de qualidade e sustentáveis

#44PCDI % de PCDI em emprego após Ação que considera ajustado o perfil de trabalho, condições e remuneração, progressão

4.5: Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Muito Insatisfeito/a" e 4 "Muito Satisfeito/a". indique, por favor, qual o seu grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho.

5.1 Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Muito Insatisfeito/a" e 4

EC

Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho.

ASSOL

	1	2	3
Adaptação ao posto de trabalho	No início tive algumas dificuldades, mas depois consegui adaptar-me e fazer as tarefas sem dificuldade	Apesar de não ser fácil no início, com apoio do patrão, colegas e técnica do CRQE acabei por conseguir	correu muito bem
Relação interpessoal com colegas	Sei que às vezes tivemos as nossas	Devido à surdez não foi fácil mas os	apesar de haver alguns conflitos normais

ÉVORA

	1	2	3
Adaptação ao posto de trabalho	Muito Bom	Bom	Sim, muito bem
Relação interpessoal com colegas	Muito Bom	Muito boa	Bem
Adaptação às normas da entidade empregadora	Muito bom	Boa	Bem
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	Boa	Boa	muito boa

CEPFI

	1
Adaptação ao posto de trabalho	Boa
Relação interpessoal com colegas	Boa
Adaptação às normas da entidade empregadora	Boa
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	Boa

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:									
	"Muito Satisfeito/a", indique por favor, qual o seu grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional.		dificuldades, mas agora já está tudo bem	colegas e patrão esforçam-se muito por me entender e comunicar comigo. O CRQE pede também ajuda à minha mãe sempre que necessário e traz uma intérprete de Língua Gestual sempre que preciso	com um ou dois colegas, no geral as relações são muito boas	**Relações interpessoais com a(s) chefia(s)**	Muito boas	Muito boa	excelente	**Relações interpessoais com a(s) chefia(s)**	Boas
						Condições de acessibilidade	Boas	Boas	Normais, sem problemas	**Condições de acessibilidade**	Boas
						Condições gerais de trabalho	Boas	Boas	Sim, apesar de no Inverno ou no Verão, as temperaturas não estarem muito agradáveis.	**Condições gerais de trabalho**	Boas
						Tipo de contrato de trabalho	Bom	O possível	Muito bom	**Tipo de contrato de trabalho**	Muito satisfeito
						Horário de trabalho	Bom	Bom	Bom	**Horário de trabalho**	Satisfeito
						Funções desempenhadas	Adequadas ao meu perfil	Adequadas à minha condição	Muito bom	**Funções desempenhadas**	Muito Satisfeito
						Possibilidade de continuidade no posto de trabalho	Sim, tenho essa expetativa	Bastante	Muito bom	**Possibilidade de continuidade no posto de trabalho**	Sim, contrato sem termo
						Oportunidades de formação contínua	Razoável	Muito Boa	Sim, na Entidade Formadora que me qualificou - APPACDM	**Oportunidades de formação contínua**	Sim, mas não fez
						Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade	Sempre, mas nunca aconteceu	Sinto-me à vontade	Nunca aconteceu	**Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade**	Não
			Cumpro	Fui aprendendo com o tempo. O CRQE ajudou	para mim foi fácil essa adaptação, porque já no apoio à colocação começaram a trabalhar comigo essas competências					**Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho**	Sim, boas
			Adaptação às normas da entidade empregadora								
			Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	Adapto-me bem	Apesar de não ser fácil tive sempre muito apoio	correu bem					
			Relações interpessoais	São bons para mim,	No início não estava habituada	não tenho nada a dizer do executivo					

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:							
		com a(s) chefia(s)	todos me ajudaram	a lidar porque nunca tinha trabalhado mas com ajuda da Dr.ª do CRQE consegui	da Câmara que sempre me trataram com muito respeito. E gosto muito do meu responsável direto que é o responsável do armazém da Câmara. Ajuda-me muito e trata-me muito bem.	**e e/ou capacidade**			
		Condições de acessibilidade	Algumas coisas precisavam de ser melhoradas, muitas vezes faço o percurso a pé e as pessoas põe barreiras nos passeios	– Não existem transportes públicos mas a minha mãe leva-me porque fica no caminho para o trabalho dela	não tenho dificuldades motoras mas caso tivesse tinha acesso aos serviços	**Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho**	Boas	Iguais para todos	Sim, muito bom, vou com as minhas colegas à consulta do médico do trabalho.
		Condições gerais de trabalho	Muito satisfeita	Razoáveis	Muito satisfeita				
		Tipo de contrato de trabalho	Muito satisfeita	Excelente	Muito satisfeita				
		Horário de trabalho	Bom	Bom	Muito satisfeita				
		Funções desempenhadas	Consigo fazer tudo	Adequadas	Muito satisfeita				

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:					
		Possibilidade de continuidade no posto de trabalho	É possível. Tenho contrato	Sim	Muito satisfeita		
		Oportunidades de formação contínua	Sim e já fiz	Igual aos outros	Sim, embora não tenha realizado		
		Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade	Não necessário	Sim, mas nem tem sido preciso	Não equaciono fazer essas tarefas, mas se for necessário e se conseguir, sim.		
		Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho	São cumpridas	Sim, quando estou menos bem, ajudam-me em tudo o que preciso	Muito satisfeita		

Quadro 3. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho:

	1- Muito insatisfeito/a		2 -Insatisfeito/a		3- Satisfeito/a		4 – Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Condições gerais de trabalho.	8	3,9	13	6,4	105	51,5	73	35,8	5	2,5	204	100,0
Tipo de contrato de trabalho.	9	4,4	31	15,2	87	42,6	59	28,9	18	8,8	204	100,0
Horário de trabalho.	6	3,0	11	5,4	107	52,7	75	36,9	4	2,0	203	100,0
Remuneração.	23	11,3	45	22,2	101	49,8	25	12,3	9	4,4	203	100,0
Funções desempenhadas.	8	3,9	11	5,4	120	58,8	61	29,9	4	2,0	204	100,0
Utilidade do trabalho que faz.	3	1,5	9	4,4	102	50,0	83	40,7	7	3,4	204	100,0
Ambiente de trabalho.	7	3,4	18	8,8	93	45,6	82	40,2	4	2,0	204	100,0
Relações interpessoais no trabalho.	7	3,4	15	7,4	98	48,0	80	39,2	4	2,0	204	100,0

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

Possibilidade de continuidade no posto de trabalho.	15	7,5	20	10,0	71	35,5	63	31,5	31	15,5	200	100,0
Oportunidades de formação contínua.	13	6,5	34	16,9	79	39,3	45	22,4	30	14,9	201	100,0
Liberdade e independência de atuação.	7	3,5	18	9,0	104	51,7	57	28,4	15	7,5	201	100,0
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade.	13	6,5	23	11,4	87	43,3	44	21,9	34	16,9	201	100,0
Respeito pela sua saúde, descanso e integridade física.	12	5,9	17	8,4	94	46,3	70	34,5	10	4,9	203	100,0
Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho adotadas pela entidade empregadora.	15	7,4	5	2,5	97	48,0	78	38,6	7	3,5	202	100,0
Disponibilização de recursos e meios para a melhoria do desempenho profissional	8	4,0	28	13,9	96	47,5	59	29,2	11	5,4	202	100,0
Gestão e resolução de conflitos	7	3,5	27	13,6	96	48,2	56	28,1	13	6,5	199	100,0

#45PCDI % Participantes com contratos de trabalho sem termo, após a participação em estágio ou obtenção de emprego

4.1: Qual o regime de contrato de trabalho que detém?
3.2: Indique por favor, a distribuição do número de funcionários/as com deficiência/incapacidade, por natureza jurídica do seu vínculo laboral

EC

ASSOL	ÉVORA	CEPFI
Todos	Todos	Todos

27% Participantes com contratos de trabalho sem termo, após a participação em estágio ou obtenção de emprego

Qual o regime de contrato de trabalho que detém?

	Total	
	Nº	%
Não sabe / Não responde	28	13,3
Termo incerto	27	12,8
Termo certo	50	23,7
Sem termo (vulgo contrato efetivo)	57	27,0
Prestação de serviços	5	2,4
Estágio profissional	25	11,8
Outro	19	9,0
Total	**211**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Natureza jurídica do seu vínculo laboral dos Funcionários com deficiência/incapacidade

	Nº de empresas	Mínimo	Máximo	Nº de pessoas
Termo incerto	78	0	2	19
Termo certo	110	0	12	75
Sem termo	170	0	40	300
Prestação de serviços	66	0	1	2
Estágio profissional/ estágio inserção	86	0	11	40

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

#46PCDI % de PCDI com regime de

4.1.1: [Se Termo incerto, Termo certo ou Sem termo] Qual a

82% de PCDI com regime de tempo inteiro
9,4% de PCDI com regime de tempo parcial

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td>tempo inteiro

#47PCDI % de PCDI com regime de tempo parcial</td><td>modalidade do trabalho que exerce?</td><td>Qual a modalidade do trabalho que exerce?
<table>
<tr><th></th><th colspan="2">Total</th></tr>
<tr><th></th><th>Nº</th><th>%</th></tr>
<tr><td>Não sabe/Não responde</td><td>13</td><td>9,4</td></tr>
<tr><td>Tempo parcial</td><td>12</td><td>8,6</td></tr>
<tr><td>Tempo integral</td><td>114</td><td>82,0</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>139</td><td>100,0</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).</td></tr>
<tr><td rowspan="2">#48PCDI Valor médio da remuneração auferida pelas PCDI</td><td>4.2 Em média, qual foi a sua última remuneração mensal líquida?</td><td>EC
<table>
<tr><td colspan="4">ASSOL</td><td colspan="4">ÉVORA</td><td>CEPFI</td></tr>
<tr><td></td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td></td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td rowspan="2">705€</td></tr>
<tr><td></td><td>700€</td><td>700€</td><td>500€</td><td></td><td>830€</td><td>715€</td><td>582€</td></tr>
</table>
Em média, qual foi a sua última remuneração mensal líquida? (Considere o montante recebido depois de deduzidos os impostos)
<table>
<tr><th></th><th colspan="2">3.01</th><th colspan="2">3.02</th><th colspan="2">Total</th></tr>
<tr><th></th><th>Nº</th><th>%</th><th>Nº</th><th>%</th><th>Nº</th><th>%</th></tr>
<tr><td>Não sabe/Não responde</td><td>4</td><td>14,8</td><td>10</td><td>5,4</td><td>14</td><td>6,6</td></tr>
<tr><td>≤ 600€</td><td>13</td><td>48,1</td><td>46</td><td>24,9</td><td>59</td><td>27,8</td></tr>
<tr><td>601-700€</td><td>6</td><td>22,2</td><td>51</td><td>27,6</td><td>57</td><td>26,9</td></tr>
<tr><td>701-800€</td><td>2</td><td>7,4</td><td>31</td><td>16,8</td><td>33</td><td>15,6</td></tr>
<tr><td>801-900€</td><td>2</td><td>7,4</td><td>21</td><td>11,4</td><td>23</td><td>10,8</td></tr>
<tr><td>901-1000€</td><td></td><td></td><td>13</td><td>7,0</td><td>13</td><td>6,1</td></tr>
<tr><td>>1000€</td><td></td><td></td><td>13</td><td>7,0</td><td>13</td><td>6,1</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>27</td><td>100,0</td><td>185</td><td>100,0</td><td>212</td><td>100,0</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).</td></tr>
<tr><td>6.2: Preencha o quadro seguinte com a distribuição dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade por remuneração mensal líquida (deduzindo os respetivos impostos)</td><td>Distribuição dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade por remuneração mensal líquida (deduzindo os respetivos impostos):
<table>
<tr><th></th><th>Nº de empresas</th><th>Mínimo</th><th>Máximo</th><th>Nº de pessoas</th></tr>
<tr><td>≤600€</td><td>67</td><td>0</td><td>11</td><td>41</td></tr>
<tr><td>601-700€</td><td>94</td><td>0</td><td>4</td><td>75</td></tr>
<tr><td>701-800€</td><td>136</td><td>0</td><td>40</td><td>196</td></tr>
<tr><td>801-900€</td><td>62</td><td>0</td><td>10</td><td>42</td></tr>
<tr><td>901-1000€</td><td>68</td><td>0</td><td>4</td><td>30</td></tr>
<tr><td>>1000€</td><td>69</td><td>0</td><td>14</td><td>47</td></tr>
<tr><td>Não sabe</td><td>48</td><td>0</td><td>47</td><td>48</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).</td></tr>
</table>

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr>
<td>#49PCDI
Grau de satisfação com a situação profissional das PCDI</td>
<td>Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa “Muito Insatisfeito/a” e 4 “Muito Satisfeito/a”, indique por favor, qual o seu grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional.</td>
<td>
EC

ASSOL

Graus de Satisfação face com aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional

	1	2	3
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais	Ajustadas	Muito satisfeita	Muito satisfeita
Envolvimento e compromisso no trabalho	Estou muito motivada, adoro trabalhar aqui	Sou responsável	Muito satisfeita
Motivação no e para o trabalho	Muita	Estou motivada	Muito satisfeita
Reconhecimento do desempenho	Sim, elogiam-me	O meu trabalho é reconhecido	Muito satisfeita
Sentimento de realização pessoal	tenho	A minha vida mudou totalmente	Muito satisfeita
Sentimento de realização profissional	Sim	Sinto-me realizada	Muito satisfeita

ÉVORA

Graus de Satisfação face com aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional

	1	2	3
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais	Muito bom	Muito Bom	Muito bom
Envolvimento e compromisso no trabalho	Muito bom	Muito bom	Muito bom
Motivação no e para o trabalho	Muito bom	Boa	Muito bom
Reconhecimento do desempenho	Muito bom	Boa	Razoável
Sentimento de realização pessoal	Muito bom	Muito bom	Muito bom
Sentimento de realização profissional	Muito bom	Muito bom	Muito bom

CEPFI

	1
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais	Satisfeito
Envolvimento e compromisso no trabalho	Muito satisfeito
Motivação no e para o trabalho	Muito satisfeito
Reconhecimento do desempenho	Muito satisfeito
Sentimento de realização pessoal	Muito satisfeito
Sentimento de realização profissional	Muito satisfeito

Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional.

	1- Muito insatisfeito/a		2 -Insatisfeito/a		3- Satisfeito/a		4 – Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais	6	3,1	14	7,2	114	58,5	53	27,2	8	4,1	195	100,0
Envolvimento e compromisso no trabalho.	1	0,5	6	3,1	108	55,7	71	36,6	8	4,1	194	100,0
Motivação no e para o trabalho.	5	2,6	19	9,7	89	45,6	73	37,4	9	4,6	195	100,0
Satisfação no trabalho.	3	1,6	20	10,4	100	51,8	63	32,6	7	3,6	193	100,0
Reconhecimento do desempenho.	12	6,2	27	13,8	87	44,6	58	29,7	11	5,6	195	100,0
Sentimento de realização pessoal.	9	4,6	22	11,3	89	45,6	66	33,8	9	4,6	195	100,0
Sentimento de realização profissional.	11	5,6	25	12,8	79	40,5	69	35,4	11	5,6	195	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).
</td>
</tr>
</table>

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:
#50PCDI Grau de satisfação com as condições de trabalho, por parte das PCDI	Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Muito Insatisfeito/a" e 4 "Muito Satisfeito/a". indique, por favor, qual o seu grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho	**Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho:**

	1- Muito insatisfeito/a		2 -Insatisfeito/a		3- Satisfeito/a		4 – Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Condições gerais de trabalho.	8	3,9	13	6,4	105	51,5	73	35,8	5	2,5	204	100,0
Tipo de contrato de trabalho.	9	4,4	31	15,2	87	42,6	59	28,9	18	8,8	204	100,0
Horário de trabalho.	6	3,0	11	5,4	107	52,7	75	36,9	4	2,0	203	100,0
Remuneração.	23	11,3	45	22,2	101	49,8	25	12,3	9	4,4	203	100,0
Funções desempenhadas.	8	3,9	11	5,4	120	58,8	61	29,9	4	2,0	204	100,0
Utilidade do trabalho que faz.	3	1,5	9	4,4	102	50,0	83	40,7	7	3,4	204	100,0
Ambiente de trabalho.	7	3,4	18	8,8	93	45,6	82	40,2	4	2,0	204	100,0
Relações interpessoais no trabalho.	7	3,4	15	7,4	98	48,0	80	39,2	4	2,0	204	100,0
Possibilidade de continuidade no posto de trabalho.	15	7,5	20	10,0	71	35,5	63	31,5	31	15,5	200	100,0
Oportunidades de formação contínua.	13	6,5	34	16,9	79	39,3	45	22,4	30	14,9	201	100,0
Liberdade e independência de atuação.	7	3,5	18	9,0	104	51,7	57	28,4	15	7,5	201	100,0
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade.	13	6,5	23	11,4	87	43,3	44	21,9	34	16,9	201	100,0
Respeito pela sua saúde, descanso e integridade física.	12	5,9	17	8,4	94	46,3	70	34,5	10	4,9	203	100,0
Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho adotadas pela entidade empregadora.	15	7,4	5	2,5	97	48,0	78	38,6	7	3,5	202	100,0
Disponibilização de recursos e meios para a melhoria do desempenho profissional	8	4,0	28	13,9	96	47,5	59	29,2	11	5,4	202	100,0
Gestão e resolução de conflitos	7	3,5	27	13,6	96	48,2	56	28,1	13	6,5	199	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Participantes com contratos de trabalho após a participação em estágio

	Nº	%
Fui encaminhado/a através de um Centro de Recursos	21	10,1
Fui encaminhado/a através do IEFP	54	26,0
Candidatei-me por iniciativa própria	54	26,0
Realizei um Estágio	53	25,5
Outro meio	26	12,5
Total	**208**	**100,0**

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:
#51PCDI % Participantes com contratos de trabalho após a participação em estágio	3.2: Como integrou a entidade empregadora? + Qual o regime de contrato de trabalho que detém?	
#52PCDI %		**Qual o regime de contrato de trabalho que detém?**

	Total

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td>Participantes com contratos de trabalho após a participação em estágio na mesma EE</td><td></td><td>
<table>
<tr><th></th><th>Nº</th><th>%</th></tr>
<tr><td>Não sabe / Não responde</td><td>28</td><td>13,3</td></tr>
<tr><td>Termo incerto</td><td>27</td><td>12,8</td></tr>
<tr><td>Termo certo</td><td>50</td><td>23,7</td></tr>
<tr><td>Sem termo (vulgo contrato efetivo)</td><td>57</td><td>27,0</td></tr>
<tr><td>Prestação de serviços</td><td>5</td><td>2,4</td></tr>
<tr><td>Estágio profissional</td><td>25</td><td>11,8</td></tr>
<tr><td>Outro</td><td>19</td><td>9,0</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>211</td><td>100,0</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).</td></tr>
<tr><td>#53PCDI % de PCDI integrados na EE após realização de estágio</td><td>3.3: Até à data quantos/as funcionários/as que se encontravam em estágio profissional/inserção se encontram a trabalhar na entidade com contrato de trabalho?</td><td>56,8% Entidades empregadoras que contrataram PCDI após a realização do estágio na entidade
Após a realização do estágio mais de metade das entidades empregadoras inquiridas (56,8%) contrataram os estagiários com deficiência ou incapacidades, o que significa que em 213 foram contratadas 285 pessoas.
Até à data quantos/as funcionários/as que se encontravam em estágio profissional/inserção ou se encontram a trabalhar na entidade com contrato de trabalho?
<table>
<tr><th></th><th>Nº empresas</th><th>%</th><th>Nº de pessoas</th></tr>
<tr><td>0</td><td>92</td><td>43,2</td><td>0</td></tr>
<tr><td>1</td><td>83</td><td>39,0</td><td>83</td></tr>
<tr><td>2</td><td>22</td><td>10,3</td><td>44</td></tr>
<tr><td>3</td><td>6</td><td>2,8</td><td>18</td></tr>
<tr><td>4</td><td>2</td><td>0,9</td><td>8</td></tr>
<tr><td>5</td><td>1</td><td>0,5</td><td>5</td></tr>
<tr><td>6</td><td>1</td><td>0,5</td><td>6</td></tr>
<tr><td>10</td><td>1</td><td>0,5</td><td>10</td></tr>
<tr><td>14</td><td>1</td><td>0,5</td><td>14</td></tr>
<tr><td>15</td><td>1</td><td>0,5</td><td>15</td></tr>
<tr><td>19</td><td>1</td><td>0,5</td><td>19</td></tr>
<tr><td>21</td><td>1</td><td>0,5</td><td>21</td></tr>
<tr><td>42</td><td>1</td><td>0,5</td><td>42</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>213</td><td>100,0</td><td>285</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).</td></tr>
<tr><td colspan="3">Adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas e atitudinais</td></tr>
<tr><td>#54PCDI % de EE que criaram condições de acessibilidade às e na empresa/organização, por tipo de EE</td><td colspan="2">EC
Em apenas 1 caso foi registada a necessidade de adaptação dos postos de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas
Houve necessidade de adaptação dos postos de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas</td></tr>
</table>

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

	Nº	%
Não	186	84,9
Sim, em algumas situações	32	14,6
Sim, em praticamente todas as situações	1	0,5
Total	219	100

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

#55PCDI % PCDI que consideram que a entidade acolhedora de estágio/ empregadora criou condições, por habilitações e tipo def.

Preparação da entidade empregadora para a integração profissional, segundo as PCDI

	Muito má		Má		Boa		Muito Boa		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Motivação e sensibilidade para o emprego de pessoas com deficiência/incapacidade	12	5,7	16	7,6	94	44,5	77	36,5	12	5,7	211	100,0
Recetividade para as adaptações razoáveis	6	2,9	14	6,7	103	49,3	67	32,1	19	9,1	209	100,0
Preparação organizacional da entidade para integrar a diferença	7	3,4	21	10,1	96	46,2	66	31,7	18	8,7	208	100,0
Nível de tratamento igualitário no que concerne a todos os direitos face aos demais trabalhadores (p.ex., progressão na carreira, acesso a cargos de dirigentes, promoções remuneratórias,...)	9	4,3	22	10,5	86	41,1	63	30,1	29	13,9	209	100,0
Recetividade para flexibilização do horário de trabalho para eventuais comparências em consultas, tratamentos, terapias,...	6	2,9	15	7,2	81	38,9	95	45,7	11	5,3	208	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

#56PCDI % EE que considera positivo o processo de acolhimento e adaptação das PCDI pelos restantes funcionários

processo de acolhimento e adaptação das PCDI pelos restantes funcionários

	Nº	% de casos (N=245)
Não sabe/Não responde	30	12,2
Houve dificuldades/conflitos	5	2,0
Houve dificuldades / conflitos, mas foram ultrapassados	20	8,2
Houve compreensão das suas limitações e sentido de entreajuda	107	43,7
A adaptação foi rápida e positiva	102	41,6

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

#57PCDI % de EE que removeu barreiras arquitetónicas dos postos de trabalho das PCDI

EC

ASSOL	ÉVORA	CEPFI
Houve necessidade de adaptação dos postos de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas?	Houve necessidade de adaptação dos postos de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas?	Houve necessidade de barreiras arquite
1 Não	1 Não	1 Não
2 Não		

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

3	Não

A entidade beneficiou de apoios públicos para a remoção de postos de trabalho e remoção de barreiras arquitetónicas?

1	Não
2	Não
3	não

2	Houve a adaptação da casa de banho e a adaptação de uma rampa à entrada do recinto e do edifício para que houvesse acesso à cadeira de rodas.
3	Sim

A entidade beneficiou de apoios públicos para a remoção de postos de trabalho e remoção de barreiras arquitetónicas?

1	Não
2	Não
3	Não

A entidade beneficiou de apoios públicos para trabalho e remoção de barreiras arquitetónica

1	Não

A entidade beneficiou de apoios públicos para a remoção de barreiras arquitetónicas?

	Nº	%
Não sabe/Não responde	40	16,6
Não	190	78,8
Sim, em algumas situações	10	4,1
Sim, em praticamente todas as situações	1	0,4
Total	241	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Empresas mais capacitadas para a integração de PCDI em empregos sustentáveis

#58PCDI % de PCDI que sente atitudes discriminatórias da parte dos colegas

4.4 Ao nível da progressão de carreira, considera que os seus colegas de trabalho sem deficiência/incapacidade tendem a ser promovidos mais vezes?
+
4.3: Comparativamente aos funcionários sem deficiência/incapacidade que realizam as mesmas funções,

Ao nível da progressão de carreira, considera que os seus colegas de trabalho sem deficiência/incapacidade tendem a ser promovidos mais vezes?

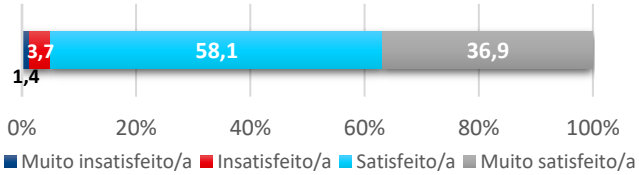
	Total	
	Nº	%
Não	87	41,0
Sim	73	34,4
Não sabe/Não responde	52	24,5
Total	212	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022)

Quadro 4. Comparativamente aos funcionários sem deficiência/incapacidade que realizam as mesmas funções, considera que a sua remuneração é:

	Muito baixa		Baixa		Elevada		Muito Elevada		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	19	9,1	63	30,1	27	12,9	2	1,0	98	46,9	209	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

<table>
<tr><th>Indicadores</th><th>Questões instrumentos de avaliação:</th><th>Elementos de evidência:</th></tr>
<tr><td></td><td>considera que a sua remuneração é:</td><td></td></tr>
<tr><td>#59PCDI % de Entidades empregadoras que considera a Qualificação das PCDI alinhada com as suas necessidades</td><td>5.2: Em síntese, e de uma maneira geral, qual o seu grau de satisfação com o desempenho geral dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade?</td><td>EC
<table>
<tr><th>ASSOL</th><th>ÉVORA</th><th>CEPFI</th></tr>
<tr><td>Grau de satisfação com o desempenho geral dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade?
<table><tr><td>1</td><td>Muito satisfeito</td></tr><tr><td>2</td><td>Estamos muito satisfeitos. Apesar de exigir sempre muito apoio da nossa parte e dos técnicos da ASSOL</td></tr><tr><td>3</td><td>A satisfação é boa. Importa referir que o grau de exigência e o tipo de tarefas é adaptado ao tipo de pessoa e à suas características e capacidades. Importante o apoio técnico.</td></tr></table></td><td><table><tr><td>1</td><td>Muito Bom</td></tr><tr><td>2</td><td>Estou satisfeito com o desempenho do funcionário com PCDI.</td></tr><tr><td>3</td><td>Muito satisfeito com o desempenho</td></tr></table></td><td><table><tr><td>1</td><td>Elevado.</td></tr></table></td></tr>
</table>
85% de Entidades empregadoras que considera a Qualificação das PCDI alinhada com as suas necessidades
Gráfico 1. Grau de satisfação com o desempenho geral dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade
 

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).</td></tr>
<tr><td>#60PCDI % de EE com PCDI em funções de coordenação/supervisão</td><td></td><td>EC
Nenhum caso de PCDI em funções de coordenação/supervisão nas EE
Quantos/as dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade são detentores/as de cargos de coordenação/ supervisão?
<table>
<tr><th>Nº de empresas</th><th>Nº de pessoas</th></tr>
<tr><td>217</td><td>39</td></tr>
</table>
Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).
Tendencialmente, os/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade em comparação aos/às restantes funcionários/as têm vindo a ser promovidos:</td></tr>
</table>

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

	Nº	%
Tantas vezes como os/as outros/as	115	84,6
Menos vezes que os/as outros/as	18	13,2
Mais vezes que os/as outros/as	3	2,2
Total	136	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

#61PCDI % de PCDI que avalia positivamente a entidade empregadora como Entidade inclusiva

EC
Todos as PCDI avaliam positivamente a entidade empregadora como Entidade inclusiva

Preparação da entidade empregadora para a integração profissional , segundo as PCDI

	Muito má		Má		Boa		Muito Boa		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Motivação e sensibilidade para o emprego de pessoas com deficiência/incapacidade	12	5,7	16	7,6	94	44,5	77	36,5	12	5,7	211	100,0
Recetividade para as adaptações razoáveis	6	2,9	14	6,7	103	49,3	67	32,1	19	9,1	209	100,0
Preparação organizacional da entidade para integrar a diferença	7	3,4	21	10,1	96	46,2	66	31,7	18	8,7	208	100,0
Nível de tratamento igualitário no que concerne a todos os direitos face aos demais trabalhadores (p.ex., progressão na carreira, acesso a cargos de dirigentes, promoções remuneratórias,...)	9	4,3	22	10,5	86	41,1	63	30,1	29	13,9	209	100,0
Recetividade para flexibilização do horário de trabalho para eventuais comparências em consultas, tratamentos, terapias,...	6	2,9	15	7,2	81	38,9	95	45,7	11	5,3	208	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

#62PCDI % de EE que consideram ser inclusivas

EC

ASSOL		ÉVORA		CEPFI	
Considera a entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade? Já ganhou alguma menção ou prémio?		Considera a entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade? Já ganhou alguma menção ou prémio?		Considera a entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade? Já ganhou alguma menção ou prémio?	
1	Considero que sim. E já fui reconhecida por outras entidades como tal.	1	Sim, sou entidade inclusiva, mas não busco visibilidade, o prestígio é interior. O prémio é completamente irrelevante. Não vivo para ser premiado. Sinto-me satisfeito por estar a contribuir para a Inclusão.	1	Sim. Entidade destacada na celebração dos 40 anos do CEFPI.
2	Sim, pelo que contratamos PCDI, mas nunca recebemos nenhum prémio	2	Sim, considero a empresa inclusiva. Não, ainda não recebi prémio ou menção honrosa, nem me candidatei. Não é esse o nosso objetivo ao inserir os jovens na empresa.		
3	Sim, muito inclusiva, mas nunca ganhámos nada com isso				

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:

	3	Sim, consideramos o Município como entidade inclusiva, face ao nº de apoiados principalmente nos últimos anos. Ainda não recebemos nenhuma menção ou prémio.	

95,7% de EE que consideram ser inclusivas

Considera a sua entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade?

	Nº	%
Não	8	4,3
Sim	176	95,7
Total	184	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

#63PCDI Tipologia de principais aspetos que as empresas/organizações mais valorizam no desempenho das PCDI

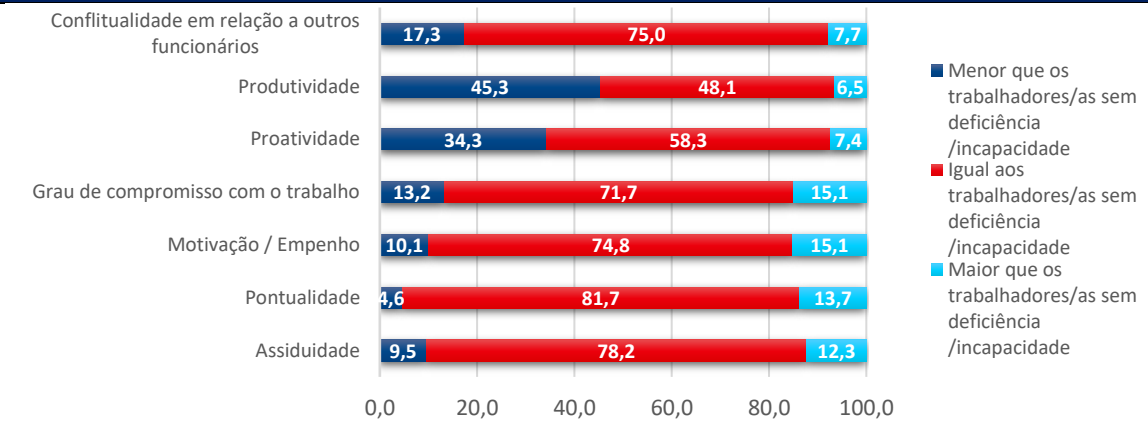
EC

Perceção relativamente a cada um dos aspetos abaixo apresentados face aos/aos funcionários/as com deficiência/incapacidade por comparação com os funcionários/as sem deficiência: **N.º DE EMPRESAS DOS EC**

	Menor que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade	Igual aos trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade	Maior que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade
Assiduidade		**7**	
Pontualidade		**6**	
Motivação / Empenho		**5**	**1**
Grau de compromisso com o trabalho	**2**	**5**	**2**
Proatividade	**2**	**3**	**1**
Produtividade	**5**		
Conflitualidade em relação a outros funcionários		**5**	

Perceção relativamente a cada um dos aspetos abaixo apresentados face aos/às funcionários/as com deficiência/incapacidade por comparação com os funcionários/as sem deficiência:

Indicadores	Questões instrumentos de avaliação:	Elementos de evidência:



Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

2.1.3 Matriz global do referencial de recolha de informação

Legenda de fontes:

DR – *Desk Research* (informação documental e dados do Sistema de Informação do POISE)
INQ PCDI – Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade
INQ EE – Inquérito Entidade Empregadora
INQ EB – Inquérito às Entidades Beneficiárias (Centro de Recursos)
ENT – Entrevistas
EC – Estudos de caso (inclui entrevistas a entidades formadoras e empregadoras e entrevista biográfica a pessoas com deficiência ou incapacidade)

EFICÁCIA

QA1. Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos? Qual o contributo do PO e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de Informação					
					DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
QUALIFICAÇÃO DE PCDI	REALIZAÇÕES	PCDI beneficiam de avaliação e orientação profissional	#1PCDI Grau de adequação das medidas face à heterogeneidade de PDCI	Que balanço faz da adequabilidade da medida para dar resposta aos problemas prioritários das PCDI? Como são sinalizados as PCDI alvo da medida? (Em particular os inativos, se estes fizerem parte do público alvo da medida) Em que medida a criação de percursos de ativação integrados tem influenciado a capacidade de alcance e envolvimento de PCDI O que falta fazer a este nível? O processo de orientação, encaminhamento e integração (assente no maior acompanhamento e num aconselhamento mais personalizado) é ajustado às necessidades dos públicos-alvo?					X	
			#2PCDI Tipologia de fatores de sucesso e insucesso do processo de orientação, encaminhamento						X	X
		PCDI beneficiam de apoio técnico	#3PCDI Tipologia de apoio técnico, por sexo, grupo etário e habilitação escolar e tipo def.	Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a?		X				
		Participantes PCDI em ações de qualificação profissional	#4PCDI N.º/% de participações de PCDI em ações de qualificação/educação por sexo, grupo etário e habilitação escolar e tipo def.	Em que áreas realizou cursos de formação/qualificação	X	X				

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de Informação					
					DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
			#5PCDI Taxa de conclusão das ações		X					
			#6PCDI Tipo de educação/ formação frequentado pela PCDI equivalência	Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional		X				X
			#7PCDI Tipologia de áreas de qualificação frequentadas	Em que áreas realizou cursos de formação/qualificação		X				
	MECANISMOS	M1. PCDI são encaminhadas adequadamente face ao seu perfil e características - Rede interna e externa	#8PCDI Grau de coerência/sinergia entre as medidas e apoios e a heterogeneidade de PCDI	As ações definidas nas intervenções, nas suas diferentes fases, são os mais relevantes para dar resposta aos problemas das PCDI? De que forma e em que medida estas Ações se tem ajustado às necessidades das PCDI?						X
		M2. PCDI adquirem expetativas positivas para a obtenção de emprego e frequência de formação	#9PCDI % ex-participantes que frequentou uma ação correspondente às suas motivações iniciais #10PCDI % de PCDI que reconhecem a adequação das medidas ao seu perfil e necessidades	2.4: No seu caso em concreto, como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho? Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho? Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação) Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação)		X				X
			#11PCDI % ex-participantes que após ter concluído a Ação procurou trabalho por iniciativa própria	3.2: Como integrou a entidade empregadora?		X				
		M3. O percurso formativo é adequado às potencialidades, expetativas, aspirações e gostos das PCDI	#12PCDI % de ex-participantes que considera importantes as medidas de orientação, qualificação e formação profissional	Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Nada importante" e 4 "Muito importante", como avalia o grau de importância das seguintes medidas de orientação, qualificação e formação profissional, quando aplicável ao seu caso concreto?		X				
		M4. PCDI acedem à formação e tenderão a ficar mais qualificadas e	#13PCDI Taxa de conclusão das ações		X	X		X		

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de Informação					
					DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
		preparadas para o ingresso no mercado de trabalho	#14PCDI % PCDI mais autoconfiantes nas suas capacidades para integrar o mercado de trabalho	2.4: No seu caso em concreto, como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho? Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho? Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação)		X				X
				2.2: Nos casos em que os/as utentes frequentam mais do que um curso ao longo do seu percurso formativo, em média quantos cursos cada utente frequenta?				X		
				A formação que frequentou preparou-o para as atuais funções na entidade?						X
		M5. PCDI acedem à formação e obterão, na maioria dos casos, certificados de formação, instrumento que se traduz numa mais-valia na procura de emprego	#15PCDI % de PCDI certificada após frequência de formação/qualificação	Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional? [Se sim] Correspondeu a uma certificação de nível:				X		
	RESULTADOS	Obtenção de certificação profissional e obtenção de certificado de frequência, por parte das PCDI	#16PCDI Taxa de certificação dos participantes	1.4: Indique, por favor, o número de formandos/as com deficiência/incapacidade por tipo de certificação alcançada:				X		
		Aumento das qualificações profissionais e empregabilidade das PCDI	#17PCDI % ex-participantes que encontrou emprego por sua iniciativa, por sexo, grupo etário e habilitação escolar e tipo de def.	Como integrou a entidade empregadora?		X				
			#18PCDI Tipologia de fatores de sucesso e insucesso no alcance dos objetivos da formação/qualificação (PCDI)	3.8: Quais considera serem os fatores de insucesso quanto à formação/qualificação de pessoas com deficiência/incapacidade? 3.9: Quais considera serem os fatores de sucesso que permitiriam potenciar o trabalho dos centros de recursos				X		

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de Informação					
					DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
				quanto à formação/qualificação de pessoas com deficiência/incapacidade?						
ESTÁGIOS E INTEGRAÇÃO EM TRABALHO SOCIALMENTE ÚTIL	REALIZAÇÕES	PCDI recebem apoio na procura ativa de emprego	#19PCDI Evolução das PCDI apoiadas na colocação e acompanhamento no mercado de trabalho	3.2: Nos últimos anos, quantas pessoas com deficiência/incapacidade foram acompanhadas pelo centro de recursos nas seguintes modalidades: Estágios de inserção, Contrato emprego-inserção, Contrato emprego apoiado, Outra modalidade				X		X
		PCDI acompanhados pós colocação	#20PCDI N.º/% de PCDI que beneficiam de acompanhamento pós colocação, por tipo de def.	Recebeu a visita regular de um técnico da entidade com que articulou para o acompanhamento do estágio/colocação? Quais as atividades realizadas? Sempre que foi necessário, solicitou apoio do técnico de emprego para a gestão do acolhimento/contratação da PCDI?	X					X
		Participantes que beneficiam de estágios profissionais	#21PCDI N.º/% de participantes que beneficiam de estágios profissionais por sexo, grupo etário e habilitação escolar e tipo de def.		X					
		Participantes PCDI em trabalho socialmente útil	#22PCDI N.º de PCDI apoiadas em trabalho socialmente útil		X					
		M6 São efetuadas ações de sensibilização e consciencialização dos empregadores face ao PH das PCDI	#23PCDI % de empresas participantes que foi alvo de ações de sensibilização face ao emprego das PCDI	1.7.1 Foi alvo de alguma Ação de informação/sensibilização dos apoios existentes e da importância do acolhimento das PCDI?			X			X
			#24PCDI Grau de conhecimento dos apoios existentes para a contratação de PCDI, por parte das Entidades empregadoras	1.7: Tem conhecimento da totalidade dos apoios públicos existentes relacionados com a contratação de pessoas com deficiência/incapacidade?			X			X
ESTÁGIOS E INTEGRAÇÃO EM TRABALHO SOCIALMENTE ÚTIL		M7. Os empregadores obtêm informação sobre as vantagens da contratação de PCDI	#25PCDI % Entidades acolhedoras reconhecem a adequação das medidas às necessidades do mercado de trabalho	6.5: Como avalia a importância da medida de política pública estágio de inserção? 6.6: De uma maneira geral, como avalia a implementação das medidas públicas de apoio à colocação e pós-colocação?			X			X
		M8. Empresas motivadas pelas comparticipações/apoios e acolhem estágios de PCDI	#26PCDI Tipologia de condições dos apoios atrativas para a frequência da IEJ, por tipo de medida (qualificação/ formação, estágios e emprego)	Qual o nível de motivação que levou a entidade a recorrer aos estágios/apoios das PCDI no mercado de trabalho?			X			X

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de Informação					
					DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
	MECANISMOS	M9. A experiência prática em contexto é um mecanismo facilitador da integração profissional porque induz motivação e as competências para a empregabilidade	#27PCDI % de empresas que considera positivo o desempenho profissional das PCDI	5.1: Indique, por favor, em que medida situa a sua perceção relativamente a cada um dos aspetos abaixo apresentados face aos/às funcionários/as com deficiência/incapacidade por comparação com os funcionários/as sem deficiência:			X			
				O contexto de experimentação do estágio ajudou a criar confiança nas PCDI?						X
		M10. O contexto de experimentação ajuda a criar confiança nos empregadores removendo barreiras ao emprego das PCDI e promove o ajustamento às necessidades	#28PCDI % Empregadores com uma perceção positiva em relação à qualidade das medidas frequentadas pelas PCDI	5.2: Em síntese, e de uma maneira geral, qual o seu grau de satisfação com o desempenho geral dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade?			X			
			#29PCDI % de Entidades beneficiárias que considera o *matching* das expectativas das EE face aos trabalhadores PCDI	EB 3.10: Em traços gerais, considera que tem existido uma correspondência às expectativas das entidades empregadoras aquando do ingresso de um/a trabalhador/a com deficiência/incapacidade?				X		
			#30PCDI % de Entidades beneficiárias que considera o *matching* das expectativas das PCDI face à inserção no mercado de trabalho	3.11: Na generalidade dos casos, a inserção em mercado de trabalho tem correspondido às expectativas dos/as formandos/as?				X		
			#31PCDI % de EE que considera positivo o processo de adaptação das PCDI à entidade	4.1: De uma forma geral como descreve o processo de adaptação dos/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade na sua entidade? 4.2: Em geral, como descreve o processo de adaptação destes/as funcionários/as nos seguintes aspetos.			X			
				O contexto de experimentação do estágio ajudou a criar confiança nas PCDI?						X
		M11. Acompanhamento técnico das PCDI nas empresas (+ empregadores e colegas de trabalho-meio)	#32PCDI Grau de avaliação do acompanhamento apoio à colocação e pós-colocação (EE)	6.6: De uma maneira geral, como avalia a implementação das medidas públicas de apoio à colocação e pós-colocação?			X			
			#33PCDI Evolução das PCDI apoiadas na colocação e acompanhamento no mercado de trabalho	3.2: Nos últimos anos, quantas pessoas com deficiência/incapacidade foram acompanhadas pelo centro de recursos nas seguintes modalidades				X		
			#34PCDI % de Entidades beneficiárias que realizam acompanhamento de forma sistemática	3.3: Qual o papel desempenhado pelo centro de recursos ao nível do acompanhamento das pessoas aquando do seu ingresso no mercado de trabalho? + 3.4: Como é realizado o acompanhamento?				X		

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de Informação					
					DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
			#35PCDI % de Entidades beneficiárias que realizam acompanhamento presencial nas EE	3.6: Os elementos técnicos do centro de recursos costumam realizar visitas às entidades empregadoras? 3.6.1: [Se não] Por que motivo?				X		
			#36PCDI Periodicidade dos processos de acompanhamento	3.5: Qual a frequência do acompanhamento?				X		
			#37PCDI % de Entidades beneficiárias que considera que as EE requerem maior acompanhamento aquando no ingresso das PCDI	3.7: Considera que as entidades empregadoras manifestam necessitar de maior apoio/acompanhamento aquando do ingresso de um trabalhador com deficiência/incapacidade?				X		
			#38PCDI Tipologia de Dinâmicas dos processos de acompanhamento	3.6.3: Como tem decorrido o processo de acompanhamento/visita?				X		
	MECANISMOS	M12. As PCDI obtêm o emprego após a realização de estágio e obtêm contrato de trabalho – Contrato Emprego Apoiado	#39PCDI % de ex-participantes que no final da participação recebeu uma oferta de emprego	3.2: Como integrou a entidade empregadora? + 3.3: Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a? EE 3.3: Até à data quantos/as funcionários/as que se encontravam em estágio profissional/inserção se encontram a trabalhar na entidade com contrato de trabalho?		X	X			
	RESULTADOS	Aumento da participação e contato com o mercado de trabalho	#40PCDI N.º/% de PCDI que beneficiam de apoios ao emprego por sexo, grupo etário e habilitação escolar, tipo def.		X					
		Novos empregos criados para as PCDI	#41PCDI % de ex-participantes que recebeu oferta de emprego após término das Ações	3.2: Como integrou a entidade empregadora?		X				
			#42PCDI % de ex-participantes que receberam uma oferta de emprego da entidade onde realizaram o estágio	3.2.1: Por referência ao ano anterior, quantos/as ainda se mantêm a trabalhar na mesma organização?				X		
			#43PCDI % Entidades empregadoras que contrataram PCDI após a realização do estágio na entidade	3.3: Até à data quantos/as funcionários/as que se encontravam em estágio profissional/inserção se encontram a trabalhar na entidade com contrato de trabalho? As PCDI que realizaram estágio estão contratadas?			X			X

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de Informação					
					DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
	RESULTADOS	Integração das PCDI em empregos de qualidade e sustentáveis	#44PCDI % de PCDI em emprego após Ação que considera ajustado o perfil de trabalho, condições e remuneração, progressão	4.5: Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Muito Insatisfeito/a" e 4 "Muito Satisfeito/a". indique, por favor, qual o seu grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho. 5.1 Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Muito Insatisfeito/a" e 4 "Muito Satisfeito/a", indique por favor, qual o seu grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional.		X				
			#45PCDI % Participantes com contratos de trabalho sem termo, após a participação em estágio ou obtenção de emprego	4.1: Qual o regime de contrato de trabalho que detém? 3.2: Indique por favor, a distribuição do número de funcionários/as com deficiência/incapacidade, por natureza jurídica do seu vínculo laboral		X	X			
			#46PCDI % de PCDI com regime de tempo inteiro	4.1.1: [Se Termo incerto, Termo certo ou Sem termo] Qual a modalidade do trabalho que exerce?		X				X
			#47PCDI % de PCDI com regime de tempo parcial			X				X
			#48PCDI Valor médio da remuneração auferida pelas PCDI	4.2 Em média, qual foi a sua última remuneração mensal líquida?		X				X
				6.2: Preencha o quadro seguinte com a distribuição dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade por remuneração mensal líquida (deduzindo os respetivos impostos):			X			X
			#49PCDI Grau de satisfação com a situação profissional das PCDI	Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Muito Insatisfeito/a" e 4 "Muito Satisfeito/a", indique por favor, qual o seu grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional.		X				X
	RESULTADOS		#50PCDI Grau de satisfação com as condições de trabalho, por parte das PCDI	Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Muito Insatisfeito/a" e 4 "Muito Satisfeito/a". indique, por favor, qual o seu grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho		X				X
		Participantes com contratos de trabalho após a participação em estágio	#51PCDI % Participantes com contratos de trabalho após a participação em estágio	3.2: Como integrou a entidade empregadora? + Qual o regime de contrato de trabalho que detém?		X				X

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de Informação					
					DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
			#52PCDI % Participantes com contratos de trabalho após a participação em estágio na mesma EE			X				X
			#53PCDI % de PCDI integrados na EE após realização de estágio	3.3: Até à data quantos/as funcionários/as que se encontravam em estágio profissional/inserção se encontram a trabalhar na entidade com contrato de trabalho?		X				X
		Adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas e atitudinais	#54PCDI % de EE que criaram condições de acessibilidade às e na empresa/organização, por tipo de EE	4.4 Houve necessidade de adaptação do seu posto de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas			X			
			#55PCDI % PCDI que consideram que a entidade acolhedora de estágio/ empregadora criou condições, por habilitações e tipo def.	3.8 Como avalia a preparação da sua entidade empregadora para a integração profissional de pessoas com deficiência/incapacidade nos seguintes itens:		X				
			#56PCDI % EE que considera positivo o processo de acolhimento e adaptação das PCDI pelos restantes funcionários	4.3: Como descreve o processo de adaptação dos/as restantes trabalhadores/as e da chefia aos/às colegas com deficiência/incapacidade?			X			
			#57PCDI % de EE que removeu barreiras arquitetónicas dos postos de trabalho das PCDI	4.5: A entidade beneficiou de apoios públicos para a remoção de barreiras arquitetónicas?			X			
	RESULTADOS	Empresas mais capacitadas para a integração de PCDI em empregos sustentáveis	#58PCDI % de PCDI que sente atitudes discriminatórias da parte dos colegas	4.4 Ao nível da progressão de carreira, considera que os seus colegas de trabalho sem deficiência/incapacidade tendem a ser promovidos mais vezes? + 4.3: Comparativamente aos funcionários sem deficiência/incapacidade que realizam as mesmas funções, considera que a sua remuneração é:		X				
			#59PCDI % de Entidades empregadoras que considera a Qualificação das PCDI alinhada com as suas necessidades	5.2: Em síntese, e de uma maneira geral, qual o seu grau de satisfação com o desempenho geral dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade?			X			

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de Informação					
					DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
			#60PCDI % de EE com PCDI em funções de coordenação/supervisão	6.1: Quantos/as dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade são detentores/as de cargos de coordenação/supervisão? 6.3: Comparativamente aos/às funcionários/as sem de deficiência/incapacidade, a remuneração dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade para as mesmas funções é: 6.4.1: Tendencialmente, os/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade em comparação aos/às restantes funcionários/as têm vindo a ser promovidos:			X			
			#61PCDI % de PCDI que avalia positivamente a entidade empregadora como Entidade inclusiva	3.8 Como avalia a preparação da sua entidade empregadora para a integração profissional de pessoas com deficiência/incapacidade nos seguintes itens:		X				
			#62PCDI % de EE que consideram ser inclusivas	6.7 Considera a sua entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade?			X			
			#63PCDI Tipologia de principais aspetos que as empresas/organizações mais valorizam no desempenho das PCDI	5.1: Indique, por favor, em que medida situa a sua perceção relativamente a cada um dos aspetos abaixo apresentados face aos/às funcionários/as com deficiência/incapacidade por comparação com os funcionários/as sem deficiência:			X			

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

QA3. De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?

ATIVIDADES	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
QUALIFICAÇÃO	IMPACTOS	Qualificação das PCDI	#64PCDI Evolução do número de PCDI em formação/qualificação	1.3: Nos últimos anos indique, por favor, a evolução do número de formandos/as com deficiência/incapacidade	X			X		
			#65PCDI Evolução do Nível de habilitações das PCDI	1.4: Indique, por favor, o número de formandos/as com deficiência/incapacidade por tipo de certificação alcançada	X			X		
		Empregabilidade das PCDI	#65PCDI Evolução do Nível de habilitações das PCDI	1.4: Indique, por favor, o número de formandos/as com deficiência/incapacidade por tipo de certificação alcançada			X			

ATIVIDADES	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
			#66PCDI Evolução de PCDI que transitou de apoio de qualificação/formação para uma medida de colocação em mercado de trabalho	1.5: Nos últimos anos indique, por favor, a evolução do número de formandos/as com deficiência/incapacidade que foi objeto de uma medida de colocação em mercado de trabalho após o processo de qualificação/formação:				X		
		Aumento das PCDI em educação e formação	#25PCDI % Entidades acolhedoras reconhecem a adequação das medidas às necessidades do mercado de trabalho	6.5: Como avalia a importância da medida de política pública estágio de inserção?			X			
			#67PCDI % Insucesso da integração no mercado de trabalho	1.6: Número de formandos/as que nos últimos anos tiveram uma experiência de emprego que não singrou e que retornaram ao percurso formativo:				X		
			#68PCDI Tipologia de motivos do insucesso da integração no mercado de trabalho	1.7: Quais as principais razões que se encontram na base das situações de insucesso na passagem da fase da qualificação/formação para o mercado de trabalho?				X		
			#64PCDI Evolução do número de PCDI em formação/qualificação	1.3: Nos últimos anos indique, por favor, a evolução do número de formandos/as com deficiência/incapacidade				X		
ESTÁGIOS E INTEGRAÇÃO EM TRABALHO SOCIALMENTE ÚTIL	IMPACTOS	Aumento das PCDI na Pop. Ativa	#69PCDI % de PCDI que frequentam/frequentaram ações de educação e formação		X	X				
			#70PCDI (% PCDI desempregados (antes das Medidas POISE) que nas xxx semanas seguintes após ter concluído a Ação estava a trabalhar ou a fazer um estágio #71PCDI Variação da taxa de desemprego da população PCDI #72PCDI Variação da taxa de atividade da população PCDI #73PCDI Variação da taxa de emprego da população PCDI		X					
		Inclusão social das PCDI (autonomia e autodeterminação)	#74PCDI Sentimento de realização pessoal. #75PCDI Sentimento de realização profissional.	Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Muito Insatisfeito/a" e 4 "Muito Satisfeito/a", indique por favor, qual o seu grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional.		X				
				3.4: Como descreve o seu processo de adaptação à entidade empregadora nos seguintes aspetos.		X				X

ATIVIDADES	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
		Inclusão social das PCDI (Redução do estigma associado)	#76PCDI PCDI sentem igualdade face aos pares e menor estigma associado à sua condição	4.3: Comparativamente aos funcionários sem deficiência/incapacidade que realizam as mesmas funções, considera que a sua remuneração é:		X				X
				4.4: Ao nível da progressão de carreira, considera que os seus colegas de trabalho sem deficiência/incapacidade tendem a ser promovidos mais vezes?		X				X
				3.8: Como avalia a preparação da sua entidade empregadora para a integração profissional de pessoas com deficiência/incapacidade nos seguintes itens:		X				X
		Empresas mais inclusivas	#77PCDI % Empregadores com uma perceção positiva em relação à qualidade das medidas frequentadas pelas PCDI	EE 6.5: Como avalia a importância da medida de política pública estágio de inserção? + EE6.6: De uma maneira geral, como avalia a implementação das medidas públicas de apoio à colocação e pós-colocação?			X	X		
			#29PCDI % de Entidades beneficiárias que considera o *matching* das expectativas das EE face aos trabalhadores PCDI	EB 3.10: Em traços gerais, considera que tem existido uma correspondência às expectativas das entidades empregadoras aquando do ingresso de um/a trabalhador/a com deficiência/incapacidade?				X		
			#78PCDI % de Entidades empregadoras com uma posição igualitária entre PCDI e restantes funcionários	6.4.1: Tendencialmente, os/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade em comparação aos/às restantes funcionários/as têm vindo a ser promovidos: 6.3: Comparativamente aos/às funcionários/as sem de deficiência/incapacidade, a remuneração dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade para as mesmas funções é:			X			
			#62PCDI % de Entidades empregadoras que se consideram Entidades Inclusivas	Considera a sua entidade empregadora inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade			X			
			#27PCDI % de empresas que considera positivo o desempenho profissional das PCDI	4.2: Em geral, como descreve o processo de adaptação destes/as funcionários/as nos seguintes aspetos. + 5.1: Indique, por favor, em que medida situa a sua perceção relativamente a cada um dos aspetos abaixo apresentados face aos/às funcionários/as com deficiência/incapacidade por comparação com os funcionários/as sem deficiência:			X			

ATIVIDADES	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
			#79PCDI % EE que contrataram PCDI após a realização de Estágio	3.3: Até à data quantos/as funcionários/as que se encontravam em estágio profissional/inserção se encontram a trabalhar na entidade com contrato de trabalho?			X			
			#80PCDI Grau de inclusão de PCDI em entidades empregadoras	1.5.4: Número total de funcionários/as com incapacidade certificada ≥ 60% que a entidade empregadora contratou até ao momento ao abrigo de medidas públicas de apoio à contratação de pessoas com deficiência/incapacidade (inclui-se igualmente todos/as aqueles/as que tiveram uma experiência profissional, mas que já não se encontram a trabalhar na entidade empregadora:			X			
			#81PCDI % de Entidades empregadoras que aplicam Sistema de Quotas de Emprego para Pessoas com Deficiência e Incapacidade com um grau de incapacidade ≥60%? (Lei nº Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro).	1.6: Em que ponto se encontra a sua entidade relativamente à aplicação do Sistema de Quotas de Emprego para Pessoas com Deficiência e Incapacidade com um grau de incapacidade ≥60%? (Lei nº Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro).			X			
			#82PCDI % de EE que removeram barreiras arquitetónicas dos postos de trabalho das PCDI	4.5: A entidade beneficiou de apoios públicos para a remoção de barreiras arquitetónicas?			X			
			#83PCDI Perfil de experiência e antiguidade no emprego de PCDI, por parte das EE	3.1: Indique por favor, qual o número de funcionários/as com deficiência/incapacidade, que se encontram a exercer funções por número de anos de trabalho na sua organização. Considere os seguintes intervalos temporais:			X			
			#84PCDI Evolução do N.º de empresas distinguidas com prémios de inclusão de PCDI em emprego		X					
Outros elementos relevantes a testar										
Sustentabilidade dos apoios			#85PCDI Tipologia de situações das PCDI após período de vigência das medidas de apoio	2.6: Na generalidade dos casos o que sucede aquando do término do período de vigência das medidas de apoio?				X		

ATIVIDADES	Elementos da TdM em análise	Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
		#86PCDI % de EE acolhedoras de estágio que pretendem contratar o estagiário PCDI	3.4: Dos/as funcionários/as que se encontram atualmente a realizar estágio, qual a perspetiva quanto ao seu futuro na entidade?			X			
		#87PCDI N.º e % de PCDI que ainda se encontram a trabalhar na mesma organização tendo sido apoiadas no último ano em modalidades de Estágios de inserção /Contrato emprego-inserção/Contrato emprego apoiado	3.2.1: Por referência ao ano anterior, quantos/as ainda se mantêm a trabalhar na mesma organização?				X		
		#88PCDI PCDI que considera a sua inserção profissional como sustentável	Considera a sua situação na entidade como sustentável no futuro?						X

RELEVÂNCIA/COERÊNCIA INTERNA E EXTERNA

QA5. A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

Sub questão	Elementos a testar	Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
- O PO está a dar resposta adequada e proporcional às principais necessidades dos atores e dos territórios a que se dirige, tendo em conta os recursos disponíveis e a evolução do contexto socioeconómico?	Relevância dos Apoios Adequabilidade face às necessidades do público alvo	#89PCDI Grau de importância conferido pelas PCDI às Ações frequentadas	Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Nada importante" e 4 "Muito importante", como avalia o grau de importância das seguintes medidas de orientação, qualificação e formação profissional, quando aplicável ao seu caso concreto? Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho? Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação)		X				X
		#90PCDI Grau de adequabilidade das Medidas face ao perfil e necessidades dos formandos e entidades	3.11: Na generalidade dos casos, a inserção em mercado de trabalho tem correspondido às expectativas dos/as formandos/as?				X		

Sub questão	Elementos a testar	Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	DR	INQ PCDI	INQ EE	INQ EB	ENT	EC
		empregadoras, por parte das entidades beneficiárias	3.10: Em traços gerais, considera que tem existido uma correspondência às expectativas das entidades empregadoras aquando do ingresso de um/a trabalhador/a com deficiência/incapacidade? 2.3: Como avalia a adequação atual sistema de formação/qualificação para pessoas com deficiência/incapacidade em Portugal? 2.4: Considera que o sistema vigente permite potenciar a inserção profissional das pessoas com deficiência/incapacidade?						
		#25PCDI % Entidades acolhedoras reconhecem a adequação das medidas às necessidades do mercado de trabalho	6.5: Como avalia a importância da medida de política pública estágio de inserção? 6.6: De uma maneira geral, como avalia a implementação das medidas públicas de apoio à colocação e pós-colocação?			X			

2.1.4 Resultados do inquérito por questionário

INQUÉRITO ÀS ENTIDADES EMPREGADORAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Caracterização

Quadro 5. Nº de entidades por região

	Nº	%
Norte	71	28,5
Centro	143	57,4
Extra-Região	3	1,2
Alentejo	32	12,9
Total	250	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 6. Nº de entidades por Tipologia de entidades

	Nº	%
Associação de direito privado	59	23,6
Centro	1	,4
Cooperativa	12	4,8
Empresário em nome individual	20	8,0
Entidade Pública Municipal, Intermunicipal e Regional	1	,4
Fundação de direito privado	1	,4
Pessoa Colectiva Religiosa	7	2,8
Sociedade Anónima	21	8,4
Sociedade em nome colectivo	1	,4
Sociedade Por Quotas	127	50,8
Total	250	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 7. Nº de entidades por CAE

	Nº	%
01130 - Culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos	3	1,2
01192 - Outras culturas temporárias, n.e.	2	,8
01210 - Viticultura	1	,4
01290 - Outras culturas permanentes	1	,4
01300 - Cultura de materiais de propagação vegetativa	1	,4
01500 - Agricultura e produção animal combinadas	1	,4
01610 - Actividades dos serviços relacionados com a agricultura	1	,4
03111 - Pesca marítima	1	,4
10201 - Preparação de produtos da pesca e da aquicultura	1	,4
10204 - Salga, secagem e outras actividades de transformação de produtos da pesca e aquicultura	1	,4
10310 - Preparação e conservação de batatas	1	,4
10395 - Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos	1	,4
10510 - Indústrias do leite e derivados	1	,4
10711 - Panificação	6	2,4
10712 - Pastelaria	2	,8
11021 - Produção de vinhos comuns e licorosos	1	,4
13302 - Estampagem	1	,4
14131 - Confecção de outro vestuário exterior em série	5	2,0
4132 - Confecção de outro vestuário exterior por medida	1	,4
16230 - Fabricação de outras obras de carpintaria para a construção	5	2,0
16291 - Fabricação de outras obras de madeira	1	,4
18120 - Outra impressão	1	,4
20302 - Fabricação de tintas de impressão	1	,4
22220 - Fabricação de embalagens de plástico	1	,4
22292 - Fabricação de outros artigos de plástico, n.e.	1	,4
23312 - Fabricação de ladrilhos, mosaicos e placas de cerâmica	1	,4
23411 - Olaria de barro	2	,8
23413 - Fabricação de artigos de ornamentação de faiança, porcelana e grés fino	1	,4
25110 - Fabricação de estruturas de construções metálicas	1	,4
25120 - Fabricação de portas, janelas e elementos similares em metal	1	,4
25501 - Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados	1	,4
25620 - Actividades de mecânica geral	2	,8
25734 - Fabricação de moldes metálicos	1	,4
28250 - Fabricação de equipamento não doméstico para refrigeração e ventilação	2	,8

	Nº	%
28300 - Fabricação de máquinas e de tractores para a agricultura, pecuária e silvicultura	1	,4
28930 - Fabricação de máquinas para as indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	1	,4
28940 - Fabricação de máquinas para as indústrias têxtil, do vestuário e do couro	1	,4
31010 - Fabricação de mobiliário para escritório e comércio	1	,4
31020 - Fabricação de mobiliário de cozinha	1	,4
31091 - Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins	2	,8
33120 - Reparação e manutenção de máquinas e equipamentos	2	,8
33150 - Reparação e manutenção de embarcações	1	,4
33200 - Instalação de máquinas e de equipamentos industriais	1	,4
36001 - Captação e tratamento de água	1	,4
36002 - Distribuição de água	1	,4
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	1	,4
38312 - Desmantelamento de equipamentos eléctricos e electrónicos, em fim de vida	1	,4
41200 - Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	1	,4
42990 - Construção de outras obras de engenharia civil, n.e.	1	,4
43210 - Instalação eléctrica	1	,4
43221 - Instalação de canalizações	1	,4
43320 - Montagem de trabalhos de carpintaria e de caixilharia	1	,4
45110 - Comércio de veículos automóveis ligeiros	1	,4
45200 - Manutenção e reparação de veículos automóveis	5	2,0
45320 - Comércio a retalho de peças e acessórios para veículos automóveis	2	,8
46211 - Comércio por grosso de alimentos para animais	1	,4
46311 - Comércio por grosso de fruta e de produtos hortícolas, excepto batata	1	,4
46341 - Comércio por grosso de bebidas alcoólicas	1	,4
46382 - Comércio por grosso de outros produtos alimentares, n.e.	1	,4
46410 - Comércio por grosso de têxteis	1	,4
46421 - Comércio por grosso de vestuário e de acessórios	2	,8
46430 - Comércio por grosso de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão	2	,8
46900 - Comércio por grosso não especializado	1	,4
47111 - Comércio a retalho em supermercados e hipermercados	3	1,2
47192 - Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, sem predominância de p	1	,4
47292 - Comércio a retalho de produtos alimentares, naturais e dietéticos, em estabelecimentos esp	1	,4
47300 - Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializad	1	,4
47410 - Comércio a retalho de computadores, unidades periféricas e programas informáticos, em est	1	,4
47523 - Comércio a retalho de material de bricolage, equipamento sanitário, ladrilhos e materiais	2	,8
47540 - Comércio a retalho de electrodomésticos, em estabelecimentos especializados	1	,4
47711 - Comércio a retalho de vestuário para adultos, em estabelecimentos especializados	1	,4
47761 - Comércio a retalho de flores, plantas, sementes e fertilizantes, em estabelecimentos espec	1	,4
47781 - Comércio a retalho de máquinas e de outro material de escritório, em estabelecimentos esp	1	,4
47783 - Comércio a retalho de combustíveis para uso doméstico, em estabelecimentos especializados	1	,4
47784 - Comércio a retalho de outros produtos novos, em estabelecimentos especializados, n.e.	2	,8
49410 - Transportes rodoviários de mercadorias	2	,8
55111 - Hotéis com restaurante	3	1,2
55121 - Hotéis sem restaurante	1	,4
55204 - Outros locais de alojamento de curta duração	1	,4
56101 - Restaurantes tipo tradicional	10	4,0
56106 - Confecção de refeições prontas a levar para casa	2	,8
56301 - Cafés	2	,8
56302 - Bares	1	,4
56303 - Pastelarias e casas de chá	1	,4
62090 - Outras actividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática	1	,4
68100 - Compra e venda de bens imobiliários	1	,4
68200 - Arrendamento de bens imobiliários	1	,4
69101 - Actividades jurídicas	1	,4
69200 - Actividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal	3	1,2
70220 - Outras actividades de consultoria para os negócios e a gestão	2	,8
73110 - Agências de publicidade	1	,4
73200 - Estudos de mercado e sondagens de opinião	1	,4
74900 - Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, n.e.	1	,4
81210 - Actividades de limpeza geral em edifícios	1	,4
81300 - Actividades de plantação e manutenção de jardins	3	1,2
82922 - Outras actividades de embalagem	1	,4
82990 - Outras actividades de serviços de apoio prestados às empresas, n.e.	2	,8
84113 - Administração Local	1	,4

	Nº	%
84250 - Actividades de protecção civil	1	,4
85100 - Educação pré-escolar	3	1,2
85420 - Ensino superior	1	,4
85591 - Formação profissional	2	,8
85593 - Outras actividades educativas, n.e.	2	,8
86220 - Actividades de prática médica de clínica especializada, em ambulatório	1	,4
86230 - Actividades de medicina dentária e odontologia	3	1,2
86903 - Actividades de enfermagem	1	,4
86906 - Outras actividades de saúde humana, n.e.	2	,8
87301 - Actividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento	18	7,2
87302 - Actividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento	6	2,4
87902 - Actividades de apoio social com alojamento, n.e.	5	2,0
88101 - Actividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento	8	3,2
88102 - Actividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento	3	1,2
88910 - Actividades de cuidados para crianças, sem alojamento	5	2,0
88990 - Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.	15	6,0
93120 - Actividades dos clubes desportivos	1	,4
93192 - Outras actividades desportivas, n.e.	1	,4
94910 - Actividades de organizações religiosas	2	,8
94991 - Associações culturais e recreativas	5	2,0
94995 - Outras actividades associativas, n.e.	7	2,8
95110 - Reparação de computadores e de equipamento periférico	1	,4
96021 - Salões de cabeleireiro	1	,4
96022 - Institutos de beleza	1	,4
96040 - Actividades de bem-estar físico	1	,4
96093 - Outras actividades de serviços pessoais diversas, n.e.	2	,8
Total	249	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 8. Nº de entidades por CAE

	Nº	%
1 a 9	109	43,8
10 a 49	87	34,9
50 a 250	46	18,5
> 250	7	2,8
Total	249	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 9. Total de funcionários/as à data do inquérito

	N	Mínimo	Máximo	Média
Homens	230	0	944	24,38
Mulheres	231	0	832	32,42
Total	238	0	1151	54,81

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 10. Funcionários/as com incapacidade certificada ≥ 60% à data do inquérito, independentemente de terem sido recrutados/as e inseridos/as ao abrigo de uma medida pública de apoio

	N	Mínimo	Máximo	Média
Homens	213	0	20	0,84
Mulheres	208	0	32	0,87
Total	227	0	52	1,47

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 11. Funcionários/as com incapacidade certificada ≥ 60% e/ou certificados/as pelo sistema de avaliação alternativo do IEFP, que trabalham na entidade empregadora ao abrigo das medidas públicas de apoio à contratação de pessoas com deficiência/incapacidade

	N	Mínimo	Máximo	Média
Homens	204	0	16	0,53
Mulheres	202	0	26	0,60
Total	223	0	42	0,98

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 12. funcionários/as com incapacidade certificada ≥ 60% que a entidade empregadora contratou até ao momento ao abrigo das medidas públicas de apoio à contratação de pessoas com deficiência/incapacidade (inclui-se igualmente todos/as aqueles/as que tiveram uma experiência profissional, mas que já não se encontram a trabalhar na entidade empregadora

	N	Mínimo	Máximo	Média
Homens	207	0	16	0,75
Mulheres	200	0	26	0,73
Total	217	0	42	1,21

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 13. Em que ponto se encontra a sua entidade empregadora relativamente à aplicação do Sistema de Quotas de Emprego para Pessoas com Deficiência e Incapacidade com um grau de incapacidade ≥60%? (Lei nº Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro).

	Nº	%
Encontra-se a cumprir a legislação	105	42,5
Não se encontra a cumprir a legislação	8	3,2
Não se aplica, devido à sua dimensão ou natureza jurídica	90	36,4
Não se aplica devido a outra situação	44	17,8
Total	247	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 14. Qual a principal razão?

	Total
A empresa irá formalizar ainda em 2022 uma oferta de emprego através do IEFP Online tendo em vista processos de divulgação para efeitos de recrutamento.	1
Dificuldade em atribuir tarefas adequadas à incapacidade, devido à especificidade da entidade.	1
Dificuldade no acompanhamento	1
Falta de candidatos	1
Não tem havido candidatos	1
Por se tratar de entidade, cuja maioria de funções exige competências e capacidades não ajustadas com incapacidades, aos postos de trabalho para os quais existem vagas, neste momento.	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 15. Tem conhecimento da totalidade dos apoios públicos existentes relacionados com a contratação de pessoas com deficiência/incapacidade?

	Nº	%
Não sabe/Não responde	43	17,3
Não/Parcialmente	150	60,2
Sim	56	22,5
Total	249	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 16. Foi alvo de alguma Ação de informação/sensibilização dos apoios existentes e da importância do acolhimento das pessoas com deficiência/incapacidade?

	Nº	%
Sim	104	41,8
Não	145	58,2
Total	249	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Caracterização dos trabalhadores com deficiência/incapacidade que atualmente exercem funções na entidade empregadora abrangidos por medidas de apoio

Quadro 17. Habilitações literárias dos funcionários com deficiência/incapacidade das empresas

	Nº de empresas	Mínimo	Máximo	Nº de pessoas
Sem grau de escolaridade completo	90	0	4	23
1º Ciclo do Ensino Básico	104	0	7	40
2º Ciclo do Ensino Básico	103	0	15	63
3º Ciclo do Ensino Básico	130	0	5	95
Ensino Secundário	130	0	24	127
Ensino Superior	111	0	18	75

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 18. Forma de encaminhamento dos funcionários com deficiência/incapacidade

	Nº de empresas	Mínimo	Máximo	Nº de pessoas
Foram encaminhados através de Centros de Recursos	140	0	8	105
Foram encaminhados através do IEFP	142	0	11	94

Candidataram-se por iniciativa própria	129	0	46	192

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 19. Funcionários com deficiência/incapacidade ao abrigo de Medidas de política pública

	Nº de empresas	Mínimo	Máximo	Nº de pessoas
Contrato de Emprego apoiado	163	0	10	134
Emprego protegido	88	0	32	36
Estágio Profissional / Inserção	101	0	5	25
Contrato-emprego inserção	121	0	6	60
Outra situação	105	0	8	45

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 20. Principal limitação dos funcionários com deficiência/incapacidade

	Nº de empresas	Mínimo	Máximo	Nº de pessoas
Visual	89	0	10	27
Auditiva	97	0	1	16
Intelectual	97	0	8	26
Motora	113	0	18	79
Deficiências do desenvolvimento/ Neurodiversidades/ Espectro do Autismo	116	0	11	75
Doença Crónica	98	0	19	69
Doença Mental	94	0	10	38
Mais do que uma limitação /Multideficiência	83	0	12	25
Outra	93	0	4	42
Não sabe	74	0	4	22

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Situação laboral dos trabalhadores com deficiência/incapacidade

Quadro 21. Funcionários com deficiência/incapacidade que se encontram a exercer funções por número de anos de trabalho na sua organização

	Nº de empresas	Mínimo	Máximo	Nº de pessoas
<1 ano	100	0	4	52
Entre 1 ano e os 2 anos	105	0	7	61
Entre 2 anos e 3 anos	99	0	10	50
>3 anos	172	0	37	277

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 22. Natureza jurídica do seu vínculo laboral dos Funcionários com deficiência/incapacidade

	Nº de empresas	Mínimo	Máximo	Nº de pessoas
Termo incerto	78	0	2	19
Termo certo	110	0	12	75
Sem termo	170	0	40	300
Prestação de serviços	66	0	1	2
Estágio profissional/estágio inserção	86	0	11	40
Não sabe	61	0	2	4

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 23. Até à data quantos/as funcionários/as que se encontravam em estágio profissional/inserção ou se encontram a trabalhar na entidade com contrato de trabalho?

Nº de empresas	Nº de pessoas
213	285

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 24. Dos/as funcionários/as que se encontram atualmente a realizar estágio, qual a perspetiva quanto ao seu futuro na entidade?

	Nº	%
Terminar o estágio sem perspetiva de continuidade na entidade	9	4,9
Continuidade na entidade	48	26,4
Não sabe/Não responde	125	68,7
Total	182	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Adaptação

Quadro 25. Processo de adaptação dos/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade na sua entidade

Muito difícil		Difícil		Fácil		Muito fácil		Não sabe/Não responde		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
3	1,2	48	19,7	131	53,7	39	16,0	23	9,4	244	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 26. Em geral, como descreve o processo de adaptação destes/as funcionários/as nos seguintes aspetos.

	Muito difícil		Difícil		Fácil		Muito fácil		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Adaptação ao posto de trabalho	4	1,6	44	18,1	136	56,0	38	15,6	21	8,6	243	100,0
Relação interpessoal com os colegas de trabalho	6	2,5	24	9,9	127	52,3	65	26,7	21	8,6	243	100,0
Adaptação às normas da entidade empregadora	3	1,2	32	13,2	131	53,9	57	23,5	20	8,2	243	100,0
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	3	1,2	33	13,6	129	53,1	57	23,5	21	8,6	243	100,0
Relações interpessoais com a(s) chefia(s)	1	0,4	19	7,9	138	57,0	65	26,9	19	7,9	242	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 27. Como descreve o processo de adaptação dos/as restantes trabalhadores/as e da chefia aos/às colegas com deficiência/incapacidade?

	Nº	% de casos (N=245)
Não sabe/Não responde	30	12,2
Houve dificuldades/conflitos	5	2,0
Houve dificuldades / conflitos, mas foram ultrapassados	20	8,2
Houve compreensão das suas limitações e sentido de entreajuda	107	43,7
A adaptação foi rápida e positiva	102	41,6

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 28. Houve necessidade de adaptação dos postos de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas?

	Nº	%
Não sabe/Não responde	27	11,0
Não	186	75,6
Sim, em algumas situações	32	13,0
Sim, em praticamente todas as situações	1	,4
Total	246	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 29. A entidade beneficiou de apoios públicos para a remoção de barreiras arquitetónicas?

	Nº	%
Não sabe/Não responde	40	16,6
Não	190	78,8
Sim, em algumas situações	10	4,1
Sim, em praticamente todas as situações	1	0,4
Total	241	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Desempenho profissional

Quadro 30. Perceção relativamente a cada um dos aspetos abaixo apresentados face aos/às funcionários/as com deficiência/incapacidade por comparação com os funcionários/as sem deficiência:

	Menor que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade		Igual aos trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade		Maior que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Assiduidade	21	8,7	172	71,1	27	11,2	22	9,1	242	100,0
Pontualidade	10	4,2	179	74,6	30	12,5	21	8,8	240	100,0
Motivação / Empenho	22	9,2	163	67,9	33	13,8	22	9,2	240	100,0
Grau de compromisso com o trabalho	29	12,0	157	65,1	33	13,7	22	9,1	241	100,0
Proatividade	74	30,8	126	52,5	16	6,7	24	10,0	240	100,0
Produtividade	97	40,6	103	43,1	14	5,9	25	10,5	239	100,0

	Menor que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade		Igual aos trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade		Maior que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Conflitualidade em relação a outros funcionários	36	14,9	156	64,7	16	6,6	33	13,7	241	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 31. Grau de satisfação com o desempenho geral dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade:

Muito insatisfeito/a		Insatisfeito/a		Satisfeito/a		Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
3	1,2	8	3,3	126	52,1	80	33,1	25	10,3	242	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 32. Se muito insatisfeito/a / insatisfeito/a, justifique a sua resposta:

	N
Apenas trabalhava quando estava sob a supervisão direta do superior hierárquico.	1
CONFLITOS VÁRIOS	1
Deveria de dar uma melhor resposta ao serviço	1
Dificuldade em atribuir tarefas que possam ser executadas.	1
Têm correspondido as espectativas e evoluído.	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 33. Daquilo que é a sua perceção esses/as funcionários/as gostam de trabalhar na sua entidade?

	Nº	%
Não	2	0,8
Sim	211	86,8
Não sabe/Não responde	30	12,3
Total	243	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Qualidade do trabalho e progressão de carreira

Quadro 34. Quantos/as dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade são detentores/as de cargos de coordenação/ supervisão?

Nº de empresas	Nº de pessoas
217	39

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 35. Distribuição dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade por remuneração mensal líquida (deduzindo os respetivos impostos):

	Nº de empresas	Mínimo	Máximo	Nº de pessoas
≤600€	67	0	11	41
601-700€	94	0	4	75
701-800€	136	0	40	196
801-900€	62	0	10	42
901-1000€	68	0	4	30
>1000€	69	0	14	47
Não sabe	48	0	47	48

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 36. Comparativamente aos/às funcionários/as sem de deficiência/incapacidade, a remuneração dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade para as mesmas funções é:

	Nº	%
Não sabe/Não responde	36	15,1
Mais baixa	16	6,7
Igual	176	73,6
Mais elevada	11	4,6
Total	239	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 37. Tendencialmente, os/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade em comparação aos/às restantes funcionários/as têm vindo a ser promovidos:

	Nº	%
Não sabe/Não responde	99	42,1
Tantas vezes como os/as outros/as	115	48,9
Menos vezes que os/as outros/as	18	7,7

	Nº	%
Mais vezes que os/as outros/as	3	1,3
Total	235	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 38. Como avalia a importância da medida de política pública estágio de inserção?

	Nº	%
São pouco importantes uma vez que estão pouco ajustados às necessidades das entidades empregadoras	5	2,1
São importantes, mas não decisivos na contratação de trabalhadores com deficiências ou incapacidade	65	27,0
São muito importantes e decisivos, pois sem estes incentivos as entidades empregadoras teriam muitas dificuldades em contratar trabalhadores com deficiências ou incapacidade	124	51,5
Não sabe/Não responde	47	19,5
Total	241	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 39. De uma maneira geral, como avalia a implementação das medidas públicas de apoio à colocação e pós-colocação?

	Nº	%
A implementação tem sido inexistente nem conhecia essas medidas	7	2,9
A implementação tem sido insuficiente	51	21,2
A implementação tem sido positiva	113	46,9
Não sabe/Não responde	70	29,0
Total	241	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 40. Considera a sua entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade?

	Nº	%
Não	8	3,3
Sim	176	73,0
Não sabe/Não responde	57	23,7
Total	241	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 41. Porquê?

	N
A empresa considera que deve oportunidade a todos por igual	1
A Entidade colabora com a APPACDM em vários projetos	1
A entidade recebeu o Prémio da Marca Entidade Empregadora Inclusiva no ano de 2021	1
A nossa associação procura a defesa e promoção dos direitos e interesses das crianças, jovens e adultos com deficiência e dos respetivos familiares, educadores, professores e demais envolvidos, com vista à sua maior. capacitação e efetiva inclusão académica, familiar, profissional e social.	1
Admitimos funcionários com competência independetemente da terem ou não deficiência.	1
Apesar de não cumprir com as quotas de Emprego para Pessoas com Deficiência e Incapacidade, a entidade recruta candidatos aos postos de trabalho vagos que respondam às necessidades. Por outro lado, nos últimos anos teve ao serviço outras pessoas com Deficiência e incapacidades que, por sua vontade, rescindiram contrato.	1
Apoia sempre que possível e não discrimina o trabalhador com deficiência	1
Apoio prestado por parte da entidade empregadora.	1
após o estagio a entidade elaborou um contrato com o trabalhador com deficiência	1
As Deliciosas Diferenças, localizada na Av. João Albuquerque de Oliveira ,5 é uma entidade sem fins lucrativos que desde o ano 2017 atua na área dos doentes mentais graves e pessoas em situação de exclusão social, em prol dos quais foi criada a Cooperativa. A Deliciosas Diferenças, CRL foi reconhecida pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial, em 2020, pelo projeto “Residências Comunitárias”.	1
As vagas existentes e as funções inerentes dificultam a possibilidade de contratação de pessoas com deficiência/incapacidade.	1
Atualmente não estão contratados trabalhadores/as com deficiência/incapacidade.	1
Dada nossa atividade, podemos conciliar as tarefas com possíveis limitações.	1
Desde o início que temos tido funcionárias com deficiência.	1
Devido às necessidades da instituição e dificuldades de atribrui tarefas a pessoas com incapacidade.	1
Distinguidos como Marca Entidade Empregadora Inclusiva no ano de 2019 e 2021	1
É uma situação nova, com resultados positivos e será a primeira opção em caso de contratação de novos funcionários.	1
Faz parte do ADN da Organização	1
Foi distinguida como Entidade Empregadora Inclusiva em duas edições consecutivas	1
Igualdade de oportunidades	1
inclusiva para cidadão ativo	1
integração na sociedade	1
Já temos um colaborador com deficiência mental há 7 anos.	1
Muito importante dar oportunidades a todas as pessoas	1
Nao contratámos o estagiário	1

	N
Não tem expressão, os colaboradores com incapacidade, têm uma incapacidade não relevante no desempenho das funções. A atividade de exploração (mecânica automóvel) não se adequa a pessoas com incapacidade superior, mesmo para serviços administrativos seria necessário grandes alterações em espaços físicos na empresa para garantir as condições de trabalho adequadas.	1
não tem sido fator de exclusão de candidatos	1
Não tenho informação suficiente para esta questão devido a números percentagens para atingirmos essa designação	1
O único posto de trabalho foi atribuído a uma pessoa com deficiência	1
OBRIGAÇÃO DE OPORTUNIDADE	1
Pois tentamos sempre empregar as pessoas com incapacidades consoantes as necessidades da empresa.	1
Por ser uma entidade que promove sessões de Equitação Terapêutica, nada mais adequado do que promover emprego a pessoas com algum tipo de incapacidade.	1
Porque a nossa atividade se enquadra dentro da área da deficiência	1
porque acolhemos bem estas pessoas	1
Porque apenas temos 1 funcionário e a fazer tarefas menores	1
Porque aqui valorizamos as pessoas sem olhar às suas limitações ou incapacidades.	1
Porque contrata o trabalhador se a deficiência não for incompatível com o exercício das funções a executar	1
Porque contribuem de igual maneira	1
Porque devemos ter todos as mesmas oportunidades	1
porque em 3 trabalhadores, um é pessoa com deficiência e incapacidade	1
Porque emprega uma pessoa nessas condições, não faz distinção entre os diferentes trabalhadores	1
Porque está disponível para aceitar e colaborar	1
Porque estamos sempre disponíveis para aceitar pessoas com incapacidade.	1
Porque há casos que nem se recorre às medidas públicas de emprego para contratar Pessoa com Deficiência	1
Porque não distingue a pessoa c/ deficiência. A inclusão total.	1
Porque não sendo obrigatório empregamos pessoas com deficiência e aceitamos as suas limitações	1
Porque o resultado é positivo e se assim não fosse o trabalhador não se sentiria bem.	1
Porque somos uma IPSS	1
Porque tem integrado profissionalmente este público.	1
Porque temos 1 pessoa a trabalhar connosco com uma incapacidade de 47% e estamos disponíveis para acolher mais pessoas com incapacidade.	1
Porque temos em atenção as necessidades de cada pessoa e tentamos ajustar o trabalho às capacidades de cada um.	1
Prémios Marca Entidade Empregadora Inclusiva	1
Sempre que surgem candidaturas são aceites naturalmente	1
tem uma política de contratação de pessoas com deficiência/incapacidade existindo uma média alta, neste momento corresponde a 25% do total do número de trabalhadores da empresa	1
Temos 3 colaboradores com limitações, sendo que 2 deles foram contratados com essa limitação evidenciada	1
Temos contratos 1 pessoa com contrato sem termo com deficiência/incapacidade.	1
temos práticas de gestão de RH abertas e inclusivas	1
todos merecem oportunidades	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 42. Como avalia o processo burocrático de articulação com o IEFP e os processos de pagamentos?

	N
15 em 20	1
Aceitável	1
Acessíveis	1
Atraso nos pagamentos	1
Bastante rápido	1
Boa	43
burocracia gigante com papeis e tempos de demora nos processos de pagamento com meses de atraso	1
Célere	2
Com boa articulação	1
Com o IEFP não sei, mas com o IEFP MAIA através da Dra. Clara Cabral tem sido perfeita! Tanto a nível burocrático com a nível de pagamentos, acompanhamento, resolução de dúvidas a avaliação é EXCELENTE	1
Complicado	3
Considero um processo difícil apesar do IEFP cumprir com os compromissos	1
Corresponde às expetativas	1
Correto	2
De muito fácil articulação	1
Demorado	3
Demoram muito tempo no processo avaliação e no pagamento/reembolso.	1
Depende da zona ou do Centro de Emprego.	1
Deviam ser mais céleres.	1
Difícil	4
Difícil, pelo próprio colaborador que não traz o certificado de incapacidade	1

	N
É exigente, mas concordo com a exigência necessária. Podiam ser enviados pelo site os comprovativos de despesas e outros.	1
Eficaz	1
Excelente	1
Excessivo	1
Extremamente complicado	1
Fácil	10
Fantástico	1
Foi relativamente ágil.	1
fraco	1
MAU	1
Moroso	10
Muito complicado	1
Muito Bom	5
Muito burocrático	18
Muito céleres	1
Muito Deficiente - com atrasos nos pagamentos superiores a 1 ano.	1
muito mau!	1
Muito positivo	3
Nada fáceis	1
Não sendo difícil, poderia ser mais simples	1
Neste momento a avaliação não é positiva porque existem atrasos mais de um ano e não há informação nenhuma pelo IEFP.	1
Normal	8
o processo é bastante burocrático e de difícil execução. Os pagamentos foram atempados	1
O processo tem se processado de forma favorável, embora exista alguns aspectos que poderiam ser melhoras, como por exemplo a articulação entre a empresa e o IEFP.	1
O processo tem sido fácil e tem existido, sempre, uma boa articulação com o IEFP e os seus técnicos.	1
Os pagamentos foram sempre pagos nos prazos	1
PÉSSIMA	1
Poderia ser mais simplificado	1
Por vezes, um pouco demorados.	1
Positiva	12
Pouco ágeis	1
Prazos de reembolsos muito extenso.	1
Rápido	3
Razoável	10
Regular	3
Relativamente aos processos de Estágios Inserção e EAMA, estes foram concluídos de forma satisfatória.	1
Satisfatória	13
simples	5
site um pouco difícil	1
Suficiente	1
Tem vindo a melhorar significativamente, nomeadamente ao nível do tempo que decorre entre a candidatura e a sua aprovação. Também ao nível dos pagamentos.	1
Um pouco complexo, mas no nosso caso agilizado pelo Centro com o qual temos parceria e que nos encaminhou o colaborador (CEERIA em Alcobaça).	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Processo de Candidatura

Quadro 43. Adequação da Tipologia de Operação a que concorreu às necessidades do público-alvo a que se destina? (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

1- Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente adequados		Nº	Média
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
2	1,0	5	2,4	14	6,7	109	52,2	59	28,2	20	9,6	209	4,33

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 44. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta

	N
A entidade encontra-se a beneficiar de apoios no âmbito da candidatura à medida CEI - Contrato Emprego-Inserção.	1
Existe muito pouco apoio das entidades envolvidas	1
já foi há muito tempo... a pessoa que temos está cá há 5 anos...	1
Não fizemos nenhuma candidatura	1
Não houve concurso	1
Não recebi qualquer informação	1
Os incentivos são poucos para quem oferece um contrato de trabalho a termo certo - só ajudam no pagamento da Segurança Social	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 45. Adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto:

	1- Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente adequados		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Objetivos definidos para a Tipologia	3	1,4	3	1,4	8	3,8	88	41,5	50	23,6	22	10,4	38	17,9	212	100,0
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	2	,9	3	1,4	7	3,3	73	34,1	62	29,0	28	13,1	39	18,2	214	100,0
Condições de elegibilidade do projeto	2	,9	4	1,9	13	6,1	73	34,3	57	26,8	25	11,7	39	18,3	213	100,0
Critérios de seleção	3	1,4	3	1,4	10	4,7	68	31,8	61	28,5	27	12,6	42	19,6	214	100,0
Grelhas de aplicação dos critérios de análise	2	,9	4	1,9	10	4,7	75	35,2	53	24,9	24	11,3	45	21,1	213	100,0
Tipo de despesas elegíveis	3	1,4	5	2,3	13	6,1	71	33,2	56	26,2	28	13,1	38	17,8	214	100,0
Forma de financiamento (custos reais /custos simplificados)	4	1,9	4	1,9	14	6,6	74	35,1	52	24,6	24	11,4	39	18,5	211	100,0
Taxa de cofinanciamento	3	1,4	6	2,8	17	8,0	72	34,0	41	19,3	26	12,3	47	22,2	212	100,0
Carga burocrática	9	4,2	13	6,1	18	8,5	79	37,3	38	17,9	18	8,5	37	17,5	212	100,0
Processo de submissão on line da candidatura	4	1,9	4	1,9	13	6,1	73	34,4	51	24,1	29	13,7	38	17,9	212	100,0
Prazos para apresentação de candidaturas	3	1,4	4	1,9	17	8,1	73	34,6	50	23,7	28	13,3	36	17,1	211	100,0
Tempo de análise/ aprovação da candidatura	5	2,3	7	3,3	22	10,3	75	35,2	52	24,4	20	9,4	32	15,0	213	100,0
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	5	2,4	6	2,8	13	6,2	74	35,1	51	24,2	27	12,8	35	16,6	211	100,0
Meios e suportes de divulgação, informação e publicidade da Tipologia de Operação junto dos públicos-alvo	5	2,3	10	4,7	18	8,5	84	39,4	36	16,9	20	9,4	40	18,8	213	100,0
Procedimentos e prazos para apresentação de candidaturas	4	1,9	5	2,4	19	9,0	76	36,0	49	23,2	21	10,0	37	17,5	211	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 46. Considera a sua entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade? (escala 1-Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

	Nº	Media
Objetivos definidos para a Tipologia	208	3,69
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	175	4,57
Condições de elegibilidade do projeto	174	4,46
Critérios de seleção	172	4,52
Grelhas de aplicação dos critérios de análise	168	4,46
Tipo de despesas elegíveis	176	4,45
Forma de financiamento (custos reais /custos simplificados)	172	4,38
Taxa de cofinanciamento	165	4,33
Carga burocrática	175	4,02
Processo de submissão on line da candidatura	174	4,44
Prazos para apresentação de candidaturas	175	4,41
Tempo de análise/ aprovação da candidatura	181	4,23
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	176	4,37
Meios e suportes de divulgação, informação e publicidade da Tipologia de Operação junto dos públicos-alvo	173	4,13
Procedimentos e prazos para apresentação de candidaturas	174	4,29

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 47. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta

	N
A carga burocrática é muito elevada, mais concretamente no que se refere aos processos de contratação pública, também eles muito exigentes e burocráticos. Saliento a falta de apoio a este nível por parte dos órgãos de gestão.	1
A plataforma de gestão dos Estágios é muito complicada de operacionalizar	1
AS MEDIDAS DEVIAM SER MAIS DIVULGADAS	1
Demora muito a aprovação	1
Não fizemos nenhuma candidatura	1
Nem sempre há informação disponível sobre o processo e podia haver um site onde constasse o histórico.	1
Neste momento não tenho muita informação para estas questões já que a integração das duas funcionárias foi feita há mais de 4 anos	1
Obriga ao desperdício de tempo e papel ao mesmo tempo os prazos das respostas não muitas vezes cumpridos	1
Os incentivos são poucos para quem oferece um contrato de trabalho a termo certo - só ajudam no pagamento da Segurança Social	1
Os prazos deveriam ser mais alargados e mais publicitados	1
Processo muito burocrático e demorado principalmente no que diz respeito aos pagamentos.	1
Processo muito burocrático e difícil	1
Processo muito burocrático e pouco ágil, não proativo	1
Processos morosos	1
São burocráticos em demasia	1
Sentimo-nos desapoiados	1
Tempo de aprovação das candidaturas muito morosos.	1
todo o processo burocrático é complicado e nem sempre é possível obter apoio do IEFP com facilidade. A divulgação é inexistente e os prazos curtos	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 48. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura

	Nº	% de casos (N= 209)
Não teve dificuldades	119	56,9
Interpretação da regulamentação (Regulamento Específico, Aviso de Abertura de Concurso…)	24	11,5
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	11	5,3
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	42	20,1
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,…)	10	4,8
Preenchimento do formulário de candidatura on-line	18	8,6
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	9	4,3
Prazos de decisão	29	13,9
Outra	10	4,8

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 49. Outra. Qual?

	N
a pessoa foi-nos proposta e ajudaram-nos em tudo na candidatura	1
Dificuldade no cumprimento de alguns critérios da grelha de análise em face do tipo de projeto	1
Muitas dúvidas acerca das comparticipações do Estado	1
Muito apoio do IEFP para elaboração da candidatura	1
Não fizemos nenhuma candidatura	1
Não houve candidatura	1
Prova de incapacidade do funcionário	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 50. Por favor, descreva as dificuldades sentidas:

a carga burocrática do processo	1
A legislação deveria ser alvo de uma sinopse por forma a ser mais globalmente compreendida	1
A regulamentação é pouco clara	1
a resposta para avaliações, aprovações/reprovações é muito demorado!	1
Burocracia excessiva	1
Burocracias, inquéritos	1
Dificuldades em vencer as barreiras colocadas à aprovação	1
Falta de apoio financeiro adaptação posto de trabalho e regras complexas.	1
Foram muitas , por isso obtive ajuda do Contabilista	1
Fui informada de que haveria uma comparticipação para o salário da trabalhadora contratada e depois constatei que tal só seria viável se fosse celebrado um contrato sem termo. Acho inadequada essa imposição porque não se faz um contrato sem termo a um trabalhador com uma incapacidade sem se comprovar a sua adequação ao posto de trabalho.	1
Interpretação do Regulamento	1
Moroso e repetitivo	1
Muita burocracia	1
Muita informação	1
Muitos documentos	1
Não houve nenhuma dificuldade no processo de elaboração e submissão, somente os prazos de decisão para este tipo de projecto poderiam ser um pouco mais abreviados.	1
não responde	1
Não senti na altura grandes dificuldades porque todo o processo foi feito com a colaboração do CEERIA	1
O tempo da elaboração do parecer para atribuição da percentagem a atribuir feito por entidade externa	1
Pagamentos ainda pendentes. Ninguém se entende	1
Pesada burocracia e difícil interpretação dos regulamentos. Os processos têm que ser simplificados e agilizados.	1
procedimento burocrático difícil	1
Processo burocrático	1
Processo muito burocrático e demorado	1
Processo muito burocrático e difícil	1
Recebemos informações muito extensas e demasiado técnicas.	1
Regulamento	1
Sem dificuldades	1
só existem dificuldades com o IEFP que não paga atempadamente, nem aprova em tempo útil o APC	1
Utilização da Balcão2020 não é muito intuitiva. Prazos decisão anunciados na regulamentação especificas não são cumpridos.	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Execução do Projeto

Quadro 51. Fatores que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto:

	Cumprimento dos tempos de execução		Execução integral do financiamento aprovado		Cumprimento dos indicadores contratualizados	
	Nº	% de casos (N= 124)	Nº	% de casos (N= 115)	Nº	% de casos (N= 98)
Não existiram dificuldades	100	80,6	92	80,0	80	81,6
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	11	8,9	18	15,7	5	5,1
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	14	11,3	16	13,9	8	8,2
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	20	16,1	21	18,3	7	7,1
Atrasos no reembolso das despesas	20	16,1	22	19,1	9	9,2
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, …	19	15,3	20	17,4	8	8,2
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	16	12,9	17	14,8	7	7,1
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, …)	16	12,9	19	16,5	6	6,1
Desvio nos custos inicialmente previstos	15	12,1	17	14,8	8	8,2
Dificuldades na articulação com parceiros	14	11,3	14	12,2	9	9,2
Outros fatores.	13	10,5	13	11,3	12	12,2

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 52. Outros fatores. Quais?

	N
Atrasos no reembolso das despesas	1
Dificuldade no recrutamento dos destinatários	1
dificuldades com o IEFP	1
Muita burocracia, análise dos pedidos de reembolsos muito dilatados no tempo o que faz com que surjam dificuldades financeiras preocupantes.	1
Muitas desistências dos candidatos	1
Não apresentámos nenhuma candidatura	1
Vulnerabilidade do público alvo e pandemia	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 53. Por favor, descreva as dificuldades sentidas:

	N
BUROCRACIA	1
Como referi anteriormente tudo já se passou algum tempo e tivemos sempre a colaboração de CEARIA	1
Demasiada burocracia na documentação a enviar nos pedidos de reembolso	1
Dificuldade no recrutamento	1
Dificuldades no financiamento	1
Inexperiência	1
Muita burocracia, análise dos pedidos de reembolsos muito dilatados no tempo o que faz com que surjam dificuldades financeiras preocupantes.	1
Não apresentámos nenhuma candidatura	1
Processo muito burocrático e difícil	1
reembolso super atrasados por parte do IEFP e muito atraso na aprovação da medida APC	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 54. Sente a necessidade de um maior acompanhamento pela AG aos promotores?

	Nº	%
Não	136	71,2
Sim	55	28,8
Total	191	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 55. Indique o tipo de apoio que sente necessidade:

	N
Acompanhamento a nível da continuidade do Projeto	1
apoio mais directo e haver alguém dedicado a estes processos	1
Apoio regular de foro psicológico aos candidatos colocados	1
Conhecimento	1
Depois da candidatura falta de apoio no processo seguinte.	1
Estamos acerca de 8 meses sem gestor do projeto.	1
Falta pessoal no IEFP para atender a demanda	1
Informação	1
Informação de apoios	1
Maior celeridade no apoio financeiro, prazos mais curtos de análise do processo.	1
Maior facilidade de contacto	1
Maior sensibilidade para o tipo de apoios que nos assistem, e acompanhamento mais celebre tanto na candidatura como nos reembolsos.	1
Mais informação sobre os apoios	1
NA FASE INICIAL É NECESSÁRIO APOIO E ESCLARECIMENTOS	1
na operacionalização da plataforma de gestão do estágio	1
Não apresentámos nenhuma candidatura	1
No fornecimento de esclarecimentos, uma vez que ocasionalmente são colocadas questões via e-mail, cujo o resultado é ausência de respostas ou com resposta tardia.	1
o IEFP deveria cumprir os prazos estabelecidos na legislação....	1
Penso que o IEFP poderia, nem que seja uma vez durante o estágio, enviar ao estagiário um pedido de avaliação de como o estágio está a decorrer.	1
Por vezes é difícil associar os reembolsos do IEFP aos respetivos projetos. Nem sempre a entidade foi notificada de transferências e foi necessário solicitar esclarecimentos adicionais.	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 56. Identifique os principais fatores que podem potenciar/ampliar os efeitos e resultado alcançados com o seu projeto:

A proximidade dos profissionais que acompanharam o estágio	1
Acima de tudo passou pela integração destas pessoas e uma mais valia para a instituição na mão de obra que se tem vindo a tornar muito importante no desenrolar das atividades diárias da instituição	1
Acompanhamento da pessoa contratada	1
Apoio ao pagamento dos salários	1
Apoio funcionários IEFP	1
Apoios	1
Celeridade nos tempos de análise do processo	1
Com a concretização do projecto ganhámos um profissional de excelência que tem feito a diferença na qualidade dos projectos que desenvolvemos.	1
Comparticipação do posto de trabalho na totalidade e melhor conhecimento por parte dos técnicos centro de recursos	1
Competência	1
Contratação	1
Cumprimento da execução financeira, acompanhamento por entidades competentes do trabalhador	1
Dedicação e rigor nas tarefas desempenhadas	1
Desburocratizar todo o processo para os técnicos terem mais tempo para dedicar às pessoas.	1
Desenvolvimento das pessoas abrangidas pelo projeto	1
Desistências	1
É necessário tornar todas as regras mais fáceis	1
Empenho do colaborador	1
Empregabilidade	1
Este apoio permite a integração da trabalhadora e o desenvolvimento das suas competências relacionais, pessoais e profissionais, ao mesmo tempo que potencia a dimensão económica média da exploração agrícola “Costa da Marinha - agricultura biológica”, assim como a sua produtividade, no que respeita à utilização de mão-de-obra.	1
Facilidade na comunicação e nos processos administrativos	1
factores económico-sociais	1
formação adequada ao trabalhador em causa	1
Formação profissional	1
Haver maior flexibilidade e alargamento, se possível em permanência das medidas para integração, no sentido de permitir que o trabalhador seja apoiado mesmo em situações de frequentes e cíclicas ausências laborais.	1
inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho; elevação da sua auto-estima;	1
Integração da sociedade	1
Integração na comunidade da colaboradora apoiada	1
Interajuda na integração	1
Maior comparticipação no financiamento	1
maior conhecimento dos apoios	1
Maior percentagem de financiamento	1
Maior percentagem de financiamento.	1
MAIOR Sensibilização das Empresas e Entidades Publicas parceiras para a integração de Pessoas c Deficiência/Incapacidade	1
Maior tempo de execução	1
Mais apoio na candidatura	1
Mais apoios	1
Mais proximidade do IEFP com as entidades	1
Melhor divulgação	1
melhoria da articulação com o IEFP	1
Motivação	1
Não apresentámos nenhuma candidatura	1
O apoio se estender por um maior período de tempo.	1
Os resultados e a sua visibilidade para a sociedade civil.	1
Pagamentos em dia e apoio em situações que possa surgir	1
Projectos plurianuais	1
Reconhecimento	1
Rotina no trabalho	1
Trabalho em parceria	1
Vontade do trabalhador	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 57. Identifique os principais fatores que podem condicionar os efeitos e resultado alcançados com o seu projeto:

A candidatura de pessoas com deficiência e incapacidades desajustadas às necessidades da instituição.	1
A complexidade burocrática	1
A demora nos tempos de análise e conclusão do projeto.	1
A pessoa a contratar	1
a sustentabilidade financeira pode condicionar a manutenção do posto de trabalho	1
Alteração do Posto de trabalho do funcionário	1
As limitações associadas	1
As limitações dos colaboradores em causa	1
Atrasos no reembolso dos projetos superior a 1 ano.	1
BUROCRACIA	2
Burocracia excessiva e difícil	1
Desfasamento da realidade familiar com a realidade da instituição	1
Desinteresse	1
Desistências	1
Dificuldade de interpretação dos trabalhos executados	1
Empenho do colaborador	1
Equilíbrio emocinal da colaboradora	1
Estado de saúde do trabalhador	1
factores económico-sociais	1
falta de acompanhamento	1
Falta de acompanhamento do IEFP	1
Falta de acompanhamento e controlo de algum colega ao que este colaborador com deficiência faz.	1
Falta de apoio financeiro estatal	1
Fase Pandemia e disponibilidade dos investidores sociais	1
Financiamento e adaptação do candidato	1
Instabilidade económica, com dificuldades e encerramento de empresas	1
Insuficiente financiamento	1
Menor percentagem de financiamento, critérios de elegibilidade limitativos, menos e menores prazos de candidatura.	1
Menor tempo de execução	1
Montante do financiamento	1
Motivação	1
Não apresentámos nenhuma candidatura	1
Não cumprimento execução financeira	1
Não financiamento adaptação posto de trabalho e pouco apoio financeiro	1
O corte nos custos imputados por causa da burocracia com a contratação pública	1
Os atrasos no pagamento das comparticipações do IEFP	1
Os atrasos do IEFP	1
Os critérios de elegibilidade dos candidatos.	1
Possibidade de falta de adaptação ao posto de trabalho	1
Produtividade alcançada	1
Satisfação	1
Situações imprevistas entre parceiros	1
Tendo em conta que os formandos têm deficiência e incapacidade as desistências e faltas podem influenciar os resultados	1
Valor do apoio	1
Vulnerabilidade do público-alvo, retração do mercado de trabalho	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 58. Identifique os efeitos não esperados que resultaram/podem resultar do seu projeto

A empatia que os nossos clientes têm pela trabalhadora, a motivação diária da mesma	1
A não continuidade do Destinatário no final do estágio por motivos não previstos	1
A necessidade de ampliar a Deliciosas Diferenças (residências comunitárias)	1
Abandono do projeto	1
Algum desconforto na equipa	1
Cortes inesperados ao nível do Processo da Contratação pública, especialmente neste momento de crise, devido à ausência de respostas por parte dos fornecedores.	1
Dificuldades financeiras na execução do projeto	1
Enriquecimento na gestão do sistema da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos colaboradores	1
falta de apoio entidades	1
Inclusão social familiar	1
Integrar a colaboradora numa equipa dinâmica o que lhe dá estabilidade emocional	1
Não apresentámos nenhuma candidatura	1
Não atingir objectivos	1
Substituição de candidatos	1

Quadro 59. O projeto da sua entidade teria sido executado sem este financiamento?

	Nº	%
Sim, com o mesmo formato	27	16,2
Sim, mas com um investimento menor	25	15,0
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	12	7,2
Não	103	61,7
Total	**167**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 60. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	Nº	%
Não	88	54,7
Sim	73	45,3
Total	**161**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 61. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento:

Acordos de Cooperação, ISS,IP	1
Apoio da entidade na área da deficiência em particular com a Cercimor	1
Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego e Centro de Reabilitação e Formação Profissional com financiamentos de IEFP e POISE.	1
Emprego Apoiado em Mercado Aberto	1
Emprego Apoiado em Mercado Aberto - IEFP	1
Emprego apoiado em mercado aberto - IEFP	1
Emprego, FSE	1
Equitação com Fins Terapêuticos, financiamento pessoal.	1
estágio de inserção para Pessoa com Deficiência	1
Estágios profissionais, financiados pelo IEFP	1
Fomento ao emprego, promoção da igualdade - IEFP/ POISE	1
Formação Profissional	1
formação profissional para pessoas com deficiência	1
Isenção ou redução TSU	1
MAVI e CLDS - Financiados pelo POISE	1
Mercado Aberto - IEFP	1
Não apresentámos nenhuma candidatura	1
Programa de emprego e apoio à Qualificação de Pessoas com deficiência e incapacidade emprego apoiado e mercado aberto - decreto lei 290/2009 de 12 outubro	1
Projeto Incorpora, Fundação LaCaixa	1
Projetos da Área da Responsabilidade Social Interna; o Financiamento é interno	1
Residências Comunitárias - mensalidades dos utentes e ajudas publicas/privadas	1
Turismo em espaço rural	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 62. Observações:

A rigidez das regras e a falta de sensibilidade do IEFP.	1
Algumas das questões presentes nestes questionários estão formuladas de forma a que a resposta seja tendenciosa.	1
Atravessamos fase má de entrada de trabalhos e prestação de serviços motivo que não levou à contratação definitiva do estagiário.	1
Deve o sector público obrigar-se a si próprio a cumprir as cotas de empregabilidade das pessoas com deficiência/incapacidade	1
Espero ter sido útil	1
Estes projetos são relevantes para a inclusão das pessoas com deficiência e incapacidades. No entanto, considera-se muito mais trabalho a fazer, na medida em que é notório que grande parte da população com dificuldades ainda carece de respostas.	1
Foi por nossa iniciativa através de uma visita ao IEFP que nos foi dado o conhecimento nomeadamente do estágio de inserção para pessoas com incapacidade. Depois da atenção que recebemos por parte da Dra. Clara Cabral, acompanhamento, esclarecimento, disponibilidade e dedicação optámos sem margem para dúvida pelo projecto. Temos a perfeita noção que sem a colaboração da Dra. o caminho teria sido outro e hoje não estaríamos a responder a este inquérito por motivos óbvios. A Dra. Clara quebrou um "tabu" que existia há muitos anos em relação à nossa empresa e colaboração com o IEFP. Hoje vemos o IEFP como potencial parceiro em futuros projectos similares e não só. O projecto de estágio de inserção permite tempo tanto para o estagiário e empresa de perceber se se encontram em sintonia. É um projecto com avaliação positiva e que no nosso entender tem um papel fundamental.	1
Inquérito muito longo. Obrigado	1
O colaborador que está na instituição foi admitido há 13 anos. Neste momento não concorremos a qualquer candidatura de apoio para o mesmo.	1
O trabalhador contratado ao abrigo deste projecto é um homem com problemas cognitivos e que executa trabalhos menores, pois não tem capacidade de decisão, nem iniciativa de trabalho, executa apenas as tarefas que lhe propõem. Um indivíduo apoiado pela CERCI, que se encontra na nossa empresa há mais de 10 anos.	1
Um Inquérito muito demorado e nalguns pontos sem opções intermédias.	1

Fonte: Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022)

INQUÉRITO ÀS ENTIDADES BENEFICIÁRIAS DA T.I. 3.01 - QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OU INCAPACIDADE

Caracterização

Quadro 63. Nº de entidades por região

	Nº	%
Norte	17	34,7
Centro	24	49,0
Alentejo	8	16,3
Total	49	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 64. Nº de entidades por Tipologia de entidades

	Nº	%
Associações Públicas	1	2,0
Cooperativa (inclui União de Cooperativas)	6	12,2
Entidade equiparada a pessoa coletiva	1	2,0
IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS	38	77,6
ONG - Organização Não Governamental	2	4,1
Sociedades Comerciais	1	2,0
Total	49	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 65. Nº de entidades por CAE

	Nº	%
85591 - Formação profissional.	4	8,2
86100 - Actividades dos estabelecimentos de saúde com internamento.	1	2,0
87301 - Actividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento.	1	2,0
87302 - Actividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento.	11	22,4
88102 - Actividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento.	24	49,0
88910 - Actividades de cuidados para crianças, sem alojamento.	1	2,0
88990 - Outras actividades de apoio social sem alojamento, n. e.	3	6,1
94995 - Outras actividades associativas, n. e.	4	8,2
Total	49	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 66. Evolução do número de formandos/as com deficiência/incapacidade

	Homens				Mulheres			
	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média
2015	36	6	200	48,86	36	3	200	46,11
2016	41	2	200	44,66	41	2	200	40,98
2017	42	2	200	43,29	42	2	200	41,57
2018	46	2	200	48,09	46	2	200	46,74
2019	46	1	200	37,67	46	4	137	34,89
2020	46	2	170	46,65	46	4	165	44,85
2021	44	2	200	39,34	44	2	200	39,09

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 67. Número de formandos/as com deficiência/incapacidade por tipo de certificação alcançada:

	Sem certificação (frequência)				Com certificação nível I				Com certificação nível II			
	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média
2015	23	1	141	22,39	21	2	145	19,81	19	3	200	22,05
2016	27	1	186	25,00	21	1	64	14,76	19	2	128	18,32
2017	28	1	192	25,14	23	1	152	20,96	23	4	122	23,13
2018	33	1	143	26,15	25	3	148	29,08	26	1	173	31,38
2019	25	1	84	19,44	14	1	102	20,00	10	3	86	16,30
2020	27	1	133	22,93	20	4	119	24,75	21	1	133	26,38
2021	24	1	80	19,67	19	6	146	29,53	21	3	200	27,43

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 68. Evolução do número de formandos/as com deficiência/incapacidade que foi objeto de uma medida de colocação em mercado de trabalho após o processo de qualificação/formação:

	Homens				Mulheres			
	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média
2015	29	1	32	6,41	27	1	28	5,41
2016	28	1	37	8,39	31	1	78	7,84
2017	35	1	69	9,54	35	1	112	9,69
2018	35	1	79	12,11	37	1	87	11,51
2019	22	1	38	9,36	21	1	48	9,14
2020	29	1	78	10,97	33	1	89	10,00
2021	33	1	41	8,45	31	1	43	7,55

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 69. Destes, identifique por favor, quantos/as foram objeto de estágio profissional/inserção e contrato de trabalho:

	N	Mínimo	Máximo	Média
Estágio profissional/inserção	39	0	330	37,00
Contrato de trabalho	41	0	177	28,76

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 70. Número de formandos/as que nos últimos anos tiveram uma experiência de emprego que não singrou e que retornaram ao percurso formativo:

	Homens				Mulheres			
	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média
2015	17	1	6	2,29	13	1	7	2,15
2016	19	1	7	2,11	13	1	8	3,62
2017	7	1	7	3,29	11	1	9	3,00
2018	22	1	15	3,86	22	1	12	4,14
2019	19	1	8	3,26	19	1	5	2,47
2020	14	1	11	4,93	19	1	12	3,68
2021	12	1	6	3,00	10	1	7	3,50

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 71. Principais razões que se encontram na base das situações de insucesso na passagem da fase da qualificação/formação para o mercado de trabalho?

	Nº	% de casos (N=48)
As limitações de alguns dos formandos	40	83,3
A impreparação das entidades empregadores para o acolhimento de pessoas com deficiência/incapacidade	28	58,3
Insuficiências no próprio sistema de qualificação	7	14,6
Outras razões	19	39,6
Não sabe/Não responde	1	2,1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 72. Outras razões. Quais?

	N
A falta de diversidade no mercado de trabalho para acomodar pessoas com um nível de funcionalidade baixo e a falta de mobilidade entre áreas geográficas próximas por ausência de transportes públicos	1
A própria inconstância no desenvolvimento das tarefas/ perturbação e alterações do comportamento das pessoas co deficiência	1
Algumas dificuldades económicas por parte das entidades	1
Apoios sociais atribuídos.	1
Ausência de Rede de Transportes, Dependência dos Apoios Sociais	1
Ausência de transportes públicos compatíveis e o preço dos mesmos muito elevado comparativamente com os grandes centros urbanos	1
dificuldades financeiras das empresas/entidades para realizarem contratos de trabalho com os formandos	1
Dificuldades financeiras das entidades empregadoras; Dependência, por parte dos formandos, de subsídios/ apoios sociais.	1
Entidades empregadores tem a percepção que diminui a produtividade dar oportunidade de emprego a pessoa com deficiência e que o Estado não apoia devidamente os custos com a diminuição da produtividade empresarial.	1
Falta de flexibilidade das medidas de apoio ao emprego (Estágios e CEI+PDI) relativamente à carga horária. Deviam contemplar também o trabalho a tempo parcial. Fortes entraves são também os contextos familiares desestruturados e também o sistema não estar preparado para incluir pessoas com doença mental	1
Falta de rotinas/hábitos de trabalho; pouca motivação para o trabalho.	1
Fraca rede de transportes (Leiria); Contexto sociofamiliar pouco favorável/colaborante; Morosidade na agilização dos processos de AC.	1
Incumprimento de regras por parte dos formandos; pouco apoio ao formando por parte de famílias desestruturadas; dificuldade por parte dos empresários na compreensão da instabilidade inerente à doença mental	1
Inexistência de crenças de autoeficácia dos próprios formandos e significativos; o facto de os formandos usufruírem de apoios sociais, muitas vezes, faz com que estes não vejam a integração no mercado de trabalho como uma mais valia.	1
Inflexibilidade do sistema, não permitindo uma individualização, uma adequação, por exemplo da carga horária do estágio em função do perfil do formando: Esta situação é mais evidente quando se trata de formandos com deficiência intelectual.	1
Instabilidade Familiar	1

	N
Menores oportunidades do tecido empresarial em determinadas áreas geográficas	1
Os fatores pessoais e contextuais dos formandos tais como a falta de regulação emocional, a extrema pobreza, a falta de transporte nomeadamente nas zonas rurais interiores, a pouca valorização do trabalho em alguns contextos sendo hipervalorizados os apoios sociais de subsistência ou rendimentos temporários mesmo quando estes são inferiores aos ganhos do trabalho. Estereótipos sobre a pessoa com deficiência/incapacidade. Desconhecimento das medidas de apoio, nomeadamente da medida de emprego apoiado.	1
PCDI pertencente a minorias étnicas	1
Problemas de assiduidade e de comportamento	1
Processo demasiado burocrático nas medidas de apoio ao emprego e consequente atraso nos apoios financeiros às empresas.	1
Razões Financeiras.	1
Situação económica das empresas - Mercado de trabalho; Falta de transportes públicos para alguns locais de emprego.	1
Valorização de um percurso formativo que lhes confira o ensino secundário ou a qualificação N4 / Desinvestimento da família	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 73. Indique, por favor, o número atual de formandos/as por tipo limitação:

	Homens				Mulheres			
	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média
Visual	6	1	39	7,67	7	1	48	7,86
Auditiva Intelectual	23	1	44	12,70	26	1	70	13,62
Motora	17	1	14	4,00	13	1	25	4,62
Deficiências do desenvolvimento/ Neurodiversidades/ Espectro do Autismo	21	1	30	12,52	19	1	23	8,89
Mais do que uma limitação /Multideficiência	22	1	54	6,95	21	1	33	7,19
Doença crónica	10	1	12	3,20	14	1	41	7,21
Doença Mental	31	1	20	7,23	33	1	38	7,09
Outra	12	1	6	2,42	10	1	6	3,40

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 74. Discrimine, por favor, quais as áreas dos cursos desenvolvidos:

	N
213	1
525	1
090 - Desenvolvimento pessoal	5
215 - Artesanato	3
222 - Línguas e literaturas estrangeiras	1
223 - Língua e literatura materna	1
341 - Comércio	3
344 - Contabilidade e fiscalidade	1
346 - Secretariado e trabalho administrativo	7
481 - Ciências informáticas	1
482 - Informática na ótica do utilizador	2
521 - Metalurgia e metalomecânica	4
534 - Materiais (industria da madeira, cortiça, papel, plástico, vidros e outros)	4
542 - Indústria do têxtil, vestuário, calçado e couro	6
543 - Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e Outros)	5
621 - produção agrícola e animal	5
622 - Floricultura e jardinagem	24
729 - Saúde - programas não classificados noutra área de formação	1
761- Serviços de apoio a crianças e jovens	1
762 - Trabalho social e orientação	9
811 - Hotelaria e restauração	21
Agricultura, Silvicultura e Pescas	1
Ajudante administrativo	1
Ajudante de ação direta (infância e terceira idade)	1
Ajudante de avicultura	1
Ajudante de comércio	1
Ajudante de contabilidade	1
Ajudante de cozinha / restauração	1
Ajudante de Jardinagem	1
Ajudante de mecânica	1
Ambiente e Saúde	1
Apoio à Família e Comunidade	1
Aprovisionamento e Armazém	1
Artesanato	2
Assistente Administrativo	4
Assistente familiar e Apoio à Comunidade	8

	N
Assistente Operacional - Serviços Gerais	1
Assistente Operacional para a Infância	1
Atendimento ao Público	1
Atualmente todos os cursos são do percurso C, sem uma área específica	1
Auxiliar de Assistente Administrativo	1
Auxiliar de cabeleireiro e estética	1
Auxiliar de Cozinha	1
Auxiliar de Lavandaria	1
Auxiliar de manutenção	1
auxiliar de produção e industria	1
Auxiliar de Serviços Gerais	1
Auxiliares de Cozinha	1
Carpintaria	3
Carpinteiro(a) de Limpos	3
Ciências Empresárias	1
Ciências Informáticas	1
Comércio	1
Costura e Lavores	1
Costureira/o Modista	3
Cozinheiro(a)	8
Eletromecânico de Eletrodomésticos	1
Empregad@ de Andares	7
Empregado(a) comercial	1
Empregado(a) de Cozinha e pastelaria	1
Empregado/a de Mesa	3
Equinos	1
Gestão de serviços domésticos IV	1
Higiene e Limpeza	1
Hotelaria: cozinheiro/a, empregado/a de mesa	1
Hotelaria: empregado/a de andares, auxiliar de hotelaria	1
Indústrias Alimentares	1
Informática	1
Lavagem e Lubrificação de Veículos	1
linguagem e Comunicação	1
Manutenção de Espaços Verdes	1
Materiais	1
Mecânico/a de Serviços Rápidos	2
Metalurgia e Metalomecânica	2
Operador agrícola	1
Operador de armazenagem	2
Operador(a) de manutenção em hotelaria	1
Operador(a) de pecuária	1
Operador(a) de Serigrafia/Estamparia	1
Operador/a Agrícola	3
Operador/a de Acabamentos de Madeira e Mobiliário	6
Operador/a de Jardinagem	8
Operador/a de Manutenção	2
Operador/a Informática	2
Organização Económica dos Estados Democráticos	1
Organização Política dos Estados Democráticos	1
Pastelaria	2
Produção Agrícola e Animal	3
Produção Vegetal	1
Restauração e Hotelaria	1
Seralheiro/a Civil	4
Serviços domésticos	1
Serviços Gerais	1
Serviços Pessoais	1
Serviços Pessoais à Comunidade	1
Serviços Pessoais e Domésticos	1
Tapeçaria V	1
Trabalho social e orientação	5
Trabalho social e orientação: assistente familiar e de apoio à comunidade	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Formação e emprego

Quadro 75. Em média, qual o número de cursos de formação/qualificação o centro realiza por ano?

	N	Mínimo	Máximo	Média
Cursos de formação/qualificação	47	1	100	10,1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 76. Nos casos em que os/as utentes frequentam mais do que um curso ao longo do seu percurso formativo, em média quantos cursos cada utente frequenta?

	N	Mínimo	Máximo	Média
Média de cursos por utente	44	0	4	2,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 77. Adequação atual sistema de formação/qualificação para pessoas com deficiência/incapacidade em Portugal?

Nada adequado		Pouco adequado		Adequado		Muito adequado		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
-	-	22	45,8	21	43,8	5	10,4	48	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 78. Considera que o sistema vigente permite potenciar a inserção profissional das pessoas com deficiência/ incapacidade?

Muito pouco		Pouco		Suficientemente		Muito		Não sabe/Não responde		Total	
Nº	%			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	2,1	14	29,2	24	50,0	8	16,7	1	2,1	48	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 79. De forma a compreendermos melhor este fenómeno, queira justificar a opção tomada nesta questão.

	N
A contratualização de indicadores compromete, em parte, a inserção dos formandos. Por vezes surgem oportunidades de emprego a meio do percurso formativo, o que coloca o formando e a nós próprios numa situação ambígua, entre a recusa da oferta e uma possível desistência. Esta situação poderia ser ultrapassada com uma maior flexibilização e individualização do percurso formativo, que resultaria em maiores taxas de empregabilidade.	1
A formação permite dar maior autonomia aos formandos.	1
A instituição onde trabalho (CERCISIAGO) desenvolve formação recorrendo à formação prática em contexto de trabalho. A formação tem duas componentes: Formação de Base (Teórica) e a Formação prática em contexto de trabalho. A formação de base é ministrada na sede na instituição e a prática é desenvolvida numa empresa/organização junto da área de residência do formando. Dado que cobrimos uma extensa àrea geográfica (onde por vezes não existe rede de transportes) há formandos que apenas frequentam a componente prática da formação. Este modelo tem provado ser altamente benéfico para a inserção dos formandos em mercado de trabalho e as taxas de inserção após a conclusão da formação são muito altas. No entanto o modelo está em risco, uma vez que o Departamento de Formação do IEFP em Xabregas (que é a entidade que aprova os referenciais de formação) já informou que não vai aprovar mais referenciais que não incluam a componente teórica. A experiência de mais de 30 anos de prática diz-nos que os formandos com deficiência aderem mais a este tipo de formação, que é mais motivadora (por ter poucos conteúdos abstratos) e que quanto mais tempo os formandos passam em contexto real de trabalho mais aumentam as possibilidades de inserção após a conclusão do processo formativo. No entanto, nos ultimos anos temos assistido à implentação de modelos formativos equivalentes aos da população em geral, não tendo em conta as ideiossincrasias das pessoas com deficiência, que é uma população muito heterogenea e com diferentes necessidades.	1
A questão coloca-se do lado das entidades empregadoras. Estas estão pouco preparadas para receber as pessoas com deficiência e associam a sua integração a um aumento dos custos diretos e indiretos (menos produtividade, mais pessoas dedicadas ao apoio, maior probabilidades dos funcionários passarem a regular a produtividade pela produtividade da pessoa com deficiência, ...) . Logo uma diminuição do lucro.	1
Apesar do sistema de formação para PCDI ser pouco flexivel e muito exigente para a população, com os incentivos a empregabilidade e apoio das Equipas aos empresários, a integração tem sido muito boa.	1
As medidas de integração profissional do IEFP são um grande incentivo para a integração das pessoas com deficiência e incapacidades	1
As medidas para pessoas com deficiência e incapacidade estipuladas potenciam a inserção profissional, devido às vantagens / benefícios da contratação deste público para as entidades e a todo o trabalho de sensibilização realizado pelos técnicos junto das mesmas.	1
Cursos demasiado padronizados para para perfis de formandos muito heterogeneos.	1
De forma a potenciar a inserção profissional das pessoas com deficiência/incapacidade, embora seja importante a certificação escolar, atendendo aos requisitos de recrutamento por parte das entidades empregadoras, consideramos de todo fundamental a realização de percursos de formação/qualificação onde se privilegie a formação prática em contexto de trabalho, como forma de dotar os formandos com as competências necessárias, capacitando-os para o desempenho de uma atividade profissional	1
Desde sempre que a formação dirigida a pessoas com deficiência ou incapacidade, assenta num processo formativo integrado que abrange várias componentes , e se organizou no sentido de estar focalizada na preparação prática dos formandos, com vista à sua integração profissional. O principal objetivo, é preparar o ingresso dos formandos no mercado normal de trabalho. - Forte investimento em práticas simuladas; - Macting - Acompanhamento individualizado, permanente durante a formação prática em posto de trabalho; - Negociação de enquadramento profissional do formando, após o término da formação; - Acompanhamento pós-colocação. Apesar, das alterações verificadas nos últimos anos, em que se introduziu, com reconhecidas vantagens a certificação escolar. O foco continuou, na empregabilidade, após o percurso formativo. Regista-se um aumento de formandos oriundos do sistema regular de formação profissional, que embora tenham conseguido terminar os percursos com sucesso, não possuem quaisquer competências de empregabilidade e na	1

	N
maioria dos casos tem um perfil de competências que não é ajustável ao grau de dificuldade das tarefas a desempenhar em mercado de trabalho	
Entidades com fins lucrativos demonstram interesse em integrar pessoas com deficiência/incapacidade, porém o sistema vigente não contempla estas entidades nos apoios oferecidos.	1
Existe um acompanhamento próximo dos formandos e dos empresários; são desenvolvidas parcerias com entidades empregadoras visando e FCT e o encaminhamento para oportunidades de emprego; é assegurado um atendimento individual onde se define, juntamente com a pessoa, o seu projeto de empregabilidade; A PCDI vê a suas competências e habilidades enaltecidas ao mesmo tempo que convive com pares	1
Falta de recursos nas entidades para acompanhar os jovens falta de incentivos governamentais para a inclusão.	1
Formação em Contexto de Trabalho de 1200 horas - factor positivo	1
Formação Prática em Contexto Real de Trabalho	1
Incentivo às empresas e manutenção do apoio aos "formandos/as" por período de tempo mais alargado	1
Incremento das atividades de CR como suporte a centros regulares de formação	1
Inexistência de crenças de autoeficácia dos próprios formandos e significativos; o facto de os formandos usufruírem de apoios sociais, muitas vezes, faz com que estes não vejam a integração no mercado de trabalho como uma mais valia.	1
Na generalidade as pessoas com deficiência/ incapacidade que têm como grande objetivo a entrada no mercado de trabalho, consegue a integração e a manutenção do posto de trabalho. Atualmente, há falta de mão de obra em muitas empresas/serviços, estando as empresas a contratar pessoas com baixa escolaridade e poucas qualificações técnicas, privilegiando a disponibilidade e assiduidade dos colaboradores. A maior dificuldade reside nas pessoas que não estão motivadas para o mercado de trabalho, nomeadamente, os beneficiários de RSI e outros que vivem da formação. É urgente existir uma melhor articulação dos diversos serviços da comunidade (seg. social, IPSS entre outras) com vista a definir projetos de vida verdadeiramente inclusivos na vida em comunidade. O Estado deve criar medidas que visem o compromisso das pessoas em encontrar um posto de trabalho/ ocupação.	1
Na nossa região, continuamos a verificar a falta de disponibilidade por parte das empresas locais, á Integração das pessoas com incapacidade e deficiência	1
Não permite individualização, principalmente os percursos B; pouco flexível ao nível do ajustamento dos conteúdos, descurando conteúdos relacionados com a vida independente importantes na integração socioprofissional, bem como o ajustamento das cargas horárias	1
O mercado de trabalho não tem incentivos suficientes para a integração de pessoas com deficiência	1
O sistema de formação permite potenciar muito a forma de organização imposta pelo financiamento, não.	1
O Sistema está demasiado burocrático e com procedimentos pouco eficientes de forma a ser uma resposta efetiva às pessoas	1
O sistema não se adequa a este tipo de público, especialmente em áreas muito despovoadas, em que tem que existir com poucos clientes. O desenho da formação não se compadece de faltas, de baixas por doença, e torna o modelo financeiramente inviável para o nível de qualificação que o pessoal tem que ter para fazer face ao trabalho com um mínimo de competências	1
O sistema potencia a inserção profissional daqueles que conseguem terminar o curso.	1
O sistema vigente dispõe de mecanismos de inserção profissional de PDCI, contudo estes, por si só não são suficientes pois existem outros fatores contextuais que dificultam esta inserção, nomeadamente a reduzida oferta de postos de trabalho ajustados ao perfil da PCDI (em particular com deficiência intelectual) em alguns locais, dificuldade das empresas em adaptar os postos de trabalho, as dificuldades que as PCDI têm em se deslocar de forma autónoma (por não conseguirem ter carta de condução) e aceder em ofertas fora das localidades de residência ou por turnos, as questões sociais/culturais/pessoais que levam à não valorização do trabalho, os estereótipos sobre a deficiência e os de sexo (as mulheres ainda são as cuidadoras da família o que impede o acesso a alguns empregos) . É necessário garantir uma articulação próxima entre os programas de formação e os mecanismos de colocação seja via Centro de Recursos, seja via outros projetos tais como o Incorpora ou os GIP.	1
O sistema vigente é muito deficitário no número de áreas de formação, número de referenciais e nos níveis de escolaridade e qualificação. Contudo tem muitas vantagens, nomeadamente, o número reduzido de formandos por ação / uma componente de Formação Prática em Contexto de trabalho prolongada / a ausência de critérios de acesso pela escolaridade (quer mínima quer máxima) / o facto de poderem frequentar diversos percursos (desde que não sejam iguais) pois é uma forma de exploração vocacional, de reciclagem de competências e saberes e de exposição e treino social / o estabelecimento de apoio personalizado sem ser necessária a retirada dos jovens da sala. Todos estes fatores influenciam positivamente as competências dos jovens, diminuindo as regressões cognitivas/sociais ou psicológicas e aumentam as possibilidades de integração profissional. Podendo encontrar-se formas de melhorar o sistema, este é aquele que permite mais estabilidade e segurança aos jovens e famílias.	1
O sistema, de uma forma geral, está bem desenhado e orientado para a inserção profissional, mas desconhecido por grande parte da população e por isso não é devidamente valorizado, principalmente no que diz respeito às pessoas com deficiência e/ou incapacidade intelectual.	1
Os cursos deveriam ter uma maior flexibilidade em termos curriculares	1
Pela nossa experiência a Formação quando tem um número superior de horas, permite um acompanhamento mais a longo prazo dos formandos e possibilita a sua inserção profissional.	1
Penso que as aprendizagens permitem o desenvolvimento das competências necessárias para que os nosso formandos desenvolvam as atividades exigidas por um trabalho. O maior problema encontra-se no nível muito elevado de desistências dos formandos e do medo que as entidades empregadoras apresentam em relaçoa à contratação destes trabalhadores. è importante também a redução da idade da reforma para este tipo de trabalhores. A nossa esperiência e os dados científicos cvorroboram a ideia deq ue esteas pessoas mais cedo apresentam saturação em relação às exigigencias de um trabalho.	1
Possibilidade de contratar a tempo parcial, p.ex.	1
Qualquer entidade formadora pode ministrar cursos a PCDI, o que faz com que haja uma generalização de conteúdos e, consequentemente, a ausência de um acompanhamento individualizado e especifico. Além disso, o processo de formação e qualificação das PCDI em centros de formação apropriados não é adequado, uma vez que a burocracia que é exigida para a frequência destes cursos é absurda e por si só potenciadora de exclusão.	1

	N
Se durante a realização da componente de FPCT a entidade acolhedora demonstrar interesse na integração profissional do formando, antes do término do percurso formativo, esta opção não é viável porque o formando é registado como desistente, apesar de ser um caso de sucesso; a percentagem de faltas consideradas para a cerificação é muito baixa, principalmente na componente de FPCT.	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 80. Na generalidade dos casos o que sucede aquando do término do período de vigência das medidas de apoio?

	Nº	%
As entidades empregadoras não permanecem com o trabalhador	16	33,3
O trabalhador retorna à formação	3	6,3
As entidades empregadoras renovam o contrato de trabalho com o trabalhador	19	39,6
Não sabe/Não responde	2	4,2
Outro	8	16,7
Total	48	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 81. Outro. Qual?

	N
A grande maioria dos formandos que desenvolvem estágio inserção são posteriormente contratados através da medida CEAMA.	1
As duas primeiras opções.	1
Encaminhamento para o centro de recursos e para formação profissional.	1
Estamos a falar de medidas recentes, nomeadamente o EAMA , que poderá prolongar-se por um longo período tempo, sendo que ainda é demasiado cedo para termos dados sobre isso No entanto, a nossa perceção é que sem os apoios ao emprego dificilmente, seria possível a empregabilidade destas pessoas, dado o seu perfil de competências. Situação que ao longo dos anos, com o agravamento da situação de deficiência ou com o envelhecimento, em muitos dos casos precoce, tem tendência a agravar. Também registamos casos, de um nível bastante interessante de autonomização, no entanto estes casos não são a maioria.	1
Existem entidades que renovam , mas existem aqueles em que após a finalização das medidas de apoio não avançam para contratação	1
Na generalidade dos casos andam de medida de apoio em medida de apoio, mas há 1/3 que faz regressos periódicos à formação	1
O apoio às PCDI devia ser vitalício e manter-se muito para lá da questão laboral.	1
Por vezes os formandos abandonam as medidas de apoio, devido a alterações ao seu estado mental e até familiar, podendo não se repercutir nas intenções das entidades, embora a tendência prévia ao abandono seja a manutenção do posto de trabalho..	1
Verificam-se todas as situações acima referidas	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 82. O que considera que deveria ser alterado ao nível da formação/qualificação das pessoas com deficiência/ incapacidade?

	N
- Estabilidade ao nível dos financiamentos, para que o planeamento possa ser realizado de uma forma mais eficaz e eficiente. - Certificação ao nível do 12º ano. - Diminuição da carga burocrática e das barreiras colocadas no acesso dos candidatos às ações, nomeadamente, a) pedido de excecionalidade de menores. Situação que não se coloca, nas ações desenvolvidas na formação regular. Trata-se de um processo burocrático que nada acrescenta ao percurso do formando. Acresce o facto, que se não for o empenhamento da escola no encaminhamento, após os 18 anos, muitas destas pessoas ficam em casa sem qualquer projeto de vida e sem qualquer rede de apoio. b) A obrigatoriedade, como requisito de entrada, de avaliação por parte do Centro de Recursos – IAOQE , mesmo quando o candidato, na maioria dos casos vem com diagnóstico de deficiência ou incapacidade, devidamente validado por psicólogo escolar ou relatório médico. Exceção feita ao certificado multiusos. Situação que há muito se considera injustificável, mas continua a alimentar o desperdiço de recursos e o despesismo. Para além de estarmos a submeter - Ser valorizado o trabalho que ao longo dos anos tem sido realizado, no âmbito destas medidas e não promover campanhas de descredibilização como tem sido feito nos últimos anos, criando preconceitos, com repercussões para os próprios.	1
Possibilidade de desenvolver referenciais individualizados desenhados especificamente para uma pessoa concreta sobretudo nos casos de grandes limitações. Processo de certificação por competências. Garantir condições de financiamento que assegurem a integração nas equipas de formação de técnicos diferenciados que desenvolvam um trabalho de acompanhamento individualizado com os formandos. Possibilidade de penalização em caso de desistência sem razão fundamentada redução do trabalho burocrático. Possibilidade de financiamento de formação aos técnicos que desenvolvem trabalho nos projetos de formação.	1
1º _ A incerteza constante do sistema e ausência de politicas de continuidade;Alteração do processo de elegibilidade dos candidatos. 2º_ As pessoas com deficiência que queiram aceder a processo de qualificação para PCDI são sujeitas a um pesado sistema de avaliação sem sentido, quando estão já mais que avaliadas e rastreadas.3º _ Refefrenciais mais flexiveis e e daptados ao mercado de trabalho; 4º Sistema de financiamento menos burocratizado e com outros indicadores; 5º Entendimento de que a solução para algumas das pessoas com deficiência/ e ou incapacidades não passam somente por questões de empregabilidade.	1
A duração das ações, que por vezes não se adequam às necessidades dos formandos.	1
A individualização e flexibilidade dos referenciais; ajustamento dos referenciais à vida independente, sendo que o saber ser e saber estar é fundamental para a inserção socioprofissional. As faltas dos formandos não serem penalizadoras para o projeto/entidade formativo.	1
A percentagem máxima de faltas; Diferenciação entre faltas justificadas e injustificadas.	1
Ajuste de carga horária ao formando e a formação em contexto de trabalho	1
Alteração de UFCD's nos programas dos cursos, porque algumas UFCD's são demasiado complexas para este tipo de população	1

	N
Ao nível da formação/qualificação das pessoas com deficiência/incapacidade consideramos que se deveria privilegiar a formação prática em contexto de trabalho, por forma a capacitar melhor os formandos para as exigências do desempenho de uma atividade profissional, devendo a mesma ser acompanhada de forma regular por técnicos de acompanhamento de FPCT	1
As PCDI, após a conclusão de um curso de formação profissional, poderem ingressar novamente noutro curso, sem esperar 1 ano (desde que o curso tenha uma saída profissional ou um percurso diferente) como acontece nos centros de formação regulares; valor da bolsa ser igual ao salário mínimo nacional, aquando da realização da FPCT.	1
Atualmente, os percursos formativos são demasiado rígidos, no que diz respeito a: - Limite de faltas para obtenção da certificação; - não permitem a introdução de medidas individuais necessárias ao processo de reabilitação das pessoas sem comprometer a certificação; - as pessoas necessitam cada vez mais de percursos individualizados, mas estes não lhes conferem a certificação. - o grau de certificação escolar (9º ano), em algumas situações, deixa de fazer sentido porque a maioria das pessoas já tem esta qualificação. De referir ainda que muitos dos referenciais utilizados nos Percursos B estão já desfasados da realidade devendo ser promovidos grupos de trabalho constituídos por formadores/técnicos pertencentes às organizações que intervém na qualificação/emprego. Assim, considera-se que deverá haver maior flexibilidade dos referenciais de formação, bem como, das cargas horárias definidas, sendo possível introduzir outros conteúdos definidos em função do grupo de formandos com vista a potenciar as suas competências.	1
Aumentar a prática simulada; Aumentar os referenciais adaptados; Aumentar os recursos humanos com formação específica de forma a adaptar os matérias didáticos e de avaliação de formação a diversas tipologia (o formador e equipa técnica só deveriam selecionar os matérias adaptados previamente produzidos por especialistas) ou serem criadas equipas nacionais que criem manuais, recursos didácticos e recursos de avaliação adaptados a todas as tipologias (para todos terem a mesma oferta formativa em qualquer parte do pais, tal como acontece com a educação), Diminuir o volume de documentação, para que os referenciais adaptados, todos os manuais (formação integral, formação base, formação tecnológica) e respectivas matérias didácticos acompanhem transformação digital; Afetar TI à equipa técnica ou existir uma bolsa regional de TI que dê resposta às equipas técnicas; Afetar professor de Educação especial à equipa técnica ou melhorar a formação dos profissionais da formação para a pessoa com deficiência e incapacidade (ou seja, deveria ter acesso ao diploma de especialização de professor de educação especial). Apostar nos recursos humanos que tiveram de desafiar-se para estarem melhor preparados para diminuir barreiras das diferenças tipologias de deficiência (numa sala de formação), como por exemplo criar materiais didáticos e de avaliação adaptados a cada um e com a aplicação destes no mesmo espaço e momento; Diminuir a carga burocrática do processo de financiamento; Afetar recursos humanos às equipas de apoio técnicos de apoio às medidas de apoio a pessoas com deficiência pessoas que já trabalharam na formação profissional da pessoa com deficiência, pois teriam uma postura mais de mestre e menos de "autista"/polícia, pois todos somos uma equipa a trabalhar para a inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiência; Integrar esta tipologia de formação no sistema de educação e formação, para que os GIP (IEFP) e os Centros Qualifica (ANEQEP) encaminhem as pessoas para esta resposta (nós temos estas 2 respostas na instituição e somos nós a ir ao encontro das pessoas, a encaminhar para avaliações IAOP, resposta formativa e também para o GIP e Centro Qualifica, ou seja, o processo está invertido) ou na dificuldade de o fazer existir a possibilidade de reafectação/ integração nos Centros de Formação, Escolas Profissionais, Serviços de formação do IEFO, todos os profissionais que trabalham na formação profissional da pessoa com deficiência e ou incapacidade (equipa técnica e formadores) há mais de 10 anos. Poderão ser acrescentadas mais medidas, em suma o que é importante é a formação seja efetivamente uma simulação do posto de trabalho e as pessoas com deficiência adquirem competências técnicas, pessoais e sociais (independentemente de saberem ler e escrever) e que as entidades empregadoras vejam a ocupação de um posto de trabalho por uma pessoa com deficiência como algo que aumenta o Lucro (Mais produtividades menos custo).	1
Aumento do rácio de técnicos de apoio à inserção profissional por utente.	1
Aumento do valor do custo/hora formação	1
Carga horária mais flexível. Maior flexibilidade na assiduidade e nos horários.	1
Consideramos que está adequada.	1
Conteúdos mais práticos e mais horas de FPCT	1
Dada a grande heterogeneidade da nossa população, seria vantajoso adequar os percursos formativos a cada indivíduo, baseados nas suas características, limites e potencialidades. Ou seja, seguir o referencial com alguma flexibilidade.	1
Deveria existir uma alternância e/ ou complementaridade, entre o sistema de educação formal e o sistema de formação/ qualificação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade cognitiva (intelectual). A título de exemplo, temos assistido a uma crescente procura de formação/ qualificação de pessoas com deficiência e/ ou incapacidade, saídas do sistema de educação, com o nível 4 de qualificação, que em consequência do nível de saída do ensino, estão impedidas de aceder à formação ministrada pelas entidades formadoras certificadas, com estruturas especificamente vocacionadas para a área da deficiência.	1
Formação efetivamente adequada, nomeadamente cargas horárias maiores, referenciais de formação realistas e de acordo com as necessidades individuais de cada formando.	1
Haver mais cursos de alfabetização adaptados a pessoas com deficiência intelectual; adaptação dos referenciais a pessoas com deficiência intelectual; Uma maior flexibilidade na contagem das faltas justificadas para a validação do certificado final.	1
Individualização dos percursos, a formação em contexto real de trabalho	1
Maior flexibilidade na elaboração dos referenciais	1
Maior flexibilidade na estrutura dos planos formativos.	1
Maior flexibilidade na organização do numero de formandos por grupo, promovendo a formação individualizada e de acordo com as necessidades	1
Maior liberdade na organização, adaptação e aplicação de referenciais de formação para inserção adequada em contexto de trabalho	1
Maior número de técnicos para um acompanhamento mais centrado na pessoa. Para tal seria necessário aumentar o custo/hora da formação.	1
Mais referenciais; referenciais para ensino secundário; maior carga da FPCT (similaridades com a Lei de Aprendizagem); maior flexibilidade nos requisitos de conclusão (nomeadamente falta por questões relacionadas com a sua deficiência/incapacidade..	1
O limite de faltas permitido para a conclusão do percurso formativo com certificação. Deveria ser aumentado o limite, pois trata-se de um publico com várias patologias e que exigem acompanhamento médico constante.	1

	N
O sistema burocrático demasiado exigente para a população em questão. O facto de a maioria das empresas não integrarem as pessoas com deficiência e ou incapacidade e sendo eles, obrigados a respeitar períodos de carência , ocorrem inevitavelmente perdas de competências fundamentais para a manutenção da qualidade de vida	1
O tempo de FCT; possibilidade de remuneração para experiências em contexto no apoio à colocação; entidade financiadora (estado português); maior flexibilidade na aplicação dos referenciais dos percursos B	1
Penso que deveria existir uma moior flexibilidade na gestão das horas por componente permitindo a aplicação da diferenciação pedagógica. Este tipo de formação naõ deve estar organizada por turmas, mas sim por formando que se inscreve num grupo. O que se verifica é que a heterogeneidade desenvolvimental, mas permite um formato fechado de aprendizagem para todos os formandos, mesmo que sejam só os 6 do grupo turma.	1
Percursos B e C com a mesma carga horária de 3600 horas, redução do número mínimo para constituição de uma turma, atualização do Guia Organizativo do IEFP, aumento das bolsa de formação para o valor de 1 IAS	1
Percursos de formação individualizados	1
Percursos individualizados	1
Percursos mais individualizados relativamente a situações de suspensão por motivos de desinteresse ou de personalidade dos formandos que nem sempre são justificados medicamente e que fazem parte do processo de crescimento das PCDI desde que acompanhadas por especialistas em comportamentos. ou seja, percursos ate 2900h sem tempo para decorrer estipulado pelo sistema.	1
Programa curricular e respetiva duração	1
Sem tempo de carência entre formações. Sistema de faltas mais alargado.	1
Sim	1
Trabalhar com os formandos e com os significativos a aceitação da deficiência/incapacidade, potenciando o desenvolvimento de crenças de autoeficácia favoráveis à inserção e permanência dos formandos no mercado de trabalho.	1
Tudo. Todo o modelo de intervenção copiado da população normal não funciona, tem que ser um modelo específico para este público	1
Ÿ Incorporar no sistema a resposta às preocupações das pessoas que, na sequência de uma doença ou acidente, desenvolvem uma incapacidade que as limita no retorno ao trabalho, designadamente prevendo na estrutura da oferta formativa a formação de reconversão e facilitando o acesso de pessoas com certificado de incapacidade temporária a ações de formação contínua (mediante recomendação médica) necessárias para desempenharem novas tarefas profissionais no âmbito do seu posto de trabalho habitual. Ÿ Adequar a estrutura da formação de base prevista no Guia Organizativo às recentes alterações operadas na formação de base - nível básico, de modo a favorecer a capitalização de aprendizagens e certificações. Ÿ Integrar as formações previstas no Guia Organizativo no SIGO, de modo a permitir uma plena capitalização das aprendizagens e a agilizar o processo de emissão dos documentos de certificação. Ÿ Na formação inicial, incluir o nível 4, através de percursos A com base em referenciais do CNQ, de forma a viabilizar projetos de requalificação profissional de pessoas que, pela sua funcionalidade e necessidade de apoios complementares, não encontram ainda respostas formativas nas estruturas regulares. Ÿ Prever a possibilidade de associar a componente de formação prática em contexto de trabalho à formação contínua, em acréscimo ao máximo de 400 horas que lhe está previsto, de modo a apoiar a transferência das competências desenvolvidas e favorecer a aproximação ao mercado de trabalho (à semelhança da FMC-Vida Ativa). Ÿ No âmbito do projeto POISE, possibilitar a realização de formações em regime de e-learning e de b-learning, bem como prever a possibilidade de formação híbrida. Estes aspetos são particularmente úteis para pessoas com restrições na mobilidade. A formação híbrida contribuiria para reduzir o absentismo em casos de recuperação pós-cirurgia, agravamento temporário da incapacidade/situação de saúde, deslocações a consultas e tratamentos que não são depois compagináveis com a formação presencial no dia em que ocorrem.	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 83. Nos últimos anos quantas pessoas foram apoiadas e acompanhadas pelo centro de recursos em mercado de trabalho?

	Homens				Mulheres			
	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média
2015	26	1	160	37,12	26	1	122	29,27
2016	27	2	154	41,33	26	1	97	32,65
2017	27	1	199	55,78	27	2	151	47,63
2018	28	1	200	55,39	27	2	194	55,89
2019	30	1	200	60,17	29	1	177	54,62
2020	28	1	200	60,89	27	1	179	55,04
2021	31	2	200	59,23	31	1	200	50,10

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 84. Número de formandos/as com deficiência/incapacidade por tipo de modalidade de inserção:

	Estágios de inserção				Contrato emprego-inserção				Contrato emprego apoiado				Outra modalidade			
	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média	N	Mínimo	Máximo	Média
2015	20	1	18	6,90	19	1	55	13,32	8	1	15	6,38	14	1	11	3,29
2016	22	1	36	6,05	23	1	43	8,65	9	1	15	6,56	14	1	6	2,36
2017	23	1	12	4,65	21	1	36	10,38	16	1	26	7,56	17	1	8	3,76
2018	18	1	30	7,67	23	1	50	12,00	16	1	35	11,81	17	1	6	2,88
2019	18	1	30	7,33	20	1	38	13,10	16	1	33	11,69	11	1	8	3,45
2020	18	1	16	5,78	22	1	43	10,14	19	1	48	12,53	16	1	7	2,38
2021	24	1	22	6,08	26	1	55	12,46	19	1	51	14,63	21	1	8	2,81

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 85. Por referência ao ano anterior, quantos/as ainda se mantêm a trabalhar na mesma organização?

	N	Mínimo	Máximo	Média
Formandos que se mantém a trabalhar	36	0	130	26,19

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 86. Qual o papel desempenhado pelo centro de recursos ao nível do acompanhamento das pessoas aquando do seu ingresso no mercado de trabalho?

	N
- Negociação da situação contratual e progressão de carreira; - Resolução de conflitos; - participação na avaliação de desempenho; - acompanhamento de situações clinicas e sócio familiares; - colaboração nas candidaturas aos apoios ao emprego IEFP e todo o acompanhamento da medida	1
7 11 7 25 58 17 13 49 67 25 54 20 59 x x O centro de recursos acompanha todo o processo de integração no mercado de trabalho, destancando a proximidade que os técnicos têm com as pessoas com deficiência e também com o tecido empresarial. Este fator é entendido como decisivo para a inclusão social e profissional das pessoas que o Centro de Recursos acompanha.	1
A ardad enquanto Centro de Recurso de Torre de Moncorvo, continua a deparar-se com muitas dificuldades no que concerne a encaminhamentos, ficando desta forma comprometida a nossa atuação. No entanto, todos os nossos clientes têm acompanhamento da equipa multidisciplinar do Centro de Recurso ,quando são colocados no mercado de trabalho .	1
A Nossa instituição não tem Centro de Recursos. Consideramos não responder às questões 15, 16, 17 e 19	1
Acompanhamento ao formandos e á entidade empregadora	1
acompanhar e completar a ação do centro de emprego no apoio às necessidades especificas das PCDIs	1
Apoiar na integração, promover a motivação, mediar em situações problema (saúde, segurança social) e em conflítuos dentro ou fora da empresa	1
Apoio às empresas na adaptação dos postos de trabalho; Reforço de competências pessoais, sociais e laborais das pessoas acompanhadas; Apoio às pessoas e articulação com outros serviços em questões extra laborais com interferência no posto de trabalho	1
Apoio na procura ativa de emprego de acordo com o respetivo perfil.	1
Apoio na procura de emprego/integração; mediação junto do trabalhador e da entidade empregadora; apoio na procura de soluções e estratégias para resolução de problemas e dificuldades; pontos de situação e avaliação regulares; divulgação das medidas de apoio à integração e apoio às entidades na preparação e submissão de candidaturas.	1
Apoio no desenvolvimento de competências socioprofissionais que facilitem a integração no mercado de trabalho.	1
Apoio no processo de integração ao candidato e à entidade empregadora	1
Apoios até à aprovação das candidaturas aos estágios de inserção.	1
Avaliação dos candidatos (necessidades e potenciais): traçar do perfil de empregabilidade, compreendendo eventuais obstáculos/barreiras a ultrapassar e potenciais a destacar e redirigir para se conseguir uma colocação mais efetiva; levantamento da história profissional e anteriores colocações; recolha de CV; análise das preferencias profissionais vs. capacidade de trabalho com o intuito de nivelar expectativas	1
È prestado apoio psicossocial às pessoas aquando do seu ingresso no mercado de trabalho, auscultação das entidades e prestação de informação e apoio na mediação relacional entre as pessoas e entidades empregadoras.	1
Em situação de não integração, continua o apoio ao formando através do programa Apoio à Colocação. Em situação de integração, caso seja requerido, ativa-se o programa de Acompanhamento Pós-Colocação.	1
Equipa de apoio permanente às entidades empregadoras nos procedimentos burocráticos, no ajuste de tarefas e na mediação no contexto laboral; apoio permanente às pessoas no domínio profissional, mas também pessoal e familiar, de forma a garantir estabilidade promotora da manutenção dos postos de trabalho	1
Garantir o bem-estar e condições adequadas à integração / inserção das pessoas com deficiência/incapacidade.	1
Manutenção e progressão no posto de trabalho, através de visitas de acompanhamento aos destinatários e às entidades empregadores, para definição de estratégias que potenciam a integração.	1
Mediação	1
muito importante. Está muito limitado pela natureza das medidas disponíveis pouco valorizadas pelos empresários.	1
Não temos centro de recursos, logo não temos acesso a estes dados, por motivos de proteção de dados.	1
Nos casos de ingresso no mercado de trabalho em regime de emprego apoiado, o Centro de recursos acompanha regularmente os indivíduos, realizando avaliações pormenorizadas do seu desempenho laboral.	1
O apoio do CRQE é importante na colocação e na manutenção dos empregos/taxas de renovação	1
O Centro de recursos assegura a procura do lugar certo para a pessoa certa, proporcionando experiências laborais reais, sendo estas monitorizada, procedendo à avaliação do perfil da pessoa. Proporciona informação às entidades empregadoras sobre as medidas de apoio e apoia no processo de candidatura a apoios ou na própria contratação. Avalia a capacidade do trabalhador. Promove ações de sensibilização para os empresários e para a comunidade em geral sobre a temática de deficiência. Presta apoio a nível individual à PCDI em diferentes vertentes da sua vida, promovendo as suas competências de autonomia e empoderamento.	1
O Centro de Recursos Local desempenha um papel de mediador no processo de integração profissional das pessoas com deficiências ou incapacidades. Assegura um acompanhamento presencial regular através dos seus mediadores de formação e emprego. O apoio técnico prestado por esses técnicos passa por ajudar as empresas nos processos de candidatura às medidas do IEFP, como Estágios Inserção e Emprego Apoiado em Mercado Aberto. Depois de integrados em medidas do IEFP, o Centro de Recursos aplica questionários de avaliação de desempenho profissional aos trabalhadores com deficiência integrados nas medidas do IEFP. Dispõe ainda de outros apoios que podem ser prestados aos trabalhadores com deficiência, desde apoio psicológico ou social, assegurados por outros elementos da equipa como a psicóloga e a assistente social.	1
O centro de recursos realiza o acompanhamento pós colocação dirigido ao candidato/entidade empregadora/familiares ou outros intervenientes no sentido de garantir, sempre que possível, a manutenção da colocação em contexto de trabalho. Nesse sentido o APC acompanha o processo de inserção profissional do candidato , de modo a potenciar a sua integração na equipa, a sua capacidade de autonomia ao nível da execução das tarefas, bem como a adaptação das mesmas, sempre que necessário.	1
O Centro de Recursos realiza reuniões periódicas com o trabalhador e com a entidade, apoiando na continuidade da manutenção do posto de trabalho, prestando informações e articulando com Centro de Emprego da área de residência. Além disso, os Técnicos vão trabalhando as competências sociais e pessoais do trabalhador tendo em conta o seu contexto biopsicossocial.	1
O CR tem o papel de mediar, facilitar e acompanhar quer a colocação das PCDI, como o acompanhamento após a interação profissional	1

	N
O CRL desempenha um papel fundamental no apoio à pessoa com deficiência na procura activa de emprego, na sensibilização e conhecimento das medidas de apoio existentes junto das entidades empregadoras e desempenha um papel fundamental na mediação com entidades empregadoras em momentos sensíveis (inicio e fim de contrato de trabalho)	1
Prestação de apoio técnico personalizado a beneficiários (questões de saúde; família; legislação do trabalhos (deveres e direitos); gestão económica; questões legais) e empresários na integração na empresa, tendo em consideração as necessidades relativas a acessibilidades, adaptação ao posto de trabalho, desenvolvimento de competências para a empregabilidade, manutenção de emprego e progressão na carreira.	1
Procura de ofertas de emprego, avaliação da capacidade de trabalho, apoio nas entrevistas, apoio na submissão de candidaturas/reembolsos/finalização dos processos, intervenção em caso de conflitos ou divergências,	1
Promover a manutenção do posto de trabalho.	1
Prospeção, negociação, mediação, informação sobre as medidas, ajustamentos em relação ao posto de trabalho, coaching dos candidatos, apoio no acesso à saúde, apoio no acesso à habitação, apoio no acesso a benefícios sociais empowerment	1
Relativamente à ação de AC, desenvolve-se atividades tais como o diagnóstico/balanço de competências tendo em vista a autorreflexão sobre os diferentes percursos realizados e as aprendizagens desenvolvidas em contextos distintos e procede-se à identificação de competências de empregabilidade dos clientes e a elaboração/atualização do Curriculum Vitae (C.V). Realizamos ainda o acompanhamento psicológico e, quando necessário, acompanhamento às consultas na especialidade (Psiquiatria) e facultamos o apoio de retaguarda necessário a nível social e na resolução de problemas do quotidiano. Assim sendo, focando-nos no cliente e tendo por base o perfil de empregabilidade dos mesmos, as suas expectativas/interesses, capacidades e competências, efetua-se à prospeção de mercado ajustada às características dos clientes, realizando uma prospeção de mercado orientada para as necessidades dos destinatários. No que respeita aos empresários e outros responsáveis de entidades, facultou-se todo o apoio necessário a nível de assessoria quanto as medidas de emprego vigentes (destinadas a um público com deficiência e/ou incapacidade), elaboração e submissão de candidaturas de emprego, apoio técnico na plataforma netemprego.iefp (on-line) e a respetiva articulação com os gabinetes de contabilidade e o Serviços de Emprego. Por outro lado, continuamos a privilegiar, sempre que possível, a participação em ações de sensibilização organizadas, promovidas pelo Centro de Recursos (CR) ou por entidades locais. Respeitante à ação de APC, os apoios desenvolvidos nos contextos, junto dos clientes, com o envolvimento fundamental das entidades empregadoras, prendem-se com todo o tipo de ações que visam otimizar a adaptação do cliente às funções desempenhadas no local de trabalho, par além do ajustamento necessário às exigências e cultura organizacional das entidades empregadoras, tendo sempre em vista a manutenção do posto de trabalho, a melhoria da situação contratual ou a aquisição de competências de empregabilidade que lhes permitam novas oportunidades de emprego ou progressão na carreira, promovendo-se a continuidade dos postos de trabalho, para um número substancial de clientes, através da assinatura de um contrato de trabalho. Para esse efeito, tendo por base as características, limitações e dificuldades evidenciados pelos clientes no posto de trabalho, procede-se ao acompanhamento regular dos mesmos, com o respetivo envolvimento das entidades empregadoras, realizando-se as visitas necessárias ao locais de trabalho (agendadas, ou em situações de necessidade reportadas pelo empregador ou pelo trabalhador), reuniões com clientes, supervisores e/ou responsáveis das organizações, quer na sede da entidade, quer na ARCIL ou outras instalações cedidas, com vista a realizar e monitorizar a evolução do desempenho do cliente face às funções exercidas. Assim sendo, o acompanhamento prende-se com qualquer processo relacionado com o trabalhador, nomeadamente, a gestão de conflitos, capacitação para a adoção de comportamentos e postura no local de trabalho, cumprimento dos requisitos de assiduidade e pontualidade, apoio nos procedimentos a cumprir nas situações baixas/doenças, aconselhamento e orientação dos clientes face à legislação do trabalho e/ou regulamentos das medidas de emprego, apoio social e fomentação da participação e inclusão em atividades de base comunitária de trabalhadores em situações de doença mental. De forma concomitante, continuamos a desenvolver os apoios complementares necessários como o acompanhamento psicológico, apoio no acesso a consultas e no acesso e toma de medicação, assim como o encaminhamento e mediação com serviços da comunidade/interligação com serviços de psicologia e psiquiatria (CHUC-Coimbra). AC/APC O Apoio social e a articulação com as várias entidades e serviços, decorrente da multiplicidade de situações-problema, ao nível do contexto familiar e inclusão social, identificadas pelos técnicos ou pelos próprios que se constituem como essenciais para garantir o seu bem-estar social, permitindo uma melhor integração social e laboral. Torna-se, igualmente importante, continuar a capacitar os destinatários para a resolução de problemas e tomada de decisões diárias, essenciais para a sua inclusão social	1
Resolução de problemas, articulação com a entidade empregadora, igual à medida de APC.	1
Verificação junto dos formandos e da entidade empregadora qual o nível de adaptação e desempenho do formando, auxiliando na resolução de problemas existentes.	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 87. Como é realizado o acompanhamento?

	Nº	% de casos (N=42)
Contacto direto com o/a trabalhador/a	33	78,6
Contacto direto com a entidade empregadora	33	78,6
Ausculta-se o/a trabalhador/a e a entidade empregadora	30	71,4
Aplicação inquéritos de monitorização	11	26,2
Outra	6	14,3
Não sabe/Não responde	3	7,1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 88. Outra. Qual?

	N
A Entidade Não é Centro de Recursos pelo que entendemos que não deveriamos responder de forma a não duplicarmos respostas com o Centro de Recursos.	1
Apoio ao nível social, psicológico e integração sócio-laboral.	1
Apoio com os gabinetes de contabilidade ou departamentos de recursos humanos.	1
Articulação com outras entidades e serviços de modo a proporcionar uma estabilização do candidato com o objetivo da manutenção do posto de trabalho (Serviços de saúde)	1
Intervenção técnica; mediação entre serviços; identificação e mobilização de recursos; avaliação da necessidade de produtos de apoio, etc.	1
Observação direta do desempenho do trabalhador no local de trabalho.	1
Visitas de acompanhamento conjuntas IEFP e Centro de recursos às empresas e trabalhadores	1
Visitas de acompanhamento do/a trabalhador/a na entidade empregadora	1
zoom e teams...	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 89. Qual a frequência do acompanhamento?

	Nº	%
Mensalmente	18	41,9
Bimensalmente	2	4,7
Trimestralmente	1	2,3
Não sabe/Não responde	6	14,0
Outra	16	37,2
Total	**43**	**37,2**

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 90. Outra. Qual?

	N
Acompanhamos todos os formandos que ficam colocados em mercado de trabalho, após a conclusão do curso com sucesso. A periodicidade varia consoante as necessidades do formandos, mas por norma durante o primeiro ano nunca superior a 1 mês.	1
Acrescem outros acompanhamentos consoante necessidades.	1
Anual	1
Como não somos Centro de Recursos, não se aplica	1
Definido caso a caso em função das necessidades de cada empresa e PCDI	1
Definido caso a caso, de acordo com o perfil/ necessidade da pessoa com deficiência e/ou da entidade empregadora, podendo ser semanal ou apenas quando solicitado. Pode ainda, no decorrer de uma intervenção, em determinados momentos haver necessidade de uma maior cadência dos acompanhamentos.	1
Depende da dinâmica da entidade e das competências dos formandos (estabelecemos desde o início uma relação de acompanhamento mais frequente ou menos frequente mediante as necessidades verificadas, estando sempre disponíveis para alterar - em alguns casos o acompanhamento, sobretudo no início pode ser semanal).	1
Depende da necessidade do trabalhador e/ou da entidade empregadora	1
Na generalidade, mensalmente. Mas sempre que a situação requeira, o acompanhamento é realizado semanalmente ou quinzenalmente.	1
Na maioria dos casos mensal mas há casos que é semanalmente e outros com menos frequência.	1
Na medida de Apoio à colocação o acompanhamento depende a fase da medida e das necessidades do beneficiário, sendo de uma maneira geral quinzenal. Na medida de Acompanhamento Pós-colocação habitualmente é mensal, mas também variável em função das necessidades do beneficiário.	1
O acompanhamento junto da entidade é realizado sempre que solicitado e o acompanhamento às pessoas com deficiência e ou incapacidade é realizado mensalmente.	1
O acompanhamento realizado no âmbito da ação de APC pode ser desenvolvido de forma mensal, bimensal ou no máximo trimestralmente, consoante as características, consequentes limitações/dificuldades evidenciadas no posto de trabalho e o acordado entre o cliente e o empresário/responsável da entidade empregadora. Independentemente do acordado e, em consequência, das ações previamente planeadas, caso exista uma necessidade/ocorrência não prevista, as ações podem ser desenvolvidas com a frequência necessária à resolução do problema.	1
O acompanhamento tem um carater regular à medida das necessidades das pessoas apoiadas e da entidade empregadora	1
Por vezes é necessário realizar várias diligências por mês	1
quinzenal e mensal	1
Quinzenalmente (média)	1
Sempre que se justifique , varia de caso para caso	1
Varia consoante as necessidades manifestadas	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 91. Os elementos técnicos do centro de recursos costumam realizar visitas às entidades empregadoras?

	Nº	%
Não	-	-
Sim	37	88,1
Não sabe/Não responde	5	11,9
Total	42	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 92 Se não, por que motivo?

	N
Como não somos Centro de Recursos, não se aplica	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 93. Nessas visitas, com quem costumam os técnicos falar?

	Nº	%
Com a chefia e com o/a trabalhador/a	11	28,2
Com a chefia, o/a trabalhador/a e os/as colegas de trabalho	25	64,1
Não sabe/Não responde	1	2,6
Outra	2	5,1
Total	39	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 94. Outra. Qual?

	N
Com todos os anteriores, mediante os assuntos a tratar e o motivo da visita	1
Como não somos Centro de Recursos, não se aplica	1
Pessoa designada pela Entidade Empregadora enquanto responsável pela integração/inclusão do beneficiário da medida	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 95. Como tem decorrido o processo de acompanhamento/visita?

	Nº	%
Tem sido difícil, mas as entidades empregadoras mostram-se recetivas e disponíveis	11	28,2
Tem sido fácil e as entidades empregadoras mostram-se recetivas, disponíveis e motivadas	24	61,5
Tem sido muito fácil, as entidades empregadoras mostram-se recetivas, disponíveis e motivadas	2	5,1
Não sabe/Não responde	1	2,6
Outra	1	2,6
Total	**39**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 96. Outra. Qual?

	N
Como não somos Centro de Recursos, não se aplica	1
Geralmente fácil, ainda que , por vezes, seja necessário desmistificar, informar e esclarecer as Entidades Empregadoras e a Comunidade em geral	1
Não é possivel generalizar a forma como têm decorrido os acompanhamento uma vez que em determinados casos é dificil e outros fácil	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 97. As entidades empregadoras manifestam necessitar de maior apoio/acompanhamento aquando do ingresso de um trabalhador com deficiência/incapacidade?

	Nº	%
Não	4	9,1
Sim, um pouco mais	17	38,6
Sim, bastante mais	21	47,7
Não sabe/Não responde	2	4,5
Total	44	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 98. Quais considera serem os fatores de insucesso quanto à formação/qualificação de pessoas com deficiência/ incapacidade?

	N
A gestão comportamental em pessoas com deficiência intelectual e o prazo de intervenção permitido pelos Centros de Recurso.	1
A junção de diferentes fatores, nomeadamente, a presença de duplo diagnóstico, falta de retaguarda familiar e/ou recursos na comunidade para acolhimento de dependentes, beneficio dos apoios sociais, ausência de locais de trabalho recetivos, limitação ao nível de autonomia pessoal incluindo falta de transportes públicos, isolamento geográfico.	1
A organização dos referenciais; a pouca flexibilidade na individualização dos referenciais; o regulamento e regras que não permitem flexibilização no desenvolvimento da formação, não permitem um ajustamento ao público-alvo. Temos os referenciais adaptados do CNQ, mas que são utilizados para todas as tipologias de deficiência. Principalmente a deficiência intelectual tem características muito específicas que nem sempre se ajustam às regras existentes.	1
Absentismo; burocracia; disfuncionalidades familiares e rede de transportes.	1
Alguma falta de flexibilidade das medidas; nalguns casos necessitariam de ser mais individualizadas	1
As limitações inerentes às Pessoas com Deficiência e ou Incapacidade; Os preconceitos ainda existentes por parte das Entidades Empregadoras em relação à produtividade das Pessoas com deficiência/incapacidade; Escassez de recursos humanos afetos à inserção profissional dos formandos.	1

	N
Características associadas à própria problemática da pessoa (instabilidade); Incumprimento por parte das pessoas acompanhadas; Falta de adaptações adequadas à integração de certas incapacidades (doença mental); Rede de transportes insuficiente e desadequada bem como ausência de alojamento em Évora	1
Características individuais de cada formando e o seu perfil funcional	1
Considera-se, por vezes, difícil validar a integração da pessoa em tempo útil, ou seja, quer seja pela empresa/entidade, quer seja por motivos inerentes às próprias candidaturas, verifica-se que existe integrações que são conseguidas após o prazo de AC ter terminado, sendo que, em termos de Projeto, essas situações são consideradas não integrações, muito embora os candidatos não fiquem prejudicados com esta situação. A própria instabilidade deste público alvo e as suas características muito especiais que requerem um trabalho mais individualizado.	1
Consideramos que os principais fatores de insucesso são: - A acomodação de alguns clientes aos apoios sociais auferidos, não evidenciando níveis suficientes de motivação para a formação e, posteriormente para o emprego; - A dificuldade de intervenção junto da população com doença mental, sobretudo com questões de personalidade e com consumos ativos associados, que necessita de um apoio continuo de forma a manter o equilíbrio e estabilidade emocional que lhes permite estar disponível para vir à formação e para a aprendizagem. - A desestabilização do quadro clínico que, nalgumas situações, pode resultar na necessidade de internamento por longos períodos e, consequentemente, no comprometimento da certificação. - Falta de hábitos de trabalho e muitas dificuldades em perceber que a formação pode trazer mais valias no seu futuro profissional e na sua vida pessoal. Têm objetivos a curto prazo e não a longo prazo, pelo que, caso surjam propostas de trabalho pontuais (situação que se tem verificado com muita frequência) faltam à formação e aproveitam a possibilidade de ter mais algum dinheiro de bolso.	1
Desmotivação dos formandos.	1
Dificuldade no cumprimento de regras e assiduidade	1
Dificuldades associadas ao perfil dos formandos que, para além das situações de deficiência, apresentam concomitante dificuldades de regulação emocional e controlo dos impulsos, problemas de alcoolismo, doença mental e as doenças crónicas que geram absentismo recorrente. Também a extrema pobreza de muitos formandos contribui para o insucesso pois a necessidade de ganhar, nem que seja apenas algum dinheiro, leva-os a faltar e por vezes a abandonar a formação. Alguns formandos procuram realizar formação sem a perspetiva de ingresso em mercado de trabalho, não valorizando o trabalho procurando apenas garantir que não perdem apoios sociais. As ausências de transportes públicos nas zonas do interior limitam o acesso à formação e aos serviços de apoio e saúde que poderiam contribuir para o sucesso da formação. Os estereótipos de sexo levam a que por vezes as mulheres desistam da formação para cuidarem da família (filhos, pais ou netos).	1
Estereótipos e preconceitos relativos às pessoas com deficiência; sistema de incentivos desajustado	1
falta de assiduidade e responsabilidade por motivos pessoais/ personalidade que não se justificam com declarações medicas	1
Falta de motivação dos formandos e famílias face ao mundo laboral.	1
Falta recetividade do mercado de trabalho para a integração de pessoas com incapacidade ou deficiência.	1
Famílias destruturadas/falta de apoio familiar; Incapacidade de gestão financeira; Dificuldade na gestão da assiduidade; Inadequação dos referenciais às características de alguns formandos.	1
Famílias disfuncionais que prejudicam muitas vezes o percurso formativo	1
Integração no mercado de trabalho antes do término do percurso formativo; número de faltas por parte dos formandos	1
Limitações próprias do formando, contextos familiares desestruturados, falta de rede de transportes públicos	1
Longa duração dos cursos de formação inicial (2900 horas), o que significa para alguns deles muito tempo até alcançarem o objetivo da integração profissional; Outro fator de insucesso é o facto de os cursos do percurso C não atribuírem dupla certificação, ou seja, poderia haver resultados mais positivos, em termos de conclusões/certificações se os cursos permitissem a obtenção de uma qualificação de nível 1 ou 2; também a exigência das entidades tutelares relativamente à documentação, nomeadamente a que deve ser preenchida pelos formandos com deficiência e incapacidade, denotando falta de compreensão pelas dificuldades que muitos deles têm no preenchimento de documentos (como folhas de presenças, por exemplo).	1
Motivação, interesse e empenho dos formandos.	1
No processo de qualificação/formação das pessoas com deficiência existem alguns fatores que podem pôr em causa o sucesso dos mesmos, como por exemplo as limitações de alguns formandos, que devido a problemas de saúde como doenças degenerativas, à data de conclusão do curso de formação profissional e consequente ingresso no mercado de trabalho encontram-se mais debilitados tanto física como psicologicamente. Outro fator que pode prejudicar a formação deve-se a ser cada vez menos individualizada, dadas as exigências dos referenciais de formação.	1
O facto da incapacidade de alguns formandos residir ao nível da doença mental. estes públicos necessitam de uma resposta diferente, mais adequada às suas necessidades. Outro fator reside na falta de motivação e interesse dos utentes e famílias	1
O modelo é desajustado às necessidades	1
O nível muito elevado desistências ao longo do processo formativo; a obrigatoriedade de seguir um formato fechado que nos permite o uso de pedagogias diferenciadas que respeitem as caraterísticas de cada formando; cada formando deve na paltaforma corresponder a cada curso, podendo os formadores gerir as componentes que vai ensinando, respeitando os ritmos do formando	1
Os referenciais não estão adaptados ao público alvo. Rede de transporte inexistente ou incompatível com a formação.	1
Percepção de diminuição do lucro se posto de trabalho é ocupado por pessoa com deficiência.	1
Percursos pouco individualizados	1
Pouca valorização pessoal (baixa autoestima ou baixas competências), pouca valorização por parte da família (aumentando a sua autoestima) .	1
Questões comportamentais, de personalidade e falta de hábitos de trabalho	1
Rigidez na duração dos cursos, impossibilidade de despistes vocacionais, módulos teóricos complexos, numero mínimo de formandos por curso	1
Tipo de patologia apresentada pelos formandos (Quadros graves de Saúde Mental); Contextos sociais desestruturados.	1
Um fator de sucesso é não se conseguir integração no final do seu percurso formativo.	1

	N
Ÿ A carga horária semanal prevista para a formação inicial, visto que 30 a 35 horas semanais, para alguns perfis de funcionalidade, corresponde a uma duração que dificulta a frequência ou a aquisição das aprendizagens. Também dificulta a conciliação com terapias que as pessoas realizam em entidades de saúde. Estas situações geram com frequência elevadas taxas de absentismo ou mesmo desistências. Ÿ Não frequente atualização dos referenciais de formação, particularmente na componente da formação tecnológica, não facilitando a correspondência entre os conteúdos e as necessidades do mercado de trabalho (nomeadamente no que respeita a competências digitais e softwares técnicos). Ÿ Quando as pessoas frequentam formações em entidades regulares, há casos em que os formadores e as pessoas identificam a necessidade de apoio complementar especializado (ex.: como promover a acessibilidade dos materiais, que estratégias andragógicas usar), que não sabem como mobilizar.	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 99. Quais considera serem os fatores de sucesso que permitiriam potenciar o trabalho dos centros de recursos quanto à formação/qualificação de pessoas com deficiência/incapacidade?

	N
A formação profissional, para além de aumentar as possibilidades de integração no mercado de trabalho, estimulando as capacidades destes jovens, aumenta, de igual modo, a capacidade destes se relacionarem e viverem em sociedade, x x x x A Formação/qualificação de pessoas com deficiência/incapacidade aumenta as possibilidades de integração no mercado de trabalho, estimulando e aumentado assim as suas capacidades. Este fator, aliado à proximidade e conhecimento do tecido empresarial por parte dos técnicos do Centro de Recursos, potencia o trabalho desenvolvido e permite uma melhor integração das pessoas apoiadas.	1
A possibilidade de um acompanhamento ao longo da vida, às pessoas com deficiência e à entidade empregadora, com cadência aferida de acordo com as necessidades	1
Acompanhamento mais regular, dirigido ao trabalhador e focado nas características que mais o limitam, trabalhando na melhor forma de lhe proporcionar ferramentas para contornar essas limitações.	1
Acompanhamento no local	1
Acompanhamento permanente.	1
Acompanhamento personalizado.	1
Acompanhamentos contínuos e individualizados dos candidatos, com visitas quinzenais a mensais, consoante a necessidade, para uma melhor adaptação à função e aos locais de integração, com vista à aceitação de novos desafios, identificação de constrangimentos e eliminação de obstáculos; mobilização da rede de suporte familiar e social, para a eliminação de constrangimentos. Um apoio mais individualizado e adaptado às necessidades de cada um, sem a rigidez e obrigatoriedade de se conseguirem resultados em tempos tão definidos e específicos e que não correspondem, por vezes, às necessidades das próprias pessoas.	1
Apoio individualizado	1
Apoios à Contratação; Mediação	1
Aprendizagem muito prática e redução da teoria	1
Aumento do apoio financeiro para reforço do rácio Técnico de Apoio à Inserção Profissional por Formando; Incremento das ações de sensibilização junto do tecido empresarial em relação ao potencial das Pessoas com Deficiência/ Incapacidade; Aumento dos incentivos fiscais para as empresas que fomentem a contratação de Pessoas com Deficiência/Incapacidade; Diminuição da burocracia na instrução dos processos nas medidas públicas de emprego para as Pessoas com Deficiência/Incapacidade e reforço do acompanhamento técnico por parte do IEFP.	1
Centro de Recursos de maior proximidade.	1
Como não somos Centro de Recursos, não se aplica	1
Criação de sinergias.	1
Experiência, Parcerias, inovação	1
Facilidade na articulação constante antes e após a formação; a articulação com outros projetos da organização (Incorpora, CLDS, MAVI e Gabinete e inserção profissional inclusivo)	1
Fazer formação em contexto real de trabalho o maior número de horas possível	1
fazer uma orientação profissional adequada; a existência de um leque mais abrangente de cursos de formação	1
Formação prática em contexto de trabalho; Reforçar a sensibilização das entidades enquadradoras/empregadoras para a empregabilidade das pessoas com deficiência/incapacidade bem como a sensibilização de novas entidades enquadradoras/empregadoras; Simplificação do processo de atribuição de produtos de apoio; Maior apoio governamental às organizações para adaptação dos postos de trabalho.	1
Identificação das pessoas que necessitam de aumentar as suas qualificações e definição do seu perfil de funcionalidade, encaminhando-as para um percurso formativo.	1
Melhorar a articulação com o IEFP/Centro de Emprego/Centro de formação	1
Modelo de financiamento dos CRL mais adequado, que permita às organizações afectar recursos humanos ao CRL a 100% de forma a que o trabalho desenvolvido seja mais eficaz. Atualmente os CRL apenas recebem verba quando concluem as acções mas as organizações disponibilizam os técnicos todo o ano, o que causa um estrangulamento no financiamento. Ajudava ter um plataforma para prescição de produtos de apoio que funcionasse como deve ser, pois a actual (SAPA) tm recursos muito limitados e é pouco flexivel. Ao nível da formação profissional o modelo d financiamento parece-nos adequado (baseia-se no valor de 3,5€/hora de formação) embora este não seja actualizado há 20 anos, o que seria importante pois este tipo de formação só se faz com recurso a técnicos especializados. Para potenciar o sucesso seria importante que se pare de tentar transpor o modelo de formação para a população em geral e aplicá-lo às pessoas com deficiência e incapacidade mas desenvolver um modelo que tenha em conta as ideiossincrasias desta população, que é extremamente heterogénea.	1
Não sei. Não temos Centro de recursos.	1
O trabalho individualizado com as entidades empregadoras e os destinatários, as competências transversais dos técnicos que acompanham os processos	1

	N
Orientação na escola empresa/ candidato ideal; apoio técnico e presencial no processo de integração na empresa; apoio psico-social que potencie a motivação e ajuda na resolução das situações problema do colaborador PCDI, adaptação de tarefas e espaços aao colaborador PCDI, informação e apoio tecnico ao empresario no acesso aos programas de empregabilidade	1
Os centros de recursos ao permitirem avaliar o perfil e os interesses e as necessidades das PCDI contribuem para adequar a oferta formativa à própria pessoa. Já os fatores de sucesso dos Centros de Formação/Qualificação estão ligados aos desenvolvimentos de ações que promovem a aproximação ao mercado de trabalho, reproduzindo o mesmo, o trabalho em parceria, o forte acompanhamento individual dos formandos em diferentes vertentes da sua vida, com um forte enfoque na relação com o formando.	1
Os Centros de Recursos não têm como objetivo a formação/qualificação, mas inclui a medida de IAOQE , medida esta que pode encaminhar para formação/qualificação, mas não potenciar o seu trabalho.	1
Os fatores de sucesso que permitiram, em parte, potenciar o trabalho dos centros de recursos, prende-se com os seguintes pontos: intervenção alavancada numa visão integrada e articulada das ações de IAOQE, AC e APC e respetiva continuidade de serviços/intervenção; interdisciplinaridade da equipa do CR, assente na intervenção centralizada no cliente e no conceito de qualidade de vida; respeito pelas expetativas, interesses e pela tomada de decisões (apoiadas) dos clientes; equipa empenhada, disponível, experiente e atenta/preocupada com as necessidades dos clientes; capacidade para trabalhar em rede/parceria com as diferentes entidades locais relevantes; capacidade para sensibilizar a comunidade, incluindo, as entidades empregadoras/sociedade mais inclusiva; boa aceitação dos empresários/responsáveis da entidades quanto ás medidas de emprego, designadamente, a medida CEAMA, que assente, em grande parte, no acompanhamento pós colocação facultado aos clientes/entidades empregadoras; boa articulação e colaboração com os Serviço de Emprego da Lousã e de Arganil.	1
Os que fatores que "permitiriam", penso que será mais os factores que permitem - Acompanhamento individualizado ao formando, durante todo o percurso formativo e após; - Articulação permanente com as entidades parceiras no acolhimento dos nossos clientes, na resolução de problemas que surgem quotidianamente. - O trabalho de parceria com os Centros de Emprego	1
Para potenciar o trabalho dos centros de recursos será importante o estabelecimento de parcerias com outras entidades, como GIP's, instituições de saúde mental, etc, no sentido de conseguir divulgar informação sobre as oportunidades oferecidas pelo nosso centro às pessoas com deficiências ou incapacidades por forma a alcançar populações que estão "presas" em casa e que necessitam de sair e experienciar formações ou qualificações que lhes permitam adquirir as competências pessoais, sociais e profissionais para uma futura integração no mercado de trabalho e como cidadãos de plenos direitos e deveres na sociedade. Também a criação de gabinetes localizados nos concelhos de abrangência do centro de recursos, para facilitar o acesso das pessoas com deficiência às medidas de formação/qualificação existentes.	1
Proximidade com os formandos, acompanhamento diário.	1
Proximidade geográfica com o formando, assim como o contacto pessoal.	1
Reorganização geográfica dos CRQE reduzindo as distâncias entre os beneficiários e os técnicos; aumento de número de técnicos afetas ao Serviços; atribuição de compensação económica aos beneficiários da medida Apoio à Colocação para além dos subsídios já contemplados; alteração da forma de financiamento dos CRQE.	1
Um modelo com flexibilidade, que não assentasse numa contabilidade de horas a cumprir um programa martelado dos ditos normais. As intervenções nesta população são individualizadas e não cabem em UFCD's.	1
Ÿ Duração majorada da componente de formação prática em contexto de trabalho, por comparação com o estipulado para os cursos de Educação e Formação de Adultos. Ÿ Existência de percursos individualizados, que permitem responder às necessidades e potenciais cujo perfil de funcionalidade restringe significativamente o acesso e a frequência bem-sucedida de referenciais do CNQ. Ÿ Existência de UFCD focadas no desenvolvimento de competências pessoais e sociais, muito valorizadas pelas pessoas e pelo mercado de trabalho (particularmente, a componente de formação para a integração). Ÿ Prestação dos serviços numa lógica de one stop shop: o centro efetua a caracterização de funcionalidade e apoia na re/construção do projeto profissional, implementa a formação (ou apoia no encaminhamento para outra entidade de formação) e apoia depois no acesso/ retoma ao mercado de trabalho. Ÿ Prospeção personalizada de entidades enquadradoras de formação prática em contexto de trabalho (vs. bolsa de entidades), o que aumenta o n.º de entidades empregadoras sensibilizadas para as questões das deficiências e incapacidades e aumenta o potencial de integração pós formação, para além da maior adequação às necessidades das pessoas. Ÿ Conjugação da qualificação com os apoios ao emprego, permitindo que o mesmo centro acompanhe a mesma entidade empregadora em diferentes etapas da pessoa (formação prática em contexto de trabalho e acompanhamento pós-colocação). Ÿ Existência de equipas multidisciplinares no seio da equipa técnico-pedagógica. Ÿ Possibilidade de acompanhamento especializado, ao nível da reabilitação funcional em diversos domínios (psicologia, fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala). Ÿ Apoios complementares, vitais para a acessibilidade da formação às pessoas (ex.: ILGP, transporte adaptado, apoio de 3.ª pessoa, alojamento).	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 100. Tem existido uma correspondência às expectativas das entidades empregadoras aquando do ingresso de um/a trabalhador/a com deficiência/incapacidade?

	Nº	%
Não	3	6,7
Sim, em parte	31	68,9
Sim, totalmente	8	17,8
Não sabe/Não responde	3	6,7
Total	**45**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 101. A inserção em mercado de trabalho tem correspondido às expectativas dos/as formandos/as?

	Nº	%
Não	5	11,1
Sim, em parte	27	60,0

	Nº	%
Sim, totalmente	11	24,4
Não sabe/Não responde	2	4,4
Total	**49**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 102. Qual o motivo?

	N
A avaliação efetuada ao longo do percurso formativo e após a integração profissional ao nível da perceção de qualidade de vida por parte do formando dá-nos essa evidência de que uma larga percentagem se encontra realizado com o seu percurso em mercado de trabalho.	1
A maioria dos formandos não consegue colocação.	1
Os formandos não encaram o trabalho como uma situação para a vida, mas apenas uma experiência de curta duração, pois sabem que terão apoios à deficiência, como, por exemplo, a Prestação Social para a Inclusão.	1
Pese embora a colocação seja pautada pela procura do lugar certo para a pessoa certa, e seja desejável em todas as situações, por vezes este match não é possível por falta de ofertas de emprego.	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 103. O Centro de Recursos articula com o IEFP na fase de inserção dos/as formandos/as no mercado de trabalho?

	Nº	%
Sim	38	95,0
Não	2	5,0
Total	**40**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 104. Qual a intensidade dessa colaboração?

1 - Raramente		2		3		4 - Frequentemente		Média	Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº	%
1	2,7	5	13,5	8	21,6	23	62,2	3,43	37	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Processo de Candidatura

Quadro 105. Adequação da Tipologia de Operação a que concorreu às necessidades do público-alvo a que se destina? (escala 1-Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

1- Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente adequados		Nº	Média
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
1	2,1	1	2,1	8	16,7	13	27,1	17	35,4	8	16,7	48	4,42

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 106. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta

	N
A nossa Instituição não concorreu em 2022.	1
A organização dos conteúdos e das componentes do CNQ estão bem estruturadas e responde àa aprendizagens necessárias para o desenvolvimento de um trabalho. O maior problema está na criação de turmas (a que obriga a plataforma SIIFSE) que dificulta a possibilidade de concretizar a heterogeneidade de cada formando. A criação de um curso um formando reveste-se da possibilidade de tornar mais fácil a concretização de uma metodologia diferenciada.	1
Deveriam ser tidas em consideração as especificidades de cada formando. Maior flexibilidade nos percursos, por ex. na distribuição da carga horária de acordo com as necessidades e expectativas e não de forma padronizada, em que todos os formandos têm que frequentar as mesmas UFCD´s. Deveriam ser respeitadas as capacidades e ritmos de cada um. A formação deveria obedecer a um modelo de formação heterogénea e centrada na pessoa, uma vez que a sua população também é heterogénea.	1
Não acautela as necessidades individuais da pessoas com deficiência.	1
O planeamento da formação é pouco flexíveis. Os indicadores de resultados são desadequados não contemplando a melhoria da qualidade de vida da PCDI.	1
O que as pessoas com deficiência têm que aprender para se enquadrarem no mercado de trabalho não são conteúdos programáticos. Aprendem por imitação contextualizada. Têm que aprender comportamentos como assiduidade, pontualidade, anuência a instruções, gestão de orçamentos familiares, gestão de prioridades, gestão de conflitos. O que acabam por fazer nas empresas é tão básico que qualquer pessoa aprende numa manhã. O difícil neste grupo de pessoas é controlar o resto: consistência, adiamento da recompensa, descentração. Iss não tem nada a ver com o cômputo de horas passadas a ouvir debitar conteúdos teóricos que os maçam e que eles não entendem.	1
Pouca flexibilidade na organização dos cursos	1
Têm-se verificado desistências que são alheias à entidade	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 107. Adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto:

	1- Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente adequados		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Objetivos definidos para a Tipologia	-	-	2	4,2	3	6,3	10	20,8	16	33,3	17	35,4	-	-	48	100,0
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	1	2,1	-	-	3	6,3	7	14,6	9	18,8	28	58,3	-	-	48	100,0
Condições de elegibilidade do projeto	1	2,1	-	-	4	8,3	12	25,0	13	27,1	18	37,5	-	-	48	100,0
Critérios de seleção	1	2,1	1	2,1	8	16,7	13	27,1	10	20,8	15	31,3	-	-	48	100,0
Grelhas de aplicação dos critérios de análise	1	2,1	2	4,2	10	20,8	15	31,3	9	18,8	10	20,8	1	2,1	48	100,0
Tipo de despesas elegíveis	2	4,2	4	8,3	5	10,4	16	33,3	15	31,3	6	12,5	-	-	48	100,0
Forma de financiamento (custos reais /custos simplificados)	2	4,2	4	8,3	11	22,9	9	18,8	15	31,3	5	10,4	2	4,2	48	100,0
Taxa de cofinanciamento	3	6,3	2	4,2	7	14,6	7	14,6	15	31,3	13	27,1	1	2,1	48	100,0
Carga burocrática	8	17,0	12	25,5	5	10,6	16	34,0	5	10,6	1	2,1			47	100,0
Processo de submissão on line da candidatura	-	-	1	2,1	4	8,3	9	18,8	15	31,3	18	37,5	1	2,1	48	100,0
Prazos para apresentação de candidaturas	1	2,1	3	6,3	5	10,4	17	35,4	11	22,9	10	20,8	1	2,1	48	100,0
Tempo de análise/ aprovação da candidatura	7	14,6	8	16,7	5	10,4	9	18,8	14	29,2	4	8,3	1	2,1	48	100,0
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	1	2,1	4	8,3	8	16,7	13	27,1	13	27,1	9	18,8	-	-	48	100,0
Meios e suportes de divulgação, informação e publicidade da Tipologia de Operação junto dos públicos-alvo	1	2,1	3	6,3	4	8,3	19	39,6	10	20,8	10	20,8	1	2,1	48	100,0
Procedimentos e prazos para apresentação de candidaturas	1	2,1	1	2,1	4	8,3	7	14,6	16	33,3	11	22,9	8	16,7	48	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 108. Considera a sua entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade? (escala 1-Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

	Media	Nº
Objetivos definidos para a Tipologia	48	4,90
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	48	5,23
Condições de elegibilidade do projeto	48	4,88
Critérios de seleção	48	4,56
Grelhas de aplicação dos critérios de análise	47	4,26
Tipo de despesas elegíveis	48	4,17
Forma de financiamento (custos reais /custos simplificados)	46	4,00
Taxa de cofinanciamento	47	4,45
Carga burocrática	47	3,02
Processo de submissão on line da candidatura	47	4,96
Prazos para apresentação de candidaturas	47	4,36
Tempo de análise/ aprovação da candidatura	47	3,57
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	48	4,25
Meios e suportes de divulgação, informação e publicidade da Tipologia de Operação junto dos públicos-alvo	47	4,36
Procedimentos e prazos para apresentação de candidaturas	47	4,19

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 109. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta

	N
A carga burocrática de processos que intervêm na qualificação destes públicos tão vulneráveis que precisam de acompanhamento presencial constante não dignifica o processo.	1
A carga burocrática é, de facto enorme e absorve imensos recursos humanos.	1
A carga burocrática exige um dispêndio de recursos que não se vê refletido no financiamento. Fora do modelo de funanciamento de custos reais algumas entidades não são viáveis e vão deixar de existir. Sem formação profissional alguns centros de recursos em áreas despovoadas não são viáveis e vão deixar de existir.	1

	N
A excessiva carga burocrática exigida para justificação de algumas despesas, p. ex., e nos processos individuais dos formandos também é inadequada. Existem despesas decorrentes da formação que não são elegíveis e que não fazem sentido, como p. ex. a formação dos colaboradores. Relativamente ao tempo de análise da candidatura, quando este se prolonga no tempo, cria constrangimentos na execução dos prazos solicitados.	1
A opção mais adequada, em nosso entender, é a de custos unitários simplificados (rubrica 1 e 2 em custos reais e da 3 à 7 em custos unitários simplificados)	1
A tipologia é excessivamente burocrática; não valoriza nem afere um conjunto de resultados significativos; os prazos (candidatura, reembolso, PA) são frequentemente curtos para as entidades candidatas e excessivamente flexíveis para o financiador; O sistema de avaliação é extremamente limitado não incorporando muitos dos elementos que as entidades podem disponibilizar e que enriquecem os resultados obtidos bem como espelham muitas das atividades realizadas.	1
As grelhas de análise contêm critérios que não estão adequados à realidade do território (p.ex. preocupam-se com as TIC mas não existem critérios por exemplo para a área do geográfica coberta). O financiamento também não tem em conta esses critérios (é diferente dar formação em Lisboa que tem uma boa rede de transportes dos que dar formação no Alentejo, onde têm se de fazer dezenas de km para acompanhar formandos). Os prazos para apresentação de candidaturas têm sido reduzidos (este ano tivemos 15 dias para apresentar um projecto - depois foi estendido) e muitas vezes aparecem sem aviso prévio. Há dois anos o prazo para apresentar candidatura terminou em Agosto, numa altura em que as organizações estão de férias, por exemplo. O processo de apresentação de candidaturas é demasiado burocrático.	1
carga burocratica muito extensa e pouco flexivel comparada com outras formações desevolvidas nas escolas e centros de formação. Eligibilidade de despezas de transportes para o local da FPCT e apoio a consultas/ tratamentos pontuais que necessitem de apoio técnico da equipa	1
Continua a ser exigível uma elevada carga burocrática em suporte de papel, não se apostando numa modernização digital dos procedimentos	1
Demora na aprovação da candidatura (provoca insegurança na implementação do projeto); fraca publicidade para público em geral;	1
Despesas: a necessidade excessiva de justificação de despesas que são evidentes para o funcionamento dos cursos;Custos reais/ custos simplificados: nem sempre são suportados pelo programa os custos reais com o funcionamento e desenvolvimento das ações, falo por exemplo dos custos com o transporte. O assegurar dos transporte do formando é muitas das vezes o assegurar da sua frequência no curso;Taxa de cofinanciamento: Estes cursos tem um curso hora muito mais elevado do que o que é pago pelo projeto e utiliza referentes de financiamento de 2016 o que é no nosso entender uma dificuldade grave de gestão financeira dos cursos.	1
Diminuição da carga burocrática e das barreiras colocadas no acesso dos candidatos às ações, nomeadamente, a) pedido de excecionalidade de menores. b) A obrigatoriedade, como requisito de entrada, de avaliação por parte do Centro de Recursos – IAOQE os prazos de análise/aprovação das candidaturas não estão a ser cumpridos	1
Excessiva carga burocrática	1
Excesso de registos, prazos de resposta e de candidatura muito curtos e procedimentos administrativos muito exaustivos	1
Falta de adequação ao contexto da deficiência e geográfica.	1
Falta de planificação de foram à organização do trabalho de quem está a dar resposta ao público e necessita de planear os momentos de férias e pausas com os familiares. Pedidos realizados às organizações que podem ser identificados como mobbing praticado aos seus profissionais (pedidos enviados forma do horário de serviço, sexta-feira e com prazos curtos), despesas realizadas de acordo com as regras da elegibilidade que são cortas para caberem no algoritmo (existem custos fixos que não alteram independentemente de se ter 1 ou 6 formandos em sala). A existência de uma plataforma onde todas as entidades gerissem a atividade formativa tornaria o carregar das informações, acesso a estas e transferência destas para a plataforma do SIFSE mais célere, aumentavam a produtividade das equipas técnicas e dos técnicos de apoio, assim como melhorariam a execução do fundo comunitário.	1
Grelhas de análise contém itens não adequados ou que não temos possibilidade de intervenção para alterar. Taxa de cofinanciamento, quer em sede de candidatura quer em sede de saldo, por aplicação do "algoritmo" tem implicado reduções efetivas em despesas elegíveis e já realizadas. Tempo de análise de candidaturas nunca é cumprido o que está previsto em legislação/aviso de abertura.	1
Os projetos de formação são extremamente burocráticos não só no que diz respeito à componente financeira, como também à componente técnica. Nesta, considera-se excessiva a documentação necessária ao Dossier técnico pedagógico, bem como toda a documentação e mecanismos necessários à monitorização e acompanhamento do projeto. Este modelo limita claramente a intervenção técnica junto das pessoas, essencial para o sucesso do seu processo de reabilitação e (re)integração profissional.	1
Os tempos de análise/aprovação da candidatura excedem os previstos no Aviso.	1
Por vezes os prazos para apresentação e submissão das candidaturas é curto para a elaboração e preparação do projeto formativo. A análise/aprovação é demorada, ultrapassando na maioria das vezes o prazo definido, implicando alterações no plano de formação e causando disfuncionamentos na entidade formativa. O financiamento no desenvolvimento da formação acaba por não ser adequado uma vez que na análise final do projeto os custos reais são penalizados pela assiduidade dos formandos (custo/hora formação).	1
Processo de decisão da candidatura demasiado longo	1
Relativamente à burocracia esta é bastante durante todo o processo, tempos de análise e resposta muito demorados a nível de reembolso e análise de candidaturas	1
Relativamente à forma de financiamento é nossa opinião que, o recurso a custo simplificados seria uma forma de financiamento mais justa e sem comprometer a sustentabilidade financeira das organizações; Quanto ao tempo de análise das Candidaturas e tomando como exemplo a Candidatura que se encontra submetida, a qual apareceu já tardiamente, não é possível avalia-la como adequada visto que já decorreu o prazo previsto no aviso e ainda não foi fornecido feedback; Por fim quanto aos pedidos de esclarecimentos as dificuldades sentidas prendem-se essencialmente com os reduzidos prazos de apresentação de resposta.	1
Tipo de despesas elegíveis: exemplo: não foram consideradas como elegíveis despesas com a formação de colaboradores/as (obrigatória e legislada).	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 110. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura

	Nº	% de casos (N= 47)
Não teve dificuldades	16	34,0
Interpretação da regulamentação (Regulamento Específico, Aviso de Abertura de Concurso…)	10	21,3
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	8	17,0
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	13	27,7
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,…)	4	8,5
Preenchimento do formulário de candidatura on-line	3	6,4
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	12	25,5
Prazos de decisão	19	40,4
Outra	-	-

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 111. Por favor, descreva as dificuldades sentidas:

Conforme já assinalado anteriormente, a demora na aprovação das candidaturas causa constrangimentos, uma vez que se preveem cronogramas que não se conseguem cumprir.	1
Evidenciar concretamente alguns dos critérios de análise	1
No formulário on-line é necessário anexar os documentos solicitados, documentos que não podem exceder o tamanho do ficheiro disponibilizado pelo programa, obrigando a entidade a reduzir o documento, perdendo qualidade do mesmo, ou a eliminar documentos de modo a ser possível realizar o upload.	1
O atraso da comunicação da decisão dificulta o processo de seleção de participantes e constituição da equipa pedagógica.	1
O planeamento da candidatura a três anos gera algumas dificuldades no planeamento e previsão de admissões a integrar	1
O prazo de aprovação das candidaturas foi superior ao prazo de inicio do projecto candidatado, pondo em causa o inicio das atividades em data prevista.	1
O processo é muito burocrático mas a principal dificuldade é que uma pequena unidade de formação como a nossa, que desenvolve cerca de 24/30 acções de formação por ano sente muita dificuldade para se financiar porque o modelo se baseia num custo/hora formação, portanto as unidade de formação que têm mais formandos obtêm mais financiamento e nós sentimos dificuldade em ter uma equipa técnica capaz de responder às necessidades. Como já foi dito anteriormente há muitas despesas que não são elegíveis (ex: aquisição de viatura) que seriam importante para nós dado o território que temos de percorrer. No entanto sabemos que os modelos alternativos que estão a ser estudados ainda nos vão prejudicar mais que o actual de custo/hora formação e põem em causa a continuidade da resposta.	1
Os prazos de decisão ultrapassam as datas previstas para o início do projeto, causando grandes disfuncionamentos na gestão dos recursos humanos, físicos e seleção dos candidatos à formação.	1
Período de candidatura muito reduzido	1
Por vezes existem dificuldades na interpretação das normas e orientações técnicas, sendo possível haver interpretações dúbias. Seria importante haver sessões de apresentação e esclarecimento aquando da abertura das candidaturas	1
Prazo de decisão extremamente longo para o período estabelecido de formação, isto inicio incerto e data final de 31 de dezembro de 2023. Como se pode estruturar um referencial num cronograma plaenado de forma a corresponder com qualidade às exigências de formação com um intervalo tão curto.	1
Prazos curtos e dificuldades de obtenção de esclarecimentos	1
Questões ambíguas	1
Relativamente à última candidatura a esta Tipologia, o facto de ter de dividir um percurso formativo por dois quadros comunitários foi complexo e criou imensas dificuldades na elaboração do orçamento e na distribuição dos cronogramas associados ao percurso.	1
Resposta atempada a pedidos formulados ao IEFP, por exemplo pedidos de exceção	1
Trabalhamos em zonas com baixa população, o que nos impede de criar turmas de 6 que comecem e acabem cursos de 2900 horas. Toda a lógica das horas é desadequada a uma realidade em que a intervenção é personalizada porque não há grupos homogéneos de pessoas com deficiência, a diversidade de necessidades é total. Também há n fatores que determinam faltas, inícios de estágios que se adiantam ou atrasam, suspendem, interrompem...	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Execução do Projeto

Quadro 112. Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados

	Nº	%
Abaixo do contratado	15	32,6
De acordo com o contratado	28	60,9
Acima do contratado	3	6,5
Total	46	**100,0**

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 113. Fatores que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto:

	Cumprimento dos tempos de execução		Execução integral do financiamento aprovado		Cumprimento dos indicadores contratualizados	
	Nº	% de casos (N= 36)	Nº	% de casos (N= 35)	Nº	% de casos (N= 35)
Não existiram dificuldades	15	41,7	12	34,3	19	54,3%
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	4	11,1	6	17,1	3	8,6%
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	6	16,7	6	17,1	2	5,7%
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	13	36,1	7	20,0	2	5,7%
Atrasos no reembolso das despesas	11	30,6	9	25,7	5	14,3%
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, …	10	27,8	5	14,3	2	5,7%
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	7	19,4	12	34,3	4	11,4%
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, …)	9	25,0	3	8,6	9	25,7%
Desvio nos custos inicialmente previstos	5	13,9	13	37,1	8	22,9%
Dificuldades na articulação com parceiros	4	11,1	1	2,9	3	8,6%
Outros fatores.	2	5,6	2	5,7	6	17,1%

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 114. Outros fatores. Quais?

	N
Afetação dos recursos humanos insuficiente para o volume de trabalho, associado ao absentismo elevado dos serviços administrativos e aos recursos informáticos obsoletos.	1
Com este desenho é muito difícil captar pessoas com deficiência durante dois anos, e captar profissionais que se disponham a fazer este trabalho pelo dinheiro que pagam. Também não pagam todos os recursos que são essenciais ao projeto, como transportes, e que estão a ficar mais caros a cada semana.	1
Contingências pela Pandemia por Covid19	1
Dificuldade na gestão do conceito turma, referente à execução física, e as características dos formandos	1
O cumprimento dos indicadores (p.ex: nº de pessoas certificadas) é um indicador que não depende da organização pq o formando muitas vezes deste por factores alheios à entidade e que prejudica o financiamento da entidade.	1
O incumprimento dos indicadores contratualizados implica desvios/cortes na aprovação dos custos executados/apresentados.	1
Pandemia e a desistência de formandos	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 115. Por favor, descreva as dificuldades sentidas:

	N
A ligação com a Delegação Regional do Alentejo do IEFP é muito boa e somos bastante apoiados, no entanto o processo é muito burocrático nomeadamente no que concerne ao cumprimento de normas relacionadas com a contratação pública que criam dificuldades em organizações como a nossa onde não existem gestores, por exemplo.	1
A maior dificuldade prende-se com o cumprimento das metas - a percentagem de formandos/a desistentes tem vindo a aumentar, agravada pela pandemia por COVID-19 - e que se traduz em correções financeiras.	1
A necessidade dos formandos serem avaliados pelo Centro de Recursos atrasa por vezes o início das ações. Demora na análise dos reembolsos. Existem normas e orientações técnica que nem sempre se adequam à especificidade dos nossos públicos, nomeadamente as questões ligadas ao absentismo e certificação.	1
A operação encontra-se ainda a decorrer pelo que não dispomos de dados para responder à questão 36	1
A pandemia causou uma aumento nas desistências e não atingir dos resultados contratualizados	1
A rigidez do modelo de financiamento face ao tipo de público que se pretende servir na área geográfica em que nos situamos.	1
Absentismo e rescisão dos formandos	1
Adequação dos sistemas de informação internos aos requisitos do Programa.	1
Alguma dificuldade em submeter atempadamente os Pedidos de Reembolso tendo em conta a necessidade de reforço da tesouraria	1
Atrasos na aprovação de reembolsos.	1
Atrasos na aprovação dos pedidos de reembolso e nos pedidos de alteração. Os cortes efetuados nos pedidos de reembolso e pedidos de saldos com base no incumprimento das metas contratualizadas, apesar de os montantes apresentados estarem abaixo do financiamento aprovado.	1
Cumprimento das exigências ao nível de contratação pública, p. ex.	1
Desvio do custos executado face ao orçamentado, dificuldade em cumprir as metas contratualizadas, nomeadamente ao nívelç dos resultados	1
Dificuldades ao nível do procedimento da contratação pública (já resolvidas).	1
Em primeiro lugar destacamos como dificuldade a tardia ou inexistente resposta a pedidos de esclarecimento enviados pelas entidades. Este fator faz com que, por vezes, a entidade tenha dificuldade em tomar decisões que condicionam o desenvolvimento do	1

	N
projeto, os apoios concedidos aos formandos, as alterações ao planeamento inicial das ações. Nem sempre os técnicos do Organismo Intermédio têm informações que lhes permita esclarecer as Entidades. O atraso na análise de pedidos de reembolso e de saldo e consequente pagamento às entidades traz muitas dificuldades para o equilíbrio financeiro das Organizações, tendo que avançar com verbas próprias para fazer face às despesas do projeto.	
Encaminhamento de formandos pelas entidades parceiras	1
nas mudanças de quadros comunitarios, quando ha novas regras do projecto mesmo dentro do quadro comunitario em vigor e nas novas regras que igualam a formação para PCDI á formação geral.	1
No período de execução do orçamento surgem, por vezes, condicionantes que poderiam ser ultrapassadas com uma maior flexibilidade de transferência de verbas entre rúbricas. Os atrasos nos reembolsos deixam a contabilidade da instituição mais debilitada e, por vezes, não existe verba disponível para assegurar as necessidades imediatas. Os formandos continuam a receber propostas de trabalho, inclusive dos nossos parceiros, enquanto se encontram integrados na Formação, o que não deveria ser encarado como uma desistência mas sim como uma integração.	1
O atraso de aprovação das candidaturas tem implicação direta nos pedidos de reembolso e no risco de iniciar o projeto sem a devida aprovação.	1
Planeamento de ações a três anos (muito tempo)	1
Registaram-se algumas dificuldades na execução do projeto, nomeadamente no que respeita ao cumprimento do valor aprovado para os encargos com outro pessoal não docente interno afeto, motivado pelo aumento dos mesmos devido a atualizações dos vencimentos base por progressão nas carreiras e pela necessidade de aumentar a sua afetação ao projeto por acréscimo do trabalho desenvolvido para o mesmo. Registaram-se também dificuldades ao nível do entendimento quanto ao tipo de procedimento de contratação pública mais adequado à contratação da aquisição de alguns bens e serviços, e que teve como consequência a não elegibilidade de parte do valor dos mesmos, de acordo com a taxa de correção financeira aplicada.	1
Rigidez da forma de organização	1
Suspensão das atividades formativas e dificuldade de integração em FPCT	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 116. Sente a necessidade de um maior acompanhamento pela AG aos promotores?

	Nº	%
Não	30	68,2
Sim	14	31,8
Total	44	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 117. Indique o tipo de apoio que sente necessidade:

	N
Acompanhamento pedagógico às entidades no desenvolvimento do projeto e cumprimento das orientações.	1
Afetar recursos humanos às equipas de apoio técnicos de apoio às medidas de apoio a pessoas com deficiência pessoas que já trabalharam na formação profissional da pessoa com deficiência, pois teriam uma postura mais de mestre e menos de "autista"/polícia, pois todos somos uma equipa a trabalhar para a inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiência.	1
Ao nível de esclarecimentos sobre questões de diferentes áreas	1
Apesar de considerar o enorme esforço por parte da Delegação do Centro do Organismo Intermédio em acompanhar as instituições, consideramos que os Recursos Humanos são reduzidos para um acompanhamento eficaz .	1
Apoio na elaboração de documentos	1
Esclarecimento de duvidas e burocracias	1
Existir calendarização disponível com informação sobre das datas previstas para abertura de candidaturas.	1
Facilitar o esclarecimento de questões enviadas pelas Entidades permitindo a execução dos projetos de forma informada evitando riscos de correções financeiras.	1
Maior acompanhamento a nivel tecnico na gestão pedagógica do projeto	1
quando existem bloqueios na plataforma ou erros, a delegação regional do IEFP é bastante rápida a receber e encaminhar mas os serviços centrais ou Agencia é demorada a solucionar.	1
Rapidez na resposta aos pedidos de escalrecimento solicitados	1
Regras bem definidas e estáveis ao longo do projeto bem como sem efeitos retroativos	1
Sim, na clarificação de normas e outros procedimentos	1
Um acompanhamento mais pedagógico e mais flexível.	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 118. Identifique os principais fatores que podem potenciar/ampliar os efeitos e resultado alcançados com o seu projeto:

• Relativamente à QPDI, facilitação dos processos de encaminhamento para o Centro de Recursos, avaliação e emissão de declarações de elegibilidade; a integração de percursos formativos mais flexíveis que permitam dar uma resposta mais adequada a pessoas com Doença Mental; o alargamento do limite de faltas para aceder à certificação; diminuição da burocracia necessária para alteração dos projetos; possibilidade de substituição de formandos nas turmas, aquando da desistência de outros, potenciando os recursos e os espaços, sem haver ajuste de volumes em SIIFSE. Regresso às candidaturas anuais ou, pelo menos, realização de candidaturas em que se verificasse a possibilidade de integração de ações que não tivessem que concluir durante o período de vigência dos projetos (as entidades estão mais de um ano impossibilitadas de abrir cursos através de percursos A e B). • No que diz respeito ao Centro de Recursos: Aumento do financiamento face aos concluídos ou alteração da dinâmica do financiamento (desanexar porventura o financiamento das metas/apoios concluídos) permitindo, entre outros, uma maior estabilidade às equipas; Maior autonomização face	1

aos Serviços de Emprego/diminuição da carga burocrática no momento de encaminhar os pedidos de intervenção (IAOQE, AC, APC) para os Centro de Recursos encurtando-se, deste modo, o tempo de espera dos clientes.	
A ampla rede de parcerias (entidades recetoras de formandos e potenciais empregadoras dos mesmos)	1
Abertura das empresas para a aceitação de PCT's dos nossos formandos e consequente contratação	1
Acompanhamento durante a formação em sala e nas entidades em FPCT	1
As entidades/empresas que recebem estagiários, no âmbito desta tipologia, deveriam ter um estimulo financeiro.	1
Aumentar os apoios às entidades que empregam pessoas com deficiência; Sensibilizar as empresas que a formação continua para o trabalhador com deficiência contribui para a diminuição dos custos de uma obrigação legal (40h/ano de formação do trabalhador); integração da tipologia de formação no sistema de ensino e formação profissional, inverter a prática do processo de encaminhamentos do GIP e Centros Qualifica (eles é que têm de encaminhar as pessoas para as respostas formativas e não o contrário), valorizar os profissionais com formação e respetiva certificação ao nível do que se faz no ensino. Criar base de dados com os referenciais, recursos didáticos e de avaliação para cada tipo de deficiência. Integrar os profissionais da formação na escola, centro de formação, serviços de formação do IEFP (para melhorar a resposta ou encaminhar efetivamente para as respostas onde são utilizados os referenciais adaptados). Entre muitas outras.	1
Aumento da Bolsa de Formação	1
Aumento do nº de horas de FCT; possibilidade dos formadores efetuarem acompanhamentos em FCT e contarem como horas de monitoragem; maior divulgação daa medida de apoio	1
Aumento do número de formandos, diversidade de oferta formativa	1
Boa articulação entre o IEFP, IP. e a Organização (Centro de Recursos para o Emprego e Formação Profissional); a continuidade dos serviço na organização com os diferentes projetos (MAVI, CLDS 4G, Incorpora e Gabinete de inserção profissional inclusivo)	1
Diminuição da carga burocrática, maior flexibilização dos conteúdos dos referenciais e dos tempos de duração, tendo em conta a especificidade do público-alvo.	1
Envolvimento da Comunidade empresarial; Envolvimento na Comunidade em que a organização se insere;	1
Estreita ligação à comunidade	1
Flexibilidade na intervenção: libertação do modelo de horas de UFCD's, pagamento por horas dadas por nós e não por horas recebidas pelos formandos: nós estamos cá todos os dias para trabalhar quer eles venham ou não. A possibilidade de trabalhar fora de UFCD's, de fazer intervenções muito mais abrangentes, de ir a casa deles resolver problemas concretos, de articular a 100% com outras entidades que estejam também a trabalhar com eles (como CPCJ) e ter objetivos partilhados...	1
Formação para as entidades empregadoras; Maior flexibilidade na criação dos cursos respeitando as características do formandos; aumento do cisto hora e a inclusão da Rubrica 3 como independente do volume de formação realizado; alteração das Metas de 70% para 65%	1
Maior abertura á integração por parte das entidades empregadoras.	1
Maior apoio ao nível do emprego. Definição automática de Acompanhamento Pós Colocação.	1
Maior divulgação da oferta formativa.	1
Maior envolvimento da comunidade.	1
Maior flexibilidade dos percursos, permitindo o ajustamento às necessidades e características individuais	1
Maior flexibilidade para o apoio individualizado	1
Maior individualização e personalização dos percursos formativos de cada formando. Maior sensibilização por parte do IEFP junto das empresas empregadoras, nomeadamente na criação de melhores medidas para integração da nossa população. Diminuição da burocracia no decurso do projeto, de modo a permitir à equipa técnica ter mais disponibilidade para potenciar o apoio prestado aos formandos no terreno.	1
Mais diversidade de apoios à contratação de pessoas com deficiência; Maior flexibilidade na estrutura dos cursos; Melhor acompanhamento dos financiadores/entidades intermédias	1
Manutenção dos financiamentos, foco dos apoios nas pessoas e não nos serviços	1
Melhoria do financiamento (custo/hora do formando)	1
Menor burocracia. Flexibilidade no desenvolvimento dos referenciais. Não condicionar o financiamento às presenças /faltas dos formandos. A análise dos procedimentos de CCP. Acompanhamento mais pedagógico e menos punitivo.	1
Modelo individualizado de acompanhamento dos formandos (ver igualmente a resposta à pergunta 26), modelo formativo com aposta na PCT, equipa com experiência em formação de PCDI, articulação com outros projetos, forte divulgação, trabalho em parceria, dar formação especializada aos técnicos envolvidos.	1
Novos indicadores de resultados no ambito das melhorias da qualidade de vida do cliente; gestão do tempo de formação mais alargada com a mesma carga horaria para ir ao encontro do ritmo do destinatário que por vezes necessita de paragens se justificação medica.	1
O Reconhecimento de TODOS, do trabalho desenvolvido	1
O reconhecimento do sistema de formação/ qualificação como potencial de empregabilidade de pessoas com deficiência e/ ou incapacidade.	1
Para além das alterações identificadas na resposta à questão n.º 14, identificam-se os seguintes fatores: Ÿ Diversificação dos apoios específicos a prestar às pessoas com mais dificuldades, como por exemplo: prever uma bolsa de horas destinada a sessões de formação supletivas, a considerar na carga horária da componente de formação tecnológica ou da componente de formação prática, ou de ambas, de forma a não ultrapassar a duração máxima dos percursos de formação; considerar a possibilidade de nalgumas UFCD as pessoas com mais dificuldades na aquisição de competências terem o apoio de um co-formador. Ÿ Simplificação/ desburocratização/ digitalização dos procedimentos e evidências requeridas (ex.: registo das formações no SIGO idêntico ao das formações regulares, permitindo extração direta dos documentos de certificação; definição de critérios que viabilizem grupos de formação superiores a 12 pessoas ou reingresso após desistência por motivos atendíveis, que aumentem a autonomia dos centros, digitalização do DTP), permitindo maior eficiência na gestão dos recursos humanos e maior dedicação dos técnicos que coordenam as ações de formação ao acompanhamento das pessoas que frequentam as formações. Ÿ Campanha de sensibilização nacional para a	1

reabilitação profissional e para a qualificação e integração profissional das pessoas com deficiências e incapacidades, de modo a conferir maior visibilidade deste tema junto das pessoas com deficiências e incapacidades, familiares e entidades que as apoiam e entidades empregadoras.	
Realização de ações de formação profissional contínua; Intervenção do Centro de Recursos; Divulgação dos resultados alcançados junto das entidades empregadoras e comunidade; Articulação com o IEFP, IP, entidades empregadoras, ex-formandos e famílias com o objetivo de integrar as pessoas com deficiência/incapacidade no mercado de trabalho	1
Reforço das equipas de CRQE para acompanhamento a longo prazo dos formandos que terminam o percurso formativo	1
Relação com entidades parceiras, maior sensibilização da comunidade para as necessidades da população com deficiência. Um modelo de financiamento que permita a pequenas unidades de formação como nós continuar a fazer o nosso trabalho com qualidade, como até aqui.	1
Tecido empresarial local robusto; Experiência adquirida, anteriormente, com a execução de projeto na mesma tipologia;	1
Trabalho de equipa concertado entre a equipa do CR e com a equipa do IEFP	1
Trabalho em parceria com outras entidades e organizações congéres	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 119. Identifique os principais fatores que podem condicionar os efeitos e resultado alcançados com o seu projeto:

A descredibilização que este sistema de formativo tem sofrido nos últimos anos, por parte dos decisores políticos. Apesar de muito direcionado e específico não deixa de ser inclusivo. Muito pelo contrário.	1
Relativamente à Formação Profissional, o aumento da oferta formativa desmedida e a integração de pessoas que beneficiam de uma resposta mais individualizada em cursos pouco adequados às suas características; a demora nos processos de encaminhamento para CR que pode invalidar um processo de IAOQE mais completo, com recurso a medidas de EOV com vista à avaliação e despiste vocacional dos candidatos. Excessiva burocracia na elaboração e homologação da declaração de elegibilidade que pode invalidar a entrada dos candidatos nos cursos ou o atraso na abertura das ações. No que diz respeito ao Centro de Recursos, a elevada dependência dos serviços de emprego para abrangermos os clientes desejados, devido à morosidade dos encaminhamentos dos pedidos de intervenção; Alteração do regulamento/legislação que pode alterar a dinâmica instalada e a visão do CR da ARCIL para intervir nas três ações de forma integrada e contínua (criação de centros de recurso de um determinado nível apenas com IAOQE e outros com outro nível apenas com as ações de AC e APC);	1
A desistencia de formandos.	1
A falta de encaminhamento de formandos pelas entidades podem comprometer a execução de toda a formação em candidatura	1
A instabilidade emocional dos/as formandos/as e a desistência (muitas vezes porque lhes são atribuídos apoios sociais - como a prestação social para a inclusão).	1
A rigidez condiciona a sobrevivência do projeto nas entidades.	1
Absentismo, rescisão dos formandos, o não cumprimento dos planos de inserção Social e a burocracia existente	1
Absorção dos formandos pelo mercado de trabalho	1
As exigências no cumprimento dos indicadores, designadamente, o número de faltas permitidas, que para uma população com maiores fragilidades de saúde, obrigam a ausências mais frequentes.	1
Ausência de apoio aos formandos após terminarem a qualificação/formação	1
Baixo financiamento resultante de cortes	1
Características dos candidatos a formação que revelam ser um grupo muito instável o que leva à desistência	1
Cessação dos financiamentos e dificuldade de manter acompanhamento após colocação.	1
Crises económicas, pandémicas, etc.; Preconceitos existentes por parte das empresas em relação ao potencial produtivo das Pessoas com Deficiência e ou Incapacidade.	1
Descontinuar o acompanhamento a ex-formandos; Contexto económico atual; Tecido empresarial do Baixo Alentejo (território de baixa densidade)	1
Desistência de formandos	1
Desistência de formandos.	1
Desistência dos beneficiários e existência de outras prestações sociais	1
Desistências	2
Dificuldade em encontrar parceiros para FPCT e excessiva burocracia de suporte ao projeto	1
Diminuição do nº de encaminhamentos por parte do Serviço de Emprego; Características individuais do público alvo atual; rede de transportes insuficiente bem como o alojamento em Évora	1
Elevado numero de desistências dos formandos	1
Equipa não afeta a 100% ao projeto e com disponibilidade reduzida, dispersão geográfica dos pólos, rede de transportes pública deficitária nas áreas rurais, estereótipos na área da deficiência, baixo valor social atribuído ao trabalho por públicos em situação de exclusão associada à deficiência e o desconhecimento sobre as políticas/apoios laboral existentes. A existência de outras ofertas formativas que não sendo as mais adequadas às PCDI, são concorrenciais à nossa oferta devidamente adaptada.	1
Falta de abertura de novas candidaturas para dar resposta ao grande número de pedidos de inscrição que temos	1
Falta de financiamento, a incerteza no financiamento, a ausência de rede de transportes públicos, rigidez no modelo de formação adoptados	1
Falta de motivação dos candidatos para o mercado de trabalho	1
Falta de ofertas de emprego; Falta de financiamento	1
Gestão das caracteristicas individuais e comportamentais dos formandos com um elevado indice de patologia psiquiatrica associada às limitações funcionais. Fraco tecido empresarial na região geografica em que nos encontramos. Insuficiente rede de transportes públicos (horarários, oferta e acessibilidade).	1

Instabilidade dos formandos; financiamento insuficiente para as necessidades específicas	1
Manter a proximidade dos apoios	1
Meta/objetivos (Indicadores de Resultado) demasiado exigentes.	1
obrigatoriedade de justificação medica nas ausencias dos formandos, não sendo admitido o ritmo e necessidade de pausas da PCDI.	1
Pandemia e situações de crise económica; Desadequação dos programas	1
Pandemia, porque condicionou a FPCT.	1
Para além dos aspetos identificados na resposta à questão n.º 25, identificam-se os seguintes fatores: Ÿ Menor adesão das pessoas aos percursos de formação, devido a aspetos como: exigência de muitos documentos para verificação de elegibilidade para a frequência das ações de formação, e para a atribuição de apoios sociais (podem não conseguir a documentação atempadamente, mesmo com o apoio do centro, ou aumenta uma desmotivação já existente); preferência por formações menos adequadas ao perfil de funcionalidade e de competências, disponibilizadas por entidades de formação, por motivos de outra natureza (ex.: proximidade da residência, apoios sociais recebidos, receio de perda do subsídio de desemprego); não valorização da qualificação/ aprendizagem ao longo da vida por algumas pessoas/ familiares. Ÿ Pessoas com competências não compatíveis com os níveis de certificação que possuem e que, por conseguinte, necessitam de formações de nível inferior ao que formalmente já detêm (donde resulta como indicador de avaliação que a formação não contribuiu para o aumento da qualificação). Ÿ Complexificação do processo e dos procedimentos associados à gestão das candidaturas ao PO, aumentando a afetação do tempo de recursos humanos a essas atividades.	1
Quando chegam ao fim do seu percurso formativo, a falta de apoio na resolução de problemas laborais, pessoais e familiares, deixam os formandos numa situação mais fragilizada, o que leva a que percam oportunidades de emprego e acabem por voltar a recorrer a Formação Profissional. As medidas de apoio ao emprego atualmente em vigor não constituem, na sua maioria, mais-valias para as empresas, principalmente para aquelas que têm receio de arriscar na contratação de pessoas com deficiência. Medidas mais ágeis, eficazes e ajustadas à realidade seriam duplamente benéficas.	1
Rigidez das medidas. Burocracia excessiva. Atrasos na aprovação dos pedidos de reembolso e saldo, não permitindo correções atempadas.	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 120. Identifique os efeitos não esperados que resultaram podem resultar do seu projeto

Asfixia financeira da organização, Burnout dos profissionais, baixa integração no mercado de trabalho dos formandos, custos pessoais e financeiros com o despedimento dos profissionais, Mobbing organizacional sobre os profissionais da formação profissional, substituição da resposta formativa por CACI (a institucionalização da pessoa com deficiência aumenta), entre outros.	1
ausências dos formandos sem declaração medica.	1
Capacitação do território de influência sobre grupos minoritários e as suas reais capacidades enquanto trabalhadores.	1
Cortes no financiamento; indisponibilidade de recursos humanos; inexistência de utentes	1
Desistências ou baixa assiduidade por doença ou por comportamento	1
Dificuldades criadas pela pandemia devida a Covid-19, qua ainda se fazem sentir atualmente.	1
Diminuição da tax de desistência	1
Disponibilidade das entidades empregadoras	1
Efeito negativo: Cortes de financiamento Efeito positivo: as metodologias de trabalho podem ser generalizadas a outros públicos frágeis	1
Falta de liquidez na organização. Despedimento coletivo.	1
Formalmente são definidos como resultados a qualificação e a colocação de PCDI em mercado de trabalho, contudo todo o trabalho realizado de acompanhamento individual traduz-se para muitos formandos em ganhos em termos de qualidade de vida, nomeadamente em termos de autonomia e empoderamento. Quebras de financiamento por cortes financeiros por diferentes interpretações das normas ou por outros procedimentos.	1
Formandos em LIJ cujo seus projetos de vida implicam sair da área de convergência; problemas sociais	1
Intervenções muito mais amplas quando saimos do esquema em que nos espartilharam. Dar efetivamente qualidade de vida a pessoas com deficiência, dá-la através do trabalho sem desprezar os outros aspetos da vida deles, como a família, a saúde, a salubridade das casas.	1
Maior autonomia dos clientes; Apoio económico para clientes e famílias	1
Menor nº de acompanhamentos; Maior nº de desistências	1
não atingir as metas propostas e cortes financeiros não previstos	1
Não cumprimento dos resultados contratualizados	1
Não identificamos efeitos não esperados	1
O forte reconhecimento das entidades parceiras locais e regionais, do trabalho desenvolvido com esta população	1
O impato da Pandemia COVID19 na formação	1
O incumprimento das metas de resultado.	1
O número de formandos ser inferior ao aprovados em candidatura. Ou ocorrerem muitas desistências.	1
O objetivo primordial do projeto é capacitar os formandos com as ferramentas necessárias para integrar o mercado de trabalho. Quando tal não sucede, os formandos acabam por voltar a procurar as ações de formação e nem sempre existe capacidade da nossa parte para poder corresponder às suas necessidades. Nestes casos, a frustração resultante das expectativas não concretizadas poderá retirar entusiamo e confiança na Formação. Quando um formando tem uma oportunidade de emprego durante o seu percurso formativo, deparamo-nos com uma ambiguidade nos objetivos propostos: por um lado, pretendemos a integração laboral do formando, por outro temos resultados contratualizados.	1
Os beneficiários mantem-se porque repetem constantemente as Medidas de Apoio ao Emprego e não são contratados	1

Os efeitos não esperados que resultam da nossa intervenção são: aumento da auto-estima dos formandos, dado o acompanhamento que é efectuado maiores níveis de estabilidade emocional e de saúde física, aumento da rede social do formando através da criação de vínculos com pares e outros, aumento do tempo em que a pessoa se mantém em mercado de trabalho.	1
Relativamente à Formação Profissional, em candidatura, por vezes, é difícil planificar um projeto formativo para 3 anos. As características da população apoiada é muito variável, pelo que se utiliza a possibilidade de alteração de ações para ajustar percursos A para C ou B, e vice-versa; introdução de ações de formação contínua ou outras que respondam de forma mais adequada aos candidatos que nos chegam. No que diz respeito ao Centro de Recursos, podemos identificar como alguns dos efeitos positivos que inicialmente, poderiam não ser esperados com o nível de intensidade atualmente sentidos, o facto da maioria das entidades locais com atuação relevante (Câmaras, juntas de freguesia, RLIS/NLIS, CLDS e outras) colaborarem ativamente com o CR, nomeadamente, na identificação de pessoas com deficiência e incapacidades e na resolução de algumas necessidades sociais. Podemos ainda destacar o número significativo de contratos de trabalhos celebrados anualmente nos últimos anos, grande parte, através da medida CEAMA e o envolvimento importante dos empresários, responsáveis das entidades empregadoras, em geral.	1
Situações não previstas	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 121. O projeto da sua entidade teria sido executado sem este financiamento?

	Nº	%
Sim, com o mesmo formato	1	2,2
Sim, mas com um investimento menor	1	2,2
Não	43	95,6
Total	45	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 122. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	Nº	%
Não	25	55,6
Sim	20	44,4
Total	45	100,0

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 123. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento:

A ARCIL possui projetos que têm como objetivo dar resposta a todas as fases da vida das pessoas, desde a infância, juventude, fase adulta e velhice. Deste modo a respostas de Formação Profissional e Centro de Recursos, são complementares do CRI (Ministério da Educação) na medida em que potenciam a avaliação e a formação de jovens após o desenvolvimento do Plano Individual de Transição; do CACI (Seg. Social) na medida em que algumas pessoas que frequentaram a formação podem não conseguir integrar o mercado de trabalho e beneficiar de medidas de ocupação, nomeadamente, ASU.	1
A entidade tem por Missão a integração da pessoa com deficiência de acordo com as suas capacidades; necessidades e potencial. O trabalho/emprego é uma das formas mais importantes de alcançar e contribuir para essa missão.	1
A formação é complementar o centro de recursos e nesta comunidade, com esta densidade populacional não existem sozinhos. Também somos dependentes do Centro de Atividades Ocupacionais porque como não há trabsportes públicos, sem o transporte dos utentes do CAO não conseguíamos funcionar de todo.	1
Centro Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, financiado pelo Instituto da Segurança Social.	1
Centro de Recursos - IEFP	1
CENTRO DE RECURSOS-IEFP; CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO-MEC; REABILITAÇÃO FUNCIONAL-SS	1
Centro Qualifica (POCH); Gabinete de Inserção Profissional (IEFP), Residência Autónoma (Segurança Social) e Centro de Recursos para a Inclusão (Ministério da Educação)	1
Com o projeto da Tip. 3.16.	1
Complementaridade com Planos Ação (Tipologia 3.02), Centro Qualifica (POCH) e Fornecimento de Produtos de Apoio (Financiamento Próprio).	1
Fundo Social Europeu	1
IAOQE	1
INR;Eramus+	1
Para além do projeto da formação / qualificação das PCDI a organização desenvolve os seguintes projetos: Centro de Recursos para a Qualificação e o Emprego e um Enclave de emprego protegido financiados pelo IEFP; um Lar Residencial, um projeto de Intervenção Precoce e um CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, cujos financiamentos são da Segurança Social; um Centro de Recursos para a Inclusão financiado pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.	1
POISE, Medida 3.01 - Qualificação de Pessoas com deficiência e ou incapacidade	1
Programa de parcerias para o impacto financiado pelo POISE	1
Projeto Incorpora financiado pela Fundação La Caixa. Os Centro de Recursos para a Inclusão (para as escolas regulares) financiados pelo Ministério da Educação e Centros de Atividades Ocupacionais financiados pela Segurança Social	1
Projeto para apoiar pessoas com doença mental, que inclui no âmbito do seu desenvolvimento, a realização de sessões de orientação vocacional com vista à sua (re)integração na sociedade. Este projeto é cofinanciado por fundos comunitários.	1
Projetos de inclusão social, finnaciado por investidores social e/ou Instituto de Segurança Social	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

Quadro 124. Observações:

A maioria das perguntas não especificam se são dirigidas ao CR ou á FP, sendo que as candidaturas, a execução e os resultados são totalmente distintos	1
A nossa Instituição não apresentou candidatura à operação acima referida (Formação Profissional), pelo que não respondemos às questões a partir da n.º 31. A Instituição optou em termos estratégicos, mas também por várias dificuldades, por não avançar com a candidatura. Exemplos de dificuldades: cada vez é mais difícil o recrutamento de formandos, dada a concorrência de Centros de formação regular, de Centros Qualifica, de Escolas profissionais, etc.; outra dificuldade, a duração dos cursos de formação inicial (2900 horas) e o facto de estes cursos, nomeadamente os do percurso C, não terem dupla certificação. Seria vantajoso que a tivessem, já que essa poderia ser uma forma de atrair formandos que necessitam de melhorar o seu nível de qualificação .	1
A nossa oferta formativa encontra-se distribuída por 4 concelhos, Coimbra, Arganil, Cantanhede e Montemor-o-Velho. Apenas neste último concelho somos acreditados como Centro de Recursos ao Centro de Emprego da Figueira da Foz, funcionando os restantes pólos de forma autónoma em parceria com os Centros de Recursos de outras entidades. Os cursos são plurianuais pelo que todos os anos existe uma elevado n.º de formandos que transitam. Em 2019 não foi concluído qualquer curso, tendo todos os cursos transitado. No quadro 2 contabilizámos no nível 1 todos os formandos aprovados em percursos tipo C, formação contínua (tal como consta no Balcão) e os parcialmente aprovados nos percursos de dupla certificação.	1
Ao longo do preenchimento do inquérito deparamo-nos com dificuldades de interpretação em algumas questões, pelo que não foram preenchidas.	1
Bom trabalho para a equipa que irá tratar os questionários. No futuro gostaria de fazer parte da equipa que está encarregue da construção do questionário e tratamento dos dados.	1
Há partes do inquérito muito dificeis de responder porque não estão adequadas à recolha de dados que fazemos com regularidade para pedidos de reembolso e reconstruir dados de tantos anos para trás seria muito complicado.	1
Nada a registar	1
Não percebemos a questão número 36, pois o quadro é complexo na apresentação dos itens.	1
Não respondemos a algumas questões, uma vez que estavam mais dirigidas a Centros de Recursos	1
O inquérito contém algumas questões com terminologia desajustada, como por exemplo, designar formandos e certificação , quando se refere a pessoas já colocadas no mercado de trabalho (ex: questão nº 16), o que tornou o inquérito algo confuso. O inquérito abrange a formação/qualificação e o Centro de Recursos para a Qualificação e o Emprego, mas a organização é financiada pelo POISE apenas no projeto da formação/qualificação.	1
Os dados elencados neste questionário reportam-se a duas respostas (Formação Profissional nos concelhos de Oliveira de Frades, Vouzela, S. Pedro do Sul, Tondela Mortágua, Viseu, Castro Daire, Vila Nova de Paiva e Albergaria-a-Velha)// (Centro de Recursos nos concelhos de Oliveira de Frades, Vouzela, S. Pedro do Sul e Castro Daire). Neste questionário do CRQE apenas constam dados do Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós-Colocação, não foram feitas referencias a dados de IAOQE .	1
Sem a pareceria com o POISE e o IEFP não seria possível desenvolver formação para pessoas com deficiência e/ou incapacidade e, embora o modelo apresente limitações em diferentes níveis é fundamental na sua contribuição para as pessoas com deficiência e/ou incapacidade. As Cerci's têm um know-how de mais de 30 anos nesta área e com este público e apenas querem ter condições para continuar a trabalhar na sua missão.	1

Fonte: Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (2022).

INQUÉRITO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Caracterização sociodemográfica

Quadro 125. Nº de respostas por Tipologia de Operação

	Nº	%
3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade	77	18,6
3.02 - Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade	337	81,4
Total	414	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 126. Distribuição das respostas por região

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	36	46,8	149	44,5	185	44,9
Centro	27	35,1	145	43,3	172	41,7
Alentejo	13	16,9	40	11,9	53	12,9
Indefinido	1	1,3	1	0,3	2	0,5
Total	77	100,0	335	100,0	412	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 127. Distribuição das respostas por sexo

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	39	50,6	180	53,4	219	52,9
Feminino	38	49,4	157	46,6	195	47,1
Total	77	100,0	337	100,0	414	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 128. Distribuição por escalão etário

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
20 a 24	10	13,0	13	3,9	23	5,6
25 a 29	13	16,9	66	19,7	79	19,2
30 a 34	18	23,4	69	20,6	87	21,1
35 a 39	8	10,4	57	17,0	65	15,8
40 a 44	11	14,3	44	13,1	55	13,3
45 a 49	12	15,6	42	12,5	54	13,1
50 a 54	4	5,2	21	6,3	25	6,1
55 a 59	-	-	20	6,0	20	4,9
60 a 65	1	1,3	3	0,9	4	1,0
Total	77	100,0	335	100,0	412	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 129. Caracterização da idade

	3.01	3.02	Total
Mínimo	20	22	20
Máximo	65	63	65
Média	35,68	37,74	37,35

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 130. Habilitações Literárias

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1º ciclo (4º ano)	3	4,1	1	,3	4	1,0
2º ciclo (6º ano)	6	8,2	6	1,8	12	2,9
3º ciclo (9º ano)	30	41,1	78	23,3	108	26,2
Ensino Pós-Secundário não superior (ex CET Cursos de Especialização Tecnológica)	-	-	10	3,0	10	2,4
Ensino Secundário	26	35,6	142	42,4	168	40,8
Licenciatura	6	8,2	33	9,9	39	9,5
Licenciatura pré-Bolonha	1	1,4	31	9,3	32	7,8
Mestrado	1	1,4	26	7,8	27	6,6
Mestrado Pré-Bolonha	-	-	5	1,5	5	1,2
Doutoramento	-	-	3	0,9	3	0,7
Total	73	100,0	335	100,0	**412**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 131. Áreas de formação

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - Conceitos Básicos	2	2,6	-	-	2	2,6
Cozinheiro/a	3	3,9	-	-	3	3,9
Ferramentas Web	4	5,2	-	-	4	5,2
Inclusão Social e Empregabilidade	1	1,3	-	-	1	1,3
Jardinagem - P4	1	1,3	-	-	1	1,3
84 - Formação Contínua 1	1	1,3	-	-	1	1,3
Ajudante de Operador de manutenção hoteleira	1	1,3	-	-	1	1,3
Ajudante de Tecelão / Tecedeira	1	1,3	-	-	1	1,3
Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	1	1,3	-	-	1	1,3
Assistente Administrativo (a)	9	11,7	-	-	9	11,7
Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade	5	6,5	-	-	5	6,5
Auxiliar Administrativo	2	2,6	-	-	2	2,6
Auxiliar de Carpintaria	1	1,3	-	-	1	1,3
Auxiliar de Hotelaria e Restauração	2	2,6	-	-	2	2,6
Auxiliar de Produção Agrícola e Animal	1	1,3	-	-	1	1,3
Carpintaria	1	1,3	-	-	1	1,3
EMBALADOR MANUAL DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	1	1,3	-	-	1	1,3
Empregado/a de Andares	4	5,2	-	-	4	5,2
Gestão Ambiental	2	2,6	-	-	2	2,6
JARDINEIRO 4	1	1,3	-	-	1	1,3
Operado/a Agrícola	3	3,9	-	-	3	3,9
Operado/a Gráfico/a de Acabamentos	3	3,9	-	-	3	3,9
Operador de Armazenagem	1	1,3	-	-	1	1,3
Operador de Jardinagem	1	1,3	-	-	1	1,3
Operador(a) Agrícola-Horticultura/Fruticultura	1	1,3	-	-	1	1,3
Operador(a) de Informática	8	10,4	-	-	8	10,4
Operador/a de Jardinagem	3	3,9	-	-	3	3,9
Operador/a de Logística	1	1,3	-	-	1	1,3
Operador/a Gráfico Braille	3	3,9	-	-	3	3,9
Operador/a Gráfico de Acabamentos	1	1,3	-	-	1	1,3
Operadora de Serigrafia/Estamparia	1	1,3	-	-	1	1,3
Organização Económica dos Estados Democráticos	1	1,3	-	-	1	1,3
Pastelaria/Padaria	1	1,3	-	-	1	1,3
Serviço ao Cliente	1	1,3	-	-	1	1,3
Serviços Gerais	2	2,6	-	-	2	2,6
Técnico/a Auxiliar de Hotelaria	1	1,3	-	-	1	1,3
VIVEIRISTA	1	1,3	-	-	1	1,3
	77	100,0	-	-	77	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 132. Distribuição das respostas por género

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nível 1	25	33,3	-	-	25	33,3
Nível 2	50	66,7	-	-	50	66,7
Total	75	100,0	-	-	75	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 133. Situação face ao emprego

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Desempregados à procura de novo emprego - DLD	14	18,2	38	11,3	52	12,6
Desempregados à procura de novo emprego - Não DLD	19	24,7	176	52,5	195	47,3
Desempregados à procura do 1º emprego	20	26,0	121	36,1	141	34,2
Desempregados à procura do 1º emprego - DLD	1	1,3	-	-	1	0,2
Empregados por conta de outrem - Externos	8	10,4	-	-	8	1,9
Empregados por conta de outrem - Internos	1	1,3	-	-	1	0,2
Inactivos - A frequentarem acções de educação ou formação	5	6,5	-	-	5	1,2
Inactivos - Outros	9	11,7	-	-	9	2,2
Total	77	100,0	335	100,0	412	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 134. Remuneração

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
≤ 600€	-	-	134	40,0	134	40,0
601-700€	-	-	106	31,6	106	31,6
701-800€	-	-	34	10,1	34	10,1
801-900€	-	-	59	17,6	59	17,6
901-1000€	-	-	2	0,6	2	0,6
	-	-	335	100,0	335	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 135. Remuneração

	3.01	3.02	Total
Mínimo	480,80	480,80	480,80
Máximo	931,40	931,40	931,40
Média	655,69	655,19	655,19

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 136. Perfil de eventuais dificuldades ou limitações que possa ter e que poderão ocasionar adaptações do posto de trabalho, remoção de barreiras arquitetónicas ou outros ajustes em sede de mercado aberto de emprego:

	Não tem dificuldade		Tem alguma dificuldade		Tem muita dificuldade		Não consegue		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Andar ou subir degraus	229	55,6	126	30,6	31	7,5	24	5,8	2	0,5	412	100,0
Ouvir, mesmo usando aparelho auditivo	323	78,8	40	9,8	20	4,9	8	2,0	19	4,6	410	100,0
Ver, mesmo usando óculos ou lentes de contacto	260	63,3	118	28,7	19	4,6	4	1,0	10	2,4	411	100,0
Compreender os outros ou fazer-se entender	273	66,9	113	27,7	18	4,4	2	0,5	2	0,5	408	100,0
Tomar banho ou vestir-se sozinho	323	79,8	60	14,8	15	3,7	5	1,2	2	0,5	405	100,0
Memória e/ou concentração	230	56,8	142	35,1	31	7,7	-	-	2	0,5	405	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 137. Perfil de eventuais dificuldades ou limitações que possa ter e que poderão ocasionar adaptações do posto de trabalho, remoção de barreiras arquitetónicas ou outros ajustes em sede de mercado aberto de emprego: (3.01)

	Não tem dificuldade		Tem alguma dificuldade		Tem muita dificuldade		Não consegue		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Andar ou subir degraus	47	61,8	21	27,6	5	6,6	2	2,6	1	1,3	76	100,0
Ouvir, mesmo usando aparelho auditivo	55	72,4	8	10,5	5	6,6	5	6,6	3	3,9	76	100,0
Ver, mesmo usando óculos ou lentes de contacto	39	52,7	28	37,8	4	5,4	1	1,4	2	2,7	74	100,0
Compreender os outros ou fazer-se entender	36	50,0	27	37,5	7	9,7	1	1,4	1	1,4	72	100,0
Tomar banho ou vestir-se sozinho	58	79,5	9	12,3	4	5,5	1	1,4	1	1,4	73	100,0
Memória e/ou concentração	36	50,0	24	33,3	11	15,3			1	1,4	72	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 138. Perfil de eventuais dificuldades ou limitações que possa ter e que poderão ocasionar adaptações do posto de trabalho, remoção de barreiras arquitetónicas ou outros ajustes em sede de mercado aberto de emprego: (3.02)

	Não tem dificuldade		Tem alguma dificuldade		Tem muita dificuldade		Não consegue		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Andar ou subir degraus	182	54,2	105	31,3	26	7,7	22	6,5	1	0,3	336	100,0
Ouvir, mesmo usando aparelho auditivo	268	80,2	32	9,6	15	4,5	3	0,9	16	4,8	334	100,0
Ver, mesmo usando óculos ou lentes de contacto	221	65,6	90	26,7	15	4,5	3	0,9	8	2,4	337	100,0
Compreender os outros ou fazer-se entender	237	70,5	86	25,6	11	3,3	1	0,3	1	0,3	336	100,0
Tomar banho ou vestir-se sozinho	265	79,8	51	15,4	11	3,3	4	1,2	1	0,3	332	100,0
Memória e/ou concentração	194	58,3	118	35,4	20	6,0			1	0,3	333	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 139. As dificuldades indicadas correspondem a que tipo(s) de limitação:

	3.01		3.02		Total	
	Nº	% de casos (N=76)	Nº	% de casos N=)	Nº	% de casos (N= 393)
Não tem limitações	9	8,5	31	9,7	40	10,1
Visual	15	14,2	65	20,3	80	20,2
Auditiva	15	14,2	43	13,4	58	14,6
Intelectual	23	21,7	42	13,1	65	16,4
Motora	19	17,9	151	47,2	170	42,9
Deficiências do desenvolvimento/ Neurodiversidades/ Espectro do Autismo	10	9,4	16	5,0	26	6,6
Mais do que uma limitação/Multideficiência	6	5,7	18	5,6	24	6,1
Outra(s)	9	8,5	40	12,5	49	12,4

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 140. Outras. Quais?

	3.01	3.02	Total
Alguma dificuldade na interpretação		1	1
Andar e a Falar		1	1
As limitações que tenho são a nível da motricidade fina e força muscular do membro superior esquerdo e o facto de ter epilepsia refratária		1	1
Braço esquerdo		1	1
Cálculo	1		1
Cancro na mama		1	2
Coluna, problemas neurológicos sequelas do TCE		1	1
Concentração		1	1
Consequências deixadas pelo Cancro e processo de tratamento, nomeadamente, fadiga, dificuldades de memória, dor física.		1	1
Da fala	1		1
Deficiência auditiva		1	1
Depende dos dias dado que tenho fibromialgia		1	1
Descontrolo emocional		1	1
Doença psiquiátrica - Bipolar	1		1
Dor crónica, fadiga crónica, défice cognitivo, depressão		1	1
Epilepsia		1	1
Epilética com crises e ausências	1		1
Esclerodermia Sistémica		1	1
Esclerose múltipla primária progressiva e insuficiência renal crónica terminal		1	1
Escoliose e insuficiência respiratória	1		1
Espondilite anquilosante		1	1
Fatiga estremar outros . ..		1	1
Fazer caminhadas	1		1
Física e Mental	1		1
Gaguês		1	1
Glaucoma congénito		1	1
Movimentos ao nível dos membros superiores		1	1
Na parte da locomoção (Psoríase grave)		1	1
O nodo de falar!		1	1
Oncológicas		1	1
Paralisia Cerebral		1	3
Psicose esquizoafetiva		1	1
Psoríase Artrite Psoriática, comorbidades associadas, hipertensão, atrozes, colesterol, ansiedade, stress, ganho líquido nos joelhos, deformação articular, dificuldade em escrever, pegar peso, etc.		1	1
Relacionada com mastectomia radical e esvaziamento axilar		1	1
Reprodutora, endocrinológica		1	1
Sequelas de AVC		1	1
Sequelas de poliomielite ando com recurso a muletas/canadianas	1		1
Sequelas de uma paralisia cerebral que afetam o lado direito a nível motor/locomoção		1	1
Sou surda	1		1
Visão apenas do olho direito, e uso de óculos para melhorar a visão do direito. Problemas no desenvolvimento devido à prematuridade (25semanas), numas áreas acompanha a idade, noutras não. Memória a longo prazo comprometida, fruto da prematuridade.	1		1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 141. Independentemente das experiências de emprego que teve ao longo do seu percurso profissional encontra-se atualmente a trabalhar?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	46	59,7	114	33,9	160	38,7
Sim	27	35,1	216	64,3	243	58,8
Não sabe/Não responde	4	5,2	6	1,8	10	2,4
Total	77	100,0	336	100,0	413	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 142. Se não está a trabalhar, qual a principal razão?

	3.01	3.02	Total
60% de incapacidade		1	1
A principal razão das minhas incapacidades são devido às minhas doenças crónicas. O motivo pelo qual não estou a trabalhar é porque ainda não encontrei um emprego, veremos daqui a uns dias visto ter uma entrevista.		1	1
Acabou estágio		1	1
Adaptação		1	1
Ainda não consegui arranjar		1	1
Amputação mão direita	1		1
Aposentadoria por Esquizofrenia		1	1
Atestado Multiusos de Incapacidade		1	1
Havia de haver mais atenção e abertura de mercado e mais informação		1	1
Baixa médica		2	2
Cancro		1	1
Conhecer a pessoa com deficiência ou incapacidade e suas dificuldades		1	1
Cuidar dos meus pais, com 86 e 89 anos		1	1
Deficiência, não consigo trabalhar em qualquer ramo de trabalho		1	1
depressões , horas a mais de trabalho para as minhas capacidades		1	1
Depressão		1	1
Resultante da falta de sensibilidade da minha doença, o que esta implica, exemplo idas ao Hospital		1	1
Motivo de saúde		3	3
Frequência de uma formação profissional		1	1
Dislexia profunda, visão , incapacidade de pegar com mão esquerda ,rim único, asma, distúrbio ansioso enxaqueca ulcera gástrica		1	1
Difícil acesso de trabalho na minha área	1		1
Dificuldade a nível de braços e coluna		1	1
Dificuldade em encontrar um trabalho sobretudo feito à distância.		1	1
Dificuldade em realização das tarefas da minha profissão		1	1
Dificuldades intelectuais		1	1
Dificuldades na procura e falta de oportunidades nas áreas que procuro.		1	1
Dispensa do trabalho por extinção do local de trabalho.		1	1
Doença psiquiátrica - Bipolar		1	1
Em estado depressivo. E derivado á medicação.		1	1
Emprego adequado à dificuldade.		1	1
Empregos na minha área adequados a pessoas com deficiência motora.		1	1
Empresa anterior suspendeu a actividade		1	1
Empresa que queiram pessoas com mobilidade reduzida		1	1
Era trabalhador independente		1	1
Esclerose Múltipla		1	1
Essencialmente porque pretendo retomar a licenciatura de Psicologia e construir carreira nessa área, sem ter de apresentar como cartão de visita o Atestado Multiusos que possuo. Hoje em dia eu não tenho essa necessidade, na medida em que o meu grau de incapacidade é uma exceção, é como se de uma "baixa médica vitalícia" se tratasse (47%). No passado, sim, apresentava limitações físicas que comprometiam a minha qualidade de vida pela dor severa (60%), mas hoje em dia, a endometriose está controlada, pelo que não tenho necessidade de me fazer valer desse documento. Acrescento ainda que só o mencionei nesta Entidade Patronal pois era um requisito essencial para integrar na oferta de estágio da mesma, mas não tenciono voltar a fazê-lo, pelo menos enquanto não sentir essa necessidade. Há quem precise, portanto, deixo esse lugar vago para essas pessoas.	1		1
A tentar tirar 12º ano		1	1
Estágio Profissional		1	1
Estando ativamente à procura de emprego algumas vezes não sou selecionado para a entrevista, outras porque não tenho meio de deslocação próprio (carta de condução)		1	1
não conseguir arranjar trabalho.		1	1
Estou à espera de uma possível confirmação na segunda semana de julho.		1	1
Estudos		2	2
falta de empenho das autoridades competentes		1	1
Falta de apoio		1	1

	3.01	3.02	Total
Falta de bom senso das entidades profissionais. Mesmo que nos digam somos bons profissionais. "lamentam sempre faltas de verbas para pagar os ordenados adequados"?		1	1
Falta de carta de condução		1	1
Falta de compreensão por parte das empresas e piorei da minha limitação, estando a espera para ser operado		1	1
falta de condições adequadas		1	1
Falta de conhecimento das entidades para a minha condição		1	1
Falta de emprego para pessoas com incapacidade.		4	4
Falta de interesse por parte das empresas privadas e públicas		1	1
Falta de oferta do mercado de trabalho		1	1
Falta de oportunidades	1	2	3
falta de oportunidades e também por ser deficiente motor não posso exercer qualquer tipo de trabalho		1	1
Falta de trabalho na área profissional		2	2
Falta de um braço		1	1
Fim do estágio de inserção sem que a empresa tenha querido fazer contrato. Atualmente em formação pelo IEFP.		1	1
Final de contrato e doença		1	1
Gostaria eu de saber/Não me dão oportunidade		1	1
Idade		1	1
Idade 52 anos.		1	1
Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade atesta o objetivo do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social em promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiências e garantir o acesso a um conjunto de bens e serviços disponíveis à sociedade em geral, de forma a permitir a sua plena participação, através de políticas integradoras e práticas sustentadas.	1		1
Internamento com o meu filho.		1	1
Intransigência por parte da entidade patronal		1	1
Melhoria de serviços		1	1
Memória		1	1
Motivos de emprego		1	1
Muitas entrevistas de trabalho, zero respostas		1	1
Não consigo arranjar emprego		4	4
Não encontrar emprego adequado		1	1
Não enquadramento das entidades e IEFP		1	1
não existir oferta de emprego compatível com as minhas capacidades... ou que não seja autêntica exploração laboral...trabalhos sem condições...mal pagos e com trabalho extraordinário não remunerado		1	1
Não há Emprego para o meu caso		1	1
Não haver colocação		1	1
Não haver vagas		1	1
Não me encaixo na sociedade, odeio a sociedade		1	1
Foi diagnosticado com 60% de incapacidade porque tenho dificuldades em interagir com pessoas devido ao facto de ter passado a ter uma vida sedentária dos 18 aos 21 anos. Nem sequer saía à rua. Penso que essa seja a principal razão.		1	1
Não renovação do contrato de trabalho		1	1
Neste momento estou a tirar uma formação.		1	1
O contrato acabou e não encontrei emprego		1	1
Os meus problemas de saúde		1	1
Peso e não ter transporte	1		1
Por ser Incapacidade	1		1
porque estou de baixa médica psicológica		1	1
Porque neste momento tomo conta das minhas filhas gémeas		1	1
Portador de Esclerose Múltipla Primária Progressiva		1	1
Problemas visuais		1	1
Saber o quantas somos e as dificuldades passamos e		1	1
Saúde		1	1
Sem oportunidades		1	1
Sou estudante do curso PIEM da univ. Aveiro. Curso para deficientes		1	1
Surda		1	1
Tentar saber as limitações de cada pessoa para tentar ajudar da melhor forma.		1	1
ter mt crises nao conseguir fazer meu dia a dia		1	1
Término de contrato.		1	1
Tinha contrato a termo certo que terminou a 31/03/2022		1	1
Transportes públicos		2	2
Trissomia 21		1	1
Visual		1	1
vítima do covid19 - negociámos		1	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 143. Beneficiou de medidas de Qualificação e formação profissional?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	13	16,9	114	34,0	127	30,8
Sim	50	64,9	155	46,3	205	49,8
Não sabe/Não responde	14	18,2	66	19,7	80	19,4
Total	77	100,0	335	100,0	412	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 144. Qual considera ser o principal papel dos cursos de formação/ qualificação?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	% de casos (N=51)	Nº	% de casos (N=168)	Nº	% de casos (N= 219)
Aquisição de conhecimentos e competências técnicas/profissionais	2	3,9	3	1,8	5	2,3
Inserção no mercado de trabalho	39	76,5	114	67,9	153	69,9
Qualificação e progressão profissional	30	58,8	93	55,4	123	56,2
Outra	12	23,5	36	21,4	48	21,9
Não sabe/Não responde	1	2,0	3	1,8	4	1,8

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 145. Outras. Quais?

	3.01	3.02	Total
Muito importante na área Assistente Administrativo	1	-	1
para ter mais conhecimento para um futuro trabalho	1	-	1
retirar pessoas da lista de desempregados...dar dinheiro a ganhar a amigos do sistema, e reeducar as pessoas pelas regras da ditadura	1	-	1
Sem grande utilidade que não seja a subsidiação	-	1	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 146. Quantos cursos de formação/qualificação realizou?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não sabe/Não responde	6	11,8	24	15,1	30	14,3
1	12	23,5	53	33,3	65	31,0
2 a 4	23	45,1	56	35,2	79	37,6
5 a 6	5	9,8	14	8,8	19	9,0
7 a 8	3	5,9	4	2,5	7	3,3
>8	2	3,9	8	5,0	10	4,8
Total	51	100,0	159	100,0	210	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 147. Em que áreas realizou cursos de formação/qualificação?

	Total
12º ano Curso Profissional de Informática Esc. D.Manuel I	1
A.B.P.G em gouveia	3
Ação educativa	1
Acção social	1
Administração	1
Administração e Gestão	1
Administrativa	8
Afac	1
Agrícola	2
Agricultura biológica	1
Agricultura e jardinagem	1
Ajudante de Carpintaria	2
Ajudante de cozinha	2
Alemão	1
Ambiente	1
Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - Conceitos Básicos	1
Animação 2D E 3D	1
Animação turística	1
Animador Sociocultural	1
Apoio a gestão	1
Apoio á infância	1

	Total
Apoio às lides domésticas	1
Arquitectura	1
Arquivo e circuito documental	1
Artes Gráficas	4
Artesanato	1
Assistente administrativo	11
Assistente Familiar de Apoio á Comunidade	3
Atendimento ao Cliente	1
Atendimento empresarial	1
Atividade física de Inclusão	1
Atualização em Medicina Legal	1
Audiovisual	1
AutoCad	1
Auxiliar de Farmácia e parafarmácia	1
Bordados	1
Cabeleireiro	2
Calçado	1
Carpintaria	1
Carpinteiro de limpos	2
CCP	3
CEAC	1
Chefes de linha	1
Competências Básicas de Leitura e Escrita - Aprofundamento	1
Competências Básicas de Leitura e Escrita - Consolidação	1
Competências Básicas de Leitura e Escrita - Iniciação	1
Competências digitais	1
Computação	1
Computador	1
Comunicação Assertiva	1
Comunicação Assertiva e Técnicas de Procura de Emprego	1
Comunicação com a pessoa idosa	1
Comunicação interpessoal e assertividade	1
Condução de empilhadores / monta-cargas	1
Condução e segurança de empilhadores	1
Contabilidade	6
Contínuo	1
cozinha	6
Criação de sites web 206	1
Cuidadora de crianças e jovens dos 0 aos 18 anos	1
Cuidados com o cabelo	1
cuidados de saúde	1
Dança	1
Dermocosmética	1
Design	2
Design digital	1
Design gráfico	1
Design sobrancelha	1
Desporto	1
Desporto e bem estar	1
Direito do Trabalho	1
Direitos das crianças	1
Educação	2
Eletrónica	1
Embelezamento do rosto	1
Empreendedorismo	7
Emprega de Andares	4
Energias renováveis	1
Engenharia de produção	1
Equinos - Tratador/Desbastador	1
Ergonomia no posto de trabalho	2
escrita criativa	1
Espanhol	1
Espanhol	2
Estamparia serigrafia	1

	Total
Estética	2
Excel	3
Ferramentas de produtividade e colaboração.	1
Fiscalidade	1
Fisioterapia - Técnico auxiliar	1
Floricultura e Jardinagem	1
Folha de Cálculo	1
Formador de Formandos	1
Fotografia	1
Geriatria	3
Gerontologia	1
Gestão da Produção	1
gestão de conflitos	1
Gestão de Emergência no local de trabalho	1
Gestão de Empresas	1
Gestão de projectos	1
Gestão de recursos humanos	2
Gestão de riscos psicossociais	1
Gestão de stock	1
Gestão e contabilidade	1
Gestão e Marketing	1
Gestão Hoteleira	1
Hidroterapia	1
Higiene, segurança do trabalho	6
Higiene e segurança alimentar	3
HND Cinema e Televisão	1
Hotelaria	4
HTML	1
Ideias e oportunidades de negócio	1
Índice Máximo	1
informática	21
Informatica de gestão	1
Informática na ótica de utilizador	1
Inglês	7
Instalação e manutenção de sistemas informáticos	1
Introdução à Sexologia Forense	1
Introdução ao SNC	1
Italiano	1
Jardinagem	9
Kayak	1
Lavagem/lubrificação de veículos	1
Licenciatura em direito	1
Limpeza	1
Língua Alemã	1
Língua Francesa	2
Línguas	1
Literatura Digital- iniciação.	1
Logística	3
Manicure	1
Marketing	2
Marketing digital	3
Marketing e Merchandising	1
Marketing em Inglês (online)	1
Massagem na cadeira	1
Massoterapia	1
Master de laser	1
Mecânica	2
Mecânica de serviços rápidos.	1
Mestrado em Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	1
Montador de pneus.	1
Montagem e Acabamento de calçado	1
Multimédia	2
Nos 3rs	1
Notarial	1

	Total
Operador Agrícola	1
Operador de aparelhos de tinturaria	1
Operador de Informática	4
Operador de Madeira e acabamentos de Mobiliário	1
Operador de Manutenção Hoteleira	1
Operador logística	1
Operadora de armazém	1
Operadora Gráfica de Braille	2
Organização do Trabalho	1
Organização Pessoal e Gestão do Tempo (Nº404/CNQ)	1
Os fundamentos de Marketing.	1
Ourivesaria	3
Ovinos, Suínos e Bovinos	1
Padaria pastelaria	5
Pedicure	1
Percurso de Apoio à Gestão	1
Personal trainar	1
Pilates	1
Planos de Contingência	1
Pós graduação em processos de fabricação	1
Pós-graduação Desporto para populações Especiais	1
Possessor de texto	1
Práticas administrativas crpg	1
Práticas e técnicas comerciais	1
Prevenção contra incêndios	2
Primeiros Socorros	2
Princípios de ergonomia e prevenção de acidentes e doenças profissionais.	1
procura de emprego	1
Produtos Profissionais Mistolin higiene e limpeza	1
Programação	1
Qualidade	2
Qualificação de serviços administrativos em varias áreas	1
Recepcionista de hotel	1
Redes Informáticas	1
Restauração	1
Robótica e Automação Industrial	1
Saúde	4
Saúde , Técnicas Básicas aos Acidentes	1
Secretariado	7
Segurança e saúde no trabalho	1
Sensibilização em higiene e segurança do trabalho	1
Serralharia Civil	1
serralheiro	1
Serviço de Andares	1
Serviços de Apoio	1
Serviços Gerais	2
SNC	1
Suporte Básico de vida	1
Tat + desencarceramento	1
Tecelagem	1
Técnica Administrativa	1
Técnica auxiliar de farmácia	1
Técnica de agência e viagens	1
Técnica de informação e informática	1
Técnica de logística	1
Técnica de proteção civil	1
Técnicas Administrativas	1
Técnicas de laser	1
Técnicas de marketing digital e gestão de redes socias	1
Técnico agrário	1
Técnico apoio gestão	2
Técnico auxiliar de saúde	2
Técnico da qualidade	1
técnico de apoio familiar e de apoio à comunidade	2

	Total
Técnico de Audiovisuais	1
Técnico de Cartografia e Desenho	1
Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade	1
Técnico de Desenho Gráfico nível IV	1
Técnico de Design Gráfico	1
Técnico de Gestão Autárquica	1
Técnico de Informática	1
Técnico de Multimédia	2
Técnico de qualidade com equivalência ao 12 ano	1
Técnico e especialista em redes e Programação de Sistemas Informáticos	1
Técnico em mecânica	1
Técnico em meio ambiente	1
Técnico HCCPP	1
Técnico profissional de Turismo	1
Técnico/a de Ação Educativa	2
Tecnisign	1
tipos de comunicação	1
Turismo	2
Vigilante	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 148. Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	13	26,5	19	12,3	32	15,7
Sim	31	63,3	117	75,5	148	72,5
Não sabe/Não responde	5	10,2	19	12,3	24	11,8
Total	49	100,0	155	100,0	204	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 149. Correspondeu a uma certificação de nível:

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
I (percurso A)	6	18,8	14	12,4	20	13,8
II (percurso B)	8	25,0	15	13,3	23	15,9
Não sabe/Não responde	18	56,3	84	74,3	102	70,3
Total	32	100,0	113	100,0	145	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 150. Em que área de certificação:

	Total
12º Ano	1
Acção social	1
Administrativa	4
Afac	1
Animador Sociocultural nível III	1
apoio à infância	1
aptidões profissonais	1
Artesanato	1
Assistente administrativo	2
Atendimento ao público	1
Auxiliar cozinha	1
Auxiliar de crianças e apoio à gestão	1
Cálculo	1
Carpinteiro de limpos	1
Com esta formação que estou a frequentar agora de Técnico/a de Ação Educativa vou passar a ter nível IV.	1
Comércio	1
Computação	1
Contabilidade	1
Contínuo	1
Cozinha	1
Deficiência	1
Design gráfico	4

	Total
Desporto	1
Direito do Trabalho, Mkt, Informática de utilizador	1
eletrónica	1
Engenharia de produção	1
Formadora	1
Gestão	2
Gestão da Produção	1
Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente IV	1
Hotelaria	1
Informática	3
Informática Nível 5	1
Jardinagem	1
Marceneiro	1
Montagem de pneus	1
Multimédia	1
Nível III secretariado	1
Nível IV, em todas as formações	1
Operador de Madeira e acabamentos de Mobiliário	1
operador de manutenção hoteleira	1
Padaria pastelaria	1
Programação	1
Qualidade	1
Recursos humanos	1
Saúde	2
Secretariado	3
Segurança e saúde no trabalho	1
Segurança privada	1
serralharia	1
Serviço Social	1
Técnicas Administrativas nível IV	1
Técnicas de Qualidade	1
Técnico agrário	1
Técnico auxiliar de saúde	1
Turismo	2
Turismo e Saúde	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 151. No seu caso em concreto, como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não sabe/Não responde	4	7,8	3	1,9	7	3,4
Nada importantes	3	5,9	6	3,9	9	4,4
Pouco importantes	7	13,7	13	8,4	20	9,8
Importantes	22	43,1	71	46,1	93	45,4
Muito importantes	15	29,4	61	39,6	76	37,1
Total	51	100,0	154	100,0	205	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 152. Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional?

	3.01	3.02	Total
Mais formação		1	1
12 ano		1	1
a formação devia ser constante principalmente na área digital, pois está em constante mudança		1	1
A inserção no mercado de trabalho		1	1
A obrigação de cursos superiores a dois anos adquirirem o 12° ano.		1	1
Ajudante de Cozinha		1	1
Aprender mais sobre uma determinada área profissional com uma melhor preparação para o Mercado de trabalho		1	1
aprofundar mais a formação		1	1
Áreas diferentes de formação		1	1
arranjar trabalho apos a formação	1		1
As adaptações das atividades a realizar, face às nossas limitações.	1		1
As saídas profissionais, não há preocupação em integrar as pessoas no mercado de trabalhoe		1	1
Cada vez mais temos que trabalhar no que se refere valores humanos das pesooas		1	1
conteúdos mais dirigidos às necessidades das empresas		1	1

	3.01	3.02	Total
Cooperação com empresas e principalmente com serviços publicos	1		1
cursos com mais horas		1	1
cursos mais adequados à realidade do mercado de trabalho	1		1
Dar seguimento à empregabilidade	1		1
Dar trabalho depois do Curso		1	1
Depois da formação haver uma garantia para a inserção no mercado de trabalho. Andar de formação em formação e não haver inserção, a formação não passa disso mesmo, formação…		1	1
DEVERIA SER ACRESCENTAOA A SENSIBILIZAÇÃO PARA A HIGIENE PESSOAL		1	1
Deveriam levar em consideração a coordenação da formação num todo.	1		1
Devia ser aplicado uma percentagem mínima de empregabilidade, inclusão, cada processo ser seguido individualmente na procura de soluções, atualmente os cursos não tem a finalidade, um propósito, fazer cursos sem uma finalidade tem consequências nefastas, não existe formações financiadas para quem quer aumentar qualificações, por exemplo cursos ctesp, existe um foco excessivo na conclusão de quem não tem 12º, cursos no âmbito da deficiência e incapacidade devia ter uma taxa mínima de empregabilidade, assim como os cursos fora deste âmbito, é como ter a laranja mas a mesma não tem sumo, os cursos não tem substancia		1	1
Deviam ser atualizados os programas curriculares		1	1
escolher formações em áreas mais atuais da sua geração	1		1
Esta bom.. Não tenho nada a apresentar .		1	1
Falta de compreensão		1	1
Fazer cursos integrados c encaixe profissional direto!		1	1
Formação Cuidados de Crianças		1	1
Formação deixar a teoria -do nada que existe porque não existe- e passar para a prática qualitativa do real.		1	1
Formação devidamente acompanhada para obter bons resultados.	1		1
Futuro vou ser repositora de mercado em pingo doce	1		1
Haver mais apoio para pessoas com incapacidades	1		1
Haver mais curso do 12 ano para pessoas com deficiência		1	1
maior adequação dos cursos em que as pessoas são inseridas, as capacidades, perspectivas, e ideias dos formandos	1		1
maior aprofundamento das matérias		1	1
Maior componente prática		1	1
maior coordenação com as empresas		1	1
Maior número de horas praticas		1	1
Mais adaptados ao mercado laboral atual	1		1
Mais aulas práticas	1		1
mais conhecimento		1	1
Mais cussos práticos com as devidas condições logísticas.	1		1
Mais formação e mais conhecimento		1	1
mais importante adequar a oferta formativa á procura do mercado de trabalho, "garantir" (selecionar) entidades patronais que estejam mais interessadas nas pessoas e não tanto na mão de obra ...		1	1
Mais pratica, e menos teórica		1	1
Mais Práticas menos teórica mais tempo de Formação em contexto de trabalho.		1	1
Melhor acesso a formação e redução de custos		1	1
Melhores apoios	1		1
Melhores condições quando se passa de estágios para o mundo profissional		1	1
Menos horas		1	1
No fim dar o emprego		1	1
O acesso ao nível superior, no meu caso possuo o nível IV e pretendo dar continuidade para obter o nível V ou VI considero ter experiência profissional. Apesar das tentativas o acesso por vinculo da experiência profissional adquirida não é um fator considerado		1	1
O estágio		1	1
O modelo de ensino tradicional		1	1
Os cursos deveriam ter conteúdos programáticos mais aproximados do contexto efetivo e real de trabalho		1	1
Os Cursos deviam estar de acordo com as necessidades das empresas de cada região a serem administradas		1	1
Os estágios		1	1
Os trabalhadores contratados, por entidades publicas, no âmbito da medida emprego apoiado em mercado aberto, deveriam beneficiar da ADSE. É uma barreira que é colocada e não deveria ser, tendo em conta a igualdade de direitos no local de trabalho e ainda mais quando se trata de pessoas com deficiência		1	1
Para já, há poucos cursos, ou pouca variedade de cursos. No entanto nos cursos em que frequentei a maior dificuldade foi arranjar trabalho para me inserir. Principalmente porque ainda há muito estereótipo em relação ás pessoas com deficiência, para já não falar que hoje em dia as pessoas entram nos empregos ou com cunhas, ou já tem que ter uma experiência de trabalho vasta. Os cursos de formação profissional deviam ter estágio profissional mais longos nas empresas.		1	1
Podiam ajudar		1	1
Quem os gere		1	1
Sim devíamos de ter mais formações		1	1
Talvez devessem ficar mais pessoas colocadas nos locais onde estagiaram.		1	1

	3.01	3.02	Total
Ter cursos que tem uma oportunidade de trabalho		1	1
ter um carro virem buscar o pessoal	1		1
Termos mais horas de prática em contexto de trabalho		1	1
Todo o sistema...	1		1
Terem mais paciência	1		1
UFCD com mais horas de Ciências Humanas, Ética e Deontologia	1		1
Um maior acompanhamento e Fiscalização por parte do IEFP		1	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 153. Beneficia/Beneficiou de medidas de apoio ao emprego?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	33	43,4	88	26,4	121	29,6
Sim	27	35,5	185	55,6	212	51,8
Não sabe/Não responde	16	21,1	60	18,0	76	18,6
Total	76	100,0	333	100,0	409	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 154. Por qual tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	% de casos (N= 29)	Nº	% de casos (N= 181)	Nº	% de casos (N= 210)
Orientação e avaliação	5	17,2	12	6,6	17	8,1
Apoio à colocação	10	34,5	36	19,9	46	21,9
Acompanhamento pós-colocação	3	10,3	15	8,3	18	8,6
Estágio profissional	8	27,6	52	28,7	60	28,6
Estágio – Inserção	4	13,8	41	22,7	45	21,4
Estágio-emprego	3	10,3	23	12,7	26	12,4
Emprego protegido	1	3,4	7	3,9	8	3,8
Contrato-emprego inserção	8	27,6	47	26,0	55	26,2
Contrato-emprego apoiado em mercado aberto	3	10,3	36	19,9	39	18,6
Outra	7	24,1	23	12,7	30	14,3

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 155. Quantas experiências profissionais teve no passado?

	3.01	3.02	Total
0	4	8	12
1	6	42	48
2	4	25	29
3	3	31	34
4	2	16	18
5	3	15	18
6	2	4	6
7	-	4	4
8	-	2	2
9	-	1	1
10	-	4	4
Algumas	-	2	2
informática	-	1	1
Mais de 10	1	-	1
Muitas	-	1	1
Poucas	-	1	1
Várias	-	2	2

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 156. Há quanto tempo está/ esteve a exercer funções na(s) entidade (s) empregadora (s)?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	% de casos (N= 19)	Nº	% de casos (N= 113)	Nº	% de casos (N= 134)
Experiência profissional 1						
<1 ano	9	47,4	36	31,9	45	34,1
Entre 1 ano e 2 anos	4	21,1	37	32,7	41	31,1
Entre 2 anos e 3 anos	5	26,3	21	18,6	26	19,7
>3 anos	6	31,6	29	25,7	35	26,5
Não de aplica	3	15,8	2	1,8	5	3,8
	Nº	% de casos (N= 19)	Nº	% de casos (N= 52)	Nº	% de casos (N= 71)
Experiência profissional 2						
<1 ano	2	15,4	14	26,9	16	24,6
Entre 1 ano e 2 anos	2	15,4	24	46,2	26	40,0
Entre 2 anos e 3 anos	1	7,7	7	13,5	8	12,3
>3 anos	5	38,5	12	23,1	17	26,2
Não de aplica	4	30,8	1	1,9	5	7,7
	Nº	% de casos (N= 9)	Nº	% de casos (N= 29)	Nº	% de casos (N= 38)
Experiência profissional 3						
<1 ano	2	22,2	11	31,4	13	34,2
Entre 1 ano e 2 anos	2	22,2	9	25,7	11	28,9
Entre 2 anos e 3 anos	2	22,2	5	14,3	7	18,4
>3 anos	2	22,2	10	28,6	12	31,6
Não de aplica	2	22,2	-	-	2	5,3
	Nº	% de casos (N= 7)	Nº	% de casos (N= 26)	Nº	% de casos (N= 33)
Experiência profissional 4						
<1 ano	2	28,6	11	42,3	13	39,4%
Entre 1 ano e 2 anos	1	14,3	5	19,2	6	18,2%
Entre 2 anos e 3 anos	1	14,3	1	3,8	2	6,1%
>3 anos	1	14,3	8	30,8	9	27,3%
Não de aplica	2	28,6	2	7,7	4	12,1%
	Nº	% de casos (N= 8)	Nº	% de casos (N= 22)	Nº	% de casos (N= 30)
Experiência profissional 5						
<1 ano	2	25,0	12	54,5	14	46,7
Entre 1 ano e 2 anos	2	25,0	3	13,6	5	16,7
Entre 2 anos e 3 anos			2	9,1	2	6,7
>3 anos	2	25,0	5	22,7	7	23,3
Não de aplica	2	25,0	1	4,5	3	10,0
	Nº	% de casos (N= 11)	Nº	% de casos (N= 73)	Nº	% de casos (N= 84)
Experiência profissional Atual						
<1 ano	4	36,4	19	26,0%	23	27,4
Entre 1 ano e 2 anos	2	18,2	12	16,4%	14	16,7
Entre 2 anos e 3 anos	1	9,1	19	26,0%	20	23,8
>3 anos	3	27,3	33	45,2%	36	42,9
Não de aplica	4	36,4	4	5,5%	8	9,5

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 157. Como integrou a entidade empregadora?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fui encaminhado/a através de um Centro de Recursos	2	7,4	19	10,5	21	10,1
Fui encaminhado/a através do IEFP	7	25,9	47	26,0	54	26,0
Candidatei-me por iniciativa própria	7	25,9	47	26,0	54	26,0
Realizei um Estágio	5	18,5	48	26,5	53	25,5
Outro meio	6	22,2	20	11,0	26	12,5
Total	27	100,0	181	100,0	**208**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 158. Outro meio. Qual?

	3.01	3.02	Total
ACAPO		1	1
Administrativo		1	1
Associação Paralisia Cerebral do Porto	1		1
Associação Salvador		1	1
Assol		1	2
Candidatei-me 5 vezes por iniciativa própria e uma vez fui apoiado pelo IEFP	1		1
CEERIA - Centro de Educação Especial, Reabilitação e Integração de Alcobaça		1	1
CEI+ e Estágio de inserção		1	1
Centro de Formação do Centro de paralisia cerebral de Beja	1		1
CRPG		1	1
CRPG- Gaia		1	1
Entidade patronal atual		1	1
estágio com administrativo e apoio à exportação, mas se iefp fiscaliza-se fiz mais do que isso.		1	1
Estágio trampolim associação salvador		1	1
Foi-me proposto este contrato profissional.		1	1
Fundação Padre Luís		1	1
IEFP - Coimbra		1	1
Já me encontrava a trabalhar na entidade e mudei de função dentro da mesma entidade		1	1
Lousã		1	1
Maia	1		1
Polo de Ribeirão		1	1
Recepcionista/guia		1	1
Santa Casa da Misericórdia do Porto - CIAD	1		1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 159. Como descreve o seu processo de adaptação à entidade empregadora nos seguintes aspetos:

	Muito difícil		Difícil		Fácil		Muito fácil		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Adaptação ao posto de trabalho	4	1,9	30	14,1	115	54,0	60	28,2	4	1,9	213	100,0
Relação com os/as colegas de trabalho	3	1,4	16	7,7	106	50,7	83	39,7	1	0,5	209	100,0
Adaptação às normas da entidade empregador	4	1,9	18	8,6	121	57,9	62	29,7	4	1,9	209	100,0
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	6	2,8	22	10,4	122	57,8	56	26,5	5	2,4	211	100,0
Relações com a(s) chefia(s)	7	3,3	13	6,2	118	56,2	70	33,3	2	1,0	210	100,0
Condições de acessibilidade	6	2,9	23	11,0	120	57,1	55	26,2	6	2,9	210	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 160. Como descreve o seu processo de adaptação à entidade empregadora nos seguintes aspetos: (3.01)

	Muito difícil		Difícil		Fácil		Muito fácil		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Adaptação ao posto de trabalho	2	7,1	2	7,1	15	53,6	8	28,6	1	3,6	28	100,0
Relação com os/as colegas de trabalho			2	7,1	15	53,6	11	39,3			28	100,0
Adaptação às normas da entidade empregador	1	3,6	2	7,1	17	60,7	7	25,0	1	3,6	28	100,0
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	1	3,6	1	3,6	15	53,6	9	32,1	2	7,1	28	100,0
Relações com a(s) chefia(s)	1	3,6	1	3,6	15	53,6	9	32,1	2	7,1	28	100,0
Condições de acessibilidade	1	3,6	4	14,3	16	57,1	5	17,9	2	7,1	28	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 161. Como descreve o seu processo de adaptação à entidade empregadora nos seguintes aspetos:

	Muito difícil		Difícil		Fácil		Muito fácil		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Adaptação ao posto de trabalho	2	1,1	28	15,1	100	54,1	52	28,1	3	1,6	185	100,0
Relação com os/as colegas de trabalho	3	1,7	14	7,7	91	50,3	72	39,8	1	0,6	181	100,0
Adaptação às normas da entidade empregador	3	1,7	16	8,8	104	57,5	55	30,4	3	1,7	181	100,0
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	5	2,7	21	11,5	107	58,5	47	25,7	3	1,6	183	100,0
Relações com a(s) chefia(s)	6	3,3	12	6,6	103	56,6	61	33,5	-	-	182	100,0
Condições de acessibilidade	5	2,7	19	10,4	104	57,1	50	27,5	4	2,2	182	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 162. Nos aspetos em que respondeu difícil ou muito difícil, indique os principais motivos para tal.

	Total
A entidade empregadora pôs me numa actividade que não era a minha e não tinha condições para eu trabalhar com um braço que não faz nada.	1
A minha relação com os colegas não era a melhor dada a sua incapacidade de comunicação; o desconhecimento de fatores relativos às minhas doenças crónicas. A minha dificuldade em adaptar-me ao emprego no qual sou licenciada.	1
Adaptação com o trabalho foi porque nunca tinha feito com os colegas e só com alguns porque todos querem mandar	1
Alguns trabalhos exigem esforço motor	1
Arrogância, humilhação, desprezo pela minha doença, como ser humano, fui prejudicado monetariamente e na saúde	1
As burocracias obrigatórias (desnecessárias) da função pública.	1
As instalações têm barreiras arquitetónicas quer nos acessos quer nas instalações sanitárias. A solução foi o teletrabalho.	1
Barreiras arquitetónicas nos wcs, elevadores que avariam frequentemente.	1
Características pessoais dos colegas e barreiras da comunicação (máscaras, barreira de acrílico, salas em eco/com ruído)	1
Custava-me a adaptar ao trabalho	1
Degraus	1
degraus e habituação à disposição do mobiliário existente	1
Demasiada carga de trabalho para alguém com handicaps e descriminação constante e gozo até com as incapacidades por parte das chefias	1
Demasiada pressão, realizar funções não descritas no contrato, etc.	1
Dificuldade de a chefia/responsável aceitar o facto de uma pessoa deficiente estar a exercer o cargo	1
Embora alguns conteúdos fossem abordados no curso em contexto laboral e diferente.	1
Estrutura complexa com muitas funções; não me desloco para o emprego sozinha e por vezes escorrego quando o chão está molhado	1
Exigências patronais	1
Falta d comunicação, língua gestual e gestos	1
Falta de acesso por escadas	1
Falta de compreensão.	1
Falta de comunicação	1
falta de elevador	1
Falta de organização. Falta de funcionários, falta de respeito	1
Falta mais acessibilidades de acesso dentro das empresas	1
Feitio do Diretor Geral que usava muitos palavrões e chantagem moral aos subordinados.	1
Feito complicado do patrão	1
Inexistente (estrutura, chefia, normas). Foi como dar a cara por uma estrurura fantasma	1
Ma acessibilidade, muito longe	1
Memória	1
Mobilidade reduzida	1
Muita burocracia, distância física	1
Na entidade empregadora existe o preconceito de que quem vem pelo centro de emprego com apoios à colocação é alguém inferior que não tem direitos como os colegas que fazem parte da organização. Logo isso é motivo para nos estarem sempre a lembrar que apesar de nos exigirem o mesmo que aos colegas não temos direito a férias nem subsídio de férias ou de natal no primeiro ano de trabalho. Mas ao mesmo tempo são capazes de nos deixar sozinhos a assegurar um trabalho de atendimento ao público presencialmente quando todas as pessoas vão de férias. É a humilhação constante que gera mau estar, discriminação e depressões. Como antes de ficar no desemprego pela primeira vez tive ao longo desses anos nessa organização um bom ambiente onde dava gosto trabalhar, sei ver a diferença: se sou ou não respeitada. E neste último posto de trabalho, senti que gostavam do meu trabalho, mas não me valorizavam. Notei que o que lhes dá jeito nessas colocações é o dinheiro que podem poupar nas despesas com os recursos humanos e outros benefícios que poderão usufruir. Resumindo: Gostei muito do trabalho, mas detestei o ambiente em que tive de o desempenhar.	1
Nao Estacada adaptada so question me esperava. A ninja colega as vexes fala Como nao me fala	1
Não tenho grandes dificuldades	1
Nas instalações anteriores existiam escadas de acesso.	1
No contexto de PME's a grande maioria não tem uma gestão sensibilizada para as questões das Pessoas com Deficiência. Em alguns casos que presenciei e tomei conhecimento importam-se apenas com o apoio estatal que poderão receber.	1
normas de utilização de wc	1
O transporte, que depois foi resolvido pela instituição.	1
Passeio	1
Personalidade difícil da chefia	1
pessoas pouco abertas à diferença	1
Problemas de comportamento e execução de tarefas	1
Tive alguma dificuldade com colegas de trabalho pois não entendiam os meus limites e algumas vezes "abusavam" da minha bondade	1
Total ausência de adaptações	1
Trabalhar com cerca de 50 pessoas quase em simultâneo; Aprendizagem de vários sistemas ou programas informáticos ao mesmo tempo sem formação apropriada mas apenas pelo passa a palavra entre colegas; Diferentes ritmos de trabalho onde apesar de eu mais velha e das mais novas na entidade apresento mais lentidão na aprendizagem e "desistem" ou tratam mal por não aprender ao mesmo ritmo. Falta de recursos humanos faz com que não haja tempo para uma melhor aprendizagem ou aprendizagem acompanhada por maior período de tempo, é tudo à velocidade da luz, sem tempo para lanchar , sem tempo para respirar por vezes com tantas tarefas para um só dia.	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 163. Houve necessidade de adaptação do seu posto de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	22	78,6	153	83,6	175	82,9
Sim	3	10,7	23	12,6	26	12,3
Não sabe/Não responde	3	10,7	7	3,8	10	4,7
Total	28	100,0	183	100,0	211	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 164. Como avalia a preparação da sua entidade empregadora para a integração profissional de pessoas com deficiência/incapacidade nos seguintes itens:

	Muito má		Má		Boa		Muito Boa		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Motivação e sensibilidade para o emprego de pessoas com deficiência/incapacidade	12	5,7	16	7,6	94	44,5	77	36,5	12	5,7	211	100,0
Recetividade para as adaptações razoáveis	6	2,9	14	6,7	103	49,3	67	32,1	19	9,1	209	100,0
Preparação organizacional da entidade para integrar a diferença	7	3,4	21	10,1	96	46,2	66	31,7	18	8,7	208	100,0
Nível de tratamento igualitário no que concerne a todos os direitos face aos demais trabalhadores (p.ex., progressão na carreira, acesso a cargos de dirigentes, promoções remuneratórias,...)	9	4,3	22	10,5	86	41,1	63	30,1	29	13,9	209	100,0
Recetividade para flexibilização do horário de trabalho para eventuais comparências em consultas, tratamentos, terapias,...	6	2,9	15	7,2	81	38,9	95	45,7	11	5,3	208	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 165. Como avalia a preparação da sua entidade empregadora para a integração profissional de pessoas com deficiência/incapacidade nos seguintes itens: (TO 3.01)

	Muito má		Má		Boa		Muito Boa		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Motivação e sensibilidade para o emprego de pessoas com deficiência/incapacidade	3	10,7	2	7,1	11	39,3	10	35,7	2	7,1	28	100,0
Recetividade para as adaptações razoáveis	1	3,7	2	7,4	13	48,1	8	29,6	3	11,1	27	100,0
Preparação organizacional da entidade para integrar a diferença	2	7,4	4	14,8	10	37,0	9	33,3	2	7,4	27	100,0
Nível de tratamento igualitário no que concerne a todos os direitos face aos demais trabalhadores (p.ex., progressão na carreira, acesso a cargos de dirigentes, promoções remuneratórias,...)	2	7,4	3	11,1	11	40,7	8	29,6	3	11,1	27	100,0
Recetividade para flexibilização do horário de trabalho para eventuais comparências em consultas, tratamentos, terapias,...	2	7,7	2	7,7	9	34,6	10	38,5	3	11,5	26	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 166. Como avalia a preparação da sua entidade empregadora para a integração profissional de pessoas com deficiência/incapacidade nos seguintes itens:

	Muito má		Má		Boa		Muito Boa		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Motivação e sensibilidade para o emprego de pessoas com deficiência/incapacidade	9	4,9	14	7,7	83	45,4	67	36,6	10	5,5	183	100,0
Recetividade para as adaptações razoáveis	5	2,7	12	6,6	90	49,5	59	32,4	16	8,8	182	100,0
Preparação organizacional da entidade para integrar a diferença	5	2,8	17	9,4	86	47,5	57	31,5	16	8,8	181	100,0
Nível de tratamento igualitário no que concerne a todos os direitos face aos demais trabalhadores (p.ex., progressão na carreira, acesso a cargos de dirigentes, promoções remuneratórias,...)	7	3,8	19	10,4	75	41,2	55	30,2	26	14,3	182	100,0
Recetividade para flexibilização do horário de trabalho para eventuais comparências em consultas, tratamentos, terapias,...	4	2,2	13	7,1	72	39,6	85	46,7	8	4,4	182	100,0

Quadro 167. Qual o regime de contrato de trabalho que detém?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não sabe / Não responde	9	33,3	19	10,3	28	13,3
Termo incerto	4	14,8	23	12,5	27	12,8
Termo certo	5	18,5	45	24,5	50	23,7
Sem termo (vulgo contrato efetivo)	1	3,7	56	30,4	57	27,0
Prestação de serviços	1	3,7	4	2,2	5	2,4
Estágio profissional	3	11,1	22	12,0	25	11,8
Outro	4	14,8	15	8,2	19	9,0
Total	27	100,0	184	100,0	**211**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 168. Outro. Qual?

	3.01	3.02	Total
Atividade Social ou de Saúde, celebrados no âmbito da Medida Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (Portaria nº82- C/2020de 31 de Março)	-	1	1
Atualmente reformado por invalidez.	-	1	1
CEI	1	-	1
Contrato Emprego Inserção +	-	1	1
Desempregado	2	1	3
Estágio trampolim-Associação Salvador	-	1	1
Estágio-inserção	-	2	2
Estágios nos cursos	-	2	2
Próprio	-	1	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 169. Qual a modalidade do trabalho que exerce?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não sabe/Não responde	5	38,5	8	6,3	13	9,4
Tempo parcial	2	15,4	10	7,9	12	8,6
Tempo integral	6	46,2	108	85,7	114	82,0
Total	13	100,0	126	100,0	**139**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 170. Em média, qual foi a sua última remuneração mensal líquida? (Considere o montante recebido depois de deduzidos os impostos)

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não sabe/Não responde	4	14,8	10	5,4	14	6,6
≤ 600€	13	48,1	46	24,9	59	27,8
601-700€	6	22,2	51	27,6	57	26,9
701-800€	2	7,4	31	16,8	33	15,6
801-900€	2	7,4	21	11,4	23	10,8
901-1000€			13	7,0	13	6,1
>1000€			13	7,0	13	6,1
Total	27	100,0	185	100,0	**212**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 171. Comparativamente aos funcionários sem deficiência/incapacidade que realizam as mesmas funções, considera que a sua remuneração é:

	Muito baixa		Baixa		Elevada		Muito Elevada		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
3.01	5	18,5	8	29,6	7	25,9	-	-	7	25,9	27	100,0
3.02	14	7,7	55	30,2	20	11,0	2	1,1	91	50,0	182	100,0
Total	19	9,1	63	30,1	27	12,9	2	1,0	98	46,9	209	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 172. Ao nível da progressão de carreira, considera que os seus colegas de trabalho sem deficiência/incapacidade tendem a ser promovidos mais vezes?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	13	46,4	74	40,2	87	41,0
Sim	6	21,4	67	36,4	73	34,4
Não sabe/Não responde	9	32,1	43	23,4	52	24,5
Total	28	100,0	184	100,0	212	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 173. Ao Alguma vez requereu o estatuto de teletrabalho?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	2	7,4	32		34	16,0
Não	25	92,6	153	17,3	178	84,0
Total	27	100,0	185	82,7	212	100,0
				100,0		

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 174. Qual foi o resultado desse pedido?

	3.01	3.02	Total
Concedido pontualmente	-	1	1
Exerço	-	1	1
Foi aceite	-	13	13
Aceite. Covid-19	1	5	6
Foi-me negado, quando já era praticado por outras colegas.	-	1	1
Impossibilidade da Cuidadora Informal me acompanhar	-	1	1
Na empresa anterior não foi bem aceite, e "convidaram-me" a ir para o escritório.	-	1	1
Negativo	-	1	1
Recusaram, dizendo que não lhes era possível ter mais colaboradores com esse estatuto.	-	1	1
Rejeitado. Só aplicado quando obrigatório (covid-19)	-	1	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 175. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho:

	1- Muito insatisfeito/a		2 - Insatisfeito/a		3- Satisfeito/a		4 – Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Condições gerais de trabalho.	8	3,9	13	6,4	105	51,5	73	35,8	5	2,5	204	100,0
Tipo de contrato de trabalho.	9	4,4	31	15,2	87	42,6	59	28,9	18	8,8	204	100,0
Horário de trabalho.	6	3,0	11	5,4	107	52,7	75	36,9	4	2,0	203	100,0
Remuneração.	23	11,3	45	22,2	101	49,8	25	12,3	9	4,4	203	100,0
Funções desempenhadas.	8	3,9	11	5,4	120	58,8	61	29,9	4	2,0	204	100,0
Utilidade do trabalho que faz.	3	1,5	9	4,4	102	50,0	83	40,7	7	3,4	204	100,0
Ambiente de trabalho.	7	3,4	18	8,8	93	45,6	82	40,2	4	2,0	204	100,0
Relações interpessoais no trabalho.	7	3,4	15	7,4	98	48,0	80	39,2	4	2,0	204	100,0
Possibilidade de continuidade no posto de trabalho.	15	7,5	20	10,0	71	35,5	63	31,5	31	15,5	200	100,0
Oportunidades de formação contínua.	13	6,5	34	16,9	79	39,3	45	22,4	30	14,9	201	100,0
Liberdade e independência de atuação.	7	3,5	18	9,0	104	51,7	57	28,4	15	7,5	201	100,0
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade.	13	6,5	23	11,4	87	43,3	44	21,9	34	16,9	201	100,0
Respeito pela sua saúde, descanso e integridade física.	12	5,9	17	8,4	94	46,3	70	34,5	10	4,9	203	100,0
Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho adotadas pela entidade empregadora.	15	7,4	5	2,5	97	48,0	78	38,6	7	3,5	202	100,0
Disponibilização de recursos e meios para a melhoria do desempenho profissional	8	4,0	28	13,9	96	47,5	59	29,2	11	5,4	202	100,0
Gestão e resolução de conflitos	7	3,5	27	13,6	96	48,2	56	28,1	13	6,5	199	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 176. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho: (T.O. 3.01)

	1- Muito insatisfeito/a		2 - Insatisfeito/a		3- Satisfeito/a		4 – Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Condições gerais de trabalho.	2	7,7	2	7,7	11	42,3	11	42,3			26	100,0
Tipo de contrato de trabalho.	3	12,0	4	16,0	11	44,0	5	20,0	2	8,0	25	100,0
Horário de trabalho.	2	8,0	1	4,0	11	44,0	10	40,0	1	4,0	25	100,0
Remuneração.	6	24,0	1	4,0	12	48,0	5	20,0	1	4,0	25	100,0
Funções desempenhadas.	1	4,0	1	4,0	16	64,0	7	28,0			25	100,0
Utilidade do trabalho que faz.	1	4,0	14	56,0	10	40,0					25	100,0
Ambiente de trabalho.	2	8,0	1	4,0	10	40,0	11	44,0	1	4,0	25	100,0
Relações interpessoais no trabalho.	2	8,0	2	8,0	11	44,0	9	36,0	1	4,0	25	100,0
Possibilidade de continuidade no posto de trabalho.	4	16,7			12	50,0	5	20,8	3	12,5	24	100,0
Oportunidades de formação contínua.	3	12,5	2	8,3	10	41,7	7	29,2	2	8,3	24	100,0
Liberdade e independência de atuação.	2	8,0	1	4,0	15	60,0	5	20,0	2	8,0	25	100,0
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade.	3	12,5	2	8,3	10	41,7	6	25,0	3	12,5	24	100,0

	1- Muito insatisfeito/a		2 - Insatisfeito/a		3- Satisfeito/a		4 – Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Respeito pela sua saúde, descanso e integridade física.	3	12,0	-	-	15	60,0	6	24,0	1	4,0	25	100,0
Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho adotadas pela entidade empregadora.	4	16,7	-	-	11	45,8	8	33,3	1	4,2	24	100,0
Disponibilização de recursos e meios para a melhoria do desempenho profissional	3	12,0	2	8,0	10	40,0	8	32,0	2	8,0	25	100,0
Gestão e resolução de conflitos	3	12,5	1	4,2	11	45,8	7	29,2	2	8,3	24	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 177. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho: (T.O. 3.02)

	1- Muito insatisfeito/a		2 - Insatisfeito/a		3- Satisfeito/a		4 – Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Condições gerais de trabalho.	6	3,4	11	6,2	94	52,8	62	34,8	5	2,8	178	100,0
Tipo de contrato de trabalho.	6	3,4	27	15,1	76	42,5	54	30,2	16	8,9	179	100,0
Horário de trabalho.	4	2,2	10	5,6	96	53,9	65	36,5	3	1,7	178	100,0
Remuneração.	17	9,6	44	24,7	89	50,0	20	11,2	8	4,5	178	100,0
Funções desempenhadas.	7	3,9	10	5,6	104	58,1	54	30,2	4	2,2	179	100,0
Utilidade do trabalho que faz.	2	1,1	9	5,0	88	49,2	73	40,8	7	3,9	179	100,0
Ambiente de trabalho.	5	2,8	17	9,5	83	46,4	71	39,7	3	1,7	179	100,0
Relações interpessoais no trabalho.	5	2,8	13	7,3	87	48,6	71	39,7	3	1,7	179	100,0
Possibilidade de continuidade no posto de trabalho.	11	6,3	20	11,4	59	33,5	58	33,0	28	15,9	176	100,0
Oportunidades de formação contínua.	10	5,6	32	18,1	69	39,0	38	21,5	28	15,8	177	100,0
Liberdade e independência de atuação.	5	2,8	17	9,7	89	50,6	52	29,5	13	7,4	176	100,0
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade.	10	5,6	21	11,9	77	43,5	38	21,5	31	17,5	177	100,0
Respeito pela sua saúde, descanso e integridade física.	9	5,1	17	9,6	79	44,4	64	36,0	9	5,1	178	100,0
Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho adotadas pela entidade empregadora.	11	6,2	5	2,8	86	48,3	70	39,3	6	3,4	178	100,0
Disponibilização de recursos e meios para a melhoria do desempenho profissional	5	2,8	26	14,7	86	48,6	51	28,8	9	5,1	177	100,0
Gestão e resolução de conflitos	4	2,3	26	14,9	85	48,6	49	28,0	11	6,3	175	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 178. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho: (Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Muito Insatisfeito/a" e 4 "Muito Satisfeito/a").

	3.01		3.02		Total	
	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média
Condições gerais de trabalho.	26	3,19	173	3,23	199	3,22
Tipo de contrato de trabalho.	23	2,78	163	3,09	186	3,05
Horário de trabalho.	24	3,21	175	3,27	199	3,26
Remuneração.	24	2,67	170	2,66	194	2,66
Funções desempenhadas.	25	3,16	175	3,17	200	3,17
Utilidade do trabalho que faz.	25	3,32	172	3,35	197	3,35
Ambiente de trabalho.	24	3,25	176	3,25	200	3,25
Relações interpessoais no trabalho.	24	3,13	176	3,27	200	3,26
Possibilidade de continuidade no posto de trabalho.	21	2,86	148	3,11	169	3,08
Oportunidades de formação contínua.	22	2,95	149	2,91	171	2,91
Liberdade e independência de atuação.	23	3,00	163	3,15	186	3,13
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade.	21	2,90	146	2,98	167	2,97
Respeito pela sua saúde, descanso e integridade física.	24	3,00	169	3,17	193	3,15
Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho adotadas pela entidade empregadora.	23	3,00	172	3,25	195	3,22
Disponibilização de recursos e meios para a melhoria do desempenho profissional	23	3,00	168	3,09	191	3,08
Gestão e resolução de conflitos	22	3,00	164	3,09	186	3,08

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 179. As suas limitações originam que falte ao emprego?

	3.01		3.02		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não sabe/Não responde	9	33,3	30	17,3	39	19,5
Tantas vezes como os outros	9	33,3	85	49,1	94	47,0
Menos vezes que os outros	4	14,8	25	14,5	29	14,5
Mais vezes que os outros	5	18,5	33	19,1	38	19,0
Total	**27**	**100,0**	**173**	**100,0**	**200**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 180. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional.

	1- Muito insatisfeito/a		2 - Insatisfeito/a		3- Satisfeito/a		4 – Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais	6	3,1	14	7,2	114	58,5	53	27,2	8	4,1	195	100,0
Envolvimento e compromisso no trabalho.	1	0,5	6	3,1	108	55,7	71	36,6	8	4,1	194	100,0
Motivação no e para o trabalho.	5	2,6	19	9,7	89	45,6	73	37,4	9	4,6	195	100,0
Satisfação no trabalho.	3	1,6	20	10,4	100	51,8	63	32,6	7	3,6	193	100,0
Reconhecimento do desempenho.	12	6,2	27	13,8	87	44,6	58	29,7	11	5,6	195	100,0
Sentimento de realização pessoal.	9	4,6	22	11,3	89	45,6	66	33,8	9	4,6	195	100,0
Sentimento de realização profissional.	11	5,6	25	12,8	79	40,5	69	35,4	11	5,6	195	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 181. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional. (T.O. 3.01)

	1- Muito insatisfeito/a		2 - Insatisfeito/a		3- Satisfeito/a		4 – Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais	2	8,3	1	4,2	14	58,3	5	20,8	2	8,3	24	100,0
Envolvimento e compromisso no trabalho.	1	4,2	1	4,2	14	58,3	6	25,0	2	8,3	24	100,0
Motivação no e para o trabalho.	2	8,3			13	54,2	7	29,2	2	8,3	24	100,0
Satisfação no trabalho.	1	4,3	1	4,3	12	52,2	7	30,4	2	8,7	23	100,0
Reconhecimento do desempenho.	2	8,3	13	54,2			6	25,0	3	12,5	24	100,0
Sentimento de realização pessoal.	3	12,5	2	8,3	9	37,5	7	29,2	3	12,5	24	100,0
Sentimento de realização profissional.	3	12,5	1	4,2	8	33,3	8	33,3	4	16,7	24	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 182. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional. (T.O. 3.02)

	1- Muito insatisfeito/a		2 - Insatisfeito/a		3- Satisfeito/a		4 – Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais	4	2,3	13	7,6	100	58,5	48	28,1	6	3,5	171	100,0
Envolvimento e compromisso no trabalho.			5	2,9	94	55,3	65	38,2	6	3,5	170	100,0
Motivação no e para o trabalho.	3	1,8	19	11,1	76	44,4	66	38,6	7	4,1	171	100,0
Satisfação no trabalho.	2	1,2	19	11,2	88	51,8	56	32,9	5	2,9	170	100,0
Reconhecimento do desempenho.	10	5,8	27	15,8	74	43,3	52	30,4	8	4,7	171	100,0
Sentimento de realização pessoal.	6	3,5	20	11,7	80	46,8	59	34,5	6	3,5	171	100,0
Sentimento de realização profissional.	8	4,7	24	14,0	71	41,5	61	35,7	7	4,1	171	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 183. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional. (Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Muito Insatisfeito/a" e 4 "Muito Satisfeito/a").

	3.01		3.02		Total	
	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais	22	3,00	165	3,16	187	3,14
Envolvimento e compromisso no trabalho.	22	3,14	164	3,37	186	3,34
Motivação no e para o trabalho.	22	3,14	164	3,25	186	3,24
Satisfação no trabalho.	21	3,19	165	3,20	186	3,20
Reconhecimento do desempenho.	21	3,10	163	3,03	184	3,04
Sentimento de realização pessoal.	21	2,95	165	3,16	186	3,14
Sentimento de realização profissional.	20	3,05	164	3,13	184	3,12

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 184. Observações:

	3.01	3.02	Total
62% atestado incapacidade		1	1
A criança tem 12 anos.	1		1
À espera de dias melhores. Deveria de haver empresas que pudessem dar a mão a estas pessoas Obrigado		1	1
acho muito importante haver estes inquéritos porque a realidade de pessoas com deficiência no mundo do trabalho por vezes é muito difícil	1		1
acho que as pessoas com deficiência ou incapacidade, deviam ter mais atenção, pois por vez são mais eficientes e produtivas que pessoas ditas " normais".		1	1
Acho que este inquérito, tem muitas falhas, não permite respostas objetivas....		1	1
Adoro o que faço		1	1
ajuda para se integrar na vida profissional	1		1
Ajudar as pessoas com um subsídio para a doença no meu caso compra de óculos		1	1
Ajudante de cozinha		1	1
Algumas respostas inconclusivas.		1	1
As formações, para além de trabalhar os conteúdos gerais para um grupo homogéneo, deveria ter em atenção alguns conteúdos pertinentes para os indivíduos que as frequentam, tendo em vista as características de cada um.		1	1
As mesmas que referi anteriormente, formação sem inserção, só serve para conhecimento, o que é ótimo para jovens e só		1	1
As minhas dificuldades são do tipo Social e baralha-me trabalhar com muita gente, afeta-me na minha gestão de tempo quando vejo confusão à minha volta. Sou portador de Autismo de Alto funcionamento, para me adaptar tenho eu mesmo de criar uma infraestrutura à minha volta para desempenhar funções e me adaptar. A minha progressão é mais lenta porque fico muito atento aos pormenores, o excesso de informação causa-me conflitos e faço questões que aborrecem outras pessoas uma vez que o que é óbvio para outros, para mim poderá ser ambíguo. O meu progresso é difícil de avaliar, porque ninguém está na minha pele, as minhas limitações são ao nível Social, não é ao nível cognitivo. Numa Sociedade de pessoas politicamente corretas, em que cada um faz o seu papel, não interessa ser, mas importa parecer, quem gosta de levar as coisas de uma forma rigorosa, vê-se aflito para trabalhar e nunca passa numa entrevista ou psicotécnico. Por vezes fica-se a fazer trabalhos redutores quando se tem capacidades a nível organizacional e ao nível técnico invejáveis, que acabam por não ser postas em prática porque não deixam e porque nos entendem super mal.		1	1
As pessoas com deficiência ou incapacidade merecem uma oportunidade no Mercado de trabalho apesar da dificuldade que tenham		1	1
Atenção, que este trabalho que tenho actualmente não foi com ajuda do Centro de emprego. Fui eu que com o meu próprio suor e determinação e perspicácia consegui adquirir. Devido à experiência profissional que fui adquirindo consegui entrar no local de trabalho onde estou actualmente.		1	1
Bom	1		1
Deficiente ignorado pelo governo Português		1	1
Deveria haver mais fiscalização e controle por parte do IEFP, afim de evitar situações mais complexas e de ruptura.		1	1
Deveriam dar conhecimento e métodos de se falar com as pessoas com deficiência pois pode se falar de tudo, mas de formas diferentes que eles entendam	1		1
Durante o estágio de inclusão não tive qualquer apoio no local de trabalho, trabalhei como se fosse um funcionário como os outros, com experiência. Isso prejudicou muito a minha hipótese de ser contratado.		1	1
É necessário haver mais flexibilidade para as pessoas com deficiência serem contratadas e melhores condições e horários de trabalho. E igualar as regalias que a função pública oferece, com as do privado		1	1
Encontro-me em processo de reavaliação da minha incapacidade. Também, estou em processo de avaliação do ressurgimento do tumor que causou a minha deficiência.		1	1
Este inquérito parte do pressuposto que estamos empregados. Repito: Estou desempregado há 5 anos.	1		1
Estou inscrita no curso de informática no Centro de Emprego		1	1
Existe a necessidade de mudanças drásticas.		1	1
Falta de apoio efectivo atendendo às deficiências de cada pessoa.	1		1
Fiquei muito satisfeito com a oportunidade que me foi dada para um novo ciclo da minha vida numa outra área, apesar das grandes dificuldades que tenho a nível dos braços, que até o multiusos me retiraram lamentável		1	1
já escrevi		1	1
Lamento por não ter conseguido atingir os meus objetivos de progressão/construção de carreira na área que eu gosto aquando desta experiência profissional.		1	1
Lamento que não haja contratos menos temporários na área de Técnico de apoio à infância para pessoas com a minha limitação porque sinto que trabalho bem e dizem-me isso, mas, por motivos económicos não criam emprego.		1	1
Muito deficientes as condições de trabalho. Gosto do que faço		1	1
Muito bom poder sexperimentar coisas novas.		1	1
Não é fácil a inserção no mercado de trabalho com deficiência, não nos dão valor		1	1
Não existiu nem existe qualquer receptividade em melhorar as acessibilidades, salvo que a melhoria não implicar custos ou poder ser feita por mim mesmo.		1	1
Não sei o que responder		1	1
Não tenho Carta de Condução. Tenho algumas dificuldades motoras.		1	1
Neste momento trabalho 3 horas num ATL mas o contrato acaba no fim de agosto.		1	1

	3.01	3.02	Total
No panorama e contexto das PME's em Portugal, e menciono estas porque são de longe o maior tipo de empresas, existe claramente uma falta de sensibilidade para as questões relacionadas com a inclusão das Pessoas com Deficiência. > Nestas organizações, maioritariamente com estruturas mais pequenas, submetem o pedido de apoio à contratação e depois não procuram perceber o que a PcD necessita para cumprir as suas obrigações laborais. > No meu caso, tenho consultas médicas frequentes o que era mal "visto" nos meus 2 empregos anteriores, devendo existir uma condição especial para as PcD para faltas justificadas com idas ao médico. > A maior parte destas empresas desconhecem os apoios que existem na contratação de PcD , devendo existir uma campanha/ação mais forte por parte do IEFP neste capítulo junto das organizações e sociedade em geral. > Em 2018 estava sem emprego, inscrevi-me no IEFP da Póvoa de Varzim, falei com o Gabinete de Apoio à Deficiência, e pedi ajuda na procura de emprego. Nunca recebi um contacto da parte deles, sendo que só uma pessoa do IEFP da Póvoa de Varzim estava alocada a esta área. Pergunto-me que eficiência terão estes gabinetes? Qual os KPI's que os regem? Quantos PcD's são realmente contratados por intermédio destes organismos? > Participei em várias actividades realizadas pela Associação Salvador, penso que têm ali um bom exemplo de como se trabalha esta questão da inclusão das PcD. Caso seja pertinente para vocês desenvolver estas e outros pontos relacionados com as PcD , deixo aqui meu email pessoal: marceloslamosa@gmail.com		1	1
Nunca houve da empresa interesse em continuidade ou integração, só benefício de estagiário quase gratuito. Daí ausência de apoio e estrutura e continuidade.		1	1
O estado devia de ser o principal empregador de pessoas portadoras de deficiência e não deixá-las ao abandono	1		1
O estado português deveria proteger muito mais as pessoas com deficiência, criando uma estrutura mais abrangente onde fosse possível que todas pessoas com incapacidades parciais pudessem integrar o mercado de trabalho e desempenhar funções mediante as suas capacidades, para o bem da nossa restante sanidade mental... Ninguém sobrevive com 275,30€ mensais da PSI.		1	1
O IEFP para os incapacitados - os faz sofrer e os humilha. Pessoas como eu sentem que estão a dar trabalho a licenciados (Drs) , que a única coisa que fazem é querer estágios temporários "aqui e ali! para o nosso desemprego continuar ao fim de meses - para terem ordenado e € no banco à custa das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade .		1	1
O Mercado de trabalho devia ser organizado de tal forma que pessoas com limitações, independente das áreas pudessem ser canalizadas para os desempenhos à medida das suas capacidades. O que impediria que em certos trabalhos houvessem pessoas sub ou sobre-avaliadas para o desempenho das actividades	1		1
O meu marido tem uma capacidade teve paralisia cerebral		1	1
O meu trabalho hoje é de um cuidador informal os meus pais têm muita idade é tenho de ajudar a tempo inteiro, 86 y 89 anos, é difícil.		1	1
O que se encontra na actual legislação dobre os apoios e benefícios, as instituições contratação de pessoas com limitações ou deficiência, na prática não funciona.		1	1
Obrigada por tudo 😚	1		1
Os empregadores aproveitam se de pessoas com Deficiência ou Incapacidades apenas para obter os apoios. Porque depois a realidade é que somos humilhados e obrigados a trabalhar o dobro ou triplo para podermos ser comparados a um trabalhador normal e no fim das contas temos zero disponibilidade para podermos ir a consultas e temos de descontar essas faltas em férias. Para não falar do gozo das chefias com a forma como andamos, falamos ou nos comportamos, mas como precisamos de SOBREVIVER porque as contas em geral e a da farmácia não se pagam sozinhos. Dão incentivos a torto e a direito mas não existe uma fiscalização assídua e severa sobre as entidades para avaliar e corrigir comportamentos. Porque acredito que todos queiramos trabalhar e sermos tratados de forma igual a todos os outros mas a realidade de quem a viveu na pele é que não é verdade. O assédio moral no meu caso foi grave e severo de tal forma que preferi despedir-me e sujeitar-me a não ter dinheiro para medicamentos de que se calhar um dia por causa do assédio acontecer algo trágico. Acho o inquérito algo tardio porque nem mesmo durante o estágio emprego que é de 12 meses por ter incapacidade teve o acompanhamento devido por parte do IEFP senão este tipo de questões já tinha sido assinaladas. Acontece agora que tenho de prestar serviços por uns tostões porque ninguém me contrata assim que sabem que tenho uma incapacidade pois isso é sinónimo de que não serei um bom trabalhador ou que passarei o tempo todo de baixa o que não relata sequer a minha realidade.		1	1
Os profissionais do instituto de emprego quando colocam as pessoas com deficiência em empregos cujo as entidades empregadoras ganham uma bolsa para lá estarmos deviam ir sem avisar ver as condições de trabalho que nós empregados temos!!		1	1
Por favor, dar a possibilidade aos trabalhadores que exercem funções na função publica ao abrigo da medida EAMA contrato sem termo de terem ADSE. É discriminatório. Para as mesmas funções deveriam ser assegurados os mesmos direitos.		1	1
Que o estado nos apoiassem mais e as entidades que nos querem dar emprego.		1	1
Sinceramente, o apoio à colocação é um desencanto, pois cria discriminações e promove cada vez mais o trabalho precário, pois a maior parte das entidades empregadoras apenas quer usufruir dos incentivos desta medida. E o trabalhador que vai com a expectativa de se sentir útil e respeitado sente que apenas está a ser usado.		1	1
sou grata á vida por ter colocado ás pessoas certas no meu caminho:)		1	1
Tenho capacidade de realização de trabalhos como as outras pessoas esquecem-me algumas coisas, mas sou normal a trabalhar		1	1
tenho um filho com espectro de autismo que esta a tentar tirar o 12 ano no normal e acho mesmo com as dificuldades que eles tenhem deviam dar uma opurtanidade de darem o 12 ano para os inserirem no mercado de trabalho	1		1
Trabalhei também na limpeza no pavilhão gimnodesportivo de Ribeirão, mas correu muito mal devido as limitações e nao me adaptei em nada, foi um pesadelo, na biblioteca adoro o que faço		1	1
Um dia fui a uma reunião no IEFP, porque eu gostaria de arranjar emprego, e trabalhar num "escritório" a fazer trabalho de secretariado, a trabalhar com computadores, a fazer faturação ou preparar documentos. Mas uma senhora no IEFP	1		1

	3.01	3.02	Total
disse que é impossível eu trabalhar no escritório porque sou surda. Há muitos surdos trabalham nesta área. Eu fiquei desiludida. Nós somos iguais aos ouvintes. Devíamos ter a mesma igualdade de oportunidades. Posto isto e caso seja possível. Eu gostava muito de tirar um curso de formação profissional no IEFP, com a interprete de LGP, para que possa ter a possibilidade de trabalhar em outra área que me vai ajudar muito na minha vida profissional futura. Com os melhores cumprimentos			
Um dos problemas que se enfrenta é que todos os direitos aplicáveis à pessoa com incapacidade não são exercidos a menos que esta explicitamente os requisite. Isto acontece com frequência por desconhecimento do assunto por parte da entidade patronal e, mesmo quando há conhecimento, a informação não é necessariamente fornecida se o empregado não a requisitar. Além disso, requerer estes direitos é, por vezes, visto socialmente como aproveitamento. Talvez o processo fosse mais simplificado e menos tenso se partisse dos departamentos dos recursos humanos das entidades patronais estarem em primeiro lugar informados desses direitos sociais e informar e concedê-los ao trabalhador.		1	1
Vários concursos públicos que concorri, infelizmente não dão preferência a pessoas com incapacidade		1	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Análise por Tipologia de participação/participação face ao emprego (Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas).

Caracterização sociodemográfica

Quadro 185. Nº de respostas por Tipologia de Operação

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade	50	100,0	27	14,8	15	13,6
3.02 - Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade	-	-	155	85,2	95	86,4
Total	50	100,0	182	100,0	110	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 186. Distribuição das respostas por região

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	24	48,0	76	41,8	47	42,7
Centro	17	34,0	85	46,7	48	43,6
Lisboa	1	2,0	2	1,1	1	,9
Alentejo	8	16,0	19	10,4	14	12,7
Total	**50**	**100,0**	182	100,0	110	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 187. Distribuição das respostas por género

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	25	50,0	102	56,0	63	57,3
Feminino	25	50,0	80	44,0	47	42,7
Total	50	100,0	182	100,0	110	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 188. Distribuição por escalão etário

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
20 a 24	7	14,0	9	4,9	3	2,7
25 a 29	9	18,0	33	18,1	26	23,6
30 a 34	11	22,0	38	20,9	20	18,2
35 a 39	6	12,0	30	16,5	18	16,4
40 a 44	7	14,0	24	13,2	14	12,7
45 a 49	8	16,0	28	15,4	22	20,0
50 a 54	1	2,0	12	6,6	4	3,6
55 a 59	-	-	7	3,8	2	1,8
60 a 65	1	2,0	1	0,5	1	,9
Total	50	100,0	182	100,0	110	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 189. Caracterização da idade

	Q	QAE	QAEE
Mínimo	20	20	20
Máximo	65	63	63
Média	35,08	37,59	37,32

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 190. Habilitações Literárias

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1º ciclo (4º ano)	2	4,3	2	1,1	1	,9
2º ciclo (6º ano)	5	10,6	3	1,7	1	,9
3º ciclo (9º ano)	19	40,4	50	27,6	30	27,5
Ensino Pós-Secundário não superior (ex CET Cursos de Especialização Tecnológica)	16	34,0	4	2,2	3	2,8
Ensino Secundário	-	-	83	45,9	52	47,7
Licenciatura	4	8,5	16	8,8	9	8,3
Licenciatura pré-Bolonha	1	2,1	14	7,7	8	7,3
Mestrado	-	-	9	5,0	5	4,6
Total	47	100,0	181	100,0	109	100,0

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 191. Áreas de formação

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	2	2,0	1	4,0	1	6,7
Cozinheiro/a	3	4,0	-	-	-	-
Ferramentas Web	3	6,0	1	4,0	1	6,7
Inclusão Social e Empregabilidade	-	-	1	4,0		
Formação -Contínua	-	-	-	-	1	6,7
Ajudante de Tecelão / Tecedeira	1	2,0	-	-	-	-
Assistente Administrativo (a)	6	2,0	3	12,0	1	6,7
Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade	2	2,0	3	12,0	1	6,7
Auxiliar Administrativo	2	4,0	-	-	-	-
Auxiliar de Carpintaria	1	2,0	-	-	-	-
Auxiliar de Hotelaria e Restauração	-	-	2	8,0	2	13,3
Auxiliar de Produção Agrícola e Animal	-	-	1	4,0	-	-
Carpintaria	1	2,0	-	-	-	-
Empregado/a de Andares	4	2,0	-	-	-	-
Gestão Ambiental	1	2,0	1	4,0	-	-
JARDINEIRO	-	-	1	4,0	1	6,7
Operado/a Agrícola	2	4,0	-	-		
Operado/a Gráfico/a de Acabamentos	3	4,0	1	4,0	1	6,7
Operador de Armazenagem	1	2,0	-	-	-	-
Operador de manutenção hoteleira	1	2,0	-	-	-	-
Operador(a) Agrícola	1	2,0	1	4,0	-	-
Operador(a) de Informática	6	2,0	2	8,0	1	6,7
Operador/a de Jardinagem	3	2,0	2	8,0	1	6,7
Operador/a de Logística	-	-	1	4,0	1	6,7
Operador/a Gráfico Braille	2	4,0	1	4,0	1	6,7
Operadora de Serigrafia/Estamparia	-	-	1	4,0	1	6,7
Organização Económica dos Estados Democráticos	1	2,0	-	-	-	-
Pastelaria/Padaria	1	2,0	-	-	-	-
Serviço ao Cliente	-	-	1	4,0	-	-
Serviços Gerais	1	2,0	1	4,0	1	6,7
Técnico/a Auxiliar de Hotelaria	1	2,0	-	-	-	-
VIVEIRISTA	1	2,0	-	-	-	-
	50	100,0	25	100,0	15	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 192. Distribuição das respostas por nível de qualificação

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nível 1	15	30,6	10	38,5	7	46,7
Nível 2	34	69,4	16	61,5	8	53,3
Total	49	100,0	26	100	15	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 193. Situação face ao emprego

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Desempregados à procura de novo emprego - DLD	8	16,0	22	12,1	8	7,3
Desempregados à procura de novo emprego - Não DLD	11	22,0	91	50,0	59	53,6
Desempregados à procura do 1º emprego	12	24,0	64	35,2	38	34,5
Desempregados à procura do 1º emprego - DLD	1	2,0	-	-	-	-
Empregados por conta de outrem - Externos	5	10,0	3	1,6	3	2,7
Empregados por conta de outrem - Internos	1	2,0	-	-	-	-
Inactivos - A frequentarem acções de educação ou formação	3	6,0	2	1,1	2	1,8
Inactivos - Outros	9	18,0	-	-	-	-
Total	**50**	**100,0**	**182**	**100**	**110**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 194. Remuneração

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
≤ 600€	-	-	67	42,9	38	40,0
601-700€	-	-	54	34,6	37	38,9
701-800€	-	-	12	7,7	8	8,4
801-900€	-	-	22	14,1	11	11,6
901-1000€	-	-	1	0,6	1	1,1
Total	**-**	**-**	**156**	**100,0**	**95**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 195. Remuneração

	Q	QAE	QAEE
Mínimo	-	480,80	480,80
Máximo	-	931,40	931,40
Média	-	646,71	645,20

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 196. Dificuldades ou limitações que possa ter e que poderão ocasionar adaptações do posto de trabalho, remoção de barreiras arquitetónicas ou outros ajustes em sede de mercado aberto de emprego: (Indivíduos que beneficiaram de: Q - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	Não tem dificuldade		Tem alguma dificuldade		Tem muita dificuldade		Não consegue		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Andar ou subir degraus	30	61,2	15	30,6	3	6,1	-	-	1	2,0	49	100,0
Ouvir, mesmo usando aparelho auditivo	37	74,0	5	10,0	3	6,0	4	8,0	1	2,0	50	100,0
Ver, mesmo usando óculos ou lentes de contacto	26	54,2	18	37,5	2	4,2	1	2,1	1	2,1	48	100,0
Compreender os outros ou fazer-se entender	22	47,8	18	39,1	5	10,9	1	2,2	-	-	46	100,0
Tomar banho ou vestir-se sozinho	38	79,2	5	10,4	4	8,3	-	-	1	2,1	48	100,0
Memória e/ou concentração	23	50,0	14	30,4	8	17,4	-	-	1	2,2	46	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022)

Quadro 197. Dificuldades ou limitações que possa ter e que poderão ocasionar adaptações do posto de trabalho, remoção de barreiras arquitetónicas ou outros ajustes em sede de mercado aberto de emprego: (Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	Não tem dificuldade		Tem alguma dificuldade		Tem muita dificuldade		Não consegue		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Andar ou subir degraus	111	61,0	46	25,3	11	6,0	13	7,1	1	0,5	182	100,0
Ouvir, mesmo usando aparelho auditivo	143	79,9	18	10,1	10	5,6	1	0,6	7	3,9	179	100,0
Ver, mesmo usando óculos ou lentes de contacto	115	63,5	52	28,7	9	5,0	2	1,1	3	1,7	181	100,0
Compreender os outros ou fazer-se entender	126	70,0	44	24,4	8	4,4	1	0,6	1	0,6	180	100,0
Tomar banho ou vestir-se sozinho	145	81,9	24	13,6	5	2,8	3	1,7	-	-	177	100,0
Memória e/ou concentração	95	53,1	71	39,7	13	7,3	-	-	-	-	179	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 198. Dificuldades ou limitações que possa ter e que poderão ocasionar adaptações do posto de trabalho, remoção de barreiras arquitetónicas ou outros ajustes em sede de mercado aberto de emprego: (Indivíduos que beneficiaram de QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas)

	Não tem dificuldade		Tem alguma dificuldade		Tem muita dificuldade		Não consegue		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Andar ou subir degraus	67	60,9	27	24,5	6	5,5	9	8,2	1	0,9	110	100,0
Ouvir, mesmo usando aparelho auditivo	85	78,7	13	12,0	6	5,6	-	-	4	3,7	108	100,0
Ver, mesmo usando óculos ou lentes de contacto	70	63,6	34	30,9	5	4,5	-	-	1	0,9	110	100,0
Compreender os outros ou fazer-se entender	80	72,7	26	23,6	3	2,7	1	,9	-	-	110	100,0
Tomar banho ou vestir-se sozinho	89	83,2	12	11,2	4	3,7	2	1,9	-	-	107	100,0
Memória e/ou concentração	59	54,1	46	42,2	4	3,7			-	-	109	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 199. As dificuldades indicadas correspondem a que tipo(s) de limitação:

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	% de casos (N=50)	Nº	% de casos (N=174)	Nº	% de casos (N= 107)
Não tem limitações	7	14,0	21	12,1	14	13,1
Visual	8	16,0	37	21,3	21	19,6
Auditiva	9	18,0	25	14,4	15	14,0
Intelectual	17	34,0	32	18,4	18	16,8
Motora	14	28,0	71	40,8	43	40,2
Deficiências do desenvolvimento/ Neurodiversidades/ Espectro do Autismo	6	12,0	9	5,2	5	4,7
Mais do que uma limitação/Multideficiência	4	8,0	10	5,7	6	5,6
Outra(s)	5	10,0	20	11,5	12	11,2

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 200. Outras. Quais?

	Q
Calculo	1
Da fala	1
Doença psiquiátrica - Bipolar	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade.

Quadro 201. Outras. Quais?

	QAE
Alguma dificuldade na interpretação	1
Deficiência auditiva	1
Epilepsia	1
epiletica com crises e ausências	1
Esclerodermia Sistémica	1
escoliose e insuficiência respiratória	1
Fazer caminhadas	1
Física e Mental	1
Gages	1
Glaucoma congénito	1
Movimentos ao nível dos membros superiores	1
Na parte da locomoção (PSORIASE GRAVE)	1
O nodo de falar!	1
Oncológicas	1
Paralisia Cerebral	1
Pesicóse esquisoafectiva	1
Psoríase Artrite Psoriática, comorbidades associadas, hipertensão, atrozes, colesterol, ansiedade, stress, ganho liquido nos joelhos, deformação articular, dificuldade em escrever, pegar peso, etc	1
Relacionada com mastectomia radical e esvasiamento axilar	1
Sequelas de póliomielite ando com recurso a muletas/canadianas	1
Sequelas de uma paralisia cerebral que afetam o lado direito a nível motor/locumoção	
Sou surda	1
Visão apenas do olho direito, e uso de óculos para melhorar a vião do direito. Problemas no desenvolvimento devido à prematuridade (25semanas), numas áreas acompanha a idade, noutras não. Memória a longo prazo comprometida, fruto da prematuridade.	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade.

Quadro 202. Outras. Quais?

	QAEE
Alguma dificuldade na interpretação	1
Epilepsia	1
Esclerodermia Sistémica	1
escoliose e insuficiência respiratória	1
Fazer caminhadas	1
Gages	1
Glaucoma congénito	1
Movimentos ao nível dos membros superiores	1
Na parte da locomoção (PSORIASE GRAVE)	1
Oncológicas	1
Paralisia Cerebral Espástica Unilateral Direita	1
Sou surda	1
Visão apenas do olho direito, e uso de óculos para melhorar a vião do direito. Problemas no desenvolvimento devido à prematuridade (25semanas), numas áreas acompanha a idade, noutras não. Memória a longo prazo comprometida, fruto da prematuridade.	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 203. Independentemente das experiências de emprego que teve ao longo do seu percurso profissional encontra-se atualmente a trabalhar?

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	35	70,0	68	37,6	-	-
Sim	12	24,0	110	60,8	110	100,0
Não sabe/Não responde	3	6,0	3	1,7	-	-
Total	50	100,0	181	100,0	110	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 204. Se não está a trabalhar, qual a principal razão?

	Q	QAE
60% de incapacidade		1
A principal razão das minhas incapacidades são devido às minhas doenças crónicas. O motivo pelo qual não estou a trabalhar é porque ainda não encontrei um emprego, veremos daqui a uns dias visto ter uma entrevista.		1
Acabou estagio		1
Adaptação		1
Ainda não consegui arranjar		1
Amputação mão direita		1
Aposentadoria por Esquizofrenia		
Atestado Multiusos de Incapacidade		1
avia de haver mais atenção e abertura de mercado e mais informação		
Baixa médica		
Cancro		
Conhecer a pessoa com deficiência ou incapacidade e suas dificuldades		1
Cuidar dos meus pais, com 86 e 89 anos		
Deficiência, não consigo trabalhar em qualquer ramo de trabalho		
depreções , horas a mais de trabalho para as minhas capacidades		
Depressão		
Derivado á falta de sensiblidade da minha doença, o que esta implica, exemplo idas ao Hospital,		1
Motivo de saúde		
Frequência de uma formação profissional	1	
deslexia perfunda, visao , emcapacidade de pegar com mao esquerdo ,rim unico , asma , disturbio ansioso enxaqueca ulcera gastrica ,		
difícil acesso de trabalho na minha área		1
Dificuldade a nível de braços e coluna		
Dificuldade em encontrar um trabalho sobretudo feito à distância.		
Dificuldade em realização das tarefas da minha profissão		
Dificuldades intelectuais		1
Dificuldades na procura e falta de oportunidades nas áreas que procuro.		1
Dispensa do trabalho por extinção do local de trabalho.		
Doença psiquiátrica - Bipolar	1	
Em estado depressivo. E derivado á medicação.		
Emprego adequado à dificuldade.	1	
Empregos na minha área adequados a pessoas com deficiência motora.		
Empresa anterior suspendeu a actividade		
Empresa que queiram pessoas com mobilidade reduzida		1
Era trabalhador independente		
Esclerose Multipla/		
Essencialmente porque pretendo retomar a licenciatura de Psicologia e construir carreira nessa área, sem ter de apresentar como cartão de visita o Atestado Multiusos que possuo. Hoje em dia eu não tenho essa necessidade, na medida em que o meu grau de incapacidade é uma exceção, é como se de uma "baixa médica vitalícia" se tratasse (47%). No passado, sim, apresentava limitações físicas que comprometiam a minha qualidade de vida pela dor severa (60%), mas hoje em dia, a endometriose está controlada, pelo que não tenho necessidade de me fazer valer desse documento. Acrescento ainda que só o mencionei nesta Entidade Patronal pois era um requisito essencial para integrar na oferta de estágio da mesma, mas não tenciono voltar a fazê-lo, pelo menos enquanto não sentir essa necessidade. Há quem precise, portanto, deixo esse lugar vago para essas pessoas.		1
esta a tentar tirar 12 ano	1	1
Estágio Profissional		
Estando ativamente à procura de emprego algumas vezes não sou selecionado para a emtrevista, outras porque não tenho meio de deslocação próprio (carta de condução)		
não conseguir arranjar trabalho.		
Estou à espera de uma possível confirmação na segunda semana de julho.		1
Estudos	2	
falta de empenho das autoridades competentes	1	
Falta de apoio		1
Falta de bom senso das entidades profissionais. Mesmo que nos digam somos bons profissionais. "lamentam sempre faltas de verbas para pagar os ordenados adequados"?		1
Falta de carta de condução		
Falta de compreensão por parte das empresas e piorei da minha limitação, estando a espera para ser operado		
falta de condições adquadas		1
Falta de conhecimento das entidades para a minha condição		
Falta de emprego para pessoas com incapacidade.		1
Falta de interesse por parte das empresas privadas e públicas		
Falta de oferta do mercado de trabalho	1	
Falta de oportunidades		1

	Q	QAE
falta de oportunidades e também por ser deficiente motor não posso exercer qualquer tipo de trabalho		
FALTA DE TRABALHO NA AREA PROFISSIONAL		1
Falta de um braço		
Fim do estágio de inserção sem que a empresa tenha querido fazer contrato. Atualmente em formação pelo IEFP.		
Final de contrato e doenca		
GOSTARIA EU DE SABER/ Ñ ME DÃO OPORTUNUDADE		1
Idade	1	
Idade 52 anos.		1
Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade atesta o objetivo do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social em promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiências e garantir o acesso a um conjunto de bens e serviços disponíveis à sociedade em geral, de forma a permitir a sua plena participação, através de políticas integradoras e práticas sustentadas.	1	
Internamento com o meu filho.		1
Intransigência por parte da entidade patronal		
Melhoria de serviços		1
Memória		1
Motivos de emprego	1	
Muitas entrevistas de trabalho, zero respostas		1
Não consigo arranjar emprego	1	2
Não encontrar emprego adequado		1
Não enquadramento das entidades e IEFP		
não existir oferta de emprego compativel com as minhas capacidades... ou que não seja autentica exploração laboral...trabalhos sem condições...mal pagos e com trabalho extraordinário não remunerado		1
Não há Emprego para o meu caso		1
Não haver colocação		
Não haver vagas		1
Não me encaixo na sociedade, odeio a sociedade	1	
Foi diagnosticado com 60% de incapacidade porque tenho dificuldades em interagir com pessoas devido ao facto de ter passado a ter uma vida sedentária dos 18 aos 21 anos. Nem sequer saía à rua. Penso que essa seja a principal razão.		
Não renovação do contrato de trabalho		
Neste momento estou tirar uma formação.		1
O contrato acabou e não encontrei emprego		1
Os meus problemas de saúde		1
Peso e não ter transporte	1	
Por ser Incapacidade		1
porque estou de baixa médica psicológica	1	
Porque neste momento tomo conta das minhas gemeas filhas		1
Portador de Esclerose Múltipla Primária Progressiva	1	
Problemas visuais		1
Saber o quantas somos e as deficuldades passamos e		
Saúde		1
Sem oportunidades		
Sou estudante do curso PIEM da univ. Aveiro. Curso para deficientes		
Surda		
Tentar saber as limitações de cada pessoa para tentar ajudar da melhor forma.		1
ter mt crises nao conseguir fazer meu dia a dia		1
Término de contrato.		
Tinha contrato a termo certo que terminou a 31/03/2022		
Transportes públicos		1
Trissomia 21	1	
Visual	1	
vítima do covid19 - negociamos		1
Estar desempregado, não conseguir arranjar trabalho.		1
Falta de emprego		1
falta de trabalho		1
Não existe trabalho na minha área.		1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 205. Beneficiou de medidas de Qualificação e formação profissional?

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	10	20,0	3	1,6	2	1,8
Sim	29	58,0	176	96,7	107	97,3
Não sabe/Não responde	11	22,0	3	1,6	1	0,9
Total	50	100,0	182	100,0	110	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 206. Qual considera ser o principal papel dos cursos de formação/ qualificação?

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	% de casos (N=29)	Nº	% de casos (N=177)	Nº	% de casos (N= 219)
Aquisição de conhecimentos e competências técnicas/profissionais	2	6,9	2	1,1	2	1,9
Inserção no mercado de trabalho	23	79,3	124	70,1	74	68,5
Qualificação e progressão profissional	15	51,7	101	57,1	64	59,3
Outra	8	27,6	38	21,5	23	21,3
Não sabe/Não responde	-	-	4	2,3	1	0,9

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 207. Outras. Quais?

	Q	QAE	QAEE
Muito importante na área Assistente Administrativo		1	1
para ter mais conhecimento para um futuro trabalho	1		
retirar pessoas da lista de desempregados...dar dinheiro a ganhar a amigos do sistema, e reeducar as pessoas pelas regras da ditadura		1	
Sem grande utilidade que não seja a subsidiação		1	

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 208. Quantos cursos de formação/qualificação realizou?

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não sabe/Não responde	3	10,3	24	13,8	17	16,2
1	7	24,1	56	32,2	37	35,2
2 a 4	13	44,8	64	36,8	37	35,2
5 a 6	2	6,9	17	9,8	10	9,5
7 a 8	2	6,9	5	2,9	-	-
>8	2	6,9	8	4,6	4	3,8
Total	29	100,0	174	100,0	105	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 209. Em que áreas realizou cursos de formação/qualificação? (Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	Q
Agricultura	1
Agricultura biológica	1
Ajudante de Carpintaria	1
Artes Graficas	2
Artes Gráficas - Técnico de acabamentos	1
Assistente administrativo	3
carpintaria de limpos	1
Ccp	1
Computador	1
Cozinha	2
Cozinha/pastelaria	1

	Q
Design	1
Empregada de andares	2
Formação Administrativa	1
Fotografia	1
Hotelaria	1
Informática	2
Jardinagem	2
manicure	1
mecanica	1
Nos 3rs	1
Operador Agrícola	1
operador de informática	1
Operador de Manutenção Hoteleira	1
Operador logística	1
Operador/a Gráfico/a de Braille.	1
ourivesaria	2
Padaria pastelaria	1
Pedicure	1
Práticas administrativas	1
Primeiros Socorros	1
Secretariado	3
Serviços Gerais	1
Técnico de Informática	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade.

Quadro 210. Em que áreas realizou cursos de formação/qualificação? (Indivíduos que beneficiaram de: QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	QAE
Ação educativa	1
Accao social	1
Administração	2
Administrativa	7
Agrícola	2
Ajudante de carpinteiro	1
Ajudante de cozinha	2
Alemão	1
Ambiente	1
Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - Conceitos Básicos	1
Animaçao 2D E 3D	1
Animação turística	1
Animador Sociocultural	1
Apoio a gestão	1
Apoio á infância	1
Apoio às lides domésticas	1
Arquitectura	1
Arquivo e circuito documental	1
Artes gráficas	1
Artesanato	1
Assistente Administrativo	9
Assistente Familiar de Apoio á Comunidade	3
Atendimento ao Cliente	1
Atendimento empresarial	1
Atividade física de Inclusão	1
Audiovisual	1
AutoCad	1
Auxiliar de Farmácia e parafarmácia	1
Bordados	1
Cabeleireiro	2
Calçado	1
Carpintaria	1
Carpinteiro de limpos	1
CCP	2
CEAC	1
Chefes de linha	1

	QAE
Competências Básicas de Leitura e Escrita - Aprofundamento	1
Competências Básicas de Leitura e Escrita - Consolidação	1
Competências Básicas de Leitura e Escrita - Iniciação	1
competencias digitais	1
Computação	1
Comunicação Acertiva	1
Comunicação Assertiva e Técnicas de Procura de Emprego	1
Comunicação com a pessoa idosa	1
Comunicação interpessoal e assertividade	1
Condução de empilhadores / montacargas	2
Contabilidade	5
Contínuo	1
Cozinha	4
Criação de sites web 206	1
Cuidadora de crianças e jovens dos 0 aos 18 anos	1
Cuidados com o cabelo	1
Cuidados de saúde	1
Dança	1
dermocosmética	1
design	1
Design digital	1
Design gráfico	1
Desing sobrancelha	1
Desporto	2
Direito do Trabalho	1
Direitos das crianças	1
Educação	2
Eletrónica	1
Embelezamento do rosto	1
Empreendedorismo	6
Empreendedorismo e gestao de projectos (entre outros)	1
Empregada de andares	2
Energias renováveis	1
Engenharia de produção	1
Equinos - Tratador/Desbastador	1
Ergonomia no posto de trabalho	2
escrita criativa	1
Espanhol	3
Estamparia serigrafia	1
Estética	2
Excell	3
Fiscalidade	1
Fisioterapia - Técnico auxiliar	1
Floricultura e Jardinagem	1
Folha de Cálculo	1
Formador de Formandos	1
geral	1
Geriatria	2
Gerontologia	1
Gestão da Produção	1
gestão de conflitos	1
Gestão de Emergência no local de trabalho	1
Gestão de Empresas	1
Gestão de recursos humanos	2
Gestão de riscos psicossociais	1
Gestao de stock	1
Gestão e contabilidade	1
Gestão e Marketing	1
Gestão Hoteleira	1
Hidroterapia	1
Higiene , seguranca do trabalho	8
HND Cinema e Televisão	1
Hotelaria	3
HTML	1

	QAE
Ideias e oportunidades de negócio	1
Índice Máximo	1
Informática	20
Informatica de gestao	1
Inglês	8
Início a contabilidade	1
Instalação e manutenção de sistemas informáticos	1
Introdução à Sexologia Forense	1
Introdução ao SNC	1
Italiano	1
jardinagem	7
Kayak	1
Lavagem/lubrificação de veículos	1
Licenciatura em direito	1
Limpeza	1
Língua Alemã	1
Lingua Francesa	2
linguas	1
Logística	3
Marketing	2
marketing digital	3
Marketing e Merchandising	1
Marketing em Inglês (online)	1
Massagem na cadeira	1
Massoterapia	1
Master de laser	1
Mecânica	1
Mecânica de serviços rápidos.	1
Medicina Legal	1
Mestrado em Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	1
Mistolin higiene e limpeza	1
Montador de pneus.	1
Montagem e Acabamento de calçado	1
Multimédia	2
Notarial	1
Operador de aparelhos de tinturaria	1
Operador de Informática	3
Operador de Madeira e acabamentos de Mobiliário	1
Operadora de armazém	1
Operadora Gráfica de Braille	1
Organização do Trabalho	1
Organização Pessoal e Gestão do Tempo (Nº404/CNQ)	1
Ourivesaria	1
Ovinos, Suínos e Bovinos	1
Padaria	1
Pastelaria	3
Percurso de Apoio à Gestão	1
Personal treinar	1
Pilates	1
Planos de Contingência	1
Pós graduação em procesdos de fabricação	1
Pós-graduação Desporto para populações Especiais	1
Possessor de texto	1
Práticas e técnicas comerciais	1
Prevenção contra incêndios	2
Primeiros socorros, Emergência médica e Trauma	1
procura de emprego	1
Programação	1
Qualidade	2
Qualificação de serviços administrativos em varias áreas	1
Recepcionista de hotel	1
Redes Informaticas	1
Restauração	1
Robotica e Automação Industrial	1

	QAE
Saúde	4
Saude , Técnicas Básicas aos Acidentes	1
secretariado	4
Segurança e saúde no trabalho	2
Serralharia Civil	1
serralheiro	1
Serviço de Andares	1
Serviços de Apoio	1
SNC	1
Tat + desencarceramento	1
Tecelagem	1
Técnica Administrativa	2
Técnica auxiliar de farmácia	1
Técnica de agência e viagens	1
técnica de informação e informática	1
Tecnica de logistica	1
técnica de proteção civil	1
Técnicas de laser	1
Técnicas de mrketing digital e gestão de redes socias	1
Tecnico agrario	1
Técnico auxiliar de saúde	2
Técnico da qualidade	2
Técnico de apoio á gestão	2
Técnico de Apoio à Infância	1
Técnico de apoio familiar e de apoio à comunidade	2
Técnico de Audiovisuais	1
Técnico de Cartografia e Desenho	1
Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade	1
Técnico de Desenho Gráfico	2
Técnico de Gestão Autárquica	1
Técnico de Multimédia	2
Técnico e especialista em redes e Programação de Sistemas Informáticos	1
Técnico em mecânica	1
Técnico em meio ambiente	1
tecnico hccpp	1
Técnico profissional de Turismo	1
Técnico/a de Ação Educativa	1
tipos de comunicação	1
Turismo	3
Vigilante	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade.

Quadro 211. Em que áreas realizou cursos de formação/qualificação? (QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas)

	QAEE
Accao social	1
Administrativa	5
AGRICULTURA E JARDINGEM	1
Alemão	1
Ambiente	1
Animaçao 2D E 3D	1
Animação turística	1
Animador Sociocultural	1
Apoio a gestão	1
Apoio às lides domésticas	1
Artes gráficas	1
Artesanato	1
Assistente admiistrativo	4
Assistente Familiar de Apoio á Comunidade	1
Atendimento empresarial	1
Atividade física de Inclusão	1
Audiovisual	1
Auxiliar de Farmácia e parafarmácia	1

	QAEE
Bordados	1
Cabeleireiro	1
Calçado	1
CCP	1
Comunicação Acertiva	1
Comunicação Assertiva e Técnicas de Procura de Emprego	1
Comunicação com a pessoa idosa	1
Comunicação interpessoal e assertividade	1
Condução de empilhadores / montacargas	2
Contabilidade	2
Contínuo	1
Cozinha	3
Cuidadora de crianças e jovens dos 0 aos 18 anos	1
Cuidados com o cabelo	1
Dança	1
dermocosmética	1
Design digital	1
Desporto e bem estar	1
Direitos das crianças	1
Educação	1
Empreendedorismo	3
Emprega de Andares	1
Energias renováveis	1
Engenharia de produção	1
Equinos - Tratador/Desbastador	1
ergonomia	2
escrita criativa	1
Espanhol	2
Estamparia serigrafia	1
Excell	2
Fisioterapia - Técnico auxiliar	1
Folha de Cálculo	1
Formador de Formandos	1
Geriatria	1
Gerontologia	1
Gestão da Produção	1
gestão de conflitos	1
Gestão de Empresas	1
Gestão de recursos humanos	1
Gestao de stock	1
Gestão Hoteleira	1
Hidroterapia	1
Higiene , seguranca do trabalho	7
higiene e segurança alimentar	3
HND Cinema e Televisão	1
Hotelaria	2
HTML	1
Informática	8
Informatica de gestao	1
Inglês	7
Instalação e manutenção de sistemas informáticos	1
Italiano	1
jardinagem	5
Kayak	1
Limpeza	1
Lingua Francesa	1
Logística	2
Marketing	1
Marketing digital	1
Master de laser	1
Mecânica	1
Mestrado em Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	1
Montagem e Acabamento de calçado	1
Multimédia	2

	QAEE
Operador de Madeira e acabamentos de Mobiliário	1
Operador informática	2
Operadora de armazém	1
Operadora Gráfica de Braille	1
Padaria	1
Pastelaria	1
Personal treinar	1
Pilates	1
Planos de Contingência	1
Pós graduação em procesdos de fabricação	1
Pós-graduação Desporto para populações Especiais	1
Prevenção contra incêndios	2
procura de emprego	1
Produtos Profissionais Mistolin higiene e limpeza	1
Programação	1
Qualidade	1
Recepcionista de hotel	1
Redes Informaticas	1
Restauração	1
Robotica e Automação Industrial	1
Saude	3
Saude , Técnicas Básicas aos Acidentes	1
Sensibilização em higiene e segurança do trabalho	1
Serralharia Civil	2
Serviço de Andares	1
Serviços de Apoio	1
Suporte Básico de vida	1
Tecelagem	1
Técnica Administrativa	2
Técnica de agência e viagens	1
técnica de informação e informática	1
Tecnica de logistica	1
técnica de proteção civil	1
Técnicas de laser	1
Tecnico agrario	1
Técnico apoio gestão	2
Técnico auxiliar de saúde	2
Técnico da qualidade	1
Técnico de Audiovisuais	1
Técnico de Cartografia e Desenho	1
Técnico de Design Gráfico	1
Técnico de Multimédia	1
Técnico em mecânica	1
Técnico em meio ambiente	1
Técnico profissional de Turismo	1
tipos de comunicação	1
Turismo	2

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 212. Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional?

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	9	32,1	23	13,2	13	12,3
Sim	17	60,7	130	74,7	80	75,5
Não sabe/Não responde	2	7,1	21	12,1	13	12,3
Total	28	100,0	174	100,0	106	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 213. Correspondeu a uma certificação de nível:

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
I (percurso A)	5	27,8	15	11,9	8	10,0
II (percurso B)	3	16,7	20	15,9	10	12,5
Não sabe/Não responde	10	55,6	91	72,2	62	77,5
Total	18	100,0	126	100,0	80	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 214. Em que área de certificação: (Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	Q
Administrativa	1
Assistente administrativo	1
Hotelaria	1
Informática	1
Secretariado	2
operador de manutenção hoteleira	1
Padaria pastelaria	1
Turismo	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade.

Quadro 215. Em que área de certificação: (Indivíduos que beneficiaram de: QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	QAE
12º Ano	1
Accao social	1
Admenistrativa	2
Afac	1
Animador Sociocultural nível III	1
apoio à infância	1
aptidões profissonais	1
Artesanato	1
Assistente Administrativo	1
Atendimento ao público	1
Aux cozinha	1
Auxiliar de crianças e apoio à gestão	1
Cálculo	1
Carpinteiro de limpos	1
Comércio	1
Computação	1
Contabilidade	1
Contínuo	1
Cozinha	1
Deficiência	1
Desenho gráfico	4
Desporto	1
Direito do Trabalho, Mkt, Informática de utilizador	1
eletrónica	1
Engenharia de produção	1
Formadora	1
Gestão	2
Gestão da Produção	1
Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente IV	1
Informática	3
Jardinagem	1
Marceneiro	1
Montagem de pneus	1
Multimédia	1
Nelo kaiakes	1

	QAE
Operador de Madeira e acabamentos de Mobiliário	1
Programação	1
Qualidade	1
Recursos humanos	1
Saúde	2
Secretariado	2
Segurança e saúde no trabalho	1
Segurança privada	1
serralharia	1
Serviço Social	1
Técnicas Administrativas nível IV	1
Técnicas de Qualidade	1
Tecnico agrario	1
Técnico auxiliar de saúde	1
Técnico/a de Ação Educativa	1
Turismo	2

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade.

Quadro 216. Em que área de certificação: (QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas)

	QAEE
12º Ano	1
Accao social	1
Administrativo	1
Animador Sociocultural nível III	1
aptidões profissonais	1
Artesanato	1
Assistente Administrativo	1
Aux cozinha	1
Cálculo	1
Comércio	1
Contabilidade	1
Contínuo	1
Deficiência	1
Design Gráfico	2
Engenharia de produção	1
Formadora	1
Gestão	2
Gestão da Produção	1
Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente IV	1
Informática	1
Jardinagem	1
Multimédia	1
Nelo kaiakes	1
Operador de Madeira e acabamentos de Mobiliário	1
Programação	1
Recursos humanos	1
Saúde	1
serralharia	1
Serviço Social	1
Técnicas Administrativas nível IV	1
Tecnico agrario	1
Técnico auxiliar de saúde	1
Transversal	1
Turismo	1
Turismo e Saúde	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 217. Avaliação do papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não sabe/Não responde	3	10,3	4	2,3	3	2,8
Nada importantes	3	10,3	6	3,4	5	4,7
Pouco importantes	4	13,8	16	9,1	6	5,6
Importantes	11	37,9	81	46,3	48	44,9
Muito importantes	8	27,6	68	38,9	45	42,1
Total	29	100,0	175	100,0	107	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 218. Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional? (Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	Q
arranjar trabalho apos a formação	1
As adaptações das atividades a realizar, face às nossas limitações.	1
Cooperação com empresas e principalmente com serviços publicos	1
Deveriam levar em consideração a coordenação da formação num todo.	1
Formação devidamente acompanhada para obter bons resultados.	1
Mais adaptados ao mercado laboral atual	1
Mais aulas práticas	1
Melhores apoios	1
Todo o sistema...	1
trerem msis paciencia	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade.

Quadro 219. Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional? (Indivíduos que beneficiaram de: QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	QAE
Mais formação	1
12 ano	1
a formação devia ser constante principalmente na area digital, pois está em constante mudança	1
A inserção no mercado de trabalho	1
A obrigação de cursos superiores a dois anos adquirirem o 12° ano.	1
Ajudante de Cozinha	1
Aprender mais sobre uma determinada área profissional com uma melhor preparação para o Mercado de trabalho	1
aprofundar mais a formção	1
Áreas diferentes de formação	1
As saídas profissionais, não há preocupação em integrar as pessoas no mercado de trabalhoe	1
Cada vez mais temos que trabalhar no que se refere valores humanos das pesooas	1
conteúdos mais dirigidos às necessidades das empresas	1
cursos com mais horas	1
cursos mais adequados à realidade do mercado de trabalho	1
Dar seguimento à empregabilidade	1
Dar trabalho depois do Curso	1
Depois da formação haver uma garantia para a inserção no mercado de trabalho. Andar de formação em formação e não haver inserção, a formação não passa disso mesmo, formação...	1
DEVERIA SER ACRESCENTAOA A SENSIBILIZAÇÃO PARA A HIGIENE PESSOAL	1
Devia ser aplicado uma percentagem mínima de empregabilidade, inclusão, cada processo ser seguido individualmente na procura de soluções, atualmente os cursos não tem a finalidade, um propósito, fazer cursos sem uma finalidade tem consequências nefastas, não existe formações financiadas para quem quer aumentar qualificações, por exemplo cursos ctesp, existe um foco excessivo na conclusão de quem não tem 12º, cursos no âmbito da dificiencia e incapacidade devia ter uma taxa minima de empregabilidade, assim como os cursos fora deste âmbito, é como ter a laranja mas a mesma não tem sumo, os cursos não tem substancia	1
Deviam ser atualizados os programas curriculares	1
escolher formações em áreas mais atuais da sua geração	1
Esta bom.. Não tenho nada a apresentar .	1
Falta de compreensão	1
Fazer cursos integrados c encaixe profissional direto!	1
Formação Cuidados de Crianças	1
Formação deixar a teoria -do nada que existe porque não existe- e passar para a prática qualitativa do real.	1

	QAE
Futuro vou ser repositora de mercado em pingo doce	1
Haver mais apoio para pessoas com incapacidades	1
Haver mais curso do 12 ano para pessoas com deficiência	1
maior adequação dos cursos em que as pessoas são inseridas, as capacidades, pespectivas, e ideias dos formando	1
maior aprofundamento das materias	1
Maior componente prática	1
maior coordenação com as empresas	1
Maior numero de horas praticas	1
mais conhecimento	1
Mais cussos práticos com as devidas condições logísticas .	1
Mais formação e mais conhecimento	1
mais importante adequar a oferta formativa á procura do mercado de trabalho, "garantir" (selecionar) entidades patronais que estejam mais interessadas nas pessoas e não tanto na mão de obra ...	1
Mais pratica, e menos teorica	1
Mais Práticas menos teórica mais tempo de Formação em contexto de trabalho.	1
Melhor acesso a formação e redução de custos	1
Melhores condições quando se passa de estágios para o mundo profissional	1
Menos horas	1
No fim dar o emprego	1
O acesso ao nível superior, no meu caso possuo o nivel IV e pretendo dar continuidade para obter o nivel V ou VI considero ter experiência profissional . Apesar das tentativas o acesso por vinculo da experiência profissional adquirida não é um fator considerado	1
O estágio	1
O modelo de ensino tradicional	1
Os cursos deveriam ter conteúdos programáticos mais aproximados do contexto efetivo e real de trabalho	1
Os Cursos deviam estar de acordo com as necessidades das empresas de cada região a serem administradas	1
Os estágios	1
Os trabalhadores contratados, por entidades publicas, no ambito da medida emprego apoiado em mercado aberto, deveriam beneficiar da adse. É uma barreira que é colocada e não deveria ser, tendo em conta a igualdade de direitos no local de trabalho e ainda mais quando se trata de pessoas com deficiência	1
Para já, há poucos curso, ou pouca variedade de cursos. No entanto nos cursos em que frequentei a maior dificuldade foi arranjar trabalho para me inserir. Principalmente porque ainda há muito estereótipo em relação ás pessoas com deficiência, para já nao falar que hoje em dia as pessoas entram nos empregos ou com cunhas, ou já tem que ter uma experiência de trabalho vasta. Os cursos de formação profissional deviam ter estágio profissional mais longos nas empresas.	1
Podiam ajudar	1
Quem os gere	1
Sim devíamos de ter mais formações	1
Talvez devessem ficar mais pessoas colocadas nos locais onde estagiaram.	1
Ter cursos que tem uma oportunidade de trabalho	1
ter um carro virem boscar o pessoal	1
Termos mais horas de prática em contexto de trabalho	1
UFCD com mais horas de Ciências Humanas, Ética e Deontologia	1
Um maior acompanhamento e Fiscalização por parte do IEFP	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade.

Quadro 220. Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional? (QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas)

	QAEE
Mais formação	1
12 ano	1
a formação devia ser constante principalmente na area digital, pois está em constante mudança	1
A inserção no mercado de trabalho	1
A obrigação de cursos superiores a dois anos adquirirem o 12° ano.	1
Cada vez mais temos que trabalhar no que se refere valores humanos das pesooas	1
cursos com mais horas	1
cursos mais adequados à realidade do mercado de trabalho	1
DEVERIA SER ACRESCENTAOA A SENSIBILIZAÇÃO PARA A HIGIENE PESSOAL	1
Deviam ser atualizados os programas curriculares	1
escolher formações em áreas mais atuais da sua geração	1
Esta bom.. Não tenho nada a apresentar .	1
Fazer cursos integrados c encaixe profissional direto!	1
Formação deixar a teoria -do nada que existe porque não existe- e passar para a prática qualitativa do real.	1

	QAEE
Futuro vou ser repositora de mercado em pingo doce	1
Haver mais apoio para pessoas com incapacidades	1
Haver mais curso do 12 ano para pessoas com deficiência	1
Maior componente prática	1
maior coordenação com as empresas	1
Mais formação e mais conhecimento	1
Mais pratica, e menos teorica	1
Mais Práticas menos teórica mais tempo de Formação em contexto de trabalho.	1
Melhor acesso a formação e redução de custos	1
Melhores condições quando se passa de estágios para o mundo profissional	1
Menos horas	1
No fim dar o emprego	1
O acesso ao nível superior, no meu caso possuo o nivel IV e pretendo dar continuidade para obter o nivel V ou VI considero ter experiência profissional . Apesar das tentativas o acesso por vinculo da experiência profissional adquirida não é um fator considerado	1
O estágio	1
O modelo de ensino tradicional	1
Os cursos deveriam ter conteúdos programáticos mais aproximados do contexto efetivo e real de trabalho	1
Os Cursos deviam estar de acordo com as necessidades das empresas de cada região a serem administradas	1
Os estágios	1
Os trabalhadores contratados, por entidades publicas, no ambito da medida emprego apoiado em mercado aberto, deveriam beneficiar da adse. É uma barreira que é colocada e não deveria ser, tendo em conta a igualdade de direitos no local de trabalho e ainda mais quando se trata de pessoas com deficiência	1
Para já, há poucos curso, ou pouca variedade de cursos. No entanto nos cursos em que frequentei a maior dificuldade foi arranjar trabalho para me inserir. Principalmente porque ainda há muito estereótipo em relação ás pessoas com deficiência, para já nao falar que hoje em dia as pessoas entram nos empregos ou com cunhas, ou já tem que ter uma experiência de trabalho vasta. Os cursos de formação profissional deviam ter estágio profissional mais longos nas empresas.	1
Quem os gere	1
Sim devíamos de ter mais formações	1
Termos mais horas de prática em contexto de trabalho	1
Um maior acompanhamento e Fiscalização por parte do IEFP	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 221. Beneficia/Beneficiou de medidas de apoio ao emprego?

	Q		QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	33	67,3	26	14,3	13	11,8
Sim	-	-	135	74,2	85	77,3
Não sabe/Não responde	16	32,7	21	11,5	12	10,9
Total	49	100,0	182	100,0	110	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 222. Por qual tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a?

	QAE		QAEE	
	Nº	% de casos (N= 132)	Nº	% de casos (N= 83)
Orientação e avaliação	15	11,4	6	7,2
Apoio à colocação	33	25,0	17	20,5
Acompanhamento pós-colocação	14	10,6	10	12,0
Estágio profissional	40	30,3	24	28,9
Estágio – Inserção	34	25,8	21	25,3
Estágio-emprego	16	12,1	11	13,3
Emprego protegido	6	4,5	5	6,0
Contrato-emprego inserção	38	28,8	26	31,3
Contrato-emprego apoiado em mercado aberto	24	18,2	18	21,7
Outra	19	14,4	8	9,6

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 223. Quantas experiências profissionais teve no passado?

	QAE	QAEE
0	6	3
1	30	17
2	15	12
3	20	16
4	14	7
5	13	6
6	3	1
7	2	2
8	1	1
10	4	4
informática	1	1
Mais de 10	1	1
Muitas	1	
Algumas	1	
Várias	2	1
	114	72

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 224. Há quanto tempo está/ esteve a exercer funções na(s) entidade (s) empregadora (s)?

	QAE		QAEE	
	Nº	% de casos (N= 79)	Nº	% de casos (N= 46)
Experiência profissional 1				
<1 ano	30	38,0	20	43,5
Entre 1 ano e 2 anos	24	30,4	13	28,3
Entre 2 anos e 3 anos	16	20,3	10	21,7
>3 anos	20	25,3	12	26,1
Não de aplica	5	6,3	2	4,3
	Nº	% de casos (N= 41)	Nº	% de casos (N= 26)
Experiência profissional 2				
<1 ano	11	26,8	6	23,1
Entre 1 ano e 2 anos	16	39,0	12	46,2
Entre 2 anos e 3 anos	4	9,8	3	11,5
>3 anos	9	22,0	6	23,1
Não de aplica	3	7,3	1	3,8
	QAE		QAEE	
	Nº	% de casos (N= 31)	Nº	% de casos (N= 15)
Experiência profissional 3				
<1 ano	12	38,7	4	26,7
Entre 1 ano e 2 anos	7	22,6	3	20,0
Entre 2 anos e 3 anos	5	16,1	5	33,3
>3 anos	8	25,8	5	33,3
Não de aplica	2	6,5	-	-
	Nº	% de casos (N= 22)	Nº	% de casos (N= 10)
Experiência profissional 4				
<1 ano	10	45,5	4	40,0
Entre 1 ano e 2 anos	3	13,6	2	20,0
Entre 2 anos e 3 anos	2	9,1	2	20,0
>3 anos	5	22,7	3	30,0
Não de aplica	3	13,6	-	-
	Nº	% de casos (N= 20)	Nº	% de casos (N= 10)
Experiência profissional 5				
<1 ano	10	50,0	5	50,0
Entre 1 ano e 2 anos	3	15,0	1	10,0
Entre 2 anos e 3 anos	1	5,0	1	10,0
>3 anos	4	20,0	3	30,0
Não de aplica	2	10,0	-	-

	QAE		QAEE	
	Nº	% de casos (N= 52)	Nº	% de casos (N= 45)
Experiência profissional Atual				
<1 ano	14	26,9	13	28,9
Entre 1 ano e 2 anos	8	15,4	8	17,8
Entre 2 anos e 3 anos	10	19,2	9	20,0
>3 anos	23	44,2	21	46,7
Não de aplica	7	13,5	4	8,9

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 225. Como integrou a entidade empregadora?

	QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%
Fui encaminhado/a através de um Centro de Recursos	13	10,2	4	5,0
Fui encaminhado/a através do IEFP	38	29,7	26	32,5
Candidatei-me por iniciativa própria	28	21,9	21	26,3
Realizei um Estágio	34	26,6	18	22,5
Outro meio	15	11,7	11	13,8
Total	128	100,0	80	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 226. Outro meio. Qual?

	QAE
Administrativo	1
Apoio a inserção através da Assol	1
Associação Paralisia Cerebral do Porto	1
Associação Salvador	1
Candidatei -me 5 vezes por iniciativa própria e uma vez fui apoiado pelo IEFP	1
CEERIA - Centro de Educação Especial, Reabilitação e Integração de Alcobaça	1
CEI+ e Estágio de inserção	1
Centro de Formação do Centro de paralisia cerebral de Beja	1
CRPG- Gaia	1
Curso	1
estágio com administrativo e apoio à exportação, mas se iefp fiscaliza-se fiz mais do que isso.	1
Fundação Padre Luís	1
IEFP - Coimbra	1
Lousã	1
Maia	1
Santa Casa da Misericórdia do Porto - CIAD	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 227. Outro meio. Qual?

	QAEE
Apoio a inserção através da Assol	1
Associação Paralisia Cerebral do Porto	1
Associação Salvador	1
Curso	1
IEFP - Coimbra	1
Lousã	1
Maia	1
Santa Casa da Misericórdia do Porto - CIAD	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 228. Como descreve o seu processo de adaptação à entidade empregadora nos seguintes aspetos: (Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	Muito difícil		Difícil		Fácil		Muito fácil		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Adaptação ao posto de trabalho	3	2,3	17	12,9	72	54,5	38	28,8	2	1,5	132	100,0
Relação com os/as colegas de trabalho	2	1,6	13	10,1	64	49,6	50	38,8			129	100,0
Adaptação às normas da entidade empregador	3	2,3	14	10,8	71	54,6	39	30,0	3	2,3	130	100,0
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	4	3,1	13	9,9	74	56,5	36	27,5	4	3,1	131	100,0
Relações com a(s) chefia(s)	6	4,6	6	4,6	71	54,6	46	35,4	1	0,8	130	100,0
Condições de acessibilidade	4	3,1	15	11,5	69	53,1	38	29,2	4	3,1	130	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 229. Como descreve o seu processo de adaptação à entidade empregadora nos seguintes aspetos: (QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas)

	Muito difícil		Difícil		Fácil		Muito fácil		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Adaptação ao posto de trabalho	1	1,2	12	14,3	45	53,6	25	29,8	1	1,2	84	100,0
Relação com os/as colegas de trabalho	1	1,2	8	9,6	41	49,4	33	39,8	-	-	83	100,0
Adaptação às normas da entidade empregador	1	1,2	7	8,4	50	60,2	24	28,9	1	1,2	83	100,0
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	2	2,4	7	8,4	50	60,2	23	27,7	1	1,2	83	100,0
Relações com a(s) chefia(s)	2	2,4	4	4,9	46	56,1	30	36,6	-	-	82	100,0
Condições de acessibilidade	3	3,6	7	8,4	46	55,4	23	27,7	4	4,8	83	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 230. Nos aspetos em que respondeu difícil ou muito difícil, indique os principais motivos para tal.

	QAE
A entidade empregadora pôs me numa actividade que não era a minha e não tinha condições para eu trabalhar com um braço que nso faz nada.	1
A minha relação com os colegas não era a melhor dada a sua incapacidade de comunicação; o desconhecimento de fatores relativos às minhas doenças crónicas. A minha dificuldade em adaptar-me ao emprego no qual sou licenciada.	1
Adaptação com o trabalho foi porque nunca tinha feito com os colegas e só com alguns porque todos querem mandar	1
Arrogancia, humilhação, desprezo pela minha doença, como ser humano, fui prejudicado monetariamente e na saúde	1
As burocracias obrigatórias (desnecessárias) da função pública.	1
Degraus	1
Demasiada pressão, realizar funções não descritas no contrato, etc	1
Embora alguns conteúdos fossem abordados no curso em contexto laboral e diferente.	1
Estrutura complexa com muitas funções; não me desloco para o emprego sozinha e por vezes escorrego quando o chão está molhado	1
Exigências patronais	1
Falta d comunicação, lingua gestual e gestos	1
Falta de acesso por escadas	1
Falta de compreensão.	1
Falta de comunicação	1
Falta de organização. Falta de funcionários, falta de respeito	1
Falta mais acessibilidades de acesso dentro das empresas	1
Feitio do Diretor Geral que usava muitos palavrões e chantagem moral aos subordinados.	1
Feito complicado do patrão	1
Ma acessibilidade, muito longe	1
Memória	1
Mobilidade reduzida	1
MUITA BORUCRACIA, DISTANCIA FÍSICA	1
Nao Estacada adaptada so question me esperava. A ninja colega as vexes fala Como nao me fala	1
Nas instalações anteriores existiam escadas de acesso.	1
pessoas pouco abertas à diferença	1
Tive alguma dificuldade com colegas de trabalho pois não entendiam os meus limites e algumas vezes "abusavam" da minha bondade	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade.

Quadro 231. Nos aspetos em que respondeu difícil ou muito difícil, indique os principais motivos para tal.

	QAEE
Adaptação com o trabalho foi porque nunca tinha feito com os colegas e só com alguns porque todos querem mandar	1
As burocracias obrigatórias (desnecessárias) da função pública.	1
Degraus	1
Embora alguns conteúdos fossem abordados no curso em contexto laboral e diferente.	1
Falta d comunicação, lingua gestual e gestos	1
Falta de acesso por escadas	1
Falta de compreensão.	1
Falta de comunicação	1
Falta mais acessibilidades de acesso dentro das empresas	1
Feito complicado do patrão	1
Mobilidade reduzida	1
MUITA BORUCRACIA, DISTANCIA FÍSICA	1
Nao Estacada adaptada so question me esperava. A ninja colega as vexes fala Como nao me fala	1
Nas instalações anteriores existiam escadas de acesso.	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 232. Houve necessidade de adaptação do seu posto de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas?

	QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%
Não	105	79,5	70	82,4
Sim	20	15,2	11	12,9
Não sabe/Não responde	7	5,3	4	4,7
Total	132	100,0	85	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 233. Como avalia a preparação da sua entidade empregadora para a integração profissional de pessoas com deficiência/incapacidade nos seguintes itens: (Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	Muito má		Má		Boa		Muito Boa		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Motivação e sensibilidade para o emprego de pessoas com deficiência/incapacidade	9	6,9	9	6,9	55	42,0	50	38,2	8	6,1	131	100,0
Recetividade para as adaptações razoáveis	5	3,9	8	6,2	62	48,1	42	32,6	12	9,3	129	100,0
Preparação organizacional da entidade para integrar a diferença	5	3,9	12	9,3	58	45,0	41	31,8	13	10,1	129	100,0
Nível de tratamento igualitário no que concerne a todos os direitos face aos demais trabalhadores (p.ex., progressão na carreira, acesso a cargos de dirigentes, promoções remuneratórias,...)	6	4,7	13	10,1	59	45,7	34	26,4	17	13,2	129	100,0
Recetividade para flexibilização do horário de trabalho para eventuais comparências em consultas, tratamentos, terapias,...	5	3,9	9	7,0	53	41,4	53	41,4	8	6,3	128	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 234. Como avalia a preparação da sua entidade empregadora para a integração profissional de pessoas com deficiência/incapacidade nos seguintes itens: (QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas)

	Muito má		Má		Boa		Muito Boa		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Motivação e sensibilidade para o emprego de pessoas com deficiência/incapacidade	2	2,4	2	2,4	39	47,0	38	45,8	2	2,4	83	100,0
Recetividade para as adaptações razoáveis	2	2,5	3	3,7	43	53,1	29	35,8	4	4,9	81	100,0
Preparação organizacional da entidade para integrar a diferença	1	1,2	2	2,5	43	53,1	31	38,3	4	4,9	81	100,0
Nível de tratamento igualitário no que concerne a todos os direitos face aos demais trabalhadores (p.ex., progressão na carreira, acesso a cargos de dirigentes, promoções remuneratórias,...)	1	1,2	2	2,5	46	56,8	24	29,6	8	9,9	81	100,0
Recetividade para flexibilização do horário de trabalho para eventuais comparências em consultas, tratamentos, terapias,...	2	2,5	4	5,0	39	48,8	34	42,5	1	1,3	80	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 235. Qual o regime de contrato de trabalho que detém?

	QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%
Não sabe / Não responde	19	14,6	6	7,1
Termo incerto	16	12,3	15	17,6
Termo certo	27	20,8	24	28,2
Sem termo (vulgo contrato efetivo)	33	25,4	29	34,1
Prestação de serviços	2	1,5	1	1,2
Estágio profissional	17	13,1	4	4,7
Outro	16	12,3	6	7,1
Total	130	100,0	85	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 236. Outro. Qual?

	QAE
Atividade Social ou de Saúde, celebrados no âmbito da Medida Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (Portaria nº82- C/2020de 31 de Março)	1
Atualmente reformado por invalidez.	1
CEI	2
Estágio de Inserção	2
Estágio de curso	2

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade.

Quadro 237. Outro. Qual?

	QAEE
CEI	1
Estágio de curso	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 238. Qual a modalidade do trabalho que exerce?

	QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%
Não sabe/Não responde	10	12,3	6	8,7
Tempo parcial	5	6,2	4	5,8
Tempo integral	66	81,5	59	85,5
Total	81	100,0	69	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 239. Em média, qual foi a sua última remuneração mensal líquida? (Considere o montante recebido depois de deduzidos os impostos)

	QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%
Não sabe/Não responde	11	8,4	4	4,8
≤ 600€	43	32,8	21	25,3
601-700€	32	24,4	23	27,7
701-800€	17	13,0	13	15,7
801-900€	14	10,7	9	10,8
901-1000€	7	5,3	6	7,2
>1000€	7	5,3	7	8,4
Total	**131**	**100,0**	**83**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 240. Comparativamente aos funcionários sem deficiência/incapacidade que realizam as mesmas funções, considera que a sua remuneração é:

	Muito baixa		Baixa		Elevada		Muito Elevada		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
QAE	16	12,5	41	32,0	19	14,8			52	40,6	128	100,0
QAEE	3	3,8	30	37,5	15	18,8			32	40,0	80	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 241. Ao nível da progressão de carreira, considera que os seus colegas de trabalho sem deficiência/incapacidade tendem a ser promovidos mais vezes?

	QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%
Não	52	39,7	31	37,3
Sim	46	35,1	41	49,4
Não sabe/Não responde	33	25,2	11	13,3
Total	**131**	**100,0**	**83**	**100,0**

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 242. Ao Alguma vez requereu o estatuto de teletrabalho?

	QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%
Sim	19	14,6	12	14,5
Não	111	85,4	71	85,5
Total	130	100,0	83	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 243. Qual foi o resultado desse pedido?

	QAE
Foi por causa do Covid-19	2
Negativo	1
Positivo	9
Recusaram, dizendo que não lhes era possível ter mais colaboradores com esse estatuto..	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade.

Quadro 244. Qual foi o resultado desse pedido?

	QAEE
acedido sem qualquer entrave	1
Bom	6
Negativo	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 245. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho: (Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	1- Muito insatisfeito/a		2 - Insatisfeito/a		3- Satisfeito/a		4 – Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Condições gerais de trabalho.	6	4,8	4	3,2	70	56,0	43	34,4	2	1,6	125	100,0
Tipo de contrato de trabalho.	8	6,5	14	11,3	60	48,4	32	25,8	10	8,1	124	100,0
Horário de trabalho.	5	4,0	7	5,6	64	51,6	47	37,9	1	0,8	124	100,0
Remuneração.	16	13,0	26	21,1	58	47,2	18	14,6	5	4,1	123	100,0
Funções desempenhadas.	6	4,8	5	4,0	78	62,9	34	27,4	1	0,8	124	100,0
Utilidade do trabalho que faz.	2	1,6	5	4,0	66	53,2	49	39,5	2	1,6	124	100,0
Ambiente de trabalho.	2	1,6	4	3,2	12	9,7	53	42,7	53	42,7	124	100,0
Relações interpessoais no trabalho.	4	3,2	11	8,9	58	46,8	50	40,3	1	0,8	124	100,0
Possibilidade de continuidade no posto de trabalho.	11	9,0	14	11,5	43	35,2	38	31,1	16	13,1	122	100,0
Oportunidades de formação contínua.	8	6,6	18	14,8	50	41,0	28	23,0	18	14,8	122	100,0
Liberdade e independência de atuação.	5	4,1	10	8,1	66	53,7	31	25,2	11	8,9	123	100,0
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade.	7	5,7	15	12,3	55	45,1	24	19,7	21	17,2	122	100,0
Respeito pela sua saúde, descanso e integridade física.	8	6,5	7	5,7	64	52,0	38	30,9	6	4,9	123	100,0
Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho adotadas pela entidade empregadora.	9	7,4	4	3,3	61	50,0	44	36,1	4	3,3	122	100,0
Disponibilização de recursos e meios para a melhoria do desempenho profissional	5	4,1	11	8,9	64	52,0	36	29,3	7	5,7	123	100,0
Gestão e resolução de conflitos	5	4,1	14	11,6	63	52,1	34	28,1	5	4,1	121	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 246. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho: (Indivíduos que beneficiaram de QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas)

	1- Muito insatisfeito/a		2 - Insatisfeito/a		3- Satisfeito/a		4 – Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Condições gerais de trabalho.	-	-	1	1,3	44	55,7	33	41,8	1	1,3	79	100,0
Tipo de contrato de trabalho.	2	2,6	6	7,7	38	48,7	28	35,9	4	5,1	78	100,0
Horário de trabalho.	2	2,6	5	6,4	35	44,9	36	46,2	-	-	78	100,0
Remuneração.	2	2,6	19	24,4	40	51,3	14	17,9	3	3,8	78	100,0
Funções desempenhadas.	-	-	2	2,6	52	66,7	24	30,8	-	-	78	100,0
Utilidade do trabalho que faz.	-	-	3	3,8	41	52,6	34	43,6	-	-	78	100,0
Ambiente de trabalho.	-	-	6	7,7	36	46,2	36	46,2	-	-	78	100,0
Relações interpessoais no trabalho.	-	-	5	6,4	38	48,7	35	44,9	-	-	78	100,0
Possibilidade de continuidade no posto de trabalho.	-	-	3	3,9	34	44,7	33	43,4	6	7,9	76	100,0
Oportunidades de formação contínua.	1	1,3	5	6,6	39	51,3	23	30,3	8	10,5	76	100,0
Liberdade e independência de atuação.	-	-	4	5,2	46	59,7	24	31,2	3	3,9	77	100,0
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade.	-	-	10	13,2	38	50,0	17	22,4	11	14,5	76	100,0
Respeito pela sua saúde, descanso e integridade física.	-	-	5	6,5	42	54,5	29	37,7	1	1,3	77	100,0
Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho adotadas pela entidade empregadora.	2	2,6	2	2,6	39	51,3	32	42,1	1	1,3	76	100,0
Disponibilização de recursos e meios para a melhoria do desempenho profissional	-	-	3	3,9	46	59,7	24	31,2	4	5,2	77	100,0
Gestão e resolução de conflitos	-	-	6	8,0	45	60,0	23	30,7	1	1,3	77	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 247. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho: (Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Muito Insatisfeito/a" e 4 "Muito Satisfeito/a").

	QAE		QAEE	
	Nº	Média	Nº	Média
Condições gerais de trabalho.	123	3,22	78	3,41
Tipo de contrato de trabalho.	114	3,02	74	3,24
Horário de trabalho.	123	3,24	78	3,35
Remuneração.	118	2,66	75	2,88
Funções desempenhadas.	123	3,14	78	3,28
Utilidade do trabalho que faz.	122	3,33	78	3,40
Ambiente de trabalho.	122	3,27	78	3,38
Relações interpessoais no trabalho.	123	3,25	78	3,38
Possibilidade de continuidade no posto de trabalho	106	3,02	70	3,43
Oportunidades de formação contínua.	104	2,94	68	3,24
Liberdade e independência de atuação.	112	3,10	74	3,27
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade.	101	2,95	65	3,11
Respeito pela sua saúde, descanso e integridade física.	117	3,13	76	3,32
Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho adotadas pela entidade empregadora.	118	3,19	75	3,35
Disponibilização de recursos e meios para a melhoria do desempenho profissional	116	3,13	73	3,29
Gestão e resolução de conflitos	116	3,09	74	3,23

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 248. As suas limitações originam que falte ao emprego?

	QAE		QAEE	
	Nº	%	Nº	%
Não sabe/Não responde	23	18,9	14	18,4
Tantas vezes como os outros	60	49,2	42	55,3
Menos vezes que os outros	21	17,2	11	14,5
Mais vezes que os outros	18	14,8	9	11,8
Total	122	100,0	76	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 249. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional. (Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	1- Muito insatisfeito/a		2 - Insatisfeito/a		3- Satisfeito/a		4 – Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais	5	4,3	5	4,3	67	57,3	34	29,1	6	5,1	117	100,0
Envolvimento e compromisso no trabalho.	1	0,9	3	2,6	66	56,9	41	35,3	5	4,3	116	100,0
Motivação no e para o trabalho.	5	4,3	8	6,8	53	45,3	46	39,3	5	4,3	117	100,0
Satisfação no trabalho.	3	2,6	10	8,7	61	53,0	37	32,2	4	3,5	115	100,0
Reconhecimento do desempenho.	8	6,8	12	10,3	55	47,0	33	28,2	9	7,7	117	100,0
Sentimento de realização pessoal.	7	6,0	9	7,7	51	43,6	44	37,6	6	5,1	117	100,0
Sentimento de realização profissional.	8	6,8	11	9,4	44	37,6	47	40,2	7	6,0	117	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 250. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional. (QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas)

	1- Muito insatisfeito/a		2 - Insatisfeito/a		3- Satisfeito/a		4 – Muito satisfeito/a		Não sabe/Não responde		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais			3	4,2	44	61,1	25	34,7			72	100,0
Envolvimento e compromisso no trabalho.			1	1,4	41	56,9	30	41,7			72	100,0
Motivação no e para o trabalho.	1	1,4	5	6,9	32	44,4	33	45,8	1	1,4	72	100,0
Satisfação no trabalho.			5	6,9	43	59,7	24	33,3			72	100,0
Reconhecimento do desempenho.	1	1,4	7	9,7	35	48,6	26	36,1	3	4,2	72	100,0
Sentimento de realização pessoal.	2	2,8	3	4,2	33	45,8	33	45,8	1	1,4	72	100,0
Sentimento de realização profissional.	2	2,8	5	6,9	29	40,3	34	47,2	2	2,8	72	100,0

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Quadro 251. Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional. (Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Muito Insatisfeito/a" e 4 "Muito Satisfeito/a").

	QAE		QAEE	
	Nº	Média	Nº	Média
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais	111	3,17	72	3,31
Envolvimento e compromisso no trabalho	111	3,32	72	3,40
Motivação no e para o trabalho	112	3,25	71	3,37
Satisfação no trabalho.	111	3,19	72	3,26
Reconhecimento do desempenho.	108	3,05	69	3,25
Sentimento de realização pessoal.	111	3,19	71	3,37
Sentimento de realização profissional.	110	3,18	70	3,36

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 252. Observações: (Indivíduos que beneficiaram de: Q – Apenas Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	Q
A criança tem 12 anos.	1
ajuda para se integrar na vida profissional	1
Falta de apoio efectivo atendendo às deficiências de cada pessoa.	1
nao tenho nenhuma observação	1
O estado devia de ser o principal empregador de pessoas portadoras de deficiência e não deixa-las ao abandono	1
tenho um filho com espectro de autismo que esta a tentar tirar o 12 ano no normal e acho mesmo com as dificuldades que eles tenhem deviam dar uma opurtanidade de darem o 12 ano para os inserirem no mercado de trabalho	1
Um dia fui a uma reunião no IEFP, porque eu gostaria de arranjar emprego, e trabalhar num "escritório" a fazer trabalho de secretariado, a trabalhar com computadores, a fazer faturação ou preparar documentos. Mas uma senhora no IEFP disse que é impossível eu trabalhar no escritório porque sou surda. Há muitos surdos trabalham neste área. Eu fiquei desiludida. Nós somos iguais aos ouvintes. Devíamos ter a mesma igualdade de oportunidades. Posto isto e caso seja possível. Eu gostava muito de tirar um curso de formação profissional no IEFP, com a interprete de LGP, para que possa ter a possibilidade de trabalhar em outra área que me vai ajudar muito na minha vida profissional futura. Com os melhores cumprimentos	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade; QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas.

Quadro 253. Observações: (Indivíduos que beneficiaram de: QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	QAE
À espera de dias melhores. Deveria de haver empressas que podessem dar a mão a estás pessoas Obrigado	1
acho muito importante haver estes inquéritos porque a realidade de pessoas com deficiencia no mundo do trabalho por vezes é muito dificil	1
acho que as pessoas com deficiência ou incapacidade, deviam ter mais atenção, pois por vez são mais eficientes e produtivas que pessoas ditas " normais ".	1
Acho que este inquérito, tem muitas falhas, não permite respostas objetivas....	1
Adoro o que faço	1
Ajudente de cozinha	1
As formações, para além de trabalhar os conteúdos gerais para um grupo homogéneo, deveria ter em atenção alguns conteúdos pertinente para os indivíduos que as frequentam, tendo em vista as características de cada um.	1
As mesmas que referi anteriormente, formação sem inserção, só serve para conhecimento, o que é ótimo para jovens e só …	1
As pessoas com deficiência ou incapacidade merecem uma oportunidade no Mercado de trabalho apesar da dificuldade que tenham	1

	QAE
Atenção, que este trabalho que tenho actualmente nao foi com ajuda do Centro de emprego. Fui eu que com o meu próprio suor e determinação e perspicácia consegui adquirir. Devido á experiência profissional que fui adquirindo consegui entrar no local de trabalho onde estou actualmente.	1
Deveria haver mais fiscalização e controle por parte do IEFP, afim de evitar situações mais complexas e de ruptura.	1
Deveriam dar conhecimento e métodos de se falar com as pessoas com deficiência pois pode se falar de tudo mas de formas diferentes que eles entendam	1
Este inquérito parte do pressuposto que estamos empregados. Repito: Estou desempregado há 5 anos.	1
Existe a necessidade de mudanças drásticas.	1
Fiquei muito satisfeito com a oportunidade que me foi dada para um novo ciclo da minha vida numa outra área, apesar das grandes dificuldades que tenho a nível dos braços, que até o multiusos me retiraram lamentável	1
já escrevi	1
Lamento por não ter conseguido atingir os meus objetivos de progressão/construção de carreira na área que eu gosto aquando esta experiência profissional.	1
Lamento que não haja contratos menos temporários na área de Técnico de apoio à infância para pessoas com a minha limitação porque sinto que trabalho bem e dizem-me isso, mas, por motivos económicos não criam emprego.	1
Multi bom poder spreader Coisas novas.	1
Não é fácil a inserção no mercado de trabalho com deficiência, não nos dão valor	1
Não tenho Carta de Condução. Tenho algumas dificuldades motoras.	1
O IEFP para os incapacitados - os faz sofrer e os humilha. Pessoas como eu sentem que estão a dar trabalho a licenciados (Drs) , que a única coisa que fazem é querer estagios temporários "aqui e ali! para o nosso desemprego continuar ao fim de meses - para terem ordenado e € no banco à custa das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade .	1
O Mercado de trabalho devia ser organizado de tal forma que pessoas com limitações independente das áreas pudessem ser canalizadas para os desempenhos à medida das suas capacidades. O que impediria que em certos trabalhos houvessem pessoas sub ou sobre-avaliadas para o desempenho das actividades	1
O meu marido tem uma capacidade teve parecia cerebral	1
Obrigada por tudo 😊	1
Os profissionais do instituto de emprego quando colocam as pessoas com deficiência em empregos cujo as entidades empregadoras ganham uma bolsa para lá estarmos deviam ir sem avisar ver as condições de trabalho que nós empregados temos!!	1
Por favor, dar a possibilidade aos trabalhadores que exercem funções na função publica ao abrigo da medida EAMA contrato sem termo de terem adse. É discriminatório. Para as mesmas funções deveriam ser assegurados os mesmos direitos.	1
Que o estado nos apoiassem mais e as entidades que nos querem dar emprego.	1
sou grata á vida por ter colocado ás pessoas certas no meu caminho:)	1
Tenho capacidade de realização de trabalhos como as outras pessoas esquecem me algumas coisas mas sou normal a trabalhar	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade.

Quadro 254. Observações: (Indivíduos que beneficiaram de: QAE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade)

	QAEE
acho muito importante haver estes inquéritos porque a realidade de pessoas com deficiencia no mundo do trabalho por vezes é muito dificil	1
acho que as pessoas com deficiência ou incapacidade, deviam ter mais atenção, pois por vez são mais eficientes e produtivas que pessoas ditas " normais ".	1
Adoro o que faço	1
As formações, para além de trabalhar os conteúdos gerais para um grupo homogéneo, deveria ter em atenção alguns conteúdos pertinente para os indivíduos que as frequentam, tendo em vista as características de cada um.	1
Atenção, que este trabalho que tenho actualmente nao foi com ajuda do Centro de emprego. Fui eu que com o meu próprio suor e determinação e perspicácia consegui adquirir. Devido á experiência profissional que fui adquirindo consegui entrar no local de trabalho onde estou actualmente.	1
Deveriam dar conhecimento e métodos de se falar com as pessoas com deficiência pois pode se falar de tudo mas de formas diferentes que eles entendam	1
Fiquei muito satisfeito com a oportunidade que me foi dada para um novo ciclo da minha vida numa outra área, apesar das grandes dificuldades que tenho a nível dos braços, que até o multiusos me retiraram lamentável	1
Multi bom poder spreader Coisas novas.	1
Não é fácil a inserção no mercado de trabalho com deficiência, não nos dão valor	1
O IEFP para os incapacitados - os faz sofrer e os humilha. Pessoas como eu sentem que estão a dar trabalho a licenciados (Drs) , que a única coisa que fazem é querer estagios temporários "aqui e ali! para o nosso desemprego continuar ao fim de meses - para terem ordenado e € no banco à custa das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade .	1
Obrigada por tudo 😊	1
Por favor, dar a possibilidade aos trabalhadores que exercem funções na função publica ao abrigo da medida EAMA contrato sem termo de terem adse. É discriminatório. Para as mesmas funções deveriam ser assegurados os mesmos direitos.	1
sou grata á vida por ter colocado ás pessoas certas no meu caminho:)	1

Fonte: Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (2022).

Legenda: Indivíduos que beneficiaram de QAEE - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade e Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade e que se encontram atualmente empregadas

2.1.5 Sinopses das entrevistas

Sinopse Entrevistas:

Federação Portuguesa da Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência e Incapacidade (FORMEM) (23 Junho 2022)

Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) (15 Março 2022)

Centro de Educação e Formação Profissional Integrada (CEFPI) (1 Agosto 2022)

RELEVÂNCIA /COERÊNCIA

Ajustamento das Ações às necessidades das PCDI

- Rigidez modelos pouco adaptada à realidade das PCDI
- Perdeu-se na formação profissional a capacidade de inovação, sobretudo para novos modelos de intervenção com as PCDI (âmbito da qualificação). Este fator faz com que as intervenções atuais se assemelhem ao perfil de intervenções iguais há 20 anos
- Os referenciais adaptados não se encontram realmente ajustados à realidade dos tipos de PCDI
- Uma das soluções que pode haver é fazer cursos com saídas profissionais múltiplas
- Outra é a existência de formação alargada (universal) e garantir um conjunto de vagas para PCDI cuja intervenção seria adaptada aos contextos locais e regionais, sobretudo na FCT
- Existe um problema na acessibilidade dos jovens à rede (densa) de respostas sociais para as PCDI
- Existe muito mais foco na qualificação e menos valorização do emprego, onde apenas se centram em indicadores de emissão de certificados.
- Existe ainda uma cultura assistencialista. O modelo de formação existente é pouco indutor de emprego. A carga teórica é bastante desequilibrada face à formação em contexto de trabalho. A formação deve criar o posto de trabalho e não haver a prática da realização de cursos de formação para ocupar as PCDI
- O modelo da passagem da formação para o estágio e do estágio para o emprego. As medidas de apoios ao emprego são muito boas.

Formas de articulação estabelecidas com outros programas e outros dispositivos de intervenção para as PCDI

- Múltiplas articulações
- CLAS das Redes Sociais
- CLDS
- MAVI
- Até que ponto o Programa contribuiu para a mobilização dos atores e parceiros? Que tipo de parcerias se verificaram?

EFICÁCIA

Mecanismos de sinalização as PCDI alvo da medida

- O sistema depende da cooperação entre os centros de recursos e centros de emprego. Se esta cooperação em rede for fluida, os resultados aparecem.
- No caso da deficiência intelectual é onde incide a maior fatia dos desempregados DLD
- Nos casos onde existe essa articulação, existe criação de emprego (caso dos contextos das entidades entrevistadas)
- O foco dos centros de recursos deve ser o encaminhamento e acompanhamento das colocações

Fatores que a potenciaram / limitaram no cumprimento dos objetivos

- A criação de percursos de ativação integrados tem influenciado a capacidade de alcance e envolvimento de PCDI
- O fator determinante para o sucesso é a articulação dos centros com o IEFP e os recursos comunitários
- potenciar os recursos comunitários (Rede de encaminhamento interno e externo)
- Partilha de boas práticas e procedimentos- embaixadores de boas práticas

Medidas a implementar para se obterem melhores ganhos em termos de eficácia

- Processo cultural e paradigma de reabilitação pouco ativo
- É necessário criar um modelo de apoios dirigidos não para reabilitar, mas para conseguir que ela funcione na comunidade, ou seja, de um modelo de para modelo de apoios.
- Não interessa avaliar QI e outros perfis sem resolver os aspetos que bloqueiam a vida das PCDI na comunidade
- O modelo de apoios POISE serve ainda o paradigma da reabilitação
- Criação de processo de orientação, encaminhamento e integração (assente no maior acompanhamento e num aconselhamento mais personalizado)
- Podiam ser contratualizados pacotes de apoios para serem distribuídas pelas necessidades específicos (contratualização flexível)
- Os Centros de Recursos que não têm sucesso em indicadores de inclusão profissional de jovens podiam estar vedados de candidatura, ou seja, premiar os níveis de resultados em determinados indicadores
- Ações de Capacitação dos Centros de Recursos

EFICIÊNCIA

Adequação do volume de recursos financeiros alocado às intervenções

- O problema não é o orçamento e a dimensão dos apoios - As verbas disponíveis revelaram-se /são adequadas às necessidades de intervenção, mas sim os fatores de sucesso identificados pelos atores (ver supra)
- Cultura de flexibilidade e confiança seria importante na relação com o PO ISE – é importante que as regras de execução financeira não sejam a ferramenta de controlo. Privilegia-se as normas em detrimento dos resultados
- Com o mesmo orçamento e mais liberdade seria possível obter mais resultados para as PCDI

Relacionamento com o POISE

- Na administração publica não são claros os canais de apoio. No caso do IEFP não se conhecem os interlocutores que façam a orientação entre centros de formação e serviços centrais. O mesmo se passa no campo da educação das PCDI
- No caso do PO ISE não são realizados visitas técnicas
- Há 20 anos que não chegam especialistas internacionais nesta área para organizar formação a professores e técnicos
- O INR não tem organizado sessões de aprendizagem coletiva

(Realização de sessões de trabalho; Realização de visitas técnicas; Disponibilização de instrumentos de apoio à monitorização das atividades; Orientações de apoio à implementação das ações; Disponibilização de manuais/guias de apoio; Apoio estratégico,…)

IMPACTO/ SUSTENTABILIDADE

Reação aos impactos nas PCDI

- Ineficácia global do sistema com indicadores muito negativos. Existem mais PCDI a viver em Lares Residenciais do que a trabalhar.
- Por outro lado, as taxas de criação de emprego globais andam à volta dos 11% que é um valor muito baixo (este valor é de 80% no âmbito das 3 entidades entrevistadas)
- Pouca orientação para resultados
- Seria importante criar outro tipo de indicadores que se foquem nos resultados e impactos na vida pessoal das PCDI (criação de melhor participação na família, Melhorias na saúde , mais amigos m gestão do seu dinheiro,…)

As mudanças seriam alcançáveis sem os apoios POISE?

- No Algarve e Lisboa os resultados são bem menos expressivos quando comparados aos territórios em que o POISE
- Total dependência dos FEEI, pois não há outra fonte de apoios para o desenvolvimento das ações destinadas às PCDI
- Seria impossível financiar as organizações que trabalham com PCDI apenas pelas suas fontes de receita e sistemas de negócio

Sustentabilidade dos apoios

- As entidades auscultadas fizeram processos com EE a principal razão para as EE empregarem PCDI é o perfil dos apoios e as garantias do acompanhamento que os centros de recursos, pois o segundo fator é a melhoria do ambiente social que se regista nessas entidades
- Cada das entidades entrevistadas tem, em média, mais de 300 parcerias ativas. A taxa de renovação das parcerias é quase total

Contributos registados na aprendizagem e desenvolvimento profissional dos técnicos e das organizações

- As organizações que trabalham com PCDI produzem muito pouco conhecimento que qualifique as intervenções
- Os novos paradigmas da deficiência não estão a ser promovidas pelo ensino superior, como a intervenção centrada na pessoa
- As competências dos técnicos que chegam às organizações são lacunares em aspetos centrais, como metodologias e técnicas

2.1.6 Fichas de estudos de caso

Estudo de caso: Projeto A

Entrevistas via MsTEAMS com:

1 Elemento da equipa Coordenadora do Projeto
3 Entidades empregadoras
3 Ex-participantes

Enquadramento:

Tipo de entidade

A entidade foi fundada em 22 de Março de 1987. No distrito de Viseu foi a primeira entidade a apoiar de forma sistemática a integração de crianças e jovens com deficiência nas escolas regulares (1991), a criar um Centro de Atividades Ocupacionais (1991), a apoiar a criação de um enclave de emprego protegido (1991) e a criar o primeiro fórum sócio ocupacional (1999) da região centro.

Em termos metodológicos foi pioneira:

- ✓ no apoio de crianças e jovens com deficiência nas escolas regulares na utilização de estágios em empresas para realização da formação tecnológica prática dos cursos de formação profissional
- ✓ na colocação pessoas adultas com deficiência em famílias de acolhimento
- ✓ na realização de experiência sócio profissionais em ambientes naturais de trabalho por pessoas com deficiência graves e pessoas com doença mental crónica
- ✓ na aplicação sistemática da metodologia Planeamento Centrado na Pessoa

A tentativa de responder ao sonho muito referido de "ter um trabalho" levou à sistematização e generalização das experiências sócio profissionais (ESP) por pessoas do Forum Sócio Ocupacional e do Centro de Actividades Ocupacionais ao ponto deatualmente, o trabalho no exterior ser uma das componentes importantes das actividades ocupacionais. Esta opção pela valorização das experiências em ambientes comunitários tem conduzido à perca de importância relativa de algumas das atividades tradicionais e exige uma adaptação constante da organização interna.

Área geográfica de atuação

Distrito de Viseu
CENTRO DE S. PEDRO DO SUL
Centro de Actividades Ocupacionais
Forum Sócio Ocupacional
LAR DE APOIO JOSÉ PEDRO
Apoio Residencial
PÓLO DE TONDELA
Intervenção Precoce
CRI – Centro de Recursos para a Inclusão
GAPRIC – Gabinetes de Apoio a Programas Incluídos na Comunidade
Formação Profissional
PÓLO DE CASTRO DAIRE
CRI – Centro de Recursos para a Inclusão
Formação Profissional
GAPRIC – Gabinetes de Apoio a Programas Incluídos na Comunidade
PÓLO DE MORTÁGUA
GAPRIC – Gabinetes de Apoio a Programas Incluídos na Comunidade
Formação Profissional
PÓLO DE VILA NOVA DE PAIVA
Formação Profissional
PÓLO DE VISEU
Formação Profissional

PCDI alvo do estudo de caso

	1	2	3

Sexo	Feminino	Feminino	Feminino
Idade	26	54	51
Área de residência	São Pedro do Sul	Oliveira de Frades	Oliveira de Frades
Habilitações literárias	12.º ano	8º ano	6º ano
Dificuldades ou limitações que poderão ocasionar adaptações do posto de trabalho, remoção de barreiras arquitetónicas ou outros ajustes.	Ouvir, mesmo usando aparelho auditivo Ver, mesmo usando óculos ou lentes de contacto Compreender os outros ou fazer-se entender	Dificuldade visual pode ocasionar algum tipo de adaptação no futuro.	
Tipo de deficiência	Auditiva Intelectual	Visual	Intelectual
Apoios recebidos	Orientação e avaliação Apoio à colocação Acompanhamento pós-colocação Estágio profissional Contrato-emprego apoiado em mercado aberto	Orientação e avaliação Qualificação e formação profissional Apoio à colocação Acompanhamento pós-colocação Contrato-emprego inserção	Orientação e avaliação Apoio à colocação Acompanhamento pós-colocação Contrato-emprego inserção

Entidades empregadoras alvo do estudo de caso

	1	2	3
Natureza jurídica da entidade	Privada com fins lucrativos	IPSS	Entidade Privada
N.º de funcionários/PCDI (incapacidade certificada ≥ 60%):	4	7	2
Número total de funcionários/as com incapacidade certificada ≥ 60% contratou ao abrigo das medidas	2	4	2
Perfil PCDI	4 trabalhadores. Todos com escolaridade inferior ao 9º ano. Tipos de deficiência: 3 intelectual e 1 da linguagem. Todos com contrato EAMA ou ENCLAVE e todos sem termo	Os trabalhadores têm formação entre o 4º e 12º ano. Tipologias: intelectual; cardíaca; motora; auditiva; emocional; Contratos de trabalho sem termo.	(Emprego Apoiado em Mercado Aberto; 9º ano; deficiência física, contrato sem termo) (Emprego Apoiado em Mercado Aberto; 6º ano; deficiência intelectual; contrato sem termo)
abrigo das seguintes medidas de política pública	Contrato de Emprego apoiado	Contrato de Emprego apoiado	Contrato de Emprego apoiado
Perfil de Encaminhamento	Foram encaminhados através de Centros de Recursos	Foram encaminhados através de Centros de Recursos	Foram encaminhados através de Centros de Recursos

EFICIÊNCIA

Na avaliação da adequação e balanço dos instrumentos de financiamento, a entidade refere que estes podem ser insuficientes no caso da formação, tendo em conta que as PCDI no território apresentam muitas dificuldades financeiras (50% do IAS). Existe um rácio 100 mil euros para a intervenção com cerca de 150 PCDI.

Na componente de apoio pós colocação, se este apoio for em permanência, é suficiente. Embora enquanto os contratos de trabalho duram, seja necessário mobilizar apoios continuados "ao longo da vida". Para tal, é crucial a renovação de apoios para acompanhamento pós colocação e a criação de condições para a estabilidade da equipa técnica permanente da entidade.

A avaliação do relacionamento com o POISE é positivo, sobretudo com o OI IEFP com que articulam de forma intensiva. Ainda assim, referem que em termos de eficiência operativa, é por vezes complexo e moroso o processo de submissão de despesa (afirmam à data que têm 2 reembolsos submetidos e não pagos).

EFICÁCIA

De uma maneira geral, o balanço do trabalho desenvolvido é considerado positivo, com resultados visíveis sobretudo ao nível das taxas de inserção profissional das PCDI.

De uma maneira geral, o balanço do trabalho desenvolvido é considerado positivo, com resultados visíveis sobretudo ao nível das taxas de inserção profissional das PCDI (80%).

Apoiam as PCDI na inscrição do Centro de emprego e apoio todo o percurso até ao Estágio e contrato de trabalho.

Como fatores de sucesso das intervenções, destaca-se o Modelo de ação individualizado e a articulação conjunta com IEFP. Estes são considerados os dois principais fatores de sucesso das intervenções.

Por outro lado, a experiência da entidade e a sua articulação com a comunidade (Redes Sociais, equipas de RSI, IEFP, escolas, ação social dos municípios, empresas, …). A rede estável de recursos comunitários é igualmente um fator preponderante, sobretudo no processo de orientação e encaminhamento das PCDI.

Como fatores de insucesso, são ainda destacados fatores como os processos burocráticos e exigências do PO ISE/IEFP, assim como alguma insegurança dos financiamentos (temporalidade do pagamento de pedidos de reembolso). Outro fator decisivo é a inexistência de apoios para formação das famílias das PCDI com baixos rendimentos e baixos níveis de qualificação.

No quadro dos Mecanismos de informação e sensibilização das Entidades Empregadoras, a entidade trabalha num quadro de proximidade, baseado no Contacto direto (mail e telefone, presencial) e numa abordagem de matching entre expetativas de ambas as partes. São igualmente realizados eventos de mobilização dos atores locais das diversas comunidades territoriais de intervenção.

Outro dos elementos que atestam a boa eficácia das intervenções da entidade tem a ver com o escasso número de formandos/as que nos últimos anos tiveram uma experiência de emprego que não singrou e que retornaram ao percurso formativo (apenas 6 PCDI).

As principais razões que se encontram na base das situações de insucesso na passagem da fase da qualificação/formação para o mercado de trabalho, são sobretudo psicológicas (de algumas PCDI), de saúde e de pontuais processos de despedimentos em massa em determinadas entidades empregadoras.

Por último, os interlocutores reforçam a ideia de que o Acompanhamento pós colocação e apoio pós laboral é fator essencial para manter a inserção profissional e pessoal da PCDI, sobretudo tendo em conta as debilidades que influenciam o desempenho de tarefas profissionais, tais como apoios de saúde, psicologia, gestão financeira, gestão doméstica, literacia, apoios a tarefas diárias, adaptações várias e apoios em situações de comorbilidade com situações de doença mental e comportamentos aditivos. Se não há suporte a este nível, a sustentabilidade do emprego é mais frágil.

Em jeito de recomendação para uma melhor eficácia das intervenções, defendem que seria benéfico um guideline para os centros de recursos, a partir de benchmarking e sistematização de boas práticas. Os centros de recursos recebem muito pouca orientação técnica. Apenas orientações do IEFP, sobretudo baseado em regras do financiamento, mas seria necessário mais ações de benchmarking (nacionais e internacionais com a sinalização de melhores práticas dos centros de referência ou até a criação de linha de capacitação das organizações, empregadores e entidades públicas.

TESTE DA TDM

MEDIDAS DE QUALIFICAÇÃO

Resultados associados QUALIFICAÇÃO	Evidências
Obtenção de certificação profissional e obtenção de certificado de frequência, pelas PCDI	#15PCDI % de PCDI certificada após frequência de formação/qualificação Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional? Correspondeu a uma certificação de nível?

1	Sim 12º ano
2	Sim, obtive o certificado de formação Sem nível atribuído formal

	3 — Não fez
Aumento das qualificações profissionais e empregabilidade das PCDI	Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho? 1 — A formação que realizei atribuiu certificação mas não lhe permitiu obter integração profissional. Ficou desempregada. Teve que ser outro centro de recursos, da sua área de residência, neste caso a entidade a coloca-la profissionalmente, através do apoio à colocação. 2 — desenvolvi competências de trabalho, realizei aprendizagens das atividades ligadas à minha área profissional, Ganhei força para lidar com questões da minha vida privada, desenvolvi aspetos ligados à mobilidade na vila e no trabalho, Aprendi a comunicar de forma mais correta com os colegas, 3 — Sem avaliação
Aumento da participação e contato com o mercado de trabalho	Aumento da participação e contato com o mercado de trabalho Como integrou a entidade empregadora? 1 — Através do apoio à colocação 2 — Através do Apoio à Colocação 3 — Através do curso de Formação Profissional. Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a? 1 — EAMA – Emprego Apoiado em Mercado Aberto 2 — Contrato de Emprego e Inserção para PCDI 3 — Emprego Apoiado em Mercado Aberto
Aumento das competências socioprofissionais em mercado de trabalho	Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho? 1 — A formação que realizei atribuiu certificação mas não lhe permitiu obter integração profissional. Ficou desempregada. Teve que ser outro centro de recursos, da sua área de residência, neste caso a entidade a coloca-la profissionalmente, através do apoio à colocação. 2 — - desenvolvi competências de trabalho, - realizei aprendizagens das atividades ligadas à minha área profissional, - Ganhei força para lidar com questões da minha vida privada, - desenvolvi aspetos ligados à mobilidade na vila e no trabalho, - aprendi a comunicar de forma mais correta com os colegas, 3 — Sem avaliação Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação) 1 — No caso não, porque até ficou com uma depressão no fim do curso, pois voltou para casa sem trabalho e perdeu contacto com os colegas da escola. 2 — Sim, Sinto que tenho mais competências de trabalho- realizei aprendizagens das atividades ligadas à minha área profissional, - desenvolvi aspetos ligados à mobilidade na vila e no trabalho, - aprendi a comunicar de forma mais correta com os colegas 3 — Não fez formação e não avaliou Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional? 1 — A formação deve apostar o mais possível nas experiências práticas em contexto de trabalho 2 — O valor da bolsa que se recebe. 3 — Não fez formação e não avaliou

Mecanismos da TdM Medidas QUALIFICAÇÃO	Evidências
M1. PCDI são encaminhadas adequadamente face ao seu	**#8PCDI** Grau de coerência/sinergia entre as medidas e apoios e a heterogeneidade de PCDI

<table>
<tr><td>perfil e características - Rede interna e externa</td><td>A aplicação sistemática da metodologia “Planeamento Centrado na Pessoa” tornou possível as intervenções mais adaptadas às características das PCDI e os resultados positivos alcançados (taxas de inserção e de renovação)0, mas é necessário um apoio ao longo da vida para colmatar problemas individuais que podem colocar em causa a manutenção do emprego das PCDI.</td></tr>
<tr><td>M2. PCDI adquirem expetativas positivas para a obtenção de emprego e frequência de formação</td><td>#9PCDI % ex-participantes que frequentou uma ação correspondente às suas motivações iniciais
#10PCDI % de PCDI que reconhecem a adequação das medidas ao seu perfil e necessidades
Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação)<table><tr><td>1</td><td>No caso não, porque até ficou com uma depressão no fim do curso, pois voltou para casa sem trabalho e perdeu contacto com os colegas da escola.</td></tr><tr><td>2</td><td>Sim, Sinto que tenho mais competências de trabalho- realizei aprendizagens das atividades ligadas à minha área profissional,
- desenvolvi aspetos ligados à mobilidade na vila e no trabalho,
- aprendi a comunicar de forma mais correta com os colegas</td></tr><tr><td>3</td><td>Não fez formação e não avaliou</td></tr></table>Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional?<table><tr><td>1</td><td>A formação deve apostar o mais possível nas experiências práticas em contexto de trabalho</td></tr><tr><td>2</td><td>O valor da bolsa que se recebe.</td></tr><tr><td>3</td><td>Não fez formação e não avaliou</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>M3. O percurso formativo é adequado às potencialidades, expetativas, aspirações e gostos das PCD</td><td>Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho?<table><tr><td>1</td><td>A formação que realizei atribuiu certificação mas não lhe permitiu obter integração profissional. Ficou desempregada. Teve que ser outro centro de recursos, da sua área de residência, neste caso a entiadade a coloca-la profissionalmente, através do apoio à colocação.</td></tr><tr><td>2</td><td>- desenvolvi competências de trabalho,
- realizei aprendizagens das atividades ligadas à minha área profissional,
- Ganhei força para lidar com questões da minha vida privada,
- desenvolvi aspetos ligados à mobilidade na vila e no trabalho,
- aprendi a comunicar de forma mais correta com os colegas,</td></tr><tr><td>3</td><td>Sem avaliação</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>M4. PCDI acedem à formação e tenderão a ficar mais qualificadas e preparadas para o ingresso no mercado de trabalho +

M5 O contexto de experimentação minimiza o risco e ajuda a criar confiança nos empregadores removendo barreiras e facilitando a transição</td><td>#3PCDI Tipologia de apoio técnico, por sexo, grupo etário e habilitação escolar e tipo def.

#14PCDI % PCDI mais autoconfiantes nas suas capacidades para integrar o mercado de trabalho
Há quanto tempo se encontra a exercer funções na entidade empregadora?<table><tr><td>1</td><td>Há 5 anos</td></tr><tr><td>2</td><td>8 meses</td></tr><tr><td>3</td><td>4 anos</td></tr></table>Como integrou a entidade empregadora?<table><tr><td>1</td><td>Através do apoio à colocação da Entidade</td></tr><tr><td>2</td><td>Através do Apoio à Colocação</td></tr><tr><td>3</td><td>Através do curso de Formação Profissional.</td></tr></table>Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a?<table><tr><td>1</td><td>EAMA – Emprego Apoiado em Mercado Aberto</td></tr><tr><td>2</td><td>Contrato de Emprego e Inserção para PCDI</td></tr><tr><td>3</td><td>Emprego Apoiado em Mercado Aberto</td></tr></table>
A formação que frequentou preparou-o para as atuais funções na entidade?</td></tr>
</table>

1	Pouco
2	Sim, sem a formação não estaria onde estou hoje.
3	Para mim foi fácil essa adaptação, porque já no apoio à colocação começaram a trabalhar comigo essas competências

#11PCDI % ex-participantes que após ter concluído a Ação procurou trabalho por iniciativa própria
Não existem casos nos EC

MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO

Resultados associados a Medidas APOIOS AO EMPREGO	Evidências recolhidas
Novos empregos criados para as PCDI	Novos empregos criados para as PCDI **#41PCDI** % de ex-participantes que recebeu oferta de emprego após término das Ações Há quanto tempo se encontra a exercer funções na entidade empregadora? 1 Há 5 anos 2 8 meses 3 4 anos Como integrou a entidade empregadora? 1 Através do apoio à colocação da Entidade 2 Através do Apoio à Colocação 3 Através do curso de Formação Profissional. Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a? 1 EAMA – Emprego Apoiado em Mercado Aberto 2 Contrato de Emprego e Inserção para PCDI 3 Emprego Apoiado em Mercado Aberto A formação que frequentou preparou-o para as atuais funções na entidade? 1 Pouco 2 Sim, sem a formação não estaria onde estou hoje. 3 Para mim foi fácil essa adaptação, porque já no apoio à colocação começaram a trabalhar comigo essas competências
Integração das PCDI em empregos de qualidade e sustentáveis	Integração das PCDI em empregos de qualidade e sustentáveis **#49PCDI** Grau de satisfação com a situação profissional das PCDI

	1	2	3
Adaptação ao posto de trabalho	No início tive algumas dificuldades, mas depois consegui adaptar-me e fazer as tarefas sem dificuldade	Apesar de não ser fácil no início, com apoio do patrão, colegas e técnica do CRQE acabei por conseguir	correu muito bem
Relação interpessoal com colegas	Sei que às vezes tivemos as nossas dificuldades, mas agora já está tudo bem	Devido à surdez não foi fácil mas os colegas e patrão esforçam-se muito por me entender e comunicar comigo. O CRQE pede também ajuda à minha mãe sempre que necessário e traz uma intérprete de Língua Gestual sempre que preciso	apesar de haver alguns conflitos normais com um ou dois colegas, no geral as relações são muito boas
Adaptação às normas da entidade empregadora	Cumpro	Fui aprendendo com o tempo. O CRQE ajudou	para mim foi fácil essa adaptação, porque já no apoio à colocação

			começaram a trabalhar comigo essas competências
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	Adapto-me bem	Apesar de não ser fácil tive sempre muito apoio	correu bem
Relações interpessoais com a(s) chefia(s)	São bons para mim, todos me ajudaram	No início não estava habituada a lidar porque nunca tinha trabalhado mas com ajuda da Dr.ª do CRQE consegui	não tenho nada a dizer do executivo da Câmara que sempre me trataram com muito respeito. E gosto muito do meu responsável direto que é o responsável do armazém da Câmara. Ajuda-me muito e trata-me muito bem.
Condições de acessibilidade	Algumas coisas precisavam de ser melhoradas, muitas vezes faço o percurso a pé e as pessoas põe barreiras nos passeios	– Não existem transportes públicos mas a minha mãe leva-me porque fica no caminho para o trabalho dela	não tenho dificuldades motoras mas caso tivesse tinha acesso aos serviços
Condições gerais de trabalho	Muito satisfeita	Razoáveis	Muito satisfeita
Tipo de contrato de trabalho	Muito satisfeita	Excelente	Muito satisfeita
Horário de trabalho	Bom	Bom	Muito satisfeita
Funções desempenhadas	Consigo fazer tudo	Adequadas	Muito satisfeita
Possibilidade de continuidade no posto de trabalho	É possível. Tenho contrato	Sim	Muito satisfeita
Oportunidades de formação contínua	Sim e já fiz	Igual aos outros	Sim, embora não tenha realizado
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade	Não necessário	Sim, mas nem tem sido preciso	Não equaciono fazer essas tarefas, mas se for necessário e se conseguir, sim.
Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho	São cumpridas	Sim, quando estou menos bem, ajudam-me em tudo o que preciso	Muito satisfeita

#45PCDI % Participantes com contratos de trabalho sem termo, após a participação em estágio ou obtenção de emprego
Todos os participantes auscultados

#46PCDI % de PCDI com regime de tempo inteiro
Todos as PCDI participantes

#48PCDI Valor médio da remuneração auferida pelas PCDI

1	2	3
700€	700€	500€

Participantes com contratos de trabalho 6 meses após a participação em estágio	Todos as PCDI participantes

Adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas e atitudinais	Adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas e atitudinais **#54PCDI** % de EE que criaram condições de acessibilidade às e na empresa/organização, por tipo de EE **#57PCDI** % de EE que removeu barreiras arquitetónicas dos postos de trabalho das PCDI Houve a adaptação da casa de banho e a adaptação de uma rampa à entrada do recinto e do edifício para que houvesse acesso à cadeira de rodas. Houve necessidade de adaptação dos postos de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas? 1 Não 2 Não 3 Não A entidade beneficiou de apoios públicos para a remoção de postos de trabalho e remoção de barreiras arquitetónicas? 1 Não 2 Não 3 não
Empresas mais capacitadas para a integração de PCDI em empregos sustentáveis	**#58PCDI** % de PCDI que sente atitudes discriminatórias da parte dos colegas Todos os participantes afirmam que sentem que têm as mesmas oportunidades de progressão na carreira, remuneração e que realizam as mesmas funções. **#59PCDI** % de Entidades empregadoras que considera a Qualificação das PCDI alinhada com as suas necessidades Grau de satisfação com o desempenho geral dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade? 1 Muito satisfeito 2 Estamos muito satisfeitos. Apesar de exigir sempre muito apoio da nossa parte e dos técnicos da Entidade 3 A satisfação é boa. Importa referir que o grau de exigência e o tipo de tarefas é adaptado ao tipo de pessoa e à suas características e capacidades. Importante o apoio técnico. **#62PCDI** % de EE que consideram ser inclusivas Considera a entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade? Já ganhou alguma menção ou prémio? 1 Considero que sim. E já fui reconhecida por outras entidades como tal. 2 Sim, pelo que contratamos PCDI, mas nunca recebemos nenhum prémio 3 Sim, muito inclusiva, mas nunca ganhámos nada com isso

Mecanismos Medidas APOIOS AO EMPREGO	Evidências recolhidas
M6 São efetuadas ações de sensibilização e consciencialização dos empregadores face ao PH das PCDI	**#24PCDI** Grau de conhecimento dos apoios existentes para a contratação de PCDI, por parte das Entidades empregadoras Tem conhecimento da totalidade dos apoios públicos existentes relacionados com a contratação de pessoas com deficiência/incapacidade? 1 Sim porque o centro de recursos nos mantém informados Sim, para além de já termos sido convidados para várias ações dinamizadas pelo centro de recursos, os técnicos passam com frequência e contactam, geralmente falam de alguma pessoa que poderia vir trabalhar para a empresa e informam de todas as medidas de apoio existentes. Ajudam também na elaboração de candidaturas e organização de processos. O coordenado do centro de recursos costuma também acompanhar nas visitas de acompanhamento do interlocutor do serviço de emprego local. Os resultados são positivos, pois temos 4 trabalhadores bem integrados e que se mantém efetivos há vários anos. 2 Neste momento sim. Sim, pelo Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego da Entidade. O resultado foi a contratação de PCDI. 3 Neste momento sim. O Centro de Recursos dá muito apoio a este nível. Sim, prestam muita informação e apoiam em tudo. O resultado é a integração das pessoas nos nossos quadros.
M7. Os empregadores obtêm informação sobre as vantagens da contratação de PCDI	**#25PCDI** % Entidades acolhedoras reconhecem a adequação das medidas às necessidades do mercado de trabalho Como avalia a importância da medida de política pública estágio de inserção? De uma maneira geral, como avalia a implementação das medidas públicas de apoio à colocação e pós-colocação? **Estágio de inserção**

		1 É uma boa medida para dar oportunidade e conhecer o trabalhador. 2 É importante, assim como os contratos de emprego inserção de inserção. 3 cria condições e medidas para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho uma vez que permite o desenvolvimento de atividades em contexto laboral com o objetivo de desenvolver as suas competências e facilitar a sua inserção profissional. Os apoios financeiros também são muito incentivadores para as entidades, principalmente pequenas/médias empresas. **Apoio à colocação e pós-colocação** 1 Funcionam bem porque o centro de recursos é muito presente e presta muito apoio 2 São fundamentais para conseguir integrar as pessoas e dar tempo para elas se adaptarem. O APC é muito importante na manutenção dos empregos. Sem apoio muitas já tinham desistido. 3 Avalio como sendo fundamentais para a manutenção dos postos de trabalho pois a intervenção do CRQE é muito abrangente e transmite uma segurança e confiança muito grande à entidade.
M8. Empresas motivadas pelas comparticipações/apoios e acolhem estágios de PCDI		**#26PCDI** Tipologia de condições dos apoios atrativas para a frequência da IEJ, por tipo de medida (qualificação/ formação, estágios e emprego) Qual o nível de motivação que levou a entidade a recorrer aos estágios/apoios das PCDI no mercado de trabalho? 1 Comparticipações, apoios€, responsabilidade social, Também porque o centro de recursos da Entidade nos desafiou e nos mantém apoiados. O apoio tem sido à empresa e às pessoas. 2 Todas as que aqui são referidas. O apoio do Centro de Recursos tem sido fundamental, na contratação das pessoas "certas" e na manutenção dos contratos. 3 A primeira motivação é o direito à inclusão destas pessoas. Claro que os apoios financeiros ajudam muito mas não são a principal razão.
M9. A experiência prática em contexto é um mecanismo facilitador da integração profissional porque induz motivação e as competências para a empregabilidade		**#27PCDI** % de empresas que considera positivo o desempenho profissional das PCDI

	Menor que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade	Igual aos trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade	Maior que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade
Assiduidade		3	
Pontualidade		3	
Motivação / Empenho		2	1
Grau de compromisso com o trabalho		2	1
Proatividade	1	2	
Produtividade	2	1	
Conflitualidade em relação a outros funcionários		3	

M10. O contexto de experimentação ajuda a criar confiança nos empregadores removendo barreiras ao emprego das PCDI e promove o ajustamento às necessidades		**#28PCDI** % Empregadores com uma perceção positiva em relação à qualidade das medidas frequentadas pelas PCDI **#31PCDI** % de EE que considera positivo o processo de adaptação das PCDI à entidade Como descreve o processo de adaptação dos/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade na sua entidade? 1 Adaptação ao posto de trabalho – Muito boa Relação interpessoal com os colegas de trabalho – Muito boa Adaptação às normas da entidade empregadora – Muito boa Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora – Muito boa Relações interpessoais com a(s) chefia(s) – Muito boa 2 Adaptação ao posto de trabalho Boa. Sempre com apoio do CRQE Relação interpessoal com os colegas de trabalho Boa

		Adaptação às normas da entidade empregadora Boa Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora Boa Relações interpessoais com a(s) chefia(s) Boa
	3	Adaptação ao posto de trabalho Com tempo e com apoio conseguiram Relação interpessoal com os colegas de trabalho Na generalidade corre bem. Por vezes surgem alguns desentendimentos e temos recorrido à mediação e apoio do CRQE para nos ajudar a resolver. Este apoio já evitou algumas baixas médicas ou até mesmo despedimento. Adaptação às normas da entidade empregadora Corre bem. Sempre com apoioAdaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora Corre bem. Sempre com apoio Relações interpessoais com a(s) chefia(s) Corre bem

M11. Acompanhamento técnico das PCDI nas empresas (+ empregadores e colegas de trabalho- meio)

Foi acompanhado por um técnico da entidade formadora na realização do estágio e após a contratação? Que dificuldades apontou?

1	Quem acompanhou foi o CRQE, no âmbito do apoio à colocação e pós-colocação.
2	Sim fui acompanhada por um técnico da formação que me apoiou sempre.
3	Sim fui, pelo Centro de Recursos.

Esse apoio foi útil e de acordo com as suas expetativas?

1	Sim, muito útil
2	Muito útil tive muito apoio por parte de todos.
3	Sinto que sem este apoio nunca conseguiria ter sido integrada na comunidade por estar muito desacreditada por esta.

#32PCDI Grau de avaliação do acompanhamento apoio à colocação e pós-colocação (EE)

Apoio à colocação e pós-colocação

1	Funcionam bem porque o centro de recursos é muito presente e presta muito apoio
2	São fundamentais para conseguir integrar as pessoas e dar tempo para elas se adaptarem. O APC é muito importante na manutenção dos empregos. Sem apoio muitas já tinham desistido.
3	Avalio como sendo fundamentais para a manutenção dos postos de trabalho pois a intervenção do CRQE é muito abrangente e transmite uma segurança e confiança muito grande à entidade.

M12. As PCDI obtêm o emprego após a realização de estágio e obtêm contrato de trabalho – Contrato Emprego Apoiado

As PCDI que realizaram estágio estão contratadas?

1	Sim
2	Sim, completamente
3	Sim

O contexto de experimentação do estágio ajudou a criar confiança nas PCDI?

1	Sim, completamente
2	Sim
3	Foi o principal motivo para a contratação

Face aos casos apoiados, há quanto tempo se encontram a exercer funções por número de anos de trabalho na sua organização?

1	1 há mais de 25 anos; 1 há mais de 15; 1 há mais 5 e outro há mais de 2.
2	Temos pessoas há dois anos e há vinte. Vamos contratando gradualmente e mantendo as que estão.
3	4 anos e 2 anos

IMPACTO e SUSTENTABILIDADE

Em média têm 200 formandos e alcançaram taxas de empregabilidade e colocação ao nível dos 80%, muito superior à média de 11% no contexto nacional.

Outro dos impactos reside no aumento da intervenção da entidade em mais 2 concelhos do distrito de intervenção.

Também é referido que, mesmo que não diretamente atribuíveis ao PO ISE, a equipa encontra-se estável e tem vindo a aumentar, assim como as oportunidades de formação contínua no âmbito da intervenção com PCDI (técnicos a fazer mestrado em inclusão social na universidade de Salamanca).

No caso da sustentabilidade, na generalidade dos casos aquando do término do período de vigência das medidas de apoio, as entidades empregadoras permanecem com a PCDI e estas renovam o contrato de trabalho. Cerca de 100 pessoas com vida estável

a nível de emprego na região, o que perfaz uma taxa de renovação de 90%, ou seja, a renovação dos contratos e de IAMA/ estágios para inserções sustentáveis com contrato de trabalho sem termo.

Paralelamente, após término do apoio financeiro mantiveram-se uma boa parte das parcerias para a qualificação e inserção profissional das PCDI (articulação com entidades formadoras e empregadoras). A taxa de renovação das parcerias anda à volta de 90%.

A entidade afirma realizar Estudos de seguimento das PCDI e é referido que muitas destas nem sempre precisam de formação para ingressar no mercado de trabalho, sendo expressivo o peso de PCDI que vão diretamente para medidas de apoio ao emprego.

Por último, o contributo dos apoios do POISE também se sente na mobilização dos atores e parceiros comunitários com que articulam e é notória a noção cruzada das EE que se sentem entidades inclusivas e motivadas para a inserção de PCDI, pelo que os apoios POISE contribuem em larga medida para o efeito.

<table>
<tr><th>Impactos associados medidas QUALIFICAÇÃO e APOIOS AO EMPREGO</th><th>Evidências recolhidas</th></tr>
<tr><td>Qualificação das PCDI</td><td>À exceção de um caso que não beneficiou de ações de formação, todos os participantes referem que sentem mais qualificados e que tal promoveu a sua inserção no mercado de trabalho</td></tr>
<tr><td>Empregabilidade das PCDI</td><td>Idem</td></tr>
<tr><td>Aumento das PCDI na Pop. Ativa</td><td>#79PCDI % EE que contrataram PCDI após a realização de Estágio
80PCDI Grau de inclusão de PCDI em entidades empregadoras
Dos/as funcionários/as que se encontram atualmente a realizar estágio, qual a perspetiva quanto ao seu futuro na entidade?
<table>
<tr><td>1</td><td>Todos com contrato efetivo</td></tr>
<tr><td>2</td><td>Todos efetivos, neste momento</td></tr>
<tr><td>3</td><td>Ambos ficaram a contrato sem termo</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>Inclusão social das PCDI (autonomia e autodeterminação e redução do estigma)</td><td>Todas as PCDI sentem igualdade face aos pares e menor estigma associado à sua condição e descrevem como positivo o seu processo de adaptação à entidade empregadora nos seguintes aspetos.
Comparativamente aos funcionários sem deficiência/incapacidade que realizam as mesmas funções, consideram que o perfil de atividades, as oportunidades de progressão de carreira são os mesmos.
#50PCDI Grau de satisfação com as condições de trabalho, por parte das PCDI
<table>
<tr><th></th><th>1</th><th>2</th><th>3</th></tr>
<tr><td>**Relação interpessoal com colegas**</td><td>Sei que às vezes tivemos as nossas dificuldades, mas agora já está tudo bem</td><td>Devido à surdez não foi fácil mas os colegas e patrão esforçam-se muito por me entender e comunicar comigo. O CRQE pede também ajuda à minha mãe sempre que necessário e traz uma intérprete de Língua Gestual sempre que preciso</td><td>apesar de haver alguns conflitos normais com um ou dois colegas, no geral as relações são muito boas</td></tr>
<tr><td>**Relações interpessoais com a(s) chefia(s)**</td><td>São bons para mim, todos me ajudaram</td><td>No início não estava habituada a lidar porque nunca tinha trabalhado mas com ajuda da Dr.ª do CRQE consegui</td><td>não tenho nada a dizer do executivo da Câmara que sempre me trataram com muito respeito. E gosto muito do meu</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

				responsável direto que é o responsável do armazém da Câmara. Ajuda-me muito e trata-me muito bem.
	Condições de acessibilidade	Algumas coisas precisavam de ser melhoradas, muitas vezes faço o percurso a pé e as pessoas põe barreiras nos passeios	– Não existem transportes públicos mas a minha mãe leva-me porque fica no caminho para o trabalho dela	não tenho dificuldades motoras mas caso tivesse tinha acesso aos serviços
	Possibilidade de continuidade no posto de trabalho	É possível. Tenho contrato	Sim	Muito satisfeita
	Oportunidades de formação contínua	Sim e já fiz	Igual aos outros	Sim, embora não tenha realizado
	Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade	Não necessário	Sim, mas nem tem sido preciso	Não equaciono fazer essas tarefas, mas se for necessário e se conseguir, sim.
	Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho	São cumpridas	Sim, quando estou menos bem, ajudam-me em tudo o que preciso	Muito satisfeita

Empresas mais inclusivas

Todas as EE se consideram inclusivas.

Considera a entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade? Já ganhou alguma menção ou prémio?

1	Considero que sim. E já fui reconhecida por outras entidades como tal.
2	Sim, pelo que contratamos PCDI, mas nunca recebemos nenhum prémio
3	Sim, muito inclusiva, mas nunca ganhámos nada com isso

Qual o nível de motivação que levou a entidade a recorrer aos estágios/apoios das PCDI no mercado de trabalho?

1	Comparticipações, apoios€, responsabilidade social, Também porque o centro de recursos nos desafiou e nos mantém apoiados. O apoio tem sido à empresa e às pessoas.
2	Todas as que aqui são referidas. O apoio do CRQE da entidade tem sido fundamental, na contratação das pessoas "certas" e na manutenção dos contratos.
3	A primeira motivação é o direito à inclusão destas pessoas. Claro que os apoios financeiros ajudam muito mas não são a principal razão.

Que contributos se registaram na aprendizagem e desenvolvimento profissional dos funcionários sem deficiência, pela existência de PCDI na entidade?

1	Os outros trabalhadores são mais inclusivos, compreensivos e dão mais valor à vida e ao trabalho. As empresas, os trabalhadores e a sociedade só têm a ganhar com a inclusão profissional destas pessoas.

2	Os funcionários valorizam o trabalho dos colegas com deficiência. Pensamos que existe um crescimento global em termos de clima e cultura organizacional. Quando surge algum conflito, que também é natural, tentamos resolver e sabemos que dispomos do apoio no âmbito do APC, que em muito nos tem ajudado, também nestas situações.
3	Permite o enriquecimento e a aprendizagem dos trabalhadores, através do conhecimento das diferenças e semelhanças de cada pessoa. Permite a interajuda e o trabalho em equipa, na medida em que possibilita a troca de experiências diversas, humaniza a empresa e permite o crescimento profissional e pessoal.

Considera a entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade? Já ganhou alguma menção ou prémio?

1	Considero que sim. E já fui reconhecida por outras entidades como tal.	
2	Sim, pelo que contratamos PCDI, mas nunca recebemos nenhum prémio	
3	Sim, muito inclusiva, mas nunca ganhámos nada com isso	

RELEVÂNCIA E COERÊNCIA

A relevância das ações definidas nas intervenções, nas suas diferentes fases é considerada adequada para dar resposta aos problemas das PCDI. Contudo, na formação existem dificuldades na operacionalização e identificam-se críticas relativas ao perfil de indicadores contratualizados. Estes são centrados na emissão de certificados que não espelham o essencial do trabalho da entidade- as elevadas taxas de colocação e inserção profissional conseguidas (80%).

A entidade não trabalha com catálogos formatados e regulares e faz o esforço de adaptar os referenciais às características das PCDI, operacionalizando a metodologia "Planeamento Centrado na Pessoa". Normalmente, esta abordagem traduz-se em alguns casos na implementação do modelo de 4 dias por semana em contexto de trabalho.

São apontados alguns problemas na coerência dos apoios ao emprego, sobretudo na elegibilidade de contratações no setor públicos (no privado têm funcionado muito bem e com taxa de renovação das parcerias elevada).

Existe uma lacuna no perfil de intervenções que se prende com a ausência de apoios que deveriam ser mobilizados numa lógica "ao longo da vida", pois as PCDI não deixam de ter incapacidades e problemas – o apoio não pode terminar na inserção, defendem. Estas pessoas necessitam de apoios paralelos a problemas de saúde, adaptação, acessibilidades que são cruciais para a manutenção do emprego. A sua manutenção implica apoios à medida e ações de acompanhamento pós colocação, segundo os interlocutores.

VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

As mudanças não seriam alcançáveis sem o apoio do PO ISE. Todo o set de apoios desenvolvido (alguns de forma pioneira pela entidade) não seria possível ou apresentar-se-ia muito limitado na ausência do PO ISE e dos FEEI em geral. Desde logo, pela alavanca de motivação que criam nas entidades empregadoras para o acolhimento de estágios e realização de contratos de emprego para as PCDI.

Contudo, de acordo com as EE e o Centro de Recursos, na ausência do financiamento, a maioria das EE manteria o emprego das PCDI já contratadas.

Estudo de caso: Projeto B

Entrevistas via MsTEAMS com:

1 Elemento da equipa Coordenadora do Projeto
3 Entidades empregadoras
3 Ex-participantes

Enquadramento:

- Tipo de entidade

A Entidade com sede na Quinta do Escurinho em Évora, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, fundada em 1972, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública (DR III Série de 23 Julho de 2003, página 168), que tem como missão prestar serviços personalizados de reabilitação pessoal, social e profissional a Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PCDI).
A Entidade tem vindo, ao longo de mais de quatro décadas, a afirmar-se e consolidar-se localmente, através de uma intervenção sistemática e individualizada, procurando a resposta mais adequada às crescentes solicitações dos clientes/famílias e das instituições, o que tem levado a um alargamento do seu campo de ação e leque de atividades.
Atualmente a APPACDM de Évora desenvolve respostas sociais no âmbito de 6 Unidades de Prestação de Serviços:

- Centro de Atividades Ocupacionais
- Lar Residencial
- Residências Autónomas
- Qualificação e Emprego
- Centro de Recursos para a Inclusão
- Unidade Rendimento Social de Inserção (RSI)

No seio das Unidades de prestação de serviços, desenvolvem-se ainda atividades nomeadamente: Terapia Ocupacional, Terapia da Fala, Fisioterapia, Reiki, Yoga, Hidroterapia, Equitação Terapêutica, Psicologia, Expressões Integradas, Snoezelen, Teatro e Educação Física, em resposta personalizada às necessidades dos clientes.
A missão da entidade consiste em prestar serviços personalizados de reabilitação pessoal, social e profissional a pessoas com deficiência e incapacidades.

- Área geográfica de atuação

Distrito de Évora

- Evolução do número de formandos/as com deficiência/incapacidade

60/70 em formação em média

Em 2021 registam 175 formandos apoiados

PCDI alvo do estudo de caso

	1	2	3
Sexo	Masculino	Feminino	Masculino
Idade	38 Anos	37	50
Área de residência	Évora	Évora-Alentejo	Évora – Freguesia de Sto. Antão
Habilitações literárias	12º Ano	Mestrado em Psicologia da Educação	2º ciclo do Ensino Básico
Dificuldades ou limitações que poderão ocasionar adaptações do posto de trabalho, remoção de barreiras arquitetónicas ou outros ajustes.	• Ver, mesmo usando óculos ou lentes de contacto • Compreender os outros ou fazer-se entender • Memória e/ou concentração	• Andar ou subir degraus sim • Compreender os outros ou fazer-se entender • Tomar banho ou vestir-se sozinho	• Sem dificuldades
Tipo de deficiência	• Neurodiversidades • Outra (Doença Mental)	• Motora (Paralisia Cerebral)	• Intelectual

Apoios recebidos	• Apoio à colocação • Acompanhamento pós-colocação • Contrato-emprego apoiado em mercado aberto-	• Apoio à colocação • Acompanhamento pós-colocação • Estágio – Inserção • Contrato-emprego inserção • Contrato-emprego apoiado em mercado aberto x • Outra -Movimento de Apoio à Vida Independente	• Orientação e avaliação • Qualificação e formação profissional • Apoio à colocação • Acompanhamento pós-colocação • Estágio profissional • emprego apoiado em mercado aberto X

Entidades empregadoras alvo do estudo de caso

<table>
<tr><th></th><th>1</th><th>2</th><th>3</th></tr>
<tr><td>Natureza jurídica da entidade</td><td>Sociedade Unipessoal, Lda</td><td>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</td><td>Empresa Privada</td></tr>
<tr><td>N.º de funcionários/PCDI (incapacidade certificada ≥ 60%):</td><td>18/ 1</td><td>993/ 33</td><td>4/1</td></tr>
<tr><td>Número total de funcionários/as com incapacidade certificada ≥ 60% contratou ao abrigo das medidas</td><td>2</td><td>12</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Perfil PCDI</td><td>12º ano de escolaridade; doença mental e contrato de emprego apoiado em mercado aberto.</td><td>
<table>
<tr><td></td><td colspan="4">assistente operacional</td></tr>
<tr><td></td><td colspan="2">contrato individual trabalho (cit)</td><td colspan="2">contrato individual trabalho termo certo (cit)</td></tr>
<tr><td></td><td>ciclo preparatorio / equivalente</td><td>mestrado</td><td>sem habilitações</td><td>9º ano escolaridade</td></tr>
<tr><td>h</td><td>5</td><td>0</td><td>5</td><td>7</td></tr>
<tr><td>m</td><td>6</td><td>1</td><td>9</td><td>0</td></tr>
<tr><td>t:</td><td colspan="2">12</td><td colspan="2">21</td></tr>
</table>
</td><td>3º ciclo, deficiência intelectual, Contrato sem Termo</td></tr>
<tr><td>abrigo das seguintes medidas de política pública</td><td>• Contrato de Emprego apoiado 1</td><td>• Contrato de Emprego apoiado (7 cei+PCDI) 12
• Contrato-emprego inserção 5
• Outra situação - EAMA 4</td><td>• Contrato de Emprego apoiado
• Estágio Profissional / Inserção</td></tr>
<tr><td>Perfil de Encaminhamento</td><td>• Foram encaminhados através de Centros de Recursos 2</td><td>• Foram encaminhados através de Centros de Recursos 12
• Candidataram-se por iniciativa própria 21</td><td>• Foram encaminhados através de Centros de Recursos 2</td></tr>
</table>

EFICIÊNCIA

Adequação e balanço dos instrumentos de financiamento

Segundo a entidade, as verbas disponíveis revelaram-se adequadas às necessidades de intervenção. Estas são bem dimensionadas, caso não existam cortes. Na contratação pública existiram cortes que têm criado alguns constrangimentos, sobretudo a reboque da inflação. Sentem alguma falta de orientação por parte do PO ISE nesta matéria. Acrescentam que o trabalho extra administrativo e burocrático associado à implementação dos FEEI não é bem pago. As exigências são crescentes.

Na avaliação do relacionamento com o POISE referem que este é ténue e muito pontual. Consideram que a relação com o IEFP é mais eficaz. Referem algumas exigências em processos de pedidos de reembolso que retiram eficácia ao processo.

Não recebem apoios para o acompanhamento de jovens em empresas há muitos anos, sendo esta uma prática decisiva no sucesso das intervenções. Acrescentam que esta deveria ser realizado ao longo da vida profissional das PCDI.

EFICÁCIA

De uma maneira geral, o balanço do trabalho desenvolvido é considerado positivo, com resultados visíveis sobretudo ao nível das taxas de inserção profissional das PCDI.

Os principais fatores de sucesso das intervenções residem na proximidade e no modelo de governação criado com os atores locais e regionais (articulação conjunta com IEFP, Entidades empregadoras privadas e públicas, comunidade em geral). Outro dos fatores prende-se com o Modelo de ação individualizado que utilizam nas intervenções (desde a avaliação e encaminhamento até ao acompanhamento pós colocação), assim como a estabilidade da sua equipa técnica. Neste particular, torna-se fundamental que os apoios FEEI sejam seguros e estáveis.

São notados resultados do processo de orientação e encaminhamento (utilização dos recursos comunitários internos e externos). Em primeiro lugar, muitas das PCDI são sinalizados no IEFP e algumas destas são diretamente orientados para mercado trabalho, através do apoio técnico da entidade e do seu conjunto de parceiros.

A operacionalização dos apoios POISE para a qualificação das PCDI inicia-se com o processo de sinalização das PCDI alvo da medida, onde são privilegiadas sessões de sensibilização nos NE, escolas, municípios, empresas, pais e famílias que chegam a solicitar apoio, divulgação nas redes sociais da entidade, assim como a articulação com os diversos projetos desenvolvidos, tais como o Incorpora e MAVI.

Alguns municípios com que trabalham foram distinguidos com o prémio marca inclusiva, como é o caso de Portel e Redondo.

Paralelamente, a criação de percursos de ativação integrados tem influenciado a capacidade de alcance e envolvimento de PCDI. O trabalho com grupos pequenos permite fazer intervenções integradas e individualizadas, fator que constitui a base do sucesso das intervenções. Ainda assim, consideram desajustados alguns dos referenciais de formação da ANQEP e algumas das suas UFCD, como por exemplo a língua Francesa.

No âmbito dos apoios ao emprego, entre 50 e 60% das PCDI são colocadas em mercado de emprego aberto.

São referenciados Mecanismos e práticas de colocação (Estágios de inserção/ Contrato emprego-inserção) com periodicidade de 2 vezes por mês e 1 vez por mês no acompanhamento Pós colocação. No caso destes últimos a entidade assume realizar um trabalho de continuidade, desejavelmente vitalício.

No quadro dos fatores que influenciam a eficácia das medidas são referidos aspetos como:

- Necessidade de reformulação do modelo atual de formação. Os referenciais estão desajustados a vários tipos der deficiência. Acresce que a formação teórica é mais intensa do que o contexto de trabalho
- Necessidade de criar percursos baseados em competências pessoais, como a comunicação.
- Há jovens que não conseguem acompanhar a totalidade dos módulos. Regista-se igualmente pouca flexibilidade associada ao número de faltas para que o certificado seja emitido. Este facto tem influência negativa nos períodos de interrupção e retoma de cursos. Se o jovem não ficar integrado esperam 2 anos para retomar, o que pode resultar em desmotivação e maior índice de exclusão social.
- No caso dos apoios ao emprego, é essencial um apoio continuado nos pós colocação das PCDI.
- Era desejável que no caso da deficiência intelectual, os estágios pudessem ser desenvolvidos a meio tempo, pois alguns formandos não conseguem cumprir o horário de trabalho normal.

Como fatores de insucesso, são ainda destacados fatores como a Burocracia e insegurança dos financiamentos, assim como a inexistência de apoios para formação das famílias das PCDI com baixos rendimentos e níveis de qualificação

TESTE DA TDM

MEDIDAS DE QUALIFICAÇÃO

Resultados associados QUALIFICAÇÃO	Evidências
Obtenção de certificação profissional e obtenção de certificado de frequência, pelas PCDI	#15PCDI % de PCDI certificada após frequência de formação/qualificação Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional? Se sim] Correspondeu a uma certificação de nível?

1	Sim. Obtive certificação Profissional. O Curso de redes e Sistemas informáticos deu equivalência ao 12.º ano de escolaridade. Nível IV.
2	Sim, Licenciatura e Mestrado. Nível 6 e 7

	3 Sim Nível 2 (no curso de Pasteleiro/a Padeiro/a)	
Aumento das qualificações profissionais e empregabilidade das PCDI	Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho? 1 Os cursos foram importantes para a aquisição de conhecimentos e competências, possibilitando assim uma integração mais fácil no mercado de trabalho. 2 Fundamental porque eu trabalho nessa área. 3 Muito importante, na medida em que me ajudou a crescer, fazer aquisições de competências pessoais e profissionais e a obter qualificação em área profissional de interesse para conseguir emprego.	
Aumento da participação e contato com o mercado de trabalho	Aumento da participação e contato com o mercado de trabalho Como integrou a entidade empregadora? 1 Integrei a empresa, através da medida de Apoio à Colocação da APPACDM de Évora. Depois foi realizado contrato de Emprego Apoiado em Mercado Aberto. 2 Através do apoio do Centro de Recursos da APPACDM de Évora que me colocou na área da juventude do Município de Évora através da medida Apoio à Colocação. 3 Através do apoio do Centro de Recursos da APPACDM de Évora que me colocou na área da juventude do Município de Évora através da medida Apoio à Colocação. Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a? 1 EAMA – Emprego Apoiado em Mercado Aberto 2 Emprego Apoiado em Mercado Aberto 3 Apoio à Colocação, Acompanhamento pós-colocação, Sei +, estágio profissional, EAMA (Emprego Apoiado em mercado aberto), eliminação de barreiras arquitetónicas e o Mavi através da minha assistente pessoal.	
Aumento das competências socioprofissionais em mercado de trabalho	Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho? 1 Os cursos foram importantes para a aquisição de conhecimentos e competências, possibilitando assim uma integração mais fácil no mercado de trabalho. 2 Fundamental porque eu trabalho nessa área. 3 Muito importante, na medida em que me ajudou a crescer, fazer aquisições de competências pessoais e profissionais e a obter qualificação em área profissional de interesse para conseguir emprego. Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação) 1 Com a conclusão do curso de Redes e Sistemas informáticos, que deu equivalência ao 12.º ano, fiquei mais motivado e com expetativas positivas para procurar emprego. 2 Foi integrada através do apoio do Centro de Recursos da APPACDM de Évora que me colocou na área da juventude do Município de Évora através da medida Apoio à Colocação. 3 Sem dúvida, que sim. Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional? 1 No curso de redes e sistemas informáticos, na Datalentejo, considero que deveria ter existido uma componente mais prática e personalizada, de forma a nos preparar melhor para o mercado de trabalho 2 Fez licenciatura e mestrado. Não beneficiou da formação POISE, apenas da inserção. 3 Talvez mais tempo de prática em posto de trabalho.	

<table>
<tr><th>Mecanismos da TdM
Medidas QUALIFICAÇÃO</th><th>Evidências</th></tr>
<tr><td>M1. PCDI são encaminhadas adequadamente face ao seu perfil e características - Rede interna e externa</td><td>#8PCDI Grau de coerência/sinergia entre as medidas e apoios e a heterogeneidade de PCDI
São notados resultados do processo de orientação e encaminhamento (utilização dos recursos comunitários internos e externos). Em primeiro lugar, muitas das PCDI são sinalizados no IEFP e algumas destas são diretamente orientados para mercado trabalho, através do apoio técnico da entidade e do seu conjunto de parceiros.
A operacionalização dos apoios POISE para a qualificação das PCDI inicia-se com o processo de sinalização das PCDI alvo da medida, onde são privilegiadas sessões de sensibilização nos NE, escolas, municípios, empresas, pais e famílias que chegam a solicitar apoio, divulgação nas redes sociais da entidade, assim como a articulação com os diversos projetos desenvolvidos, tais como o Incorpora e MAVI.</td></tr>
<tr><td>M2. PCDI adquirem expetativas positivas para a obtenção de emprego e frequência de formação</td><td>#9PCDI % ex-participantes que frequentou uma ação correspondente às suas motivações iniciais
#10PCDI % de PCDI que reconhecem a adequação das medidas ao seu perfil e necessidades
Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação)<table><tr><td>1</td><td>Com a conclusão do curso de Redes e Sistemas informáticos, que deu equivalência ao 12.º ano, fiquei mais motivado e com expetativas positivas para procurar emprego.</td></tr><tr><td>2</td><td>Foi integrada através do apoio do Centro de Recursos da APPACDM de Évora que me colocou na área da juventude do Município de Évora através da medida Apoio à Colocação.</td></tr><tr><td>3</td><td>Sem dúvida, que sim.</td></tr></table>Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional?<table><tr><td>1</td><td>No curso de redes e sistemas informáticos, na Datalentejo, considero que deveria ter existido uma componente mais prática e personalizada, de forma a nos preparar melhor para o mercado de trabalho</td></tr><tr><td>2</td><td>Fez licenciatura e mestrado. Não beneficiou da formação POISE, apenas da inserção.</td></tr><tr><td>3</td><td>Talvez mais tempo de prática em posto de trabalho.</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>M3. O percurso formativo é adequado às potencialidades, expetativas, aspirações e gostos das PCD</td><td>Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional? Se sim] Correspondeu a uma certificação de nível?<table><tr><td>1</td><td>Sim. Obtive certificação Profissional. O Curso de redes e Sistemas informáticos deu equivalência ao 12.º ano de escolaridade.
Nível IV.</td></tr><tr><td>2</td><td>Sim, Licenciatura e Mestrado.
Nível 6 e 7</td></tr><tr><td>3</td><td>Sim
Nível 2 (no curso de Pasteleiro/a Padeiro/a)</td></tr></table>Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho?<table><tr><td>1</td><td>Os cursos foram importantes para a aquisição de conhecimentos e competências, possibilitando assim uma integração mais fácil no mercado de trabalho.</td></tr><tr><td>2</td><td>Fundamental porque eu trabalho nessa área.</td></tr><tr><td>3</td><td>Muito importante, na medida em que me ajudou a crescer, fazer aquisições de competências pessoais e profissionais e a obter qualificação em área profissional de interesse para conseguir emprego.</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>M4. PCDI acedem à formação e tenderão a ficar mais qualificadas e preparadas</td><td>#3PCDI Tipologia de apoio técnico, por sexo, grupo etário e habilitação escolar e tipo def.</td></tr>
</table>

para o ingresso no mercado de trabalho +	**#14PCDI** % PCDI mais autoconfiantes nas suas capacidades para integrar o mercado de trabalho Há quanto tempo se encontra a exercer funções na entidade empregadora? 1 Há 5 anos 2 8 meses 3 4 anos
M5 O contexto de experimentação minimiza o risco e ajuda a criar confiança nos empregadores removendo barreiras e facilitando a transição	Como integrou a entidade empregadora? 1 Através do apoio à colocação da ASSOL 2 Através do Apoio à Colocação 3 Através do curso de Formação Profissional. Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a? 1 EAMA – Emprego Apoiado em Mercado Aberto 2 Contrato de Emprego e Inserção para PCDI 3 Emprego Apoiado em Mercado Aberto A formação que frequentou preparou-o para as atuais funções na entidade? 1 As formações que frequentei, prepararam-me para o cumprimento de regras e normas laborais, ser responsável e respeitar os colegas e chefia. No entanto, as áreas formativas que frequentei, não correspondem às atuais tarefas que desempenho 2 Sim, ao nível de aprendizagens concretas e ao nível do desenvolvimento ao nível comunicacional (não frequentou formação POISE) 3 Sim, completamente **#11PCDI** % ex-participantes que após ter concluído a Ação procurou trabalho por iniciativa própria Não existem casos nos EC

MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO

Resultados associados a Medidas APOIOS AO EMPREGO	Evidências recolhidas
Novos empregos criados para as PCDI	Novos empregos criados para as PCDI **#41PCDI** % de ex-participantes que recebeu oferta de emprego após término das Ações Há quanto tempo se encontra a exercer funções na entidade empregadora? 1 Há 5 anos 2 1 ano 3 6 anos Como integrou a entidade empregadora? 1 Através do apoio à colocação da APPACDM de Évora 2 Integrei a empresa, através da medida de Apoio à Colocação da APPACDM de Évora. Depois foi realizado contrato de Emprego Apoiado em Mercado Aberto. 3 Através do apoio do Centro de Recursos da APPACDM de Évora que me colocou na área da juventude do Município de Évora através da medida Apoio à Colocação. Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a? 1 EAMA – Emprego Apoiado em Mercado Aberto 2 Emprego Apoiado em Mercado Aberto 3 Apoio à Colocação, Acompanhamento pós-colocação, Sei +, estágio profissional, EAMA (Emprego Apoiado em mercado aberto), eliminação de barreiras arquitetónicas e o Mavi através da minha assistente pessoal.
Integração das PCDI em	Integração das PCDI em empregos de qualidade e sustentáveis

empregos de qualidade e sustentáveis

#44PCDI % de PCDI em emprego após Ação que considera ajustado o perfil de trabalho, condições e remuneração, progressão
Graus de Satisfação face com aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional

	1	2	3
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais	Muito bom	Muito Bom	Muito bom
Envolvimento e compromisso no trabalho	Muito bom	Muito bom	Muito bom
Motivação no e para o trabalho	Muito bom	Boa	Muito bom
Reconhecimento do desempenho	Muito bom	Boa	Razoável
Sentimento de realização pessoal	Muito bom	Muito bom	Muito bom
Sentimento de realização profissional	Muito bom	Muito bom	Muito bom

#45PCDI % Participantes com contratos de trabalho sem termo, após a participação em estágio ou obtenção de emprego
Todos os participantes auscultados

#46PCDI % de PCDI com regime de tempo inteiro
Todos as PCDI participantes

#48PCDI Valor médio da remuneração auferida pelas PCDI

1	2	3
830€	715€	582€

#49PCDI Grau de satisfação com a situação profissional das PCDI

#50PCDI Grau de satisfação com as condições de trabalho, por parte das PCDI

	1	2	3
Adaptação ao posto de trabalho	Muito Bom	Bom	Sim, muito bem
Relação interpessoal com colegas	Muito Bom	Muito boa	Bem
Adaptação às normas da entidade empregadora	Muito bom	Boa	Bem
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	Boa	Boa	muito boa
Relações interpessoais com a(s) chefia(s)	Muito boas	Muito boa	excelente
Condições de acessibilidade	Boas	Boas	Normais, sem problemas
Condições gerais de trabalho	Boas	Boas	Sim, apesar de no Inverno ou no Verão, as temperaturas não estarem muito agradáveis.
Tipo de contrato de trabalho	Bom	O possível	Muito bom
Horário de trabalho	Bom	Bom	Bom
Funções desempenhadas	Adequadas ao meu perfil	Adequadas à minha condição	Muito bom
Possibilidade de continuidade no posto de trabalho	Sim, tenho essa expetativa	Bastante	Muito bom
Oportunidades de formação contínua	Razoável	Muito Boa	Sim, na Entidade Formadora que me qualificou - APPACDM
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade	Sempre, mas nunca aconteceu	Sinto-me à vontade	Nunca aconteceu
Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho	Boas	Iguais para todos	Sim, muito bom, vou com as minhas colegas à consulta do médico do trabalho.

Participantes com contratos de

Todos as PCDI participantes

trabalho 6 meses após a participação em estágio	
Adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas e atitudinais	Adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas e atitudinais **#54PCDI** % de EE que criaram condições de acessibilidade às e na empresa/organização, por tipo de EE **#57PCDI** % de EE que removeu barreiras arquitetónicas dos postos de trabalho das PCDI Houve a adaptação da casa de banho e a adaptação de uma rampa à entrada do recinto e do edifício para que houvesse acesso à cadeira de rodas. Houve necessidade de adaptação dos postos de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas? 1 Não 2 Houve a adaptação da casa de banho e a adaptação de uma rampa à entrada do recinto e do edifício para que houvesse acesso à cadeira de rodas. 3 Não A entidade beneficiou de apoios públicos para a remoção de postos de trabalho e remoção de barreiras arquitetónicas? 1 Não 2 Não 3 Não
Empresas mais capacitadas para a integração de PCDI em empregos sustentáveis	**#58PCDI** % de PCDI que sente atitudes discriminatórias da parte dos colegas Ao nível da progressão de carreira, considera que os seus colegas de trabalho sem deficiência/incapacidade tendem a ser promovidos mais vezes? Comparativamente aos funcionários sem deficiência/incapacidade que realizam as mesmas funções, considera que a sua remuneração é: **#59PCDI** % de Entidades empregadoras que considera a Qualificação das PCDI alinhada com as suas necessidades 1 Muito Bom 2 Estou satisfeito com o desempenho do funcionário com PCDI 3 Muito satisfeitos com o desempenho da PCDI **#62PCDI** % de EE que consideram ser inclusivas Considera a entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade? Já ganhou alguma menção ou prémio? 1 Sim, sou entidade inclusiva, mas não busco visibilidade, o prestígio é interior. O prémio é completamente irrelevante. Não vivo para ser premiado. Sinto-me satisfeito por estar a contribuir para a Inclusão. 2 Sim, considero a empresa inclusiva. Não, ainda não recebi prémio ou menção honrosa, nem me candidatei. Não é esse o nosso objetivo ao inserir os jovens na empresa. 3 Sim, consideramos o Município como entidade inclusiva, face ao nº de apoiados principalmente nos últimos anos. Ainda não recebemos nenhuma menção ou prémio.

Mecanismos Medidas APOIOS AO EMPREGO	**Evidências recolhidas**
M6 São efetuadas ações de sensibilização e consciencialização dos empregadores face ao PH das PCDI	**#24PCDI** Grau de conhecimento dos apoios existentes para a contratação de PCDI, por parte das Entidades empregadoras Tem conhecimento da totalidade dos apoios públicos existentes relacionados com a contratação de pessoas com deficiência/incapacidade? 1 Sim, mas não de todas. Conheço as que utilizo. Sim. Mas não uma sessão formal. Toda a atenção e cuidado da Técnica de Acompanhamento. O resultado foi positivo e permitiu entender toda a problemática à volta da empregabilidade destas pessoas, e da necessidade/responsabilidade de toda a sociedade nesta matéria. 2 Tenho conhecimento de algumas medidas, não da totalidade. Sim, fui informado das medidas, no entanto optei pela que me parecia mais indicada para aquele caso em específico. Considero que o resultado foi positivo, originando a contratação de um jovem em emprego apoiado em mercado aberto. 3 Temos conhecimento parcial. Apenas das medidas de estágios e apoios à contratação
M7. Os empregadores obtêm informação sobre as vantagens da contratação de PCDI	**#25PCDI** % Entidades acolhedoras reconhecem a adequação das medidas às necessidades do mercado de trabalho Como avalia a importância da medida de política pública estágio de inserção?

<table>
<tr><td></td><td>De uma maneira geral, como avalia a implementação das medidas públicas de apoio à colocação e pós-colocação?
Estágio de inserção
<table>
<tr><td>1</td><td>O jovem não passou pela medida de estágio inserção nesta empresa, avançou diretamente para a medida de emprego apoiado em mercado aberto. Iniciou com um pequeno período de Apoio à Colocação logo não consigo avaliar a respetiva medida.</td></tr>
<tr><td>2</td><td>Permite a realização de experiência inicial, relevante para o conhecimento do trabalhador e avaliação do seu potencial - Muito importante na tomada de decisão.</td></tr>
<tr><td>3</td><td>Permite o teste do perfil da pessoa às atividades da CM</td></tr>
</table>
Apoio à colocação e pós-colocação
<table>
<tr><td>1</td><td>Considero estas medidas importantes para a integração profissional das PCDI, uma vez que permitem a realização de experiências laborais e assim conhecer melhor o candidato. O acompanhamento pós -colocação é igualmente importante para resolver ou mediar qualquer questão que surja no âmbito do posto de trabalho.</td></tr>
<tr><td>2</td><td>Muito importante para a resposta adequada às necessidades de adaptação à vida laboral, e na mediação com a empresa, colegas de trabalho, chefias etc.</td></tr>
<tr><td>3</td><td>Permite o teste do perfil da pessoa às atividades da CM</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>M8. Empresas motivadas pelas comparticipações/apoios e acolhem estágios de PCDI</td><td>#26PCDI Tipologia de condições dos apoios atrativas para a frequência da IEJ, por tipo de medida (qualificação/ formação, estágios e emprego)
Qual o nível de motivação que levou a entidade a recorrer aos estágios/apoios das PCDI no mercado de trabalho?
<table>
<tr><td>1</td><td>A responsabilidade social antes de mais. O conhecimento dos apoios no meu caso veio depois da decisão de contratar. E são muito bem-vindos. Mas não são a razão de contratar.</td></tr>
<tr><td>2</td><td>A motivação para a contratação de uma PCDI, foi a explicação e a informação dada pela APPACDM de Évora, bem como a responsabilidade social que a nossa empresa tem. Os apoios também são sem dúvida um fator importante para integração destes jovens.</td></tr>
<tr><td>3</td><td>Responsabilidade social e sistema de quotas na administração local</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>M9. A experiência prática em contexto é um mecanismo facilitador da integração profissional porque induz motivação e as competências para a empregabilidade</td><td>#27PCDI % de empresas que considera positivo o desempenho profissional das PCDI
<table>
<tr><th></th><th>Menor que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade</th><th>Igual aos trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade</th><th>Maior que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade</th></tr>
<tr><td>Assiduidade</td><td></td><td>2</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Pontualidade</td><td></td><td>2</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Motivação / Empenho</td><td></td><td>3</td><td></td></tr>
<tr><td>Grau de compromisso com o trabalho</td><td>1</td><td>1</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Proatividade</td><td>1</td><td>2</td><td></td></tr>
<tr><td>Produtividade</td><td>1</td><td>2</td><td></td></tr>
<tr><td>Conflitualidade em relação a outros funcionários</td><td>1</td><td>2</td><td></td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>M10. O contexto de experimentação ajuda a criar confiança nos empregadores removendo barreiras ao emprego das PCDI e promove o ajustamento às necessidades</td><td>#28PCDI % Empregadores com uma perceção positiva em relação à qualidade das medidas frequentadas pelas PCDI
#30PCDI % de Entidades beneficiárias que considera o matching das expectativas das PCDI face à inserção no mercado de trabalho
Na generalidade dos casos, a inserção em mercado de trabalho tem correspondido às expectativas dos/as formandos/as?
#31PCDI % de EE que considera positivo o processo de adaptação das PCDI à entidade
Como descreve o processo de adaptação dos/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade na sua entidade?
<table>
<tr><td>1</td><td>Adaptação ao posto de trabalho muito boa
Relação interpessoal com os colegas de trabalho muito boa
Adaptação às normas da entidade empregadora normal</td></tr>
</table></td></tr>
</table>

		Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora Muito boa Relações interpessoais com a(s) chefia(s) Muito boa/excelente
	2	Adaptação ao posto de trabalho- Bom Relação interpessoal com os colegas de trabalho- Bom Adaptação às normas da entidade empregadora- Razoável Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora- Razoável Relações interpessoais com a(s) chefia(s) - Bom
	3	Adaptação ao posto de trabalho – adaptaram-se bem Relação interpessoal com os colegas de trabalho- Bom relacionamento Adaptação às normas da entidade empregadora- Boa adaptação Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora- com alguma dificuldade Relações interpessoais com a(s) chefia(s)- Bom relacionamento

M11. Acompanhamento técnico das PCDI nas empresas (+ empregadores e colegas de trabalho- meio)

Foi acompanhado por um técnico da entidade formadora na realização do estágio e após a contratação? Que dificuldades apontou?

1	Sim, fui acompanhado por técnicas da APPACDM de Évora. Considero que a adaptação aos horários de trabalho e a alteração de rotinas, foram fatores que dificultaram a integração. Os apoios das técnicas foram importantes para a manutenção do posto de trabalho.
2	Sim, fui acompanhada por uma Técnica da APPACDM de Évora que se articulou com o Município para eliminar as barreiras arquitetónicas, caso contrário não teria conseguido fazer a experiência laboral naquela entidade.
3	Sim. Nenhumas dificuldades, foi um bom trabalho da Técnica de Acompanhamento.

Esse apoio foi útil e de acordo com as suas expetativas?

1	Sim, este apoio foi muito importante e correspondeu às expetativas.
2	Sim, ao longo de todo o percurso para conseguir o meu contrato de trabalho e depois encaminharam-me para o projeto MAVI que me permitiu ganhar ainda mais independência e autonomia.
3	Sim, sem dúvida. Sem esse apoio, eu teria muitas dificuldades.

#32PCDI Grau de avaliação do acompanhamento apoio à colocação e pós-colocação (EE)

Apoio à colocação e pós-colocação

1	Considero estas medidas importantes para a integração profissional das PCDI, uma vez que permitem a realização de experiências laborais e assim conhecer melhor o candidato. O acompanhamento pós -colocação é igualmente importante para resolver ou mediar qualquer questão que surja no âmbito do posto de trabalho.
2	Muito importante para a resposta adequada às necessidades de adaptação à vida laboral, e na mediação com a empresa, colegas de trabalho, chefias etc.
3	Permite o teste do perfil da pessoa às atividades da CM

M12. As PCDI obtêm o emprego após a realização de estágio e obtêm contrato de trabalho – Contrato Emprego Apoiado

As PCDI que realizaram estágio estão contratadas?

1	Sim
2	Sim
3	Sim

O contexto de experimentação do estágio ajudou a criar confiança nas PCDI?

1	Muito importante
2	Decisivo para a decisão de realização do contrato
3	Muito importante

Face aos casos apoiados, há quanto tempo se encontram a exercer funções por número de anos de trabalho na sua organização?

1	1 ano
2	2 anos
3	4 anos

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

A satisfação das entidades empregadoras com o desempenho profissional da PCDI é globalmente positiva, a partir de aspetos como a boa integração na empresa, a boa relação com os colegas e o bom desempenho resultante da experiência enquanto estagiário. Uma boa parte das EE refere a assiduidade, pontualidade, motivação / Empenho e grau de compromisso com o trabalho como iguais à dos restantes trabalhadores. De forma menor do que os restantes trabalhadores, verifica-se a proatividade e a produtividade.

O mesmo sentido positivo se verifica no caso das PCDI auscultadas. Realça-se a estabilidade profissional, o sentido de ajustamento às organizações, embora menos no caso dos níveis de remuneração.

Também ao nível da sustentabilidade dos empregos criados, existe uma confiança global na manutenção das situações profissionais.

No caso da entidade formadora, esta manteve o perfil de parcerias para a qualificação e inserção profissional das PCDI.

Na perspetiva do contributo registado na aprendizagem e desenvolvimento profissional dos técnicos e da organização, é referido que este cresceu ao longo dos dois últimos períodos de apoio. A entidade assume ter mais recursos e mais competências de intervenção, assim como visível adaptação dos técnicos às regras de financiamento, embora mais problemático no caso da contratação pública.

Registam-se ainda impactos na mentalidade e na abordagem ao paradigma do empoderamento das PCDI em detrimento do paradigma assistencialista.

<table>
<tr><th>Impactos associados medidas QUALIFICAÇÃO e APOIOS AO EMPREGO</th><th>Evidências recolhidas</th></tr>
<tr><td>Qualificação das PCDI</td><td>Todos os participantes referem que sentem mais qualificados e que tal promoveu a sua inserção no mercado de trabalho</td></tr>
<tr><td>Empregabilidade das PCDI</td><td>Todos os participantes referem</td></tr>
<tr><td>Aumento das PCDI na Pop. Ativa</td><td>#79PCDI % EE que contrataram PCDI após a realização de Estágio
80PCDI Grau de inclusão de PCDI em entidades empregadoras
Dos/as funcionários/as que se encontram atualmente a realizar estágio, qual a perspetiva quanto ao seu futuro na entidade?
<table><tr><td>1</td><td>Não tenho estagiários, não espero ter mais trabalhadores, com a estrutura da empresa atual. Mas vejo muito boas possibilidades de o fazer, se este ou outro negócio evoluir para uma dimensão maior. Não se aplica esta questão atualmente à minha empresa</td></tr><tr><td>2</td><td>Atualmente não existem funcionários em estágio, mas aqueles que o fizeram estão inseridos</td></tr><tr><td>3</td><td>Todos</td></tr></table></td></tr>
<tr><td>Inclusão social das PCDI (autonomia e autodeterminação e redução do estigma)</td><td>Todas as PCDI sentem igualdade face aos pares e menor estigma associado à sua condição e descrevem como positivo o seu processo de adaptação à entidade empregadora nos seguintes aspetos.
Comparativamente aos funcionários sem deficiência/incapacidade que realizam as mesmas funções, consideram que o perfil de atividades, a remuneração e as oportunidades de progressão de carreira são os mesmos.
#50PCDI Grau de satisfação com as condições de trabalho, por parte das PCDI
<table><tr><td></td><td>1</td><td>2</td><td>3</td></tr><tr><td>**Adaptação ao posto de trabalho**</td><td>Muito Bom</td><td>Bom</td><td>Sim, muito bem</td></tr><tr><td>**Relação interpessoal com colegas**</td><td>Muito Bom</td><td>Muito boa</td><td>Bem</td></tr><tr><td>**Relações interpessoais com a(s) chefia(s)**</td><td>Muito boas</td><td>Muito boa</td><td>excelente</td></tr><tr><td>**Condições de acessibilidade**</td><td>Boas</td><td>Boas</td><td>Normais, sem problemas</td></tr><tr><td>**Tipo de contrato de trabalho**</td><td>Bom</td><td>O possível</td><td>Muito bom</td></tr><tr><td>**Funções desempenhadas**</td><td>Adequadas ao meu perfil</td><td>Adequadas à minha condição</td><td>Muito bom</td></tr><tr><td>**Possibilidade de continuidade no posto de trabalho**</td><td>Sim, tenho essa expetativa</td><td>Bastante</td><td>Muito bom</td></tr></table></td></tr>
</table>

	Oportunidades de formação contínua	Razoável	Muito Boa	Sim, na Entidade Formadora que me qualificou - APPACDM
	Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade	Sempre, mas nunca aconteceu	Sinto-me à vontade	Nunca aconteceu

Empresas mais inclusivas

Todas as EE se consideram inclusivas.

Qual o nível de motivação que levou a entidade a recorrer aos estágios/apoios das PCDI no mercado de trabalho?

1	A responsabilidade social antes de mais. O conhecimento dos apoios no meu caso veio depois da decisão de contratar. E são muito bem-vindos. Mas não são a razão de contratar.
2	A motivação para a contratação de uma PCDI, foi a explicação e a informação dada pela APPACDM de Évora, bem como a responsabilidade social que a nossa empresa tem. Os apoios também são sem dúvida um fator importante para integração destes jovens.
3	Responsabilidade social e sistema de quotas na administração local

Que contributos se registaram na aprendizagem e desenvolvimento profissional dos funcionários sem deficiência, pela existência de PCDI na entidade?

1	Muito positivo, no crescimento das pessoas na relação, na medida em que se predispõem para dar, cuidar, atender a pormenores e necessidades do colega, e sem darem por isso, percebem que também estão a receber.
2	É possível verificar que os funcionários sem deficiência aprenderam que não existe ninguém diferente e menos capaz de desenvolver as tarefas. Foi importante esta contratação para uma maior coesão do grupo.
3	Consideramos que a tolerância aumentou, bem como a capacidade de integração e de transmissão de conhecimento.

Considera a entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade? Já ganhou alguma menção ou prémio?

1	Sim, sou entidade inclusiva, mas não busco visibilidade, o prestígio é interior. O prémio é completamente irrelevante. Não vivo para ser premiado. Sinto-me satisfeito por estar a contribuir para a Inclusão.
2	Sim, considero a empresa inclusiva. Não, ainda não recebi prémio ou menção honrosa, nem me candidatei. Não é esse o nosso objetivo ao inserir os jovens na empresa.
3	Sim, consideramos o Município como entidade inclusiva, face ao nº de apoiados principalmente nos últimos anos. Ainda não recebemos nenhuma menção ou prémio.

RELEVÂNCIA E COERÊNCIA

É sentida elevada relevância das ações definidas nas intervenções, nas suas diferentes fases, para dar resposta aos problemas das PCDI. Contudo, no quadro dos fatores que influenciam a eficácia das medidas são referidos aspetos como:

- Necessidade de reformulação do modelo atual de formação. Os referenciais estão desajustados a vários tipos der deficiência. Acresce que a formação teórica é mais intensa do que o contexto de trabalho
- Necessidade de criar percursos baseados em competências pessoais, como a comunicação.
- Há jovens que não conseguem acompanhar a totalidade dos módulos. Regista-se igualmente pouca flexibilidade associada ao número de faltas para que o certificado seja emitido. Este facto tem influência negativa nos períodos de interrupção e retoma de cursos. Se o jovem não ficar integrado esperam 2 anos para retomar, o que pode resultar em desmotivação e maior índice de exclusão social.
- No caso dos apoios ao emprego, é essencial um apoio continuado nos pós colocação das PCDI.
- Era desejável que no caso da deficiência intelectual, os estágios pudessem ser desenvolvidos a meio tempo, pois alguns formandos não conseguem cumprir o horário de trabalho normal.

No caso das entidades empregadoras, os Estágio de inserção e Apoios à colocação e pós-colocação são perspetivados como muito positivos, porque permitem a realização de experiência inicial, relevante para o conhecimento do trabalhador e avaliação do seu

potencial - Muito importante na tomada de decisão de contratação. Por seu turno, o acompanhamento pós -colocação é igualmente importante para resolver ou mediar qualquer questão que surja no âmbito do posto de trabalho.

Paralelamente, o contributo dos apoios do POISE para a mobilização dos atores e parceiros tem sido muito notória. A entidade refere que estes têm sido o motor de crescimento das organizações porque obriga os técnicos a adaptar-se à orientação para resultados, dominar as questões da contratação pública, reforçar o trabalho em rede, entre outros. O perfil do sistema de governação criado no território tem uma perspetiva não assistencialistas e mais centrada nos recursos da comunidade.

Na coerência externa, consideram-se positivas as formas de articulação estabelecidas com outros programas e outros dispositivos de intervenção para as PCDI no território, sobretudo na sinergia de algumas medidas como o MAVI (têm 2 jovens com AP para apoio no processo de emprego), Incorpora – integração profissional e ainda a participação ativa da entidade em programas como o CLDS e a Rede Social, assim como os Gabinetes Profissionais que permitem a captação de jovens em escolas e empresas.

VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

- As mudanças seriam alcançáveis sem o apoio do POISE?

Sim, se o OE Estado financiasse as medidas de política pública que o PO ISE financia.
Embora a entidade tenha algumas receitas próprias, regista-se uma elevada dependência face aos mesmos para a execução das nossas medidas ativas de emprego para as PCDI. Esta dependência regista-se sobretudo na componente de qualificação.

Estudo de caso: Projeto C

Entrevistas via MsTEAMS com:

Elementos da equipa Coordenadora do Projeto
1 Entidades empregadora
1 Ex-participante

Enquadramento:

O caso C é um Centro de Gestão Participada, resultante de um protocolo entre o IEFP e o MADI, que desde 1981 promove respostas no âmbito da formação e emprego para todas as pessoas que pretendem qualificar-se. Ao longo da sua existência tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida e integração socio-profissional do seu público, interagindo com as famílias, o tecido empresarial e a comunidade.

A entidade desenvolve um conjunto integrado de medidas que visam apoiar a qualificação e o emprego das pessoas com deficiência e incapacidade que apresentam dificuldades no acesso, manutenção e progressão no emprego. Atualmente, ministra 14 cursos de longa duração e "Empreender" – cursos de atualização de competências para PCDI.

Ao nível do emprego, existe um conjunto de apoios que visam facilitar a integração e manutenção das pessoas com deficiência e incapacidade no mercado de trabalho.

A medida Apoios à Integração, Manutenção e Reintegração no Mercado de Trabalho compreende um conjunto de apoios facilitadores da integração, manutenção e reintegração dos seus destinatários no mercado de trabalho:

- Informação, avaliação e orientação para a qualificação e o emprego
- Apoio à colocação
- Acompanhamento pós-colocação
- Adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas

A área geográfica de atuação Distrito do Porto.

A evolução do número de formandos/as com deficiência/incapacidade tem sido estável com uma média de 140 formandos em 2020 -21 e 132 em 2022, estando a aguardar a aprovação pelo PO ISE de mais 30 (162).

PCDI alvo do estudo de caso

	1
Sexo	Masculino
Idade	29 anos
Área de residência	Porto
Habilitações literárias	9º ano
Dificuldades ou limitações que poderão ocasionar adaptações do posto de trabalho, remoção de barreiras arquitetónicas ou outros ajustes.	Compreender os outros ou fazer-se entender
Tipo de deficiência	Espectro do Autismo
Apoios recebidos	Formação profissional Apoio à colocação Acompanhamento pós-colocação Contrato-emprego inserção

Entidades empregadoras alvo do estudo de caso

	1
Natureza jurídica da entidade	Cooperativa Educação Ensino Superior
N.º de funcionários/PCDI (incapacidade certificada ≥ 60%)	1

Número total de funcionários/as com incapacidade certificada ≥ 60% contratou ao abrigo das medidas	3	
Perfil PCDI	1 – 9º ano, deficiência cognitiva, contrato sem termo 2 – 9º ano, deficiência cognitiva, contrato sem termo	
abrigo das seguintes medidas de política pública	Contrato de Emprego apoiado	
Perfil de Encaminhamento	Foram encaminhados através de Centros de Recursos Foram encaminhados através do IEFP	

EFICIÊNCIA

O volume de recursos financeiros alocado às intervenções aprovadas verbas disponíveis são adequadas às necessidades de intervenção é considerado ajustado, pois a entidade integra o IEFP e tem a segurança financeira e estabilidade de equipas. Uma boa parte das verbas são para pagamento das bolsas, das equipas técnicas, dos formadores, dos apoios sociais, equipamentos.

Em termos de eficiência operativa, a entidade denota que o report ao PO ISE tem sido progressivamente mais exigente. Essa carga burocrática exige equipas preparadas, sendo por vezes incompatível com as dinâmicas de trabalho destas com as PCDI.

No caso da entidade empregadora, esta avalia o processo burocrático de articulação com o IEFP/ Centro de formação e os processos de pagamentos como Muito Bom e o volume de apoio € alocado em parte adequado, pois consideram que deveria haver um Aumento dos apoios € às entidades empregadoras, no âmbito das medidas públicas de emprego protegido.

EFICÁCIA

O modelo de efeitos inicia-se no processo de sinalização das PCDI realizado no seio de uma rede de recursos comunitários composto por Escolas, Autarquias, IPSS e empresas. As escolas constituem um parceiro central, pois ajudam através de avaliação e orientação das pessoas para conhecer as profissões existentes. Paralelamente, no processo de sinalização existe articulação com outras estruturas como as CPCJ e os Projetos da Rede Social. Estes recursos da comunidade são usados em rede, fator considerado como decisivo no sucesso das intervenções.

Depois de sinalizados, as PCDI passam por um processo de avaliação, orientação e encaminhamento para medidas de qualificação e/ou apoios ao emprego.

Nas medidas de apoio à qualificação, a criação de percursos de ativação integrados e individualizados tem registado limitações que influenciam negativamente a capacidade de alcance e envolvimento de PCDI. A imposição do uso de referenciais introduz rigidez ao processo de trabalho individualizado. No PT 2020 não conseguem operacionalizar a lógica do dossier técnico pedagógico individual que tinham em quadros de financiamento anteriores.

No caso dos Apoios ao Emprego, de uma maneira geral, o balanço do trabalho desenvolvido é considerado positivo, com resultados visíveis sobretudo ao nível das taxas de inserção profissional das PCDI. A entidade tem uma taxa de emprego direto em contratos de trabalho de 30%.

Adicionalmente, assiste-se a um processo de Integração social indireta, onde 85% das PCDI com maiores dificuldades de inserção profissional prestam voluntariado em IPSS, ou seja, promove-se deste modo a participação das PCDI para que estas "não fiquem em casa".

No balanço feito pela entidade, apesar das medidas existentes e financiadas pelo PO ISE, é difícil aumentar os 30% de colocações em mercado de trabalho. É também notório que boa parte das inserções é efetuada em IPSS, como é o caso da EE participante no Estudo de caso.

Igualmente importantes para a eficácia dos apoios ao emprego reside nas ações de informação e sensibilização das Entidades Empregadoras, através de uma equipa de trabalho direto com estas. A formação em contexto de trabalho e estágios são considerados os instrumentos que produzem maiores resultados na inserção efetiva das PCDI. As medidas de acompanhamento à colocação e pós colocação são decisivas para a sustentabilidade dessa inserção.

TESTE DA TDM

MEDIDAS DE QUALIFICAÇÃO

Resultados associados QUALIFICAÇÃO	Evidências
Obtenção de certificação profissional e	#15PCDI % de PCDI certificada após frequência de formação/qualificação

obtenção de certificado de frequência, pelas PCDI	Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional? Se sim] Correspondeu a uma certificação de nível? 1 Sim. Obtive certificação Profissional.- 9.º ano
Aumento das qualificações profissionais e empregabilidade das PCDI	Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho? 1 Serviço de Apoio Social- positivamente. É uma área em que existe falta de RH
Aumento da participação e contato com o mercado de trabalho	Há quanto tempo se encontra a exercer funções na entidade empregadora? 1 7 anos Como integrou a entidade empregadora? 1 A partir de um estágio. Foi colocado após o seu término Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a? 1 Contrato-emprego apoiado em mercado aberto
Aumento das competências socioprofissionais em mercado de trabalho	Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho? 1 Serviço de Apoio Social- positivamente. É uma área em que existe falta de RH Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação) 1 Sim, sobretudo pela realização do estágio. Senti que as funções eram compatíveis com o que estudei. O apoio foi feito pela entidade Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional? 1 Não alterava nada

Mecanismos da TdM Medidas QUALIFICAÇÃO	Evidências
M1. PCDI são encaminhadas adequadamente face ao seu perfil e características - Rede interna e externa	**#8PCDI** Grau de coerência/sinergia entre as medidas e apoios e a heterogeneidade de PCDI Confirmado
M2. PCDI adquirem expetativas positivas para a obtenção de emprego e frequência de formação	**#9PCDI** % ex-participantes que frequentou uma ação correspondente às suas motivações iniciais **#10PCDI** % de PCDI que reconhecem a adequação das medidas ao seu perfil e necessidades Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação) 1 Sim, sobretudo a partir do estágio que realizou Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional? 1 Não tem aspetos negativos a registar
M3. O percurso formativo é adequado às potencialidades, expetativas, aspirações e gostos das PCD	Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional? Se sim] Correspondeu a uma certificação de nível? 1 9.º ano Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho? 1 Serviço de Apoio Social- positivamente. É uma área em que existe falta de RH
M4. PCDI acedem à formação e tenderão a ficar mais qualificadas e preparadas para o ingresso no mercado de trabalho +	**#3PCDI** Tipologia de apoio técnico, por sexo, grupo etário e habilitação escolar e tipo def. **#14PCDI** % PCDI mais autoconfiantes nas suas capacidades para integrar o mercado de trabalho Há quanto tempo se encontra a exercer funções na entidade empregadora? 1 2014

M5 O contexto de experimentação minimiza o risco e ajuda a criar confiança nos empregadores removendo barreiras e facilitando a transição	Como integrou a entidade empregadora? 1 | Em 2014, a partir de um estágio Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a? 1 | Contrato-emprego apoiado em mercado aberto A formação que frequentou preparou-o para as atuais funções na entidade? 1 | Sim, corresponde ao que aprendi e **#11PCDI** % ex-participantes que após ter concluído a Ação procurou trabalho por iniciativa própria Não existem casos nos EC

MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO

Resultados associados a Medidas APOIOS AO EMPREGO	Evidências recolhidas
Novos empregos criados para as PCDI	Novos empregos criados para as PCDI **#41PCDI** % de ex-participantes que recebeu oferta de emprego após término das Ações Há quanto tempo se encontra a exercer funções na entidade empregadora? 1 | 2014 Como integrou a entidade empregadora? 1 | Em 2014, a partir de um estágio Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a? 1 | Contrato-emprego apoiado em mercado aberto A formação que frequentou preparou-o para as atuais funções na entidade? 1 | Sim, corresponde ao que aprendi e
Integração das PCDI em empregos de qualidade e sustentáveis	Integração das PCDI em empregos de qualidade e sustentáveis **#44PCDI** % de PCDI em emprego após Ação que considera ajustado o perfil de trabalho, condições e remuneração, progressão Graus de Satisfação face com aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional

	1
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais	Satisfeito
Envolvimento e compromisso no trabalho	Muito satisfeito
Motivação no e para o trabalho	Muito satisfeito
Reconhecimento do desempenho	Muito satisfeito
Sentimento de realização pessoal	Muito satisfeito
Sentimento de realização profissional	Muito satisfeito

#45PCDI Participantes com contratos de trabalho sem termo, após a participação em estágio ou obtenção de emprego
Sim

#46PCDI de PCDI com regime de tempo inteiro
Sim

#48PCDI Valor médio da remuneração auferida pelas PCDI

1
705€

#49PCDI Grau de satisfação com a situação profissional das PCDI

	1
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais	Satisfeito
Envolvimento e compromisso no trabalho	Muito satisfeito

Motivação no e para o trabalho	Muito satisfeito
Reconhecimento do desempenho	Muito satisfeito
Sentimento de realização pessoal	Muito satisfeito
Sentimento de realização profissional	Muito satisfeito

#50PCDI Grau de satisfação com as condições de trabalho, por parte das PCDI

	1
Adaptação ao posto de trabalho	Boa
Relação interpessoal com colegas	Boa
Adaptação às normas da entidade empregadora	Boa
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	Boa
Relações interpessoais com a(s) chefia(s)	Boas
Condições de acessibilidade	Boas
Condições gerais de trabalho	Boas
Tipo de contrato de trabalho	Muito satisfeito
Horário de trabalho	Satisfeito
Funções desempenhadas	Muito Satisfeito
Possibilidade de continuidade no posto de trabalho	Sim, contrato sem termo
Oportunidades de formação contínua	Sim, mas não fez
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade	Não

Participantes com contratos de trabalho 6 meses após a participação em estágio

Confirmado no caso auscultado

Adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas e atitudinais

#54PCDI de EE que criaram condições de acessibilidade às e na empresa/organização, por tipo de EE
#57PCDI % de EE que removeu barreiras arquitetónicas dos postos de trabalho das PCDI
Houve a adaptação da casa de banho e a adaptação de uma rampa à entrada do recinto e do edifício para que houvesse acesso à cadeira de rodas.

Houve necessidade de adaptação dos postos de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas?

1	Não

A entidade beneficiou de apoios públicos para a remoção de postos de trabalho e remoção de barreiras arquitetónicas?

1	Não

Empresas mais capacitadas para a integração de PCDI em empregos sustentáveis

#58PCDI % de PCDI que sente atitudes discriminatórias da parte dos colegas
Sente justa a remuneração e esta é igual a outros trabalhadores sem deficiência para a mesma função.
A relação com os colegas é boa e ajudam-me sempre que necessário. Todos sabem da minha situação. Não sinto discriminação.

#59PCDI % de Entidades empregadoras que considera a Qualificação das PCDI alinhada com as suas necessidades

1	Sim. A satisfação é elevada Adaptação ao posto de trabalho Muito Boa Relação interpessoal com os colegas de trabalho Muito Boa Adaptação às normas da entidade empregadora Muito Boa Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora Muito Boa Relações interpessoais com a(s) chefia(s) Muito Boa

#62PCDI EE que consideram ser inclusivas
Considera a entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade? Já ganhou alguma menção ou prémio?

1	Sim. Somos entidade destacada na celebração dos 40 anos do CEFPI.

Mecanismos Medidas APOIOS AO EMPREGO	**Evidências recolhidas**

M6 São efetuadas ações de sensibilização e consciencialização dos empregadores face ao PH das PCDI

#24PCDI Grau de conhecimento dos apoios existentes para a contratação de PCDI, por parte das Entidades empregadoras
Tem conhecimento da totalidade dos apoios públicos existentes relacionados com a contratação de pessoas com deficiência/incapacidade?

1	Não tenho conhecimento formal das medidas.

M7. Os empregadores obtêm informação sobre as vantagens da contratação de PCDI

#25PCDI % Entidades acolhedoras reconhecem a adequação das medidas às necessidades do mercado de trabalho
Como avalia a importância da medida de política pública estágio de inserção?
De uma maneira geral, como avalia a implementação das medidas públicas de apoio à colocação e pós-colocação?

Estágio de inserção

1	A medida é positiva e motivadora para as entidades empregadoras contratarem PCDI, com a possibilidade de melhor averiguar sobre a compatibilidade entre as funções requeridas e as que objetivamente o candidato consegue realizar.

Apoio à colocação e pós-colocação

1	Positivamente

M8. Empresas motivadas pelas comparticipações/apoios e acolhem estágios de PCDI

#26PCDI Tipologia de condições dos apoios atrativas para a frequência da IEJ, por tipo de medida (qualificação/ formação, estágios e emprego)
Qual o nível de motivação que levou a entidade a recorrer aos estágios/apoios das PCDI no mercado de trabalho?

1	As comparticipações, apoios€ e a responsabilidade social da entidade

M9. A experiência prática em contexto é um mecanismo facilitador da integração profissional porque induz motivação e as competências para a empregabilidade

	Menor que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade	Igual aos trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade	Maior que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade
Assiduidade		1	
Pontualidade		1	
Motivação / Empenho			1
Grau de compromisso com o trabalho			1
Proatividade		1	
Produtividade	1		
Conflitualidade em relação a outros funcionários	Não sabe		

#27PCDI % de empresas que considera positivo o desempenho profissional das PCDI

M10. O contexto de experimentação ajuda a criar confiança nos empregadores removendo barreiras ao emprego das PCDI e promove o ajustamento às necessidades

#28PCDI % Empregadores com uma perceção positiva em relação à qualidade das medidas frequentadas pelas PCDI
#31PCDI % de EE que considera positivo o processo de adaptação das PCDI à entidade

Como descreve o processo de adaptação dos/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade na sua entidade?

1	Adaptação ao posto de trabalho **Muito Boa** Relação interpessoal com os colegas de trabalho **Muito Boa** Adaptação às normas da entidade empregadora **Muito Boa** Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora **Muito Boa** Relações interpessoais com a(s) chefia(s) **Muito Boa**

M11. Acompanhamento técnico das PCDI nas empresas (+ empregadores e colegas de trabalho- meio)

Foi acompanhado por um técnico da entidade formadora na realização do estágio e após a contratação? Que dificuldades apontou?

1	Sim. Não tive dificuldades

Esse apoio foi útil e de acordo com as suas expetativas?

1	Sim. Ainda que já tenha passado alguns anos, ainda sou contactado pelo Centro

#32PCDI Grau de avaliação do acompanhamento apoio à colocação e pós-colocação (EE)

	Apoio à colocação e pós-colocação 1 — A avaliação é positiva. Recebe a visita regular de um técnico da entidade e esta faz avaliação com a chefia sobre o desempenho e eventuais necessidades de ajustamento.
M12. As PCDI obtêm o emprego após a realização de estágio e obtêm contrato de trabalho – Contrato Emprego Apoiado	As PCDI que realizaram estágio estão contratadas? 1 — sim O contexto de experimentação do estágio ajudou a criar confiança nas PCDI? 1 — Foi importante para a decisão de contratar. Houve possibilidade de melhor averiguar sobre a compatibilidade entre as funções requeridas e as que objetivamente o candidato conseguia realizar.

IMPACTO e SUSTENTABILIDADE

Os impactos dos apoios PO ISE são notórios, embora limitados às taxas referidas na eficácia. Numa boa parte dos casos que conseguem inserção após formação em contexto de trabalho e posteriormente estágio, obtêm contrato de trabalho, o que origina efeitos na qualificação, na empregabilidade (sobretudo a partir do estágio) e, consequentemente a Inclusão social das PCDI (autonomia e autodeterminação e redução do estigma).

A sustentabilidade desta inserção é mediada pelo trabalho das equipas de acompanhamento pós colocação coadjuvadas com apoios a dimensões pessoais das PCDI.

No quadro externo, é visível que as empresas com que a entidade articula se tornaram mais inclusivas com a presença das PCDI.

Impactos associados medidas QUALIFICAÇÃO e APOIOS AO EMPREGO	Evidências recolhidas
Qualificação das PCDI	O participante refere que sente mais qualificado e que tal promoveu a sua inserção no mercado de trabalho
Empregabilidade das PCDI	Todos os participantes referem
Inclusão social das PCDI (autonomia e autodeterminação e redução do estigma)	A PCDI sente igualdade face aos pares e menor estigma associado à sua condição e descreve como positivo o seu processo de adaptação à entidade. Comparativamente aos funcionários sem deficiência/incapacidade que realizam as mesmas funções, consideram que o perfil de atividades, a remuneração e as oportunidades de progressão de carreira são os mesmos. **#50PCDI** Grau de satisfação com as condições de trabalho, por parte das PCDI
Empresas mais inclusivas	Qual o nível de motivação que levou a entidade a recorrer aos estágios/apoios das PCDI no mercado de trabalho? 1 — As comparticipações, apoios€ e a responsabilidade social da entidade Que contributos se registaram na aprendizagem e desenvolvimento profissional dos funcionários sem deficiência, pela existência de PCDI na entidade?

	1
Adaptação ao posto de trabalho	Boa
Relação interpessoal com colegas	Boa
Adaptação às normas da entidade empregadora	Boa
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	Boa
Relações interpessoais com a(s) chefia(s)	Boas
Condições de acessibilidade	Boas
Condições gerais de trabalho	Boas
Tipo de contrato de trabalho	Muito satisfeito
Horário de trabalho	Satisfeito
Funções desempenhadas	Muito Satisfeito
Possibilidade de continuidade no posto de trabalho	Sim, contrato sem termo
Oportunidades de formação contínua	Sim, mas não fez
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade	Não

	1	Reconhecimento de problemas latentes, que, sem o contacto habitual, não aconteceria, por ignorância e desconhecimento.

Considera a entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade? Já ganhou alguma menção ou prémio?

1	Sim. Somos entidade destacada na celebração dos 40 anos do CEFPI.

RELEVÂNCIA E COERÊNCIA

Encontra-se na atualidade um ciclo de mudança de paradigma sobre as intervenções nas PCDI. A formação profissional apoiada pelo PO ISE é importante para o desenvolvimento de competências, mas cada vez mais sentem que devem ser desenvolvidos percursos à medida, algo que não tem sido possível no atual set de normas de execução do PO ISE (p.e., requerimentos de referenciais).

O interlocutor recorda o QREN como mais flexível e onde foi possível optar por metodologias de intervenção e de aprendizagem individualizados (dossier técnico pedagógico individualizado). A rigidez atual constitui um obstáculo importante à eficácia dos apoios.

Sinaliza-se um quadro muito centrado em indicadores contratualizados que se centram em certificações de competências alcançadas.

Também os referenciais utilizados aumentam a rigidez percebida, pois são menos ajustáveis às necessidades especificas e dinâmicas individuais.

No caso dos apoios ao emprego, a avaliação é positiva pelas evidências de resultado que se verifica na articulação e procura das entidades empregadoras.

Sinaliza-se, contudo, no acesso ao emprego nos organismos da administração local, existe um bloqueio pela exigência da escolaridade obrigatória.

VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

As mudanças não seriam alcançáveis sem o apoio do POISE, pois este é fundamental para o desenvolvimento e existências da FP e paras os apoios na articulação com o mercado de trabalho, embora a EE teria acolhido e contratado PCDI sem a existência dos apoios POISE.

2.1.7 Instrumentos de recolha de informação

Entrevistas

Guião de entrevista à Federação Portuguesa da Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência e Incapacidade (FORMEM), ao Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) e ao Centro de Educação e Formação Profissional Integrada (CEFPI)

RELEVÂNCIA /COERÊNCIA

- As ações definidas nas intervenções, nas suas diferentes fases, são os mais relevantes para dar resposta aos problemas das PCDI?
- De que forma e em que medida estas Ações se tem ajustado às necessidades das PCDI?
- Até que ponto o Programa contribuiu para a mobilização dos atores e parceiros? Que tipo de parcerias se verificaram?
- Que formas de articulação foram estabelecidas com outros programas e outros dispositivos de intervenção para as PCDI
- Para além das ações em avaliação, que outras medidas de política destacaria como tendo também um papel significativo no apoio à qualificação, emprego das PCDI?

EFICÁCIA

- Como são sinalizados as PCDI alvo da medida? (Em particular os inativos, se estes fizerem parte do público-alvo da medida)
- Como são potenciados os recursos comunitários (Rede de encaminhamento interno e externo)?
- Quais as principais ações de sensibilização e mobilização de entidades empregadoras para acolhimento e inserção de PCDI?
- O processo de orientação, encaminhamento e integração (assente no maior acompanhamento e num aconselhamento mais personalizado) é ajustado às necessidades das PCDI?
- Em que medida a criação de percursos de ativação integrados tem influenciado a capacidade de alcance e envolvimento de PCDI O que falta fazer a este nível?
- Quais os fatores externos à intervenção que a potenciaram ou limitaram no cumprimento dos objetivos? (ver pressupostos e riscos)
- Quais as medidas a implementar para se obterem melhores ganhos em termos de eficácia?
- Quais os fatores de sucesso e insucesso se revelaram decisivos para o cumprimento dos objetivos das Ações em avaliação?
- Existem grupos de deficiência onde os resultados são mais expressivos?
- Que perfil de entidades empregadoras são mais inclusivas?

EFICIÊNCIA

- Qual o volume de recursos financeiros alocado às intervenções aprovadas?
- Quais os custos médios das intervenções apoiadas?
- As verbas disponíveis revelaram-se /são adequadas às necessidades de intervenção?
- Como avalia o relacionamento com o POISE (Realização de sessões de trabalho; Realização de visitas técnicas; Disponibilização de instrumentos de apoio à monitorização das atividades; Orientações de apoio à implementação das ações; Disponibilização de manuais/guias de apoio; Apoio estratégico,…)

IMPACTO/ SUSTENTABILIDADE

- As ações permitiram inverter alguns dos indicadores críticos do território abrangido?
- Qual a evolução dos fenómenos de exclusão social das PCDI nos territórios apoiados no período de execução dos e principais tendências de mudança?

- Quais os principais problemas que ainda se mantém e quais as causas dessa persistência?
- Em que medida se observam impactos não esperados das ações?
- As mudanças seriam alcançáveis sem os apoios POISE?
- E quais os fatores externos que influenciaram (positiva ou negativamente) o alcance dos objetivos globais do Programa?
- Em que medida após término do apoio financeiro se mantiveram parcerias locais de promoção do desenvolvimento social?
- Em que medida os efeitos do Programa nos indivíduos perduraram após o término das Ações
- Em que medida se pode esperar que os impactos das ações apoiadas perdurem após a conclusão da sua implementação?
- Que contributos se registaram na aprendizagem e desenvolvimento profissional dos técnicos e das organizações?

RECOMENDAÇÕES GLOBAIS

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Estudos de caso

Guião de entrevista para entidade formadora

RELEVÂNCIA /COERÊNCIA

Caracterização institucional

- Tipo de entidade
- Área geográfica de atuação
- Evolução do número de formandos/as com deficiência/incapacidade
- Número de cursos de formação/qualificação o centro realiza por ano

- Relevância das ações definidas nas intervenções, nas suas diferentes fases, para dar resposta aos problemas das PCDI
- Análise do Ajustamento das Ações POISE às necessidades das PCDI (qualificação, emprego e redução do estigma social)
- Alterações necessárias ao nível da formação/qualificação das PCDI
- Contributo dos apoios do POISE para a mobilização dos atores e parceiros (análise das parcerias e modelo de governação)
- Formas de articulação estabelecidas com outros programas e outros dispositivos de intervenção para as PCDI no território

EFICÁCIA

Formação e emprego

- Processo de sinalização das PCDI alvo da medida
- Em que medida a criação de percursos de ativação integrados tem influenciado a capacidade de alcance e envolvimento de PCDI
- Principais resultados do processo de orientação e encaminhamento (utilização dos recursos comunitários internos e externos)
- Mecanismos de informação e sensibilização das Entidades Empregadoras
- Evolução do número de formandos/as com deficiência/incapacidade que foi objeto de uma medida de colocação em mercado de trabalho após o processo de qualificação/formação
- Quantos/as foram objeto de estágio profissional/inserção e contrato de trabalho:

Estágio profissional/inserção	
Contrato de trabalho	

- Número de formandos/as que nos últimos anos tiveram uma experiência de emprego que não singrou e que retornaram ao percurso formativo_____
- Principais razões que se encontram na base das situações de insucesso na passagem da fase da qualificação/formação para o mercado de trabalho

Análise do percurso das 3 PCDI alvo do estudo de caso

- Orientação para formação/emprego
- Curso de Formação
- Mecanismos para a mobilização de entidades empregadoras

Apoio na colocação e acompanhamento no mercado de trabalho

- Mecanismos e práticas de colocação (Estágios de inserção/ Contrato emprego-inserção)
- Mecanismos, práticas e frequência de acompanhamento nas EE
- Resultados os apoios à colocação e acompanhamento na EE das 3 PCDI do Estudo de Caso
- Dinâmicas de articulação com EE
- Resultados do Estágio/Contrato emprego-inserção)
- Correspondência às expectativas das entidades empregadoras (perfil de EE + perfil PCDI)
- Correspondência às expectativas dos/as formandos/as
- Fatores externos à intervenção que a potenciaram ou limitaram no cumprimento dos objetivos (ver pressupostos e riscos)
- Medidas a implementar para se obterem melhores ganhos em termos de eficácia
- Fatores de sucesso e insucesso se revelaram decisivos para o cumprimento dos objetivos dos apoios POISE
- Identificação dos Grupos de deficiência onde os resultados são mais expressivos

EFICIÊNCIA

- Volume de recursos financeiros alocado às intervenções aprovadas
- Custos médios das intervenções apoiadas
- Adequação das verbas disponíveis revelaram-se /são adequadas às necessidades de intervenção?
- Como avalia o relacionamento com o POISE (Realização de sessões de trabalho; Realização de visitas técnicas; Disponibilização de instrumentos de apoio à monitorização das atividades; Orientações de apoio à implementação das ações; Disponibilização de manuais/guias de apoio; Apoio estratégico,…)

IMPACTO/ SUSTENTABILIDADE

- As ações permitiram inverter alguns dos indicadores críticos do território abrangido?
- Evolução dos fenómenos de exclusão social das PCDI no territórios e principais tendências de mudança
- Principais problemas que ainda se mantém e quais as causas dessa persistência
- Impactos não esperados das ações
- As mudanças seriam alcançáveis sem o apoio do POISE?
- Fatores externos que influenciaram (positiva ou negativamente) o alcance dos objetivos globais das medidas
- Em que medida após término do apoio financeiro se mantiveram/mantiveram parcerias para a qualificação e inserção profissional das PCDI (articulação com entidades formadoras e empregadoras)
- Em que medida os efeitos da Medidas nas PCDI perduraram após o término do apoio
- Que contributos se registaram na aprendizagem e desenvolvimento profissional dos técnicos e das organizações?
- Na generalidade dos casos o que sucede aquando do término do período de vigência das medidas de apoio? (As entidades empregadoras não permanecem com a PCDI/ a PCDI retorna à formação/ As EE renovam o contrato de trabalho com a PCDI,…)

RECOMENDAÇÕES GLOBAIS

_____

_____

_____

Guião de entrevista para as entidades empregadoras

RELEVÂNCIA /COERÊNCIA

Caracterização da entidade

- Natureza jurídica da entidade
- Tipo de atividade (CAE)
- Número total de funcionários/PCDI (incapacidade certificada ≥ 60%)
- Número total de funcionários/as com incapacidade certificada ≥ 60% que a entidade empregadora contratou até ao momento ao abrigo de das medidas públicas de apoio à contratação de pessoas com deficiência/incapacidade (inclui-se igualmente todos/as aqueles/as que tiveram uma experiência profissional, mas que já não se encontram a trabalhar na entidade empregadora
- Caracterização dos trabalhadores com deficiência/incapacidade que atualmente exercem funções na entidade empregadora abrangidos por medidas de apoio (habilitações, tipo de deficiência, Contrato…)
- Dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade referidos/as na questão anterior indique, por favor, quantos/as:

Foram encaminhados através de Centros de Recursos	
Foram encaminhados através do IEFP	
Candidataram-se por iniciativa própria	

- Indique, quantos/as dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade se encontram ao abrigo das seguintes medidas de política pública:

Contrato de Emprego apoiado	
Emprego protegido	
Estágio Profissional / Inserção	
Contrato-emprego inserção	
Outra situação	

- As ações definidas nas intervenções, nas suas diferentes fases, são os mais relevantes para dar resposta aos problemas das PCDI e da entidade?
- Como avalia a importância da medida de política pública estágio de inserção?
- como avalia a implementação das medidas públicas de apoio à colocação e pós-colocação?

EFICÁCIA

- Tem conhecimento da totalidade dos apoios públicos existentes relacionados com a contratação de pessoas com deficiência/incapacidade?
- Foi alvo de alguma Ação de informação/sensibilização dos apoios existentes e da importância do acolhimento das PCDI? Qual o resultado?
- Qual o nível de motivação que levou a entidade a recorrer aos estágios/apoios das PCDI no mercado de trabalho? (comparticipações, apoios€, responsabilidade social, empresa inclusiva)

Situação laboral dos trabalhadores com deficiência/incapacidade alvo do EC

- As PCDI que realizaram estágio estão contratadas?
- O contexto de experimentação do estágio ajudou a criar confiança nas PCDI?
- Face aos casos apoiados, há quanto tempo se encontram a exercer funções por número de anos de trabalho na sua organização?
- Distribuição dos casos apoiados por vínculo laboral
  Dos/as funcionários/as que se encontram atualmente a realizar estágio, qual a perspetiva quanto ao seu futuro na entidade?

Adaptação

- Como descreve o processo de adaptação dos/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade na sua entidade?
  - Adaptação ao posto de trabalho
  - Relação interpessoal com os colegas de trabalho
  - Adaptação às normas da entidade empregadora
  - Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora
  - Relações interpessoais com a(s) chefia(s)
- Houve necessidade de adaptação dos postos de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas?
- A entidade beneficiou de apoios públicos para a remoção de postos de trabalho e remoção de barreiras arquitetónicas?

Desempenho profissional

- Grau de satisfação com o desempenho geral dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade?
- Indique, por favor, em que medida situa a sua perceção relativamente a cada um dos aspetos abaixo apresentados face aos/às funcionários/as com deficiência/incapacidade por comparação com os funcionários/as sem deficiência:

	Menor que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade	Igual aos trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade	Maior que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade	Não Sabe/ Não responde
Assiduidade				
Pontualidade				
Motivação / Empenho				
Grau de compromisso com o trabalho				
Proatividade				
Produtividade				
Conflitualidade em relação a outros funcionários				

- Quais os fatores internos ou externos que potenciaram ou limitaram a satisfação da entidade com o desempenho profissional da PCDI? (ver pressupostos e riscos)

Acompanhamento pós colocação

- Recebeu a visita regular de um técnico da entidade com que articulou para o acompanhamento do estágio/colocação? Quais as atividades realizadas?
- Sempre que foi necessário, solicitou apoio do técnico de emprego para a gestão do acolhimento/contratação da PCDI?

Qualidade do trabalho e progressão de carreira

- Quantos/as dos/as funcionários/as PCDI apoiados são detentores/as de cargos de coordenação/supervisão
- Qual a remuneração mensal líquida (deduzindo os respetivos impostos):
- Comparativamente aos/às funcionários/as sem de deficiência/incapacidade, a remuneração dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade para as mesmas funções é mais baixa, igual, mais elevada,…
- Tendencialmente, os/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade em comparação aos/às restantes funcionários/as têm vindo a ser promovidos

EFICIÊNCIA

- Como avalia o processo burocrático de articulação com o IEFP/ Centro de formação e os processos de pagamentos?
- O volume de apoio € alocado são adequados?

-

IMPACTO/ SUSTENTABILIDADE

- Considera a entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade? Já ganhou alguma menção ou prémio?
- Teria acolhido/contratado PCDI sem a existência dos apoios POISE?
- Pretende manter os atuais PCDI contratados e contratar mais PCDI?
- Que contributos se registaram na aprendizagem e desenvolvimento profissional dos funcionários sem deficiência, pela existência de PCDI na entidade?

RECOMENDAÇÕES GLOBAIS

_____

_____

_____

Guião de entrevista biográfica a pessoas com deficiência ou incapacidade

RELEVÂNCIA /COERÊNCIA

Caracterização da PCDI

Traçar os principais dados biográficos:

- Sexo
- Idade
- Área de residência:
- Habilitações literárias
- Dificuldades ou limitações que possa ter e que poderão ocasionar adaptações do posto de trabalho, remoção de barreiras arquitetónicas ou outros ajustes em sede de mercado aberto de emprego.

Andar ou subir degraus
Ouvir, mesmo usando aparelho auditivo
Ver, mesmo usando óculos ou lentes de contacto
Compreender os outros ou fazer-se entender
Tomar banho ou vestir-se sozinho
Memória e/ou concentração

Tipo de deficiência

- Visual
- Auditiva
- Intelectual
- Motora
- Deficiências do desenvolvimento
- Neurodiversidades
- Espectro do Autismo
- Mais do que uma limitação/Multideficiência
- Perfil de percurso de institucionalização, qualificação e emprego

Apoios recebidos

- Orientação e avaliação
- Qualificação e formação profissional
- Apoio à colocação
- Acompanhamento pós-colocação
- Estágio profissional
- Estágio – Inserção
- Estágio-emprego
- Emprego protegido
- Contrato-emprego inserção
- Contrato-emprego apoiado em mercado aberto
- Outra

EFICÁCIA

Percurso formativo

- Quantos cursos de formação/qualificação realizou?
- Como teve conhecimento da sua existência? As expetativas eram positivas?
- Em que áreas realizou cursos de formação/qualificação?

- Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional?

- [Se sim] Correspondeu a uma certificação de nível?
- Como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho?
- Sente-se mais preparado e motivado para procurar emprego? (casos apenas de qualificação)
- Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional?

Inserção/adaptação na entidade empregadora

- Há quanto tempo se encontra a exercer funções na entidade empregadora?
- Como integrou a entidade empregadora?
- Por que tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação, qualificação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a?
- A formação que frequentou preparou-o para as atuais funções na entidade?
- Como descreve o seu processo de adaptação à entidade empregadora nos seguintes aspetos.

Adaptação ao posto de trabalho
Relação interpessoal com os/as colegas de trabalho
Adaptação às normas da entidade empregadora
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora
Relações interpessoais com a(s) chefia(s)
Condições de acessibilidade

- Como descreve o processo de adaptação dos/as trabalhadores/as e da chefia a um/a colega com deficiência/incapacidade?
- Houve necessidade de adaptação do seu posto de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas?
- Como avalia a preparação da sua entidade empregadora para a integração profissional de pessoas com deficiência/incapacidade nos seguintes itens:

Motivação e sensibilidade para o emprego de pessoas com deficiência/incapacidade
Recetividade para todas as adaptações e sugestões solicitadas pelo trabalhador com deficiência /incapacidade
Preparação técnica para integrar a diferença
Nível de tratamento igualitário no que concerne a todos os direitos face aos demais trabalhadores

- Foi acompanhado por um técnico da entidade formadora na realização do estágio e após a contratação? Que dificuldades apontou?
- Esse apoio foi útil e de acordo com as suas expetativas?

Condições de trabalho e Qualidade do Emprego

- Qual o regime de contrato de trabalho que detém?
- Qual a modalidade do trabalho que exerce?
- Em média, qual foi a sua última remuneração mensal líquida? (Considere o montante recebido depois de deduzidos os impostos)
- Comparativamente aos funcionários sem deficiência/incapacidade que realizam as mesmas funções, considera que a sua remuneração é justa e adequada?
- Ao nível da progressão de carreira, considera que os seus colegas de trabalho sem deficiência/incapacidade tendem a ser promovidos mais vezes?
- Grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às condições de trabalho

Condições gerais de trabalho
Tipo de contrato de trabalho
Horário de trabalho
Funções desempenhadas
Utilidade do trabalho
Ambiente de trabalho

Relações interpessoais
Possibilidade de continuidade no posto de trabalho
Oportunidades de formação contínua
Liberdade e independência de atuação
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade
Respeito pela sua saúde, descanso e integridade física
Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho
Disponibilização de recursos e meios para a melhoria do desempenho profissional

Satisfação profissional

- Graus de Satisfação face com aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional

Funções desempenhadas face às expectativas iniciais
Envolvimento e compromisso no trabalho
Motivação no e para o trabalho
Reconhecimento do desempenho
Sentimento de realização pessoal
Sentimento de realização profissional

IMPACTO/ SUSTENTABILIDADE

- Considera a sua entidade empregadora inclusiva?
- Teria feito a Ação de qualificação/Estágio/Contrato de trabalho sem o apoio POISE?
- Considera a sua situação na entidade como sustentável no futuro?

RECOMENDAÇÕES GLOBAIS

_____

_____

_____

Inquéritos

Inquérito às Entidades Empregadoras de Pessoas com Deficiência ou Incapacida - Avaliação Intercalar POISE

Caracterização da entidade

1. Número total de funcionários/as à data do inquérito

Homens	
Mulheres	
Total	

2. Número de funcionários/as com incapacidade certificada ≥ 60% à data do inquérito, independentemente de terem sido recrutados/as e inseridos/as ao abrigo de uma medida pública de apoio

Homens	
Mulheres	
Total	

3. Número de funcionários/as com incapacidade certificada ≥ 60% e/ou certificados/as pelo sistema de avaliação alternativo do IEFP, que trabalham na entidade empregadora ao abrigo das medidas públicas de apoio à contratação de pessoas com deficiência/incapacidade.

Homens	
Mulheres	
Total	

4. Número total de funcionários/as com incapacidade certificada ≥ 60% que a entidade empregadora contratou até ao momento ao abrigo de das medidas públicas de apoio à contratação de pessoas com deficiência/incapacidade (inclui-se igualmente todos/as aqueles/as que tiveram uma experiência profissional, mas que já não se encontram a trabalhar na entidade empregadora:

Homens	
Mulheres	
Total	

5. Em que ponto se encontra a sua entidade empregadora relativamente à aplicação do Sistema de Quotas de Emprego para Pessoas com Deficiência e Incapacidade com um grau de incapacidade ≥60%? (Lei nº Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro).

- ◯ Encontra-se a cumprir a legislação
- ◯ Não se encontra a cumprir a legislação
- ◯ Não se aplica, devido à sua dimensão ou natureza jurídica
- ◯ Não se aplica devido a outra situação

6. Qual a principal razão?

7. Tem conhecimento da totalidade dos apoios públicos existentes relacionados com a contratação de pessoas com deficiência/incapacidade?

- ◯ Não Sim, em parte
- ◯ Sim, totalmente
- ◯ Não sabe/Não responde

8. Foi alvo de alguma Ação de informação/sensibilização dos apoios existentes e da importância do acolhimento das pessoas com deficiência/incapacidade?

- ◯ Sim
- ◯ Não

Caracterização dos trabalhadores com deficiência/incapacidade que atualmente exercem funções na entidade empregadora abrangidos por medidas de apoio

9. Quanto ao nível de habilitações literárias indique, por favor, o número de funcionários/as com deficiência/incapacidade que detêm:

Sem grau de escolaridade completo	
1º Ciclo do Ensino Básico	
2º Ciclo do Ensino Básico	
3º Ciclo do Ensino Básico	
Ensino Secundário	
Ensino Superior	

10. Dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade referidos/as na questão anterior indique, por favor, quantos/as:

Foram encaminhados através de Centros de Recursos	
Foram encaminhados através do IEFP	
Candidataram-se por iniciativa própria	

11. Indique, quantos/as dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade se encontram ao abrigo das seguintes medidas de política pública:

Contrato de Emprego apoiado	
Emprego protegido	
Estágio Profissional / Inserção	
Contrato-emprego inserção	
Outra situação	

12. Indique, por favor, o número de funcionários/as por principal limitação:

Visual	
Auditiva Intelectual	
Motora	
Deficiências do desenvolvimento/ Neurodiversidades/ Espectro do Autismo	
Doença Crónica	
Doença Mental	
Mais do que uma limitação /Multideficiência	
Outra	
Não sabe	

13. Indique por favor, qual o número de funcionários/as com deficiência/incapacidade, que se encontram a exercer funções por número de anos de trabalho na sua organização. Considere os seguintes intervalos temporais:

<1 ano	
Entre 1 ano e os 2 anos	
Entre 2 anos e 3 anos	
>3 anos	
Não sabe	

14. Indique por favor, a distribuição do número de funcionários/as com deficiência/incapacidade, por natureza jurídica do seu vínculo laboral:

Termo incerto	
Termo certo	
Sem termo	
Prestação de serviços	
Estágio profissional/estágio inserção	
Não sabe	

15. Até à data quantos/as funcionários/as que se encontravam em estágio profissional/inserção se encontram a trabalhar na entidade com contrato de trabalho?

16. Dos/as funcionários/as que se encontram atualmente a realizar estágio, qual a perspetiva quanto ao seu futuro na entidade?

- ◯ Terminar o estágio sem perspetiva de continuidade na entidade
- ◯ Continuidade na entidade
- ◯ Não sabe/Não responde

17. De uma forma geral como descreve o processo de adaptação dos/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade na sua entidade?

Muito difícil	Difícil	Fácil	Muito fácil	Não sabe/Não responde
◯	◯	◯	◯	◯

18. Em geral, como descreve o processo de adaptação destes/as funcionários/as nos seguintes aspetos.

	Muito difícil	Difícil	Fácil	Muito fácil	Não sabe/Não responde
Adaptação ao posto de trabalho	○	○	○	○	○
Relação interpessoal com os colegas de trabalho	○	○	○	○	○
Adaptação às normas da entidade empregadora	○	○	○	○	○
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	○	○	○	○	○
Relações interpessoais com a(s) chefia(s)	○	○	○	○	○

19. Como descreve o processo de adaptação dos/as restantes trabalhadores/as e da chefia aos/às colegas com deficiência/incapacidade?

- ☐ Houve dificuldades/conflitos
- ☐ Houve dificuldades / conflitos, mas foram ultrapassados
- ☐ Houve compreensão das suas limitações e sentido de entreajuda
- ☐ A adaptação foi rápida e positiva
- ☐ Não sabe/Não responde

20. Houve necessidade de adaptação dos postos de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas?

- ○ Não
- ○ Sim, em algumas situações
- ○ Sim, em praticamente todas as situações
- ○ Não sabe/Não responde

21. A entidade beneficiou de apoios públicos para a remoção de barreiras arquitetónicas?

- ○ Não
- ○ Sim, em algumas situações
- ○ Sim, em praticamente todas as situações
- ○ Não sabe/Não responde

Desempenho profissional

22. Indique, por favor, em que medida situa a sua perceção relativamente a cada um dos aspetos abaixo apresentados face aos/às funcionários/as com deficiência/incapacidade por comparação com os funcionários/as sem deficiência:

	Menor que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade	Igual aos trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade	Maior que os trabalhadores/as sem deficiência /incapacidade	Não Sabe/ Não responde
Assiduidade	○	○	○	○
Pontualidade	○	○	○	○
Motivação / Empenho	○	○	○	○
Grau de compromisso com o trabalho	○	○	○	○
Proatividade	○	○	○	○
Produtividade	○	○	○	○
Conflitualidade em relação a outros funcionários	○	○	○	○

23. Em síntese, e de uma maneira geral, qual o seu grau de satisfação com o desempenho geral dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade?

Muito insatisfeito/a	Insatisfeito/a	Satisfeito/a	Muito satisfeito/a	Não sabe/Não responde
○	○	○	○	○

Se muito insatisfeito/a / insatisfeito/a, justifique a sua resposta:

24. Daquilo que é a sua perceção esses/as funcionários/as gostam de trabalhar na sua entidade?

- ○ Não
- ○ Sim
- ○ Não sabe/Não responde

25. Quantos/as dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade são detentores/as de cargos de coordenação/supervisão?

26. Preencha o quadro seguinte com a distribuição dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade por remuneração mensal líquida (deduzindo os respetivos impostos):

≤600€	
601-700€	
701-800€	
801-900€	
901-1000€	
>1000€	
Não sabe	

27. Comparativamente aos/às funcionários/as sem de deficiência/incapacidade, a remuneração dos/as funcionários/as com deficiência/incapacidade para as mesmas funções é:

- ◯ Mais baixa
- ◯ Igual
- ◯ Mais elevada
- ◯ Não sabe/Não responde

28. Tendencialmente, os/as trabalhadores/as com deficiência/incapacidade em comparação aos/às restantes funcionários/as têm vindo a ser promovidos:

- ◯ Tantas vezes como os/as outros/as
- ◯ Menos vezes que os/as outros/as
- ◯ Mais vezes que os/as outros/as
- ◯ Não sabe/Não responde

29. Como avalia a importância da medida de política pública estágio de inserção?

- ◯ São pouco importantes uma vez que estão pouco ajustados às necessidades das entidades empregadoras
- ◯ São importantes, mas não decisivos na contratação de trabalhadores com deficiências ou incapacidade
- ◯ São muito importantes e decisivos, pois sem estes incentivos as entidades empregadoras teriam muitas dificuldades em contratar trabalhadores com deficiências ou incapacidade
- ◯ Não sabe/Não responde

30. De uma maneira geral, como avalia a implementação das medidas públicas de apoio à colocação e pós-colocação?

- ◯ A implementação tem sido inexistente nem conhecia essas medidas
- ◯ A implementação tem sido insuficiente
- ◯ A implementação tem sido positiva
- ◯ Não sabe/Não responde

31. Considera a sua entidade inclusiva relativamente ao emprego de pessoas com deficiência/incapacidade?

- ◯ Não
- ◯ Sim
- ◯ Não sabe/Não responde

Porquê?

32. Como avalia o processo burocrático de articulação com o IEFP e os processos de pagamentos?

33. Em que medida considera que a Tipologia de Operação a que concorreu, se adequada às necessidades do público-alvo a que se destina? (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

1- Nada Adequados	2	3	4	5	6 - Totalmente adequados
◯	◯	◯	◯	◯	◯

Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

34. Avalia a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

	1 - Nada Adequados	2	3	4	5	6 - Totalmente Adequados	Não sabe/Não responde
Objetivos definidos para a Tipologia	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Condições de elegibilidade do projeto	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Critérios de seleção	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Grelhas de aplicação dos critérios de análise	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Tipo de despesas elegíveis	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Forma de financiamento (custos reais /custos simplificados)	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯

Carga burocrática	○	○	○	○	○	○	○
Processo de submissão on line da candidatura	○	○	○	○	○	○	○
Prazos para apresentação de candidaturas	○	○	○	○	○	○	○
Tempo de análise/aprovação da candidatura	○	○	○	○	○	○	○
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	○	○	○	○	○	○	○
Meios e suportes de divulgação, informação e publicidade da Tipologia de Operação junto dos públicos-alvo	○	○	○	○	○	○	○
Procedimentos e prazos para apresentação de candidaturas	○	○	○	○	○	○	○

Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

35. Indique as principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura. (Pode assinalar mais do que uma opção)

- ☐ Não teve dificuldades
- ☐ Interpretação da regulamentação (Regulamento Específico, Aviso de Abertura de Concurso...)
- ☐ Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade
- ☐ Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura
- ☐ Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)
- ☐ Preenchimento do formulário de candidatura on-line
- ☐ Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento
- ☐ Prazos de decisão
- ☐ Outra

Qual?

36. Por favor, descreva as dificuldades sentidas:

37. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? (pode assinalar mais do que uma opção)

	Cumprimento dos tempos de execução	Execução integral do financiamento aprovado	Cumprimento dos indicadores contratualizados
Não existiram dificuldades	☐	☐	☐
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	☐	☐	☐
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	☐	☐	☐
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	☐	☐	☐
Atrasos no reembolso das despesas	☐	☐	☐
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	☐	☐	☐
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	☐	☐	☐
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	☐	☐	☐
Desvio nos custos inicialmente previstos	☐	☐	☐
Dificuldades na articulação com parceiros	☐	☐	☐
Outros fatores.	☐	☐	☐

Quais?

38. Por favor, descreva as dificuldades sentidas:

39. Sente a necessidade de um maior acompanhamento pelo IEFP aos promotores?

- ◯ Não
- ◯ Sim

Indique o tipo de apoio que sente necessidade:

Resultados dos projetos

40. Identifique os principais fatores que podem potenciar/ampliar os efeitos e resultado alcançados com o seu projeto:

41. Identifique os principais fatores que podem condicionar os efeitos e resultado alcançados com o seu projeto:

42. Identifique os efeitos não esperados que resultaram podem resultar do seu projeto

43. O projeto da sua entidade teria sido executado sem este financiamento?

- ◯ Sim, com o mesmo formato
- ◯ Sim, mas com um investimento menor
- ◯ Sim, mas com um prazo de realização mais elevado
- ◯ Não

44. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

- ◯ Não
- ◯ Sim

Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento:

45. Observações:

Inquérito às Entidades Beneficiárias da T.I. 3.01 - Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade - Avaliação Intercalar POISE

Caracterização da entidade

1. Nos últimos anos indique, por favor, a evolução do número de formandos/as com deficiência/incapacidade:

	Homens	Mulheres
2015		
2016		
2017		
2018		
2019		
2020		
2021		

2. Indique, por favor, o número de formandos/as com deficiência/incapacidade por tipo de certificação alcançada:

	Sem certificação (frequência)	Com certificação nível I	Com certificação nível II
2015			
2016			
2017			
2018			
2019			
2020			
2021			

3. Nos últimos anos indique, por favor, a evolução do número de formandos/as com deficiência/incapacidade que foi objeto de uma medida de colocação em mercado de trabalho após o processo de qualificação/formação:

	Homens	Mulheres
2015		
2016		
2017		
2018		
2019		
2020		
2021		

4. Destes, identifique por favor, quantos/as foram objeto de estágio profissional/inserção e contrato de trabalho:

Estágio profissional/inserção	
Contrato de trabalho	

5. Número de formandos/as que nos últimos anos tiveram uma experiência de emprego que não singrou e que retornaram ao percurso formativo:

	Homens	Mulheres
2015		
2016		
2017		
2018		
2019		
2020		
2021		

6. Quais as principais razões que se encontram na base das situações de insucesso na passagem da fase da qualificação/formação para o mercado de trabalho?

- ☐ As limitações de alguns dos formandos
- ☐ A impreparação das entidades empregadores para o acolhimento de pessoas com deficiência/incapacidade
- ☐ Insuficiências no próprio sistema de qualificação
- ☐ Outras razões
- ☐ Não sabe/Não responde

Outras razões. Quais?

7. Indique, por favor, o número atual de formandos/as por tipo limitação:

	Homens	Mulheres
Visual		
Auditiva Intelectual		
Motora		
Deficiências do desenvolvimento/ Neurodiversidades/ Espectro do Autismo		
Mais do que uma limitação /Multideficiência		
Doença crónica		
Doença Mental		
Outra		
Não sabe		

8. Discrimine, por favor, quais as áreas dos cursos desenvolvidos:

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Formação e emprego

9. Em média, qual o número de cursos de formação/qualificação o centro realiza por ano?

10. Nos casos em que os/as utentes frequentam mais do que um curso ao longo do seu percurso formativo, em média quantos cursos cada utente frequenta?

11. Como avalia a adequação atual sistema de formação/qualificação para pessoas com deficiência/incapacidade em Portugal?

Nada adequado	Pouco adequado	Adequado	Muito adequado	Não sabe/Não responde
○	○	○	○	○

12. Considera que o sistema vigente permite potenciar a inserção profissional das pessoas com deficiência/incapacidade?

Muito pouco	Pouco	Suficientemente	Muito	Não sabe/Não responde
○	○	○	○	○

De forma a compreendermos melhor este fenómeno, queira justificar a opção tomada nesta questão.

13. Na generalidade dos casos o que sucede aquando do término do período de vigência das medidas de apoio?

- ○ As entidades empregadoras não permanecem com o trabalhador
- ○ O trabalhador retorna à formação
- ○ As entidades empregadoras renovam o contrato de trabalho com o trabalhador
- ○ Não sabe/Não responde
- ○ Outro

Outro. Qual?

14. O que considera que deveria ser alterado ao nível da formação/qualificação das pessoas com deficiência/incapacidade?

Apoio na colocação e acompanhamento no mercado de trabalho

15. Nos últimos anos quantas pessoas foram apoiadas e acompanhadas pelo centro de recursos em mercado de trabalho?

	Homens	Mulheres
2015		
2016		
2017		
2018		
2019		
2020		
2021		

16. Indique, por favor, o número de formandos/as com deficiência/incapacidade por tipo de certificação alcançada:

	Estágios de inserção	Contrato emprego-inserção	Contrato emprego apoiado	Outra modalidade
2015				
2016				
2017				
2018				
2019				
2020				
2021				

17. Por referência ao ano anterior, quantos/as ainda se mantêm a trabalhar na mesma organização?

18. Qual o papel desempenhado pelo centro de recursos ao nível do acompanhamento das pessoas aquando do seu ingresso no mercado de trabalho?

19. Como é realizado o acompanhamento?

- [ ] Contacto direto com o/a trabalhador/a
- [ ] Contacto direto com a entidade empregadora
- [ ] Ausculta-se o/a trabalhador/a e a entidade empregadora
- [ ] Aplicação inquéritos de monitorização
- [ ] Outra
- [ ] Não sabe/Não responde

Outra. Qual?

20. Qual a frequência do acompanhamento?

- ( ) Mensalmente
- ( ) Bimensalmente
- ( ) Trimestralmente
- ( ) Apenas quando solicitado pela entidade empregadora e/ou trabalhador
- ( ) Não sabe/Não responde
- ( ) Outra

Qual?

21. Os elementos técnicos do centro de recursos costumam realizar visitas às entidades empregadoras?

- ( ) Não
- ( ) Sim
- ( ) Não sabe/Não responde

Se não, por que motivo?

22. Nessas visitas, com quem costumam os técnicos falar?

- ( ) Com a chefia Com o/a trabalhador/a
- ( ) Com os/as colegas de trabalho
- ( ) Com a chefia, o/a trabalhador/a e os/as colegas de trabalho
- ( ) Com o departamento de recursos humanos
- ( ) Não sabe/Não responde
- ( ) Outra

Qual?

23. Como tem decorrido o processo de acompanhamento/visita?

- ◯ Tem sido muito difícil, porque as entidades empregadoras não se mostram recetivas nem disponíveis
- ◯ Tem sido difícil, mas as entidades empregadoras mostram-se recetivas e disponíveis
- ◯ Tem sido fácil e as entidades empregadoras mostram-se recetivas, disponíveis e motivadas
- ◯ Tem sido muito fácil, as entidades empregadoras mostram-se recetivas, disponíveis e motivadas
- ◯ Não sabe/Não responde
- ◯ Outra

Qual?

24. Considera que as entidades empregadoras manifestam necessitar de maior apoio/acompanhamento aquando do ingresso de um trabalhador com deficiência/incapacidade?

- ◯ Não
- ◯ Sim, um pouco mais
- ◯ Sim, bastante mais
- ◯ Não sabe/Não responde

25. Quais considera serem os fatores de insucesso quanto à formação/qualificação de pessoas com deficiência/incapacidade?

26. Quais considera serem os fatores de sucesso que permitiriam potenciar o trabalho dos centros de recursos quanto à formação/qualificação de pessoas com deficiência/incapacidade?

27. Em traços gerais, considera que tem existido uma correspondência às expectativas das entidades empregadoras aquando do ingresso de um/a trabalhador/a com deficiência/incapacidade?

- ◯ Não
- ◯ Sim, em parte
- ◯ Sim, totalmente
- ◯ Não sabe/Não responde

28. Na generalidade dos casos, a inserção em mercado de trabalho tem correspondido às expectativas dos/as formandos/as?

- ◯ Não
- ◯ Sim, em parte
- ◯ Sim, totalmente
- ◯ Não sabe/Não responde

Qual o motivo?

29. O Centro de Recursos articula com o IEFP na fase de inserção dos/as formandos/as no mercado de trabalho?

- ◯ Sim
- ◯ Não

30. Qual a intensidade dessa colaboração? (escala de 1 a 4 em que 1 raramente e 4 frequentemente)

1 - Raramente	2	3	4 - Frequentemente
◯	◯	◯	◯

31. Em que medida considera que a Tipologia de Operação a que concorreu, se adequada às necessidades do público-alvo a que se destina? (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

1- Nada Adequados	2	3	4	5	6 - Totalmente adequados
◯	◯	◯	◯	◯	◯

Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

32. Avalia a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

	1 - Nada Adequados	2	3	4	5	6 - Totalmente Adequados	Não sabe/Não responde
Objetivos definidos para a Tipologia	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Condições de elegibilidade do projeto	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Critérios de seleção	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯

Grelhas de aplicação dos critérios de análise	○	○	○	○	○	○	○
Tipo de despesas elegíveis	○	○	○	○	○	○	○
Forma de financiamento (custos reais /custos simplificados)	○	○	○	○	○	○	○
Taxa de cofinanciamento	○	○	○	○	○	○	○
Carga burocrática	○	○	○	○	○	○	○
Processo de submissão on line da candidatura	○	○	○	○	○	○	○
Prazos para apresentação de candidaturas	○	○	○	○	○	○	○
Tempo de análise/aprovação da candidatura	○	○	○	○	○	○	○
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	○	○	○	○	○	○	○
Meios e suportes de divulgação, informação e publicidade da Tipologia de Operação junto dos públicos-alvo	○	○	○	○	○	○	○
Procedimentos e prazos para apresentação de candidaturas	○	○	○	○	○	○	○

Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

33. Indique as principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura. (Pode assinalar mais do que uma opção)

- ☐ Não teve dificuldades
- ☐ Interpretação da regulamentação (Regulamento Específico, Aviso de Abertura de Concurso...)
- ☐ Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade
- ☐ Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura
- ☐ Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)
- ☐ Preenchimento do formulário de candidatura on-line
- ☐ Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento
- ☐ Prazos de decisão
- ☐ Outra

Qual?

34. Por favor, descreva as dificuldades sentidas:

Execução do Projeto

35. Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados

- ○ Abaixo do contratado
- ○ De acordo com o contratado
- ○ Acima do contratado

36. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? (pode assinalar mais do que uma opção)

	Cumprimento dos tempos de execução	Execução integral do financiamento aprovado	Cumprimento dos indicadores contratualizados
Não existiram dificuldades	☐	☐	☐
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	☐	☐	☐
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	☐	☐	☐

Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	☐	☐	☐
Atrasos no reembolso das despesas	☐	☐	☐
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	☐	☐	☐
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	☐	☐	☐
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	☐	☐	☐
Desvio nos custos inicialmente previstos	☐	☐	☐
Dificuldades na articulação com parceiros	☐	☐	☐
Outros fatores.	☐	☐	☐

Quais?

37. Por favor, descreva as dificuldades sentidas:

38. Sente a necessidade de um maior acompanhamento pela AG aos promotores?

- ◯ Não
- ◯ Sim

Indique o tipo de apoio que sente necessidade:

Resultados dos projetos

39. Identifique os principais fatores que podem potenciar/ampliar os efeitos e resultado alcançados com o seu projeto:

40. Identifique os principais fatores que podem condicionar os efeitos e resultado alcançados com o seu projeto:

41. Identifique os efeitos não esperados que resultaram podem resultar do seu projeto

42. O projeto da sua entidade teria sido executado sem este financiamento?

- ◯ Sim, com o mesmo formato
- ◯ Sim, mas com um investimento menor
- ◯ Sim, mas com um prazo de realização mais elevado
- ◯ Não

43. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

- ◯ Não
- ◯ Sim

Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento:

44. Observações:

Inquérito às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade - Avaliação Intercalar POIS

Caracterização sociodemográfica

1. A seguinte questão visa conhecer o perfil de eventuais dificuldades ou limitações que possa ter e que poderão ocasionar adaptações do posto de trabalho, remoção de barreiras arquitetónicas ou outros ajustes em sede de mercado aberto de emprego

	Não tem dificuldade	Tem alguma dificuldade	Tem muita dificuldade	Não consegue	Não Sabe / Não Responde
Andar ou subir degraus	○	○	○	○	○
Ouvir, mesmo usando aparelho auditivo	○	○	○	○	○
Ver, mesmo usando óculos ou lentes de contacto	○	○	○	○	○
Compreender os outros ou fazer-se entender	○	○	○	○	○
Tomar banho ou vestir-se sozinho	○	○	○	○	○
Memória e/ou concentração	○	○	○	○	○

2. De acordo com a resposta anterior, as dificuldades indicadas correspondem a que tipo(s) de limitação:

- ☐ Visual
- ☐ Auditiva
- ☐ Intelectual
- ☐ Motora
- ☐ Deficiências do desenvolvimento/ Neurodiversidades/ Espectro do Autismo
- ☐ Mais do que uma limitação/Multideficiência
- ☐ Outra(s)
- ☐ Não tem limitações

Quais?

3. Independentemente das experiências de emprego que teve ao longo do seu percurso profissional encontra-se atualmente a trabalhar?

- ○ Não
- ○ Sim
- ○ Não sabe/Não responde

4. Qual a principal razão?

5. Beneficiou de medidas de Qualificação e formação profissional?

- ◯ Não
- ◯ Sim
- ◯ Não sabe/Não responde

6. Qual considera ser o principal papel dos cursos de formação/ qualificação?

- ☐ Aquisição de conhecimentos e competências técnicas/profissionais
- ☐ Inserção no mercado de trabalho
- ☐ Qualificação e progressão profissional
- ☐ Outra
- ☐ Não sabe/Não responde

Quais?

7. Quantos cursos de formação/qualificação realizou?

- ◯ 1
- ◯ 2 a 4
- ◯ 5 a 6
- ◯ 7 a 8
- ◯ >8
- ◯ Não sabe/Não responde

8. Em que áreas realizou cursos de formação/qualificação?

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10

9. Após o término do(s) curso(s) de formação profissional obteve certificação profissional?

- ◯ Não
- ◯ Sim
- ◯ Não sabe/Não responde

10. Correspondeu a uma certificação de nível:

- ◯ I (percurso A)
- ◯ II (percurso B)
- ◯ Não sabe/Não responde

11. Em que área?

12. No seu caso em concreto, como avalia o papel dos cursos de formação/qualificação para a sua a inserção no mercado de trabalho?

Nada importantes	Pouco importantes	Importantes	Muito importantes	Não sabe/Não responde
◯	◯	◯	◯	◯

13. Na sua opinião, o que considera que deveria ser alterado ao nível da formação profissional?

14. Beneficia/Beneficiou de medidas de apoio ao emprego?

- ◯ Não
- ◯ Sim
- ◯ Não sabe/Não responde

15. Por qual tipo(s) de medida(s) pública de apoio à orientação e emprego foi ou se encontra atualmente abrangido/a?

- ☐ Orientação e avaliação
- ☐ Apoio à colocação
- ☐ Acompanhamento pós-colocação
- ☐ Estágio profissional
- ☐ Estágio – Inserção
- ☐ Estágio-emprego
- ☐ Emprego protegido
- ☐ Contrato-emprego inserção
- ☐ Contrato-emprego apoiado em mercado aberto
- ☐ Outra

16. Quantas experiências profissionais teve no passado?

17. Há quanto tempo está/ esteve a exercer funções na(s) entidade (s) empregadora (s)?

	Experiência profissional 1	Experiência profissional 2	Experiência profissional 3	Experiência profissional 4	Experiência profissional 5	Experiência profissional Atual
<1 ano	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Entre 1 ano e 2 anos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Entre 2 anos e 3 anos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
>3 anos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Não de aplica	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Caso tenha tido mais do que uma experiência, considere a atual ou a última se não se encontrar a trabalhar

18. Como integrou a entidade empregadora?

- ◯ Fui encaminhado/a através de um Centro de Recursos
- ◯ Fui encaminhado/a através do IEFP
- ◯ Candidatei-me por iniciativa própria
- ◯ Realizei um Estágio
- ◯ Outro meio

Qual?

19. Como descreve o seu processo de adaptação à entidade empregadora nos seguintes aspetos.

	Muito difícil	Difícil	Fácil	Muito fácil	Não sabe/Não responde
Adaptação ao posto de trabalho	◯	◯	◯	◯	◯
Relação com os/as colegas de trabalho	◯	◯	◯	◯	◯
Adaptação às normas da entidade empregadora	◯	◯	◯	◯	◯
Adaptação à estrutura funcional e organizacional da entidade empregadora	◯	◯	◯	◯	◯
Relações com a(s) chefia(s)	◯	◯	◯	◯	◯
Condições de acessibilidade	◯	◯	◯	◯	◯

20. Nos aspetos em que respondeu difícil ou muito difícil, indique os principais motivos para tal.

21. Houve necessidade de adaptação do seu posto de trabalho e/ou remoção de barreiras arquitetónicas?

- ◯ Não
- ◯ Sim
- ◯ Não sabe/Não responde

22. Como avalia a preparação da sua entidade empregadora para a integração profissional de pessoas com deficiência/incapacidade nos seguintes itens:

	Muito má	Má	Boa	Muito boa	Não sabe/Não responde
Motivação e sensibilidade para o emprego de pessoas com deficiência/incapacidade	◯	◯	◯	◯	◯
Recetividade para as adaptações razoáveis	◯	◯	◯	◯	◯
Preparação organizacional da entidade para integrar a diferença	◯	◯	◯	◯	◯
Nível de tratamento igualitário no que concerne a todos os direitos face aos demais trabalhadores (p.ex., progressão na carreira, acesso a cargos de dirigentes, promoções remuneratórias,...)	◯	◯	◯	◯	◯
Recetividade para flexibilização do horário de trabalho para eventuais comparências em consultas, tratamentos, terapias,...	◯	◯	◯	◯	◯

23. Qual o regime de contrato de trabalho que detém?

- ◯ Termo incerto
- ◯ Termo certo
- ◯ Sem termo (vulgo contrato efetivo)
- ◯ Prestação de serviços
- ◯ Estágio profissional
- ◯ Outro
- ◯ Não sabe / Não responde

Qual?

24. Qual a modalidade do trabalho que exerce?

- ◯ Tempo parcial
- ◯ Tempo integral
- ◯ Não sabe/Não responde

25. Em média, qual foi a sua última remuneração mensal líquida? (Considere o montante recebido depois de deduzidos os impostos)

- ◯ ≤ 600€
- ◯ 601-700€
- ◯ 701-800€
- ◯ 801-900€
- ◯ 901-1000€
- ◯ >1000€
- ◯ Não sabe/Não responde

26. Comparativamente aos funcionários sem deficiência/incapacidade que realizam as mesmas funções, considera que a sua remuneração é:

Muito baixa	Baixa	Elevada	Muito elevada	Não sabe/Não responde
◯	◯	◯	◯	◯

27. Ao nível da progressão de carreira, considera que os seus colegas de trabalho sem deficiência/incapacidade tendem a ser promovidos mais vezes?

- ◯ Não
- ◯ Sim
- ◯ Não sabe/Não responde

28. Alguma vez requereu o estatuto de teletrabalho?

- ◯ Sim
- ◯ Não

Qual foi o resultado desse pedido?

29. Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Muito Insatisfeito/a" e 4 "Muito Satisfeito/a". indique, por favor, qual o seu grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos às suas condições de trabalho. (Considere a sua última situação laboral).

	1- Muito insatisfeito/a	2-Insatisfeito/a	3- Satisfeito/a	4 – Muito satisfeito/a	Não sabe / não responde
Condições gerais de trabalho.	◯	◯	◯	◯	◯
Tipo de contrato de trabalho.	◯	◯	◯	◯	◯
Horário de trabalho.	◯	◯	◯	◯	◯
Remuneração.	◯	◯	◯	◯	◯
Funções desempenhadas.	◯	◯	◯	◯	◯
Utilidade do trabalho que faz.	◯	◯	◯	◯	◯
Ambiente de trabalho.	◯	◯	◯	◯	◯
Relações interpessoais no trabalho.	◯	◯	◯	◯	◯
Possibilidade de continuidade no posto de trabalho.	◯	◯	◯	◯	◯
Oportunidades de formação contínua.	◯	◯	◯	◯	◯
Liberdade e independência de atuação.	◯	◯	◯	◯	◯
Possibilidade de recusar tarefas ou serviços que ultrapassem a sua disponibilidade e/ou capacidade.	◯	◯	◯	◯	◯
Respeito pela sua saúde, descanso e integridade física.	◯	◯	◯	◯	◯

Medidas de gestão da saúde, higiene e segurança no trabalho adotadas pela entidade empregadora.	○	○	○	○	○
Disponibilização de recursos e meios para a melhoria do desempenho profissional	○	○	○	○	○
Gestão e resolução de conflitos	○	○	○	○	○

30. As suas limitações originam que falte ao emprego?

- ○ Tantas vezes como os outros
- ○ Menos vezes que os outros
- ○ Mais vezes que os outros
- ○ Não sabe/Não responde

31. Utilizando uma escala de 1 a 4, em que 1 significa "Muito Insatisfeito/a" e 4 "Muito Satisfeito/a", indique por favor, qual o seu grau de satisfação com os seguintes aspetos relativos ao exercício da sua atividade profissional.

	1- Muito insatisfeito/a	2-Insatisfeito/a	3- Satisfeito/a	4 – Muito satisfeito/a	Não sabe / não responde
Funções desempenhadas face às expectativas iniciais	○	○	○	○	○
Envolvimento e compromisso no trabalho.	○	○	○	○	○
Motivação no e para o trabalho.	○	○	○	○	○
Satisfação no trabalho.	○	○	○	○	○
Reconhecimento do desempenho.	○	○	○	○	○
Sentimento de realização pessoal.	○	○	○	○	○
Sentimento de realização profissional.	○	○	○	○	○

32. Observações:

2.2. Área do Programa Escolhas

Esta secção diz respeito à Tipologia de Operação:
- TO 3.11 Programa Escolhas

2.2.1 Narrativa da Teoria da Mudança

Neste ponto explicita-se a teoria da mudança para avaliação da tipologia de operação "TO 3.11 Programa Escolhas", enquadrada no Objetivo Específico 3.2 do PO ISE "Reforçar a coesão social, aumentando o número de pessoas e territórios vulneráveis abrangidos, assim como através da promoção do voluntariado, potenciador de inclusão social".

Problemas

O Programa Escolhas tem como principal missão intervir junto de crianças e jovens residentes em territórios com contextos socioeconómicos vulneráveis, onde estão acumulados fatores de reprodução de pobreza e de exclusão que podem dificultar o acesso a direitos básicos que garantem condições dignas de vida (trabalho estável, habitação condigna, aprendizagem com sucesso e recursos de saúde) e que limitam o desenvolvimento da autoestima e a autonomia dos indivíduos, e a participação na comunidade (Capucha, 2016).

Mais ainda, estes territórios são em si um fator de pobreza e de exclusão por duas ordens de razões. Uma apontando para a existência de estruturas de poder que impelem ao fechamento destas comunidade sobre si próprias enquanto mecanismo de defesa dos diversos modos de vida, frequentemente irregulares e caracterizados pela escassez e por fenómenos de segregação e marginalização, mas que acabam por criar um sentimento de identidade e de comunidade e um fechamento dos territórios sobre si próprios, dessa forma, perpetuando o seu estado de vulnerabilidade ao manter laços familiares atípicos e instáveis, fraca qualificação escolar e profissional, desemprego ou o emprego mal remunerado e ou mercados paralelos e instáveis e, por vezes, marginais (Diogo, 2021; Lewis, 1979) e, consequentemente, a durabilidade da situação de pobreza e de exclusão social (Rodrigues, 1999).

A outra razão decorre do encerramento destas comunidades em territórios que se encontram de fora dos circuitos onde constam os recursos e valores dominantes e que, por isso, adquirem uma visibilidade negativa que contrasta com os territórios vizinhos, o que cria e perpetua uma imagem negativa destas comunidades junto dos outros e, em simultâneo, uma autoimagem negativa sobre si próprios (Almeida et al., 1992).

Esses processos contribuem para a manutenção, e até para o aumento por via da sua continuidade no tempo, dos fenómenos de segregação das comunidades residentes em territórios vulneráveis e que os separam das demais tendo em conta critérios e rótulos étnicos, culturais, etc. Processos que têm um efeito inibidor sobre as dinâmicas de desenvolvimento das crianças e dos jovens, que mantêm o fechamento da organização social dos territórios e que alimentam os mecanismos de segregação e de exclusão, assim perpetuando os fatores de pobreza e de exclusão que adquirem uma condição estrutural.

Esta síntese teórica sobre os fatores de reprodução de Pobreza e Exclusão e sobre como os próprios territórios se transformam em fatores reprodutores de desigualdades, permite abarcar, em teoria, todos os territórios intervencionados pelo Programa Escolhas. Assim, identificam-se 3 blocos de problemas relacionados entre si, que têm particular incidência, ou risco aumentado, nestes territórios, por via das dinâmicas inibidoras e reprodutoras acima discutidas e cuja intervenção dos projetos integrados no Programa Escolhas tem por objetivo o de canalizar respostas adequadas, ora mais ativas ora mais preventivas, centradas nas necessidades encontradas no terreno e atuando mais diretamente sobre os jovens que vão sendo envolvidos nas iniciativas:

i) Problemas relacionados com a preponderância de percursos marcados por maior insucesso escolar, absentismo escolar, níveis de abandono escolar precoce mais elevado e uma estrutura de qualificação da população residente e dos seus jovens adultos, fixada em níveis baixos ou muito baixos.

ii) Problemas relacionados com as taxas mais elevadas de desemprego jovem, aliado a uma maior dependência pelos agregados familiares, ou por apoios sociais, a que se associa, depois, uma menor capacidade/desmotivação para estabelecer projetos e rumos de vida, o que, muitas das vezes, explica a emergência de comportamentos mais desviantes;

iii) Problemas relacionados com um baixo capital social, isto é, níveis de participação cívica pouco elevados, em particular entre a comunidade mais jovem, e um maior fechamento das comunidades sobre si próprias o que, não explicando na totalidade, está relacionado com a discriminação social a que estas populações estão mais sujeitas.

O Programa Escolhas, sendo um programa que conta já com mais de 20 anos de existência, constitui um marco da política social nacional, uma vez que tem os seus alicerces numa intervenção direta sobre os territórios e comunidades e, sobretudo, na capacidade para mobilizar os agentes locais para o desenho e implementação das medidas interventivas. Tem como principais objetivos os de reforçar a coesão social, o combate à discriminação e a promoção da igualdade de oportunidades, em territórios particularmente abalados por dinâmicas de maior vulnerabilidade, de desigualdade e de pobreza. Neste sentido, trata-se de uma política pública com grande transversalidade por via da diversidade que marca o seu público-alvo, mas também da maior abrangência das áreas e objetivos estratégicos que compreendem a sua atuação territorializada. Assim, e como identificado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2020[6], é um programa que "(…) concorre para a concretização de vários planos setoriais e nacionais em matérias da infância e de juventude, bem como nos domínios da inclusão e do combate às desigualdades sociais."

A intervenção junto destas comunidades ao privilegiar uma abordagem multidimensional onde a dimensão do território assume um papel preponderante tendo em conta, por um lado, as diferenças entre territórios vulneráveis (Almeida et al., 1992; Benavente et all, 1987), evita um volume de respostas padronizadas demasiado rígidas, possibilitando, pelo contrário, um âmbito de atuação mais flexível e adaptado a cada território/realidade. Por outro lado, a intervenção ao abarcar dimensões que são determinantes na vida das pessoas – trabalho, habitação, educação, saúde, autonomia e participação-, promove a inclusão social a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social destas crianças e jovens (Capucha, 2016).

A quebra do ciclo de pobreza e de exclusão que assola estas comunidades exige, então, uma intervenção holística que trabalhe os indivíduos, neste caso, cada criança e cada jovem em particular, os próprios territórios e as comunidades que os habitam e, ainda, a comunidade mais alargada onde se inserem. Apesar da lógica territorializada que marca o âmbito da sua intervenção, o que determina a canalização de ações e medidas diferenciadas em cada território, existe um traço comum que visa: i) fomentar a educação, a formação e qualificação; ii) contribuir para o aumento do emprego e empreendedorismo; iii) aumentar a dinamização comunitária, favorecendo processos de participação cívica e cidadania mais ativa.

Medidas

O Programa Escolhas tenta responder a estes objetivos apoiando e monitorizando projetos estratégicos locais e de base local criados numa lógica bottom-up, ou seja, projetos que são pensados para cada território/comunidade específicos e implementados de acordo com as capacidades das equipas do terreno, com os parceiros e outros recursos locais existentes e disponíveis, e com a forma como os participantes respondem aos objetivos, desafios e atividades propostas. Os projetos Escolhas são, por isso, naturalmente diferentes uns dos outros, mas respondem a um âmbito comum que decorre do enquadramento do próprio programa e que visa, globalmente, atuar sobre a capacitação das crianças e jovens destas comunidades em diferentes domínios; influenciar positivamente a estrutura dos territórios, qualificando e criando/fortalecendo as sinergias locais; e atuar sobre os mecanismos de segregação e de exclusão, entre outros, ao nível das imagens e representações negativas, procurando combater estigmas quer externos quer internos às comunidades (Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2020).

Este âmbito comum materializa-se através do apoio a projetos que se proponham responder a pelo menos uma das áreas de intervenção previstos no Programa Escolhas, designados nas Resoluções do Conselho de Ministros como "Medidas", ou seja, que se proponham intervir para melhorar: i) a educação (melhoria do sucesso escolar, redução do absentismo e do abandono), a formação e a certificação e qualificação profissional de jovens entre os 6 e os 24 anos de

[6] Que aprova e renova para a 8.ª geração do Programa Escolha, compreendendo o período de 2021 a 2022.

idade (Med1[7]); ii) o emprego e empreendedorismo, com a promoção da transição para o mercado de trabalho e das iniciativas empreendedoras dos jovens (Med2[8]); iii) a dinamização comunitária, saúde, participação e a cidadania, através de atividades de âmbito comunitário, lúdico e ou pedagógico que promovam a consciencialização sobre direitos e deveres cívicos e comunitários (Med3[9]). Na passagem para a 7ª geração, foram eliminadas duas áreas de intervenção: o empreendedorismo foi agregado ao emprego; e inclusão digital que passou a ser uma área transversal. O esquema mantém-se na 8ª geração, e será avaliado em concordância.

Mecanismos de mudança

Essas medidas desencadeiam três mecanismos nos territórios vulneráveis intervencionados que atuam sob lógicas interdependentes e que concorrem para estabelecer um quadro de respostas mais ou menos sustentáveis e de processos de mudança, aos 3 blocos de problemas atrás identificados:

> M1 Mobilização de Recursos, através dos Projetos implementados (materiais, recursos humanos especializados, simbólicos, ferramentas, competências, entre outros)
>
> M2 Redes de Parceria/ abordagem territorializada, na lógica de funcionamento/operacionalização dos Projetos nos territórios (consórcios estabelecidos e outras redes, modelos de governança, comunidade)
>
> M3 Processos Participativos desencadeados/potenciados pelas ações, pelos jovens, na/e pela comunidade

No quadro do **1º bloco de problemas**, relacionados com o sucesso escolar, educação e formação:

- **A mobilização de recursos específicos (M1**) – que visa o apoio/complemento escolar e a orientação pedagógica, a mobilização/ acesso a materiais e ferramentas escolares, culturais e ou lúdico-recreativas, a mobilização de recursos humanos especializados no âmbito pedagógico, escolar, recreativo e aconselhamento, entre outros - permite o acompanhamento sobre o percurso escolar/escolarização e formativo dos jovens, trabalhar e contribuir para a aquisição de competências escolares, disciplinares e de estudo, e outras componentes; contribuir para o desenho de estratégias diversificadas e diferenciadas que permitam ultrapassar dificuldades de aprendizagem; aumento da motivação e da autoconfiança das crianças e jovens; promoção de contextos formativos extracurriculares e outros percursos qualificantes; promoção de contextos de aprendizagem informal, contribuindo para a aquisição de competências essenciais para a vida, como as digitais.

  O apoio à escolarização, aumento da escolaridade e promoção do sucesso escolar, por um lado, valoriza os jovens e proporciona oportunidades de futuro, e, por outro lado, promove contextos de maior motivação, com efeitos no aumento e melhoria da qualificação dos jovens e, por conseguinte, com a proliferação das dinâmicas mais alargadas de qualificação nos territórios intervencionados.

- **O trabalho em rede e a abordagem territorializada (M2)** permite uma alavancagem holística e sinérgica face aos problemas de insucesso escolar e de abandono escolar, uma vez que envolve diferentes atores educativos e que atua em diferentes dimensões – a escolar, a formativa, a familiar e a comunitária; potencia um contexto onde se trabalham/sensibilizam as famílias, escolas e outros atores educativos e agentes, para os problemas educativos que marcam o território, logo, potenciando o diálogo e a formulação concertada de respostas face aos problemas de insucesso escolar, AEP, e outros. Neste contexto, permite que se estabeleçam condições para traçar um diagnóstico de problemas e de necessidades, e discutir o papel dos diferentes agentes que compõem os consórcios dos projetos, no âmbito das respostas a mobilizar, sejam estas de apoio às dinâmicas mais gerais do projeto, sejam estas de proporcionar apoios e protolocos formativos, por exemplo; tal alargamento de rede pode contribuir mais claramente para percursos formativos diferenciados e novas oportunidades de qualificação para os jovens, mas também para as comunidades.

[7] "Medida I - Educação, Formação e Qualificação, que visa contribuir para o sucesso escolar, para a redução do absentismo e abandono escolar, bem como para a formação e qualificação profissional" (Resolução do Conselho de Ministros nº 151/2018 – 7ª geração).
[8] "Medida II - Emprego e Empreendedorismo, que visa contribuir para a promoção do emprego e empregabilidade, favorecendo a transição para o mercado de trabalho, bem como apoiar iniciativas empreendedoras" (Resolução do Conselho de Ministros nº 151/2018 – 7ª geração).
[9] "Medida III - Dinamização Comunitária, Participação e Cidadania, que visa contribuir para o desenvolvimento de atividades de âmbito comunitário, lúdico e ou pedagógico, permitindo uma maior consciencialização sobre os direitos e deveres cívicos e comunitários" (Resolução do Conselho de Ministros nº 151/2018 – 7ª geração).

- Os **processos participativos (M3)** emergentes de projetos com esta natureza – que se estabelecem a partir das comunidades onde operam, fazem sobressair neste domínio quer o envolvimento/participação das escolas em contextos mais inovadores de combate ao insucesso escolar e AEP, quer potenciando percursos qualificantes e formativos alimentados pela abrangência da rede de parceiros que estes projetos procuram estabelecer. Esta dinâmica participativa contribui mais largamente para a consciencialização e responsabilização da comunidade no geral sobre os problemas do seu território, mas também despertando nos próprios jovens um sentido de maior envolvimento/compromisso com sua comunidade e instituições, que pode começar, justamente, com a promoção de maior ligação/identificação com a instituição escolar e os seus agentes, e promoção da importância da escolarização/qualificação no seu percurso pessoal.

1. Referente ao **2º bloco de problemas**, relacionados com emprego, transição para a vida ativa e dinâmicas de empreendedorismo:

- A **mobilização de recursos e acesso a ferramentas (M1**) que apoiam e facilitam a inserção no mercado de trabalho, ou a criação inovadora de projetos – genericamente, formas de pesquisa de emprego em plataformas específicas, modelos de currículo profissional, mobilização de recursos humanos especializados na orientação profissional e acompanhamento de estágios, no apoio e consultoria para criação de projetos profissionais, entre outros -contribuem para a aquisição de competências de procura ativa de emprego e capacitam jovens para a criação de projetos inovadores e de oportunidades de emprego.

- O **trabalho em rede e a abordagem territorializada (M2**) traduz-se no envolvimento e amplificação de agentes do território nas ações desenvolvidas, o que pode potenciar a criação de protocolos, oportunidades de estágios ou inserção em projetos profissionais, apoios/recursos para projetos inovadores e dinâmicas de empreendedorismo por parte dos jovens.

- **Os processos participativos (M3)** são fomentados por via da possibilidade de existirem formações em contexto de trabalho, ofertas de estágios, integração em novas redes de sociabilidade e profissionais. Estas dinâmicas participativas e que envolvem diferentes agentes do território, promovem processos de transição para o mercado de trabalho mais bem-sucedidos e mais oportunidades de emprego; favorecem o contacto com a realidade do mercado de trabalho, com entidades empregadoras e outras, permitindo que os jovens adquiram consciência sobre as suas próprias competências e como as adaptar às exigências do contexto de trabalho, contribuindo, assim, para o aumento da autoconfiança e da sua determinação.

De assinalar, que o aumento da escolarização e da escolaridade, facilitam, por seu turno, a empregabilidade e o acesso ao mercado de trabalho, assim como a outros processos de transição para a vida ativa e adulta, potenciando a obtenção de recursos e meios por parte dos jovens, contribuindo para a rutura com o ciclo de pobreza e de exclusão (Ávila, 2007). Isto significa, que a escolarização e a qualificação funcionam elas próprias enquanto mecanismos geradores de processos de transição para o mercado de trabalho, de enquadramento profissional e vida ativa, mais bem-sucedidos e menos marcados pela incerteza e precariedade.

Finalmente, sobre o **3º bloco de problemas**, que respeita aos baixos níveis de capital social, participação e cidadania:

- A **mobilização de recursos (M1**) específicos para a aquisição de competências de cidadania e de participação por parte dos jovens, fomenta contextos formativos e educativos a este nível - o que pode incluir ações de formação e de sensibilização sobre vários tópicos e dimensões da participação, da cidadania, da saúde, sexualidade e da tolerância/respeito pela diferença; desenvolver dinâmicas de grupo, mobilizar recursos humanos especializados, material e ferramentas específicas, entre outros -, acabando por contribuir para a proliferação de dinâmicas e ações comunitárias, dinâmicas de associativismo, de voluntariado e de participação nas esferas sociais, culturais e políticas, muitas emergindo por iniciativa dos próprios jovens.

- O **trabalho em rede e a abordagem territorializada (**M2) que aposta no envolvimento da comunidade nos projetos/ações, das famílias dos jovens e outros agentes educativos, assim como parceiros/colaboradores no

âmbito das temáticas tratadas nas ações, entre outras, contribui para a sustentabilidade das dinâmicas comunitárias e numa ação concertada, nas quais os jovens podem participar, alargando as suas próprias redes de sociabilidades.

- Os **Processos participativos (M3**) e envolvimento dos jovens ativamente em ações comunitárias e outras de voluntariado e ou associativas, ao serviço da comunidade, promove a participação cidadã e revela-se numa maior consciencialização e sentido de responsabilidade; promove a diversificação das redes de sociabilidade dos jovens; contribui para a própria ação individual dos jovens que podem a passar a atuar nas suas comunidades e territórios.

O processo de mudança associado a estes mecanismos está ligado com a maior capacitação de crianças e jovens para o exercício dos seus direitos, rumo a uma maior tolerância em relação ao outro, numa lógica de participação e exercício de cidadania, aproximação às instituições locais e de combate ao preconceito e eliminação de barreiras simbólicas. Uma capacitação que, prevê-se, cria nos participantes dos projetos a predisposição para a participação social, uma vez que os empodera e que aumenta sua autodeterminação (Friedman, 1996).

Relativamente aos mecanismos e ao processo avaliativo, cumpre advertir para o facto de que a presente avaliação ao Programa Escolhas envolve um conjunto de "fenómenos complexos", para seguir a terminologia proposta por Patricia Rogers (2008). No caso dos fenómenos complexos, a causalidade de fatores/mecanismos explicativos adquire um carácter mais complexo, na medida em que a explicação dos processos de mudança e dos resultados, sobressai, justamente, da relação causal recursiva estabelecida entre os mecanismos de mudança afetos à medida, e entre estes e outros fatores de ordem externa e contextual. É comum que nestes casos um mesmo fator atue, simultaneamente, como causa e efeito dos processos de mudança – como sucede com a escolarização e qualificação e relação com a promoção da empregabilidade.

A interdependência entre fatores explicativos, ou mecanismos, e a forma como desencadeiam a mudança, ou seja, desembocando para um cenário onde os resultados e os impactos se tornam visíveis, pode ser representada do seguinte modo:

Ações que visam uma intervenção no território e na comunidade e que têm grande transversalidade, promovem: (1) uma maior aproximação aos jovens; desenvolvimento de serviços e apoios na comunidade; melhoria da imagem dos jovens, com efeitos sobre a auto perceção; desenvolvem competências que se adquirem fora do contexto escolar, mas que se articulam com este. Nomeadamente, (2) promovem um contexto onde trabalha com jovens/escolas com vista a potenciar o sucesso escolar, que produz, juntamente com a formação em TIC, e outras: a melhoria da auto perceção; a melhoria da escolaridade; que contribui para maior autonomia e capacidade de participação cidadã dos jovens; isto potencia (3) melhores capacidades para aproveitar as oportunidades de emprego, ou possibilidade de prosseguimento de estudos, e facilita a transição entre a escola e o trabalho, trabalhando ainda com entidades empregadoras de forma a aumentar a oferta acessível e adaptada. Todos os mecanismos convergem para a participação social e a transição para a vida adulta em rutura com o passado de pobreza.

O Programa Escolhas funciona numa lógica bottom-up onde o nível da realização das medidas, determina que, no plano local, cada projeto apresente a seu próprio plano estratégico, objetivos gerais e específicos, as suas próprias ações e metas, amplificando e multiplicando aqueles que são os objetivos e ações mais comuns que determinam a linha geral da medida, ou da TO. Além disso, devemos reconhecer que as dinâmicas locais compreensivas e integradas têm implicações nas concretizações das medidas, nos seus níveis de execução e nos seus resultados. O que impossibilita a identificação, no campo teórico, das Ações Previstas. É expectável que o trabalho de avaliação possibilite aferir, não apenas a relação entre projetos financiados e projetos concluídos, como também, identificar quais as ações realizadas em concreto, sendo um dos objetivos a tipificação de projetos e das atividades realizadas e a identificação de quais as ações que mais produzem os efeitos desejados.

Resultados

A expectativa é que os processos de mudança potenciados pelas medidas do Programa Escolhas, produzam 3 conjuntos de resultados, que decorrem das respostas previstas para os 3 blocos de problemas intervencionados mais diretamente pelo Programa Escolhas:

Assim, no decurso de 1º bloco de problemas, relacionado com as intervenções no âmbito da Medida i e respetivos mecanismos, espera-se: 1) aumentar os níveis de sucesso escolar, isto é, melhorar o desempenho escolar, menos absentismo e taxas abandono escolar precoce menos elevadas nos territórios intervencionados; 2) aumento do número de jovens com competências digitais, entre outras; 3) aumento do número de jovens com escolaridade obrigatória concluída;

Respeitante ao 2º bloco de problemas, mais relacionado com as intervenções da Medida ii e respetivos mecanismos, espera-se observar: 4) aumento do número de jovens capacitados para procura ativa de emprego; 5) aumento do número de jovens empregados e/ou a estagiar; 6) aumento das dinâmicas de empreendedorismo.

Finalmente, e relativamente ao 3º bloco de problemas, coberto pelas ações desenvolvidas com o pacote de medidas iii, visa-se atingir um cenário onde: 7) aumento da participação das crianças e jovens em ações dirigidas para a comunidade e 8) aumento do número de agentes locais envolvidos nas ações comunitárias e redes de trabalho.

Neste ponto, interessa esclarecer que contextos onde as medidas operam desempenham um importante papel que não pode ser descurado do âmbito avaliativo. Admite-se, portanto, que as medidas em avaliação são ainda contribuições para políticas mais amplas, e marcadas por grande transversalidade, ou seja, constituindo peças dentro de um mecanismo mais vasto, pelo que não produzem resultados por si só, ou resultados únicos e esperados. Por essa razão, e uma vez que os Projetos Escolhas implementados no terreno trabalham numa base que se apoia nas suas próprias metas e resultados a atingir, é expectável que a dimensão de Resultados vá sendo ajustada com o avanço do trabalho de auscultação e de avaliação.

Impactos

A combinação dos Resultados permite ensaiar um cenário onde os impactos estão relacionados, de uma forma global, com o aumento do sucesso escolar, o aumento da qualificação da população jovem do território, a diminuição do fenómeno NEET, aumento dos níveis de empregabilidade dos jovens e das oportunidades de emprego e reforço da coesão social e dinâmicas de ação e de desenvolvimento comunitário.

Espera-se que haja uma rutura com a reprodução geracional da exclusão e da pobreza e, assim, um contributo mais orientado para territórios marcados por dinâmicas mais inclusivas e de intervenção comunitária mais sustentáveis. Esta sustentabilidade é salvaguarda por via da continuidade dos projetos e dos seus resultados, mas sobretudo, alicerçado no modelo de governança e cultura institucional que marca a operacionalização dos projetos escolhas locais.

Riscos e Ameaças

O Programa Escolhas apresenta algumas características que acarretam riscos internos que podem criar impedimentos aos mecanismos ou processos de mudança e, dessa forma, limitar ou inibir os resultados e impactos esperados, alguns já mencionados em avaliações de impacto previamente realizadas. Os projetos Escolhas são geralmente de curta duração, o que contribui para maiores fragilidades ao nível da sustentabilidade das iniciativas e dos resultados, relacionadas com: i) uma maior tendência para a instabilidade e rotatividade das equipas técnicas, ii) a menor capacidade para gerir e monitorizar os efeitos de longa duração; iii) o pouco tempo para trabalhar competências de autonomia e de independência dos participantes e entidades, processos sempre pouco lineares e demorados no tempo (Capucha, 2004), face às iniciativas e projetos nos quais participam; iv) a difícil gestão de expectativas dos participantes para lá do tempo de vida dos projetos, com potenciais efeitos perversos. Um segundo risco surge afeto ao facto de a avaliação dos projetos realizada pelo Programa Escolhas ser mais centrada nos processos e resultados imediatos e menos nos impactos (Duarte et al., 2007). Um terceiro risco advém da menor relevância dada às questões da igualdade de oportunidades/equidade junto das entidades locais, como escolas, empregadores, comércio, por exemplo, não se testando estratégias de inclusão.

Existem, também, ameaças externas aos projetos a ter em consideração no processo de avaliação como outras possíveis limitações aos mecanismos ou processos de mudança. Uma primeira tem a ver com o facto de as populações residentes em territórios vulneráveis terem dinâmicas e constrangimentos sociais complexos que limitam as tentativas de processos de mudança nos quadros de vida dos participantes. A segunda ameaça tem a ver com a permanência de uma lógica de atuação excessivamente burocratizada nas diferentes entidades que desenvolvem intervenções sociais locais (Capucha, 2016). Por terceiro, verifica-se uma certa ausência de um quadro sinérgico de atuação que envolva as diferentes entidades presentes nos territórios alvo de intervenção. Por último, regista-se a persistência de fenómenos de discriminação precoce e cumulativa, presente ao nível local e em todo o território nacional.

2.2.2 Resultados do teste e evidências

Mecanismos e Processo de Mudança		Realização		Resultados	Impactos				
					Mais sucesso escolar	Jovens + qualificados	Diminuição do Fenómeno NEET	Aumento da taxa de emprego jovem	Reforço da coesão social e das dinâmicas de ação comunitária
o apoio à escolarização dos participantes (a), aumenta o sucesso escolar e contribui para trajetos escolares mais bem sucedidos; (b) o que, por sua vez, aumenta as probabilidades de uma boa transição para o Mercado de Trabalho e para a vida ativa; (c) isto contribui para a construção de projetos de vida mais consolidados e, assim, para a melhor integração dentro da comunidade; (d) o que, por sua vez, cria maior dinamismo de participação cívica e aumento das dinâmicas comunitárias; (e) por seu turno, o aumento da participação cívica, conjuntamente com o aumento da qualificação e escolarização, e com a mobilização de intervenções (ações) dirigidas para a integração no mercado de trabalho (f), para além de criar novas oportunidades de emprego, potencia uma melhor integração na comunidade, o que potencia novas e mais facilitadas formas de transição para a vida adulta e ativa e de	A Mobilização de recursos na comunidade **que apoiam a escolarização e processos formativos, que apoiam e facilitam a inserção no MT; que apoiam a maior autonomia e capacidade de participação cidadã**	Confirmado	O apoio à escolarização sai mais reforçado, atuando em particular sobre a medida 1 dos projetos Escolhas, ou seja, atuando sobre a promoção do sucesso escolar, formação e qualificação; Mais de 90% dos projetos respondem à medida 1 e 3, mobilizando recursos diversos que atuam sobre o sucesso escolar dos alunos e na capacidade de gerar dinâmicas participativas comunitárias; A mobilização de recursos específicos assenta, por um lado, e tendo em conta a maior frequência de realização de ações (1 vez por semana): com grande expressividade (medida 1), no apoio e acompanhamento do estudo e tarefas escolares (92%), sessões de capacitação para uso de computador (90%) e do Office (75%); desenvolvimento de componentes extracurriculares e complementares (72%); Com menos expressividade (Medida 2), na construção de CV (29,5%) e de candidaturas	60 projetos financiados na 8 G; total de 93 projetos financiados já desde a 5G; De acordo com o inquérito, a abrangência territorial dos projetos é fundamentalmente o concelho (41,3%), seguido das freguesias (36%) e dos bairros (21,3%); De acordo com resultados do inquérito aplicado às entidades promotoras do programa (n=75, 8G), o número médio de participantes desceu desde a 6ª G, fixando-se atualmente na ordem dos 263,9 participantes; as entidades promotoras são, na maioria, IPSS (33%), Câmaras Municipais (21%) e ADL (20%); entre as entidades parceiras, há uma preponderância dos AE (76%), Câmaras Municipais (68%), Juntas de Freguesia (58,7%) e outras entidades (40%, em particular, a CPCJ - 14 em 24 outras entidades); Os resultados são mais evidentes e expressivos quando toca os participantes diretos no programa, e menos alcançáveis quando o objetivo é o de captar os efeitos dos projetos na qualificação e capacitação do território; por um lado, as atividades desenvolvidas não têm a projeção necessária e, por outro lado, os	+++	++	+	+	+

Mecanismos e Processo de Mudança		Realização		Resultados	Impactos				
					Mais sucesso escolar	Jovens + qualificados	Diminuição do Fenómeno NEET	Aumento da taxa de emprego jovem	Reforço da coesão social e das dinâmicas de ação comunitária
rutura com a pobreza e exclusão social.			(22,5%), competências na procura ativa de emprego (19,5%), sessões de capacitação digital (67,4%), competências transversais; com expressividade, atividades lúdico-pedagógicas para a consciencialização sobre os direitos e deveres cívicos e comunitários (50%) e sessões de sensibilização envolvendo a comunidade no geral (39%); Da mesma maneira, o maior número de ações desenvolvidas na medida 1 (94%) pertence ao apoio e acompanhamento ao estudo, seguido, das sessões de capacitação de crianças e jovens para a utilização de office (69%), para uso da internet (69%); na medida 2 pertence ao ensinar a construir Cv em word (52%) e participação em projetos dinamizados pelas escolas (50%); e ainda a sessões realizadas na área digital (57,3%); na medida 3, as ações têm uma periocidade em média, menos regular, e apostam em sessões de sensibilização sobre cuidados de saúde (60%), atividades lúdico pedagógicas para a consciencialização sobre direitos e deveres cívicos e	indicadores recolhidos pelos projetos não permitem fazer uma leitura mais ajustada; Não existem indicadores de impacto, isto é, indicadores que meçam o efeito do projeto nos trajetos dos participantes, nos percursos escolares, nas comunidades, antes e depois da sua implementação; Os resultados sugerem, de acordo com EC desenvolvidos e os resultados do inquérito, que existem evidências que confirmam um 1º grupo de resultados, relacionados com a medida 1: melhoria do desempenho escolar – todos os EC atestam que na generalidade, os participantes diretos nas atividades, melhoraram nas taxas de retenção e nos percursos escolares; os inquéritos mostram que houve uma melhoria acentuada considerando a recuperação na taxa de retenção (45% das entidades atestam); nas classificações globais (42,3%) e nos jovens que adquiriram competências digitais (50%), ou seja, considerando as respostas válidas dos Coordenadores dos projetos que trabalham a Medida I, ou similares nas outras gerações, que 4984 participantes adquiriram competências digitais num total de 11107 participantes (o que corresponde a 44,9%); menos acentuada aparecem o número de jovens que seguiram para o ensino					

Mecanismos e Processo de Mudança		Realização		Resultados	Impactos				
					Mais sucesso escolar	Jovens + qualificados	Diminuição do Fenómeno NEET	Aumento da taxa de emprego jovem	Reforço da coesão social e das dinâmicas de ação comunitária
			comunitários (60%); sessões de sensibilização e de esclarecimento realizadas nas escolas envolvendo a comunidade escolar (53%); sessões de sensibilização envolvendo a comunidade no geral (49%); De uma maneira geral, e a partir dos discursos recolhidos, os recursos disponíveis são considerados insuficientes, sobretudo porque o financiamento estipulado para cada projeto é considerado muito insuficiente, contribuindo para a manutenção de equipas técnicas com baixos salários e grande volume de trabalho e, consequentemente, impossibilitando o aumento e diversificação de atividades – como atestado pelos EC; Não obstante, o financiamento, mesmo considerado parco, tem garantido a execução das atividades previstas nas candidaturas e, assim, dos recursos necessários para responder ao que está planeado (sendo alguns destes facultados ou acedidos através de parcerias informais);	superior; jovens que terminaram a escolaridade obrigatória (que se deve ao facto de os projetos trabalharem essencialmente com crianças em idade escolar, dentro do período de escolaridade obrigatória); Considerando as respostas válidas dos Coordenadores dos projetos que trabalham a Medida I, ou similares nas outras gerações, que 2732 participantes terminaram a escolaridade obrigatória num total de 8503 participantes (o que corresponde a 32,1%); Considerando apenas as respostas válidas dos Coordenadores de projetos a trabalhar a Medida I da 8ª geração, ou similar nas gerações anteriores, 751 jovens foram encaminhados para realizar ações de formação e qualificação em entidades externas num total de 8826 participantes (8,5%). Porém, há que considerar, como dito nas respostas à avaliação, que muitos dos projetos trabalham com crianças em idade de frequência escolar, ao nível do Ensino Básico; A maioria dos Coordenadores respondeu no inquérito que houve uma melhoria razoável (40%) ou acentuada (38%) da taxa de absentismo entre os participantes dos projetos; uma melhoria					

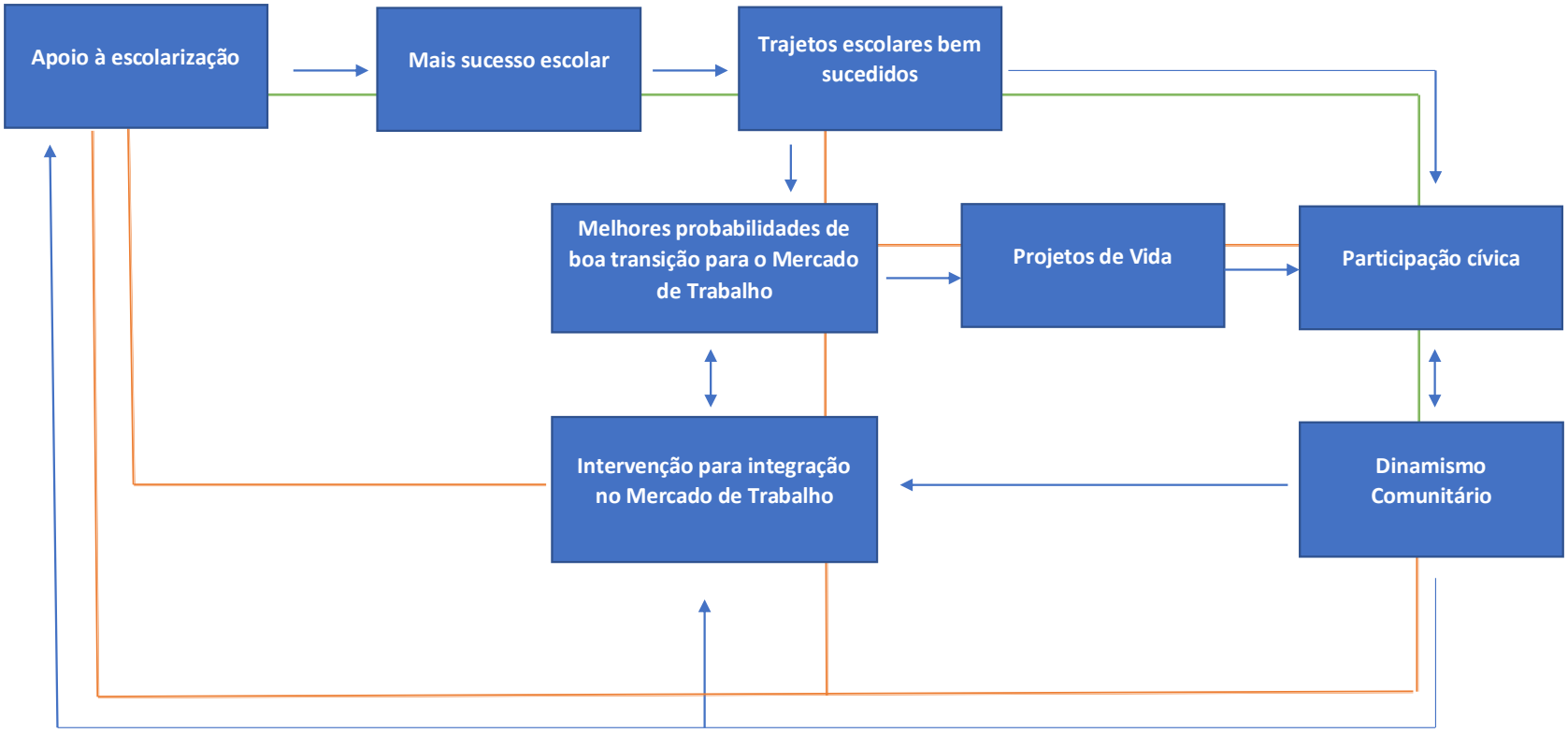
Mecanismos e Processo de Mudança		Realização		Resultados	Impactos				
					Mais sucesso escolar	Jovens + qualificados	Diminuição do Fenómeno NEET	Aumento da taxa de emprego jovem	Reforço da coesão social e das dinâmicas de ação comunitária
	O Trabalho em rede e abordagem territorializada **potencia uma visão holística sobre o insucesso escolar e promove respostas diversificadas**; **visa o envolvimento de diversos agentes locais**, **criam oportunidades de estágios, emprego e potenciam ambiente para dinâmicas empreendedoras; envolve a comunidade nos projetos/ações e contribui para a sustentabilidade das dinâmicas comunitárias nas quais os jovens podem participar**;	Parcialmente confirmado	Este mecanismo sai menos reforçado por via das fragilidades encontradas em torno da rede de parcerias que os projetos estabelecem, isto é, o enfraquecimento progressivo do papel dos consórcios ao longo da execução dos projetos – atestado através das entrevistas e EC realizados; Este enfraquecimento é uma evidência constante no Programa Escolhas e as razões explicativas não são muito claras – como verificado nos Relatórios de Avaliação consultados; Atesta-se, contudo, um grande envolvimento, principalmente, das escolas e dos órgãos autárquicos e municipais; Atesta-se ainda, a concretização de uma abordagem territorializada no âmbito do desenho e planeamento dos projetos, com consulta e participação da comunidade e das entidades para a realização dos diagnósticos; Atesta-se também o recurso a parcerias informais e	acentuada (35,3%) e razoável (43,1%) na taxa de abandono escolar precoce; Este 1º grupo de resultados é sobretudo alimentado pela relação entre apoio à escolarização, mais sucesso escolar e consequentemente, trajetos escolares mais bem-sucedidos; Um 2º grupo de resultados aparece com menos evidências pelo facto de estarem associados à medida 2 do PE que tem muito poucos projetos em funcionamento; assim, os resultados mostram que não existem dinâmicas empreendedoras motivadas pelos projetos e que os projetos inscritos na medida 2 contribuem em certa medida para a empregabilidade dos jovens (considerando apenas as respostas válidas dos Coordenadores de projetos a trabalhar a Medida II da 8ª geração, ou similares nas outras gerações, 22 jovens ingressaram no mercado de trabalho no total de 543 participantes - 4,1%), ainda assim com valores muito pouco expressivos; As relações que se estabelecem entre a escolarização e as melhores probabilidades de transição para o MT, ou entre a integração no MT e o aumento das dinâmicas comunitárias, perdem força; Um 3º conjunto de resultados, atestado com os EC, que mostra que	++	++	+	+	+

Mecanismos e Processo de Mudança		Realização		Resultados	Impactos				
					Mais sucesso escolar	Jovens + qualificados	Diminuição do Fenómeno NEET	Aumento da taxa de emprego jovem	Reforço da coesão social e das dinâmicas de ação comunitária
			esporádicas, cultivando o trabalho em rede e a sedimentação do projeto no território; São menos evidentes, por isso, os efeitos do trabalho em rede no encontro de soluções inovadoras e holísticas para combate ao insucesso escolar, na promoção de estágios e emprego (esta dimensão praticamente inexistente no Programa Escolhas), ou no envolvimento da comunidade nos projetos/ações de forma a contribuir para a sustentabilidade das dinâmicas comunitárias nas quais os jovens podem participar (embora neste ponto sejam atestados resultados nos participantes e alguns projetos com grande dinamismo comunitário);	há um envolvimento dos jovens e crianças em atividades comunitárias relevantes (sejam elas de âmbito desportivo, ou ações de sensibilização) - e grande importância destas ações para os projetos Escolhas, apesar da periodicidade das mesmas ser menos regular – em média os projetos realizam as ações na medida 3, uma ou mais vezes por ano; Isto significa que o potencial das ações da medida 3, para desenvolvimento da cidadania e participação cívica, e para o combate aos estereótipos e discriminação social é limitado é limitado; de acordo com o inquérito verificou-se que as sessões de sensibilização e esclarecimento a entidades empregadoras são realizadas apenas por 26,7% dos projetos que trabalham a Medida III cujos coordenadores responderam ao inquérito, ou seja, além de menos frequentes entre os projetos são também menos regulares. Destacam-se as sessões de sensibilização e esclarecimento, realizadas direcionadas à comunidade escolar e à comunidade em geral, quer no número de projetos que as desenvolvem, quer quanto à regularidade. Isto aponta para que a relação entre escolarização e aumento das					
	Os Processos participativos **visam o envolvimento direto das escolas e outras entidades/parceiros educativos**; **visam a participação dos jovens nas ações comunitárias**; **promove novas redes de**	Parcialmente confirmado	Este mecanismo sai menos reforçado, por um lado, dado que o próprio trabalho em rede surge mais fragilizado na mobilização das entidades parceiras e, por outro lado, pelas maiores dificuldades na mobilização de certos grupos (como os EE e pais) para condução das atividades dos projetos, tal como previstas -		++	++	+	+	++

Mecanismos e Processo de Mudança		Realização		Resultados	Impactos				
					Mais sucesso escolar	Jovens + qualificados	Diminuição do Fenómeno NEET	Aumento da taxa de emprego jovem	Reforço da coesão social e das dinâmicas de ação comunitária
	sociabilidade e envolvimento ativo na comunidade/desenvolvimento do território		como verificado nos EC e nos relatórios de Avaliação consultados; Verifica-se, por isso, ambas as situações: projetos que conseguem responder às metas estabelecidas e agrupar o número de participantes estipulado, projetos que têm maiores dificuldades em fazê-lo, seja pela natureza do público-alvo - por exemplo, sendo muito difícil mobilizar elementos da comunidade Roma -, seja pelo desfasamento das metas face à realidade – EC e Relatórios de Avaliação Consultados; É menos evidente, por isso, o efeito dos processos participativos no alcance de formações em contexto de trabalho, estágios, na criação de novas redes de sociabilidade e profissionais que promovam a transição para o mercado de trabalho e vida adulta; sabendo-se, no entanto, que a dimensão do desemprego jovem, ou do empreendedorismo, é pouco expressiva – existem apenas 7/8 projetos inscritos na medida 2, de acordo com a entrevista ao Coordenador Escolhas;	dinâmicas participativas seja parcialmente confirmada, assim como a relação com as maiores probabilidades de integração no MT Considerando apenas as respostas válidas entre os 40 Coordenadores com projetos a trabalhar a Medida III da 8ª geração, ou similar nas gerações anteriores, registou-se uma média de 286,5 crianças/jovens participantes no total das ações comunitárias realizadas (em 25 respostas válidas) Considerando apenas as respostas válidas dos Coordenadores de projetos a trabalhar a Medida III da 8ª geração, ou similar nas gerações anteriores, 5280 crianças/jovens participaram em ações comunitárias (num total de 31 projetos, com 8039 participantes, ou seja, 65,7%); foram realizadas 592 ações com o envolvimento da comunidade (num total de 28 projetos); 498 agentes locais foram envolvidos nessas ações (num total de 24 projetos). Foi ainda apurado que os projetos Escolhas contribuem muito para: A promoção das dinâmicas de escolarização em populações mais vulneráveis e mais distantes da cultura escolar (51%); para o aumento da qualificação no território (44,4%); para o desenho de					

Mecanismos e Processo de Mudança		Realização		Resultados	Impactos				
					Mais sucesso escolar	Jovens + qualificados	Diminuição do Fenómeno NEET	Aumento da taxa de emprego jovem	Reforço da coesão social e das dinâmicas de ação comunitária
			Existem evidências, no entanto, de que os processos participativos contribuem para a participação dos jovens nas ações comunitárias, promovendo competências cívicas, consciencialização, responsabilidade e melhoria da auto-perceção, pelo menos quando envolvidos os participantes diretos; menos concretização no que respeita à promoção de novas redes de sociabilidade e envolvimento ativo na comunidade/desenvolvimento do território, pela menor capacidade de projeção de efeitos para a comunidade e território, e/ou incapacidade de medir os efeitos no território;	intervenções sociais locais mais eficazes e adaptadas à realidade (44,4%); promoção de contextos de maior tolerância perante a diferença e culturas diferentes (42%). Finalmente, dá-se conta de que entre as respostas válidas dos Coordenadores, 28% identifica como efeito perverso durante um projeto em curso, a falta de apoio/acompanhamento das famílias; 17,3% identificam outros problemas, como a dificuldade em conciliar respostas aos participantes e exigência formal do projeto; falta de consciência das rotinas do projeto; ausência de financiamento sustentável; inconsistência das parcerias; e como efeito perverso após o término do projeto, 28% o retrocesso nos projetos de vida dos participantes; 22% o enfraquecimento ou desaparecimento das redes de parceria; 17,3% expectativas goradas dos participantes; efeitos estes também validados através das auscultações realizadas;					

Processo de Mudança e cadeia de relações



Relação confirmada

Relação Parcialmente Confirmada

2.2.3 Matriz Global do referencial de recolha de informação

Legenda de fontes:
DR – *Desk Research* (recolha/análise documental e fontes administrativas incluindo Sistema de Informação PO e incluindo a AGIL)
ENT – Entrevistas
INQ EB– Inquérito a entidades beneficiárias e promotoras do Programa Escolhas
EC – Estudos de Caso (incluindo entrevistas em profundidade à estrutura gestora do Projeto; entrevistas às entidades do consórcio; entrevistas biográficas aos participantes e ex. participantes; auscultação e recolha de informação na comunidade onde o projeto está implementado)

EFICÁCIA

QA1. Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos? Qual o contributo do PO e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação/Fontes	Fontes de informação			
					DR	ENT	INQ	EC
Medida I – Educação, Inclusão Digital, Formação e Qualificação	AÇÕES	Ações que promovem a escolarização e o sucesso escolar, a inclusão digital e a formação e qualificação	#1PE Nº de projetos financiados com a Medida I	[DR/ENT] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)	X	X		
			#2PE Nº de projetos concluídos com a Medida I	[DR/ENT] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)	X	X		
			#3PE Nº de participantes nas ações da Medida I	[DR/ENT] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)	X	X		
			#4PE Tipologia de projetos considerando as ações da Medida I	[Q] Todas da dimensão "3. Educação, inclusão Digital, Formação e Qualificação"			X	
	MECANISMOS	M1 A mobilização de recursos que apoiam a escolarização e processos formativos, facilitam a integração escolar; criam estratégias para ultrapassar dificuldades de aprendizagem; aumentam a motivação e a autoconfiança dos jovens; promovem contextos formativos diversificados, assentes no desenvolvimento de competências fundamentais para a vida (ex. TIC)	#5PE Tipologia de ações de apoio e acompanhamento escolar dos projetos	[Q] 3.1. Identifique que tipo de ações foram realizadas para a promoção do sucesso escolar no âmbito do projeto e classifique-as quanto à frequência de aplicação			X	
			#6PE Nº de jovens encaminhados para respostas de formação/qualificação	[Q] 3.5. Ao longo da implementação do projeto, quantos participantes foram encaminhados para realizar ações de formação e qualificação em entidades externas (escolas profissionais, IEFP, etc.)?			X	
			#7PE Tipologia de ações TIC dos projetos	[Q] 3.1. Identifique que tipo de ações foram realizadas para a promoção do sucesso escolar no âmbito do projeto e classifique-as quanto à frequência de aplicação			X	

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação/Fontes	Fontes de informação			
					DR	ENT	INQ	EC
		M2 O trabalho em rede e a abordagem territorializada potencia uma visão holística sobre o insucesso escolar e promove respostas diversificadas. M3 Os processos participativos visam o envolvimento direto das escolas e outras entidades/parceiros educativos	#8PE Nº/Tipo de parceiros envolvidos nas ações da Medida I	[DR/EC] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos) [EC/1] Descrição da equipa responsável pelas atividades desenvolvidas no âmbito do PE (equipas coordenadoras, equipas técnicas, parceiros)	X			X
		Três mecanismos	#9PE Tipologia de ações de resposta à COVID-19	[DR/EC] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos) [EC/1] Criaram respostas para o contexto pandémico no âmbito das ações do projeto? Quais?	X			X
	RESULTADOS	Melhoria do desempenho escolar	#10PE Taxa de retenção escolar	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos) [Q] 3.2. Considerando os seguintes indicadores relativos à escolarização e ao sucesso escolar, classifique-os quanto à melhoria observada junto do público-alvo do projeto na sequência da implementação das atividades previstas. [EC/3] Como é que o PE mudou a sua vida na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)?	X		X	X
			#11PE Classificações globais	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos) [Q] 3.2. Considerando os seguintes indicadores relativos à escolarização e ao sucesso escolar, classifique-os quanto à melhoria observada junto do público-alvo do projeto na sequência da implementação das atividades previstas. [EC/3] Como é que o PE mudou a sua vida na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)?	X		X	X

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação/Fontes	Fontes de informação			
					DR	ENT	INQ	EC
		Aumento do número de jovens com competências digitais	#12PE Nº de jovens com competências digitais	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos) [Q] 3.1. Identifique que tipo de ações foram realizadas para a promoção do sucesso escolar no âmbito do projeto e classifique-as quanto à frequência de aplicação./ 3.4. Ao longo da implementação do projeto, quantos participantes adquiriram competências digitais sendo capazes de as utilizar de forma autónoma (trabalho no computador, utilização da internet, do email e outros recursos online, etc.)? [EC/3] Como é que o PE mudou a sua vida na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)? [EC/4] O que é que mudou com a participação no PE na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)?	X		X	X
		Aumento do número de jovens com escolaridade obrigatória	#13PE Nº de jovens com escolaridade obrigatória concluída	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos) [Q] 3.3. Ao longo da implementação do projeto, quantos participantes concluíram a escolaridade obrigatória, também na sequência do apoio recebido? [EC/3] Como é que o PE mudou a sua vida na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)? [EC/4] O que é que mudou com a participação no PE na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e	X		X	X

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação/Fontes	Fontes de informação			
					DR	ENT	INQ	EC
				acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)?				
Medida II — Emprego e Empreendedorismo	~~MEDIDAS E~~ AÇÕES	~~Ações que apoiam/facilitam a inserção no mercado de trabalho/transição para a vida ativa~~	#14PE Nº de projetos financiados com a Medida II	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)	X	X		
			#15PE Nº de projetos concluídos com a Medida II	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)	X	X		
			#16PE Nº de participantes nas ações da Medida II	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)	X	X		
			#17PE Tipologia de projetos considerando as ações da Medida II	[Q] Todas da dimensão "4. Emprego e Empreendedorismo" [DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos),	X		X	
	MECANISMOS	M1 A mobilização de recursos que apoiam e facilitam a inserção no MT, contribuem para a aquisição de competências/ferramentas na procura ativa de emprego e capacitam para a criação de projetos inovadores e de oportunidades de emprego	#18PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a procura ativa de emprego/empreendedorismo	[Q] 4.1. Identifique que tipo de ações foram realizadas para o desenvolvimento de competências de procura ativa de emprego e para a transição para a vida ativa no âmbito do projeto e classifique-as quanto à frequência de aplicação.			X	
			#19PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a transição para o mercado de trabalho (emprego e autoemprego)	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)? [Q] 4.1. Identifique que tipo de ações foram realizadas para o desenvolvimento de competências de procura ativa de emprego e para a transição para a vida ativa no âmbito do projeto e classifique-as quanto à frequência de aplicação.	X		X	
		M2 O trabalho em rede e a abordagem territorializada visa o envolvimento de diversos agentes locais, criam oportunidades de estágios, emprego e potenciam ambiente para dinâmicas empreendedoras. M3 Os processos participativos por via de formações em contexto de trabalho, estágios, criam novas redes de sociabilidade e profissionais que promovem a transição para o mercado de trabalho e vida adulta	#20PE Nº/Tipo de parceiros envolvidos nas ações da Medida II	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos) [EC/1] Descrição da equipa responsável pelas atividades desenvolvidas no âmbito do PE (equipas coordenadoras, equipas técnicas, parceiros)	X			X

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação/Fontes	Fontes de informação			
					DR	ENT	INQ	EC
	RESULTADOS	Aumento do número de jovens capazes de procura ativa de emprego	#21PE Nº de jovens com competências de procura ativa de emprego	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)? [Q] 5.2. Ao longo da implementação do projeto, quantos jovens participantes que não tinham ocupação reiniciaram os estudos? 5.3. Ao longo da implementação do projeto, quantos jovens participantes conseguiram transitar com sucesso para o mercado de trabalho (estágio remunerado, emprego, criação de emprego)? [EC/3] Como é que o PE mudou a sua vida na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)? [EC/4] O que é que mudou com a participação no PE na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)?	X		X	X
		Aumento do número de jovens empregados/ ou a estagiar	#22PE Nº de jovens que transitou para o mercado de trabalho com sucesso (estágios, emprego, projetos inovadores)	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos [Q] 4.3. Ao longo da implementação do projeto, quantos jovens participantes conseguiram transitar com sucesso para o mercado de trabalho (estágio remunerado, emprego, criação de emprego)? [EC/3] Como é que o PE mudou a sua vida na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)? [EC/4] O que é que mudou com a participação no PE na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)?	X		X	X
		Aumento das dinâmicas de empreendedorismo	#23PE Nº de jovens que conseguiu criar o seu próprio projeto/emprego	[Q] 4.4. Ao longo da implementação do projeto, quantos jovens participantes conseguiram criar			X	X

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação/Fontes	Fontes de informação			
					DR	ENT	INQ	EC
				projetos inovadores que permitiram criar o seu próprio emprego (empreendedorismo)? [EC/3] Como é que o PE mudou a sua vida na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)? [EC/4] O que é que mudou com a participação no PE na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)?				
Medida III — Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania	~~MEDIDAS E~~ AÇÕES	Ações que contribuam para dinâmicas comunitárias, saúde, participação e cidadania	#24PE Nº de projetos financiados com a Medida III	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)	X	X		
			#25PE Nº de projetos concluídos com a Medida III	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)	X	X		
			#26PE Nº de participantes nas ações da Medida III	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)	X	X		
			#27PE Tipologia de projetos considerando as ações da Medida III	DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos) [Q] Todas da dimensão "4. Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania"	X		X	
	MECANISMOS	M1 A mobilização de recursos contribui para a maior autonomia e capacidade de participação cidadã, promovendo dinâmicas e ações comunitárias nos territórios	#28PE Nº eTipologia de ações para o desenvolvimento da cidadania e participação cívica, das competências de cuidados de saúde e promoção de ações comunitárias	[Q] 5.1. Identifique que tipo de ações foram realizadas para o desenvolvimento de competências cívicas e de participação, da consciencialização sobre cuidados de saúde, e para promoção de ações comunitárias no âmbito do projeto e classifique-as quanto à frequência de aplicação.			X	
			#29PE Nº e Tipologia de iniciativas de combate aos estereótipos e discriminação social junto da comunidade	[Q] 5.4. Identifique as ações realizadas para o combate aos estereótipos e discriminação social junto da comunidade e classifique-as quanto à frequência de aplicação.			X	
		M2 O trabalho em rede e a abordagem territorializada visa o envolvimento de diversos agentes locais, criam oportunidades de estágios, emprego e potenciam ambiente para dinâmicas	#30PE Nº de ações com envolvimento da comunidade	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos) [Q] 5.5. Quantas ações deste tipo foram realizadas junto da comunidade ao longo da implementação do projeto?	X		X	
			#31PE Nº e Tipologia o de parceiros envolvidos nas ações	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)	X			X

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação/Fontes	Fontes de informação			
					DR	ENT	INQ	EC
		empreendedoras. M3 Os processos participativos por via de formações em contexto de trabalho, estágios, criam novas redes de sociabilidade e profissionais que promovem a transição para o mercado de trabalho e vida adulta		[EC/1] Descrição da equipa responsável pelas atividades desenvolvidas no âmbito do PE (equipas coordenadoras, equipas técnicas, parceiros)				
	RESULTADOS	Aumento da participação das crianças/jovens em ações comunitárias	#32PE Nº de crianças/jovens participantes em ações comunitárias	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos) [Q] 5.2. Qual o número médio aproximado de crianças e jovens que participaram nas ações anteriores? [EC/3] Como é que o PE mudou a sua vida na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)? [EC/4] O que é que mudou com a participação no PE na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)?	X		X	X
		Aumento do número de agentes locais envolvidos em ações comunitárias	#33PE Nº de agentes locais envolvidos em ações comunitárias	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos) [Q] 5.3. Qual o número médio aproximado de agentes locais (escolas, câmara municipal, junta de freguesia, empresas, rede social, etc.) que participaram nas ações anteriores?	X		X	

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

QA3. De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?

Convém relembrar que os Projetos Escolhas são de âmbito local e mesmo comunitário, pelo que os impactos devem ser preferencialmente medidos nos respetivos territórios sempre que exista informação disponível.

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise		Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação/Fontes	Fontes de informação			
					DR	ENT	Q	EC
Medida I – Educação, Inclusão Digital, Formação e Qualificação	IMPACTOS	Mais sucesso escolar	#34PE Taxa de absentismo escolar #35PE Taxa de abandono escolar precoce	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)	X			
		Jovens mais qualificados	#36PE Número de jovens qualificados	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)	X			
Medida II — Emprego e Empreendedorismo		Diminuição do número de jovens NEET	#37PE Taxa de NEET	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos) [Q] 5.2. Ao longo da implementação do projeto, quantos jovens participantes que não tinham ocupação reiniciaram os estudos? / 5.3. Ao longo da implementação do projeto, quantos jovens participantes conseguiram transitar com sucesso para o mercado de trabalho (estágio remunerado, emprego, criação de emprego)?	X		X	
		Aumento da taxa de emprego jovem (emprego e autoemprego)	#38PE Taxa de emprego jovem	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos) [Q] 5.3. Ao longo da implementação do projeto, quantos jovens participantes conseguiram transitar com sucesso para o mercado de trabalho (estágio remunerado, emprego, criação de emprego)?	X		X	
Medida III — Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania		Reforço da coesão social e das dinâmicas de ação comunitária	#39PE Indicadores de análise de capital social e de participação	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)	X			
Todas		Territórios mais inclusivos e com dinâmicas de intervenção mais sustentáveis	#40PE Indicadores de análise de capital social e de participação	[DR] Indicadores do PE (avaliação e monitorização dos projetos)	X			
Outros elementos relevantes a testar								
Todas	SUSTENTABILIDADE		#41PE Evidências de que os projetos são sustentáveis sem a presença de financiamento PE e/ou sem entidade promotora	[ENT] O PE é atualmente financiado pelo PO ISE. Como avalia essa fonte de financiamento? É adequada? Contribuiu para a evolução e melhoria do programa? Representou uma maior garantia de sustentabilidade do programa? [EC/1] Quais os principais riscos associados à estabilidade/sustentabilidade do projeto? Se a entidade sair no bairro, os agentes locais (parceiros e comunidade) conseguiriam manter as ações do projeto? / Existe algum				X

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise	Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação/Fontes	Fontes de informação			
				DR	ENT	Q	EC
			plano B, que garanta a continuidade das atividades em ausência e ou encurtamento do financiamento? [EC/2] Se a entidade promotora saísse do bairro, a comunidade (e os vários paceiros) teriam capacidade para manter as ações em implementação? Como?				

RELEVÂNCIA/COERÊNCIA INTERNA E EXTERNA

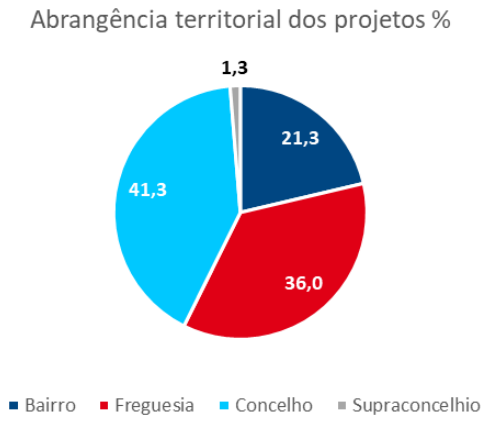
QA5. A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

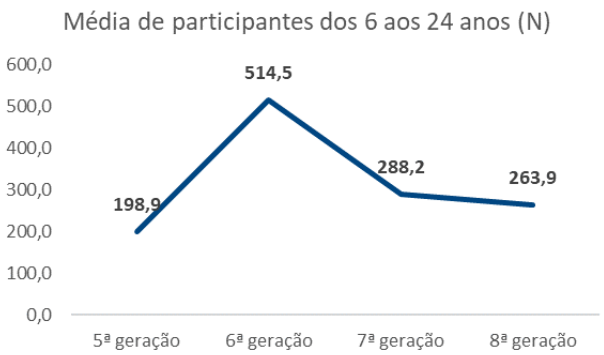
MEDIDAS	Elementos da TdM em análise	Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação/Fontes	Fontes de informação			
				DR	ENT	Q	EC
Medidas I, II e III	Problemas, Medidas e a sua Configuração Específica	#42PE Matriz de coerência interna entre as medidas e a sua configuração específica com a evolução ao longo das várias gerações de medidas #43PE Matriz de coerência externa face a outras medidas que concorrem para os mesmos objetivos com identificação dos domínios de sobreposição e de complementaridade #44PE Matriz de níveis de risco que relaciona objetivos, configurações das medidas e complementaridade entre si e com outras medidas	[DR] Documentos regulamentares do PE. Relatórios de Avaliação do PE e dos projetos [ENT] Em que medida é que o PE contribui para a concretização dos objetivos previstos no respetivo eixo do PO ISE? / Quais é que diria que foram as grandes mudanças e os ganhos capitalizados para o PE, ao longo das diferentes gerações? / Ao longo das diferentes gerações do PE, vários aspetos foram sendo reajustados. A que responderam as alterações efetuadas (agenda política, necessidades encontradas no terreno, etc.). / O programa Escolhas funciona através de Projetos que são dinamizados a nível local, em territórios considerados mais vulneráveis. Como é que é feita a seleção das candidaturas e dos projetos? Que critérios assistem esta seleção, o que é que tem de estar garantido? (cobertura territorial, critérios de vulnerabilidade e quais, etc.) / No domínio da avaliação e monitorização, como é que esses projetos são avaliados, e quais os critérios utilizados? / O modelo vigente de atuação do PE – e que tem sido reproduzido desde a primeira geração – assenta na implementação destes projetos locais. Algumas avaliações já realizadas ao PE reportam a este propósito, alguns problemas ao nível sustentabilidade das iniciativas desenvolvidas e apontam, também, para algumas fragilidades ao nível da manutenção da aprendizagem organizacional a retirar da dinamização destas ações nos territórios. Posto isto, concorda com essas indicações e se sim, o que é que acha que deve ser alterado neste modelo de modo a garantir maior sucesso [EC/1] Como foi definido o plano de atividades do projeto? Houve algum diagnóstico prévio de necessidades? / Quais as ações desenvolvidas para responder a cada medida PE? E quantas têm o envolvimento da comunidade? /	X	X		X

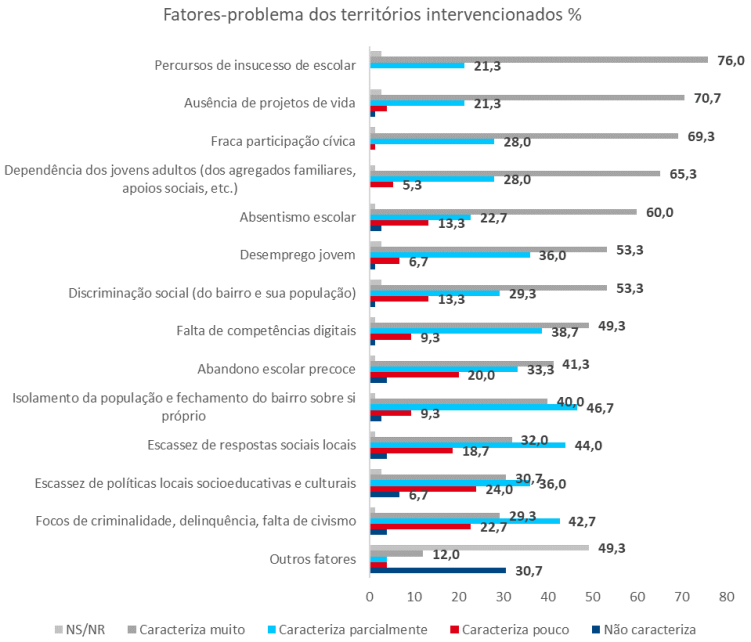
MEDIDAS	Elementos da TdM em análise	Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação/Fontes	Fontes de informação			
				DR	ENT	Q	EC
			Principais dificuldades sentidas (internas e externas) – em termos de recursos, meios humanos, dinâmicas internas da entidade, contexto cultural, social, políticas locais, políticas nacionais… / As avaliações realizadas às atividades, apontam e orientam caminho para ajustes e mudanças? Se sim, onde e como são feitas essas mudanças? / Que balanço faz no geral do trabalho que tem sido desenvolvido pela entidade? / Em termos gerais, quais os principais resultados alcançados/impacto com as atividades que têm sido desenvolvidas? / Quanto dessa progressão e resultados observados são explicados pelo envolvimento da entidade no PE? / Na sua opinião, quanto das mudanças observadas no bairro/área geográfica de atuação do projeto, são explicadas pelas atividades desenvolvidas pelo projeto?				

2.2.4. Resultados do inquérito por questionário

Síntese de evidências – Questionário e Análise estatística e de conteúdo (nas questões abertas)
Caracterização geral dos projetos do Programa Escolhas cujos coordenadores responderam ao questionário (75 respostas válidas, correspondendo a 80,6% dos 93 projetos de 8ª geração).
A avaliação de impactos do Programa Escolhas é um processo limitado pelo facto de os projetos serem de âmbito local e mesmo comunitário, pelo que os impactos devem ser preferencialmente medidos nos respetivos territórios (comunidades específicas). Geralmente os dados estatísticos disponíveis referem-se a uma população escolar ou concelhia, não discriminando entre participantes e não participantes no PE, em que o número de participantes dos projetos, sempre reduzido face ao número de residentes nos concelhos das mesmas faixas etárias, fica diluído e pode não dar conta do real impacto dos projetos junto das comunidades. A opção é tratar dados estatísticos relativos aos participantes dos projetos que, neste caso, foram recolhidos através da aplicação de um questionário aos Coordenadores dos projetos em que se obteve uma taxa de representatividade elevada, ou seja, são resultados que podem ser aferidos para o universo dos projetos PE desde a 5ª (último semestre) à 8ª geração.



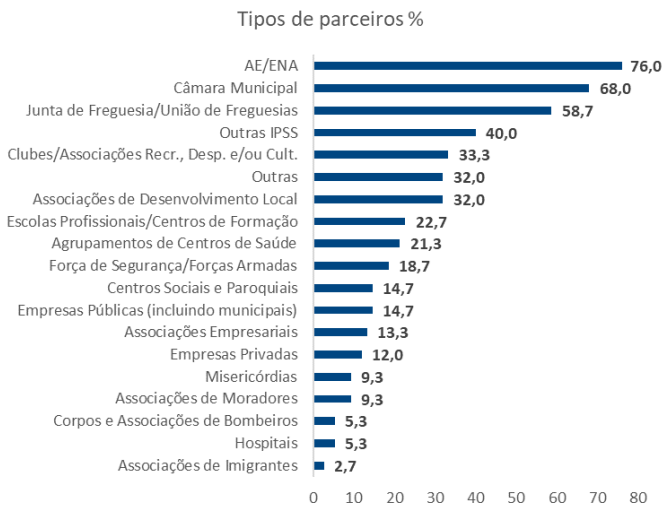




Medidas	5ª geração		6ª geração	
	n	%	n	%
Medida I - Inclusão escolar e para a educação não formal	27	79,4	33	78,6
Medida II - Formação profissional e empregabilidade	11	32,4	11	26,2
Medida III - Dinamização comunitária e cidadania	26	76,5	32	76,2
Medida IV - Inclusão digital	22	64,7	34	81,0
Medida V - Empreendedorismo e a capacitação dos jovens	12	35,3	11	26,2

Medidas	7ª geração	
	n	%
Medida I - Educação, Formação e Qualificação	39	78,0
Medida II - Emprego e Empreendedorismo	15	30,0
Medida III - Dinamização Comunitária, Participação e Cidadania	38	76,0

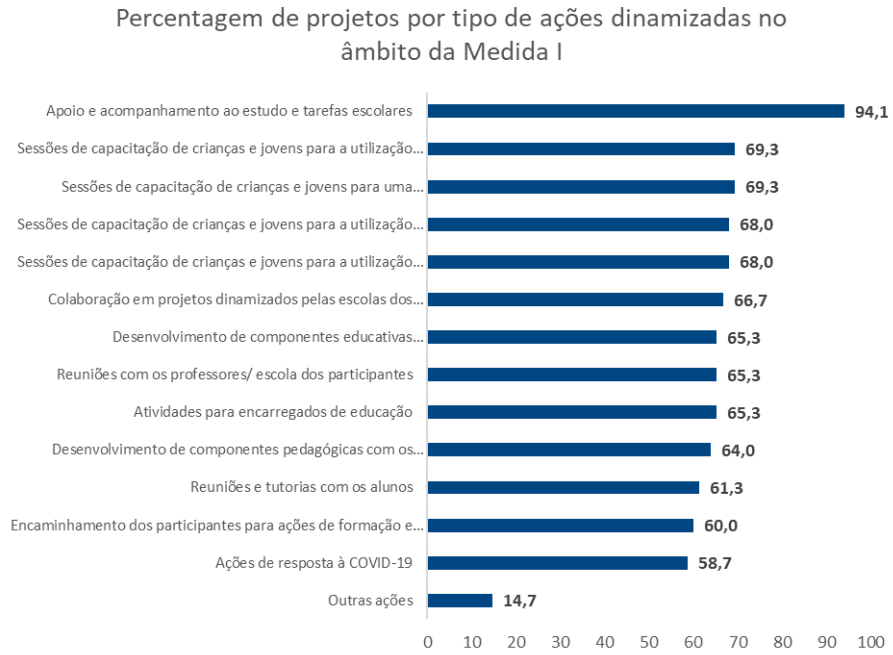
Medidas	8ª geração	
	n	%
Medida I - Educação, Exclusão Digital, Formação e Qualificação	39	78,0
Medida II - Emprego e Empreendedorismo	6	12,0
Medida III - Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania	40	80,0

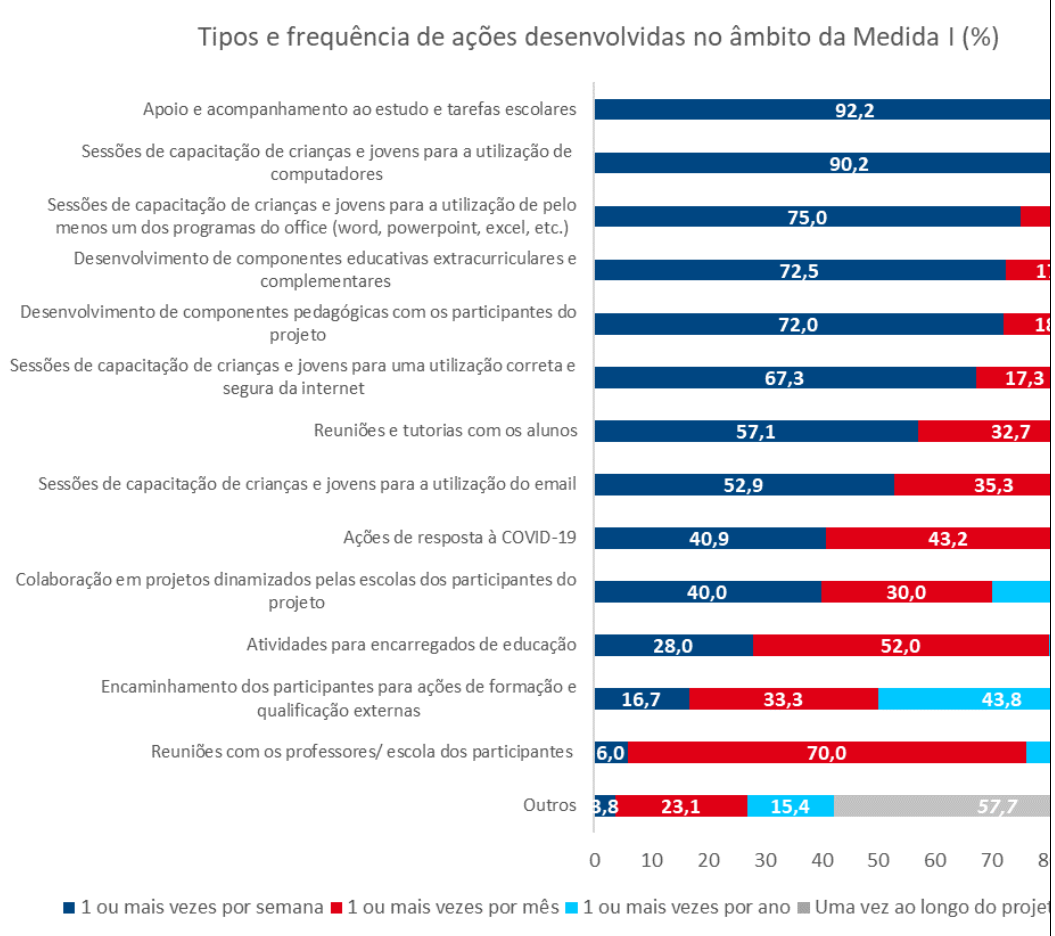


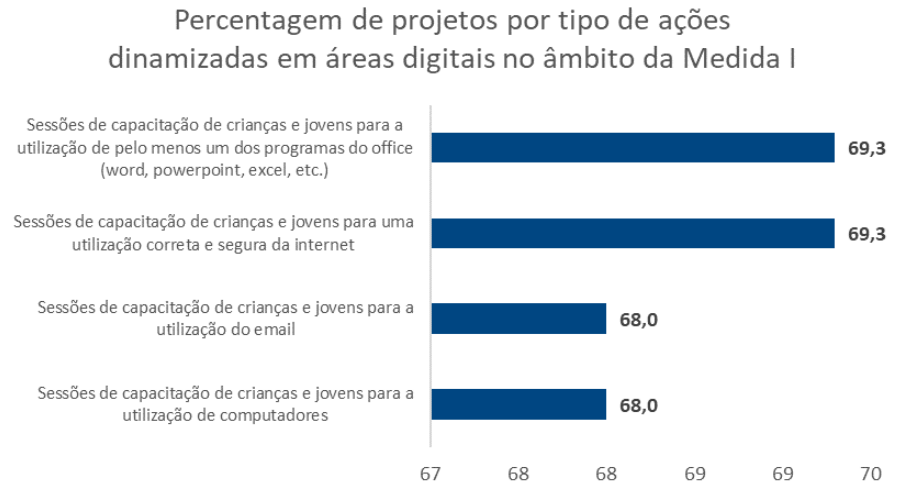
Através da análise de conteúdo aos discursos dos inquiridos sobre que "Outras entidades" têm como parceiros, verificou-se com maior incidência a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (14 respostas, 18,7% do total de 75 respostas válidas), seguida das Instituições de Ensino Superior e das ONG (3 respostas cada, 4% do total de 75 respostas válidas).

Eficácia

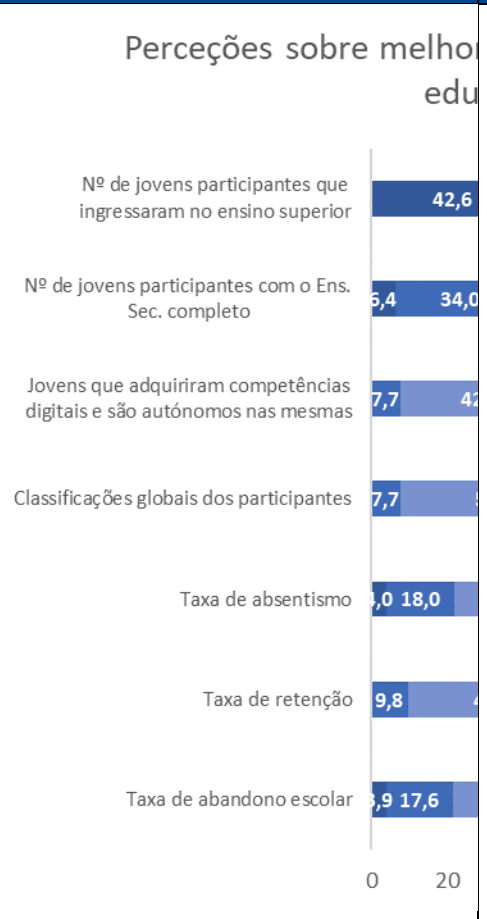
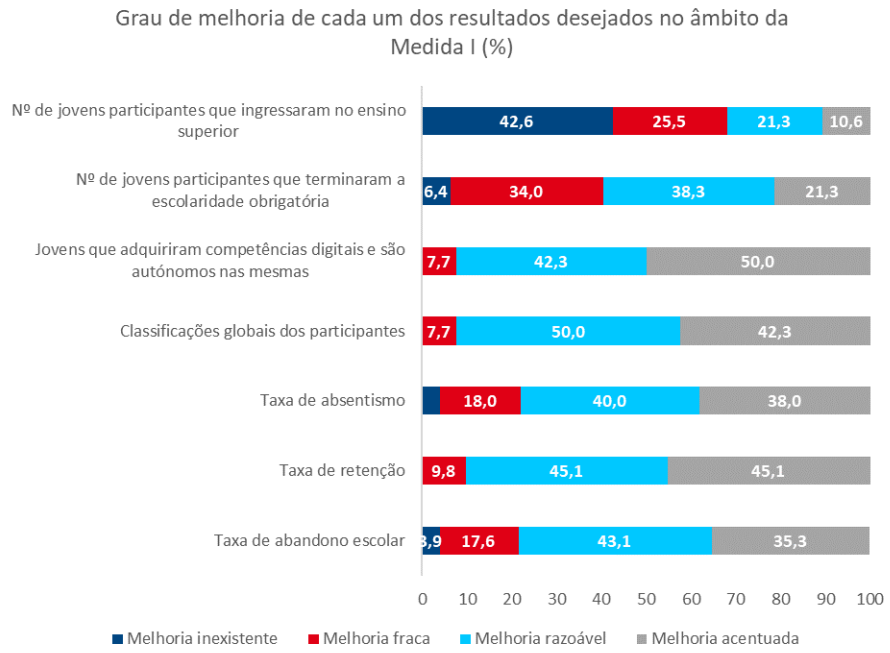
QA1. O programa Escolhas alcançou os seus objetivos específicos ou irá alcançá-los no futuro? Em que medida e como é que as mudanças observadas podem ser atribuídas ao PE?

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
Coordenadores/Equipas técnicas dos projetos Escolhas de 8ª geração	I	Ações	**#4PE** Tipologia de projetos considerando as ações da Medida I	Foi realizado um exercício de Análise de Componentes Principais para encontrar uma tipologia de projetos considerando as ações dinamizadas por cada um (utilizando as variáveis da questão cujos resultados estão sistematizados no indicador **#5PE**), no entanto, optou-se pela sua não utilização porque, apesar cumprir dois dos três requisitos necessários, sendo a exceção a dimensão da amostra, e, provavelmente, por esse motivo, das quatro componentes, ou novas variáveis que resultaram dessa solução, apenas uma tinha consistência interna boa (variável Capacitação TIC com *alfa de Cronbach* = 0,805); as restantes tinham valores de consistência interna inadmissível (variáveis Foco no Aluno com *alfa de Cronbach* = 0,406; Parcerias com *alfa de Cronbach* = 0,408; Foco no Currículo com *alfa de Cronbach* = 0,248).
		Mecanismos	**#5PE** Tipologia de ações de apoio e acompanhamento escolar dos projetos	 Como outras ações, e através da análise de conteúdos dos discursos à questão aberta, os inquiridos

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
				indicaram: i) articulação com famílias, ii) atividades promotoras da atenção, iii) apoio na aquisição de material escolar, iv) ensino à distância, v) programas de educação não formal.  O acompanhamento ao estudo e tarefas escolares e desenvolvimento das componentes pedagógicas e as

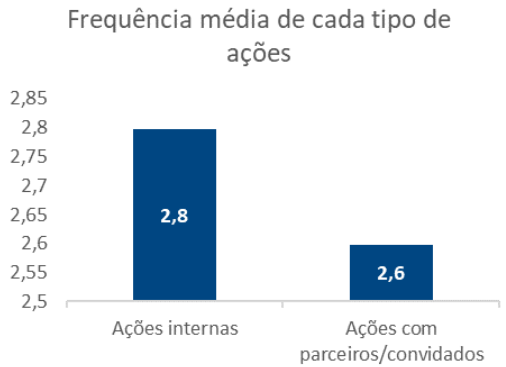
Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
				sessões de capacitação em áreas digitais, além de serem as mais dinamizadas entre os projetos que trabalham para a Medida I, são também, de acordo com os coordenadores inquiridos, as que se realizam com maior regularidade.
			#6PE Nº / jovens encaminhados para respostas de formação/qualificação	Considerando apenas as respostas válidas dos Coordenadores de projetos a trabalhar a Medida I da 8ª geração, ou similar nas gerações anteriores, 751 jovens foram encaminhados para realizar ações de formação e qualificação em entidades externas num total de 8826 participantes (8,5%). Porém, há que considerar, como dito nas respostas à avaliação, que muitos dos projetos trabalham com crianças com idades de frequência escolar ao nível do Ensino Básico.
			#7PE Tipologia de ações TIC dos projetos	 Considerando as respostas em opção "uma ou mais vezes por semana", que implicam um trabalho mais regular e consistente e, na sequência, favorecedor de maior capacitação das crianças e jovens, mais de 50% dos coordenadores que responderam ao questionário indica as seguintes ações TIC: - Sessões de capacitação de crianças e jovens para a utilização de computadores (90,2%), - Sessões de capacitação de crianças e jovens para a utilização de pelo menos um dos programas do office (word, powerpoint, excel, etc.) (75,0%), - Sessões de capacitação de crianças e jovens para uma utilização correta e segura da internet (67,3%),

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
				- Sessões de capacitação de crianças e jovens para a utilização do email (52,9%).
		Resultados	**#10PE T**axa de retenção escolar e insucesso escolar	O que se pretendia aferir era se o PE teve efeitos sobre os indicadores #10 a #13, e não calcular as taxas em si. Até porque as taxas são calculadas quando se conhece a população, neste caso escolar, e, infelizmente, não existem indicadores para a população escolar do PE (existem para a escola e para o concelho). Seria necessário ter acesso a microdados recolhidos junto das escolas (e onde seria necessário selecionar entre alunos que participam nos projetos do PE e os que não participam para aferir o real impacto do PE sobre estes indicadores) aos quais não temos acesso. As respostas ao questionário demonstram, de acordo com a perceção dos coordenadores inquiridos, o PE tem efeitos de melhoria razoáveis a acentuados em 5 dos indicadores analisados, incluindo: taxa de abandono escolar, taxa de retenção, taxa de absentismo, classificações dos participantes e aquisição de competências digitais, apesar de alguns revelarem preocupações quanto ao impacto do contexto pandémico sobre estes indicadores. Relativamente ao #13PE, registaram-se mais respostas em "melhoria inexistente" e em "melhoria fraca", porém, alguns dos coordenadores inquiridos indicaram na questão aberta associada a esta questão que as suas respostas derivam do facto de trabalharem com participantes com idades de frequência escolar.
			#11PE Classificações globais e sucesso escolar	

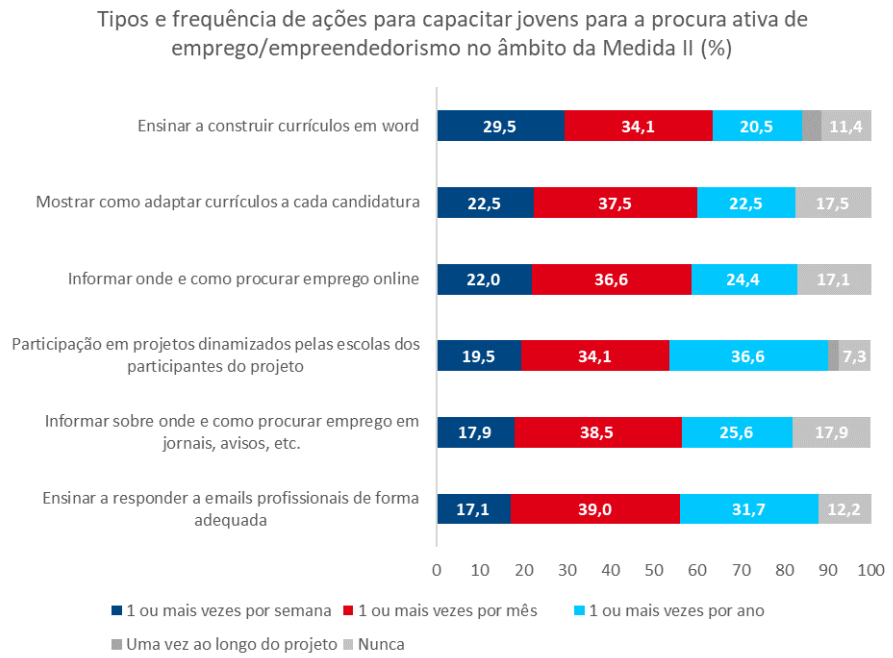
Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
				
			#12PE Nº /jovens com competências digitais	Considerando as respostas válidas dos Coordenadores dos projetos que trabalham a Medida I, ou similares nas outras gerações, que 4984 participantes adquiriram competências digitais num total de 11107 participantes (o que corresponde a 44,9%).
			#13PE Nº / jovens com escolaridade obrigatória concluída	Considerando as respostas válidas dos Coordenadores dos projetos que trabalham a Medida I, ou similares nas outras gerações, que 2732 participantes terminaram a escolaridade obrigatória num total de 8503 participantes (o que corresponde a 32,1%).
	II	Ações	**#17PE** Tipologia de	Foi realizado um exercício de Análise de Componentes Principais (ACP) para encontrar uma tipologia de projetos de acordo com as ações dinamizados por cada um (utilizando as variáveis da questão cujos

<table>
<tr><th>Ator/ entidade auscultada</th><th>Medida</th><th>Elemento TDM</th><th>Indicador/elemento</th><th>Evidências recolhida – questionário</th></tr>
<tr><td></td><td></td><td></td><td>projetos considerando as ações da Medida II</td><td>resultados estão sistematizados no indicador #18PE). A ACP[10] apresenta resultados com um grau de adequabilidade média e que explicam 68,3% da variância global. As duas componentes ou novas variáveis extraídas revelam projetos com focos distintos – CP1: Ações internas (aos projetos), CP2: Ações com parceiros, com boa consistência interna (0,898 e 0,870, pela ordem).
<table>
<tr><th>Variáveis iniciais</th><th>CP1
Ações internas</th><th>CP2
Acções com parceiros/ convidados</th><th>Comunalidades</th></tr>
<tr><td>Trabalhar com os participantes no desenvolvimento de competências transversais (linguagem adequada, inglês, etc.)</td><td>0,846</td><td>0,222</td><td>0,765</td></tr>
<tr><td>Sessões na área digital (utilização do computador, programas específicos do office e outros, etc.)</td><td>0,769</td><td>0,162</td><td>0,618</td></tr>
<tr><td>Informar sobre onde e como procurar emprego em jornais, avisos, etc.</td><td>0,765</td><td>0,401</td><td>0,746</td></tr>
<tr><td>Informar onde e como procurar emprego online</td><td>0,758</td><td>0,417</td><td>0,749</td></tr>
<tr><td>Ensinar a construir currículos em word</td><td>0,742</td><td>0,034</td><td>0,552</td></tr>
<tr><td>Mostrar como adaptar currículos a cada candidatura</td><td>0,734</td><td>0,276</td><td>0,615</td></tr>
<tr><td>Ensinar a responder a emails profissionais de forma adequada</td><td>0,734</td><td>-0,106</td><td>0,550</td></tr>
<tr><td>Sessões de discussão, workshops ou outros eventos com empreendedores</td><td>0,093</td><td>0,930</td><td>0,873</td></tr>
<tr><td>Estabelecimento de parcerias que visam criar oportunidades de emprego (estágios, emprego, criação de emprego)</td><td>0,049</td><td>0,906</td><td>0,824</td></tr>
<tr><td>Promover formação na área do empreendedorismo</td><td>0,251</td><td>0,820</td><td>0,735</td></tr>
<tr><td>Participação em projetos dinamizados pelas escolas dos participantes do projeto</td><td>0,485</td><td>0,507</td><td>0,492</td></tr>
<tr><td>Percentagem de variância explicada</td><td>50,4</td><td>17,9</td><td>--</td></tr>
<tr><td>alfa de cronbach</td><td>0,898</td><td>0,870</td><td>--</td></tr>
</table>
Identificam-se dois tipos de ações: 1) Ações internas, ou seja, realizadas pelas equipas dos projetos Escolhas (a cinzento) e que têm como objetivo o treino de competências necessárias à procura de emprego e de competências transversais para um trabalhador; e 2) Ações com parceiros/convidados, de</td></tr>
</table>

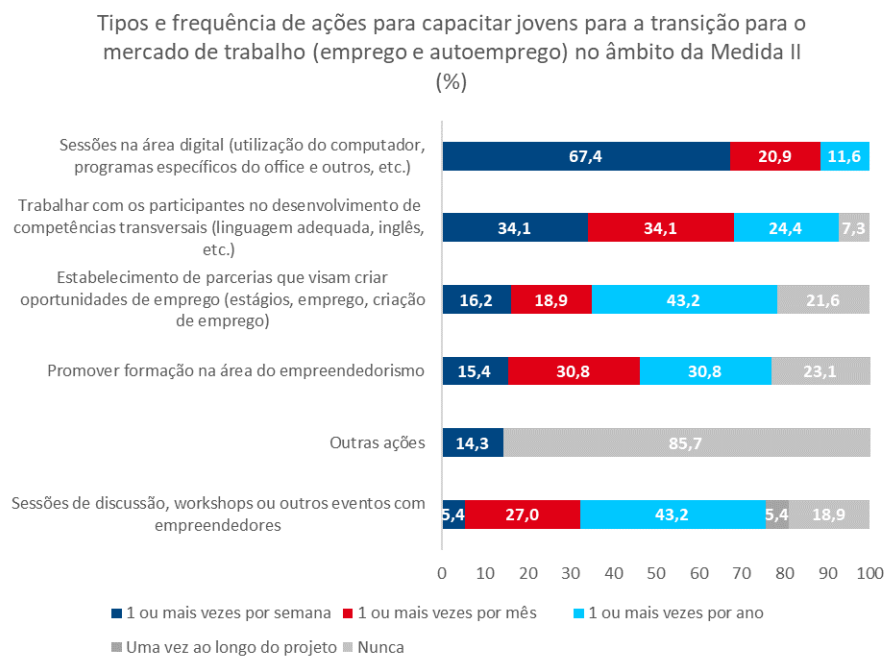
[10] Foram verificados os requisitos: i) Variáveis métricas; ii) Dimensão da amostra adequada (11*5 = 55 < 75); Existência de multicolinearidade ou correlações entre as variáveis de input (KMO = 0,783; Teste de Bartlett X2(55) = 247,179 com p < 0,001).

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
				cariz formativo ou de proximidade com empregadores/empreendedores (a azul).  Os dois tipos são realizados com frequência idêntica, entre 1 e mais vezes por mês ou 1 e mais vezes por ano, em média, considerando a escala de respostas indicada no indicador **#18PE** (1= 1 ou mais vezes por semana; 2= 1 ou mais vezes por mês; 3= 1 ou mais vezes por ano; 4= 1 vez ao longo do projeto; 5= Nunca). Os resultados revelam que, na medida II, há mais projetos a realizar atividades internas, e com maior regularidade, do que projetos com foco na realização de ações em parcerias com outras entidades.

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
		M1 M2 M3	**#18PE** Tipologia de ações para capacitar jovens para a procura ativa de emprego/empreendedorismo	

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
				 Metade dos projetos que trabalham na Medida II (3 dos 6 que responderam ao inquérito) aposta em ações como ensinar a construir currículos em word e na participação dos projetos dinamizados pelas escolas dos participantes dos projetos, porém, considerando a regularidade das ações, verifica-se que são as que se realizam internamente que são dinamizadas de forma mais regular, o que corrobora os resultados do exercício de identificação de perfis de projetos apresentado em cima (#17PE).

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
			#19PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a transição para o mercado de trabalho (emprego e autoemprego)	

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
				 Tal como nos indicadores anteriores, os projetos concentram-se em ações dinamizadas internamente, como desenvolver "sessões na área digital (utilização do computador, programas específicos do office e outros, etc.)" e "trabalhar com os participantes no desenvolvimento de competências transversais (linguagem adequada, inglês, etc.)", e menos na procura de entidades que possam fornecer formação na área do empreendedorismo ou no estabelecimento de parcerias, ações que são dinamizadas por menos projetos e com menor regularidade. De notar que um dos coordenadores destes projetos indicou como outro tipo de ações que dinamizam para capacitar jovens para a transição para o mercado de trabalho, a realização de oficinas vocacionais no terreno.
		Resultados	**#21** Nº de jovens com competências de procura	s.d., porque os projetos não recolhem este tipo de informação.

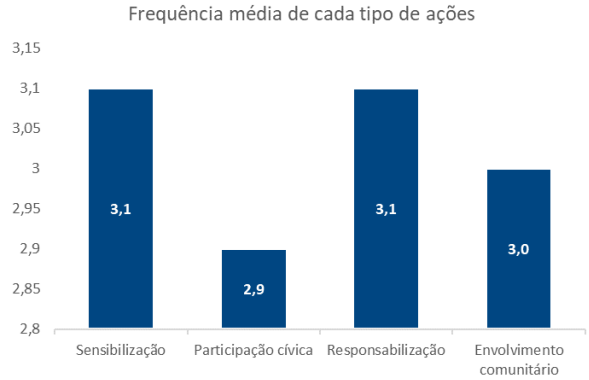
Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
			ativa de emprego	
			#22 Nº de jovens que transitou para o mercado de trabalho com sucesso (estágios, emprego, projetos inovadores)	Considerando apenas as respostas válidas dos Coordenadores de projetos a trabalhar a Medida II da 8ª geração, ou similares nas outras gerações, 22 jovens ingressaram no mercado de trabalho no total de 543 participantes (4,1%).
			#23 Nº de jovens que conseguiu criar o seu próprio projeto/emprego	Considerando apenas as respostas válidas dos Coordenadores de projetos a trabalhar a Medida II da 8ª geração, ou similar nas gerações anteriores,0 participantes criaram o seu próprio emprego.
			Outros indicadores	Considerando apenas as respostas válidas dos Coordenadores de projetos a trabalhar a Medida II da 8ª geração, ou similar nas gerações anteriores,6 jovens regressaram aos estudos para terminar a escolaridade obrigatória (1,1%).
	III	Ações	**#27PE** Tipologia de projetos considerando as ações da Medida III	Foi realizado um exercício de Análise de Componentes Principais (ACP) para encontrar uma tipologia de projetos de acordo com as ações dinamizadas por cada um (utilizando as variáveis da questão cujos resultados estão sistematizados no indicador **#28PE**). A ACP[11] apresenta resultados com um grau de adequabilidade razoável e que explicam 73,6% da variância global. As quatro componentes ou novas variáveis extraídas revelam projetos com focos distintos – CP1: **Sensibilização** (com boa consistência interna, 0,835), CP2: **Participação cívica (**com consistência interna fraca, 0,621); CP3: **Responsabilização** e CP4: **Envolvimento comunitário** (com consistência razoável, 0,793 e 0,761, pela ordem).

[11] Foram verificados os requisitos: i) Variáveis métricas; ii) Dimensão da amostra adequada (13*5 = 65 < 75); Existência de multicolinearidade ou correlações entre as variáveis de input (KMO = 0,641; Teste de Bartlett X2(78) = 191,737 com p < 0,001).

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário

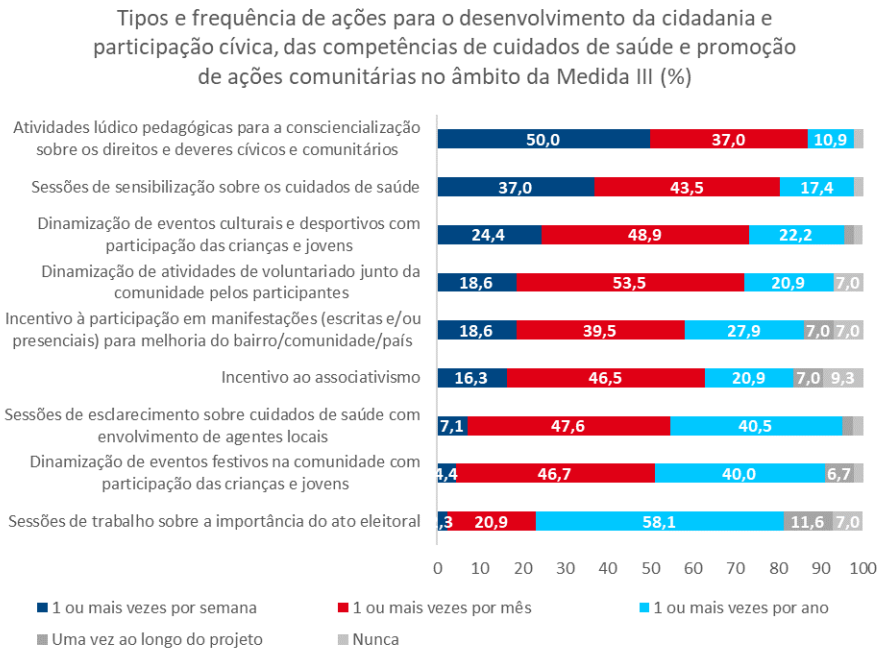
Variáveis iniciais	CP1 Sensibilização	CP2 Participação cívica	CP3 Responsabilização	CP4 Envolvimento comunitário	*Comunalidades*
Sessões de sensibilização e de esclarecimento realizadas nas escolas envolvendo a comunidade escolar	**0,918**	0,045	0,090	0,125	*0,868*
Sessões de sensibilização envolvendo a comunidade no geral	**0,884**	0,075	0,258	0,053	*0,856*
Sessões de sensibilização sobre os cuidados de saúde	**0,730**	0,163	-0,023	0,210	*0,604*
Incentivo ao associativismo	0,255	**0,865**	0,017	-0,047	*0,816*
Incentivo à participação em manifestações (escritas e/ou presenciais) para melhoria do bairro/comunidade/país	0,208	**0,738**	-0,223	0,164	*0,664*
Dinamização de atividades de voluntariado junto da comunidade pelos participantes	-0,196	**0,689**	-0,086	0,306	*0,615*
Sessões de sensibilização e esclarecimento direcionadas a entidades empregadoras	0,059	-0,079	**0,921**	-0,087	*0,866*
Workshops com entidades empregadoras	0,128	-0,163	**0,914**	-0,089	*0,886*
Sessões de trabalho sobre a importância do ato eleitoral	0,410	0,449	**0,544**	0,204	*0,708*
Atividades lúdico pedagógicas para a consciencialização sobre os direitos e deveres cívicos e comunitários	0,059	-0,124	-0,272	**0,831**	*0,783*
Sessões de esclarecimento sobre cuidados de saúde com envolvimento de agentes locais	0,323	0,168	-0,127	**0,709**	*0,651*
Dinamização de eventos culturais e desportivos com participação das crianças e jovens	0,083	0,442	0,192	**0,709**	*0,741*
Dinamização de eventos festivos na comunidade com participação das crianças e jovens	0,126	0,412	0,169	**0,544**	*0,510*
Percentagem de variância explicada	**32,0**	**20,5**	**11,5**	**9,6**	--
alfa de cronbach	***0,835***	***0,621***	***0,793***	***0,761***	--

Identificam-se quatro tipos de ações: 1) Ações focadas na **Sensibilização** de participantes e da comunidade sobre assuntos variados (a cinzento); 2) Ações mais focadas em desenvolver um sentido de **Participação**

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
				cívica entre os participantes dos projetos (a azul escuro); 3) Ações de desenvolvimento da **Responsabilização** dos participantes quanto à sua vida futura, nomeadamente, emprego e participação política, e, ainda, dos empregadores (a vermelho); 4) Ações de promoção do **Envolvimento comunitário** dos participantes, através de atividades lúdicas e lúdico-pedagógicas e de eventos culturais e desportivos, assim como de agentes da comunidade, em particular, os da área da saúde (a azul claro).  Em média, os projetos realizam cada um dos quatro tipos de ação 1 ou mais vezes por ano, considerando a escala de respostas indicada no indicador **#28PE** (1= 1 ou mais vezes por semana; 2= 1 ou mais vezes por mês; 3= 1 ou mais vezes por ano; 4= 1 vez ao longo do projeto; 5= Nunca). Verifica-se que existem projetos mais focados em ações de sensibilização e outros na promoção da responsabilização dos participantes sobre o seu possível contributo para a comunidade (trabalho e responsabilidade cívica do voto). Depois surgem projetos que apostam no incentivo ao envolvimento comunitário através do desenvolvimento de atividades lúdico pedagógicas, esclarecimento sobre cuidados de saúde e eventos culturais, desportivos e festivos. E, por último, vemos projetos que têm maior incidência sobre ações de incentivo à participação cívica (associativismo, voluntariado e participação em manifestações).

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
		M1 M2 M3	**#28PE** Nº e Tipologia de ações para o desenvolvimento da cidadania e participação cívica, das competências de cuidados de saúde e promoção de ações comunitárias	

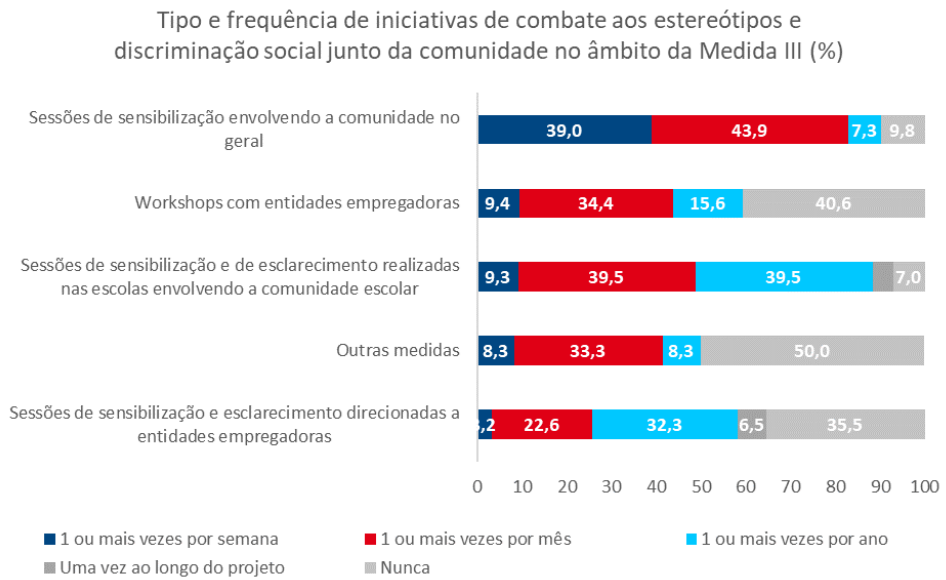
Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário



Os três primeiros tipos de ações do segundo gráfico são dinamizados por mais projetos e com mais regularidade. Os eventos festivos, identificados por 58,7% dos projetos que trabalham a Medida III e que responderam ao questionário, são uma das ações que os projetos dinamizam com menor regularidade (40% apenas 1 ou mais vezes por ano.

Como outras ações, os inquiridos indicaram: i) Integração em iniciativas desportivas locais (1 projeto, ii) Sessões de sono, higiene pessoal, alimentação, visão, etc. (1 projeto).

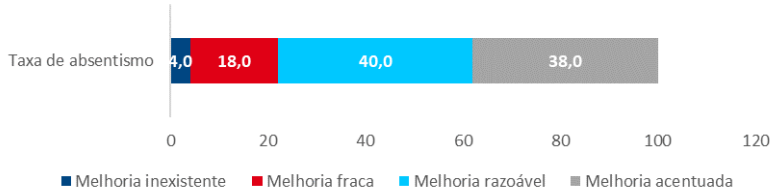
Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
			#29PE Nº e Tipologia de iniciativas de combate aos estereótipos e discriminação social junto da comunidade	

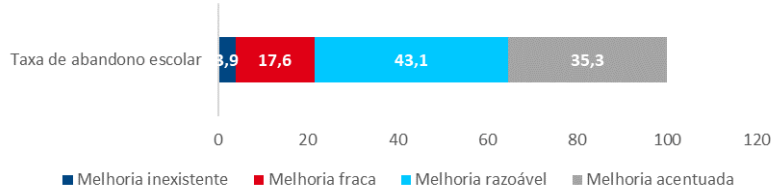
Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
				 No primeiro gráfico podemos observar como as sessões de sensibilização e esclarecimento a entidades empregadoras são realizadas apenas por 26,7% dos projetos que trabalham a Medida III cujos coordenadores responderam ao inquérito, ou seja, além de menos frequentes entre os projetos são também dinamizadas de forma menos regular (segundo gráfico). Destacam-se as sessões de sensibilização e esclarecimento, realizadas direcionadas à comunidade escolar e à comunidade em geral quer no número de projetos que as desenvolvem quer quanto à regularidade. Como outras ações, os inquiridos indicaram: i) Ações com parceiros (1 projeto), ii) Exposições de fotografias (1 projeto).
			#30PE Nº /ações com envolvimento da comunidade	Considerando apenas as respostas válidas dos Coordenadores de projetos a trabalhar a Medida III da 8ª geração, ou similar nas gerações anteriores, foram realizadas 592 ações com o envolvimento da comunidade (num total de 28 projetos).

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhida – questionário
		Resultados	**#32PE** Nº / crianças/jovens participantes em ações comunitárias	Considerando apenas as respostas válidas dos Coordenadores de projetos a trabalhar a Medida III da 8ª geração, ou similar nas gerações anteriores, 5280 crianças/jovens participaram em ações comunitárias (num total de 31 projetos, com 8039 participantes, ou seja, 65,7%).
			#33PE Nº / agentes locais envolvidos em ações comunitárias	Considerando apenas as respostas válidas dos Coordenadores de projetos a trabalhar a Medida III da 8ª geração, ou similar nas gerações anteriores, 498 agentes locais foram envolvidos nessas ações (num total de 24 projetos).

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

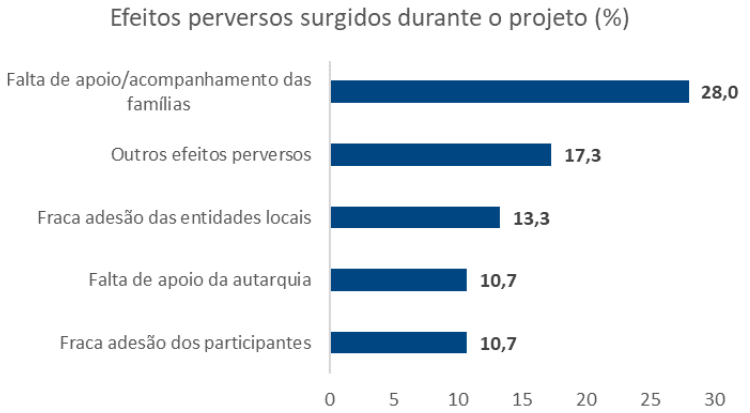
QA3. De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial ?

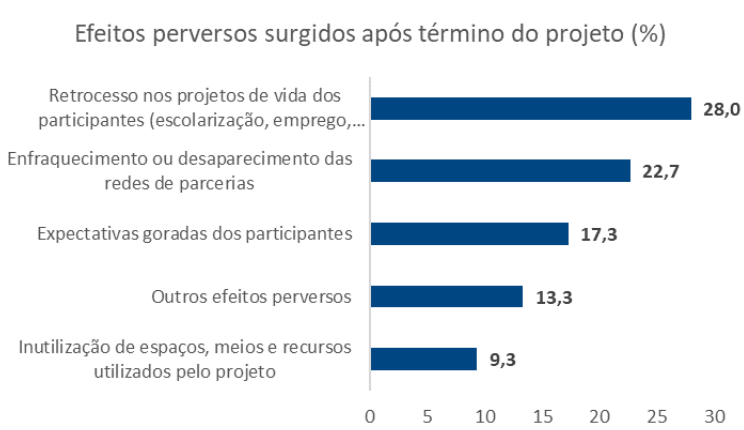
Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicadores/Elementos de evidência	Evidências recolhidas – questionário
Coordenadores/Equipas técnicas dos projetos Escolhas de 8ª geração	I	Mais sucesso escolar	**#34PE** Taxa de absentismo escolar	Na matriz que relaciona elementos da TdM, a indicadores e a fontes de informação entregue na última versão revista no Relatório Inicial, por lapso, não se identificou o questionário como fonte de informação nos três primeiros indicadores (#34PE, #35PE, #36PE). Sendo certo que é difícil aferir os impactos do PE pela ausência de indicadores estatísticos relativos ao antes, durante e após implementação dos projetos nos territórios específicos, é possível através dos resultados do questionário, aplicado a uma amostra representativa de projetos, aferir os impactos do PE, de acordo com as perceções dos coordenadores dos projetos inquiridos. 

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicadores/Elementos de evidência	Evidências recolhidas – questionário
				A maioria dos Coordenadores responde que houve uma melhoria razoável (40%) ou acentuada (38%) da taxa de absentismo entre os participantes dos projetos.
			#35PE Taxa de abandono escolar precoce	 O mesmo se pode afirmar para a taxa de abandono escolar precoce onde 43,1% dos Coordenadores dá conta de uma melhoria razoável e 35,3% uma melhoria acentuada. De relembrar, no entanto, que muitos projetos trabalham maioritariamente com participantes em idade de frequência escolar obrigatória sendo difícil aferir o impacto de esses projetos têm sobre este indicador; ou aferir acerca da durabilidade do efeito quando os projetos terminam ou quando deixam de ter acesso aos participantes que deixam de participar nos projetos.
		Jovens mais qualificados	**#36PE** Número de jovens qualificados	Considerando apenas as respostas válidas dos Coordenadores de projetos a trabalhar a Medida I da 8ª geração, ou similar nas gerações anteriores, 751 jovens foram encaminhados para realizar ações de formação e qualificação em entidades externas num total de 8826 participantes (8,5%). Porém, não temos informação sobre a taxa de conclusão das ações de formação e qualificação.
	II	Diminuição do número de jovens NEET	**#37PE** Taxa de NEET	Considerando apenas as respostas válidas dos Coordenadores de projetos a trabalhar a Medida II da 8ª geração, 22 jovens ingressaram no mercado de trabalho no total de 543 participantes (4,1%); 0 participantes criaram o seu próprio emprego; 6 jovens regressaram aos estudos para terminar a escolaridade obrigatória (1,1%). Ou seja, trata-se de um impacto menos acentuado.

RELEVÂNCIA/COERÊNCIA INTERNA E EXTERNA

QA5. A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – questionário
Coordenadores/Equipas técnicas dos projetos Escolhas de 8ª geração	Problemas, Medidas e a sua Configuração Específica	**#42PE** Matriz de coerência interna entre as medidas e a sua configuração específica com a evolução ao longo das várias gerações de medidas **#43PE** Matriz de coerência externa face a outras medidas que concorrem para os mesmos objetivos com identificação dos domínios de sobreposição e de complementaridade **#44PE** Matriz de níveis de risco que relaciona objetivos, configurações das medidas e complementaridade entre si e com outras medidas	Apesar de não termos previsto na matriz indicadores para avaliar a relevância/coerência interna e externa do PE, percebemos ao analisar os dados do questionário que algumas das questões adicionadas posteriormente podiam dar pistas interessantes para responder a esta QA e que podiam complementar as análises dos estudos de caso e da desk research. Por esse motivo acrescentámos esta tabela na análise do questionário.  Como outros efeitos perversos, os inquiridos indicaram: i) Dificuldade de conciliar respostas aos participantes e exigência formal do projeto; ii) Falta de consciência sobre as rotinas do projeto; iii) Ausência de financiamento sustentável e inconsistência das parcerias; iv) "Fantasma" da não continuidade do projeto sobre participantes e técnicos

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – questionário
			 Como outros fatores externos, os inquiridos indicaram: i) Rigidez das políticas sociais locais; ii) Rotatividade de participantes (migrantes transitórios); iii) Sentimento de abandono e de falta de apoio por parte dos participantes

2.2.5. Sinopses das Entrevistas e Workshop

Sinopse Entrevista: Programa Escolhas

Entrevistas via Colibri-Zoom com:

Coordenador da Zona Sul e Ilhas do PE, no dia 5 de novembro de 2021, pelas 16h00min.

Eficiência e Financiamento

- Grandes diferenças entre POISE e PO Lisboa e PO Algarve; - ao nível da 6ª geração foram onde foram identificados os principais problemas – falha na burocracia, nas questões administrativas, determinaram que muitos projetos ficaram sem financiamento;
- O financiamento define o número de projetos que vão abrir, assim que recebem estabelecem uma cota de projetos;
- A zona de lisboa tem mais necessidades e menos dinheiro alocado – é uma zona problemática, mas existe pouco dinheiro – é feita por orçamento de estado;
- Na zona do Alentejo há, por exemplo, mais dinheiro, mas muito menos projetos;
- Ou seja, canais de financiamento diferenciados e com regras diferenciadas cria desequilíbrio; por exemplo, deixaram candidaturas muito boas de fora, por conta da situação de financiamento de lisboa;

Articulação objetivos estratégicos _ POISE

- Pouca consciência da relação do PE com os objetivos estratégicos do POISE;
- Os problemas e intervenções/áreas de intervenção vão mudando ao longo do tempo consoante as necessidades e a conjuntura;
- Atualmente existem 3 áreas estratégicas, uma das áreas menos concorridas é a do emprego e vida ativa – *Mas terá sido sempre assim?* Existem apenas 7 ou 8 projetos atuais que têm a medida 2
- Os projetos têm sempre de concorrer, ou responder, a pelos menos dois eixos
- Mais de 90% estão na medida 1 e na medida 3, deixando de fora a medida 2 – este eixo é menos respondido;

Principais mudanças nas gerações escolhas

- Não mudam a estrutura do programa e o público-alvo é genericamente o mesmo;
- Desde que existe a ligação com o alto comissariado, que há uma maior relevância na comunidade cigana e descendente de imigrantes – o que sempre houve, na verdade, mas agora aparece mais destacado;
- Há ligeiras oscilações – os "jovens até aos 30" visam responder à definição europeia sobre o que são jovens e o que se considera jovem – já chegou a ser até 20, depois até 25, agora é até aos 30 anos; fizeram pequenos acertos nesse sentido;
- São feitas avaliações externas a cada geração, que vão servindo para melhorias,
- O que vai mudando mais, é a forma como se olha a realidade a partir das áreas de intervenção – o que aparece estar mais em "voga", acaba por aparecer nas medidas, por exemplo, o "empreendedorismo" que foi muito falado há uns anos; a inclusão digital, a saúde, que agora acabou por sobressair no contexto pandémico.
- As duas últimas gerações são de apenas de dois anos – não gostam, é mais o trabalho a preparar a geração do que os proveitos do trabalho que devia ser mais continuado;
- A saúde que não era uma das coisas principais, acabou por ficar mais preponderante na última geração e na medida 3, até pelas questões do covid; como a questão da inclusão digital;
- A ID era uma medida autónoma na 4 ª geração e na 7 geração tornou-se medida transversal; agora recentemente voltou a aparecer na medida 1, pelas questões do ensino à distância;
- As medidas vão aparecendo à medida que há mudanças de fundo também na sociedade;
- De qualquer modo, de se notar que o programa vai se calibrando com o trabalho que é feito no terreno;

- A construção da geração é composta de 3 passos: 1 – uma proposta que é feita à tutela e que sai da equipa Escolhas (depois de reunirem, de refletirem e etc); 2 – a avaliação externa, realizada com certos objetivos e que permite enquadrar algumas mudanças, ou ajustes; 3 – tutela depois decide com base na nossa proposta e com base dos resultados da avaliação;
- As últimas Gerações foram atípicas, e foram de 2 anos – o quadro comunitário que estava a acabar, e a 8 G foi feita "de restos" de quadros comunitários;

Projetos Escolhas, Eficácia e Avaliação

Critérios de seleção de projetos

- Usam uma grelha de avaliação cujos critérios são públicos – estão na página; são essencialmente avaliados o diagnóstico, o consórcio, o plano de avaliação e o plano de atividades, o tipo de público-alvo e a participação no projeto, e a interligação entre todas as dimensões;
- Na visão destes, todos os candidatos têm consciência dos critérios;
- usam o índice de vulnerabilidade, estabelecem a diferença entre municípios rurais e urbanos, e níveis onde cada território está de acordo com este índice (1,2,3); consoante o nível, o projeto pode receber mais ou menos pontos;
- é pedido um parecer ao CLAS, da ação social de cada município;
- é considerado muito importante o tipo de público-alvo (características e riscos associados)
- existe ainda uma grelha mais aprofundada para ajudar a avaliar com maior rigor – são muitas candidaturas e são várias pessoas a avaliar;
- tentam perceber porque é que há territórios que não concorrem – por exemplo, neste momento só Viana do Castelo não tem PE; tentam cativar instituições, às vezes não é fácil; os formulários podem não ajudar;
- simplificaram os formulários de candidatura, mas mantém a exigência, porque todo o processo é exigente e as entidades têm de estar preparadas para isso;

Avaliação

- há dois tipos de avaliações: financeira e a técnica;
- referente à técnica – (1) há um momento de autoavaliação – os projetos são responsáveis e fazem-no dia a dia; fazem quando reúnem, fazem no quando reúnem de 2 em 2 meses com o consorcio; fazem-no quando reúnem com as Assembleias de jovens (um grupo de participantes e de jovens que é obrigatório de existir); esta avaliação é depois mais sistematizada e formal – devem fazer relatórios de 6 em 6 meses; há um intercalar (que avalia a execução – está a fazer o que deve fazer?; com a participação; e a eficácia – estão atingir os resultados? ; depois há o relatório anual é mais completo – é reavaliado o diagnostico, os consórcios … etc; depois há outros pontos. São projetos de 2 anos… eles são só aprovados por um ano e são renovados;
- (2) há depois a avaliação interna pela equipa de acompanhamento – há um plano de acompanhamento (envolve visitas e contacto regular e direto com os projetos e a visitas) e um plano de avaliação que envolve reuniões de acompanhamento e de avaliação, também com as entidades gestores também; a combinação origina a avaliação interna propriamente dita; fazem uma avaliação "por cima" da anual e intercalar dos projetos, fazem sempre um relatório posterior que dá recomendações ao projeto, enviam de 6 em 6 meses;
- A avaliação anual é quantitativa e qualitativa, há uma nota de 0 a 100;
- É uma metodologia a aplicar em todos os projetos; para cada medida, os projetos definem objetivos específicos – esta é uma dimensão de processo e aqui avaliam o envolvimento nas atividades, ou seja, o número de pessoas que participaram nas atividades nem que seja uma vez, ou peplo menos 12 vezes; depois esse objetivo tem resultados de mudança, tem a ver com os ganhos – quantos passaram de ano? Quantos empregaram? Quantos desenvolveram competências em tal aspeto?
- Há esta obrigação de trabalhar a dimensão de processo e de mudança; e também se avaliam resultados não esperados;

Projetos que visam a escolaridade e sucesso escolar, obrigam a estabelecer rede com as escolas?

- A maior parte candidatam-se à medida 1 já sabem que tem de haver articulação com escolas;

- Cada projeto tem de apresentar um consorcio com um mínimo de 4 entidades e estas são valorizadas na grelha de avaliação;
- No termo de aceitação das candidaturas vai ser com um conjunto de melhorias, e nesse caso muitas vezes chama-se atenção para a necessidade d articular com escolas, ou escolas no consórcio
- Os projetos tiveram um papel preponderante na pandemia e na ajuda às escolas;

Impacto e Sustentabilidade

- A temporalidade dos projetos é muito complicada; faz pouco sentido, dois anos é pouco para ver resultados;
- Uma coisa positiva – os projetos são latos para que as ações possam ser desenhadas para dar resposta aos diagnostico específicos dos territórios;
- Não entram com questões de saúde mais aprofundadas, ou de deficiência, e com crianças com menos de 6 anos; ou seja, o Escolhas nunca foi um programa para isto; as áreas de atuação estão bem definidas, mas o programa sempre teve a largura para que a ideia e ações concretas saíssem debaixo;
- Problemas: financiamento e temporalidade dos projetos;
- Se o financiamento fosse maior talvez os projetos pudessem ter equipas maiores; as equipas têm, a tempo inteiro, um coordenador e um técnico, um monitor que pode estar ou não a tempo inteiro, depende do dinheiro e uma boa parte têm o dinamizador comunitário (20 horas) – seria importante alargar a equipa e valências.
- O que se pode fazer? Gerações no mínimo com 3 anos, ou mais; se possível até mais; uma das condições que os projetos se queixam – muitos projetos são os mesmos, com ajustes, vão continuando – e queixam-se da incerteza e de nunca existir uma continuidade clara; o ideal era acabar em dezembro e começo em janeiro de nova geração; normalmente há uma quebra… perde-se sempre algo.

Pontos fracos e pontos fortes das gerações em avaliação

- As gerações dos programas não são muito diferentes logo não se identificam pontos fracos … fortes já parece ser mais fácil para o entrevistado.
- Há um conjunto de iniciativas transversais a todas as gerações, o plano de formação é destacado, e que é reproduzido ao longo das gerações - para equipas técnicas locais, coordenadoras;
- Criam ligações muito fortes com o terreno, criam uma rede entre eles; as formações e seminários iniciais conjuntos criam redes; e até rede de projetos;
- Não há grandes diferenças, há é grandes linhas de continuidade; criação de rede; a plataforma AGil;
- Existem atualmente 105 projetos; os projetos procuram responder aos problemas escolares, é transversal à maioria dos projetos;
- Projetos que se especializaram em vídeo, robótica, de apoio escolar, de música…

Expectativas para o futuro

- Ter um programa melhor, mais projetos a cobrir mais necessidades – ter mais em Lisboa e Porto, ter uma equipa maior;
- Cativar entidades para concorrer;
- Na última geração fizemos um esforço para ajudar nas candidaturas, fizeram sessões de esclarecimento e prestaram apoio;

Workshop:

Validação do esquema TdM

Especialista:

- Concorda de forma global com o esquema, e pensa está adequado; conhece bem o programa e os projetos na sua formulação, mas tem algumas questões de fundo e preocupações.
- Por um lado, a linguagem usada pelo programa – não se revê na palavra/ação **capacitação e variados**; nem na palavra público-alvo e nem na ação de Intervencionar. Do seu ponto de vista, é necessário tornar mais evidente as potencialidades e não apenas as lacunas usadas para justificar as intervenções
- Depois, há uma questão de partida e central que coloca: o PE tem sido importante, mas em q medida é que um programa transformador? Não terá apenas paliativo?
- Os problemas subsistem nos territórios, em que medida as redes de parceria são efetivamente redes? Não serão antes um aglomerado de entidades muito frágil e que, por isso mesmo, não concorre para a transformação do local? Não se constrói trabalho em rede, é uma das grandes fragilidades e tem impacto negativo nos projetos…
- quando os projetos terminam, não está implementada alguma rede que dê continuidade às práticas então desenvolvidas; e o que se vê, depois, é a frustração das populações; um aspeto a trabalhar: a qualidade das parcerias;
- em que medida os projetos fazem sentido nesses territórios sociogeográficos? o PE tem um carater paliativo; os problemas são estruturais não se resolvem com projetos – mas com políticas nacionais e locais; como é que estes projetos dão informe às políticas? a que tipo de problemas é q eles procuram dar resposta;

PE:

- O esquema pareceu bem na generalidade; acha, também, que faz muita referência ao termo "o capacitar", talvez de forma excessiva;
- nas realizações: aconselha a focar mais a questão da resiliência como grande objetivo no trabalho desenvolvido com os jovens; trabalham o individuo e a resiliência no mesmo, de forma a contribuir para que os jovens consigam atingir os seus objetivos;
- ao nível dos modelos de avaliação é referido a plataforma ágil, mas esta é um instrumento resultante da avaliação ao programa, que é, de facto, um aparelho maior e mais completo – ; outras formas de avaliar implicam, por exemplo, visitas e reuniões junto dos projetos e entidades dinamizadoras, e num acompanhamento regular;
- nos resultados deve ser focado, não apenas o aumento dos jovens com ensino secundário completo – o nosso objetivo é esse, mas sobretudo a questão do sucesso escolar em todos os ciclos;
- ainda ao nível dos resultados: a dimensão da criminalidade e delinquência eram um grande objetivo para a primeira geração, mas no fundo não é este o resultado concreto; ou seja, que acaba por ser mais a inclusão e a integração das crianças e jovens nos territórios e percursos de vida;
- Também a preocupa a questão da sustentabilidade dos projetos; muitos dos consórcios não funcionam, uma vez que vão além da vigência do projeto, não há essa capacidade local de sobrevivência; talvez porque existe uma grande base de dependência destas entidades pelos financiamentos … elas não são autossustentáveis;
- Os projetos são diferentes e os problemas têm níveis diferentes nos territórios, e isso também tem implicação na execução dos projetos;
- Fatores problemas que também condicionam: as condições de vida em casa, famílias desestruturadas, famílias subsídio-dependentes; são outro tipo de problemas – associados a estes de educação, mas que o PE não consegue resolver;
- Impactos: dúvidas na melhoria da qualidade do sistema de educação, não parece muito adequado;
- **Segunda ronda:**
- Nesta geração tentaram ajudar e dar apoio às entidades que se candidatam; simplificaram alguns campos nas candidaturas;

- Querem fazer ações de formação no âmbito da formalização das candidaturas; pensar na questão da "discriminação positiva";
- Há situações concretas que não sobressaem dos projetos; era importante que ficasse espelhado – os resultados dos projetos são diferenciados e não alinham com os gerais; os problemas gerais apontados, encontram muitos projetos onde as coisas funcionam bem;
- Estudos de caso com casos com alguma durabilidade no programa escolhas; se esses resultados coadunam se nos globais

Ex. coordenadora:

- A questão da estrutura do programa: é um agente paliativo?… assume que sim; tem um discurso vocacionado para a ideia de que são agentes de mudança, mas acabam por servir e compensar as falhas de uma estrutura… dão apoio escolar e atividades à comunidade… ou seja, visam colmatar aquilo que é, por exemplo, a falha da escola, entre outras entidades e exemplos;
- Eles compensam o que não há território, e é um desperdício ... no sentido em que existem potencialidades, os consórcios, ter os mediadores, uma equipa inserida comunidade… mas no fim, não se consegue, entre outras coisas há um grande défice de recursos e as potencialidades que ficam diluídas; o Escolhas vai continuar *ad eternum*; e causa frustração porque a comunidade vê como um serviço;
- Uma intervenção tradicional nacional com cariz mais assistencialista, que tem implicações;
- Há um grave problema com as candidaturas, a exigência e o facto de existir uma indústria de candidaturas; o que é que está a ser valorizado nas candidaturas? Ficam de fora por exemplo pessoa com menos experiência nas candidaturas, mas que podiam ser uma mais-valia para os territórios (exemplo de miúdos que tentaram sozinhos fazer uma candidatura ao Escolhas – depois de eles próprios terem sido intervencionados no PE – e que foram rejeitados
- Financiamento, será o adequado?
- Há pouco envolvimento das camaras e das juntas, são eles quem podem induzir a mais mudanças e isto não é potenciado;
- Os problemas subsistem e as entidades não se orientam na mesma linha de pensamento;

Especialista:

- Há uma velha questão: as políticas sociais, são mecanismos de controlo social, ou são transformadoras? A resposta é que as duas dimensões existem; o PE quando foi lançado era um mecanismo de controlo social; o PE é de controlo social, a questão urbana, as cidades, os empregos, nunca são questionadas;
- As oportunidades reais são muito limitadas, oferecidas por este programa;
- a inexistência de políticas locais – as políticas nacionais expressam se a nível local através de entidades e agências locais (centro de saúde, centro de emprego, e etc.), mas depois há uma subserviência aos serviços da direção geral dos serviços tutelares de menores e dizia;
- Quando falamos de parcerias fala-se em políticas locais, que não existem; nem as políticas nacionais delegam autonomia para tomada de decisão, exigem é cumprimento da política nacional, por isso as interfaces entre as instituições são muito opacas, são pouco permeáveis, a possibilidade de cooperação é limitada por esta questão…
- para uma TdM – falar nos ciclos de financiamento, cada vez mais curtos; a questão da inexistência de políticas locais concretas;
- Sustentabilidade dos técnicos; ciclos de financiamento curtos não produzem efeitos; e desarticulação de políticas – não se fala em políticas urbanas, e de combate às desigualdades;
- A eternização de certos programas – cria se uma infraestrutura reprodutiva e por outro lado, cria se uma dinâmica castradora que impede de pensar melhor; acaba por ocupar espaço cognitivo para elevar o pensamento e a inovação de políticas;
- Estabelecer relações de causalidade com isto é bastante difícil; por um lado, ter em conta que se pode, por exemplo, não estar a avaliar a eficácia do projeto, mas antes a medir inércias que vêm de outro lado;

- Como é que uma TdM toma em consideração o contexto? A sociologia mostra que o contexto conta, como é que a TdM inclui essa dimensão?

Coordenador da avaliação: súmula

- **3 grandes problemas relativos a processos:**
- - redes e parcerias, como podem funcionar melhor? – coordenações locais? – quem é que tem poder para colocar a pessoas a cooperar, é decisivo? A autarquia é determinante;
- - ciclos de financiamento – 2, 3, 4 anos, é suficiente para mudar contextos?
- - os projetos que é q podem fazer? Face a problemas estruturais?
- - candidaturas e seleção– promover aqueles que têm o mapa da mina e deixam o empoderamento fica de fora. o que se deve fazer?
- **Outros problemas referentes a conteúdos**:
- Relação entre o paliativo e o preventivo? Estamos a falar de aspetos que mudam de fundo… ou que são apenas paliativos;
- Centralidade das políticas urbanas, vai ter com a questão das autarquias … pode haver programas, em comunidades territorialidades, se não estiverem estribados em políticas urbanas e locais?
- **Dúvidas**:
- Mesmo que os projetos tenham uma natureza pontual e menos estrutural… não podíamos concebê-los como instrumentos de mediação entre as populações e as políticas? Estamos a falar de políticas que não chegam às populações?
- Podemos mudar a vida dos jovens, se não mudarmos as políticas educativas, urbanas, culturais?
- E para que eles tenham acesso ao que já existe? Mas que lhe estão vedadas… o conceito de mediação não podia ajudar?
- Questão pontual: escolaridade – esta pouco pensado os jovens que não terminam o secundário … os 8,9%, quem são estes 8,9%, são os mesmos abarcados nos projetos?
- - será que o conceito de resiliência faz sentido? Resiliência no seu significado original quer dizer voltar ao estado de origem depois de uma crise? Queremos que elas resistam? E por outro lado, ao introduzir conceitos deste tipo, não estamos a responsabilizar as pessoas, e não as instituições?

Notas POISE

- Dificuldade em perceber as realizações, e confusão mecanismos
- Não se percebe as ligações causais entre realizações e resultados;
- Colocar uma coluna do racional e dos objetivos, entre os problemas e as medidas;

2.2.6. Fichas de Estudos de Caso

Estudo de caso: Projeto A

Entrevistas nos dias 15 e 29 de julho via Colibri-Zoom com:

1 Elemento da equipa Coordenadora do Projeto
4 Participantes (1 rapaz e 3 raparigas, entre 8 e os 14 anos de idade) FG

Enquadramento:

O projeto A é financiado pelo programa Escolhas desde a 5ª geração (não teve 7ª geração) e as suas atividades enquadram, atualmente, as medidas I e III. A área geográfica de intervenção corresponde a dois bairros (de uma união de freguesia) de um concelho do Alto Alentejo e a sua população alvo são as crianças, jovens e famílias com carências a vários níveis, em risco de pobreza e de exclusão social. O território de implementação mantém indicadores de vulnerabilidade social (insucesso escolar, abandono escolar precoce e absentismo, exclusão social, comportamentos desviantes/risco, minorias, desemprego de longa duração e subsídio-dependentes). Entre os principais objetivos, o projeto – que faz um trabalho continuado – visa promover o sucesso escolar, diminuir comportamentos de risco/desviantes, promover a ocupação de tempos-livres, bem-estar e desenvolvimento global harmonioso, promover a capacitação pessoal, cívica e comunitária; desenvolvimento de competências parentais e a capacitação comunitária.

Tem como objetivo principal o de "Contribuir para uma educação inclusiva, de qualidade e equitativa para as crianças e jovens da União de Freguesia da Malagueira e Horta das Figueiras", subdivido em vários outros objetivos mais específicos. Este objetivo manteve-se ao longo das gerações escolhas pelas quais o projeto passou, assim como as problemáticas identificadas (e agravadas com o covid) e várias das ações desenvolvidas. A reativação do projeto para 8ª geração foi relativamente fácil por serem já conhecidos no terreno e entre o consórcio.

EFICIÊNCIA

Adequação e balanço dos instrumentos de financiamento

A nível dos recursos humanos os honorários são considerados baixos para o tipo de trabalho desenvolvido (em particular para os dinamizadores); a verba, financiada em 85% pelo Projeto Escolhas a partir da 7ªgeração, é considerada muito insuficiente, não permitindo que se contratem mais recursos técnicos para o projeto – a falta de recursos humanos é considerada uma das maiores dificuldades do projeto.

EFICÁCIA

Operacionalização e concretização dos objetivos e metas

De uma maneira geral, o balanço do trabalho desenvolvido é considerado positivo, com resultados visíveis sobretudo ao nível do sucesso escolar. Face ao trabalho realizado, já no âmbito da 8ª geração, não registam retenções escolares, conseguiram encaminhar jovens para o programa do CLDS; trabalharam também muitas componentes artísticas relevantes, que se repercutem também aquisição de competências cognitivas e sociais; e contribuíram, assim, para melhorar a visibilidade do bairro.

No geral, verifica-se que houve alguma dificuldade no cumprimento das metas propostas (ou seja, no número esperado de participantes face ao número efetivo), ou porque estas se apresentavam demasiado ambiciosas, ou pelo período de execução do projeto, ou ainda, pela incapacidade de mobilização de participantes; não obstante, a equipa refere que os resultados nos jovens que estão efetivamente envolvidos nas diferentes atividades, são extremamente positivos e a eficácia das medidas comprovada por essa via, restando perceber a eficácia e impacto mais globais dessas medidas.

De acordo com o relatório de avaliação de 2021, 143 participantes estiveram envolvidos na *medida I* dos quais, 46 assistiram a 12 sessões (cumprindo assim uma das metas previstas); 17 alunos conseguiram transitar de ano (embora fosse esperado atingir um número maior no final do aluno letivo); e 32 alunos adquiram 5 competências das 10 avaliadas na dimensão *"Desenvolver competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas"*; no âmbito do objetivo: *"Promover a corresponsabilização dos encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos"*, entre os 18 participantes, apenas 8 melhoraram 5 em 10 as suas competências parentais tendo estes participado em pelo menos 10 sessões promotoras das competências aqui avaliadas. A mobilização de pais e ou famílias continua a representar um desafio no projeto.

Para a medida III os resultados parecem, no geral, estarem distantes das metas estabelecidas, contudo face aos participantes efetivos, revelam-se satisfatórios, uma vez que os jovens que participam demonstram ser muito envolvidos e comprometidos com as ações de voluntariado e comunitárias. Para o objetivo *"Envolver crianças, jovens, familiares e participantes em atividades promotoras competências de cidadania e participação comunitária e promotoras de competências vocacionais e técnicas relevantes no sentido da capacitação pessoal e social"* estiveram 71 participantes envolvidos dos quais 30 com 12 ou mais participações em sessões de planificação, organização, e realização de atividades promotoras de participação cívica e/ou associativa e/ou comunitária; dos 39 participantes envolvidos em atividades promotoras de competências de cidadania, 19

participantes adquiram 5 em 10 competências; 21 participantes, com pelo menos 15 sessões, melhoraram 3 das 8 competências previstas de hábitos de saúde e/ou vida saudáveis; de 39 participantes envolvidos na medida III 18 adquiriram/desenvolveram 5 em 10 competências TIC, tendo 13 participado em 20 ou mais sessões no projeto e outros 5 em mais de 15 sessões por ano.

Ao nível da dinâmica participativa, o consórcio não tem uma participação regular, nem no âmbito das parcerias que são estabelecidas; há um interesse inicial que depois se desvanece. A equipa coordenadora do projeto, considera que está no meio de algumas divergências políticas no terreno que afetam o projeto e as colaborações. Neste sentido, o projeto tem parcerias funcionáveis, mas está muitas vezes mais isolado. Por outro lado, a comunidade Roma com quem trabalha tem muita resistência à intervenção e a sua participação também não é assim tão assídua.

Relativamente ao apoio técnico e assessoria são considerados muito positivos, e os técnicos descritos pela sua disponibilidade. O processo de candidatura, apesar de "extensa", é considerado adequado porque isso garante a qualidade do mesmo, apenas mudariam alguma pormenorização numérica.

As avaliações são importantes e fazem repensar novas intervenções, indicadores, metas. Os períodos para entrega do relatório são complicados: verão e altura do Natal, é justamente quando há mais atividades.

Os jovens e crianças auscultadas atestam a diversidade de atividades ao longo da semana; o projeto trouxe sobretudo formas pedagógicas e lúdicas de ocupação dos tempos livres, proporcionando experiências novas, além de melhorar o percurso escolar; daqui a 10 anos jovens vêem-se a viajar, a enveredarem por atividades profissionais artísticas; destacam a importância do projeto para a realidade do concelho, uma vez que sendo a entidade gestora a cruz vermelha, permite um contacto direto com as populações mais necessitadas sobre as quais os jovens desenvolvem ações humanitárias e de ajuda.

IMPACTO e SUSTENTABILIDADE

Impacto e sustentabilidade das medidas e ações desenvolvidas pelos projetos Escolhas

A elevada dependência pelo financiamento cria constrangimentos ao projeto e compromete a sustentabilidade das medidas e das ações. Não estão previstos mecanismos que garantam a sustentabilidade e sobrevivência das medidas, além financiamento, e além tempo de vida do projeto.

Entre os principais impactos globais estão: a promoção do sucesso escolar, a promoção de hábitos de vida saudáveis; o envolvimento de várias famílias nas atividades preventivas; a conquista da empregabilidade de pessoas da etnia Roma; ou o caso de alunos Roma que seguem para a faculdade.

Tanto a eficácia do projeto, como o seu impacto mais global, estão comprometidos, de acordo com a visão da equipa coordenadora do projeto, dado o período de interregno estabelecido entre o final de uma geração e o início de outra; esta situação traz vários problemas, entre os mais graves, a sustentabilidade da própria equipa técnica do projeto, mas também os resultados das atividades. Perdem-se elementos da equipa, dado o nível de "incerteza" da condição laboral dos mesmos, e atividades ficam com metas por concretizar. Outro aspeto comprometedor, prende-se com o facto dos projetos, com forte componente escolar – que são, como se sabe, uma grande fatia -, estarem sujeitos a uma desarticulação entre o ano civil (projeto) e ano letivo da escola, o que também traz dificuldades acrescidas em termos de gestão e da apresentação dos resultados. Por esta via, só com continuidade e estabilidade das equipas é que os impactos podem ser mais reveladores

Matriz de Impactos

Pontos forte

Abordagem territorializada
Ações com uma intervenção mais inovadora
Laços de confiança estabelecidos com a comunidade dos bairros
Recurso técnico integrado na comunidade (dinamizador)
Experiência continuada e duradoura no terreno
Promoção da inclusão social nas crianças e jovens desfavorecidos, sobretudo entre a comunidade Roma
Acompanhamento individualizado e adaptado aos jovens e crianças
Programa de Alfabetização consolidado na comunidade

Pontos Fracos

Dependência financeira, sobretudo para manter equipas e atividades em curso
Financiamento insuficiente para contratação de mais recursos humanos
Falta de recursos técnicos
Tempo de vida do projeto (2 anos)
Dificuldade nas parcerias e na mobilização do consórcio

Riscos e Ameaças

Constituir um projeto que é submetido a candidatura de 2 em 2 anos
Instabilidade proporcionada às equipas e às comunidades alvo da intervenção
Tempo de vida do projeto (2 anos); quando o projeto se encontra na sua fase mais consolidada termina e inicia-se nova candidatura

Questões a melhorar

Gestão orçamental e financeira do projeto
Sustentabilidade do projeto, além financiamento e programa escolhas
Equacionar a integração dos projetos no âmbito das políticas locais de intervenção social continuadas
Repensar nas gerações dos programas
Criar estratégias para maior envolvimento ativo dos agentes parceiros do projeto
Condições de logística do projeto: instalações, transportes, recursos e equipa técnica insuficiente
Introdução novos recursos e outras valências a trabalhar no projeto (terapia da fala, por exemplo)
Desfasamento ano letivo e ano civil do projet

RESULTADOS E BLOCO DE TESTE DE MECANISMOS POR TEMA

Resultados dos projetos; estes contribuem para os resultados mais gerais a atingir pelo Programa?
De que modo os mecanismos estão a ser operacionalizado?

Bloco de teste de mecanismos por tipo de medida

Mecanismos associados medidas I	Evidências recolhidas
A mobilização de recursos específicos (M1)	A mobilização de recursos específicos – nomeadamente na atividade Apoio ao Estudo – tem garantido maior sucesso escolar visto na transição de ano escolar e na recuperação de notas;
Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	Apesar de ter um consórcio diversificado e várias parcerias, o trabalho em rede é um aspeto a melhorar, uma vez que as entidades parceiras "vão se desligando do projeto"; o projeto trabalha numa lógica territorializada, mas mais fechado sobre si próprio.
Processos participativos (M3)	São um dos aspetos mais positivos, destacando-se a participação e grande envolvimento dos jovens; menos evidentes e ou mais frágeis, são a participação da comunidade nas atividades, a participação parental, ou a participação de alguns dos elementos do consórcio.
Mecanismos associados a Medidas II	**Evidências recolhidas**
A mobilização de recursos específicos (M1)	n/a
Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	n/a
Processos participativos (M3)	n/a
Mecanismos associados a Medidas III	
A mobilização de recursos específicos (M1)	Há valências do projeto que trabalham as questões da cidadania, serviço comunitário e voluntariado. Estas acabam por ter muita relevância no projeto (cuja entidade promotora é a Cruz Vermelha reconhecida pelo trabalho

	comunitário), apesar das metas neste domínio não serem atingidas, os resultados são para a equipa coordenadora satisfatórios.
Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	Apesar de ter um consórcio diversificado e várias parcerias, o trabalho em rede é um aspeto a melhorar, uma vez que as entidades parceiras "vão se desligando do projeto"; o projeto trabalha numa lógica territorializada, mas mais fechado sobre si próprio. Não se consegue avaliar o impacto dessa demissão na dinamização de atividades comunitárias;
Processos participativos (M3)	Os jovens estão muito envolvidos nas ações comunitárias e de voluntariado, o projeto apresenta um conjunto de ações muito diversificado e tendencialmente muito participados;

RESULTADOS E BLOCO DE TESTE DE MECANISMOS POR TEMA

Coerência interna entre as medidas e a sua configuração específica com a evolução ao longo das várias gerações de medidas

O projeto apresenta um conjunto de atividades que procuram dar resposta a um diagnóstico elaborado pela equipa e em parceria com o consórcio; de acordo com os dados providenciados, o AEP na zona do Alentejo situa-se nos 12,7%, acima dos 10, 6% nacionais e, mais especificamente no território de intervenção, a taxa de retenção e desistência no 1º ciclo está na ordem dos 25%, no 2º ciclo em 11% e no secundário em 29%; ainda, cerca de 44% da população alvo é dependente de RSI

O plano de atividades do projeto está adaptado à realidade e ao diagnóstico realizado em parceria com o consórcio, nomeadamente procurando dar resposta a problemáticas que, em todo o caso, vão subsistindo: falamos de uma comunidade com várias carências, com baixas qualificações, com várias lacunas ao nível das competências digitais, competências escolares, e que, tendencialmente, desvaloriza a escola e a escolarização; as famílias também apresentam pouca preparação para, por exemplo, acompanhar os percursos escolares dos filhos. O projeto com as ações que desenvolve e que se propôs a desenvolver no âmbito das medidas I e III tem conseguido atingir resultados positivos.

A Coerência externa face a outras medidas que concorrem para os mesmos objetivos com identificação dos domínios de sobreposição e de complementaridade

Face à população-alvo com quem trabalham, ao nível do concelho, subsistem no terreno como oferta única; não obstante, articulam com outras equipas que também trabalham com estas comunidades: escolas, CLDS, equipas RSI, Câmara, muito embora as parcerias nem sempre sejam positivas;

Risco que relaciona objetivos, configurações das medidas e complementaridade entre si e com outras medidas

Alguns aspetos determinam maiores riscos ao nível da execução das medidas: a gestão das tarefas ao nível interno das equipas; o pesado aparelho burocrático que compreende a avaliação interna do projeto escolhas, com a elaboração de relatórios extensos e com grande volume de indicadores, o que poderá ter implicação na ordem das atividades a desenvolver. Outros aspetos relacionados com durabilidade dos projetos (2 anos), a desarticulação entre ano letivo e ano civil (de funcionamento do projeto), entre outros, determinam riscos acrescidos para a execução das atividades e das ações.

Síntese de evidências –Projeto A

Eficácia

QA1. O programa Escolhas alcançou os seus objetivos específicos ou irá alcançá-los no futuro? Em que medida e como é que as mudanças observadas podem ser atribuídas ao PE?

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciciários (**) • Ex-beneficiários (***)	I	M1 M2 M3	**#5PE** Tipologia de ações de apoio e acompanhamento escolar dos projetos	A Alfabetização - em particular da população cigana - é uma das ações mais antiga do Projeto, existindo já desde a 5ªgeração; é um projeto que valoriza certas componentes da EA; Outras atividades destacadas pela positiva compreendem: o desporto, as artes marciais, também com histórico no Projeto; O Apoio ao estudo (2 horas diárias) destacado pelos resultados positivos, assim como o Espaço digital;	As atividades compreendem ações que trabalham várias competências escolares: Alfabetização Apoio ao estudo Programa de desenvolvimento de competências pessoais e sociais Espaço Prevenção Atelier Movimento Atelier da Criatividade Coaching Educacional Espaço Digital
			#6PE Nº / jovens encaminhados para respostas de formação/qualificação	O Projeto não prevê formalmente encaminhamento de jovens para respostas de formação ou qualificação;	S.d.
			#7PE Tipologia de ações TIC dos projetos	As atividades TIC são destacadas, mas não são descritas em entrevista;	Voluntariado Espaço Prevenção Espaço Dinâmicas Comunitárias Coaching Educacional Espaço Digital
			#8PE Nº/Tipo de parceiros envolvidos nas ações da Medida I	As parcerias do Projeto compreendem os 11 membros do Consórcio; tal como na maioria dos projetos avaliados, o Consórcio responde com pouca regularidade às reuniões; O facto de a entidade promotora ser a Cruz Vermelha, confere-lhes algum destaque dentro da comunidade, não obstante, pouco eficaz na mobilização dos seus parceiros;	Das 11 entidades representadas no consórcio que inclui a entidade promotora, apenas 4 assistiram a todas as 4 reuniões realizadas; Cruz Vermelha Portuguesa- Centro Humanitário de Évora Santa Casa Misericórdia de Évora GARE-Associação para a Promoção de uma Cultura de Segurança Rodoviária) Comissão de Proteção de Criança e Jovens de Évora)

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
					APPACDM- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental -Évora Câmara Municipal de Évora Centro de Respostas Integradas de Évora União das Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras) Associação de Desenvolvimento e Bem Estar da Cruz da Picada Associação "Chão dos Meninos" Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício
			#9PE Tipologia de ações de resposta à COVID-19	Houve um esforço para passar grande parte das atividades para plataformas online, nomeadamente com recurso a videoconferência;	S.d.
		Resultados	**#10PE T**axa de retenção escolar e insucesso escolar	Em termos globais, e dos participantes que acompanham com regularidade, atestam que não tiveram retenções, por via da atividade de apoio ao estudo; os casos de insucesso escolar são trabalhados nas atividades e o histórico de retenção resolvido;	De acordo com o relatório de avaliação de 2021, 143 participantes estiveram envolvidos na *medida I* dos quais, 46 assistiram a 12 sessões (cumprindo assim uma das metas previstas); 17 alunos conseguiram transitar de ano (embora fosse esperado atingir um número maior no final do aluno letivo); e 32 alunos adquiram 5 competências das 10 avaliadas na dimensão *"Desenvolver competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas"*; no âmbito do objetivo: *"Promover a corresponsabilização dos encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos"*, entre os 18 participantes, apenas 8 melhoraram 5 em 10 as suas competências parentais tendo estes participado em pelo menos 10 sessões promotoras das competências aqui avaliadas. A mobilização de pais e ou famílias continua a representar um desafio no projeto.
			#11PE Classificações globais e sucesso escolar	Vários participantes que tinham notas negativas e que com o acompanhamento e ajuda nos TPC conseguiram subir as notas e transitar ano;	s.d.
			#12PE Nº /jovens com competências digitais	s.d.	Dos 39 participantes considerados nas dinâmicas 18 adquiriram/desenvolveram 5 em 10 competências TIC tendo 13 participado em 20 ou mais sessões no projeto e outros 5

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
					em mais de 15 sessões por ano em atividades promotoras de competências TIC.
			#13PE Nº / jovens com escolaridade obrigatória concluída	s.d.	s.d.
			Outros		
	II	M1 M2 M3	#18PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a procura ativa de emprego/empreendedorismo	n/a	n/a
			#19PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a transição para o mercado de trabalho (emprego e autoemprego)	n/a	n/a
			#20PE Nº/Tipo de parceiros envolvidos nas ações da Medida II	n/a	n/a
			Interdependência de mecanismos e processo de mudança	n/a	n/a
		Resultados	#2 Nº de jovens com competências de procura ativa de emprego	n/a	n/a
			#22 Nº de jovens que transitou para o mercado de trabalho com sucesso (estágios, emprego, projetos inovadores)	n/a	n/a
			#23 Nº de jovens que conseguiu criar o seu próprio projeto/emprego	n/a	n/a
	III	M1 M2 M3	**#28PE** Nº e Tipologia de ações para o desenvolvimento da cidadania e participação cívica, das competências de	Programa de desenvolvimento de competências pessoais e sociais Voluntariado Espaço Prevenção Espaço Dinâmicas Comunitárias	Programa de desenvolvimento de competências pessoais e sociais Voluntariado Espaço Prevenção Espaço Dinâmicas Comunitárias

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
			cuidados de saúde e promoção de ações comunitárias	Atelier Movimento Coaching Educacional Espaço Digital	Atelier Movimento Coaching Educacional Espaço Digital
			#29PE Nº e Tipologia de iniciativas de combate aos estereótipos e discriminação social junto da comunidade	Menos evidências	cartazes contra o Bulliyng e todo o processo de divulgação dos mesmos pela comunidade; encontro de um espaço do parceiro ADBES; o Dia da Gentileza; O Estendal dos Direitos da Criança em que mais uma vez foram os participantes a sugerir a ideia e a planificar a atividade e fazer a lista de material necessários
			#30PE Nº /ações com envolvimento da comunidade		Como exemplos: o *dia da família* com atividades de rua, O *dia da Alimentação Saudável*; o torneio distrital de *Futebol de Rua*, onde os jovens se organizaram em equipas, calendarizam alguns treinos; articulação com a Associação CAIS para a sessão "move-te faz acontecer"; o *Dia da Juventude* com colaboração da CM; a candidatura ao programa *Bairro Feliz do Pingo Doce* onde todo o processo foi realizado pelos jovens (pedidos de orçamento, registo fotográfico do local, preenchimento da candidatura); o *Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza* ; cartazes contra o Bulliyng e todo o processo de divulgação dos mesmos pela comunidade; encontro de um espaço do parceiro ADBES; o Dia da Gentileza; O *Estendal dos Direitos da Criança* em que mais uma vez foram os participantes a sugerir a ideia e a planificar a atividade e fazer a lista de material necessários; a participação em conjunto com o parceiro GARE na caminhada para assinalar o Dia Mundial em Memória das Vítimas da Estrada em que fizeram a estacas do projeto e divulgação do evento; e por último a atividade Escolhas Portas Abertas em que a ideia de distribuição de postais e mensagens de natal foi ideia deles.
			#31PE Nº e Tipologia o de parceiros envolvidos nas ações		Cruz Vermelha Portuguesa- Centro Humanitário de Évora Santa Casa Misericórdia de Évora GARE-Associação para a Promoção de uma Cultura de Segurança Rodoviária) Comissão de Proteção de Criança e Jovens de Évora)

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
					APPACDM- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental -Évora Câmara Municipal de Évora Centro de Respostas Integradas de Évora União das Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras) Associação de Desenvolvimento e Bem Estar da Cruz da Picada Associação "Chão dos Meninos" Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício
			Interdependência de mecanismos e processo de mudança		
		Resultados	**#32PE** Nº / crianças/jovens participantes em ações comunitárias		Dos 139 participantes que participam em atividades do projeto 35 são válidos com a participação de 12 ou mais sessões e outros 2 com 11 sessões por ano em atividades promotoras de competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas e destes 32 melhoraram 5 em 10 as suas competências. A meta era 50 alunos. De 1 participantes envolvidos em atividades da medida III, 30 participaram em 12 ou mais sessões de planificação, organização, e realização de atividades promotoras de participação cívica e/ou associativa e/ou comunitária. De 39 participantes envolvidos em atividades promotoras de competências de cidadania 19 participantes adquiram 5 em 10 competências. A escala de avaliação de competências de cidadania tem igualmente três entradas: não adquirido/não possui; adquirido; em aquisição; competências: "interesse pela comunidade que me rodeia"; gosto/interesse por atividades de voluntariado; respeito pelo espaço que me rodeia", entre outras. Meta de 50.
			#33PE Nº / agentes locais envolvidos em ações comunitárias	consórcio	s.d.
			Outros		

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

QA3. De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?

Convém relembrar que os Projetos Escolhas são de âmbito local e mesmo comunitário, pelo que os impactos devem ser preferencialmente medidos nos respetivos territórios sempre que exista informação disponível.

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatório de avaliação; documentos da candidatura e outros)
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciciários (**) • Ex-beneficiários (***)	I II III	Mais sucesso escolar	No geral, o projeto tem conseguido fazer recuar as retenções escolares e garantir melhores resultados escolares	De acordo com o relatório de avaliação de 2021, 143 participantes estiveram envolvidos na *medida I* dos quais, 46 assistiram a 12 sessões (cumprindo assim uma das metas previstas); 17 alunos conseguiram transitar de ano (embora fosse esperado atingir um número maior no final do aluno letivo); e 32 alunos adquiram 5 competências das 10 avaliadas na dimensão *"Desenvolver competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas"*; no âmbito do objetivo: *"Promover a corresponsabilização dos encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos"*, entre os 18 participantes, apenas 8 melhoraram 5 em 10 as suas competências parentais tendo estes participado em pelo menos 10 sessões promotoras das competências aqui avaliadas. A mobilização de pais e ou famílias continua a representar um desafio no projeto.
		Jovens mais qualificados	Menos evidências	S.d
		Diminuição do número de jovens NEET	3 jovens (2 rapazes e 1 rapariga) foram encaminhados para um curso EFA para obtenção do 12º ano de escolaridade na área da informática e 1 jovem (rapariga) para um EFA para obtenção do 9º ano de escolaridade. 2 jovens que fizeram o Cv com ajuda do projeto e arranjara trabalho; Um está na área da restauração e outro numa fábrica da cidade	s.d.
		Aumento da taxa de emprego jovem (emprego e autoemprego)	Menos evidências	s.d

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatório de avaliação; documentos da candidatura e outros)
		Reforço da coesão social e das dinâmicas de ação comunitária	Há um reforço das ações e dinâmicas comunitárias desenvolvidas sobretudo pelos participantes do projeto; há menos evidências sobre a forma como isso impacta a comunidade onde o projeto está inserido.	Os jovens que participam demonstram ser muito envolvidos e comprometidos com as ações de voluntariado e comunitárias. Para o objetivo *"Envolver crianças, jovens, familiares e participantes em atividades promotoras competências de cidadania e participação comunitária e promotoras de competências vocacionais e técnicas relevantes no sentido da capacitação pessoal e social"* estiveram 71 participantes envolvidos dos quais 30 com 12 ou mais participações em sessões de planificação, organização, e realização de atividades promotoras de participação cívica e/ou associativa e/ou comunitária; dos 39 participantes envolvidos em atividades promotoras de competências de cidadania, 19 participantes adquiram 5 em 10 competências; 21 participantes, com pelo menos 15 sessões, melhoraram 3 das 8 competências previstas de hábitos de saúde e/ou vida saudáveis; de 39 participantes envolvidos na medida III 18 adquiriram/desenvolveram 5 em 10 competências TIC, tendo 13 participado em 20 ou mais sessões no projeto e outros 5 em mais de 15 sessões por ano. Falta de participantes nas atividades: "Espaço Dinâmicas Comunitárias" e "Atelier do Movimento" Relativamente à atividade "Espaço Dinâmicas Comunitárias" no ano de 2021 apenas foi realizada uma
		Territórios mais inclusivos e com dinâmicas de intervenção mais sustentáveis	Menos evidências	
		Sustentabilidade	Na falta de financiamento o projeto não teria condições de continuar; na ausência do projeto, as ações também não teriam continuidade, faltando mecanismos que apostem na sustentabilidade do projeto	

RELEVÂNCIA/COERÊNCIA INTERNA E EXTERNA

QA5. A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciciários (**) • Ex-beneficiários (***)	Problemas, Medidas e a sua Configuração Específica	**#42PE** Matriz de coerência interna entre as medidas e a sua configuração específica com a evolução ao longo das várias gerações de medidas **#43PE** Matriz de coerência externa face a outras medidas que concorrem para os mesmos objetivos com identificação dos domínios de sobreposição e de complementaridade **#44PE** Matriz de níveis de risco que relaciona objetivos, configurações das medidas e complementaridade entre si e com outras medidas	O projeto apresenta um conjunto de atividades que procuram dar resposta a um diagnóstico elaborado pela equipa e em parceria com o consórcio; de acordo com os dados providenciados, o AEP na zona do Alentejo situa-se nos 12,7%, acima dos 10, 6% nacionais e, mais especificamente no território de intervenção, a taxa de retenção e desistência no 1º ciclo está na ordem dos 25%, no 2º ciclo em 11% e no secundário em 29%; ainda, cerca de 44% da população alvo é dependente de RSI O plano de atividades do projeto está adaptado à realidade e ao diagnóstico realizado em parceria com o consórcio, nomeadamente procurando dar resposta a problemáticas que, em todo o caso, vão subsistindo: uma comunidade com várias carências, com baixas qualificações, com várias lacunas ao nível das competências digitais, competências escolares, e que, tendencialmente, desvaloriza a escola e a escolarização; as famílias também apresentam pouca preparação para, por exemplo, acompanhar os percursos escolares dos filhos. Face à população-alvo com quem trabalham, ao nível do concelho, subsistem no terreno como oferta única; não obstante, articulam com outras equipas que também trabalham com estas comunidades: escolas, CLDS, equipas RSI, Câmara, muito embora as parcerias nem sempre sejam positivas; Alguns aspetos determinam maiores riscos ao nível da execução das medidas: a gestão das tarefas ao nível interno das equipas; o pesado aparelho burocrático que compreende a avaliação interna do projeto escolhas, com a elaboração de relatórios extensos e com grande volume de indicadores, o que poderá ter implicação na ordem das atividades a desenvolver. Outros aspetos relacionados com durabilidade dos projetos (2 anos), a desarticulação entre ano letivo e ano civil (de funcionamento do projeto), entre outros, determinam riscos acrescidos para a execução das atividades e das ações.	**s.d**

Estudo de caso: Projeto B

Entrevistas nos dias 9, 12,13 e 28 de julho de 2022, via Colibri-Zoom com:

1 Elemento da equipa Coordenadora do Projeto
7 Participantes (4 raparigas com 11 a 16 anos de idade; 2 rapazes com 10 a 14 anos de idade) FG
1 Ex-Participante (1 rapariga com mais de 18 anos de idade) FG
3 das 13 entidades (23%) do Consórcio do Projeto FG

Enquadramento:

Projeto a funcionar no interior do país desde a 5ª geração Escolhas. A entidade promotora é um Agrupamento de Escolas e a intervenção compreende dois bairros situados no distrito de Castelo Branco. No geral, são bairros com populações muito vulneráveis, uma grande parte beneficiária de RSI, em risco de pobreza e exclusão social, emprego precário, família monoparental, 50% da comunidade é Roma, uma comunidade isolada, e apresenta como principais problemáticas a baixa escolaridade, o absentismo escolar e o abandono escolar; não obstante, o esforço de alguns dos participantes tem determinado a continuidade de estudos e ou a frequência em formação profissional.

O projeto foi pensado inicialmente para dar resposta à introdução de um bairro social na freguesia, com vista a dar enquadramento e acompanhamento social às novas famílias e promover a escolarização das suas crianças e jovens, combater o absentismo e a violência que começava a surgir nas escolas.

A equipa coordenadora atesta que a equipa técnica tem uma relação muito próxima dos bairros e das suas comunidades; existe esta proximidade, porque estão inseridos nos bairros há bastante tempo e com isso estabeleceram uma relação de confiança com as populações, que é a única forma de fazer intervenção social.

Esta 8 geração veio para responder a problemas identificados na 7 geração, e para isso auscultaram a população. As principais diferenças face a edições anteriores residem na integração de uma linha de atuação na área da saúde e do desporto, uma vez que perceberam que era mesma necessária, essas competências concorrem também para o sucesso escolar; esta 8 geração veio reforçar algumas componentes do trabalho desenvolvido, menos centrado no sucesso escolar como nas edições anteriores, mas sobretudo centrado nas necessidades individuais e na educação especial; foi importante terem trabalhado precocemente as crianças a partir da escola primária, hoje em dia recolhem resultados da continuidade na escola das crianças trabalhadas ainda na 5ª geração.

EFICIÊNCIA

Adequação e balanço dos instrumentos de financiamento

Os recursos são poucos, o orçamento é muito parco e dificulta a manutenção da equipa técnica. Na ausência do Projeto, e ou entidade promotora, as restantes entidades do Consórcio não se sentem capazes de assumir o trabalho e algumas não têm capacidade para assegurar técnicos especializados; por conta do orçamento e estrutura financeira, há rotatividade na equipa e baixos honorários.
Mesmo sendo pouco, numa mesma geração o orçamento que não é executado no 1º ano, não acumula para a 2ºano: "é castrador"; às vezes a execução é comprometida pela falta de pagamento vindo da própria estrutura de missão.
No verão existem poucos recursos para as atividades e para as saídas, constitui a altura pior; têm de procurar parcerias, um trabalho moroso e diário deixando pouco tempo para planeamento de atividades.

EFICÁCIA

Operacionalização e concretização dos objetivos e metas

(retirado do relatório)

Em termos gerais, o projeto apresenta resultados muito positivos, pelo que as medidas são consideradas eficazes. A coordenação considera que o projeto tem, em termos efetivos, um impacto na comunidade e território intervencionado, atestado pelas 494 pessoas envolvidas, tanto nas atividades da medida 1 como nas atividades da medida 2. Destes 449 participantes, apuraram que houve: a promoção do sucesso escolar entre 48 participantes regulares, a diminuição do absentismo de 36 crianças/jovens integradas em programa de mentoria e atividades da Medida I; a coresponsabilização de 27 pais e encarregados/as de educação pelo processo educativo dos filhos/as; que foi mantido no ativo e em funcionamento o Centro de Inclusão Digital, através do qual certificaram 32 participantes de Formação TIC em Competências Básicas; 42 crianças/jovens e familiares adotaram estilos de vida saudáveis e consolidaram hábitos saudáveis ao participarem regularmente nas atividades previstas; 59 crianças/jovens desenvolveram 3 das 6 competências de cidadania ao participarem nas atividades previstas, e 47 crianças, jovens e familiares alteraram a sua opinião em relação às pessoas ciganas e aos Bairros Sociais.
Os resultados apresentados são, sobretudo, visíveis entre as crianças e jovens que participaram com maior regularidade das atividades, atestada na mudança de atitude face à escola, na relação com os outros e na forma como participam na comunidade.
No âmbito da Medida I apostaram em iniciativas que procuraram desenvolver competências que promovessem o sucesso escolar, através do desporto e através de terapias da 3ª geração; motivar para o estudo; criaram metodologias de ensino alternativas, que conferissem mais autonomia ao aluno; promoveram o acesso às tecnologias informáticas; reforçaram a relação escola-família e escola-comunidade, e com isso os processos que visam combater o absentismo e abandono escolar; promoveram para conhecimento da comunidade, casos de sucesso de elementos provenientes da comunidade cigana.

Na medida III a estratégia passou pela promoção de competências sociais e cívicas; promoção do desporto e adoção de estilos de vida saudáveis, e em comunidade; ações que promovessem o combate a estereótipos face ao espaço, ao bairro e à comunidade no geral. O foco foi o da participação ativa dos jovens no desenho e desenvolvimento das atividades, promovendo a sua autonomia, responsabilização e empoderamento, e a intervenção sustentada na família com um acompanhamento regular com o Espaço Cidadania e Mediação Familiar.

O facto da sede do projeto (ou núcleos do projeto) estar integrada nos bairros determina maior taxas de participações; contrariamente a muitos outros projetos, destaca-se no projeto o envolvimento parental, com o cumprimento do objetivo que visa "promover a corresponsabilização dos encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos". Os resultados mostram a eficácia do trabalho desenvolvido com os pais: de 129 familiares participantes, 50 foram regulares e tiveram participação em 12 sessões de corresponsabilização parental; 52 atenderam às chamadas da escola e participaram em reuniões de turma; 47 casos válidos mostraram ter adquirido 4 das 7 competências consideradas nas atividades desenvolvidas, compreendendo uma escala de 1 a 3, onde 1 corresponde a "Não adquirida", o 2 a "Em aquisição" e o 3 a "Adquirida". Dos 47 encarregados/as de educação que desenvolveram as competências previstas, apenas 27 alcançaram o objetivo anual de participação em reuniões escolares, e desenvolvimento de competências parentais.

As taxas de participação nas reuniões do consórcio variam entre os 25% e os 100%, e a média de participações das entidades é 69% em 4 reuniões no ano. Em todo o caso, o consórcio parece estabilizado e releva-se participativo e colaborativo, tal facto pode ser potenciado pelo facto de a entidade promotora do projeto constituir um AE.

As avaliações que regularmente são feitas ao projeto (anuais e intercalares) ajudam a perceber o que deve ser calibrado, e o próprio projeto tem os seus instrumentos de avaliação e de monitorização – muito baseados na observação direta e nas perceções, grelhas de observação e etc. Não obstante, as avaliações solicitadas pelo Programa Escolhas são excessivamente quantitativas, a equipa do projeto capta muita coisa por observação direta que tem dificuldade em quantificar através de indicadores.

Nas últimas gerações, a assessoria técnica tem melhorado substancialmente, há mais preocupação e compreensão por parte da equipa técnica do Escolhas; da mesma forma, os processos de candidaturas também foram progressivamente melhorando, pedindo menos especificações.

Uma das grandes vantagens atestadas pela coordenação do projeto e restantes elementos auscultados, prende-se com o trabalho de proximidade, que sempre foi possível e que constitui a imagem de marca do Escolhas. No caso do projeto, o trabalho de continuidade (estão desde 2010 nos bairros) é um dos aspetos muito positivo, permitindo um conhecimento mais aprofundado da realidade e a proposta atividades adaptadas às necessidades.

O Consórcio atesta os resultados positivos das medidas, sendo uma das chaves deste projeto o facto de trabalharem as crianças logo em tenra idade, no 1º ciclo; no 1º ciclo já não existe absentismo como havia; os alunos de 2º e 3º chegam ao ensino secundário; alguns alunos que estiveram envolvidos em edições anteriores seguiram para o ensino superior; e alguns dos jovens já estão integrados no projeto (3 pessoas contratadas – mediadores interculturais e dinamizador). Referem que uma das grandes virtudes é permitir a continuidade das intervenções, apesar do tempo de vida dos projetos, essa continuidade é vista nas crianças e jovens trabalhados nas gerações anteriores e que hoje em dia estão em formação profissional ou na universidade; os jovens percecionam o impacto do projeto no percurso de vida – melhoria das notas escolares.

Os jovens beneficiários auscultados atestam que o projeto proporcionou a expansão das redes de sociabilidade e das experiências (ir à praia pela 1ª vez por e exemplo), melhorar os resultados escolares; ocupar tempos livres com atividades de acesso livre e gratuito, destacam o apoio ao estudo; escola virtual; daqui por 10 anos vêem-se a trabalhar, criar o próprio emprego, a estudar e a serem jogadores de futebol/futsal profissional; criar uma associação de apoio à vítima de violência doméstica; destacam os estágios que ajudavam os jovens a decidir se querem trabalhar ou estudar; o projeto ajuda a estabelecer rumos de vida e a promover a continuidade na escola;

IMPACTO e SUSTENTABILIDADE

Os impactos são visíveis por duas vias: nos participantes – como mostrado na secção anterior - e na intervenção social mais alargada na comunidade.

No trabalho de intervenção social destaca-se o recurso a uma Bolsa comunitária – proporcionado por vários empresários - com grande impacto na comunidade, uma vez que o trabalho é desenvolvido pelos residentes e estes recebem um complemento monetário pelo mesmo. Este tipo de intervenção tem garantido uma dinamização de várias atividades pela comunidade, atividades essas desenvolvidas no espaço público e em conjunto – por exemplo, construíram um jardim e concretizaram uma candidatura aos "bairros saudáveis"; assim, um dos impactos pode ser visto na maior capacidade que o projeto demonstra para garantir mobilização e vontade da comunidade do bairro para o encontro de soluções e até de outros projetos de interesse para a comunidade.

O projeto teve também um impacto direto na gestão dos transportes públicos nos bairros, por esta via proporcionaram o aumento da rede de transportes e de carreiras para o bairro, sendo este, talvez, um dos seus efeitos mais benéfico e adicionalmente menos esperado.

A visibilidade social de que beneficia o Projeto é também atestada com um espaço de desenvolvimento de cidadania – resolvem problemas burocráticos e ajudam as pessoas no contacto com as instituições; ajudaram pessoas a adquirir habitação social, entre outros aspetos.

No que respeita as questões da sustentabilidade, se o projeto terminar, apenas alguns parceiros terão capacidade de prosseguir com algumas das atividades – por exemplo, o plano de inovação nas escolas, mas nunca da mesma maneira; ou as atividades que envolvem

os mediadores – se essa equipa se mantiver. Contudo, todos atestam que sem financiamento, ou encurtamento do mesmo, o projeto essencialmente terminaria. Sabe-se que a *Colabora* – entidade gestora - entra de backup financeiro quando é preciso, mas apenas porque o dinheiro é reembolsado (quando o financiamento entra), embora haja sempre atrasos nas tranches de pagamento. Há um entendimento comum de que o município deveria poder proporcionar a continuidade dos projetos, dado o trabalho meritório, este projeto não devia estar preso aos financiamentos desta natureza.

"O projeto é um polo de atração para outros programas, é uma ancora" – programa Erasmus e outros; a equipa escolhas integra todas as novas equipas que chegam ao território intervencionado.

"Se a equipa escolhas desaparecer, desaparece toda uma dinâmica de trabalho alcançada em vários anos de trabalho e esforço".

Matriz de Impactos

Pontos forte

Abordagem territorializada

Trabalho de continuidade e proximidade

Ações inovadoras e adaptadas às necessidades

Planos de atividades criativo e flexível

Laços de confiança estabelecidos com a comunidade do bairro

Reconhecimento e validação social

Reuniões de acompanhamento técnico feitas com regularidade

Experiência duradoura e em grande proximidade com o terreno

Participação e articulação com as entidades parceiras do consórcio

Promoção da inclusão social nas crianças e jovens desfavorecidos

Dinamização de trabalho comunitário que envolve toda a comunidade dos bairros

Promoção das "bolsas comunitárias"

Promoção de estágios junto dos jovens

Pontos Fracos

Dependência financeira, sobretudo para manter equipas e atividades em curso

Financiamento insuficiente para contratação de mais recursos humanos

Falta de recursos técnicos

Tempo de vida do projeto (2 anos)

Nível de burocracia dos projetos elevado que rouba tempo de trabalho

Pouca valorização dada à prevenção no âmbito do desenho das políticas públicas

Riscos e Ameaças

Dificuldade em reunir grupos significativos para condução de algumas das atividades

Dificuldade em trabalhar especificamente e trabalhar jovens da comunidade Roma (o absentismo cresce à medida que envelhecem)

Constituir um projeto que é submetido a candidatura de 2 em 2 anos

Instabilidade proporcionada às equipas e às comunidades alvo da intervenção

Tempo de vida do projeto (2 anos);

Criar expectativas na comunidade quando o projeto pode não receber financiamento

Melhorar as condições do espaço escolhas

Questões a melhorar

Gestão orçamental e financeira do projeto

Sustentabilidade do projeto além financiamento e programa escolhas, prolongamento do projeto

Tornar os projetos em políticas locais de intervenção social continuadas

Repensar nas gerações dos programas – 2 anos é pouco, 5 anos pode ser de mais;

Criar estratégias para maior envolvimento ativo dos agentes parceiros do projeto

Condições de logística do projeto: instalações, transportes, recursos e equipa técnica insuficiente

Introdução novos recursos e outras valências a trabalhar no projeto (terapia da fala, por exemplo)

Desfasamento ano letivo e ano civil do projeto.

RESULTADOS E BLOCO DE TESTE DE MECANISMOS POR TEMA

Resultados dos projetos; estes contribuem para os resultados mais gerais a atingir pelo Programa?
De que modo os mecanismos estão a ser operacionalizado?
Bloco de teste de mecanismos por tipo de medida

Mecanismos associados medidas I	Evidências recolhidas
A mobilização de recursos específicos (M1)	A mobilização de recursos específicos, como sejam as aulas de apoio, o acompanhamento mais individualizado, mas também, o recurso a atividades extraescolares, têm garantido bons resultados nos participantes mais diretos;
Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	Há alguns entraves; Tentaram nesta geração, que houvesse mais abertura por parte da rede parceria para, por exemplo, receber jovens nos complexos públicos desportivos, e nem sempre existe essa abertura; é necessário quebrar os estereótipos; não obstante, o projeto tem uma densa rede de parcerias formais e informais;
Processos participativos (M3)	Os processos participativos são uma peça chave neste projeto; têm uma boa dinâmica participativa que se consubstancia nos resultados positivos alcançados e na melhoria dos percursos escolares;
Mecanismos associados a Medidas II	**Evidências recolhidas**
A mobilização de recursos específicos (M1)	n/a
Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	n/a
Processos participativos (M3)	n/a
Mecanismos associados a Medidas III	
A mobilização de recursos específicos (M1)	
Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	Há alguns entraves em todo o caso com evidências de que existe um trabalho de rede considerável atestado nas diversas atividades desenvolvidas/proporcionadas para a comunidade; Tentaram nesta geração, que houvesse mais abertura por parte da rede parceria para, por exemplo, receber jovens nos complexos públicos desportivos, e nem sempre existe essa abertura; é necessário quebrar os estereótipos; não obstante, o projeto tem uma densa rede de parcerias formais e informais; Sendo a entidade promotora um AE, fica mais assegurado dos processos participativos e o trabalho em rede capaz de surtir efeitos para a comunidade - "Um projeto que "gera" projetos", dada a própria visibilidade da entidade e a inserção na comunidade.
Processos participativos (M3)	verifica-se que há uma capacidade reprodutiva da intervenção social nas comunidades, com o aumento das ações comunitárias; os próprios jovens tornam-se mais interventivos; o projeto procura desenvolver ações que envolvem as populações dos bairros, como por exemplo, a criação das bolsas comunitárias que patrocinam o trabalho comunitário na comunidade: por exemplo, num dos bairros foi construído um jardim por toda a comunidade um projeto que "gera" projetos

RESULTADOS E BLOCO DE TESTE DE MECANISMOS POR TEMA

Coerência interna entre as medidas e a sua configuração específica com a evolução ao longo das várias gerações de medidas

O projeto da 8ª Geração faz essencialmente a continuidade do trabalho anterior, apostando em valências menos desenvolvidas que o diagnóstico mostrou como mais necessárias, a partir da auscultação aos beneficiários.

Continuidade, proximidade são os pontos de destaque do PE e o que lhe confere pertinência logo à partida. As medidas estão adaptadas à realidade e têm tido resultados positivos, com muitas das metas a serem alcançadas.

A Coerência externa face a outras medidas que concorrem para os mesmos objetivos com identificação dos domínios de sobreposição e de complementaridade

Existem outras respostas de intervenção social no território, mas que não colocam em causa o trabalho desenvolvido pelo Projeto B. O trabalho desenvolvido complementa-se com outros projetos que vão surgindo ou que já existem no território. De qualquer modo, face alguns dos seus efeitos e impactos, fica perceptível que o projeto ocupa um lugar único dentro da comunidade.

Risco que relaciona objetivos, configurações das medidas e complementaridade entre si e com outras medidas

Os riscos estão sobretudo relacionados com a estrutura do financiamento do Programa Escolhas e com a sustentabilidade das medidas. Se o projeto terminar toda uma dinâmica interventiva fica comprometida, dinâmica essa que envolve outras instituições na comunidade – como a Escola – e ou outros projetos.

Síntese de evidências –Projeto B

Eficácia

QA1. O programa Escolhas alcançou os seus objetivos específicos ou irá alcançá-los no futuro? Em que medida e como é que as mudanças observadas podem ser atribuídas ao PE?

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefeciários (**) • Ex-beneficiários (***)	I	M1 M2 M3	**#5PE** Tipologia de ações de apoio e acompanhamento escolar dos projetos	Mentoria, apoio e estudo acompanhado, atividades didáticas, recurso a atividades extraescolares e extracurriculares Com vista a comunidade cigana, alunos de etnia cigana - criar espaço inclusivo aprendizagem mais flexível, por experimentação, um plano de inovação na escola; importância do diálogo intercultural; trabalharam com os professores, impulsionaram junto do AE a receberem mediadores – mediar a escola com a família;	Aprendizagem acompanhada Programa de Mentoria "Siga-nos" Inclusão em Ação Jogar - Treino de Competências Escola na rua - Laboratório de aprendizagens Aventura na cultura Próxima Estação - Intercâmbio juvenil Oficinas Artísticas Centro de Inclusão Digital Formação TIC Mediação familiar Formação para públicos estratégicos Clube J - Clube de desporto Oficina Multimédia
			#6PE Nº / jovens encaminhados para respostas de formação/qualificação	Embora não seja esse o objetivo principal, fazem encaminhamento de pessoas para respostas formativas;	Para pessoas com escolaridade baixa: atualmente estão em formação profissional por conta do trabalho iniciado ainda na 6ªgeração, através do IEFP; quem tinha o 4º ano terminou;
			#7PE Tipologia de ações TIC dos projetos	Centro de Inclusão Digital Formação TIC (computadores e softwares)	Têm um Centro de Inclusão Digital ativo que certificou 32 participantes de Formação TIC em Diploma de Competências Básicas e outras certificações;
			#8PE Nº/Tipo de parceiros envolvidos nas ações da Medida I	Além do consórcio, têm várias outras parcerias no território consoante as necessidades – grupos da sociedade civil, associações, instituições; articulam com a segurança social regularmente (dado que trabalham com crianças em risco); Os 2 espaços escolhas foram cedidos pela CM; o projeto destaca-se por ser gerido por	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto COOLABORA CRL Município da Covilhã Junta de Freguesia do Tortosendo CPCJ da Covilhã ARSC, I.P. - Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. / ACeS Cova da Beira - Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa Modatex - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade do Tortosendo Universidade da Beira Interior

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
				um AE; isso determina logo uma facilidade nas atividades e para as taxas de frequência	
			#9PE Tipologia de ações de resposta à COVID-19	Fizeram uma escola de rua diária com cadeiras na rua; articularam com a escola recorrendo à GNR; realizaram sessão sobre racismo e xenofobia na rua; apoiavam as crianças no acesso à internet; levaram livros da biblioteca ao bairro; atividades desportivas; bolsa comunitária	
			Interdependência de mecanismos e processo de mudança	As respostas formais e mais típicas de apoio ao estudo são combinadas com outras de foro mais informal e mais extracurricular, o que acaba por determinar melhores resultados escolares;	
		Resultados	**#10PE T**axa de retenção escolar e insucesso escolar	Os resultados têm sido muito positivos com o sucesso escolar de várias crianças e jovens, diminuição do absentismo escolar e do abandono escolar precoce, entre outros. Estes resultados são fundamentalmente verificados nos participantes diretos do projeto, sabendo-se menos sobre o impacto do mesmo nas taxas de retenção escolar globais do território;	Promoveram o sucesso escolar de 48 crianças /jovens participantes regulares; diminuíram o absentismo de 36 crianças/jovens integradas em programa de mentoria e atividades da Medida I; corresponsabilizaram 27 pais e encarregados/as de educação pelo processo educativo dos filhos/as; De 44 crianças e jovens em idade escolar que concorreram para o objetivo de diminuir o absentismo escolar, apenas duas não alcançaram a regularidade anual de 24 participações, e 36 conseguiram-no, tendo atingido menos do que 20% de faltas injustificadas no ano. "(…)O instrumento indica que 35 crianças/jovens obtiveram menos do que 10% de faltas no 3º período e 16 diminuíram mesmo do 1º período para o 3º período a percentagem de faltas datas, em menos do que 20% e 10% das faltas injustificadas. Das 36 crianças que diminuíram a percentagem de faltas 32 são diretas e 4 indiretas, sendo de realçar que 27 dos resultados são referentes a crianças ciganas. Para uma melhor leitura da progressão deste trabalho no ano 2021, referimos que apenas 1 ficou perto de atingir o critério de faltas,

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
					23%. Entre os participantes que obtiveram esta diminuição constam os que tiveram entre 24 e 257 participações no projeto em atividades que concorrem para este objetivo. Mesmo assim há 5 jovens que tendo um número de participações elevadas no projeto manifestam níveis de absentismo graves, acima dos 30%. Trata-se de jovens que se encontram em níveis de ensino junto de crianças mais novas, o que reforça a sua exclusão no grupo e diminui a autoestima entre os demais. No âmbito deste objetivo considerámos a participação em todas as atividades da Medida I e as presenças no 1º semestre de 2021." (Relatório de avaliação Anual, 2021)
			#11PE Classificações globais e sucesso escolar		"(…) pode-se verificar que das 255 crianças/jovens participantes no projeto, 243 encontram-se a estudar e participaram em atividades promotoras do sucesso escolar. 51 crianças/jovens cumpriram o critério de regularidade para o ano, com 36 presenças ou mais. De referir que entre os que obtiveram sucesso escolar com a participação regular nas atividades do projeto 47 são diretos e 1 indireto. Dos que conseguiram melhorar as notas constam jovens que subiram a 4 e 5 disciplinas, bem como os que subiram nos níveis positivos de 3 para 4 valores. Perto de alcançar esta meta prevista para o ano haviam ficado mais 16 crianças e jovens com critério de regularidade proporcional à vigência do projeto, com sucesso escolar e que concretizaram o objetivo no ano civil. (…) 44 crianças e jovens em idade escolar que concorreram para o objetivo de diminuir o absentismo escolar, apenas duas não alcançaram a regularidade anual de 24 participações, e 36 conseguiram-no, tendo atingido menos do que 20% de faltas injustificadas no ano. (…) 35 crianças/jovens obtiveram menos do que 10% de faltas no 3º período e 16 diminuíram mesmo do 1º período para o 3º período a percentagem de faltas

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
					datas, em menos do que 20% e 10% das faltas injustificadas. Das 36 crianças que diminuíram a percentagem de faltas 32 são diretas e 4 indiretas, sendo de realçar que 27 dos resultados são referentes a crianças ciganas. Para uma melhor leitura da progressão deste trabalho no ano 2021, referimos que apenas 1 ficou perto de atingir o critério de faltas, 23%. (Relatório de avaliação Anual, 2021)
			#12PE Nº /jovens com competências digitais		mantendo o Centro de Inclusão Digital ativo certificaram 32 participantes de Formação TIC com um diploma de Competências Básicas e outras certificações;
			#13PE Nº / jovens com escolaridade obrigatória concluída	s.d.	s.d.
			Outros		
	II	M1 M2 M3	#18PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a procura ativa de emprego/empreendedorismo	n/a	Apesar de não estarem envolvidos na medida II fazem alguns encaminhamentos de jovens;
			#19PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a transição para o mercado de trabalho (emprego e autoemprego)	n/a	n/a
			#20PE Nº/Tipo de parceiros envolvidos nas ações da Medida II	n/a	n/a
			Interdependência de mecanismos e processo de mudança	n/a	n/a
		Resultados	#2 Nº de jovens com competências de procura ativa de emprego	n/a	n/a
			#22 Nº de jovens que transitou para o mercado de trabalho com sucesso (estágios, emprego, projetos inovadores)	n/a	n/a
			#23 Nº de jovens que conseguiu criar o seu próprio projeto/emprego	n/a	n/a
	III	M1 M2 M3	**#28PE** Nº e Tipologia de ações para o desenvolvimento da cidadania e participação cívica, das competências	organização de Torneios, artes plásticas	Programa de Mentoria "Siga-nos" Inclusão em Ação Jogar - Treino de Competências

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
			de cuidados de saúde e promoção de ações comunitárias	visita a museus iniciativas como o Dia Mundial da Criança em que os jovens se envolveram em parcerias e dinamizaram jogos na Vila; debates sobre o racismo e a saúde nos espaços da escola e da comunidade; manutenção de jardim comunitário, para o qual se conseguiu aprovação de Projeto Bairros Saudáveis, entre outras	Escola na rua - Laboratório de aprendizagens Aventura na cultura Próxima Estação - Intercâmbio juvenil Oficinas Artísticas Centro de Inclusão Digital Formação TIC Mediação familiar Formação para públicos estratégicos Clube T - Cidadãos em Construção Clube J - Clube de desporto Espaço Cidadania Bolsa Comunitária “Com Pés e Cabeço” Oficina Multimédia Bootcamp Altamente Tertúlias “Haja saúde” Comunidade em Ação Círculos “Entre nós
			#29PE Nº e Tipologia de iniciativas de combate aos estereótipos e discriminação social junto da comunidade	Promoção de debates sobre o racismo no espaço público	Programa de Mentoria “Siga-nos” Inclusão em Ação Jogar - Treino de Competências Escola na rua - Laboratório de aprendizagens Aventura na cultura Próxima Estação - Intercâmbio juvenil Oficinas Artísticas Centro de Inclusão Digital Formação TIC Mediação familiar Formação para públicos estratégicos Clube T - Cidadãos em Construção Clube J - Clube de desporto Espaço Cidadania Bolsa Comunitária “Com Pés e Cabeço” Oficina Multimédia Bootcamp Altamente Tertúlias “Haja saúde” Comunidade em Ação Círculos “Entre nós
			#30PE Nº /ações com envolvimento da comunidade	Várias ações desenvolvidas em conjunto com a comunidade: desportivas, artísticas, debates, jardim comunitário, promoção de candidaturas a outros projetos;	Programa de Mentoria “Siga-nos” Inclusão em Ação Jogar - Treino de Competências Escola na rua - Laboratório de aprendizagens Aventura na cultura Próxima Estação - Intercâmbio juvenil Oficinas Artísticas Centro de Inclusão Digital Formação TIC Mediação familiar Formação para públicos estratégicos Clube T - Cidadãos em Construção Clube J - Clube de desporto Espaço Cidadania Bolsa Comunitária “Com Pés e Cabeço”

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
					Oficina Multimédia Bootcamp Altamente Tertúlias “Haja saúde” Comunidade em Ação Círculos “Entre nós
			#31PE Nº e Tipologia o de parceiros envolvidos nas ações	Rede de parceiros consórcio e informais Os 2 espaços escolhas foram cedidos pela CM; o projeto destaca-se por ser gerido por um AE; isso determina logo uma facilidade nas atividades e para as taxas de frequência	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto COOLABORA CRL Município da Covilhã Junta de Freguesia do Tortosendo CPCJ da Covilhã ARSC, I.P. - Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. / ACeS Cova da Beira - Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa Modatex - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade do Tortosendo Universidade da Beira Interior
		Resultados	**#32PE** Nº / crianças/jovens participantes em ações comunitárias	Menos evidências	“42 crianças/jovens e familiares adotaram estilos de vida saudáveis e consolidaram hábitos saudáveis ao participarem regularmente em atividades promotoras deste objetivo, 59 crianças/jovens desenvolveram 3 das 6 competências de cidadania ao participarem em atividades promotoras da participação, e 47 crianças, jovens e familiares alteraram a sua opinião em relação às pessoas ciganas e aos Bairros Sociais, deixando de demonstrar preconceito. Registámos 494 pessoas envolvidas em atividades cívicas, desportivas e de saúde, promotoras da qualidade de vida e do desenvolvimento de competências de cidadania no ano de 2021, das quais 180 crianças, jovens e familiares de forma regular. (…) 312 são crianças/jovens, entre estes 60 diretos e 252 indiretos, sendo que os restantes 182 indiretos são familiares e 38 outros, mentores de atividades e professores/as. Entre os regulares encontram-se 104 crianças/jovens, 60 dos quais direitos, 69 familiares e 9

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
					outros. (Relatório de avaliação Anual, 2021)
			#33PE Nº / agentes locais envolvidos em ações comunitárias	Menos evidências	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto COOLABORA CRL Município da Covilhã CPCJ da Covilhã ARSC, I.P. - Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. / ACeS Cova da Beira - Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa Modatex - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confecção e Lanifícios Universidade da Beira Interior Unidos Futebol Clube Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade do Tortosendo Junta de Freguesia do Tortosendo AJT - Associação Jovem do Tortosendo Conservatório de Música da Covilhã
			Outros		

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

QA3. De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?

Convém relembrar que os Projetos Escolhas são de âmbito local e mesmo comunitário, pelo que os impactos devem ser preferencialmente medidos nos respetivos territórios sempre que exista informação disponível.

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatório de avaliação; documentos da candidatura e outros)
• Equipa Coor. do Projeto	I II III	Mais sucesso escolar	As evidências são demonstrativas do sucesso e eficácia das atividades em matéria do alcance do sucesso escolar dos participantes; os resultados apontam para melhoria dos	"(…) foi possível promover o sucesso escolar entre 48 crianças /jovens participantes regulares; diminuir o absentismo de 36 crianças/jovens integradas em programa de mentoria e atividades da Medida I;

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatório de avaliação; documentos da candidatura e outros)
• Consórcio (*) • Beneficiários (**) • Ex beneficiários (***)			resultados, diminuição do absentismo e retração das taxas de retenção.	corresponsabilizar 27 pais e encarregados/as de educação pelo processo educativo dos filhos/as;" (Relatório de avaliação Anual, 2021)
		Jovens mais qualificados	Apesar do projeto ter menos evidências neste campo, dada a população com quem trabalham, é comum haver encaminhamento de jovens para ofertas profissionalizantes e outras formações do IEFP por exemplo.	Para pessoas com escolaridade baixa: atualmente estão em formação profissional por conta do trabalho iniciado ainda na 6ªgeração, através do IEFP; quem tinha o 4º ano terminou;
		Diminuição do número de jovens NEET	Menos evidências	
		Aumento da taxa de emprego jovem (emprego e autoemprego)	Menos evidências	
		Reforço da coesão social e das dinâmicas de ação comunitária	O projeto tem uma centralidade na comunidade e é apontado, justamente, pelo facto de dinamizar várias atividades para a comunidade no geral; uma vez que tem uma rede de parcerias bem estabelecida e que está bem enraizado na comunidade é referido ainda pelo facto de ser capaz de gerar outras iniciativas e concorrer para outros projetos a bem da comunidade.	(…) 42 crianças/jovens e familiares adotaram estilos de vida saudáveis e consolidaram hábitos saudáveis ao participarem regularmente em atividades promotoras deste objetivo, 59 crianças/jovens desenvolveram 3 das 6 competências de cidadania ao participarem em atividades promotoras da participação, e 47 crianças, jovens e familiares alteraram a sua opinião em relação às pessoas ciganas e aos Bairros Sociais, deixando de demonstrar preconceito. (…)494 pessoas envolvidas em atividades cívicas, desportivas e de saúde, promotoras da qualidade de vida e do desenvolvimento de competências de cidadania no ano de 2021, das quais 180 crianças, jovens e familiares de forma regular. Do total de participações apuradas na AGIL, verificamos que 312 são crianças/jovens, entre estes 60 diretos e 252 indiretos, sendo que os restantes 182 indiretos são familiares e 38 outros, mentores de atividades e professores/as. (Relatório de avaliação Anual, 2021)

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatório de avaliação; documentos da candidatura e outros)
		Territórios mais inclusivos e com dinâmicas de intervenção mais sustentáveis	As dinâmicas participativas são referidas por conferir maior inclusão; o facto de o projeto gerar outras intervenções, confere ainda uma intervenção global mais sustentável, contudo, este aspeto é sempre menos visível pela falta de dados que demonstrativos	s.d
		Sustentabilidade	À semelhança do que sucede com os outos projetos escolhas, a sustentabilidade do projeto está comprometida pela estrutura do Programa Escolhas e pela dependência pelo financiamento.	s.d.

RELEVÂNCIA/COERÊNCIA INTERNA E EXTERNA

QA5. A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciciários (**) • Ex-beneficiários (***)	Problemas, Medidas e a sua Configuração Específica	**#42PE** Matriz de coerência interna entre as medidas e a sua configuração específica com a evolução ao longo das várias gerações de medidas **#43PE** Matriz de coerência externa face a outras medidas que concorrem para os mesmos objetivos com identificação dos domínios de sobreposição e de complementaridade	-O projeto foi pensado inicialmente para dar resposta à introdução de um bairro social na freguesia, com vista a dar enquadramento e acompanhamento social às novas famílias, e promover a escolarização das suas crianças e jovens, combater o absentismo e a violência que começava a surgir nas escolas. -Esta 8 geração veio para responder a problemas identificados na 7 geração, e para isso auscultaram a população. As principais diferenças face a edições anteriores residem na integração de uma linha de atuação na área da saúde e do desporto, uma vez que perceberam que era mesma necessária, essas competências concorrem também para o sucesso escolar; esta 8 geração veio reforçar algumas componentes do trabalho desenvolvido, menos centrado no sucesso escolar como nas edições anteriores, mas sobretudo centrado nas necessidades individuais e na educação especial; foi importante terem trabalhado precocemente as crianças a partir da escola primária. - não são oferta única no território, mas complementam-se com a oferta que existe e, em muitos casos, dão apoio e atividades específicas para grupos mais afastados das ofertas tradicionais;	**s.d**

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental
		#44PE Matriz de níveis de risco que relaciona objetivos, configurações das medidas e complementaridade entre si e com outras medidas	- as atividades têm surtido os efeitos pretendidos e respondem aos problemas identificados no diagnóstico; logo havendo coerência entre as medidas e a configuração das mesmas, marcadas por grande continuidade no território; -em matéria dos riscos estes estão mais relacionados com os aspetos do funcionamento do Programa Escolhas, ou seja, relacionados com o financiamento e a capacidade para contratar recursos e meios para o projeto funcionar; ou ainda, o tempo de vida do projeto, que tem sempre de ser submetido a candidatura.	

Estudo de caso: Projeto C

Entrevistas nos dias 13 e 29 de julho de 2022, via Colibri-Zoom com:

1 Elemento da equipa Coordenadora do Projeto
5 das 19 Entidades (26%) do Consórcio do Projeto FG
6 Participantes (1 rapariga, 5 rapazes com 9 a 17 anos de idade) FG

Enquadramento:

O projeto B é financiado pelo programa Escolhas desde 2016 (6ª geração) e as suas atividades enquadram, atualmente, as medidas I e III. A área de influência corresponde a um concelho do Norte do país, sendo a população roma residente a principal destinatária das atividades desenvolvidas. Tem, desta maneira, a particularidade de estar afeto a um concelho e, por isso, estar dependente da rede de parceiros que se encontra distribuída pelo território, para a concretização das suas atividades.

Tem como objetivo principal o de "Promover o aumento das competências escolares, pessoais, sociais, artísticas e digitais das crianças e jovens da comunidade cigana do concelho de Ovar, bem como competências parentais das respetivas famílias, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social", subdivido em vários outros objetivos mais específicos.

De uma maneira geral, as metas propostas têm sido atingidas, muito embora mais recentemente o contexto de pandemia e os sucessivos isolamentos, tenham trazido vários constrangimentos, vistos na diminuição das atividades e, em alguns casos, na interrupção das mesmas (sobretudo quando estas estavam agendadas para realização nas instalações escolares e ou com atores escolares).

Um dos aspetos que se destaca é a proximidade e articulação com as escolas do concelho, no acompanhamento e monitorização dos jovens; o mesmo tem permitido combater situações de risco de retenção escolar e de abandono escolar.

O projeto tem apresentado resultados muito positivos, visto na transição de vários jovens e crianças, na recuperação das aprendizagens e na manutenção da frequência escolar, mesmo em casos de emancipação aos 16 anos e quando estes se casam precocemente. De geração para geração, a equipa atesta a maior abertura da comunidade cigana face ao projeto e atividades propostas, a maior confiança e o enraizamento do projeto dentro da comunidade. O projeto é também destacado pela articulação com outras entidades presentes no terreno e que lidam com a comunidade, e sobressai entre todas pelo seu papel mediador. Assim, este é um dos principais efeitos indiretos sinalizados, dado que é muitas vezes requisitado e solicitado para estabelecer pontes de ligação entre escola e famílias, entre câmara e comunidade roma, para integração das equipas RSI no terreno, entre outros.

Entre as maiores dificuldades, contam-se: algumas especificidades da população, que obrigam a um trabalho continuado e a uma grande sensibilização para aceitação da diferença; a menor capacidade para mobilizar pais e encarregados de educação, muita embora estejam traçadas metas nesse sentido; o financiamento do projeto, considerado insuficiente; o tempo de vida do projeto (2 anos), considerado também insuficiente e instigador de instabilidade dentro das próprias equipas e na comunidade beneficiária.

EFICIÊNCIA

Adequação e balanço dos instrumentos de financiamento

O financiamento é considerado insuficiente, sobretudo por poder comprometer a realização de atividades; por exemplo, como o projeto tem uma projeção ao nível do concelho necessita de garantir transporte para várias crianças e jovens que vivem afastados da sua sede e o mesmo comporta custos acrescidos aos quais nem sempre conseguem dar resposta. De se notar, que as equipas coordenadora e técnica do projeto abdicaram de parte dos honorários para que se pudesse adjudicar o dinheiro à realização de atividades, em particular aquelas que visassem atividades especificas para o verão, entre outras.

As medidas do projeto foram-se adaptando ao território e às necessidades encontradas, de geração em geração o projeto tem se calibrado. Nas gerações iniciais o projeto tinha, por exemplo, excesso de atividades (propunha à volta de 40 ações) agora, nas candidaturas mais recentes, capitalizadas e redimensionadas; isto tem permitido atingir os objetivos específicos e boas taxas de execução, mas também garantindo a maior adaptação aos custos previstos. De qualquer modo, o financiamento é visto como sendo muito pouco flexível, sobretudo dada a realidade do projeto (com várias atividades dispersas pelo território) e as especificidades da população alvo (alunos de etnia roma que vivem em acampamentos e muito afastados da sede).

EFICÁCIA

Operacionalização e concretização dos objetivos e metas

O projeto B está no terreno há 3 gerações Escolhas (desde a 6ª geração) e tem como objetivo principal o de "Promover o aumento das competências escolares, pessoais, sociais, artísticas e digitais das crianças e jovens da comunidade cigana do concelho de Ovar, bem como competências parentais das respetivas famílias, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social."

Pelos dados de execução das atividades desenvolvidas nas duas medidas, conclui-se que, tendencialmente, o projeto contribuiu para a promoção de competências escolares, pessoais, artísticas e digitais das crianças e jovens da comunidade Roma do concelho de Ovar, assim como promoveu o maior envolvimento parental e das famílias nos percursos escolares dos filhos, igualdade de

oportunidades e inclusão social. Em todo o caso, a mobilização das famílias permanece como um dos aspetos a melhorar, dado que estas correspondem às atividades menos concretizadas e menos participadas.

Apesar das melhorias e resultados positivos, alguns problemas subsistem, exigindo uma atenção continuada: nomeadamente, questões de indisciplina, absentismo escolar, emancipação precoce aos 16 anos, abandono escolar, entre outros.

A pandemia covid obrigou a várias reestruturações, contudo permanecendo um saldo positivo das atividades desenvolvidas e dos resultados registados. A equipa desempenhou um importante papel durante este período, estabelecendo-se como o principal mediador entre a escola e as famílias roma; facilitando o acesso das equipas de saúde aos acampamentos para testagem covid; mediando a relação com a câmara e outras entidades. Este papel mediador é destacado por todos os elementos do consórcio, que referem que determinados resultados atualmente muito visíveis, como sejam a continuidade na escola, a maior frequência de jovens no ensino secundário, a maior proximidade da comunidade roma com a escola e com outras instituições e entidades da comunidade alargada, se deve, essencialmente, ao trabalho que é desenvolvido pelo projeto ao nível do concelho– uma ação que visa e que trabalha a inclusão. Projetos com esta dimensão e relevância não devem, destacam, estar dependentes de financiamentos para 2 anos.

Assim, no âmbito da medida I, existem 4 objetivos específicos: i) Envolver os participantes, durante os 2 anos do projeto, em atividades promotoras do sucesso e progressão escolar, desenvolvimento de competências pessoais parentais e digitais; ii) melhorar os resultados escolares; iii) desenvolver competências TIC; iv) Promover a corresponsabilização dos encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos. Dos quatro o último é referido pela maior dificuldade e, no caso de algumas das atividades previstas, pela sua inatividade, contudo, parte da justificação prende-se, por um lado, pelas famílias sinalizadas serem mais disfuncionais com dificuldade no cumprimento de regras e, por outro lado, com os constrangimentos provocados pela pandemia covid-19, pela impossibilidade de reunir presencialmente com estes beneficiários. De qualquer modo, a atividade Oficina dos Pais, realizada em conjunto com os CLDS, tem apresentado boas taxas de execução, com uma taxa de participação positiva e regular, atestado pelos vários relatórios de avaliação sucessivos.

O sucesso e frequência escolar são considerados aspetos basilares para os resultados do projeto e estes apontam sobretudo para um saldo positivo – maior frequência escolar, continuidade escolar, mais indivíduos roma no ensino secundário, entre outros aspetos. Contudo, os resultados também apontam para a necessidade de um trabalho continuado: em particular, reforçar as valências que visam trabalhar as questões da assiduidade, da indisciplina e a importância da escolarização e da qualificação. Os jovens auscultados atestam a relevância do projeto, particularmente a importância da escola para a construção de um futuro: daqui por 10 anos todos gostariam de estar a trabalhar e profissionalmente integrados.

Os agrupamentos escolares auscultados atestam a importância do projeto no trabalho da valorização escolar, atestando que cada vez mais jovens roma chegam ao ensino secundário, cada vez são mais os casos de sucesso, com o aumento da assiduidade e o maior domínio sobre as competências escolares. O projeto é destacado por estabelecer uma importante ponte entre escola e famílias, imprescindível para a manutenção de percursos escolares marcados por mais sucesso e inclusão.

Em 2020/21 de acordo com os dados facultados pelo relatório de avaliação, 38 participantes assistiram consecutivamente a pelo menos a 12 sessões das diversas ações desenvolvidas no âmbito da medida 1. Em termos de resultados, de 12 participantes aptos para ser avaliados nesse ano e campo, 9 transitaram de ano. No geral, em termos de resultados acumulados, a transição de ano letivo é um resultado muito constante, sendo menos regulares os resultados esperados sobre o absentismo, por exemplo. De 50 participantes sinalizados nas ações TIC, 26 atingiram o objetivo, ou seja, frequentaram um mínimo de 12 sessões e adquiram pelo menos 3 das competências treinadas.

Ao nível do consórcio destaca-se um efetivo trabalho e articulação entre as diferentes entidades e o projeto, e ainda a participação mais ativa nas atividades – por exemplo psicólogos escolares evolvidos nas atividades; cedência de espaços e de recursos (transportes por exemplo); articulação de equipas no terreno (com os CLDS e equipas RSI), entre outros.

Ao nível da Medida III, os objetivos específicos são: i) Envolver os participantes, durante os 2 anos do projeto, em atividades promotoras de competências pessoais e sociais (focando a interculturalidade), competências desportivas, culturais e artísticas, bem como atividades que fomentem hábitos de vida saudáveis; ii) Desenvolver competências artísticas e/ou culturais; iii) Promover hábitos de saúde e/ou de vida saudáveis. De todas as ações desenvolvidas a "Mãcheia de chaborrilhos" e o "Joga com Escolhas" são destacados pela positiva e como ações que visam a promoção da interculturalidade, ambas as atividades desenvolvidas com o apoio dos AE. De qualquer modo, a logística e os constrangimentos do projeto (sobretudo financeiros) têm impossibilitado a realização das atividades com todos os participantes, como sugere a passagem retirada de um dos relatórios de avaliação: "Algumas atividades não têm o número ideal de participantes, porque nem sempre conseguimos alugar autocarro para transportar as crianças e a nossa carrinha é de apenas 5 lugares e em determinados momentos, devido às restrições, apenas estávamos a transportar 3 crianças / jovens de cada vez. Quando as atividades são nas escolas ou vamos buscar os participantes a casa, a recetividade é enorme. Como não é viável fazer isso técnica, logística e financeiramente nas 12 comunidades existentes, nem para todas as atividades, e a nossa sede do projeto fica distante, isso é um grande entrave a que não existam mais crianças e jovens a comparecerem de forma mais regular e a beneficiar da intervenção".

De acordo com a informação facultada (relatório anual de avaliação de 2021, 1º ano de execução), os objetivos propostos foram atingidos e as metas encontram-se no bom caminho para serem atingidas; foram 23 jovens e crianças que, em regularidade, participaram em pelo menos 12 sessões de atividades promotoras de competências desportivas, culturais, artísticas e de promoção de hábitos de vida saudáveis; os resultados apontam na generalidade para um saldo positivo: 21 crianças, participantes em pelo menos 8 sessões, adquiriram pelo menos 3 competências artísticas e ou culturais (com destaque para atividade Oficinas coloridas, com participação da JCV); 26 participantes, em pelo menos 6 sessões, melhoraram 3 competências promotoras do raciocínio crítico, confiança, empatia e comportamentos adequados; 22 participantes melhoraram 3 competências, das 10 avaliadas,

promotoras de hábitos de saúde e/ou de vida saudáveis tendo participado em pelo menos 6 sessões/ano de atividades do projeto. As avaliações têm contribuído para melhorar, de geração em geração, ao tornar as atividades exequíveis, com metas alcançáveis; no entanto, a pausa entre gerações às vezes introduz dificuldades acrescidas e uma sensação de "começar do zero", ou seja, quando retomam a nova geração, com todas as novas adaptações e ou mudanças nas medidas, vêm-se obrigados a (re)fazer todo um trabalho de preparação junto do consórcio e dos beneficiários.

A assessoria técnica do Programa Escolhas foi melhorando, o trabalho realizado pelas coordenadoras do programa é considerado muito positivo; a exigência é muita, mas o apoio e disponibilidade da equipa técnica do Programa Escolhas é avaliado como muito positivo. O processo das candidaturas é "pesado" e muito burocrático, muito embora tenha melhorado substancialmente ao longo das gerações, há no entanto espaço para melhoria e para "simplificar" certos aspetos burocráticos.

IMPACTO e SUSTENTABILIDADE

Impacto e sustentabilidade das medidas e ações desenvolvidas pelos projetos Escolhas

O balanço do projeto é considerado muito positivo, e um dos principais resultados e impactos prende-se, justamente, com o aumento da valorização escolar; por exemplo, alguns jovens, mesmo quando casam precocemente – seguindo a tradição Roma – começam a não desistir de frequentar a escola e não abandonam o percurso escolar; esse resultado tem vindo a ser alcançado ao longo das gerações do projeto "os jovens percebem que mesmo que se casem, isso não deve impedi-los de concluir o seu percurso escolar".

No âmbito da medida III, que trabalha as questões de cidadania e tolerância, destaca-se o facto dos jovens Roma sentirem-se confortáveis no envolvimento em diversas atividades externas proporcionadas por várias entidades da comunidade alargada onde vivem: " os próprios jovens já não têm problemas por serem ciganos e querem fazer atividades pela cidade, e cada vez mais"; também são eles próprios muitas vezes que promovem o encontro entre si, as reuniões e assembleias jovens, com intuito de discutirem questões relevantes ao nível da saúde e da cidadania, entre outras.

O projeto tem ainda grande projeção na comunidade, funcionando a entidade promotora do mesmo como o principal mediador entre várias instituições e ou entidades e a comunidade/famílias Roma do concelho. Tem um elevado número de parcerias, algumas destas esporádicas e informais, mostrando a capacidade de mobilização da equipa coordenadora e técnica nesse sentido.

A sustentabilidade do projeto é comprometida sobretudo pelo tempo de vida do projeto; todos elementos auscultados dos diferentes grupos (consórcio, equipa coordenadora, beneficiários) atestam a relevância e importância das ações desenvolvidas para o território, referindo que, na ausência da entidade promotora e do projeto, as medidas e os principais resultados já alcançados desvanecer-se-iam.

De se notar, contudo, que apesar da grande relevância ao nível do contexto onde opera, e os seus bons indicadores estes estão muito conectados com os participantes diretos com quem trabalham; efeitos mais gerais sobre a comunidade roma não são medidos, muito embora se alcance que o projeto é fundamental para estas comunidades e para a sua integração na comunidade mais alargada de que fazem parte.

Matriz de Impactos

Pontos forte

O programa escolhas dá uma resposta inovadora "não tradicional", relevante para jovens mais afastados das respostas "tradicionais";

Atividade do programa: "Escolhas portas abertas";

Laços de confiança estabelecidos com a comunidade do bairro
Reconhecimento e validação social do projeto
Reuniões de acompanhamento técnico feitas com regularidade
Experiência duradoura no terreno
Agente mediador no território
Participação e articulação com as entidades parceiras do consórcio
Formalização de outras parcerias informais
Promoção da inclusão social nas crianças e jovens Roma desfavorecidos
Proporcionar novas oportunidades e experiências para crianças e jovens Roma desfavorecidos
Acompanhamento individualizado
Dinamizador que é antigo beneficiário do projeto

Pontos Fracos

Dependência financeira, sobretudo para manter equipas e atividades em curso
Entraves financeiros para realização de certas atividades (o orçamento não chega)
Tempo de vida do projeto (2 anos)
Rotatividade das equipas e dos voluntários que desenvolvem as atividades

Riscos e Ameaças

Constituir um projeto que é submetido a candidatura de 2 em 2 anos
Muitas das atividades estão dependentes voluntariado
Instabilidade proporcionada às equipas e às comunidades alvo da intervenção
Tempo de vida do projeto (2 anos); quando o projeto se encontra na sua fase mais consolidada termina e inicia-se nova candidatura
Escolas pouco abertas a envolverem-se mais diretamente nas ações de formação proporcionadas pelo projeto
Criar expectativas na comunidade quando o projeto pode não receber financiamento

Questões a melhorar

Gestão orçamental e financeira do projeto
Sustentabilidade do projeto além financiamento e programa escolhas, prolongamento do projeto
Tornar os projetos em políticas locais de intervenção social continuadas
Repensar nas gerações dos programas – 2 anos é pouco, 5 anos pode ser de mais;
Criar estratégias para maior envolvimento ativo dos agentes parceiros do projeto
Condições de logística do projeto: instalações, transportes, recursos e equipa técnica insuficiente
Introdução novos recursos e outras valências a trabalhar no projeto (terapia da fala, por exemplo)
Desfasamento ano letivo e ano civil do projeto

RESULTADOS E BLOCO DE TESTE DE MECANISMOS POR TEMA

Resultados dos projetos; estes contribuem para os resultados mais gerais a atingir pelo Programa?
De que modo os mecanismos estão a ser operacionalizado?
Bloco de teste de mecanismos por tipo de medida

Mecanismos associados medidas I	Evidências recolhidas
A mobilização de recursos específicos (M1)	A mobilização de recursos específicos para a promoção do sucesso escolar usados pelo projeto no âmbito da medida 1: apoio individualizado, recurso a ferramentas informáticas, recurso a jogos didáticos, atividades lúdicas e recreativas (artes, musica, desportivas), recurso a atividades lúdicas e recreativas, sobretudo componentes artísticas, tem determinado uma mudança na forma como os jovens e as crianças Roma percecionam a escola e a sua própria escolarização; os resultados têm melhorado e os percursos escolares têm sido mais continuados; e o contacto com as ferramentas digitais fomentado, o que facilita, por um lado, a integração dos jovens e crianças na comunidade mais alargada e na sociedade do conhecimento e digital;
Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	O trabalho em rede é uma componente muito forte no projeto e o leque de parcerias alargado; isto é demonstrativo que a abordagem territorializada tem permitido dar respostas às necessidades encontradas no terreno, por via, entre outras coisas, da mobilização/ envolvimento de outros agentes presentes no terreno.
Processos participativos (M3)	Os processos participativos têm destaque no projeto: para o desenho das atividades, auscultaram o público-alvo o que tem determinado maior adequação e frequência nas mesmas; há efetivamente uma rede estabelecida, um consórcio, diversificado e

	multidisciplinar a funcionar, que tem providenciado vários apoios e recursos e, em alguns casos, recorrido ao próprio projeto para apoio na interação com a comunidade; há uma participação efetiva dos jovens;
Mecanismos associados a Medidas II	**Evidências recolhidas**
A mobilização de recursos específicos (M1)	n/a
Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	n/a
Processos participativos (M3)	n/a
Mecanismos associados a Medidas III	
A mobilização de recursos específicos (M1)	Há valências do projeto que trabalham as questões da cidadania, serviço comunitário, trabalhar a diferença e o respeito pelo outro. Destacam-se as iniciativas que trabalham a interculturalidade nas escolas do concelho; sobre a capacidade dos jovens para eles próprios mobilizarem-se para ações comunitárias, foram recolhidas poucas evidencias; é uma comunidade que continua muito fechada sobre si própria; destaque para o dinamizador comunitário que é um ex- beneficiário do projeto;
Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	As ações são muito dirigidas para os jovens participantes, para os seus colegas na escola e para as famílias.
Processos participativos (M3)	Na auscultação realizada aos beneficiários atestou-se o sentido de responsabilidade cívica e comunitária dos mesmos; não obstante, denotando-se que existe um "fechamento" da comunidade sobre si própria. Algumas das ações visam o contacto do jovem com a comunidade externa e têm sido bem-sucedidas e aceites pelos mesmos.

RELEVÂNCIA E COERÊNCIA INTERNA/EXTERNA

Coerência interna entre as medidas e a sua configuração específica com a evolução ao longo das várias gerações de medidas

As medidas do projeto estão adaptadas à realidade e ao diagnóstico realizado, nomeadamente procurando dar resposta a problemáticas que, em todo o caso, vão subsistindo: falamos de uma comunidade com várias carências, com baixas qualificações, com várias lacunas ao nível das competências digitais, competências escolares, e que, tendencialmente, desvaloriza a escola e a escolarização; as famílias também apresentam pouca preparação para, por exemplo, acompanhar os percursos escolares dos filhos. O projeto com as ações que desenvolve e que se propôs a desenvolver no âmbito das medidas I e III tem conseguido atingir resultados positivos, sobretudo na capacidade revelada para mediar e estabelecer pontes de ligação entre a comunidade roma e outras instituições, como a escola, as equipas RSI, entre outras.

A Coerência externa face a outras medidas que concorrem para os mesmos objetivos com identificação dos domínios de sobreposição e de complementaridade

Face à população-alvo com quem trabalham, ao nível do concelho, subsistem no terreno como oferta única; não obstante, articulam com outras equipas que também trabalham com estas comunidades: escolas, CLDS, equipas RSI, Câmara; muitas vezes é o projeto que medeia e que sensibiliza a comunidade roma para sua própria integração na comunidade mais alargada e na interação com outras entidades.

Risco que relaciona objetivos, configurações das medidas e complementaridade entre si e com outras medidas

Alguns aspetos determinam maiores riscos ao nível da execução das medidas: a gestão das tarefas ao nível interno das equipas; o pesado aparelho burocrático que compreende o projeto escolhas, com a elaboração de relatórios extensos e com grande volume de indicadores, o que poderá ter implicação na ordem das atividades a desenvolver.

A elevada centralidade que o projeto tem dentro da comunidade e, mais precisamente, dentro do consórcio e face a outras equipas no terreno, apesar de ser apontada como positiva pode, de facto, comportar riscos; por um lado, para o próprio projeto, na medida em que os aspetos concernentes ao apoio a dar ao próprio projeto – e a receber das outras entidades - podem ser mais descurados; e para a sustentabilidade das relações estabelecidas entre as outras equipas no terreno e a comunidade roma alvo da intervenção, sob pena do projeto estar dependente de financiamento e o mesmo poder terminar e perder-se, com isso, todo um capital acumulado de conhecimento e proximidade.

Síntese de evidências –Projeto C

Eficácia

QA1. O programa Escolhas alcançou os seus objetivos específicos ou irá alcançá-los no futuro? Em que medida e como é que as mudanças observadas podem ser atribuídas ao PE?

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciários (**) • Ex-beneficiários (***)	I	M1 M2 M3	**#5PE** Tipologia de ações de apoio e acompanhamento escolar dos projetos	- as atividades são negociadas com os beneficiários de forma a garantir a sua concretização e frequência nas mesmas; Estudo acompanhado; - apoio ao estudo, ajuda nos trabalhos de casa; - ações de sensibilização para a valorização da escola;	Ensino a Distância Apoio ao estudo Oficina de Pais Hora do Conto Formação TIC Mud(ARTE) + Competências Gabinete de Apoio Psicossocial Mediação Intercultural Acesso livre ás TIC S@ber +
			#6PE Nº / jovens encaminhados para respostas de formação/qualificação	- há um aumento do número de jovens que são encaminhados para formação profissional (CEF e outros);	s.d.
			#7PE Tipologia de ações TIC dos projetos	- promoção do uso de ferramentas informáticas e digitais, por via do ensino à distância, mas também formativo;	Ensino a Distância Apoio ao estudo Hora do Conto Formação TIC + Competências Gabinete de Apoio Psicossocial Acesso livre ás TIC S@ber +
			#8PE Nº/Tipo de parceiros envolvidos nas ações da Medida I	-Celebram várias parcerias informais sobretudo para o encontro de apoios, doação de material e outros recursos; -Alguns exemplos, empresas que cederam computadores; trabalham com a CAO, com os CLDS, entre outros;	Delegação de Ovar da Cruz Vermelha Portuguesa Câmara Municipal de Ovar ACES- Baixo Vouga - Centro de Saúde de Ovar Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ovar Junta de Freguesia de Válega Fundação Padre Pereira Pinho e Irmã

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
				-Há uma boa articulação com as escolas do concelho e com os gabinetes de acompanhamento familiar, com o centro de saúde, entre outras. Em todo o caso, professores têm recusado participar de ações de formação especificas, que permitiriam dar continuidade ao projeto; -Uma boa parte das atividades realiza-se fora da sede do projeto, e nessa medida, os parceiros, quer do consórcio, quer das parcerias informais, são essenciais (para aulas em contexto de sala de aula; para acesso a serviços de psicologia; para acesso a componentes artísticas)	União de Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vicente Pereira e Jusã Grupo de Acção Social de S. Vicente Pereira Agrupamento de Escolas de Ovar Sul Agrupamento de Escolas de Ovar "Um dos grandes aspetos a destacar, que tem vindo a ser cada vez maior com o decorrer das gerações, é a mediação entre as entidades parceiras, nomeadamente com os agrupamentos de escolas. O contacto com ambos os agrupamentos é regular e passa por tentar solucionar questões de saúde, relacionadas com serviço social, assiduidade e absentismo escolares. Devido a obtermos as informações escolares de forma atempada, foi possível, antes do final do semestre, reunir com os encarregados de educação de todas as crianças e jovens que acompanhamos e em que foram relatados problemas de assiduidade, pontualidade e comportamento." Ver aval 2021
			#9PE Tipologia de ações de resposta à COVID-19	Recorreram aos encontros à distância – muito embora alguns alunos tivessem pouco acesso, ou acesso nenhum a pc; linha telefónica para apoio e atendimento; - Apoio ao estudo e acompanhamento por videoconferências, ou videochamadas; - Ajustamento das metas e objetivos de acordo com a realidade, sobretudo o número de participantes e o número de sessões; - Acompanharam as equipas de testagem aos acampamentos, o papel do projeto foi fundamental nesse sentido;	s.d.
		Resultados	**#10PE T**axa de retenção escolar e insucesso escolar	s.d.	Em 2020/21 de acordo com os dados facultados pelo relatório de avaliação, 38 participantes assistiram consecutivamente a pelo menos a 12 sessões das diversas ações desenvolvidas, no âmbito da medida 1. Em termos de resultados, de 12 participantes aptos para ser avaliados nesse ano, 9 transitaram de ano. No geral,

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
					em termos de resultados acumulados, a transição de ano letivo é um resultado muito constante, sendo menos regulares os resultados esperados sobre o absentismo, por exemplo.
			#11PE Classificações globais e sucesso escolar	- as escolas atestam a importância do projeto na sensibilização para a importância da escola, melhoria da assiduidade, dos comportamentos e do trabalho escolar - o coordenador do projeto atesta a melhoria das classificações dos alunos, o aumento do interesse escolar;	Em 2020/21 de acordo com os dados facultados pelo relatório de avaliação, 38 participantes assistiram consecutivamente a pelo menos a 12 sessões das diversas ações desenvolvidas no âmbito da medida 1. Em termos de resultados, de 12 participantes aptos para ser avaliados nesse ano e campo, 9 transitaram de ano. No geral, em termos de resultados acumulados, a transição de ano letivo é um resultado muito constante, sendo menos regulares os resultados esperados sobre o absentismo, por exemplo.
			#12PE Nº /jovens com competências digitais	s.d.	Em 2020/21 de acordo com os dados facultados pelo relatório de avaliação, de 50 participantes sinalizados nas ações TIC, 26 atingiram o objetivo, ou seja, frequentaram um mínimo de 12 sessões e adquiram pelo menos 3 das competências treinadas.
			#13PE Nº / jovens com escolaridade obrigatória concluída	Projeto que trabalha sobretudo os jovens dentro da escolaridade obrigatória	s.d.
			Outros	- mesmo no caso dos jovens que casam precocemente, a tendência tem sido a de não abandonar a escola;	
	II	M1 M2 M3	#18PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a procura ativa de emprego/empreendedorismo	- não têm esta medida, mas o projeto tem facilitado na mediação na procura de formações e integração no MT, para quem procura ajuda;	n/a
			#19PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a transição para o mercado de trabalho	n/a	n/a

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
			(emprego e autoemprego)		
			#20PE Nº/Tipo de parceiros envolvidos nas ações da Medida II	n/a	n/a
			Interdependência de mecanismos e processo de mudança	n/a	n/a
		Resultados	#2 Nº de jovens com competências de procura ativa de emprego	n/a	n/a
			#22 Nº de jovens que transitou para o mercado de trabalho com sucesso (estágios, emprego, projetos inovadores)	n/a	n/a
			#23 Nº de jovens que conseguiu criar o seu próprio projeto/emprego	n/a	n/a
	III	M1 M2 M3	**#28PE** Nº e Tipologia de ações para o desenvolvimento da cidadania e participação cívica, das competências de cuidados de saúde e promoção de ações comunitárias	- os próprios jovens mobilizam-se para realizar assembleias e encontros/reuniões de jovens, debates e atividades artísticas; faz parte do projeto Escolhas, mas neste caso os jovens são particularmente participativos; - intervenção inclusiva; -Ao nível da Medida III, os objetivos específicos são: i) Envolver os participantes, durante os 2 anos do projeto, em atividades promotoras de competências pessoais e sociais (focando a interculturalidade), competências desportivas, culturais e artísticas, bem como atividades que fomentem hábitos de vida saudáveis; ii) Desenvolver competências artísticas e/ou culturais; iii) Promover hábitos de saúde e/ou de vida saudáveis. De todas as ações desenvolvidas a "Mãcheia de chaborrilhos" e o "Joga com Escolhas" são destacados pela positiva e como ações que visam	Oficina de Pais Gabinete de Apoio Psicossocial Atelier de Férias Mãcheia de Chaborrilhos Joga c/ Escolhas Acesso livre às TIC Oficinas Coloridas

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
				a promoção da interculturalidade, ambas as atividades desenvolvidas com o apoio dos AE.	
			#29PE Nº e Tipologia de iniciativas de combate aos estereótipos e discriminação social junto da comunidade	- as ações desenvolvidas pelo projeto nas escolas são realizadas na turmas onde os alunos de etnia cigana e participantes diretos no projeto estão inseridos; isto permite trabalhar a inclusão e integração e aceitação do outro, entre todos os presentes;	- s.d.
			#30PE Nº /ações com envolvimento da comunidade	-Sem especificações	- s.d.
			#31PE Nº e Tipologia o de parceiros envolvidos nas ações	- Consórcio; destaque escola, câmara, CLDS;	- s.d.
		Resultados	**#32PE** Nº / crianças/jovens participantes em ações comunitárias	De acordo com a informação facultada (relatório anual de avaliação de 2021, 1º ano de execução), os objetivos propostos foram atingidos e as metas encontram-se no bom caminho para serem atingidas; -foram 23 jovens e crianças que, em regularidade, participaram em pelo menos 12 sessões de atividades promotoras de competências desportivas, culturais, artísticas e de promoção de hábitos de vida saudáveis; -os resultados apontam na generalidade para um saldo positivo: 21 crianças, participantes em pelo menos 8 sessões, adquiriram pelo menos 3 competências artísticas e ou culturais (com destaque para atividade Oficinas coloridas, com participação da JCV); -26 participantes, em pelo menos 6 sessões, melhoraram 3 competências promotoras do raciocínio crítico, confiança, empatia e comportamentos adequados; - 22 participantes melhoraram 3 competências, das 10 avaliadas, promotoras de hábitos de saúde e/ou de vida saudáveis tendo participado em pelo menos 6 sessões/ano de atividades do projeto	

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
			#33PE Nº / agentes locais envolvidos em ações comunitárias	s.d.	s.d.
			Outros		

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

QA3. De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?

Convém relembrar que os Projetos Escolhas são de âmbito local e mesmo comunitário, pelo que os impactos devem ser preferencialmente medidos nos respetivos territórios sempre que exista informação disponível.

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatório de avaliação; documentos da candidatura e outros)
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciciários (**) • Ex-beneficiários (***)	I II III	Mais sucesso escolar	- apesar de vários jovens continuarem a casar cedo, não desistem de frequentar a escola, e esse resultado é atribuído ao esforço do projeto; - continuidade na escola; (*) - mais casos de sucesso; (*) - facilidade nas dinâmicas de grupo (*) - mais alunos no ensino secundário; - mediação escola-família proporcionada pelo projeto;	Em 2020/21 de acordo com os dados facultados pelo relatório de avaliação, 38 participantes assistiram consecutivamente a pelo menos a 12 sessões das diversas ações desenvolvidas no âmbito da medida 1. Em termos de resultados, de 12 participantes aptos para ser avaliados nesse ano e campo, 9 transitaram de ano. No geral, em termos de resultados acumulados, a transição de ano letivo é um resultado muito constante, sendo menos regulares os resultados esperados sobre o absentismo, por exemplo. De 50 participantes sinalizados nas ações TIC, 26 atingiram o objetivo, ou seja, frequentaram um mínimo de 12 sessões e adquiram pelo menos 3 das competências treinadas.
		Jovens mais qualificados	- tomada da consciência da importância da formação profissional, elevar as competências escolares; - gerações mais jovens valorizam mais a qualificação;	s.d

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatório de avaliação; documentos da candidatura e outros)
		Diminuição do número de jovens NEET	- continuidade na escola;	s.d
		Aumento da taxa de emprego jovem (emprego e autoemprego)	- mais jovens integrados em mercado de trabalho, com mais qualificações;	s.d.
		Reforço da coesão social e das dinâmicas de ação comunitária	- reforço das relações entre entidades e instituições (como a escolas), comunidade alargada e comunidade roma; - "uma pessoa fica com uma mente mais aberta" (***) -" o projeto é uma ajuda espetacular" (***)	s.d.
		Territórios mais inclusivos e com dinâmicas de intervenção mais sustentáveis	- territórios mais preparados para lidarem com a comunidade roma e vice-versa; intervenções em parceria, colaboração, adaptadas às necessidades das escolas;	s.d.
		Sustentabilidade	- sem o financiamento dificilmente o projeto sobreviveria; dão formação a professores e outros atores escolares com vista a continuidade das atividades de interculturalidade nas escolas; contudo, os professores não manifestam interesse; a maioria tem uma visão tradicional do papel docente e que não precisam das formações; -o consórcio atesta que sem o financiamento, ou com ausência da entidade promotora do projeto, teriam muitas dificuldades em continuar as ações; - a equipa gestora e promotora, sendo da cruz vermelha e estando muito enraizada na comunidade com quem trabalha, determina em si a própria sustentabilidade do projeto;	s.d.

RELEVÂNCIA/COERÊNCIA INTERNA E EXTERNA

QA5. A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciciários (**) • Ex-beneficiários (***)	Problemas, Medidas e a sua Configuração Específica	**#42PE** Matriz de coerência interna entre as medidas e a sua configuração específica com a evolução ao longo das várias gerações de medidas **#43PE** Matriz de coerência externa face a outras medidas que concorrem para os mesmos objetivos com identificação dos domínios de sobreposição e de complementaridade **#44PE** Matriz de níveis de risco que relaciona objetivos, configurações das medidas e complementaridade entre si e com outras medidas	- Fora das respostas tradicionais são oferta única; - faz-te às férias, por exemplo, uma atividade da câmara, não tem meninos ciganos; as famílias roma não procuram respostas tradicionais; - articulam com a Equipa CLDS para realização das oficinas com os pais e outras atividades; - apesar de serem oferta única no concelho, no sentido dos objetivos, trabalham uma população que é também beneficiária de outros projetos e entidades: das equipas RSI, dos CLDS, de programas de habitação, por exemplo, da Câmara; nesse sentido, a coerência externa é atestada na pela grande visibilidade que o projeto tem e pelo maior destaque que é dado ao mesmo, sendo considerado pedra angular nas relações que todas as entidades estabelecem com as famílias Roma.	

Estudo de caso: Projeto D

Entrevistas nos dias 14 de julho e 6 de setembro de 2022, via Colibri-Zoom com:

1 Elemento da equipa Coordenadora do Projeto (+ técnica do projeto + representante da entidade gestora e promotora)
2 das 10 entidades (20%) do Consórcio do Projeto FG

Enquadramento:

O projeto trabalha com crianças/jovens de agregados familiares de todo o concelho e não em bairros específicos em situação de pobreza e exclusão social (comunidades cigana, migrante e refugiada), em particular quando estas comunidades são caracterizadas por "baixos níveis de escolaridade e baixas qualificações profissionais da população residente; o insucesso e abandono escolar, sobretudo na Comunidade Cigana; aumento de situações de risco/perigo de crianças e jovens associadas também aos consumos de substâncias psicoativas (álcool, tabaco e drogas) na população juvenil e famílias; índice de pobreza significativo nas crianças, jovens e famílias; e taxa de desemprego jovem significativa." (Rel. de Avaliação).

O projeto iniciou na 8ª geração e tem como principais objetivos promover o sucesso educativo e combater o insucesso e o absentismo escolar e de aumentar as competências pessoais, sociais, culturais, fomentando a participação social e a responsabilização cívica.

As suas atividades desenvolvem-se no âmbito das Medidas I e III. No primeiro caso, a atividades incluem o apoio escolar e psicossocial aos participantes, a formação e certificação digital. Na medida III, incluem-se atividades de a promoção do desenvolvimento das competências transversais, pessoais e sociais e de participação e responsabilização cívica, nomeadamente através de ações de voluntariado na área do ambiente, o desenvolvimento de competências e sensibilidades artísticas e a participação em algumas atividades exteriores em que crianças/jovens puderam relacionar-se de forma mais próxima com a comunidade alargada.

O consórcio é constituído por 15 entidades que se constituem como um grupo multidisciplinar – Agrupamentos de escolas, CPCJ, IPSS, a autarquia, instituto politécnico e algumas empresas. Destaca-se uma boa colaboração entre as 15 entidades que integram o consórcio que, além de participação na discussão e preparação das atividades, também cederam espaços, transportes, material logístico e recursos humanos.

De acordo com a visão da equipa coordenadora, entre as principais dificuldades conta-se o facto de a equipa ter mudado.

EFICIÊNCIA

Adequação e balanço dos instrumentos de financiamento

O nível de financiamento proporcionado pelo Programa Escolhas é considerado muito insuficiente pela equipa coordenadora e pelo consórcio, o que se reflete nas maiores dificuldades de manutenção das equipas técnicas, de contratação de recursos humanos e mobilização de mais recursos para desenvolvimento das atividades previstas e que leva mesmo ao abandono de outras atividades. Seria desejável que houvesse maior liberdade na gestão do orçamento, sobretudo por parte das equipas coordenadoras dos projetos.

EFICÁCIA

De uma maneira geral, as atividades previstas foram realizadas com sucesso, muito embora com taxas de participação baixas relativamente ao previsto, por isso, nem sempre cumprindo com as metas estipuladas.
De uma forma geral, registou-se uma melhoria do aproveitamento escolar entre as crianças/jovens no projeto assim como uma diminuição do absentismo escolar, e, ainda, o aumento das competências pessoais e sociais dos participantes (pensamento crítico, autoconhecimento, trabalho em equipa, empatia, e espírito solidário, aumento da literacia em saúde e competências de regulação emocional); resultados acompanhados pelo maior envolvimento das famílias dos participantes.
A maioria das atividades previstas foi executada com uma taxa de participação ligeiramente acima do médio (cerca de 55 participantes, em média, no total de 106 participantes).

IMPACTO e SUSTENTABILIDADE

Impacto e sustentabilidade das medidas e ações desenvolvidas pelos projetos Escolhas

A própria natureza de "projeto" determina maiores riscos no âmbito da sua execução a longo prazo, a elevada rotatividade da equipa, incluindo com mudança de coordenador; e a constante necessidade de renovar o financiamento, que é reduzido e gerido de forma rígida, o que coloca em causa, por vezes, a realização das atividades planeadas.

De acordo com o consórcio, com a Coordenadora e com o relatório de avaliação, verifica-se algum sucesso junto dos alunos da comunidade cigana, migrante e refugiada sendo visível a melhoria do desempenho escolar, a diminuição do absentismo e mudanças positivas nos comportamentos das crianças/jovens participantes nas suas relações sociais mais próximas, sobretudo; não tanto no que respeita ao seu envolvimento com a comunidade.

O agrupamento encaminha as crianças/jovens de agregados familiares caracterizados pela pobreza e exclusão social para o projeto.

É difícil quantificar o impacto do projeto junto da comunidade concelhia no seu todo, porém, aferiu-se um nível de satisfação elevado dos parceiros e, de acordo com a Coordenadora, das famílias para com o acompanhamento que é feito aos participantes no sentido de os incluir com sucesso na escola e na comunidade.

Ao nível micro, verifica-se a melhoria do desempenho escolar, a diminuição do absentismo escolar, sobretudo, dos alunos da comunidade cigana, e uma mudança de comportamentos dos participantes.

No que respeita a assessoria e ao apoio prestado pelo Programa Escolhas, durante as candidaturas e ao longo da implementação dos projetos, é considerado avaliado como muito positivo; regista-se apenas uma maior dificuldade quanto ao apoio por parte da parte financeira do projeto.

Matriz de Impactos

Pontos fortes

Laços de confiança estabelecidos equipa técnica e participantes/famílias

Reconhecimento e validação social

Promoção da inclusão social de comunidades cigana, migrante e refugiada

Pontos Fracos

Dependência financeira

Tempo de vida do projeto (2 anos)

Pouco envolvimento ativo de algumas entidades parceiras

Taxas de participação nas atividades reduzidas

Riscos e Ameaças

Constituir um projeto que é submetido a candidatura de 2 em 2 anos

Pouco envolvimento de algumas entidades parceiras

Instabilidade proporcionada às equipas e às comunidades alvo da intervenção

Rotatividade das equipas de monitores

Questões a melhorar

Melhorar a execução das atividades previstas e as taxas de participação

Gestão orçamental

Sustentabilidade do projeto além financiamento

Tornar os projetos em políticas locais de intervenção social sustentáveis pelas entidades locais

Criar estratégias para maior envolvimento ativo dos agentes parceiros do projeto

RESULTADOS E BLOCO DE TESTE DE MECANISMOS POR TEMA

Resultados dos projetos; estes contribuem para os resultados mais gerais a atingir pelo Programa?
De que modo os mecanismos estão a ser operacionalizado?
Bloco de teste de mecanismos por tipo de medida

Mecanismos associados medidas I	Evidências recolhidas
A mobilização de recursos específicos (M1)	Verifica-se a mobilização de recursos específicos para a promoção do sucesso escolar, nomeadamente por parte da Câmara Municipal e das Escolas parceiras
Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	Há trabalho em rede sobretudo entre o projeto e as Escolas parceiras em que o projeto assume responsabilidade pela promoção das competências pessoais e sociais das crianças/jovens participantes e, dessa forma, articulam com os docentes uma resposta mais completa ao público-alvo do projeto
Processos participativos (M3)	Os processos participativos nesta medida são dinamizados em termos de promoção das competências de participação e responsabilização cívicas
Mecanismos associados a Medidas II	**Evidências recolhidas**
A mobilização de recursos específicos (M1)	Há mobilização de recursos de várias entidades locais para a preparação e dinamização de todas as atividades implementadas, nomeadamente, cedência de espaços e transportes, recursos humanos, material logístico
Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	Há uma promoção do trabalho em rede, de forma mais direta entre escolas parceiras, câmara Municipal e projeto, que articulam entre si as respostas direcionadas para as comunidades cigana, migrante e refugiada com o objetivo de melhor as integrar
Processos participativos (M3)	Os processos participativos assentam na participação das crianças/jovens em ações comunitárias e em ações de voluntariado de cariz variado, como forma de incentivar o seu envolvimento na comunidade e uma abertura da comunidade para com as comunidades que são o público-alvo do projeto

RELEVÂNCIA E COERÊNCIA INTERNA/EXTERNA

interna entre as medidas e a sua configuração específica com a evolução ao longo das várias gerações de medidas

De uma maneira geral, a coerência interna das medidas está, sobretudo, plasmada nas medidas e nos impactos do projeto que procura responder às necessidades das comunidades cigana, migrante e refugida do concelho, contribuindo, dessa forma, para a melhoria do desempenho escolar, a diminuição do absentismo, o aumento das qualificações dos jovens e para a melhoria das competências transversais, pessoas e sociais, dos participantes.

Contudo, o projeto iniciou na 8ª geração pelo que, equipa coordenadora e consórcio, o definem ainda como em estado embrionário, apesar de realçarem os impactos que promovem junto das comunidades específicas que intervencionam.

Coerência externa face a outras medidas que concorrem para os mesmos objetivos com identificação dos domínios de sobreposição e de complementaridade

O projeto assume um cariz de resposta a comunidades específicas – cigana, migrante e refugiada – que as entidades locais utilizam, apoiando o projeto.

Risco que relaciona objetivos, configurações das medidas e complementaridade entre si e com outras medidas

Alguns aspetos, no entanto, podem determinar maiores riscos ao nível da execução das medidas: a gestão das tarefas ao nível interno das equipas; o pesado aparelho burocrático que compreende o projeto escolhas, com a elaboração de relatórios extensos e com grande volume de indicadores, o que poderá ter implicação na ordem das atividades a desenvolver ao longo do dia; mas, sobretudo, o facto de o período de implementação, 2 anos, não ser o suficiente para que a equipa técnica do projeto tenha garantias de que mudou, de forma efetiva, hábitos, comportamentos e modos de vida dos jovens (algumas formações, por exemplo, demoram mais tempo do que os 2 anos dos projetos Escolhas, ficando os jovens sem o acompanhamento regular que o projeto garante).

Síntese de evidências –Projeto D

Eficácia

QA1. O programa Escolhas alcançou os seus objetivos específicos ou irá alcançá-los no futuro? Em que medida e como é que as mudanças observadas podem ser atribuídas ao PE?

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciários (**) • Ex-beneficiários (***)	I	M1 M2 M3	**#5PE** Tipologia de ações de apoio e acompanhamento escolar dos projetos	- Muitas atividades são realizadas no agrupamento de escolas	- Apoio Escolar - Gabinete de Apoio Psicossocial - Formação + Digital - NET Livre e Orientada
			#6PE Nº / jovens encaminhados para respostas de formação/qualificação	- s.d	- s.d.
			#7PE Tipologia de ações TIC dos projetos	- Apoio escolar - Formação na área digital	- Formação + Digital - NET Livre e Orientada
			#8PE Nº/Tipo de parceiros envolvidos nas ações da Medida I	- Geralmente, os do consórcio	- 15 parceiros (CM, CJCP, Forças de Segurança, Entidades da área da saúde, escolas, empresas, etc.)
			#9PE Tipologia de ações de resposta à COVID-19	- As mesmas que introduzidas nas escolas	s.d.
		Resultados	**#10PE T**axa de retenção escolar e insucesso escolar	- s.d.	- s.d.
			#11PE Classificações globais e sucesso escolar	- Verificou-se uma melhoria do desempenho escolar, sobretudo, diminuiu o absentismo escolar	- 55 participantes melhoraram as suas classificações globais no total dos 129 que participou nas atividades da medida I
			#12PE Nº /jovens com competências digitais	- Os jovens que participaram nas atividades	- Foram certificados 25 jovens em competências TIC, em 20 (apenas estão registados 20, por motivos de falta de RGPD)
			#13PE Nº / jovens com escolaridade obrigatória concluída	- n.a. (ainda são crianças/jovens em idade de frequência escolar)	- n.a. (ainda são crianças/jovens em idade de frequência escolar)
	II	M1 M2 M3	#18PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a procura ativa de emprego/empreendedorismo	n.a.	n.a.

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
			#19PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a transição para o mercado de trabalho (emprego e autoemprego)	n.a.	n.a.
			#20PE Nº/Tipo de parceiros envolvidos nas ações da Medida II	n.a.	n.a.
			Interdependência de mecanismos e processo de mudança	n.a.	n.a.
		Resultados	#2 Nº de jovens com competências de procura ativa de emprego	n.a.	n.a.
			#22 Nº de jovens que transitou para o mercado de trabalho com sucesso (estágios, emprego, projetos inovadores)	n.a.	n.a.
			#23 Nº de jovens que conseguiu criar o seu próprio projeto/emprego	n.a.	n.a.
	III	M1 M2 M3	**#28PE** Nº e Tipologia de ações para o desenvolvimento da cidadania e participação cívica, das competências de cuidados de saúde e promoção de ações comunitárias	Idem	- Plano de Promoção de Competências Pessoais e Sociais - Gabinete de Apoio Psicossocial - Colónia de Férias - Atividades Exteriores - Eu vou_ARTE - Voluntariado e Ambiente - + Comunidade - Preconceito
			#29PE Nº e Tipologia de iniciativas de combate aos estereótipos e discriminação social junto da comunidade	- Promoção da igualdade de género, promoção de saúde	- 9 iniciativas/atividades em duas áreas: 2 para a promoção da igualdade de género e 7 para a promoção da saúde
			#30PE Nº /ações com envolvimento da comunidade	- Colónia de férias que aproxima os participantes da comunidade alargada do concelho - Ações de voluntariado sobretudo em áreas ambientais, como a limpeza de praia, por exemplo	- 13 ações comunitárias

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
			#31PE Nº e Tipologia o de parceiros envolvidos nas ações	- Alguns parceiros aparecem sempre, e ajudam a preparar e a dinamizar as atividades, mas alguns não estão a responder	- 15 parceiros (CM, CJCP, Forças de Segurança, Entidades da área da saúde, escolas, empresas, etc.)
			Interdependência de mecanismos e processo de mudança		
		Resultados	**#32PE** Nº / crianças/jovens participantes em ações comunitárias	- A taxa de participação é mediana o que atribuem ao facto de o projeto ter começado apenas há uma geração	- 43 participantes diretos e 41 indiretos
			#33PE Nº / agentes locais envolvidos em ações comunitárias	- Geralmente, o Agrupamento, a Câmara Municipal	s.d.
			Outros	s.d.	- Foram realizadas visitas domiciliárias quinzenais a 3 agregados familiares como estratégia de promoção da literacia na saúde, sucesso escolar e mitigação de carências

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

QA3. De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?

Convém relembrar que os Projetos Escolhas são de âmbito local e mesmo comunitário, pelo que os impactos devem ser preferencialmente medidos nos respetivos territórios sempre que exista informação disponível.

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatório de avaliação; documentos da candidatura e outros)
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciários (**) • Ex-beneficiários (***)	I II III	Mais sucesso escolar	- O projeto trabalha com jovens em abandono escolar ou com dificuldade em terminar os estudos, e tem procura criar caminhos para que terminem a escolaridade obrigatória de forma a ingressar no ensino superior ou no mercado de trabalho	
		Jovens mais qualificados	- O projeto tem garantido a qualificação dos jovens e o seu ingresso no mercado de trabalho	

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatório de avaliação; documentos da candidatura e outros)
		Diminuição do número de jovens NEET	- Ao trabalhar com jovens NEET, o projeto constitui-se como uma resposta única no concelho, contribuindo para a diminuição deste público	
		Aumento da taxa de emprego jovem (emprego e autoemprego)	- Há aumento da taxa de emprego jovem, embora o número de participantes no projeto pouco influencie a taxa concelhia	
		Reforço da coesão social e das dinâmicas de ação comunitária	- Aspeto não trabalhado	
		Territórios mais inclusivos e com dinâmicas de intervenção mais sustentáveis	- O projeto tem contribuído para que o concelho seja um território mais inclusivo pois aposta na formação, qualificação e emprego dos jovens NEET	
		Sustentabilidade	- Devido ao impacto positivo que o projeto tem tido no concelho, seria possível, entre os parceiros, encontrar formas de manter algumas das medidas do projeto, no entanto, declaram que seria impossível manter a mesma escala de ação	

RELEVÂNCIA/COERÊNCIA INTERNA E EXTERNA

QA5. A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciciários (**)	Problemas, Medidas e a sua Configuração Específica	**#42PE** Matriz de coerência interna entre as medidas e a sua configuração específica com a	- As medidas e ações respondem ao diagnóstico e conceção da medida, no sentido em que facultam uma oferta que era inexistente no território: respostas personalizadas de formação, qualificação e emprego para jovens NEET;	

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental
• Ex-beneficiários (***)		evolução ao longo das várias gerações de medidas **#43PE** Matriz de coerência externa face a outras medidas que concorrem para os mesmos objetivos com identificação dos domínios de sobreposição e de complementaridade **#44PE** Matriz de níveis de risco que relaciona objetivos, configurações das medidas e complementaridade entre si e com outras medidas	- O facto de se constituírem como a única resposta existente no concelho para jovens NEET, procurada pelas entidades que trabalham diretamente com estes jovens e os procuram encaminhar quer para o reingresso no sistema educativo quer para a obtenção de emprego, confere-lhes destaque e justifica que haja um esforço para a concretização da sustentabilidade do projeto enquanto política local de inclusão social; - Os aspetos menos conseguidos estão relacionados com o reduzido envolvimento de alguns parceiros, e o desfasamento entre o tempo de implementação do projeto e as soluções educativas e formativas que são quase sempre mais prolongadas e que retiram a estes jovens a orientação que lhes falta nas famílias ou nas instituições de acolhimento, o que pode colocar em causa os progressos, ou seja, a sustentabilidade das ações	

Estudo de caso: Projeto E

Entrevistas nos dias 21 e 28 de julho de 2022, via Colibri-Zoom com:

1 Elemento da equipa Coordenadora do Projeto
5 das 21 entidades representantes (23%) do Consórcio do projeto FG
3 Participantes (3 rapazes, com 11 a 17 anos de idade)

Enquadramento:

O projeto funciona apenas num bairro, com elevadas carências socioeconómicas, situado na região da Lezíria do Tejo, no concelho de Santarém. A população alvo é aquela que é residente no bairro, com destaque para os jovens e crianças, mas também as famílias e os residentes no geral. Entre os principais problemas apontados, e de acordo com a Coordenação do Projeto, encontram-se as graves carências socioeconómicas da população residente, como já referido, o elevado desemprego, a subsidiodependência (menos visível, mas ainda assim com alguma expressão), algumas situações sinalizadas pela CPCJ, o insucesso escolar, o desinteresse pela escola, o abandono escolar precoce (particularmente visível entre as raparigas de etnia cigana) e a exclusão social.

O projeto está ligado ao Programa Escolhas desde a 7ª Geração e tem uma forte matriz evangélica; é descrito pela boa integração no bairro e boa relação com a população residente, pautando-se pelos laços de confiança que existem entre a equipa técnica e os elementos que participam no projeto e nas suas atividades. Pelo facto de ser um projeto já institucionalizado, é também procurado por elementos fora da comunidade, residentes nos bairros limítrofes e por outras entidades (por exemplo as equipas do RSI que solicitam ajuda para a integração no bairro).

O projeto estabelece-se no bairro oferecendo atividades dirigidas essencialmente à comunidade mais jovem desfavorecida e tendo na sua raiz um trabalho/missão social. As atividades estão integradas nos eixos/medidas I e III do Programa Escolhas, com incidência nas questões escolares e de apoio ao sucesso e à escolarização.

Tem um consórcio multidisciplinar, disponível na prestação de apoios e recursos, contudo com uma participação irregular e, em alguns dos períodos, pouco participativo nas reuniões e pouco envolvido em ações e atividades diretas; é composto por 12 entidades: os agrupamentos escolares, o instituto politécnico de santarém, a autarquia, grupos desportivos, a CPCJ, entre outros.

De acordo com a visão da equipa coordenadora, entre as principais dificuldades contam-se o financiamento considerado muito reduzido; a sustentabilidade do projeto e das suas atividades, em risco pela elevada dependência pelo financiamento; a falta de visão estratégica face a um projeto que poderia ser replicado noutros bairros e ou zonas do concelho onde operam.

EFICIÊNCIA

Adequação e balanço dos instrumentos de financiamento

O nível de financiamento proporcionado pelo Programa Escolhas é considerado muito insuficiente pela equipa coordenadora do projeto, sendo visto como um dos grandes handicaps. Esta lacuna orçamental reflete-se, depois, nas maiores dificuldades de manutenção das equipas técnicas, de contratação de recursos humanos e mobilização de recursos para desenvolvimento das atividades. Seria desejável que houvesse maior liberdade na gestão do orçamento, sobretudo por parte das equipas coordenadoras dos projetos.

EFICÁCIA

Operacionalização e concretização dos objetivos e metas

As atividades previstas foram realizadas, participadas e com sucesso; de uma maneira geral, as metas e objetivos foram alcançados. O projeto apresentou como objetivo, para a última geração em avaliação, o envolvimento de 200 crianças e jovens (dos 6 aos 25 anos) e os seus pais, em ações que promovessem a inclusão social; de acordo com os registos e com a auscultação, este objetivo foi concretizado.

As atividades que compreendem os jovens e crianças foram executadas de acordo com o expectável, com boas taxas de participação, atingiram os objetivos previstos nas metas estabelecidas (frequência das atividades, aquisição de competências, entre outras). Não obstante, verifica-se que as taxas de participação tendem a ser mais baixas quando o objetivo se prende com o envolvimento e participação dos EE e ou pais (por exemplo, com a ação coaching parental), e também, a nível operacional, nas reuniões e encontros do consórcio, verificando-se uma tendência para alguma irregularidade na participação em reuniões, particularmente tendo em conta algumas das entidades. De acordo com um dos últimos relatórios de avaliação, apenas 5 das 12 entidades, assistiram a pelo menos 3 das 5 reuniões realizadas. As entidades parceiras atestam que apoiam o projeto, facultando meios e recursos, prevendo-se, no entanto, pouco envolvimento direto, ou poucas oportunidades de participação, nas ações elaboradas.

As taxas de execução das atividades estão, de acordo com os relatórios, em cumprimento com o estabelecido em sede de candidatura e as taxas de participação dentro das metas estabelecidas, com exceção dos casos mencionados.

A título de exemplo, o programa envolveu, já dentro da 8ª geração, de acordo com o 1ºano de execução e em termos gerais, 254 participantes, dos quais, 50 diretos e 254 indiretos; o sucesso das taxas de participação é em parte explicado pelo facto deste

projeto constituir a única oferta socioeducativa no território, sendo até procurado por jovens e crianças fora da área de influência do mesmo.

De acordo com a informação recolhida (relatório de avaliação anual, 2021), tendo em conta o público-alvo e a medida I, o projeto teve um total de 116 participantes, dos quais foi possível obter a classificação de 68 jovens e crianças; desta amostra, 62 jovens e crianças haviam transitado de ano (2020/21); ou seja, cumprindo com os objetivos específicos estipulados para o sucesso escolar; a taxa de transição, ou de sucesso escolar, esteve na ordem dos 86%, considerando-se que o programa teve um grande impacto na vida dos jovens que estavam em situação de risco de retenção escolar e que recuperam nas aprendizagens; contudo, a retenção e o insucesso escolar, particularmente visível em algumas das disciplinas e anos escolares, permanece uma prioridade e um aspeto a melhorar; ao nível das competências TIC, dos 55 participantes envolvidos nas ações específicas, 25 adquiram as competências previstas, tendo sido atingidas as metas previstas.

No que respeita a medida III, apresentava como objetivo genérico o envolvimento anual (medido em frequência nas 8 ações) de crianças e jovens, e EE, em ações de promoção da cidadania ativa e competências artísticas entre outros; teve um envolvimento total de 247 participantes, sendo que, por isso, o objetivo foi dado como concretizado. As atividades envolveram um total de 20 competências que eram previstas de desenvolver e que eram submetidas a avaliação em diferentes fases; os valores atingidos e registados pelas equipas técnicas, permitem constatar que os objetivos foram cumpridos, ou seja, entre os 77 participantes validados (diretos e indiretos), 44 atingiram os objetivos previstos, com a aquisição mínima de pelo menos 7 competências. Há ainda, no entanto margem para melhoria. Neste âmbito, a participação parental continuou a ser baixa, com um total de 7 participantes, 4 dos quais atingiram os objetivos pretendidos; este é claramente um dos aspetos a melhorar no projeto (algumas estratégias foram avançadas, como o sorteio de cabazes entre outras medidas, mas ainda insuficientes).

Os beneficiários auscultados (jovens com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos, que estão no 6º ano, 8º ano e 9º ano, escolares) atestam os benefícios por participarem no projeto, nomeadamente, na melhoria dos seus percursos escolares, na reversão de situações de abandono escolar com auxílio da equipa técnica no encontro de soluções adaptadas às necessidades, na melhoria das competências e domínio de certas ferramentas, como o uso de computador e programas informáticos, entre outros.

As atividades descritas correspondem às atividades enunciadas como realizadas, sendo que os jovens destacam pela positiva: o apoio ao estudo, a hora livre, o estudo e trabalho escolar acompanhado, a escola virtual, as atividades lúdicas, atividades de desportivas (futebol, yoga) e de música, ações desenvolvidas no lar de idosos (apresentações artísticas, apoio), colaboração no banco alimentar, horta biológica, entre outras.

IMPACTO e SUSTENTABILIDADE

Impacto e sustentabilidade das medidas e ações desenvolvidas pelos projetos Escolhas

A própria natureza de "projeto" determina maiores riscos no âmbito da sua execução a longo prazo, dado que existe sempre a necessidade de renovar o financiamento e formalizar novas candidaturas. O projeto apresenta uma forte dependência pelo financiamento verificando-se maiores fragilidade no âmbito da sua sustentabilidade; ou seja, dificilmente sobreviveria sem o financiamento proporcionado pelo PE.

Não obstante, a visibilidade social confere-lhe algum estatuto dentro da comunidade, demonstrando que o impacto nesse sentido é bastante expressivo – conseguem chegar à população e são vistos como uma entidade parceira, não apenas pela própria comunidade, como ainda por outras entidades e equipas que trabalham no terreno. O consórcio, neste ponto, confirma a visibilidade do projeto e a relevância do mesmo no território, em todo o caso, e apesar de várias destas entidades contribuírem com apoios (transportes, instalações, recursos) denota-se que há pouco envolvimento direto nas ações e atividades previstas. Um outro aspeto avançado como menos positivo a considerar é que existem vários beneficiários indiretos envolvidos nas atividades.

Fica pouco apurado quando à capacidade do projeto para impactar, em termos mais concretos, a população geral do bairro, isto é, a sua afetação nas dinâmicas sociais, económicas e na ação comunitária, além ação e operacionalização do próprio. O projeto apresenta resultados muito positivos, mas tendencialmente circunscritos à população com quem trabalha diretamente; vários aspetos devem, no entanto, ser considerados: a falta de apoios e a população com quem trabalham, também muito fechada sobre si própria e com dinâmicas complexas de captar, e ou de interagir.

Ao nível mais micro, o impacto é sobretudo visto através da concretização sucessiva dos indicadores que medem o alcance das metas das ações desenvolvidas com os jovens, nas taxas de transição, no aumento da frequência escolar, na aquisição das competências TIC e na aquisição de competências de cidadania.

No que respeita a assessoria e ao apoio prestado pelo Programa Escolhas – no âmbito do apoio às candidaturas foi considerado insuficiente no início (2016/17) tendo melhorado ao longo das gerações; a pandemia representou uma maior oportunidade de aproximação, pela facilidade da realização de encontros e reuniões online

Matriz de Impactos

Pontos fortes

Realização, e monitorização, do diagnóstico com vista a calibragem do projeto
Laços de confiança estabelecidos com a comunidade do bairro
Reconhecimento e validação social
Reuniões de acompanhamento feitas com regularidade
Experiência duradoura no terreno
Capital acumulado de conhecimento e experiência do Programa Escolhas
Promoção da inclusão social nas crianças e jovens desfavorecidos
Disponibilização de oportunidades para crianças e jovens desfavorecidos

Pontos Fracos

Dependência financeira
Tempo de vida do projeto (2 anos)
Reuniões do consórcio pouco participadas
Pouco envolvimento ativo das entidades parceiras
Instalações e transportes

Riscos e Ameaças

Constituir um projeto que é submetido a candidatura de 2 em 2 anos
Pouco envolvimento das entidades parceiras
Instabilidade proporcionada às equipas e às comunidades alvo da intervenção
Rotatividade das equipas de monitores
Tendência para uma visão estereotipada da comunidade alvo de intervenção

Questões a melhorar

Gestão orçamental
Sustentabilidade do projeto além financiamento
Tornar os projetos em políticas locais de intervenção social continuadas
Criar estratégias para maior envolvimento ativo dos agentes parceiros do projeto
Condições de logística do projeto: instalações, transportes, recurso

RESULTADOS E BLOCO DE TESTE DE MECANISMOS POR TEMA

Resultados dos projetos; estes contribuem para os resultados mais gerais a atingir pelo Programa?
De que modo os mecanismos estão a ser operacionalizado?
Bloco de teste de mecanismos por tipo de medida

Mecanismos associados medidas I	Evidências recolhidas
A mobilização de recursos específicos (M1)	A mobilização de recursos específicos para a promoção do sucesso escolar usados pelo projeto no âmbito da medida 1: apoio individualizado, recurso a ferramentas informáticas, recurso a jogos didáticos, atividades lúdicas e recreativas (artes, musica, desportivas), recurso ao desporto de equipa (futebol), tem determinado uma mudança na forma como os jovens e as crianças percecionam a escola e a sua própria escolarização; os resultados têm melhorado e os percursos escolares têm sido mais continuados; e o contacto com as ferramentas digitais fomentado, o que facilita, por um lado, a integração dos jovens e crianças na comunidade mais alargada e na sociedade do conhecimento e digital;
Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	Há um trabalho realizado em rede, mas que deveria ser fortalecido, sob pena de criar maiores condições para o sucesso escolar e percursos de aprendizagem continuada; a abordagem territorializada deu frutos, o projeto está muito enraizado na comunidade, mas tem também condicionado e isolado o mesmo ao território/espaço onde se encontra (um bairro); os pais e encarregados de educação, que têm atividades previstas, permanecem como sendo o grupo-alvo mais difícil de mobilizar;
Processos participativos (M3)	Os processos participativos têm destaque no projeto: no desenho das atividades, auscultaram o público alvo, em particular os seus jovens, o que determinou maior participação e frequência nas atividades; há efetivamente uma rede estabelecida, um consórcio, diversificado e multidisciplinar, que tem providenciado vários apoios e recursos; há uma participação efetiva dos jovens (reúnem em assembleias jovens e apresentam bons níveis de assiduidade); contudo, o potencial da participação, sobretudo mais alargada, ao determinar

	mais oportunidades para os jovens e o encontro de soluções inovadoras em conjunto, está pouco explorado; a coordenação reitera, por isso, os poucos apoios e possibilidades de alargarem o espectro das suas atividades; os AE do território, por exemplo, estão envolvidos no projeto, mas não de forma ativa e parecem estar reticentes quanto à possibilidade de enquadrarem soluções educativas para os jovens e crianças do bairro e outros semelhantes (isto é, abertura de PCA, CEF, PIEF, entre outras possibilidades);
Mecanismos associados a Medidas III	**Evidências recolhidas**
A mobilização de recursos específicos (M1)	Há valências do projeto que trabalham as questões da cidadania, serviço comunitário, trabalhar a diferença e o respeito pelo outro. Os jovens e crianças começam sozinhos a propor ações comunitárias a desenvolver junto dos idosos, que estão no lar que integra a entidade promotora, ou ações de sensibilização mais alargadas para a sua comunidade: recolha de lixo nas ruas para reciclagem; banco alimentar, ajuda para a Ucrânia, ações para o combate aos incêndios; atividade desportiva em equipa mista, com a indicação da importância da inclusão de raparigas na atividade (futsal).
Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	A atividade do desporto, sobretudo o clube de futsal do projeto e da entidade, tem, por um lado, envolvido um trabalho em rede consistente (entre outros, com as outras equipas desportivas, com a câmara, etc) e, por outro lado, proporcionado oportunidades para os jovens do projeto e alargado as suas redes de sociabilidade. Da mesma forma, as atividades comunitárias e ações sociais e de caridade, têm também representado uma oportunidade para os jovens contatarem com outros atores e agentes no terreno. Não obstante, este aspeto pode ainda ser melhorado com ações mais concretas que visem a comunidade.
Processos participativos (M3)	Na auscultação realizada aos beneficiários atestou-se o sentido de responsabilidade cívica e comunitária dos mesmos; não obstante, denotando-se grande centralidade na atividade do futsal.

RELEVÂNCIA E COERÊNCIA INTERNA/EXTERNA

Coerência interna entre as medidas e a sua configuração específica com a evolução ao longo das várias gerações de medidas

De uma maneira geral, a coerência interna das medidas está, sobretudo, plasmada nas elevadas taxas de execução apresentadas pelo projeto que, entre outras coisas, são demonstrativas de uma boa aderência das metas face aos objetivos gerais e específicos do projeto; e, por isso, na capacidade demonstrada de responder ao diagnóstico elaborado sobre o território, que, entre outras, coloca as questões do insucesso escolar, o menor envolvimento/dificuldade parental nas questões escolares e de cidadania, as grandes fragilidades socioeconómicas e socioeducativas, nos aspetos prioritários a serem alvo de intervenção. O facto de trabalharem com uma população que culturalmente está mais afastada da escola e com especificidades socioculturais, determina também algumas dificuldades acrescidas, pelo surgimento de problemas e riscos inesperados que obrigam a ajustamentos das medidas e objetivos.

Contudo, o projeto iniciou-se na 6ª geração e foi melhorando e adaptando-se à realidade, tornando a sua coerência interna mais consolidada; um dos aspetos fundamentais prende-se com a participação dos beneficiários no planeamento e decisão de atividades, de acordo com o que o gostam mais, necessitam mais, crenças e valores, ajudando a prevenir situações de incumprimento de metas e ou objetivos.

Coerência externa face a outras medidas que concorrem para os mesmos objetivos com identificação dos domínios de sobreposição e de complementaridade

As valências socieducativas do projeto são oferta única no território e, nesse sentido, a equipa coordenadora do projeto considera que, apesar do projeto ter grande destaque no território e ser alvo de valorização e reconhecimento social, trabalha de forma isolada, denotando a falta de apoios. Uma concertação de ações poderia significar dinamizar a reprodução das ações do projeto noutras áreas do concelho.

Em termos da complementaridade das medidas

Risco que relaciona objetivos, configurações das medidas e complementaridade entre si e com outras medidas

Alguns aspetos, no entanto, podem determinar maiores riscos ao nível da execução das medidas: a gestão das tarefas ao nível interno das equipas; o pesado aparelho burocrático que compreende o projeto escolhas, com a elaboração de relatórios extensos e com grande volume de indicadores, o que poderá ter implicação na ordem das atividades a desenvolver ao longo do dia.

O facto de as escolas presentes no território apresentarem poucas soluções curriculares para estes alunos – alunos com histórico de retenção, com dificuldades acrescidas, com necessidades educativas, entre outros - , como sejam percursos alternativos, PIEF, cursos de educação e formação, pode determinar um risco no incumprimento de objetivos do projeto, uma vez que este prevê a promoção do sucesso escolar e a erradicação do abandono escolar como aspetos centrais, apresentando dados de transição de ano escolar e resultados escolares como indicadores de eficácia do projeto.

Síntese de evidências –Projeto E

Eficácia

QA1. O programa Escolhas alcançou os seus objetivos específicos ou irá alcançá-los no futuro? Em que medida e como é que as mudanças observadas podem ser atribuídas ao PE?

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciários (**) • Ex-beneficiários (***)	I	M1 M2 M3	**#5PE** Tipologia de ações de apoio e acompanhamento escolar dos projetos	-Oficina do estudo e apoio ao estudo; -Planos individuais de acompanhamento, apoio individualizado, com diagnóstico, objetivos e metas traçadas; recorrem a jogos e atividades lúdico pedagógicas; - net-escola, onde recorrem a plataformas digitais; - coaching parental - Workshops de organização e métodos de estudo	-Mentoring Educacional; oficina de estudo, workshop de organização é métodos de estudo; estimulação cognitiva, ateliês artísticos, coaching parental; durante o 1 ano:116 participantes na meta 1 (1 sessão por ano); e 54 na meta 2 (12 sessões por ano);
			#6PE Nº / jovens encaminhados para respostas de formação/qualificação	2 situações de abandono escolar encaminhadas para formação profissional	s.d.
			#7PE Tipologia de ações TIC dos projetos	-realização dos trabalhos de casa recorrendo ao computador, Ofice;	-Desenvolvimento de competências tic, net@escola, free@net,
			#8PE Nº/Tipo de parceiros envolvidos nas ações da Medida I	Consórcio: UFCidade de Santarém; LENE; CPCJ; CMS; AE Sa Bandeira; Clube de Canoagem Scalabitano; IPS; JF Alcanhões; IPDJ;AE Alexandre Herculano; AE DR. Ginestal Machado	- foram realizadas várias reuniões com o consórcio com taxas de participação muito baixas; - destaque para o fraco envolvimento dos agrupamentos escolares nestas reuniões;
			#9PE Tipologia de ações de resposta à COVID-19	-Adaptaram-se à realidade Covid recorrendo aos programas disponíveis para realização de reuniões e acompanhamento via online. Este processo foi importante para o trabalho realizado pela equipa técnica e pela proximidade entre equipa técnica, equipa coordenadora e consórcio, mas também face aos participantes - reajustaram metas e objetivos de acordo com a nova realidade - medida “vencer o covid-19”:	s.d.

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
				- deram apoio as famílias no âmbito da higiene pessoal, banco alimentar, através da horta biológica do projeto, um plano de angariação de roupas;	
			Interdependência de mecanismos e processo de mudança	-As medidas I e II estão relacionadas; sobretudo nas ações destinadas aos pais e encarregados de educação; os processos de mudança: recursos e apoios à escolarização determinam além dos resultados escolares, outra disponibilidade para as questões da cidadania, abertura à comunidade, e vice-versa - um mecanismo central de mudança: visa o envolvimento dos beneficiários nos processos de decisão e no planeamento de ações	s.d.
		Resultados	**#10PE T**axa de retenção escolar e insucesso escolar	- as taxas de retenção escolar são mais elevadas ao nível do 2º ciclo e em muitos são estruturais; o projeto identificou a necessidade de serem criadas outras respostas para estes jovens que as escolas do concelho parecem recusar (currículos alternativos, pief, CEF, etc)	- Particularmente visíveis no 2º ciclo de escolaridade;
			#11PE Classificações globais e sucesso escolar	- Impactos positivos apresentam um nível geral de sucesso escolar na ordem dos 76%.	- as taxas de sucesso escolar, tendo em conta os objetivos específicos do projeto, estiveram na ordem dos 86%, tendo havido claramente uma recuperação das aprendizagens (população com histórico de retenção).
			#12PE Nº /jovens com competências digitais	- todos os jovens no projeto; por ex, realização dos trabalhos de casa com TIC (realização dos mesmos em word)	-nas competências TIC, dos 55 participantes envolvidos nas ações específicas, 25 adquiriram as competências previstas, tendo sido atingidas as metas.
			#13PE Nº / jovens com escolaridade obrigatória concluída	s.d.	s.d.
			Outros		
	II	M1 M2 M3	#18PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a procura ativa de emprego/empreendedorismo	n/a	A medida II teve atividades em 2020 durante a 7ª geração; estas atividades não foram desenvolvidas na ultima geração Incubadora de Talentos Laboratório de Saberes Free@net

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
					Inputs
			#19PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a transição para o mercado de trabalho (emprego e autoemprego)	n/a	Incubadora de Talentos Laboratório de Saberes Free@net Inputs
			#20PE Nº/Tipo de parceiros envolvidos nas ações da Medida II	n/a	n/a
			Interdependência de mecanismos e processo de mudança	n/a	n/a
		Resultados	#2 Nº de jovens com competências de procura ativa de emprego	n/a	"Num total de 35 participantes considerados para avaliação, correspondendo aos que participaram em pelo menos 12 sessões de atividades do projeto (apenas se consideraram as atividades presenciais pois todos atingiram esse valor mínimo), segundo uma grelha de 30 competências, resultou uma média de 24competências adquiridas." Rela av 7 geração
			#22 Nº de jovens que transitou para o mercado de trabalho com sucesso (estágios, emprego, projetos inovadores)	n/a	"É importante referir que se conseguiu a integração efetiva em emprego de 10participantes, 4 foram encaminhados para emprego na sequência de candidaturas realizadas no âmbito da atividade Inputs e Vamos Vencer o Covid-19, 2 participantes foram encaminhados para formação profissional e 23 participantes foram integrados em formação profissional no âmbito do Gabinete Agir+ Oportunidades e do Laboratório de Saberes."
			#23 Nº de jovens que conseguiu criar o seu próprio projeto/emprego	n/a	n/a
	III	M1 M2 M3	**#28PE** Nº e Tipologia de ações para o desenvolvimento da cidadania e participação	- atividades desportivas; -equipa de futebol; -missões sociais; - clube escolhas;	No que respeita a medida III, apresentava como objetivo genérico o envolvimento anual (medido em frequência nas 8 ações) de crianças e jovens, e EE, em ações de promoção da cidadania ativa e competências artísticas

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
			cívica, das competências de cuidados de saúde e promoção de ações comunitárias	- os jovens tomam iniciativas na elaboração de estratégias que visam a comunidade sobretudo no quadro de missões sociais e de sensibilização (por exemplo, luta contra incêndios)	entre outros; teve um envolvimento total de 247 participantes, sendo que, por isso, o objetivo foi dado como concretizado. As atividades envolveram um total de 20 competências que eram previstas de desenvolver e que eram submetidas a avaliação em diferentes fases; os valores atingidos e registados pelas equipas técnicas, permitem constatar que os objetivos foram cumpridos, ou seja, entre os 77 participantes validados (diretos e indiretos), 44 atingiram os objetivos previstos, com a aquisição mínima de pelo menos 7 competências. Há ainda, no entanto margem para melhoria.
			#29PE Nº e Tipologia de iniciativas de combate aos estereótipos e discriminação social junto da comunidade	Menos visíveis	s.d.
			#30PE Nº /ações com envolvimento da comunidade	- os jovens tomam iniciativas na elaboração de estratégias que visam a comunidade; missões sociais; ações com a comunidade idosa;	s.d.
			#31PE Nº e Tipologia o de parceiros envolvidos nas ações	Consórcio; Camara faculta o transporte; dá apoio nas atividades desportivas; entre outros recursos	s.d.
			Interdependência de mecanismos e processo de mudança	-As medidas I e III estão relacionadas; sobretudo nas ações destinadas aos pais e encarregados de educação; os processos de mudança: investimento em competências de cidadania e de abertura à comunidade, representam maior disponibilidade para incorporar a escola no quotidiano; Investir em atividades que visam o encontro dentro da comunidade, como um jogo de futebol, pode fortalecer os laços e a integração	S.d
		Resultados	**#32PE** Nº / crianças/jovens participantes em ações comunitárias	- s.d.	No que respeita a medida III, apresentava como objetivo genérico o envolvimento anual (medido em frequência nas 8 ações) de crianças e jovens, e EE, em ações de promoção da cidadania ativa e competências artísticas entre outros; teve um envolvimento total de 247 participantes, sendo que, por isso, o objetivo foi dado como concretizado. As atividades envolveram um total

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
					de 20 competências que eram previstas de desenvolver e que eram submetidas a avaliação em diferentes fases; os valores atingidos e registados pelas equipas técnicas, permitem constatar que os objetivos foram cumpridos, ou seja, entre os 77 participantes validados (diretos e indiretos), 44 atingiram os objetivos previstos, com a aquisição mínima de pelo menos 7 competências. Há ainda, no entanto margem para melhoria. Neste âmbito, a participação parental continuou a ser baixa, com um total de 7 participantes, 4 dos quais atingiram os objetivos pretendidos; este é claramente um dos aspetos a melhorar no projeto (algumas estratégias foram avançadas, como o sorteio de cabazes entre outras medidas, mas ainda insuficientes).
			#33PE Nº / agentes locais envolvidos em ações comunitárias	-s.d.	s.d.
			Outros		

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

QA3. De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?

Convém relembrar que os Projetos Escolhas são de âmbito local e mesmo comunitário, pelo que os impactos devem ser preferencialmente medidos nos respetivos territórios sempre que exista informação disponível.

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatório de avaliação; documentos da candidatura e outros)
• Equipa Coor. do Projeto	I II III	Mais sucesso escolar	O insucesso escolar e o abandono escolar precoce são muito expressivos na comunidade alvo de intervenção, particularmente entre os mais jovens e crianças (com incidência nas que são de etnia cigana e nas raparigas). O projeto procura	- taxas de transição de ano, no ano letivo 2020/21 a ordem dos 86%;

• Consórcio (*) • Benefciciários (**) • Ex-beneficiários (***)			dar apoio à escolarização da população, com ações que visam demonstrar a importância da escola, a par de um forte trabalho com cariz social. Os casos de abandono escolar são encaminhados para formação profissional Taxas de sucesso escolar na ordem dos 76% - os beneficiários auscultados referem que a proximidade com a escola foi muito trabalhada no projeto, adquiriam competências de estudo e trabalho escolar, melhoraram os resultados e, entre os mais velhos, encontraram soluções para não desistirem da escola; O projeto, na voz da sua entidade gestora, tem tentado sensibilizar os AE do território – recorrendo ao consórcio - a disponibilizarem oferta escolar complementar e de recuperação, ou profissional para o ensino básico, coisa que não existe;	
		Jovens mais qualificados	Aspeto menos visível	s.d.
		Diminuição do número de jovens NEET	Aspeto menos visível	s.d.
		Aumento da taxa de emprego jovem (emprego e autoemprego)	n/a	s.d.
		Reforço da coesão social e das dinâmicas de ação comunitária	Sobretudo as ações da medida III têm motivado os próprios beneficiários a desenvolverem outras atividades comunitárias que visam a ação sobre questões com importância coletiva; A projeção social do projeto e a sua visibilidade permitem que este seja encarado como um parceiro no território; isto tem também determinado a vontade política local de investimento em certas componentes importantes para o projeto (por exemplo requalificação das estruturas desportivas do bairro, entre outros) São menos visíveis indicadores que apontem para resultados na coesão social do território;	s.d.
		Territórios mais inclusivos e com dinâmicas de intervenção	Aspeto menos visível e menos conseguido; a intervenção não tem sustentabilidade e afetação face ao território não é medida;	s.d.

		mais sustentáveis		
		Sustentabilidade	a sustentabilidade das medidas está menos conseguida por via da forte dependência pelo financiamento escolhas, não obstante os apoios que recebem dos órgãos políticos locais e outras entidades; gostariam de se tornar numa política local em continuidade;	s.d.

RELEVÂNCIA/COERÊNCIA INTERNA E EXTERNA

QA5. A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciciários (**) • Ex-beneficiários (***)	Problemas, Medidas e a sua Configuração Específica	**#42PE** Matriz de coerência interna entre as medidas e a sua configuração específica com a evolução ao longo das várias gerações de medidas **#43PE** Matriz de coerência externa face a outras medidas que concorrem para os mesmos objetivos com identificação dos domínios de sobreposição e de complementaridade **#44PE** Matriz de níveis de risco que relaciona objetivos, configurações das medidas e complementaridade entre si e com outras medidas	-as medidas e ações respondem ao diagnóstico e conceção da medida, no sentido em que facultam uma oferta que era inexistente no território: apoio socioeducativo, atividades lúdicas e desportivas; atividades de promoção da cidadania e trabalho de competências sociais e cívicas; - o facto de trabalharem com uma população com especificidades culturais e apresentarem preparação para tal, confere-lhes destaque e justifica que haja um esforço para a replicação no território do concelho de santarém (*); -aspetos menos conseguidos estão relacionados com os impactos mais gerais do projeto, no sentido de promoverem verdadeiros contextos de inclusão social, uma vez que o projeto funciona um pouco também fechado sob si próprio, com poucos apoios e recursos; face a outras medidas presentes no terreno, são oferta única no bairro; com outras entidades, como a CPCJ as equipas do RSI, desempenham um importante papel de estabelecer pontes de ligação e facilitar a integração no território;	

Estudo de caso: Projeto F

Entrevistas nos dias 8,5 e 22 de julho de 2022, via Colibri-Zoom com:

1 elemento da equipa Coordenadora do Projeto (+ técnica do projeto + representante da entidade gestora e promotora)
2 das 15 entidades (15%) do Consórcio do projeto FG
3 Participantes (3 rapazes com 16, 17 e 22 anos de idade) FG
2 Ex-participantes (1 rapaz e uma rapariga com cerca de 23 anos de idade) FG

Enquadramento:

O projeto atua em todo o concelho posicionando-se como uma resposta que era inexistente até então, para todos os jovens entre os 14 e os 18 anos em situação de abandono escolar, com dificuldades socioeconómicas e, alguns, comportamentais, e muitos vivem situações tutelares (casas de acolhimento). A maioria dos jovens participantes no projeto são encaminhados pela CPCJ após devida sinalização por projetos de vida associados a caminhos alternativos e/ou de cariz criminoso (como o consumo e o tráfico de estupefacientes, por exemplo), ou à inexistência de quaisquer planos para o futuro. Além disso, começam já a chegar jovens que querem participar por sua iniciativa após testemunharem os caminhos de sucesso de amigos ou familiares. O projeto tem planos para iniciar parcerias com as Escolas Públicas do concelho para que sejam encaminhados outros jovens que estejam em situação similar, mas que não estejam no radar da CPCJ, e que possam beneficiar das ações personalizadas que oferecem. Além disso, recebem jovens de concelhos limítrofes onde também não existe este tipo de oferta ou que a tem de forma limitada.

O projeto está ligado ao Programa Escolhas desde a 6ª geração e tem como principal objetivo reintegrar jovens que estão em abandono escolar no sistema educativo para terminarem a escolaridade obrigatória e/ou formação profissional que facilite a ingressão no mercado de trabalho; num concelho em que estavam identificados um número elevado de jovens NEET (não estuda e não trabalha).

As suas atividades principais passam pelo acompanhamento particular a cada jovem para, em primeiro lugar, o ajudar a adquirir as competências necessárias para terminar a escolaridade obrigatória e para desempenhar uma profissão (várias competências transversais, como TIC, fazer procura ativa de emprego, etc.) numa área do seu gosto; e, depois, em orientar o seu ingresso no mercado de trabalho através de um período de tempo em "trabalho protegido" em que se mantem o acompanhamento do jovem para o capacitar para o mercado de trabalho de forma autónoma.

O consórcio é constituído por 16 entidades que se constituem como um grupo multidisciplinar – Agrupamentos de escolas, casas de acolhimento, CPCJ, IPSS, a autarquia e algumas associações profissionais.

De acordo com a visão da equipa coordenadora, entre as principais dificuldades contam-se o facto de alguns parceiros não terem participação suficiente, e a população com quem trabalham, pois, cada jovem tem um perfil que exige uma constante adaptação da equipa a cada perfil de forma que o projeto faça sentido para todos.

EFICIÊNCIA

Adequação e balanço dos instrumentos de financiamento

O nível de financiamento proporcionado pelo Programa Escolhas é considerado muito insuficiente pela equipa coordenadora e pelo consórcio, o que se reflete nas maiores dificuldades de manutenção das equipas técnicas, de contratação de recursos humanos e mobilização de mais recursos para desenvolvimento das atividades. Seria desejável que houvesse maior liberdade na gestão do orçamento, sobretudo por parte das equipas coordenadoras dos projetos.

EFICIÊNCIA

Operacionalização e concretização dos objetivos e metas

As atividades previstas foram realizadas com sucesso, ficando em causa apenas durante o contexto pandémico, sobretudo as atividades no âmbito da medida II que envolviam deslocação dos participantes para entidades terceiras (estágios).
A maioria dos jovens que participa nas atividades do projeto foram referenciados e encaminhados para esta resposta, e, de acordo com participantes e ex-participantes, a participação e o envolvimento é total porque sentem como uma última oportunidade de organizar as suas vidas (finalizar os estudos e ingressar no mercado de trabalho com qualificações mais elevadas). O sucesso do projeto junto dos jovens participantes começou nos últimos meses a chamar jovens que se querem inscrever, ou seja, que não estão referenciados pela CPCJ.
De acordo com os relatórios de feedback do Programa Escolhas aos relatórios de avaliação do projeto, as ações são executadas, mas as evidências apresentadas pela equipa não demonstram de forma clara os resultados atingidos quer quanto ao objetivo de "promover o sucesso escolar" quer quanto aos de "encaminhar para emprego" e "desenvolver competências de empreendedorismo", sendo a principal recomendação melhorar o processo de monitorização/avaliação. Dessa forma, é difícil aferir taxa de execução e de participação.

IMPACTO e SUSTENTABILIDADE

Impacto e sustentabilidade das medidas e ações desenvolvidas pelos projetos Escolhas

A própria natureza de "projeto" determina maiores riscos no âmbito da sua execução a longo prazo, dado que existe sempre a necessidade de renovar o financiamento e formalizar novas candidaturas. O projeto apresenta uma forte dependência pelo financiamento verificando-se maiores fragilidade no âmbito da sua sustentabilidade; ou seja, dificilmente sobreviveria, na sua escala atual, sem o financiamento proporcionado pelo PE.

Para participantes, o projeto foi um mudar de vida, porque antes de entrarem no projeto ou não tinham planos de vida para o futuro (situação de abandono escolar, não procura de emprego, sem interesses) ou estavam em trajetos de vida alternativos relacionados, sobretudo, com o consumo e o tráfico de estupefacientes, estando sinalizados pela CPCJ ou mesmo já com processos em tribunal. Um cenário que mudou com o acompanhamento personalizado dos técnicos do projeto que orientou para a reintegração no sistema educativo e/ou para o ingresso no mercado de trabalho ("foi mesmo um impulso para tudo o que eu consegui até hoje").

Para comunidade, em particular para as entidades que trabalham com jovens NEET e para a Câmara Municipal, assim como para familiares e amigos dos participantes, o impacto do projeto é muito elevado, e o projeto é considerado como muito relevante e até mesmo definido como projeto indispensável pois é, dizem, a única resposta que existe no concelho para jovens NEET.

É difícil quantificar o impacto do projeto junto da comunidade concelhia no seu todo, uma vez que o número de participantes é limitado, mas fica claro que o desvio de jovens de caminhos alternativos acaba por produzir impactos junto da comunidade alargada ao integrar jovens na escola/no sistema de emprego e ao, em simultâneo, diminuir comportamentos desviantes e, por vezes, criminosos.

Ao nível micro, o impacto do projeto sobre cada um dos participantes é elevado, de acordo com os discursos dos participantes atuais e dos ex-participantes auscultados, sendo atualmente considerado como uma resposta eficaz pela Câmara Municipal e pela CPCJ para os jovens NEET do concelho.

No que respeita a assessoria e ao apoio prestado pelo Programa Escolhas, durante as candidaturas e ao longo da implementação dos projetos, é considerado positivo, porém, a Coordenadora do projeto e a representante da entidade gestora, referem que sem o apoio da entidade gestora seria difícil responder às exigências feitas pelo Programa Escolhas.

Matriz de Impactos

Pontos fortes

Realização, e monitorização, do diagnóstico com vista a calibragem do projeto

Laços de confiança estabelecidos com as entidades que encaminham jovens e com escolas/empregadores

Reconhecimento e validação social

Promoção da inclusão social de jovens NEET por via do aumento da escolarização/qualificação e/ou ingresso no mercado de trabalho

Pontos Fracos

Dependência financeira

Tempo de vida do projeto (2 anos)

Reuniões de acompanhamento feitas sem a devida regularidade

Pouco envolvimento ativo de algumas entidades parceiras

Riscos e Ameaças

Constituir um projeto que é submetido a candidatura de 2 em 2 anos

Pouco envolvimento de algumas entidades parceiras

Instabilidade proporcionada às equipas e às comunidades alvo da intervenção

Rotatividade das equipas de monitores

Questões a melhorar

Gestão orçamental

Sustentabilidade do projeto além financiamento

Tornar os projetos em políticas locais de intervenção social sustentáveis pelas entidades locais

Criar estratégias para maior envolvimento ativo dos agentes parceiros do projeto

RESULTADOS E BLOCO DE TESTE DE MECANISMOS POR TEMA

Resultados dos projetos; estes contribuem para os resultados mais gerais a atingir pelo Programa?
De que modo os mecanismos estão a ser operacionalizado?
Bloco de teste de mecanismos por tipo de medida

Mecanismos associados medidas I	Evidências recolhidas
A mobilização de recursos específicos (M1)	Verifica-se a mobilização de recursos específicos para a promoção do sucesso escolar: recurso a parcerias com escolar para dar respostas formativas formais; recursos a elementos externos que dão aulas práticas em cursos específicos ou sobre como criar o seu próprio negócio. Ou seja, recursos para aumentar o nível de escolarização e de qualificações dos jovens

Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	Há uma espécie de trabalho em rede em que algumas entidades (CPCJ, casas de acolhimento) sinalizam jovens que estão em abandono escolar, enveredaram por trajetos alternativos, por vezes, criminosos, e/ou que não têm qualificações nem motivação para ingressar no mercado de trabalho, e que os encaminham para a única resposta que existe no respetivo concelho, o projeto em questão. Estas entidades, em conjunto com a Câmara Municipal, encaram este projeto como uma espécie de política local de resposta a jovens NEET.
Processos participativos (M3)	Os processos participativos têm menor destaque no projeto, mas acabem por ser trabalhadas através das ações desenvolvidas no âmbito da Medida II, embora de forma superficial pois focam-se no participante em causa e no seu desenvolvimento pessoal e social e não tanto em promover a participação junto da comunidade.
Mecanismos associados a Medidas II	**Evidências recolhidas**
A mobilização de recursos específicos (M1)	Há mobilização de recursos específicos para preparar os jovens para o ingresso no mercado ou para criar o seu próprio negócio, através da formação de parcerias com empregadores locais onde os jovens possam realizar os seus estágios e/ou ser acompanhados pelos técnicos do projeto no início dos seus contratos laborais; e recorrendo a convidados empreendedores para partilharem as suas experiências.
Trabalho em rede e abordagem territorializada (M2)	Idem ao da medida II
Processos participativos (M3)	Baseiam-se na participação dos jovens nos estágios e nos empregos quando ainda estão sob o "emprego protegido", uma das ações do projeto no início do ingresso dos jovens no mercado de trabalho

RELEVÂNCIA E COERÊNCIA INTERNA/EXTERNA

Coerência interna entre as medidas e a sua configuração específica com a evolução ao longo das várias gerações de medidas

De uma maneira geral, a coerência interna das medidas está, sobretudo, plasmada nas medidas e nos impactos do projeto que procura responder às necessidades dos jovens NEET do concelho, dando formação, qualificando e orientando na procura de emprego e no ingresso no mercado de trabalho, jovens para os quais não existiam respostas adequadas antes deste projeto.

Contudo, o projeto iniciou-se na 6ª geração e foi melhorando e adaptando-se à realidade, tornando a sua coerência interna mais consolidada; um dos aspetos fundamentais prende-se com a participação dos beneficiários no planeamento e decisão de atividades, de acordo com o que o gostam mais, necessitam mais, crenças e valores, ajudando a prevenir situações de incumprimento de metas e ou objetivos.

Coerência externa face a outras medidas que concorrem para os mesmos objetivos com identificação dos domínios de sobreposição e de complementaridade

A orientação dos jovens NEET na construção de trajetos de vida com mais formação, qualificação e melhor possibilidade de emprego e, consequentemente, de maior autonomia, são uma resposta única no concelho, procurada pelas entidades que trabalham junto desse público-alvo (CPCJ, casas de acolhimentos) como solução de sucesso. Ou seja, o projeto acaba por ser uma espécie de política local de resposta para jovens NEET.

Risco que relaciona objetivos, configurações das medidas e complementaridade entre si e com outras medidas

Alguns aspetos, no entanto, podem determinar maiores riscos ao nível da execução das medidas: a gestão das tarefas ao nível interno das equipas; o pesado aparelho burocrático que compreende o projeto escolhas, com a elaboração de relatórios extensos e com grande volume de indicadores, o que poderá ter implicação na ordem das atividades a desenvolver ao longo do dia; mas, sobretudo, o facto de o período de implementação, 2 anos, não ser o suficiente para que a equipa técnica do projeto tenha garantias de que mudou, de forma efetiva, hábitos, comportamentos e modos de vida dos jovens (algumas formações, por exemplo, demoram mais tempo do que os 2 anos dos projetos Escolhas, ficando os jovens sem o acompanhamento regular que o projeto garante).

Síntese de evidências –Projeto F

Eficácia

QA1. O programa Escolhas alcançou os seus objetivos específicos ou irá alcançá-los no futuro? Em que medida e como é que as mudanças observadas podem ser atribuídas ao PE?

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciários (**) • Ex-beneficiários (***)	I	M1 M2 M3	**#5PE** Tipologia de ações de apoio e acompanhamento escolar dos projetos	- Programa oportunidades - Espaço de apoio vocacional (apoio ao estudo, escolha do curso, etc.) - Capacitação dos jovens em áreas transversais (saber-ser e saber-estar, TIC, etc.) - Orientação em termos de projeto de vida (conversas, apoio emocional - Sessões de sensibilização e apoio aos jovens participantes por técnicos que foram eles próprios participantes do projeto onde concluíram as suas qualificações acabando por integrar a equipa do projeto	- Encaminhar jovens para opções de educação e formação adequadas (nomeadamente cursos profissionais, PIEF) - Encaminhar jovens para o mercado de trabalho através da multiplicação de contactos e de parcerias com empregadores locais e do incentivo ao empreendedorismo - Promover sessões para aquisição de competências transversais: TIC, procura ativa de emprego
			#6PE Nº / jovens encaminhados para respostas de formação/qualificação	- Quase 100% dos jovens do projeto até ao momento (com exceção dos que entraram no projeto a meio do ano letivo e com quem são desenvolvidas diversas ações diárias)	- s.d.
			#7PE Tipologia de ações TIC dos projetos	- Laboratório de competências digitais com várias atividades na área da informática	- Não especificam
			#8PE Nº/Tipo de parceiros envolvidos nas ações da Medida I	- Associação de escolas do concelho que dá respostas às necessidades de formação dos jovens - Associações empresariais que dão resposta às necessidades de estágio para término dos cursos	- Foram realizadas várias reuniões com o consórcio, embora em número inferior ao planeado (não existe informação quanto à participação dos vários elementos do consórcio)
			#9PE Tipologia de ações de resposta à COVID-19	- Fizeram a adaptação possível, realizando os acompanhamentos personalizados a cada jovem por telefone - Algumas das ações, como os estágios dos jovens, por exemplo, não foram de todo possíveis	- Redução do número de jovens em cada sessão de acompanhamento/ formação

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
				- Criada nova atividade – Canal Check-in – novo veículo de comunicação entre projeto e participantes	
			Interdependência de mecanismos e processo de mudança	- Apostam em formar jovens (competências não formais e informais, e formais em parcerias com escolas próximas) focando as ações na construção de um plano de vida que passe pela integração no mercado de trabalho (sejam como trabalhador por conta de outrem, seja como empreendedor)	- As medidas I e II são complementares, sendo o principal objetivo deste projeto fornecer respostas para jovens que não estudam nem trabalham
		Resultados	**#10PE T**axa de retenção escolar e insucesso escolar	- Reintegração no sistema educativo de quase 100% dos jovens participantes	- s.d.
			#11PE Classificações globais e sucesso escolar	- s.d.	- s.d.
			#12PE Nº /jovens com competências digitais	- s.d.	- s.d.
			#13PE Nº / jovens com escolaridade obrigatória concluída	- É difícil contabilizar pois o período dos cursos excede, muitas vezes, o período de implementação do projeto	-s.d.
	II	M1 M2 M3	#18PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a procura ativa de emprego/empreendedorismo	- Formar parcerias com empregadores locais de forma a garantir os estágios e emprego para os jovens - Acompanhar os jovens nos estágios e num período inicial dos seus empregos, naquilo que chamam “emprego protegido”, até que os jovens estejam capazes e/ou se sintam confiantes para avançar sozinhos	
			#19PE Tipologia de ações para capacitar jovens para a transição para o mercado de trabalho (emprego e autoemprego)	- Clube dos empreendedores (orientações e atividades sobre empreendedorismo) - Negócios sociais (como criar um negócio e experiência em criar um negócio) - Caça ao emprego	
			#20PE Nº/Tipo de parceiros envolvidos nas ações da Medida II	- Associações empresariais que dão resposta às necessidades de emprego dos jovens	

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
			Interdependência de mecanismos e processo de mudança	- Acompanhamento personalizado aos jovens, que inicia quando cada um ingressa no projeto e quando se procura traçar um plano de futuro, mantém-se quando o jovem ingressa em estágios ou inicia contratos de trabalho até que se sinta confiante a manter o seu percurso profissional de forma autónoma. Isto significa que a formação informal e não formal é uma constante e não termina com a finalização dos estudos	
		Resultados	#2 Nº de jovens com competências de procura ativa de emprego	- Todos os que se encontram na fase de procura de emprego	
			#22 Nº de jovens que transitou para o mercado de trabalho com sucesso (estágios, emprego, projetos inovadores)	- Quase todos os que terminaram a sua formação	
			#23 Nº de jovens que conseguiu criar o seu próprio projeto/emprego	- Não existem	
	III	M1 M2 M3	**#28PE** Nº e Tipologia de ações para o desenvolvimento da cidadania e participação cívica, das competências de cuidados de saúde e promoção de ações comunitárias	n.a.	n.a.
			#29PE Nº e Tipologia de iniciativas de combate aos estereótipos e discriminação social junto da comunidade	n.a.	n.a.
			#30PE Nº /ações com envolvimento da comunidade	n.a.	n.a.
			#31PE Nº e Tipologia o de parceiros envolvidos nas ações	n.a.	n.a.

Ator/ entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Indicador/elemento	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatórios de avaliação, candidatura e outros)
			Interdependência de mecanismos e processo de mudança	n.a.	n.a.
		Resultados	**#32PE** Nº / crianças/jovens participantes em ações comunitárias	n.a.	n.a.
			#33PE Nº / agentes locais envolvidos em ações comunitárias	n.a.	n.a.
			Outros	n.a.	n.a.

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

QA3. De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?

Convém relembrar que os Projetos Escolhas são de âmbito local e mesmo comunitário, pelo que os impactos devem ser preferencialmente medidos nos respetivos territórios sempre que exista informação disponível.

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatório de avaliação; documentos da candidatura e outros)
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciários (**) • Ex-beneficiários (***)	I II III	Mais sucesso escolar	- O projeto trabalha com jovens em abandono escolar ou com dificuldade em terminar os estudos, e tem procura criar caminhos para que terminem a escolaridade obrigatória de forma a ingressar no ensino superior ou no mercado de trabalho	
		Jovens mais qualificados	- O projeto tem garantido a qualificação dos jovens e o seu ingresso no mercado de trabalho	
		Diminuição do número de jovens NEET	- Ao trabalhar com jovens NEET, o projeto constitui-se como uma resposta única no concelho, contribuindo para a diminuição deste público	
		Aumento da taxa de emprego jovem (emprego e autoemprego)	- Há aumento da taxa de emprego jovem, embora o número de participantes no projeto pouco influencie a taxa concelhia	

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental (relatório de avaliação; documentos da candidatura e outros)
		Reforço da coesão social e das dinâmicas de ação comunitária	- Aspeto não trabalhado	
		Territórios mais inclusivos e com dinâmicas de intervenção mais sustentáveis	- O projeto tem contribuído para que o concelho seja um território mais inclusivo pois aposta na formação, qualificação e emprego dos jovens NEET	
		Sustentabilidade	- Devido ao impacto positivo que o projeto tem tido no concelho, seria possível, entre os parceiros, encontrar formas de manter algumas das medidas do projeto, no entanto, declaram que seria impossível manter a mesma escala de ação	

RELEVÂNCIA/COERÊNCIA INTERNA E EXTERNA

QA5. A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental
• Equipa Coor. do Projeto • Consórcio (*) • Benefciciários (**) • Ex-beneficiários (***)	Problemas, Medidas e a sua Configuração Específica	**#42PE** Matriz de coerência interna entre as medidas e a sua configuração específica com a evolução ao longo das várias gerações de medidas **#43PE** Matriz de coerência externa face a outras medidas que concorrem para os mesmos objetivos com identificação dos domínios de sobreposição e de complementaridade	- As medidas e ações respondem ao diagnóstico e conceção da medida, no sentido em que facultam uma oferta que era inexistente no território: respostas personalizadas de formação, qualificação e emprego para jovens NEET; - O facto de se constituírem como a única resposta existente no concelho para jovens NEET, procurada pelas entidades que trabalham diretamente com estes jovens e os procuram encaminhar quer para o reingresso no sistema educativo quer para a obtenção de emprego, confere-lhes destaque e justifica que haja um esforço para a concretização da sustentabilidade do projeto enquanto política local de inclusão social; - Os aspetos menos conseguidos estão relacionados com o reduzido envolvimento de alguns parceiros, e o desfasamento entre o tempo de implementação do projeto e as soluções educativas e formativas que são	

Ator/entidade auscultada	Medida	Elemento TDM	Evidências recolhidas – EC (entrevistas e FG)	Análise documental
		#44PE Matriz de níveis de risco que relaciona objetivos, configurações das medidas e complementaridade entre si e com outras medidas	quase sempre mais prolongadas e que retiram a estes jovens a orientação que lhes falta nas famílias ou nas instituições de acolhimento, o que pode colocar em causa os progressos, ou seja, a sustentabilidade das ações	

2.2.7. Seleção de casos Programa Escolhas (análise de *clusters*)

Neste anexo apresentam-se todas as informações referentes ao processo de seleção de casos para o estudo de casos na TO 3.11.

1. Caracterização dos projetos

A caracterização dos projetos baseia-se em 10 variáveis construídas com base em dados fornecidos pelo Programa Escolhas. As duas primeiras dizem respeito, primeiro à localização na NUTSII (tabela 1) e depois à localização em termos da diferença litoral e interior (tabela 2) que se tornou relevante em estudos sobre territórios devido aos processos de pressão populacional ou de desertificação, respetivamente, e que vêm associados a todo um outro conjunto de características que são causas e/ou consequências, muitas vezes em simultâneo, nomeadamente a oferta de emprego e de estágios, diversidade de respostas educativas e formativas, entre muitos outros, que diferem quanto a esta localização. Acrescentou-se a esta diferença um outro nível para incluir na análise três distritos que são caracterizados por fatores quer de interioridade quer de litoralidade pela sua localização central.

A primeira variável reporta à localização dos projetos nas NUTSII[12] sendo visível que, na 8ª geração, 50% (N = 30) estava no Norte, 33,3% (N = 20) no Centro e 16,7% (N = 10) no Alentejo.

Tabela 1. Caracterização dos projetos do Programa Escolhas 8G, financiados pelo PO ISE, quanto à localização na NUTSII

Regiões NUTSII	N	%
Alentejo	10	16,7
Centro	20	33,3
Norte	30	50,0
Total	60	100,0

Fonte: Programa Escolhas

Relativamente ao posicionamento interior-litoral, os projetos considerados são, na maioria, de distritos do litoral (63,3% = 38). Contam-se, ainda, 28,3% (N = 30) no interior e 8,3% (N = 5) localizados nos distritos centrais.

Tabela 2. Caracterização dos projetos do Programa Escolhas 8G, financiados pelo PO ISE, quanto à localização em termos litoral-centro-interior[13]

Litoral-interior	N	%
Litoral	38	63,3
Centro	5	8,3
Interior	30	28,3
Total	60	100,0

Fonte: Programa Escolhas

[12] Referindo-se à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de 2013 (7 regiões NUTSII).

[13] Além da diferença entre Norte-Sul, um produto geo-histórico, importa analisar a diferença litoral-interior, um produto "dos processos de modernização social e económica" (Ferrão, 2002). Além dos distritos do litoral fortemente marcados pela sua costa marítima (Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Lisboa, Setúbal e Faro) e dos distritos do interior caracterizados pelas suas fronteiras com Espanha (Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja que apesar de ter uma costa marítima no Alentejo litoral é mais fortemente marcado pela sua interioridade), há que destacar três concelhos que se posicionam numa parte mais central do país (Vila Real, Viseu e Santarém). No âmbito da presente avaliação esta distinção litoral-centro-interior é aplicada às regiões financiadas pelo PO ISE (Norte, Centro e Alentejo).

Importa também incluir na caracterização dos projetos quais os eixos temáticos (designados como "Medidas" nos documentos legislativos e estruturais do Programa Escolhas) a que cada um dos projetos se propôs responder através da criação de medidas concretas adaptadas aos territórios. São as três variáveis seguintes (tabela 3).

A terceira, quarta e quinta variáveis mostram quais as áreas de intervenção (designados no âmbito do Programa Escolhas como Medidas I, II e III) a que os projetos se propuseram responder com a implementação de medidas pensadas e elaboradas pelos técnicos no terreno. Na tabela 3 verifica-se que as áreas 1 e 3 são as mais trabalhadas pelos projetos (por 95% e 96,6% dos projetos, respetivamente) e que apenas 8,3% (N = 5) dos projetos financiados pelo PO ISE criam medidas para promover a área 2 (emprego e empreendedorismo).

Tabela 3. Caracterização dos projetos do Programa Escolhas 8G, financiados pelo PO ISE, quanto às áreas de intervenção

Áreas de intervenção ("Medidas")	N	%[1]
Eixo 1	57	95,0
Eixo 2	5	8,3
Eixo 3	58	96,6

Fonte: Programa Escolhas
Nota: [1]As percentagens foram calculadas sobre o total dos projetos financiados na 8G (60).

As equipas, em termos quer de técnicos a tempo inteiro quer de técnicos a tempo parcial, são outra dimensão importante na caracterização dos projetos. As tabelas correspondentes (4 e 5) revelam que existe variabilidade nestes dois indicadores o que deve ser considerado.

A maior parte dos projetos tem um técnico a tempo inteiro (20,0%, N = 12) ou dois técnicos a tempo inteiro (23,3%, N = 34). Entre os restantes, 9 projetos contam com 3 técnicos a tempo inteiro (15%) e 5 contam com 4 ou mais técnicos a tempo inteiro (8,3%).

Tabela 4. Caracterização dos projetos do Programa Escolhas 8G, financiados pelo PO ISE, quanto ao número de técnicos a tempo inteiro

Técnicos a tempo inteiro	N	%
1 Técnico a tempo inteiro	12	20,0
2 Técnicos a tempo inteiro	34	56,7
3 Técnicos a tempo inteiro	9	15,0
4 ou mais técnicos a tempo inteiro	5	8,3
Total	60	100,0

Fonte: Programa Escolhas

Entre os 60 projetos, 6 não têm técnicos a tempo parcial (10%), e a maioria tem 1 técnicos a tempo parcial (41,7%, N = 25) ou 2 técnicos a tempo parcial (25%, N = 15). Existem, também, percentagens consideráveis de projetos que contam com 3 técnicos a tempo parcial (16,7%, N = 10) ou mesmo com 4 técnicos a tempo parcial (6,7%, N = 4).

Tabela 5. Caracterização dos projetos do Programa Escolhas 8G, financiados pelo PO ISE, quanto ao número de técnicos a tempo parcial

Técnicos a tempo parcial	N	%
Sem técnicos a tempo parcial	6	10,0
1 Técnico a tempo parcial	25	41,7

Técnicos a tempo parcial	N	%
2 Técnicos a tempo parcial	15	25,0
3 Técnicos a tempo parcial	10	16,7
4 Técnicos a tempo parcial	4	6,7
Total	60	100,0

Fonte: Programa Escolhas

As parcerias, operacionalizado em termos de número total de parceiros, são outro indicador importante no caso dos projetos Escolhas, uma vez que um dos principais objetivos deste programa é o de "Reforçar a coesão social, aumentando o número de pessoas e territórios vulneráveis abrangidos, assim como através da promoção do voluntariado, potenciador de inclusão social" (Objetivo Estratégico 3.2 POISE). Ou seja, o número de parceiros é uma variável importante na caracterização dos projetos. O mesmo para o número de participantes.

Quanto ao número de parceiros, observa-se que 16 projetos têm entre 5 a 8 parceiros (26,7%), 23 contam com 9 a 11 parceiros (38,3%), 12 projetos indicaram ter entre 12 a 14 parceiros (20%) e, ainda, 9 projetos têm entre 15 a 19 parceiros (15%).

Tabela 6. Caracterização dos projetos do Programa Escolhas 8G, financiados pelo PO ISE, quanto ao número de parceiros

Parceiros	N	%
5 a 8 parceiros	16	26,7
9 a 11 parceiros	23	38,3
12 a 14 parceiros	12	20,0
15 a 19 parceiros	9	15,0
Total	60	100,0

Fonte: Programa Escolhas

No que respeita ao número total de participantes vemos que mais de metade dos projetos (55% = 33) teve entre 125 a 224 participantes; e que 18 atingiram um total entre 225 a 324 participantes (30%). Apenas 9 atingiram 325 ou mais participantes (15%).

Tabela 7. Caracterização dos projetos do Programa Escolhas 8G, financiados pelo PO ISE, quanto ao número de participantes

Participantes	N	%
125 a 224 participantes	33	55,0
225 a 324 participantes	18	30,0
325 ou mais participantes	9	15,0
Total	60	100,0

Fonte: Programa Escolhas

A última variável foi acrescentada na sequência da entrevista já realizada junto das estruturas do Programa Escolhas como importante na caracterização dos projetos. O trabalho prolongado no terreno no caso dos projetos que receberam financiamento nas três gerações, pode ser um ponto de diferenciação entre projetos, importante em várias dimensões:

nível de conhecimento do território e público-alvo, criação e planeamento de medidas adaptadas ao local, angariação de participantes, entre outros.

Por último, sobre a questão do financiamento nas quatro gerações em avaliação, destacam-se 27 projetos que receberam financiamento em todas (55%).

Tabela 8. Caracterização dos projetos do Programa Escolhas, financiados pelo PO ISE, quanto ao financiamento obtidos nas últimas quatro gerações (5ª, 6ª, 7ª e 8ª gerações)

Financiamento nas 4 gerações	N	%
Sim	27	55,0
Não	33	30,0
Total	60	100,0

Fonte: Programa Escolhas

2. Decisão sobre o número de clusters

A solução gravada tem 3 clusters, decisão que foi tomada a partir da análise dos gráficos seguintes. O Dendograma que é a representação gráfica que permite visualizar a hierarquia das aglomerações. E o gráfico dos coeficientes de fusão que demonstra a distância e a proximidade entre clusters seguindo o princípio de que "quando a divisão de um novo grupo não introduz alterações significativas no coeficiente de fusão poderá tomar--se essa partição como sendo óptima." (Reis, 2006: 325).

Gráfico 1: Dendograma

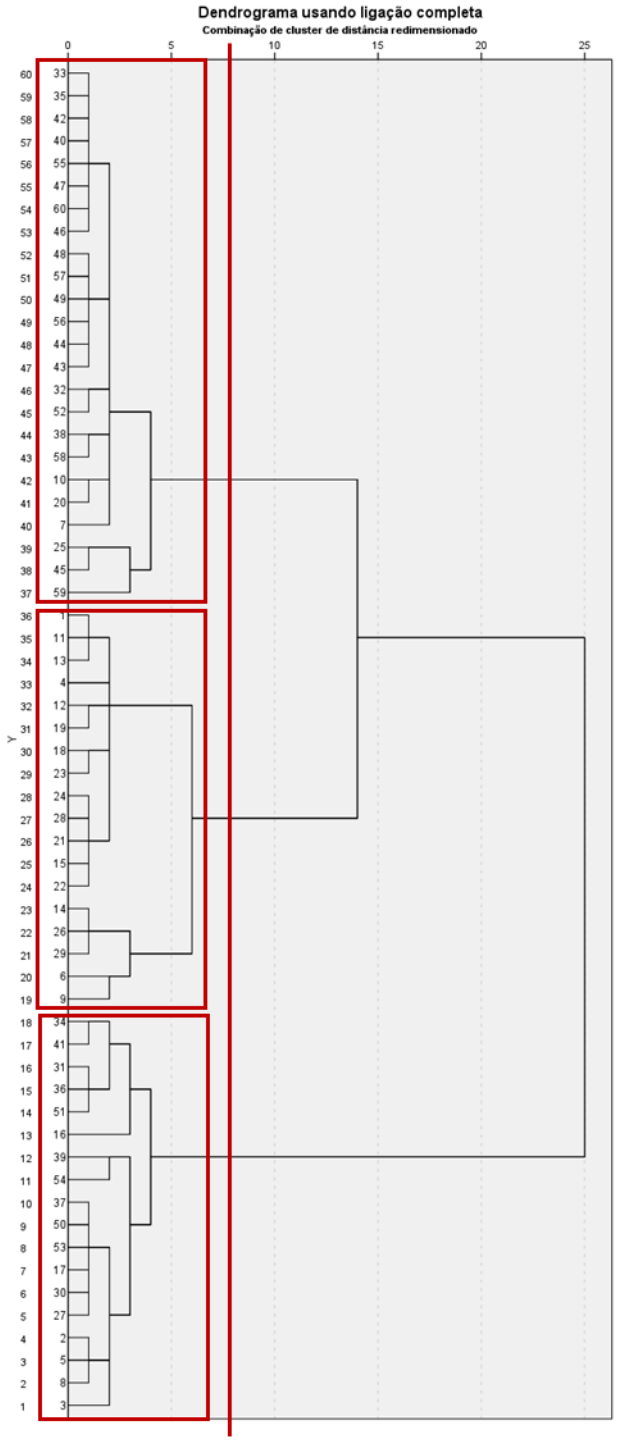
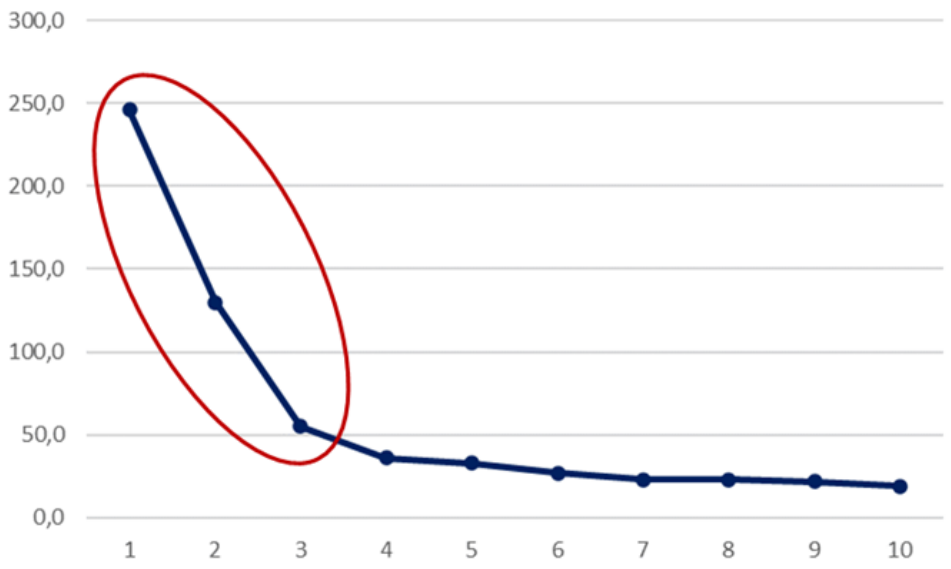


Gráfico 2: Gráfico de coeficiente de fusão



3. Descrição dos Clusters

A tabela seguinte revela todos os indicadores que caracterizam cada um dos três clusters.

Tabela 9. Caracterização dos clusters

Variáveis	Categorias	Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3	
		N	%	N	%	N	%
NUTSII	Alentejo	4	22,2	4	22,2	2	8,3
	Centro	14	77,8	4	22,2	2	8,3
	Norte	0	0	10	55,6	20	83,3
	Total	18	100	18	100	24	100
Localização litoral-interior	Litoral	7	38,9	12	66,7	19	79,2
	Centro	0	0	0	0	5	20,8
	Interior	11	61,1	6	33,3	0	0
	Total	18	100	18	100	24	100
Eixo 1	Com Eixo I	18	100	17	94,4	22	91,7
	Sem Eixo I	0	0	1	5,6	2	8,3
	Total	18	100	18	100	24	100
Eixo 2	Com Eixo II	0	0	1	5,6	4	16,7
	Sem Eixo II	18	100	17	94,4	20	83,3
	Total	18	100	18	100	24	100
Eixo 3	Com Eixo III	18	100	18	100	22	91,7
	Sem Eixo III	0	0	0	0	2	8,3
	Total	18	100	18	100	24	100

Variáveis	Categorias	Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3	
		N	%	N	%	N	%
Técnicos a tempo inteiro	1 TecTI	3	16,7	3	16,7	6	25,0
	2 TecTI	11	61,1	11	61,1	12	50,0
	3 TecTI	3	16,7	2	11,1	4	16,7
	4 ou mais TecTI	1	5,6	2	11,1	2	8,3
	Total	18	100	18	100	24	100
Técnicos a tempo parcial	Sem TecTP	0	0	3	16,7	3	12,5
	1 TecTP	10	55,6	6	33,3	9	37,5
	2 TecTP	4	22,2	5	27,8	6	25,0
	3 TecTP	3	16,7	2	11,1	5	20,8
	4 TecTP	1	5,6	2	11,1	1	4,2
	Total	18	100	18	100	24	100
Parceiros	5 a 8 parceiros	6	33,3	6	33,3	4	16,7
	9 a 11 parceiros	9	50,0	5	27,8	9	37,5
	12-14 parceiros	3	16,7	1	5,6	8	33,3
	15 a 19 parceiros	0	0	6	33,3	3	12,5
	Total	18	100	18	100	24	100
Participantes	125 a 224 participantes	7	38,9	11	61,1	15	62,5
	225 a 324 participantes	5	27,8	4	22,2	9	37,5
	325 ou mais participantes	6	33,3	3	16,7	0	0
	Total	18	100	18	100	24	100
Finan. 4G	Sim	10	55,6	7	38,9	10	41,7
	Não	8	44,4	11	61,1	14	58,3
	Total	18	100	18	100	24	100

2.2.8. Instrumentos de recolha de informação

Guião de entrevista à estrutura de missão do Programa Escolhas

DIMENSÃO PROGRAMAÇÃO E FINANCIAMENTO

- O PE é atualmente financiado pelo PO ISE. Como avalia essa fonte de financiamento? É adequada? Contribuiu para a evolução e melhoria do programa? Representou uma maior garantia de sustentabilidade do programa?
- Em que medida é que o PE contribui para a concretização dos objetivos previstos no respetivo eixo do PO ISE?

DIMENSÃO PE- OBJETIVOS E PLANEAMENTO

- Quais é que diria que foram as grandes mudanças e os ganhos capitalizados para o PE, ao longo das diferentes gerações?
- Ao longo das diferentes gerações do PE, vários aspetos foram sendo reajustados. A que responderam as alterações efetuadas (agenda política, necessidades encontradas no terreno, etc.)

DIMENSÃO OPERACIONALIZAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DA MEDIDA

- O programa Escolhas funciona através de Projetos que são dinamizados a nível local, em territórios considerados mais vulneráveis. Como é que é feita a seleção das candidaturas e dos projetos? Que critérios assistem esta seleção, o que é que tem de estar garantido? (cobertura territorial, critérios de vulnerabilidade e quais, etc.)
- No domínio da avaliação e monitorização, como é que esses projetos são avaliados, e quais os critérios utilizados?
- O modelo vigente de atuação do PE – e que tem sido reproduzido desde a primeira geração – assenta na implementação destes projetos locais. Algumas avaliações já realizadas ao PE reportam a este propósito, alguns problemas ao nível da sustentabilidade das iniciativas desenvolvidas e apontam, também, para algumas fragilidades ao nível da manutenção da aprendizagem organizacional a retirar da dinamização destas ações nos territórios. Posto isto, concorda com essas indicações e se sim, o que é que acha que deve ser alterado neste modelo de modo a garantir maior sucesso

DIMENSÃO FUTURO

- Quais considera serem os pontos fortes e fracos das 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Geração do Escolhas?
- O que é que tem de ser melhorado de uma forma geral no PE? Quais as expectativas para as próximas gerações?

Estudos de Caso

Guião de entrevistas à Equipa Coordenadora do Projeto

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO E DA ENTIDADE PROMOTORA

- Nome, tipo, enquadramento jurídico, organização
- Qual o papel/cargo que desempenha dentro da entidade?
- Há quanto tempo está ligado/a a esta entidade?
- Descrição da equipa responsável pelas atividades desenvolvidas no âmbito do PE (equipas coordenadoras, equipas técnicas, parceiros)

CARATERIZAÇÃO DO BAIRRO/ÁREA GEOGRÁFICA ONDE A ENTIDADE ATUA

- Como carateriza o bairro/área onde são implementadas as atividades? (Perfil demográfico, socioeconómico, qualificações, níveis de empregabilidade e setores de atividade/emprego, outras entidades existentes na área; problemas e potencialidades)
- Como carateriza a relação entre a entidade e o bairro/área onde atua e seus residentes/beneficiários das atividades?

INTEGRAÇÃO NO PROGRAMA ESCOLHAS

- Há quanto tempo estão associados ao PE (geração)? Quando foi a primeira candidatura? E porquê?
- O projeto atual do PE foi constituído em específico para responder aos requisitos do PE? Ou capitaliza áreas anteriores de atuação?
- Quais as principais mudanças a registar na transição de geração para geração no PE? E principais mudanças a registar na atuação da entidade com a interação no PE?

FINANCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE

- Como carateriza o financiamento recebido do PE, em termos de adequação e suficiência, face ao tipo de atividades desenvolvidas e propostas e recursos mobilizados pelas atividades?
- Quais as principais dificuldades que identifica?
- Quais os principais riscos associados à estabilidade/sustentabilidade do projeto? Se a entidade sair no bairro, os agentes locais (parceiros e comunidade) conseguiriam manter as ações do projeto?
- Existe algum plano B, que garanta a continuidade das atividades em ausência e ou encurtamento do financiamento?

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- Como foi definido o plano de atividades do projeto? Houve algum diagnóstico prévio de necessidades?
- Quais as ações desenvolvidas para responder a cada medida PE? E quantas têm o envolvimento da comunidade?
- Principais dificuldades sentidas (internas e externas) – em termos de recursos, meios humanos, dinâmicas internas da entidade, contexto cultural, social, políticas locais, políticas nacionais…
- As avaliações realizadas às atividades, apontam e orientam caminho para ajustes e mudanças? Se sim, onde e como são feitas essas mudanças?
- Criaram respostas para o contexto pandémico no âmbito das ações do projeto? Quais?

RESULTADOS E IMPACTOS DO PROJETO

- Que balanço faz no geral do trabalho que tem sido desenvolvido pela entidade?
- Em termos gerais, quais os principais resultados alcançados/impacto com as atividades que têm sido desenvolvidas?
- Quanto dessa progressão e resultados observados são explicados pelo envolvimento da entidade no PE?

- Na sua opinião, quanto das mudanças observadas no bairro/área geográfica de atuação do projeto, são explicadas pelas atividades desenvolvidas pelo projeto?

RELAÇÃO COM ESTRUTURA DO PE, PLANO DE AVALIAÇÃO E PROCESSO DE CANDIDATURAS

- Como carateriza a assessoria e apoio recebidos da estrutura do PE?
- Que principais dificuldades são identificadas? O que é prioritário de mudar?
- Que avaliação faz do processo de candidatura ao PE? Principais dificuldades? O que devia mudar?
- Considera que a avaliação do PE é um momento importante? É adequada? O que devia mudar?
- Há um plano de avaliação interna da entidade?

FUTURO

- Que expectativas tem para o futuro? E em quanto é que isso passa pelo envolvimento no PE?
- O que era prioritário de mudar no Programa Escolhas de uma forma geral? Indique de forma sumária pontos fortes e fracos do PE.

Guião de *focus group* a consórcio de escolas e entidades empregadoras

CARATERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA E DESCRIÇÃO

- Idade, sexo, ocupação, habilitações/formação
- Entidade que representam

PERCEÇÕES SOBRE O BAIRRO E ÁREA GEOGRÁFICA DO PE

- Descreva o bairro onde o PE atua: identifique problemas, potencialidades, caraterísticas que o diferenciem de outros bairros

PERCEÇÕES SOBRE O PAPEL E TRABALHO DO PE

- Experiência com o PE e projetos escolhas.
- Como avalia a ação do PE? Que mais valias trouxe para o bairro em termos do sucesso escolar, da qualificação dos jovens e na preparação da sua transição para o mercado de trabalho, da aquisição de competências cívicas, de participação e da dinamização de ações comunitárias?
- Pontos fortes e pontos fracos do PE e do projeto.

PAPEL RELAÇÃO DO PE COM AS ENTIDADES

- Qual a relação com o PE e com entidade que dinamiza o PE?
- O papel que a sua entidade desempenha neste âmbito é o adequado?

SUSTENTABILIDADE DO PROJETO

- Se a entidade promotora saísse do bairro, a comunidade (e os vários paceiros) teriam capacidade para manter as ações em implementação? Como?

Guião de *focus group* a beneficiários do Programa Escolhas

CARATERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA E PERCEÇÃO SOBRE O BAIRRO

- Idade, sexo, ocupação, habilitações
- Descreva o bairro onde vive. (fisicamente, principais problemas, principais potencialidades…)

PERCEÇÕES SOBRE A VIDA

- Descreva o seu percurso escolar (fatores positivos e principais dificuldades/soluções)
- Descreva o percurso realizado/que espera realizar para o ingresso no mercado de trabalho
- Descreva quais as ações que desenvolve na comunidade (eventos culturais, desportivos, voluntariado, etc.)

PERCEÇÕES SOBRE O PE/PROJETO

- Como conheceu o PE e há quanto tempo está envolvido no PE?
- Indique sumariamente as atividades em que participa.
- Como é que o PE mudou a sua vida na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)?
- Pontos fortes e fracos do PE.

PERCEÇÕES E EXPECTATIVAS SOBRE O FUTURO

- Como é que se vê daqui a 10 anos? E como é que gostava de estar?
- O PE pode ajudar a alcançar as suas metas pessoais?

Guião de *focus group* a ex-beneficiários do Programa Escolhas

CARATERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA E DESCRIÇÃO

- Idade, sexo, ocupação, habilitações/formação
- Descreva o bairro onde vivia na altura em que participou no PE (fisicamente, principais problemas, principais potencialidades…)

PERCEÇÕES SOBRE A VIDA

- Descreva o seu percurso escolar. Principais dificuldades. Principais fatores positivos.
- Descreva a sua experiência quando entrou no mercado de trabalho. Aspeto positivos, negativos e dificuldades.
- Descreva quais as ações que desenvolve na comunidade (eventos culturais, desportivos, voluntariado, etc.)

PARTICIPAÇÃO NO PE

- O que é que mudou com a participação no PE na escola, na forma como age na e com a comunidade, e na transição/expectativa de transição para o mercado de trabalho (apoio e acompanhamento na escola, sessões TIC, relações com agentes da comunidade, estágios, etc.)?
- O PE representou uma mais-valia para o bairro?

PERCEÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO PE

- Como conheceu o PE e quanto tempo esteve envolvido? Descreva o que fazia.
- Pensando na sua experiência, indique pontos fortes e fracos do PE.

PERCEÇÕES E EXPECTATIVAS SOBRE O FUTURO

- Neste momento, a sua vida – em termos de trabalho, vida familiar, disponibilidade económica, tempo-livre, entre outros aspetos – está próxima da imagem que tinha/desejava de há uns anos atrás?
- A sua experiência no PE pode ajudar/ajudou a alcançar as metas pessoais?

Guião do Inquérito a Entidade Promotoras do Programa Escolhas

Caro participante,

Este questionário destina-se às entidades promotoras e parceiras do Programa Escolhas de 5ª (último semestre), 6ª, 7ª e 8ª gerações (2015-2021). A sua aplicação é no âmbito do Estudo da Avaliação Intercalar do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, enquadrado no Plano Global de Avaliação do PT2020 e no Plano de Avaliação do POISE, que foi adjudicado pela Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), ao Consórcio IESE/ ISCTE-IUL/ PPLL Consult.

O preenchimento do questionário tem a duração aproximada 15 minutos; as respostas serão automaticamente gravadas, podendo interromper o preenchimento sempre que necessário e regressar posteriormente ao ponto onde ficou.

De acordo com o Código de Ética do Investigador das entidades que constituem o consórcio responsável pelo estudo (que respeita a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e a Lei da Proteção de Dados Pessoais), não se conhecem riscos associados em participar e é garantida a confidencialidade das respostas que são anonimizadas. Os dados recolhidos não serão usados para qualquer outro efeito, ficando assim garantidos os direitos dos respondentes.

Caso deseje colocar alguma dúvida ou partilhar algum comentário, pode contactar a equipa através do e-mail: *[inserir endereço de e-mail]*

Agradecemos a sua disponibilidade e o seu valioso contributo!

1. Caracterização

1.1. Indique o nome do projeto

1.2. Indique qual a abrangência territorial do projeto

[escolha única]

Bairro	☐
Freguesia	☐
Concelhio	☐
Supraconcelhio	☐

1.3. Indique qual o tipo de entidade que representa

[escolha única]

Junta de freguesia	☐	Associações de desenvolvimento local	☐
Câmara Municipal	☐	Associações empresariais	☐
Agrupamentos de escolas/ Escola não agrupada	☐	Empresas privadas	☐
Escolas profissionais/ Centros de formação	☐	Empresas públicas (incluindo municipais)	☐
Hospitais	☐	Associações de moradores	☐
Agrupamentos de Centros de Saúde	☐	Associações de imigrantes	☐
Corpos e Associações de Bombeiros	☐	Forças de segurança/Forças Armadas	☐
Misericórdias	☐	Clubes/Associações recreativas, desportivas e/ou culturais	☐
Centros Sociais e Paroquiais	☐	Outras	☐
Outras IPSS	☐		

1.3.1. Se selecionou a opção "Outras", indique qual:

1.4. identifique em medida os seguintes fatores-problema caraterizam o bairro, área, onde o(s) seu(s) projeto(s) é (são) implementado(s)

	Não carateriza	Carateriza pouco	Carateriza parcialmente	Carateriza muito	Não sabe/Não responde
Absentismo escolar	○	○	○	○	○
Percursos de insucesso de escolar	○	○	○	○	○
Abandono escolar precoce	○	○	○	○	○
Falta de competências digitais	○	○	○	○	○
Desemprego jovem	○	○	○	○	○
Ausência de projetos de vida	○	○	○	○	○
Dependência dos jovens adultos (dos agregados familiares, apoios sociais, etc.)	○	○	○	○	○
Focos de criminalidade, delinquência, falta de civismo	○	○	○	○	○
Fraca participação cívica	○	○	○	○	○
Isolamento da população e fechamento do bairro sobre si próprio	○	○	○	○	○
Discriminação social (do bairro e sua população)	○	○	○	○	○
Escassez de respostas sociais locais	○	○	○	○	○
Escassez de políticas locais socioeducativas e culturais	○	○	○	○	○
Outros fatores	○	○	○	○	○

1.4.1. Se selecionou a opção "Outras", indique qual:

1.5. Indique qual(is) geração(ões) do Programa Escolhas financiou(aram) o projeto.

[escolha múltipla]

5ª Geração	☐
6ª Geração	☐
7ª Geração	☐
8ª Geração	☐

[Filtro: em caso de resposta nas 5ª e 6ª geração]

1.5.1. Indique a que Medidas respondeu o projeto:

Medida I - Inclusão escolar e para a educação não formal	☐
Medida II - Formação profissional e empregabilidade	☐

Medida III - Dinamização comunitária e cidadania	☐
Medida IV - Inclusão digital	☐
Medida V - Empreendedorismo e a capacitação dos jovens	☐

[Filtro: em caso de resposta na 7ª geração]

1.5.1. Indique a que Medidas respondeu o projeto:

Medida I - Educação, Formação e Qualificação	☐
Medida II - Emprego e Empreendedorismo	☐
Medida III - Dinamização Comunitária, Participação e Cidadania	☐

[Filtro: em caso de resposta na 8ª geração]

1.5.1. Indique a que Medidas respondeu o projeto:

Medida I - Educação, Exclusão Digital, Formação e Qualificação	☐
Medida II - Emprego e Empreendedorismo	☐
Medida III - Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania	☐

1.6. Indique o número total de participantes no projeto com idades compreendidas entre os 6 e os 24 anos: _____

2. Parcerias

2.1. Indique o número total de parceiros do projeto: _____

2.2. Indique o tipo de entidades que foram parceiras do projeto

[escolha múltipla]

Junta de freguesia	☐	Associações de desenvolvimento local	☐
Câmara Municipal	☐	Associações empresariais	☐
Agrupamentos de escolas/ Escola não agrupada	☐	Empresas privadas	☐
Escolas profissionais/ Centros de formação	☐	Empresas públicas (incluindo municipais)	☐
Hospitais	☐	Associações de moradores	☐
Agrupamentos de Centros de Saúde	☐	Associações de imigrantes	☐
Corpos e Associações de Bombeiros	☐	Forças de segurança/Forças Armadas	☐
Misericórdias	☐	Clubes/Associações recreativas, desportivas e/ou culturais	☐
Centros Sociais e Paroquiais	☐	Outros	☐
Outras IPSS	☐		

2.2.1. Se selecionou a opção "Outros", indique quais:

3. Educação, inclusão Digital, Formação e Qualificação

3.1. Identifique que tipo de ações foram realizadas para a promoção do sucesso escolar no âmbito do projeto e classifique-as quanto à frequência de aplicação.

	Não foi realizada	Uma ou mais vezes por semana	Uma ou mais vezes por mês	Uma ou mais vezes por ano	Uma vez ao longo do projeto	Não sabe/Não responde/ Não se aplica
Apoio e acompanhamento ao estudo e tarefas escolares	○	○	○	○	○	○
Reuniões e tutorias com os alunos	○	○	○	○	○	○
Atividades para encarregados de educação	○	○	○	○	○	○
Reuniões com os professores/ escola dos participantes	○	○	○	○	○	○
Desenvolvimento de componentes pedagógicas com os participantes do projeto	○	○	○	○	○	○
Colaboração em projetos dinamizados pelas escolas dos participantes do projeto	○	○	○	○	○	○
Desenvolvimento de componentes educativas extracurriculares e complementares	○	○	○	○	○	○
Sessões de capacitação de crianças e jovens para a utilização de computadores	○	○	○	○	○	○
Sessões de capacitação de crianças e jovens para uma utilização correta e segura da internet	○	○	○	○	○	○
Sessões de capacitação de crianças e jovens para a utilização do email	○	○	○	○	○	○
Sessões de capacitação de crianças e jovens para a utilização de pelo menos um dos programas do office (word, powerpoint, excel, etc.)	○	○	○	○	○	○
Ações de resposta à COVID-19	○	○	○	○	○	○
Encaminhamento dos participantes para ações de formação e qualificação externas	○	○	○	○	○	○
Outros	○	○	○	○	○	○

3.1. 1. Se selecionou a opção “Outros”, indique quais e o grau de importância correspondente a cada opção extra.

3.2. Considerando os seguintes indicadores relativos à escolarização e ao sucesso escolar, classifique-os quanto à melhoria observada junto do público-alvo do projeto na sequência da implementação das atividades previstas.

	Melhoria inexistente	Melhoria fraca	Melhoria Razoável	Melhoria acentuada	Não sabe/Não responde
Taxa de abandono escolar	○	○	○	○	○
Taxa de retenção	○	○	○	○	○
Taxa de absentismo					
Classificações globais dos participantes	○	○	○	○	○
Jovens que adquiriram competências digitais e são autónomos nas mesmas	○	○	○	○	○
Número de jovens participantes com o ensino secundário (curso geral ou profissional) completo	○	○	○	○	○
Número de jovens participantes que ingressaram no ensino superior	○	○	○	○	○
Outros	○	○	○	○	○

3.3.1. Se selecionou a opção "Outros", indique quais e o grau de melhoria correspondente a cada opção extra

3.3. Ao longo da implementação do projeto, quantos participantes concluíram a escolaridade obrigatória, também na sequência do apoio recebido? _____

3.4. Ao longo da implementação do projeto, quantos participantes adquiriram competências digitais sendo capazes de as utilizar de forma autónoma (trabalho no computador, utilização da internet, do email e outros recursos online, etc.)? _____

3.5. Ao longo da implementação do projeto, quantos participantes foram encaminhados para realizar ações de formação e qualificação em entidades externas (escolas profissionais, IEFP, etc.)? _____

4. Emprego e Empreendedorismo

4.1. Identifique que tipo de ações foram realizadas para o desenvolvimento de competências de procura ativa de emprego e para a transição para a vida ativa no âmbito do projeto e classifique-as quanto à frequência de aplicação.

	Não foi realizada	Uma ou mais vezes por semana	Uma ou mais vezes por mês	Uma ou mais vezes por ano	Uma vez ao longo do projeto	Não sabe/Não responde/ Não se aplica
Informar sobre onde e como procurar emprego em jornais, avisos, etc.	○	○	○	○	○	○
Informar onde e como procurar emprego online	○	○	○	○	○	○
Ensinar a construir currículos em word	○	○	○	○	○	○
Mostrar como adaptar currículos a cada candidatura	○	○	○	○	○	○
Ensinar a responder a emails profissionais de forma adequada	○	○	○	○	○	○

Trabalhar com os participantes no desenvolvimento de competências transversais (linguagem adequada, inglês, etc.)	○	○	○	○	○	○
Sessões na área digital (utilização do computador, programas específicos do office e outros, etc.)	○	○	○	○	○	○
Promover formação na área do empreendedorismo	○	○	○	○	○	○
Sessões de discussão, workshops ou outros eventos com empreendedores	○	○	○	○	○	○
Participação em projetos dinamizados pelas escolas dos participantes do projeto	○	○	○	○	○	○
Estabelecimento de parcerias que visam criar oportunidades de emprego (estágios, emprego, criação de emprego)	○	○	○	○	○	○
Outras medidas	○	○	○	○	○	○

4.1.1 Se selecionou a opção "Outras medidas", indique quais e o grau de importância correspondente a cada opção extra

4.2. Ao longo da implementação do projeto, quantos jovens participantes que não tinham ocupação reiniciaram os estudos? _____

4.3. Ao longo da implementação do projeto, quantos jovens participantes conseguiram transitar com sucesso para o mercado de trabalho (estágio remunerado, emprego, criação de emprego)? _____

4.4. Ao longo da implementação do projeto, quantos jovens participantes conseguiram criar projetos inovadores que permitiram criar o seu próprio emprego (empreendedorismo)? _____

5. Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania

5.1. Identifique que tipo de ações foram realizadas para o desenvolvimento de competências cívicas e de participação, da consciencialização sobre cuidados de saúde, e para promoção de ações comunitárias no âmbito do projeto e classifique-as quanto à frequência de aplicação.

	Não foi realizada	Uma ou mais vezes por semana	Uma ou mais vezes por mês	Uma ou mais vezes por ano	Uma vez ao longo do projeto	Não sabe/Não responde/ Não se aplica
Atividades lúdico pedagógicas para a consciencialização sobre os direitos e deveres cívicos e comunitários	○	○	○	○	○	○
Sessões de trabalho sobre a importância do ato eleitoral	○	○	○	○	○	○
Incentivo à participação em manifestações (escritas e/ou presenciais) para melhoria do bairro/comunidade/país	○	○	○	○	○	○

	Não foi realizada	Uma ou mais vezes por semana	Uma ou mais vezes por mês	Uma ou mais vezes por ano	Uma vez ao longo do projeto	Não sabe/Não responde/ Não se aplica
Incentivo ao associativismo	○	○	○	○	○	○
Dinamização de atividades de voluntariado junto da comunidade pelos participantes	○	○	○	○	○	○
Dinamização de eventos culturais e desportivos com participação das crianças e jovens	○	○	○	○	○	○
Dinamização de eventos festivos na comunidade com participação das crianças e jovens	○	○	○	○	○	○
Sessões de sensibilização sobre os cuidados de saúde	○	○	○	○	○	○
Sessões de esclarecimento sobre cuidados de saúde com envolvimento de agentes locais	○	○	○	○	○	○
Outras iniciativas	○	○	○	○	○	○

5.1.1. Se selecionou a opção "Outras iniciativas", indique quais e a regularidade correspondente a cada opção extra

5.2. Qual o número médio aproximado de crianças e jovens que participaram nas ações anteriores? _____

5.3. Qual o número médio aproximado de agentes locais (escolas, câmara municipal, junta de freguesia, empresas, rede social, etc.) que participaram nas ações anteriores? _____

5.4. Identifique as ações realizadas para o combate aos estereótipos e discriminação social junto da comunidade e classifique-as quanto à frequência de aplicação.

	Não foi realizada	Uma ou mais vezes por semana	Uma ou mais vezes por mês	Uma ou mais vezes por ano	Uma vez ao longo do projeto	Não sabe/Não responde/ Não se aplica
Sessões de sensibilização e esclarecimento direcionadas a entidades empregadoras	○	○	○	○	○	○
Sessões de sensibilização e de esclarecimento realizadas nas escolas envolvendo a comunidade escolar	○	○	○	○	○	○
Sessões de sensibilização envolvendo a comunidade no geral	○	○	○	○	○	○
Workshops com entidades empregadoras	○	○	○	○	○	○
Outras iniciativas	○	○	○	○	○	○

5.4.1. Se selecionou a opção "Outras iniciativas", indique quais e a regularidade correspondente a cada opção extra

5.5. Quantas ações deste tipo foram realizadas junto da comunidade ao longo da implementação do projeto? _____

6. Acompanhamento ao projeto

6.1. Avalie cada tópico quanto ao seu grau de satisfação

	Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Bastante satisfeito	Muito satisfeito	Não sabe/Não responde
Processo de avaliação e de monitorização dos Projetos Escolhas	◯	◯	◯	◯	◯
Acompanhamento da Assistência Técnica ao projeto	◯	◯	◯	◯	◯
Contributo da Assistência Técnica para a boa execução/ implementação do financiamento	◯	◯	◯	◯	◯
Tempo de resposta da Assistência Técnica às solicitações do projeto	◯	◯	◯	◯	◯

7. Dinâmicas de sustentabilidade dos projetos

7.1. Avalie em que medida, o projeto contribui para a produção de resultados duradouros como os indicados nos tópicos seguintes:

	Não contribui	Contribui pouco	Contribui bastante	Contribui muito	Não sabe/Não responde
Promoção de dinâmicas de escolarização em populações mais vulneráveis e mais distantes da cultura escolar	◯	◯	◯	◯	◯
Aumento da qualificação da população do território intervencionado	◯	◯	◯	◯	◯
Melhoria das condições de acesso e de procura de emprego, e dos níveis de empregabilidade	◯	◯	◯	◯	◯
Promoção de contextos de maior tolerância perante a diferença e culturas diferentes	◯	◯	◯	◯	◯
Melhoria da imagem e visibilidade social dos territórios intervencionados	◯	◯	◯	◯	◯
Contributos para o desenho de intervenções sociais locais mais eficazes e adaptadas à realidade	◯	◯	◯	◯	◯

7.2. Classifique os seguintes fatores de sucesso quanto ao seu grau de importância relativamente aos resultados produzidos pelo projeto

	Nada importante	Pouco importante	Bastante importante	Muito importante	Não sabe/Não responde
Coordenação do projeto	◯	◯	◯	◯	◯
Técnicos do projeto	◯	◯	◯	◯	◯
Promotor do projeto	◯	◯	◯	◯	◯
Parceiros do projeto	◯	◯	◯	◯	◯
Recursos e meios disponibilizados aos participantes através do projeto	◯	◯	◯	◯	◯
Atividades desenvolvidas pelo projeto	◯	◯	◯	◯	◯

	Nada importante	Pouco importante	Bastante importante	Muito importante	Não sabe/Não responde
Rede de parcerias criadas no território	◯	◯	◯	◯	◯
Redes de parcerias capazes de se manter no território após término do projeto	◯	◯	◯	◯	◯
Motivação dos participantes	◯	◯	◯	◯	◯
Resiliência dos participantes	◯	◯	◯	◯	◯
Outros fatores de sucesso	◯	◯	◯	◯	◯

7.2.1. Se selecionou a opção "Outros fatores de sucesso", indique quais e o grau de importância correspondente a cada opção extra:

7.3. Indique o grau de influência de cada um dos seguintes fatores internos e externos sobre os resultados das intervenções do projeto:

	Nada influente	Pouco influente	Bastante influente	Muito influente	Não sabe/Não responde
Fatores externos					
Contexto socioeconómico do território	◯	◯	◯	◯	◯
Mudanças políticas locais	◯	◯	◯	◯	◯
Mudanças políticas nacionais	◯	◯	◯	◯	◯
Fatores estruturais como persistência de dinâmicas reprodutoras de desigualdade, exclusão, pobreza	◯	◯	◯	◯	◯
Dinâmicas sociais complexas que limitam tentativas de mudança nos quadros de vida dos participantes	◯	◯	◯	◯	◯
Persistência de lógicas de atuação excessivamente burocratizada nas diferentes entidades locais	◯	◯	◯	◯	◯
	Nada influente	Pouco influente	Bastante influente	Muito influente	Não sabe/Não responde
Fatores internos					
Tempo de duração do projeto	◯	◯	◯	◯	◯
Instabilidade laboral dos técnicos do projeto	◯	◯	◯	◯	◯
Rotatividade dos técnicos do projeto	◯	◯	◯	◯	◯
Meios e recursos disponíveis ao projeto	◯	◯	◯	◯	◯
Incapacidade de gerir expectativas dos participantes no término do projeto	◯	◯	◯	◯	◯
Insustentabilidade das redes de parcerias após término do projeto	◯	◯	◯	◯	◯
Fraco enfoque em criar soluções locais sustentáveis e assentes em várias entidades locais	◯	◯	◯	◯	◯
Outros fatores	◯	◯	◯	◯	◯

7.3.1. Se selecionou a opção "Outros fatores", indique quais o grau de influência correspondente a cada opção extra

7.4. Indique se identificou alguns dos seguintes efeitos perversos

[escolha múltipla]

Durante o projeto		**Após término do projeto**	
Fraca adesão dos participantes	☐	Expectativas goradas dos participantes	☐
Fraca adesão das entidades locais	☐	Retrocesso nos projetos de vida dos participantes (escolarização, emprego, autonomia, autoimagem)	☐
Falta de apoio da autarquia	☐	Enfraquecimento ou desaparecimento das redes de parcerias	☐
Falta de apoio/ acompanhamento das famílias dos participantes	☐	Inutilização de espaços, meios e recursos utilizados pelo projeto	☐
Outros efeitos perversos	☐		

7.4.1. Se selecionou a opção "Outros" indique quais

7.5. Indique que aprendizagens/ recomendações sugere com vista a potenciar a utilidade e sustentabilidade dos resultados do Programa Escolhas

Agradecemos a sua colaboração.

2.3. Área da violência de género/doméstica

Esta última secção do Anexo refere-se à seguinte Tipologia de Operação:

- TO 3.17 Instrumentos específicos de proteção das vítimas e de acompanhamento de agressores

Dentro desta TO, a avaliação centra-se nas ações:

- Ação 3.17.1 Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género e sensibilização e produção de materiais nestas áreas

- Ação 3.17.2 Acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica

- Ação 3.17.3 Combate ao tráfico de seres humanos e sensibilização e produção de materiais de suporte nesta área

- Ação 3.17.4 Acompanhamento e apoio especializados a agressores de violência doméstica e de género

- Ação 3.17.5 Ações de sensibilização para o público em geral e/ou para públicos específicos e produção e divulgação de material formativo, informativo e pedagógico

2.3.1. Narrativa da Teoria da Mudança em teste

A violência de género/doméstica[14] é uma grave violação dos direitos humanos e uma forma de discriminação com impacto não apenas nas vítimas, mas na sociedade. Em agosto de 2014, entrou em vigor em Portugal a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, habitualmente denominada de Convenção de Istambul, que é um instrumento jurídico vinculativo, de âmbito internacional, que visa a proteção das mulheres contra todas as formas de violência e exorta o Estado Português a adotar políticas públicas conducentes à erradicação da violência contra as mulheres e violência doméstica, o que se tem traduzido em medidas de política pública nacionais. A Convenção de Istambul reconhece a existência de estereótipos e preconceitos de género que podem contribuir para legitimar socialmente a violência contra as mulheres, raparigas e meninas (CIG, 2021a). Na Convenção de Istambul a prevenção está assente na efetiva mudança de atitudes e comportamentos, procurando uma verdadeira Igualdade de Género, exigindo também medidas de proteção, com centralidade nas vítimas, na criminalização e devida punição pelos crimes perpetrados, com foco na pessoa agressora. No mesmo documento, a violência contra as mulheres e a violência doméstica é reconhecida como um problema de saúde pública, assim como educacional, social, de segurança e criminal, sendo fundamental definir-se uma estratégia de intervenção integrada e multissectorial.

Neste sentido, em Portugal têm vindo a ser criados e divulgados um conjunto de Guias de Requisitos Mínimos e de Boas Práticas em diversas áreas, entre as quais nas empresas e na comunicação social. Segundo o entendimento oficial, "a forma como os crimes de violência contra as mulheres e violência doméstica são tratados pelos órgãos de comunicação social é determinante para o modo como estes são entendidos e interpretados pelo público. A frequência com que os incidentes são noticiados, o destaque que lhes é dado, as informações incluídas ou omitidas, as palavras utilizadas para descrever o sucedido – todos estes fatores fazem a diferença na compreensão social da violência. O papel dos órgãos de comunicação social no domínio da violência contra as mulheres e violência doméstica é decisivo não só porque torna visíveis crimes que, ainda hoje, são muitas vezes erradamente considerados como pertencendo à esfera privada e relacional, mas também porque influi sobre as possibilidades de reação e construção de uma sociedade mais justa, mais segura, mais atenta." (República Portuguesa, 2019)

Destaque-se também a ação integrada em matéria de qualificação da prevenção primária e secundária da violência contra as mulheres e violência doméstica, a promover pelas áreas governativas da cidadania e igualdade, da justiça, da educação, do trabalho, solidariedade e segurança social e da saúde (Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2019, de 19 de agosto). Esta ação integrada passou, entre outros aspetos, pela elaboração do Guia de Requisitos Mínimos para Programas e Projetos de Prevenção Primária da Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica (GUIA), e ao nível da prevenção secundária, pela elaboração do Guia de Intervenção Integrada junto de Crianças ou Jovens Vítimas de Violência Doméstica, tendo em vista a promoção de competências interpessoais e de uma cultura de não violência, assim como o reforço da intervenção com crianças e jovens que demonstrem sinais de risco de comportamentos violentos ou de serem vítimas de violência doméstica, designadamente em matéria de sinalização, intervenção e encaminhamento, bem como de orientações técnicas e formação para os profissionais que intervêm junto de crianças e jovens (República Portuguesa, 2020).

Segundo Krug et al. (2002: 15), as intervenções podem ser caracterizadas ao nível de três linhas estratégicas complementares da prevenção da violência: 1. Prevenção Primária – Desenvolvimento de abordagens que visam prevenir a violência antes que ela ocorra, junto de indivíduos e grupos cujo risco é, à partida, inexistente; 2. Prevenção Secundária – Desenvolvimento de abordagens com enfoque nas respostas imediatas às situações de violência já sinalizadas em indivíduos ou grupos considerados como estando em risco; 3. Prevenção Terciária – Desenvolvimento de abordagens que incidem em intervenções a longo prazo, dirigidas a indivíduos ou grupos com histórico de violência

[14] Utiliza-se, regra geral, esta designação para estarmos alinhados com a tipologia de intervenção 37 – "Combate à violência de género/doméstica" do PO ISE, porém tem-se vindo a adotar a denominação Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (VMVD), que "visa o alinhamento do mesmo com o preconizado na Convenção de Istambul e na nomenclatura e enquadramento concetual do Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (PAVMVD) (…)", embora abarque a prevenção de todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica (CIG, 2020b).

perpetrada ou sofrida, com vista à reabilitação, reintegração, minimização do impacto do trauma e redução de eventuais constrangimentos e/ou incapacidades associadas à violência a médio e longo prazos.

Em Portugal, a prevenção da violência de género/doméstica tem privilegiado o enfoque na prevenção secundária, com a disseminação de respostas imediatas a situações de violência, e na prevenção terciária, com intervenções cujo objetivo tem sido a redução dos impactos da violência. Paralelamente, desde finais dos anos 1990, surgem programas de intervenção com pessoas agressoras, que contribuem para "a proteção das vítimas e a prevenção da reincidência em crimes de violência conjugal" (Manita, 2008: 22). Ambas as dimensões de intervenção - com pessoas vitimizadas e com pessoas agressoras -, embora distintas, evidenciam um objetivo comum: o da redução da prática da violência e da tolerância à mesma. Contudo, "a almejada eliminação da violência contra as mulheres, violência doméstica e violência de género, só será possível com a congregação de esforços, sobretudo com um enfoque sistemático e estruturado na dimensão da prevenção primária da violência, cujas intervenções devem privilegiar a promoção da igualdade de género e uma cultura de não violência, bem como a melhoria das condições de vida, a construção da comunidade e o encorajamento de práticas e comportamentos saudáveis" (CIG, 2020b: 20).

As cinco ações a avaliar através da Teoria da Mudança na área da violência de género/doméstica – 3.17.1 a 3.17.5[15] – apesar de complexas e abrangentes, encontram-se interligadas, pelo que se optou por elaborar um esquema único. Estas ações decorrem do OE 3.4 - Promover a igualdade de oportunidades e género[16], TO 3.17 - Instrumentos específicos de proteção das vítimas e de acompanhamento de agressores na violência doméstica, que corresponde a uma das tipologias de operações do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) que dá resposta aos objetivos das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género, incluindo a prevenção e o combate à violência de género/doméstica, constantes dos planos nacionais que têm vindo a ser desenvolvidos desde 1999. A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) tem por missão garantir a execução destas políticas públicas, designadamente através da coordenação da execução do atual Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica 2018-2021 (PAVMVD), integrado na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) 2018-2030 – Portugal + Igual, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio.

O PAVMVD 2018-2021 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio), principal instrumento de política pública na área da Igualdade de Género, compreende 5 objetivos estratégicos:

1. Prevenir – erradicar a tolerância social às várias manifestações da VMVD, conscientizar sobre os seus impactos e promover uma cultura de não violência, de direitos humanos, de igualdade e não discriminação;
2. Apoiar e proteger – ampliar e consolidar a intervenção;
3. Intervir junto das pessoas agressoras, promovendo uma cultura de responsabilização;
4. Qualificar profissionais e serviços para a intervenção;
5. Investigar, monitorizar e avaliar as políticas públicas;
6. Prevenir e combater as práticas tradicionais nefastas, nomeadamente a mutilação genital feminina e os casamentos infantis, precoces e forçados.

No que respeita às ações a avaliar no âmbito da violência de género/doméstica – 3.17.1, 3.17.2, 3.17.4 e 3.17.5 –, focam-se, sobretudo, em alguns objetivos específicos dos primeiros 4 objetivos estratégicos do PAVMVD: 1.1. Transversalizar a temática da violência contra as mulheres e à violência doméstica (VMVD); 2.1. Territorializar as respostas da RNAVVD

[15] Ação 3.17.1 - Atendimento, acompanhamento e apoio especializados a vítimas de violência doméstica e violência de género; Ação 3.17.2 - Acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica; Ação 3.17.3 - Combate ao tráfico de seres humanos, bem como a ações no âmbito da sensibilização e da produção de material formativo e informativo de suporte às atividades, exclusivamente no âmbito do combate ao tráfico de seres humanos; Ação 3.17.4 - Acompanhamento e apoio especializados a agressores de violência doméstica e de género; Ação 3.17.5 - Ações de sensibilização para o público em geral e/ou para públicos específicos, bem como à produção e divulgação de material formativo, informativo e pedagógico.

[16] Objetivo Específico 3.4 - Promover a igualdade de oportunidades e de género, a desconstrução de preconceitos, o diálogo intercultural e inter-religioso, a inclusão de comunidades marginalizadas, o combate às discriminações, à violência doméstica e de género e tráfico de seres humanos, mediante uma estratégia integrada que atua nos domínios da prevenção, nomeadamente pela sensibilização das populações e instituições, a formação de públicos estratégicos e o apoio, acompanhamento, proteção e capacitação das vítimas.

e especializar a intervenção; 3.2. Consolidar, ampliar e avaliar a intervenção com pessoas agressoras; 4.1 Capacitar, inicial e continuamente, profissionais para a intervenção em VMVD.

No que concerne ao Tráfico de Seres Humanos – ação 3.17.3 – deve destacar-se a criação, em 2013, da Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (RAPVT), sob a coordenação da CIG, tendo como principal objetivo a cooperação e a partilha de informação entre as entidades aderentes com vista à prevenção, proteção e reintegração das vítimas. Para se combater este fenómeno tem de se conhecer o mesmo, o que obriga a uma constante adequação e adaptação das políticas de intervenção. Nesse sentido, a adoção de instrumentos de referência nacional, tais como o Sistema de Referenciação Nacional, onde se estabelece um conjunto de orientações para a sinalização, identificação e integração de vítimas de tráfico de seres humanos em Portugal, com o objetivo de enunciar os procedimentos a adotar pelos diversos profissionais, e o Sistema de Monitorização, para além da estruturação do trabalho em rede, são importantes mecanismos de diagnóstico, conhecimento e apoio.

Importa, também, destacar o IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2018-2021 (IV PAPCTSH 2018-2021), que tem por base os seguintes objetivos estratégicos: 1) reforçar o conhecimento, informar e sensibilizar sobre a temática do tráfico de seres humanos; 2) assegurar às vítimas de tráfico um melhor acesso aos seus direitos, bem como consolidar, reforçar e qualificar a intervenção; e 3) reforçar a luta contra as redes de crime organizado, nomeadamente desmantelar o modelo de negócio e desmontar a cadeia de tráfico. A ação 3.17.3 foca-se, sobretudo, no objetivo específicos do segundo objetivo estratégico: 2.2. Consolidar, reforçar e qualificar a intervenção, designadamente no âmbito da RAPVT.

Apesar dos significativos e reconhecidos avanços ao longo dos últimos anos no que concerne à igualdade de oportunidades e de género, o fenómeno da violência doméstica permanece transversal a toda a sociedade portuguesa e continua a ser uma problemática onde persistem constrangimentos que carecem de intervenções específicas. Também o tráfico de seres humanos requer intervenções específicas, uma vez que continua a ser retratado como um fenómeno invisível, cujas dinâmicas carecem de uma análise profunda e continuada. Identificaram-se assim no esquema da TdM estas seis principais problemáticas:

- A violência de género/doméstica é uma violação dos diretos humanos, por vezes desculpabilizada pelas vítimas e sociedade em geral, em função de estereótipos associados à dominação de género e à discriminação de grupos vulneráveis;
- Fragilidades do sistema de apoio às vítimas de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos - dificuldade de acesso e escassez de respostas. Desencoraja denúncias e dificulta o combate;
- Carências de formação na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD) - necessidade de formação das equipas técnicas, não técnicas e de voluntários e dos parceiros da rede;
- Escassez de sinalizações de vítimas de tráfico de seres humanos;
- Falta de apoios para autonomização das vítimas e escassez de respostas e de meios para o afastamento das vítimas;
- Défice de meios para a intervenção junto dos agressores.

Para tentar dar resposta às problemáticas identificadas que estão, de alguma forma, compreendidas nas 5 ações em análise e tendo também por base o PAVMVD e o PAPCTSH, identificaram-se os seguintes objetivos: i) Prevenir e combater a violência de género/doméstica e o tráfico de seres humanos, através da sensibilização e formação. Promover a denúncia não só por parte da vítima como de terceiros (sociedade civil); ii) Consolidar a intervenção junto das vítimas de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos; iii) Reforçar a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD) e a Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (RAPVT) através da manutenção de respostas; iv) Proteger, capacitar, autonomizar e empoderar as vítimas; v) Prevenir a reincidência em crimes de violência de género/doméstica e reforçar as medidas de apoio à reinserção.

Nesta senda, levaram-se a cabo uma série de medidas, que no caso da área da violência de género/doméstica se traduzem nas próprias cinco ações que serão objeto da avaliação, e nas respetivas ações elegíveis no âmbito dos 11 avisos[17] dos concursos para apresentação de candidaturas que tiveram lugar entre 2017 e 2021:

1. Ações de sensibilização para o público em geral e ou para públicos específicos e produção e divulgação de material formativo, informativo e pedagógico (ação 3.17.5[18]), cujas ações elegíveis nos avisos dos concursos incluíam a Promoção de ações de sensibilização e prevenção para o público em geral e/ou para públicos específicos e pela Produção de materiais formativos, informativos e pedagógicos;
2. Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género e sensibilização e produção de materiais nestas áreas (ação 3.17.1), que tinha como ações elegíveis o Atendimento, acompanhamento e apoio especializados, nas dimensões social, psicológica e jurídica, ações de informação e sensibilização e materiais formativos e informativos;
3. Combate ao tráfico de seres humanos e sensibilização e produção de materiais de suporte nesta área (ação 3.17.3), com i) ações dirigidas ao acolhimento de vítimas de tráfico de seres humanos; ii) ações desenvolvidas pelas equipas multidisciplinares, enquadradas no âmbito do Mecanismo de Referenciação Nacional, nomeadamente o apoio ao retorno assistido das vítimas; e iii) ações de informação e sensibilização e produção de materiais formativos e informativos;
4. Acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica (ação 3.17.2), com ações de acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica e de filhos menores ou maiores com deficiência na sua dependência, nas situações avaliadas como sendo de alto risco para a revitimização;
5. Acompanhamento e apoio especializados a agressores de violência doméstica e de género (ação 3.17.4), com ações que visam o aprofundamento do programa de acompanhamento a agressores, seguindo metodologias especializadas de acompanhamento e apoio em cumprimento de penas ou medidas judiciais privativas, ou não, de liberdade, promovendo a tomada de consciência e assunção da responsabilidade do comportamento violento e a utilização de estratégias alternativas ao mesmo, tendo em vista prevenir e evitar a reincidência.

Estas 5 medidas – ações 3.17.1 a 3.17.5 – espera-se que desencadeiem cinco mecanismos ou processos de mudança: os quatro primeiros focados nas vítimas – os dois primeiros mais ao nível da prevenção e os dois seguintes ao nível da proteção e reintegração das vítimas de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos – e o quinto focado nos agressores.

Refira-se em primeiro lugar o expectável aumento do nível e da qualidade da informação e da consciencialização da sociedade, das instituições e dos diversos públicos. As campanhas de sensibilização e os materiais informativos permitem que a sociedade em geral esteja mais atenta e consciente, podendo desempenhar um papel ativo na prevenção e denúncia de casos (**M1**) ou seja, a consciencialização dos cidadãos sobre o problema e os impactos da violência de género/doméstica e do tráfico de seres humanos permitirá que também eles sejam agentes ativos na prevenção e denúncia de casos, aumentando assim a possibilidade de proteger as vítimas e acompanhar os agressores. Ao mesmo tempo que diminui o sentimento de impunidade, aumenta a condenação das agressões. Também as ações e materiais formativos dirigidos a profissionais e organizações que contactam com estas problemáticas, promovem intervenções atempadas e mais qualificadas em caso de risco (**M2**), fomentando a prevenção e intervenção precoce em caso de risco de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos.

A violência doméstica em Portugal é considerada um crime público, não estando o procedimento criminal dependente da apresentação de uma queixa, formal ou informal, por parte da vítima, sendo apenas necessário haver uma denúncia ou o conhecimento do crime, para que as autoridades possam atuar e para que seja aberto um inquérito. Assim, qualquer pessoa que tenha conhecimento da situação – familiares, vizinhos, amigos – pode apresentar denúncia/queixa à PSP, GNR, Polícia Judiciária, Ministério Público ou Instituto de Medicina Legal, presencialmente (posto/esquadra) ou

[17] Ação 3.17.1: PO ISE 37-2017-06, PO ISE 37-2019-13, PO ISE 37-2020-01 e PO ISE 37-2021-01; Ação 3.17.21: PO ISE 37-2017-07, PO ISE 37-2019-14 e PO ISE 37-2021-15; Ação 3.17.3: PO ISE 37-2017-08 e PO ISE 37-2019-15; Ação 3.17.4: PO ISE 37-2018-17; e Ação 3.17.5: PO ISE 37-2017-09.
[18] As entidades que se candidataram a esta ação não puderam apresentar candidaturas no âmbito das ações 3.17.1 e 3.17.3.

pela internet – Sistema de Queixa Eletrónica. Uma vez apresentada a denúncia, as autoridades judiciárias ou os órgãos de polícia criminal competentes atribuem à vítima, para todos os efeitos legais, o estatuto de vítima.

A eliminação dos estereótipos é assumida como preocupação central da ENIND, orientando as medidas inscritas nos três Planos de Ação que dela decorrem. Os estereótipos de género "são representações generalizadas e socialmente valorizadas acerca do que devem ser os homens e as mulheres (traços de género) e fazer (papéis de género). Papéis e traços ligados e normalmente hierarquizados, ou seja, os ditos traços "femininos" – a mulher é mais carinhosa e frágil – são menos valorizados socialmente que os "masculinos" – o homem é forte e racional" (CIG, 2020b:14). Os estereótipos de género dão forma aos conceitos de masculinidades e feminilidades hegemónicas, no sentido em que as masculinidades e as "feminilidades são formas de pensar, dizer e fazer socialmente construídas em diversos planos da vida em sociedade, incluindo os das relações entre homens, entre mulheres e entre mulheres e homens" (Amâncio, 2004: 10). Estes estereótipos "estão na origem das discriminações em razão do sexo diretas e indiretas que tendem a perpetuar-se e que impedem a igualdade substantiva que deve ser garantida às mulheres e aos homens, reforçando e perpetuando modelos de discriminação históricos e estruturais. Reflexo da natureza multidimensional da desvantagem, os estereótipos na base da discriminação em razão do sexo cruzam com estereótipos na base de outros fatores de discriminação, como a origem racial e étnica, a nacionalidade, a idade, a deficiência, e a religião. Também assim, o cruzamento verifica-se com a discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais (…). Isto manifesta-se em formas de violência, exclusão social e marginalização, tais como o discurso de ódio, a privação da liberdade de associação e de expressão, o desrespeito pela vida privada e familiar, a discriminação no mercado de trabalho, no acesso a bens e serviços, na educação e no desporto." (Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio).

A Convenção de Istambul defende a implementação de "medidas necessárias para promover as mudanças nos padrões de comportamento socioculturais das mulheres e dos homens, tendo em vista erradicar os preconceitos, os costumes, as tradições e qualquer outra prática, baseados na ideia da inferioridade das mulheres ou nos papéis estereotipados das mulheres e dos homens.", reconhecendo que "a violência contra as mulheres é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens que levou à dominação e discriminação das mulheres pelos homens, privando assim as mulheres do seu pleno progresso". Assim, a informação e consciencialização da população e das pessoas envolvidas para as raízes profundas da violência doméstica é um mecanismo poderoso da sua prevenção.

Tais campanhas de denúncia dos preconceitos de género podem também funcionar como fator de prevenção do tráfico de seres humanos. Esse mecanismo só ganha, porém, plena eficácia se forem tomadas medidas para materialmente apoiar as vítimas. Em Portugal, existem atualmente cinco Centros de Acolhimento e Proteção (CAP) a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, dois dirigidos exclusivamente a mulheres, dois para homens e um para crianças, criado em julho de 2018. Esses centros permitem às vítimas escapar às teias de opressão das pessoas sujeitas ao tráfico, permitindo assim inverter as suas trajetórias de vida. Contribuir para a eliminação do tráfico de seres humanos, um dos crimes mais hediondos da humanidade é, tal como acontece na violência de género/doméstica, responsabilidade de todas as pessoas. A forma como cada pessoa lida com estes fenómenos, determina em que medida assume socialmente esse direito e dever.

Ao nível da proteção e reintegração das vítimas de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos encontram-se mais dois mecanismos de mudança: o reforço do atendimento, apoio e acompanhamento especializado promove uma maior proteção às vítimas e estimula as denúncias e o combate ao fenómeno (**M3**) e o aumento do número de atendimentos/acolhimentos garante às vítimas uma resposta mais eficaz (**M4**). Para garantir a proteção das vítimas e uma resposta mais eficaz é fundamental reforçar a RNAVVD[19] e a RAPVT, através do financiamento das estruturas das entidades benificiárias, incluindo as equipas necessárias ao seu funcionamento, de forma a garantir as condições de confidencialidade e

[19] As equipas técnicas da RNAVVD devem fundamentar a sua atuação no Guia de Requisitos Mínimos de intervenção em situações de violência doméstica e violência de género da CIG (2016), assim como no Decreto Regulamentar nº 2/2018 de 24 de janeiro (Condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas abrigo, alterado pelo Decreto Regulamentar nº3/2020 de 14 de agosto) e na Portaria nº 197/2028, de 6 de julho que procede à regulamentação de Decreto Regulamentar de nº2/2018 de 24 de janeiro.

segurança das vítimas e a facilidade de acesso às estruturas, tendo vindo a ser estabelecidos protocolos de cooperação para a criação e manutenção de respostas territoriais articuladas.

As vítimas de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos encontram-se em situação de vulnerabilidade acrescida, pelo que devem ser adotadas estratégias de promoção da segurança através de orientações para autoproteção e da intervenção junto das vítimas, o que requer técnicos qualificados, preparados e empáticos. O reforço das competências técnicas dos profissionais conduz à melhoria da capacidade de resposta por parte da RNAVVD, RAPVT, forças de segurança, e demais profissionais que contactam com as vítimas nas mais diversas áreas (justiça, saúde, educação, segurança social,…), traduzindo-se num potencial aumento da procura de apoio/denúncias, e consequente reforço na confiança nas entidades beneficiárias, com vista à proteção, capacitação, autonomização e empoderamento das vítimas, que pode ser entendido como "o processo através do qual é conferida às vítimas de violência a possibilidade de adquirirem o controlo sobre as suas vidas, implicando o desenvolvimento da sua consciência crítica, a promoção da participação nos processos de tomada de decisão e o acesso a recursos, incluindo a informação, no respeito integral pelos seus direitos."(CIG, 2020b: 14).

O apoio às vítimas de violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos, passa pelo apoio psicológico, social e jurídico garantindo as condições necessárias à sua proteção e segurança. A intervenção centrada na sua autonomia e empoderamento passará pela disponibilização de recursos e apoios económicos, judiciais, habitação, saúde, emprego/formação, no exercício de garantia de acesso aos direitos de cidadania. Não se pode, então, deixar de sublinhar o enorme desafio ao nível habitacional, que pode ser preponderante para o êxito destas intervenções com vítimas de violência doméstica e de tráfico de seres humanos e que consta no Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal construindo o futuro.

Mas uma visão integrada da violência contempla igualmente os programas de acompanhamento dos agressores de violência doméstica, centrados na intervenção psicológica e psicossocial definida em articulação com as estruturas judiciais. Assim, o acompanhamento dos agressores permite prevenir a reincidência da agressão. Dissuasão de comportamentos violentos (**M5**).

Relativamente aos resultados, espera-se que os 4 primeiros mecanismos identificados conduzam i) à maior proteção das vítimas; ii) ao aumento da procura de apoio/denúncias, por parte quer das vítimas quer de terceiros (sociedade civil); iii) à melhoria do conhecimento nas áreas da igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos; iv) ao melhor desempenho do sistema de Proteção à Vítima, o que inclui a articulação entre as diversas entidades que podem estar envolvidas; v) garantir a segurança e o bem-estar físico e psicológico das vítimas; vi) aumento da capacidade de resposta por parte da RNAVVD e da RAPVT; e vii) reinserção familiar, social, profissional e laboral das vítimas. O quinto, e último, mecanismo foca-se no aprofundamento do programa de acompanhamento das pessoas agressoras e espera-se que se traduza na diminuição da reincidência e dissuasão de comportamentos violentos.

No caso da violência de género/doméstica e do tráfico de seres humanos é especialmente difícil identificar impactos a longo prazo das ações implementadas, uma vez que o financiamento de projetos de curta duração pode, em muitos casos, comprometer o trabalho que tem vindo a ser realizado quer ao nível da prevenção e da formação, como ao nível do apoio, acompanhamento, proteção e capacitação das vítimas e da intervenção junto das pessoas agressoras. A este risco, junta-se a desculpabilização por parte das vítimas e sociedade em geral em função de representações e hábitos culturais associados a relações de subordinação, assimetrias de poder, estereótipos de género e à discriminação de grupos vulneráveis, como referido anteriormente. No entanto, a expectativa é de que se consiga reduzir o número de casos de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos, incluindo a diminuição do número de vítimas mortais, e da tolerância social à mesma. Espera-se também, ao nível dos impactos, que a visão integrada do fenómeno da violência, com enfoque também na pessoa agressora, possa conduzir à diminuição do risco de violência e à prevenção da reincidência, porém a fraca adesão aos programas de acompanhamento por parte das pessoas agressoras pode comprometer este potencial resultado e impacto.

2.3.2. Resultados do testes e evidências

TO 3.17: Ação 3.17.1 – Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género e sensibilização e produção de materiais nestas áreas

Mecanismo	Código	Elementos síntese de evidência/ indicadores
M3. O reforço do atendimento, apoio e acompanhamento especializado promove uma maior proteção às vítimas e estimula as denúncias e o combate ao fenómeno	Totalmente confirmado/alcançado	**#1VD** Nº de entidades apoiadas
		#2VD Nº de respostas criadas
		#3VD Nº de atendimentos realizados
		#4VD Nº de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas
		#5VD % de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas

TO 3.17: Ação 3.17.2 – Acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica

Mecanismo	Código	Elementos síntese de evidência/ indicadores
M4. O aumento do número de atendimentos/acolhimentos garante às vítimas uma resposta mais eficaz	Totalmente confirmado/alcançado	**#1VD** Número de entidades apoiadas
		#12VD Nº de vagas criadas
		#13VD Nº de vítimas em acolhimento de emergência

TO 3.17: Ação 3.17.3 – Combate ao tráfico de seres humanos e sensibilização e produção de materiais de suporte nesta área

Mecanismo	Código	Elementos síntese de evidência/ indicadores
M4. O aumento do número de atendimentos/acolhimentos garante às vítimas uma resposta mais eficaz	Totalmente confirmado/alcançado	**#1VD** Número de entidades apoiadas
		#12VD Nº de vagas criadas
		#14VD Evolução do número de atendimentos
		#15VD Nº de vítimas de tráfico de seres humanos em acolhimento de emergência/ capacidade da estrutura
		#16VD Nº de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas
		#17VD % de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas (nomeadamente assistência no retorno, encaminhamento para órgão de Polícia Criminal, Ministério Público; encaminhamento para Estrutura de Acolhimento; Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras))
M3. O reforço do atendimento, apoio e acompanhamento especializado promove uma maior proteção às vítimas e estimula as denúncias e o combate ao fenómeno	Totalmente confirmado/alcançado	**#18VD** Nº de ações desenvolvidas pelas Equipas Multidisciplinares, no âmbito do Mecanismo de Referenciação Nacional Em conjugação com a **#17VD**

TO 3.17: Ação 3.17.4 – Acompanhamento e apoio especializados a agressores de violência doméstica e de género

Mecanismo	Código	Elementos síntese de evidência/ indicadores
M5. O acompanhamento dos agressores permite prevenir a reincidência da agressão. Dissuasão de comportamentos violentos.	Não confirmado/alcançado	**#1VD** Nº de entidades apoiadas
		#19VD Nº de agressores/as acompanhados/em acompanhamento
		#20VD % Pessoas agressoras que concluem o programa
		#21VD Nº de sessões de acompanhamento individual e/ou grupal
		#22VD Nº de ações enquadradas em programas para pessoas agressoras de violência de género/doméstica

		#23VD Nº de workshops, seminários, ações de formação e capacitação das equipas de técnicos/as que implementam o programa junto das pessoas agressoras, bem como junto de outros agentes que intervenham no processo de reinserção
		#24VD Nº de atividades desenvolvidas com vista à articulação entre serviços de apoio à vítima e os serviços prisionais e de reinserção social
		#25VD Nº de materiais construídos com vista à articulação entre serviços de apoio à vítima e os serviços prisionais e de reinserção social

TO 3.17: Ação 3.17.1 – Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género e sensibilização e produção de materiais nestas áreas
TO 3.17: Ação 3.17.3 – Combate ao tráfico de seres humanos e sensibilização e produção de materiais de suporte nesta área TO
TO 3.17: Ação 3.17.5 – Ações de sensibilização para o público em geral e/ou para públicos específicos e produção e divulgação de material formativo, informativo e pedagógico

Mecanismo	Código	Elementos síntese de evidência/ indicadores
M1. As campanhas de sensibilização e os materiais informativos permitem que a sociedade em geral esteja mais atenta e consciente, podendo desempenhar um papel ativo na prevenção e denúncia de casos	Totalmente confirmado/alcançado	**#6VD** Número de ações de sensibilização e prevenção realizadas para o público em geral
		#7VD Tipologias de Temas /Estratégias /objetivos
		#8VD Nº de participantes nas ações de sensibilização e prevenção/ Seleção dos Destinatários
		#9VD Nº de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos
M2. As ações e materiais formativos dirigidas a profissionais e organizações que contactam com estas problemáticas, promovem intervenções atempadas e mais qualificadas em caso de risco	Totalmente confirmado/alcançado (as respostas incluem público em geral) a avaliação da 17.4/agressores não tem uma vertente de formação de públicos estratégicos que talvez devesse ser incluída porque é um dos objetivos do programa;	**#11VD** Número de ações de sensibilização e prevenção realizadas para públicos específicos
		#7VD Tipologias de Temas /Estratégias /objetivos
		#8VD Nº de participantes nas ações de sensibilização e prevenção/ Seleção dos Destinatários
		#9VD Nº de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos

Evidências (inquérito e SI PO ISE)

TO 3.17: Ação 3.17.1 – Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género e sensibilização e produção de materiais nestas áreas

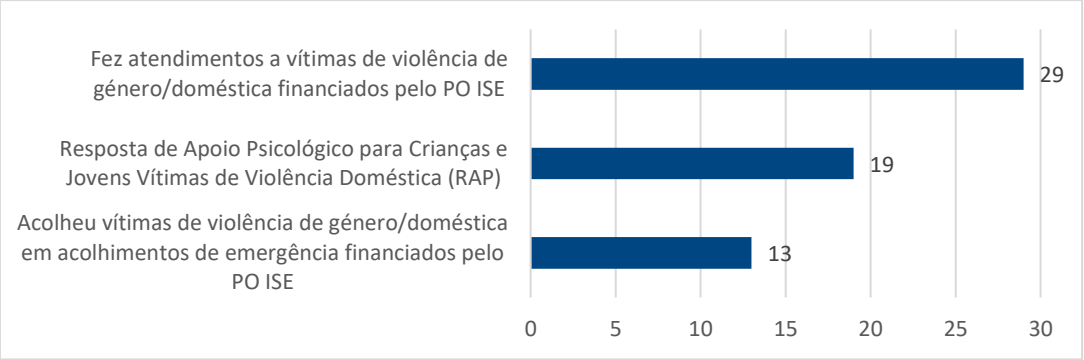
M3. O reforço do atendimento, apoio e acompanhamento especializado promove uma maior proteção às vítimas e estimula as denúncias e o combate ao fenómeno

#1VD Nº de entidades apoiadas	**SI PO ISE** No total, 42 entidades beneficiárias financiadas no âmbito da Ação 3.17.1. Total de 100 projetos nos quatro concursos. PO ISE-37-2017-06: 16 Entidades beneficiárias, 17 projetos PO ISE-37-2019-13: 34 Entidades beneficiárias, 42 projetos PO ISE-37-2020-01: 8 Entidades beneficiárias, 10 projetos PO ISE-37-2021-01: 25 Entidades beneficiárias, 31 projetos.
#2VD Nº de respostas criadas	**SI PO ISE** Desenvolvimento de 100 projetos, parte dos quais projetos de continuidade. PO ISE-37-2017-06: Dos 17 projetos, 15 referem-se a estrutura de atendimento a vítimas de violência doméstica (abertura, consolidação, reforço, continuidade de projeto anterior, deslocalização e alargamento da abrangência territorial). PO ISE-37-2019-13: Os 42 projetos referem-se a estruturas de atendimento a vítimas de violência doméstica, parte das quais de continuidade do anterior financiamento PO ISE ou de outra fonte de financiamento. PO ISE-37-2020-01: Os 10 projetos referentes a estruturas de atendimento a vítimas de violência doméstica de modo a consolidar a intervenção, reforçar a territorialização da rede e a abrangência do apoio especializado a vítimas de violência doméstica.

	PO ISE-37-2021-01: 31 projetos direcionados para a Resposta de Apoio Psicológico a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica (RAP). Uma parte veio reforçar o atendimento a vítimas já prestado pela entidade beneficiária e que não abrangia os mais jovens.

#3VD Nº de atendimentos realizados	**SI PO ISE** Sem informação. **Inquérito às entidades beneficiárias** No âmbito das Ações 3.17.1 e 3.17.2, em 29 respostas ao inquérito, a entidade fez atendimentos a vítimas de violência de género/doméstica financiados pelo PO ISE. Em 19 respostas, a entidade beneficiária desenvolve a Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica (RAP), resposta financiada pelo PO ISE.

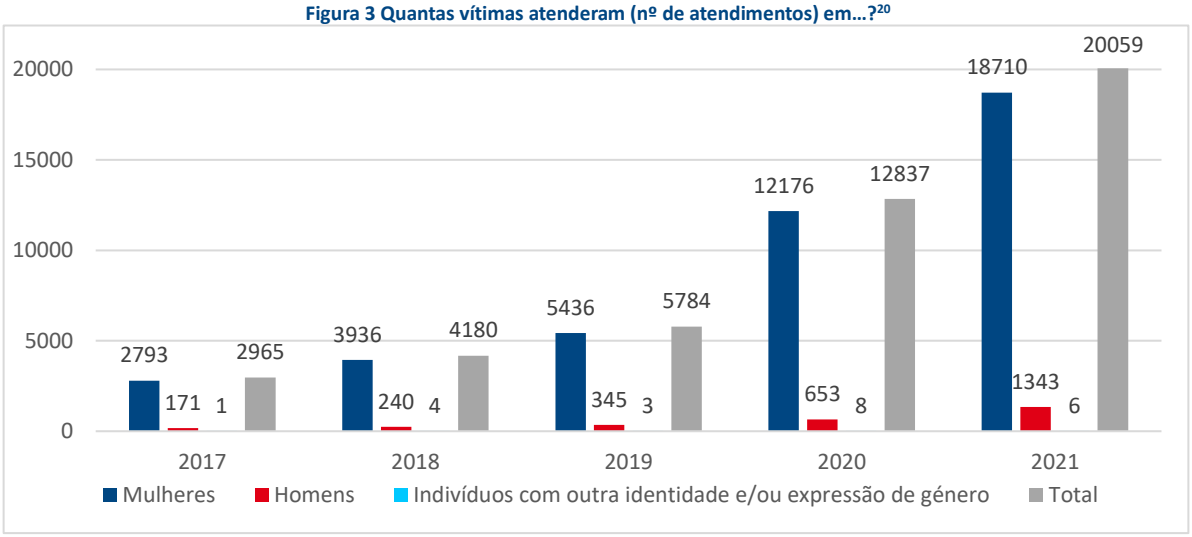
Figura 2 A entidade beneficiária…



Fonte: Inquérito às entidades beneficiárias das ações 3.17.1 a 3.17.5 (2022)

No que concerne ao número de vítimas atendidas no período 2017-2021, os resultados apresentados são o somatório das respostas dadas pelas entidades. De notar que o financiamento PO ISE teve os dois primeiros projetos em execução em outubro de 2017 e que a pergunta não é clara: número de vítimas e número de atendimentos.

Figura 3 Quantas vítimas atenderam (nº de atendimentos) em…?[20]



Fonte: Inquérito às entidades beneficiárias das ações 3.17.1 a 3.17.5 (2022)

Observa-se um aumento expressivo no número de atendimentos/número de vítimas atendidas no período 2107-2021: o número aumentou cerca de sete vezes.
As mulheres estão em maioria: 18 710 vítimas/atendimentos em 2021 face a 2.793 em 2017.
De referir que os atendimentos a homens vítimas de violência doméstica aumentaram oito vezes neste período.
Os atendimentos a indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género, embora em número residual, também cresceram neste período.

#4VD Nº de atendimentos que originaram respostas ao nível da	**Inquérito às entidades beneficiárias** As respostas indicam um crescimento no número de vítimas/número de atendimentos com respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas, isto é, em que se observou pelo menos um dos seguintes trâmites: - Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público; - Encaminhamento para Estrutura de acolhimento de emergência/Casa abrigo;

[20] A figura apresenta o somatório das respostas dadas.

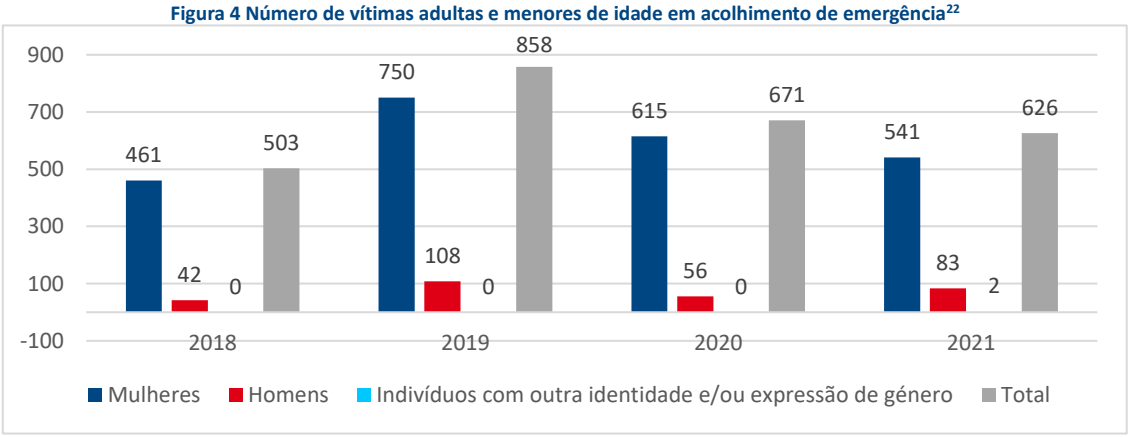
promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas	- Elaboração de um plano de segurança pessoal; - Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (saúde, educação, Segurança Social, IEFP, ONG, autarquia, medicina legal, entre outras), - Sinalização para teleassistência ou para aplicação de medida de coação à/ao agressor/a. Entre 2017 e 2021, um período de cinco anos, o número registado cresceu exponencialmente: dos 946 registados em 2017 para 13147, representando um incremento de 1290%. *Tabela 1. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) com respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas* **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** 946 | 1.354 | 1.833 | 6.307 | 13 147 Fonte: Inquérito às entidades beneficiárias das ações 3.17.1 a 3.17.5 (2022) No que concerne a respostas de apoio psicológico na entidade, o somatório das 18 respostas totaliza 538 crianças e jovens vítimas de violência doméstica com este apoio.
#5VD % de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas	**SI PO ISE** Informação não registada. **Inquérito às entidades beneficiárias** Das 19 respostas recebidas à pergunta "Qual a % de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas?", 13 indicam que entre 76% e 100% dos atendimentos originaram este tipo de resposta para crianças de jovens. Estas respostas englobam: sessões individuais e/ou grupais de apoio psicológico e psicoterapêutico a crianças e jovens vítimas de violência doméstica, acolhidos em casa de abrigo, respostas de acolhimento de emergência ou em acompanhamento nas estruturas de atendimento. Inclui ainda sessões e reuniões de trabalho e de articulação interinstitucional com outras respostas e serviços da comunidade, devidamente comprovadas e contextualizadas, tendo em vista uma ação concertada de promoção da segurança e bem-estar (físico, psicológico e social) das crianças e jovens. **Tabela 2. Percentagem de atendimentos que originou respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas** | **n** 0-25% | 2 26-50% | 2 51-75% | 2 76-100% | 13 Total | 19 Fonte: Inquérito às entidades beneficiárias das ações 3.17.1 a 3.17.5 (2022)

Nº de destinatários e Nº de destinatários diretos	**SI PO ISE** Nº de destinatários e Nº de destinatários diretos Indicador da **#8VD**, mas que não faz sentido para as ações de sensibilização pois dos 4 avisos da 3.17.1, 3 são para projetos de estrutura de atendimento com ações de sensibilização). PO ISE-37-2017-06 (estrutura de atendimento e ações de sensibilização) (**#8VD**): Número de destinatários: entre 0 e 853, totalizando 2.635 destinatários. Nº médio de destinatários por projeto: 155 destinatários. Número de destinatários diretos entre 0 e 70 600, totalizando 194 823 destinatários diretos. Nº médio de destinatários por projeto: 11 460 destinatários. PO ISE-37-2019-13 estrutura de atendimento e ações de sensibilização) (**#8VD**): Número de destinatários: entre 0 e 64 920, totalizando 155 196 destinatários. Nº médio de destinatários por projeto: 3.695 destinatários. Número de destinatários diretos: entre 0 e 91 650, totalizando 373 090 destinatários. Nº médio de destinatários diretos por projeto: 8.883 destinatários. PO ISE-37-2020-01 (estrutura de atendimento e ações de sensibilização) (**#8VD**): Número de destinatários: entre 0 e 375, totalizando 969. Nº médio de destinatários por projeto: 97 destinatários. Número de destinatários diretos: entre 0 e 25 375, totalizando 71 610. Nº médio de destinatários diretos por projeto: 7.161 destinatários. PO ISE-37-2021-01 (estrutura de atendimento RAP): Número de destinatários: entre 0 e 300, totalizando 2.175. Nº médio de destinatários por projeto: 70 destinatários. Número de destinatários diretos: entre 0 e 120, totalizando 370. Nº médio de destinatários por projeto: 12 destinatários.

TO 3.17: Ação 3.17.2 – Acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica

M4. O aumento do número de atendimentos/acolhimentos garante às vítimas uma resposta mais eficaz

#1VD Nº de entidades apoiadas	**SI PO ISE** PO ISE-37-2017-07: 11 entidades beneficiárias desenvolveram 12 projetos PO ISE-37-2019-14: 13 entidades beneficiárias desenvolveram 14 projetos PO ISE-37-2021-15: 15 entidades beneficiárias desenvolveram 17 projetos **Inquérito às entidades beneficiárias** 11 entidades beneficiárias distintas desenvolveram 14 projetos da 3.17.2 (13 respostas). No inquérito, 13 respostas indicam ter acolhido vítimas de violência de género/doméstica em acolhimentos de emergência financiados pelo PO ISE.
#12VD Nº de vagas criadas	**SI PO ISE** PO ISE-37-2017-07: 12 projetos para o desenvolvimento ou reforço da resposta de acolhimento de emergência para VVD. PO ISE-37-2019-14: 14 projetos para o desenvolvimento de respostas de acolhimento de emergência, parte das respostas de continuidade. PO ISE-37-2021-15: 17 projetos para o desenvolvimento de 17 respostas de acolhimento de emergência. Os 43 projetos para resposta de acolhimento de emergência são sobretudo projetos de continuidade. Sem informação sobre o número de vagas criadas. **Inquérito às entidades beneficiárias** Sem informação

#13VD Nº de vítimas em acolhimento de emergência[21]	**SI PO ISE** Sem informação sobre o indicador. Informação sobre o nº de destinatários e nº de destinatários diretos. PO ISE-37-2017-07: Nº de destinatários: entre 0 e 294; totalizando 1.281. Nº médio de destinatários: 107. Nº de destinatários diretos: entre 0 e 168; somatório: 168 (1 registo). PO ISE-37-2019-14: Nº de destinatários: entre 0 e 704; totalizando 2.358 destinatários. Nº médio de destinatários: 168. Nº de destinatários diretos: entre 0 e 272; um somatório de 281 destinatários diretos. Nº médio de destinatários: 20. PO ISE-37-2021-15: Nº de destinatários: entre 0 e 10 000, um somatório de 10 988. Nº médio de destinatários 646 (desvio padrão de 2411,02). Nº de destinatários diretos: sem informação. **Inquérito às entidades beneficiárias** Do somatório das respostas recebidas extraem-se os seguintes dados: registou-se um crescimento no número de vítimas em acolhimento de emergência entre 2018 e 2019. De sublinhar que a informação respeita a pessoas adultas e menores de idade. A pandemia covid terá tido um impacto na redução do número de pessoas em acolhimento como medida de prevenção, por exemplo. No entanto, os números são sempre superiores a 2018. **Figura 4 Número de vítimas adultas e menores de idade em acolhimento de emergência[22]**  Fonte: Inquérito às entidades beneficiárias das ações 3.17.1 a 3.17.5 (2022)

[21] "Não procedemos ao preenchimento de dados de atendimento relacionados com vítimas de violência doméstica acolhidas, uma vez que essa informação não é contemplada enquanto indicador das operações das ações 3.17.2" (Inquérito às entidades beneficiárias das ações 3.17.1 a 3.17.5 (2022)).

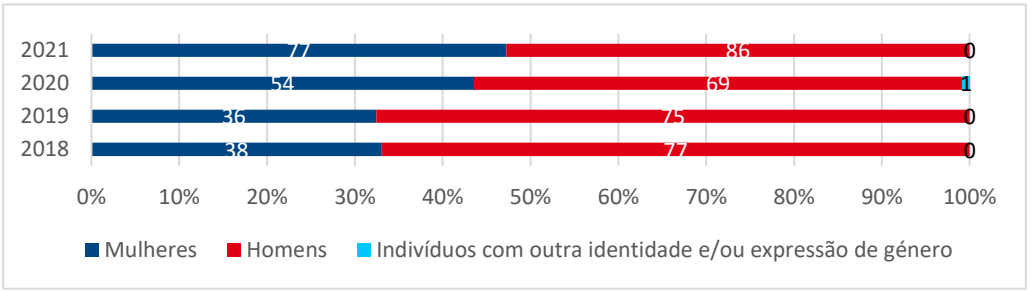
[22] A figura apresenta o somatório das respostas dadas.

TO 3.17: Ação 3.17.3 – Combate ao tráfico de seres humanos e sensibilização e produção de materiais de suporte nesta área

M4. O aumento do número de atendimentos/acolhimentos garante às vítimas uma resposta mais eficaz

#1VD Nº de entidades apoiadas	**SI PO ISE** POISE-37-2017-08: 3 entidades beneficiárias e 5 projetos: - 3 projetos para Equipa Multidisciplinar Especializada TSH (Norte, Centro e Alentejo) - 2 projetos para centros de acolhimento para vítimas de TSH POISE-37-2019-15: 3 entidades beneficiárias e 5 projetos de continuidade - 3 projetos para Equipa Multidisciplinar Especializada TSH (Norte, Centro e Alentejo) - 2 projetos para centros de acolhimento para vítimas de TSH **Inquérito às entidades beneficiárias** Responderam 2 entidades desta ação. POISE-37-2017-08: 2 entidades respondentes obtiveram o financiamento de 4 projetos: 3 Equipas Multidisciplinares TSH (Norte, Centro e Alentejo) e 1 centro de acolhimento POISE-37-2019-15: 2 entidades respondentes obtiveram o financiamento de 4 projetos de continuidade: 3 Equipas Multidisciplinares TSH (Norte, Centro e Alentejo) e 1 centro de acolhimento
#12VD Nº de vagas criadas	**SI PO ISE** POISE-37-2017-08: Financiamento de 2 centros de acolhimento para vítimas de TSH: - Centro de Acolhimento e Proteção a Vítimas de TSH do Sexo Masculino (CAP): 10 homens e eventuais filhos/as menores - Centro de Acolhimento e Proteção para Crianças Vítimas de TSH: sem informação sobre o nº de vagas POISE-37-2019-15: Financiamento de 2 centros de acolhimento para vítimas de TSH (projetos de continuidade): - Centro de Acolhimento e Proteção a Vítimas de TSH do Sexo Masculino (CAP): 12 homens e eventuais filhos/as menores - Centro de Acolhimento e Proteção para Crianças Vítimas de TSH: sem informação sobre o nº de vagas **Inquérito às entidades beneficiárias** Uma entidade beneficiária respondente assegura/mantém: - 8 camas associadas ao apoio concedido do PO ISE-37-2019-15 - 12 camas associadas ao apoio na PO ISE-37-2019-15.
#15VD Nº de vítimas de tráfico de seres humanos em acolhimento de emergência/ capacidade da estrutura	**SI PO ISE** PO ISE-37-2017-08: Número de destinatários: entre 0 e 84, somatório de 130 destinatários e média de 26. Número de destinatários diretos: entre 0 e 150; somatório: 150 (1 registo). PO ISE-37-2019-15: Número de destinatários: entre 0 e 174; somatório: 420; média: 84. Número de destinatários diretos: sem informação. - Centro de Acolhimento e Proteção a Vítimas de TSH do Sexo Masculino (CAP): PO ISE-37-2017-08: 84 destinatários PO ISE-37-2019-15: 174 destinatários - Centro de Acolhimento e Proteção para Crianças Vítimas de TSH PO ISE-37-2017-08: 6 destinatários PO ISE-37-2019-15: 6 destinatários **Inquérito às entidades beneficiárias** 1 entidade respondente desenvolve o Centro de Acolhimento e Proteção a Vítimas de TSH do Sexo Masculino. No período 2018-2021, dada a sua especificidade, não acolheu mulheres nem indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género. No acolhimento de homens: dos 24 acolhidos em 2018 e em 2019, observa-se uma redução para 17 em 2020 e 2021. **Tabela 3. Evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos acolhidas desde que obtiveram financiamento do PO ISE** Fonte: Inquérito às entidades beneficiárias das ações 3.17.1 a 3.17.5 (2022)
#14VD Evolução do número de atendimentos	**Inquérito às entidades beneficiárias** Desde que obtiveram o financiamento PO ISE, as duas entidades respondentes atenderam 513 vítimas de TSH, sobretudo homens. Note-se que o número de atendimentos tem vindo a crescer: dos 115 atendimentos registados em 2018 para 163 em 2021.

	2018	2019	2020	2021
Mulheres	0	0	0	0
Homens	24	24	17	17
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	0	0	0	0

#16VD Nº de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas	**Figura 5 Evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas desde que obtiveram financiamento do POISE**  Fonte: Inquérito às entidades beneficiárias das ações 3.17.1 a 3.17.5 (2022).

#17VD % de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas (nomeadamente assistência no retorno, encaminhamento para órgão de Polícia Criminal, Ministério Público; encaminhamento para Estrutura de Acolhimento; Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras))	**Inquérito às entidades beneficiárias** As 2 entidades beneficiárias respondentes indicaram a mesma percentagem: 76%-100% de atendimentos originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas.

M3. O reforço do atendimento, apoio e acompanhamento especializado promove uma maior proteção às vítimas e estimula as denúncias e o combate ao fenómeno

#18VD Nº de ações desenvolvidas pelas Equipas Multidisciplinares, no âmbito do Mecanismo de Referenciação Nacional	**Inquérito às entidades beneficiárias** 23 ações desenvolvidas pelas Equipas Multidisciplinares no âmbito do Mecanismo de Referenciação Nacional (resposta de 1 entidade).

TO 3.17: Ação 3.17.4 – Acompanhamento e apoio especializados a agressores de violência doméstica e de género

M5. O acompanhamento dos agressores permite prevenir a reincidência da agressão. Dissuasão de comportamentos violentos.

#1VD Nº de entidades apoiadas	**SI PO ISE** 1 entidade beneficiária

#19VD Nº de agressores/as acompanhados/em acompanhamento	**SI PO ISE** Número de destinatários: 450 Número de destinatários diretos: 1230 **Inquérito às entidades beneficiárias** Entre 2017 e 2021, o PO ISE financiou os seguintes Programas de Acompanhamento a Agressores: PAVD – Programa dirigido a Agressores de Violência Doméstica (contexto comunitário) e VIDA (contexto de privação de liberdade). O número de agressores de violência de género/doméstica envolvidos em programas de acompanhamento apoiados pelo PO ISE variou entre os 1977 homens em 2019 e 2671 homens em 2021. Registou-se um aumento de 694 pessoas em 2021 face a 2019.
#20VD % Pessoas agressoras que concluem o programa	**Inquérito às entidades beneficiárias** A percentagem média de agressores que concluíram Programas de Acompanhamento a Agressores no âmbito do financiamento do PO ISE reduziu entre 2019 e 2021: de 65% para 51%, coincidindo com o período da pandemia. **Tabela 4. Homens em Programas de Acompanhamento a Agressores no âmbito do financiamento PO ISE, entre 2019 e 2021**

	2019	2020	2021
Nº de agressores envolvidos	1977	2247	2671
% de agressores que concluíram o programa (em média)	65%	49%	51%

Fonte: Inquérito às entidades beneficiárias das ações 3.17.1 a 3.17.5 (2022)

#21VD Nº de sessões de acompanhamento individual e/ou grupal	**Inquérito às entidades beneficiárias** No período 2019-2021, a entidade beneficiária não desenvolveu sessões de acompanhamento individual/grupal a pessoas agressoras ao abrigo do financiamento do POISE.
#22VD Nº de ações enquadradas em programas para pessoas agressoras de violência de género/doméstica	**Inquérito às entidades beneficiárias** Em resposta à pergunta "Que tipo de ações enquadradas em programas para pessoas agressoras de violência de género/doméstica desenvolveram?", a entidade respondeu "Ações de formação de profissionais".
#23VD Nº de workshops, seminários, ações de formação e capacitação das equipas de técnicos/as que implementam o programa junto das pessoas agressoras, bem como junto de outros agentes que intervenham no processo de reinserção	**Inquérito às entidades beneficiárias** O número de workshops, seminários, ações de formação e capacitação das equipas de técnicos/as que implementam o programa junto das pessoas agressoras, bem como junto de outros agentes que intervenham no processo de reinserção desenvolvidos ao abrigo do financiamento do POISE variou entre os 5 em 2019 e os 9 em 2021. 2019: 5 2020: 7 2021: 9
#24VD Nº de atividades desenvolvidas com vista à articulação entre serviços de apoio à vítima e os serviços prisionais e de reinserção social	**Inquérito às entidades beneficiárias** A entidade beneficiária desenvolveu 1 atividade com vista à articulação entre serviços de apoio à vítima e os serviços prisionais e de reinserção social. Atividade desenvolvida: "Articulação com a CIG no âmbito do desenvolvimento de um folheto informativo sobre as estruturas formais de apoio à vítima, nomeadamente a divulgação dos contactos das associações de apoio à vítima."
#25VD Nº de materiais construídos com vista à articulação entre serviços de apoio à vítima e os serviços prisionais e de reinserção social	**SI PO ISE** Sem informação **Inquérito às entidades beneficiárias** Folhetos, flyers e manuais

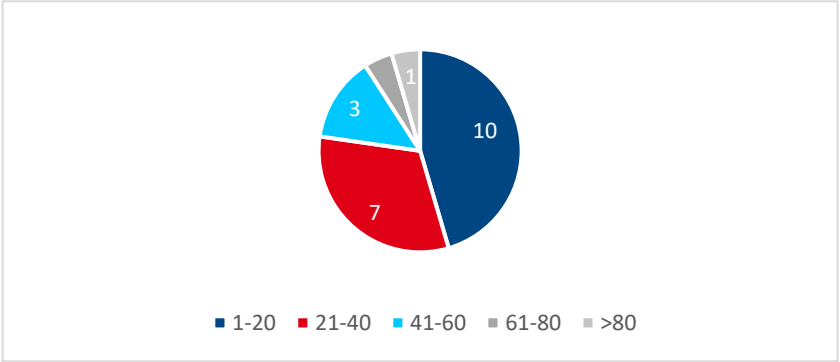
Inquérito às entidades beneficiárias - outras evidências recolhidas:

- Como avaliaram o risco de reincidência dos agressores: "O estudo retrospetivo sobre a reincidência de pessoas que frequentaram os programas para VD ainda estão a ser tratados."

- A entidade beneficiária não fez estudo de avaliação de impacto do projeto.

TO 3.17: Ação 3.17.1, 3.17.3 e 3.17.5 – Ações de sensibilização e prevenção para o público em geral e/ou para públicos específicos e produção e divulgação de material formativo, informativo e pedagógico:

M1. As campanhas de sensibilização e os materiais informativos permitem que a sociedade em geral esteja mais atenta e consciente, podendo desempenhar um papel ativo na prevenção e denúncia de casos

#6VD Número de ações de sensibilização e prevenção realizadas para o público em geral	**Inquérito às entidades beneficiárias** Das 22 respostas recebidas, 10 indicam que realizaram entre 1 e 20 ações de sensibilização e prevenção para o público em geral nas áreas da violência de género/doméstica (ação 3.17.1)/ combate ao tráfico de seres humanos (ação 3.17.3)/ igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos (ação 3.17.5), financiadas pelo PO ISE. O número de ações respondido varia entre 1 ação e as 268 ações. O número médio de ações por resposta é 36 (desvio padrão: 55,18). **Figura 6 Quantas ações de sensibilização e prevenção foram realizadas**  Fonte: Inquérito às entidades beneficiárias das ações 3.17.1 a 3.17.5 (2022)

#7VD Tipologias de Temas /Estratégias /objetivos	**Inquérito às entidades beneficiárias** Entre as temáticas desenvolvidas nas ações financiadas pelo PO ISE para o público em geral destacam-se violência de género (22), violência doméstica (20) e igualdade de género (19). Outras temáticas foram o combate ao tráfico de seres humanos (4) e a violência no namoro (3), por exemplo.
#8VD Nº de participantes nas ações de sensibilização e prevenção/ Seleção dos Destinatários	**SI PO ISE** Sem informação detalhada sobre o nº de participantes (sociedade em geral/ públicos específicos) **Inquérito às entidades beneficiárias** No que toca ao número de participantes nas ações de sensibilização e prevenção para o público em geral, as 21 respostas numéricas registadas variam entre 30 participantes e cerca de 113 mil e quinhentos participantes. Para oito entidades, as ações desenvolvidas tiveram até 500 participantes. Para outras 7, a informação situa-se entre 5.001 e cem mil pessoas. Uma resposta indica mais de cem mil participantes. Relativamente aos participantes envolvidos nestas ações para o público em geral, os respondentes (21) englobaram diferentes tipos de públicos. Os destinatários das ações foram sobretudo a comunidade em geral (15), crianças e estudantes (do ensino básico ao universitário) (12), bem como públicos estratégicos em geral (escola, saúde) (8) e públicos estratégicos de profissionais que intervêm na área da violência de género/doméstica (10) como por exemplo, técnicos de primeira linha, técnicos de intervenção social local, forças de segurança e técnicos que intervêm diretamente na área da violência. Refira-se ainda as ações dirigidas a vítimas de violência doméstica (3) e para públicos socialmente desfavorecidos (beneficiários do RSI, etnia cigana, desempregados, etc.) (3).
#10VD Número de inquiridos/entrevistados que avaliaram positivamente os materiais produzidos	**Inquérito às entidades beneficiárias** A percentagem média de satisfação dos participantes com as ações de sensibilização e prevenção que dinamizadas pelas entidades para o público em geral é bastante elevada: das 23 respostas, 21 indicam uma percentagem média de satisfação compreendida entre 76% e 100%.

#7VD Tipologias de Temas /Estratégias /objetivos **#8VD** Nº de participantes nas ações de sensibilização e prevenção/ Seleção dos Destinatários	
Ação 3.17.1	**SI PO ISE** Excertos do Resumo da Operação: PO ISE-37-2017-06: - Formação de técnicos especializados na violência sexual - Respostas a nível da sensibilização de públicos estratégicos, da articulação e trabalho em rede e da definição de estratégias públicas de intervenção. - Ações de informação e sensibilização de prevenção à violência doméstica e/ou de género, dirigidas à população em geral e comunidade local, crianças, professores/as e estudantes e a população idosa.

	- Ações de sensibilização de prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária. - Ações para públicos-específicos: comunidade educativa, famílias acompanhadas pela CPCJ, RSI, cuidadores de idosos, técnicos/as de intervenção, parceiros-chave - Despertar maior consciência nas VVD e promover nos territórios uma cultura que mitigue a VD e VG. - Ações de informação para contribuir para alteração de crenças/comportamentos enraizados em contexto rural em 950 pessoas (alunos, vítimas, profissionais, idosos). PO ISE-37-2019-13: - Capacitar profissionais através de ações e de recurso técnico-pedagógico. - Atividades de informação/sensibilização e prevenção da vitimização, da comunidade, prevenção da violência nos agrupamentos escolares, junto de jovens e da população adulta nos municípios abrangidos - Contribuir para alteração de comportamentos enraizados em 480 pessoas (alunos/as, vítimas, profissionais, comunidade) através de ações de informação - Prevenção primária sobre VD junto das comunidades daqueles concelhos - Ações de sensibilização dirigidas à comunidade (prevenção primária), intervenção com públicos-específicos (famílias acompanhadas pela CPCJ, RSI, cuidadores de idosos – prevenção secundária) e do acompanhamento de vítimas (prevenção terciária). - Atuar ao nível prevenção junto de públicos estratégicos - Formação e sensibilização sobre violência no namoro no Ensino Superior português, PO ISE-37-2020-01: - Apoio técnico-pedagógico a profissionais e a sensibilização comunitária. - Capacitar organizações educativas na prevenção e combate à violência de género e de igualdade de género. - Informação e sensibilização da comunidade escolar, parceiros-chave e população PO ISE-37-2017-06: - Exposições, outdoors e spot de rádio. criar materiais informativos sobre violência doméstica. - Seminários de Violência Doméstica e Workshops de Formação. - Produção de manual de boas práticas no combate à violência sexual e de uma antologia de histórias de vida. PO ISE-37-2019-13: - Ações com a produção de materiais de informação ajustados aos diferentes públicos - Produzir materiais formativos/informativos e divulgação de material produzido no âmbito do projeto. - Criação de materiais formativos para públicos específicos. - Criação de um manual para desenvolver competências pessoais e sociais para a igualdade de género/não-violência. - Construção de vídeos por alun@s do 1º ciclo promovendo prevenção de comportamentos violentos. - Edição de materiais de informativos de suporte ao reconhecimento do fenómeno de violência doméstica. - Realização seminário sobre Prevenção e o Combate das PTN, a MGF e os Casamentos Infantis, Precoces e Forçado - Seminário de Violência Doméstica e Workshops de Sensibilização. PO ISE-37-2020-01: - Edição de materiais informativos sobre violência doméstica e os serviços de apoio da Entidade no território
Ação 3.1.3	**SI PO ISE** Excertos do Resumo da Operação: **-** ações de sensibilização e dinamização da Rede Regional do Norte de apoio e proteção a vítimas de TSH.
Ação 3.17.5	**SI PO ISE** Excertos do Resumo da Operação: - trabalhar com crianças e jovens as problemáticas da IG, Violência Namoro, TSH - sensibilização e consciencialização sobre a Prevenção/Intervenção na Violência no Namoro/Doméstica e (Des)Igualdade de Género - prevenção da violência doméstica contra idosos/as - relações de intimidade não violentas entre jovens - promover a igualdade de género e prevenir e combater a violência no namoro. Destina-se a jovens e restante comunidade escolar da unidade territorial do Centro - sensibilizar as/os adolescentes relativamente à violência nas relações de intimidade - permitirá a estudantes experienciarem testemunhos de jovens e mulheres que foram exploradas sexualmente e/ou traficadas - sensibilização e reprodução de instrumentos de sensibilização para a IG, - discriminações de género, VD e de TSH, - violência doméstica e de género - prevenir situações de violência sexual em ambientes recreativos e promover uma noite não–sexista

M2. As ações e materiais formativos dirigidas a profissionais e organizações que contactam com estas problemáticas, promovem intervenções atempadas e mais qualificadas em caso de risco

Inquérito às entidades beneficiárias

Relativamente à dinamização de ações de sensibilização e prevenção para públicos específicos nas áreas da violência de género/doméstica (ação 3.17.1)/ combate ao tráfico de seres humanos (ação 3.17.3)/ igualdade de género e/ou violência de género/ doméstica e tráfico de seres humanos (ação 3.17.5), financiadas pelo PO ISE, estas foram dinamizadas por 21 entidades refletindo-se em 24 respostas.

#11VD Número de ações de sensibilização e prevenção realizadas para públicos específicos	**Inquérito às entidades beneficiárias** Das 17 respostas recebidas, 9 referem-se à dinamização entre 1 e 20 ações, 4 entre 21 e as 40 ações de sensibilização e prevenção para públicos específicos. Número máximo indicado: 595 ações. Média de ações por resposta: 78 (desvio padrão: 153,54).

#7VD Tipologias de Temas /Estratégias /objetivos	**Inquérito às entidades beneficiárias** Das temáticas desenvolvidas destacam-se a violência doméstica (16), a igualdade de género (15) e a violência de género (14).

#8VD Nº de participantes nas ações de sensibilização e prevenção/ Seleção dos Destinatários	**SI PO ISE** Sem informação detalhada sobre o nº de participantes (sociedade em geral/ públicos específicos) **Inquérito às entidades beneficiárias** No que concerne ao número de participantes abrangidos por estas ações para públicos específicos, as respostas variam entre os 9 participantes e os 18 992participantes. 9 projetos envolveram ações com até 500 participantes. 7 projetos envolveram entre 1001 e 100 000 participantes. Entre os participantes regista-se a comunidade em geral, alunos, vítimas de violência doméstica em acompanhamento, mas são igualmente referidos públicos estratégicos na área da psicologia, ação social, docentes, por exemplo. No caso das ações para públicos específicos, as 17 respostas mostram a abrangência de públicos: destacando-se os estudantes, jovens e crianças, incluindo do pré-escolar (13) e os públicos estratégicos em geral (escola, saúde) (9), além dos públicos estratégicos que intervêm na violência de género/doméstica e a nível social (7). A comunidade em geral inclui-se no leque de destinatários das ações para públicos específicos (4).

#10VD Número de inquiridos/entrevistados que avaliaram positivamente os materiais produzidos	**Inquérito às entidades beneficiárias** A totalidade das respostas (17) mostra que, em média, a percentagem de satisfação dos participantes com as ações de sensibilização e prevenção dinamizadas pela entidade é extremamente elevada (76%-100%).

M1. As campanhas de sensibilização e os materiais informativos permitem que a sociedade em geral esteja mais atenta e consciente, podendo desempenhar um papel ativo na prevenção e denúncia de casos
e
M2. As ações e materiais formativos dirigidas a profissionais e organizações que contactam com estas problemáticas, promovem intervenções atempadas e mais qualificadas em caso de risco

#9VD Nº de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos	**Inquérito às entidades beneficiárias** Em projetos de 20 entidades beneficiárias respondentes, refletindo-se em 24 respostas, verificou-se a produção e divulgação de material formativo, informativo e pedagógico nas áreas da violência de género/doméstica (ação 3.17.1)/ combate ao tráfico de seres humanos (ação 3.17.3)/ igualdade de género e/ou violência de género/doméstica de género/doméstica e tráfico de seres humanos (ação 3.17.5) financiadas pelo PO ISE. No que concerne ao número de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos, o número varia entre e 1 e 150 mil instrumentos com financiamento PO ISE. Em 9 respostas, o número de instrumentos situa-se entre 1 e 20. Sublinham-se as respostas com mais de 80 instrumentos deste tipo (9) parte das quais respostas de uma mesma entidade que indica 150 mil instrumentos.
#7VD Tipologias de Temas /Estratégias /objetivos	**Inquérito às entidades beneficiárias** Relativamente aos temas dos instrumentos formativos, informativos e pedagógicos, destacam-se os seguintes temas violência de género (14), violência de género (14), igualdade de género (11), contactos de recursos locais VD/VG (6) e combate ao tráfico de seres humanos (3). Estes instrumentos formativos, informativos e pedagógicos enquadram-se na tipologia 3.17.1 (11). Alguns respondentes não referiram a tipologia da ação, indicando antes o tipo de material produzido, por exemplo, flyers, cartazes e panfletos, spots de rádio, exposições e murais públicos, livro, brochura e outro material impresso. Sobre a forma de divulgação, destacam-se a divulgação em redes sociais (13), em serviços e espaços públicos como escolas, transportes públicos e rua (9), através da comunicação social (6), ações de sensibilização (6). 8 respostas indicam a sua distribuição em papel.
#8VD Nº de participantes nas ações de sensibilização e	**Inquérito às entidades beneficiárias** O público-alvo dos instrumentos formativos, informativos e pedagógicos produzidos no âmbito de projetos PO ISE é bastante diversificado. Entre as 21 respostas abertas recebidas, destacam-se: a comunidade em geral (19), os públicos

prevenção/ Seleção dos Destinatários	estratégicos em geral (escola, saúde) (9), os públicos estratégicos (VD/VG, de intervenção) (9), vítimas (5), estudantes, crianças e jovens (5).

2.3.3. Matriz global do referencial de recolha de informação

Legenda de fontes: DR – *Desk Research* (recolha/análise documental e fontes administrativas incluindo Sistema de Informação PO)
ENT – Entrevistas a *stakeholders*
INQ – Inquérito às Entidades Beneficiárias
EC – Estudos de caso (entrevista semi-diretiva a vítimas de violência doméstica)

EFICÁCIA

QA1. Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser atingidos? Qual o contributo do PO e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise	Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de informação			
				DR	ENT	INQ	EC
TO 3.17: Ação 3.17.1 – Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género e sensibilização e produção de materiais nestas áreas	M3. O reforço do atendimento, apoio e acompanhamento especializado promove uma maior proteção às vítimas e estimula as denúncias e o combate ao fenómeno	#1VD Nº de entidades apoiadas #2VD Nº de respostas criadas	NA	X			
		#3VD Nº de atendimentos realizados #4VD Nº de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas #5VD % de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas	- Esta entidade fez atendimentos a vítimas de violência de género/doméstica financiados pelo POISE? - Quantas vítimas de violência de género/doméstica atenderam ao abrigo dos diversos concursos? - Quantas vítimas de violência de género/doméstica atenderam ao abrigo dos diversos concursos, que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas? - Qual a percentagem de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas? - Como avalia a articulação entre as diferentes entidades na implementação do acompanhamento e apoio às vítimas? [INQ e EC] - Indique as principais situações de violência que suscitaram o pedido de apoio a esta entidade - Indique as principais fontes institucionais de encaminhamento de utentes para esta entidade - Na sua opinião, quais os principais problemas que persistem no atendimento, apoio e acompanhamento a vítimas de violência de género/doméstica? [ENT e INQ]	X	X	X	X

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise	Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de informação			
				DR	ENT	INQ	EC
			- Como avalia a adequabilidade destas ações financiadas pelo POISE no que concerne ao atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência de género/doméstica? [INQ]/ Como avalia o impacto das ações financiadas pelo POISE no âmbito da violência de género/doméstica? [ENT] - Como avalia o apoio que lhe tem sido prestado? [EC] - No contacto com esta entidade, quais foram os maiores problemas com que se deparou? O que poderia ter funcionado melhor? Sentiu, em algum momento, falta de algum tipo de apoio(s)? Qual/quais? [EC] - No contacto com as demais entidades/instituições que contactou, quais foram os maiores problemas com que se deparou? O que poderia ter funcionado melhor? Sentiu, em algum momento, falta de algum tipo de apoio(s)? Qual/quais? [EC] - Na sua opinião, o que mais poderia ser feito no apoio a vítimas de violência de género/doméstica? [EC]				
	M1. As campanhas de sensibilização e os materiais informativos permitem que a sociedade em geral esteja mais atenta e consciente, podendo desempenhar um papel ativo na prevenção e denúncia de casos	#6VD Número de ações de sensibilização e prevenção realizadas para o público em geral #7VD Tipologias de Temas /Estratégias /objetivos #8VD Nº de participantes nas ações de sensibilização e prevenção/ Seleção dos Destinatários	- Esta entidade dinamizou ações de sensibilização e prevenção para o público em geral, financiadas pelo POISE? - Quantas ações de sensibilização e prevenção foram realizadas? - Quais foram as temáticas desenvolvidas? - Qual o número de participantes envolvidos? - Quem foram os destinatários destas ações? - Como avalia a adequabilidade destas ações de prevenção e sensibilização do público em geral financiadas pelo POISE no que concerne à para a temática da violência de género/doméstica?	X	X	X	X
		#9VD Nº de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos #10VD Nº de inquiridos/entrevistados que avaliaram positivamente os materiais produzidos	- Qual o número de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos que desenvolveram? - A que tipologia pertencem? - Quais as temáticas desenvolvidas?	X		X	X

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise	Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de informação			
				DR	ENT	INQ	EC
			- Qual o público-alvo? - Como foram divulgados? - Como avalia a adequabilidade do material formativo, informativo e pedagógico produzidos/divulgados por esta entidade no que concerne à prevenção e sensibilização para a temática da violência de género/doméstica?				
	M2. As ações e materiais formativos dirigidas a profissionais e organizações que contactam com estas problemáticas, promovem intervenções atempadas e mais qualificadas em caso de risco	#11VD Número de ações de sensibilização e prevenção realizadas para públicos específicos #7VD Tipologias de Temas /Estratégias /objetivos #8VD Nº de participantes nas ações de sensibilização e prevenção/ Seleção dos Destinatários	- Esta entidade dinamizou ações de sensibilização e prevenção para públicos específicos, financiadas pelo POISE? - Quantas ações de sensibilização e prevenção foram realizadas? - Quais foram as temáticas desenvolvidas? - Qual o número de participantes envolvidos? - Quem foram os destinatários destas ações? - Como avalia a adequabilidade destas ações de prevenção e sensibilização de públicos específicos financiadas pelo POISE no que concerne às para a temática da violência de género/doméstica?	X	X	x	x
		#9VD Nº de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos	- Qual o número de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos que desenvolveram? - A que tipologia pertencem? - Quais as temáticas desenvolvidas? - Qual o público-alvo? - Como foram divulgados? - Como avalia a adequabilidade do material formativo, informativo e pedagógico produzidos/divulgados por esta entidade no que concerne à qualificação da intervenção?	X		X	X
TO 3.17: Ação 3.17.2 – Acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica	M4. O aumento do número de atendimentos/acolhimentos garante às vítimas uma resposta mais eficaz	#1VD Número de entidades apoiadas #12VD Nº de vagas criadas	NA	X			
		#13VD Nº de vítimas em acolhimento de emergência	- Quantas vítimas de violência de género/doméstica acolheram desde que obtiveram financiamento do POISE? - Qual a natureza dos recursos que são disponibilizados às vítimas? - Que apoios são disponibilizados?	X		X	X
TO 3.17: Ação 3.17.3 – Combate ao tráfico de	M4. O aumento do número de atendimentos/acolhimentos	#1VD Número de entidades apoiadas #12VD Nº de vagas criadas	NA	X			

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise	Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de informação			
				DR	ENT	INQ	EC
seres humanos e sensibilização e produção de materiais de suporte nesta área	garante às vítimas uma resposta mais eficaz	#14VD Evolução do número de atendimentos					
		#15VD Nº de vítimas de tráfico de seres humanos em acolhimento de emergência/ capacidade da estrutura #16VD Nº de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas #17VD % de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas (nomeadamente assistência no retorno, encaminhamento para órgão de Polícia Criminal, Ministério Público; encaminhamento para Estrutura de Acolhimento; Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras))	- Quantas vítimas de tráfico de seres humanos acolheram desde que obtiveram financiamento do POISE? - Qual o número de camas asseguradas/mantidas nesta entidade beneficiária associadas ao apoio concedido? - Quantas vítimas de tráfico de seres humanos atenderam desde que obtiveram financiamento do POISE? -Que avaliação é que faz da articulação entre as diferentes entidades na implementação da ação? - Qual a percentagem de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas? - Como avalia a adequabilidade destas ações financiadas pelo POISE no que concerne ao combate ao tráfico de seres humanos? [INQ] / - Como avalia o impacto das ações financiadas pelo POISE no âmbito do tráfico de seres humanos? [ENT] - Na sua opinião, quais os principais problemas que persistem no atendimento a vítimas de tráfico de seres humanos? [INQ e ENT]	X	X	X	X
	M3. O reforço do atendimento, apoio e acompanhamento especializado promove uma maior proteção às vítimas e estimula as denúncias e o combate ao fenómeno	#18VD Nº de ações desenvolvidas pelas Equipas Multidisciplinares, no âmbito do Mecanismo de Referenciação Nacional	- Quantas ações foram desenvolvidas no âmbito do Mecanismo de Referenciação Nacional, nomeadamente o apoio ao retorno assistido das vítimas, financiadas pelo POISE?	X		X	X
	M1. As campanhas de sensibilização e os materiais informativos permitem que a sociedade em geral esteja mais atenta e consciente, podendo desempenhar um papel ativo na prevenção e denúncia de casos	#6VD Número de ações de sensibilização e prevenção realizadas para o público em geral #7VD Tipologias de Temas /Estratégias /objetivos #8VD Nº de participantes nas ações de sensibilização e prevenção/ Seleção dos Destinatários	- Esta entidade dinamizou ações de sensibilização e prevenção para o público em geral, financiadas pelo POISE? - Quantas ações de sensibilização e prevenção foram realizadas? - Quais foram as temáticas desenvolvidas? - Qual o número de participantes envolvidos? - Quem foram os destinatários destas ações? - Como avalia a adequabilidade destas ações de prevenção e sensibilização do público em geral	X	X	x	x

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise	Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de informação			
				DR	ENT	INQ	EC
			financiadas pelo POISE na área do tráfico de seres humanos?				
		#9VD Nº de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos	- Qual o número de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos que desenvolveram? - A que tipologia pertencem? - Quais as temáticas desenvolvidas? - Qual o público-alvo? - Como foram divulgados? - Como avalia a adequabilidade do material formativo, informativo e pedagógico produzidos/divulgados por esta entidade no que concerne à prevenção e sensibilização para a temática do tráfico de seres humanos?	X		X	X
	M2. As ações e materiais formativos dirigidas a profissionais e organizações que contactam com estas problemáticas, promovem intervenções atempadas e mais qualificadas em caso de risco	#11VD Número de ações de sensibilização e prevenção realizadas para públicos específicos #7VD Tipologias de Temas /Estratégias /objetivos #8VD Nº de participantes nas ações de sensibilização e prevenção/ Seleção dos Destinatários	- Esta entidade dinamizou ações de sensibilização e prevenção para públicos específicos, financiadas pelo POISE? - Quantas ações de sensibilização e prevenção foram realizadas? - Quais foram as temáticas desenvolvidas? - Qual o número de participantes envolvidos? - Quem foram os destinatários destas ações? - Como avalia a adequabilidade destas ações de prevenção e sensibilização de públicos específicos financiadas pelo POISE na área do tráfico de seres humanos?	X	X	x	x
		#9VD Nº de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos	- Qual o número de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos que desenvolveram? - A que tipologia pertencem? - Quais as temáticas desenvolvidas? - Qual o público-alvo? - Como foram divulgados? - Como avalia a adequabilidade do material formativo, informativo e pedagógico produzidos/divulgados por esta entidade no que concerne à qualificação da intervenção?	X		X	X
TO 3.17: Ação 3.17.4 – Acompanhamento e apoio especializados a agressores de	M5. O acompanhamento dos agressores permite prevenir a reincidência da agressão. Dissuasão de comportamentos violentos.	#1VD Nº de entidades apoiadas	NA	X			
		#19VD Nº de agressores/as acompanhados/em acompanhamento #20VD % Pessoas agressoras que concluem o programa	- Qual o número de pessoas agressoras em acompanhamento nos últimos 5 anos?	X	X	X	X

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise	Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de informação			
				DR	ENT	INQ	EC
violência doméstica e de género		#21VD Nº de sessões de acompanhamento individual e/ou grupal #22VD Nº de ações enquadradas em programas para pessoas agressoras de violência de género/doméstica #23VD Nº de workshops, seminários, ações de formação e capacitação das equipas de técnicos/as que implementam o programa junto das pessoas agressoras, bem como junto de outros agentes que intervenham no processo de reinserção #24VD Nº de atividades desenvolvidas com vista à articulação entre serviços de apoio à vítima e os serviços prisionais e de reinserção social #25VD Nº de materiais construídos com vista à articulação entre serviços de apoio à vítima e os serviços prisionais e de reinserção social	- Qual o número total de pessoas agressoras envolvidas em Programas de Acompanhamento a Agressores no âmbito do financiamento do POISE? - Em média, qual a percentagem de pessoas agressoras que concluíram o programa? - Quantas sessões de acompanhamento individual a pessoas agressoras desenvolveram ao abrigo do financiamento do POISE? - Quantas sessões de acompanhamento grupal a pessoas agressoras desenvolveram ao abrigo do financiamento do POISE? - Que tipo de ações enquadradas em programas para pessoas agressoras de violência de género/doméstica desenvolveram? - Quantos workshops, seminários, ações de formação e capacitação das equipas de técnicos/as que implementam o programa junto das pessoas agressoras, bem como junto de outros agentes que intervenham no processo de reinserção desenvolveram ao abrigo do financiamento do POISE? - Quantas atividades desenvolveram com vista à articulação entre serviços de apoio à vítima e serviços prisionais e de reinserção social? - Que tipo de materiais foram construídos com vista à articulação entre serviços de apoio à vítima e serviços prisionais e de reinserção social? - Como avalia as ações financiadas pelo POISE no âmbito do acompanhamento de agressores? [INQ]/ Como avalia o impacto das ações financiadas pelo POISE no âmbito do acompanhamento de agressores? [ENT] - Na sua opinião, quais os principais problemas que persistem no acompanhamento da pessoa agressora? [INQ e ENT]				
TO 3.17: Ação 3.17.5 Ações de sensibilização para o público em geral e/ou para públicos específicos e	M1. As campanhas de sensibilização e os materiais informativos permitem que a sociedade em geral esteja mais atenta e consciente, podendo	#6VD Número de ações de sensibilização e prevenção realizadas para o público em geral #7VD Tipologias de Temas /Estratégias /objetivos #8VD Nº de participantes nas ações de sensibilização e prevenção/ Seleção dos Destinatários	- Esta entidade dinamizou ações de sensibilização e prevenção para o público em geral, financiadas pelo POISE? - Quantas ações de sensibilização e prevenção foram realizadas? - Quais foram as temáticas desenvolvidas?	X	X	X	X

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise	Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de informação			
				DR	ENT	INQ	EC
produção e divulgação de material formativo, informativo e pedagógico	desempenhar um papel ativo na prevenção e denúncia de casos		- Qual o número de participantes envolvidos? - Quem foram os destinatários destas ações? - De que forma é que os participantes avaliaram as ações de sensibilização e prevenção? - Como avalia a adequabilidade destas ações financiadas pelo POISE no que concerne à prevenção e sensibilização do público em geral para as áreas da igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos?				
		#9VD Nº de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos	- Qual o número de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos que desenvolveram? - A que tipologia pertencem? - Quais as temáticas desenvolvidas? - Qual o público-alvo? - Como foram divulgados? - Como avalia a adequabilidade do material formativo, informativo e pedagógico produzidos/divulgados por esta entidade no que concerne à prevenção e sensibilização para as áreas da igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos?	X		X	X
	M2. As ações e materiais formativos dirigidas a profissionais e organizações que contactam com estas problemáticas, promovem intervenções atempadas e mais qualificadas em caso de risco	#11VD Número de ações de sensibilização e prevenção realizadas para públicos específicos #7VD Tipologias de Temas /Estratégias /objetivos #8VD Nº de participantes nas ações de sensibilização e prevenção/ Seleção dos Destinatários	- Quantas ações de sensibilização e prevenção para públicos específicos foram dinamizadas/realizadas por esta entidade, financiadas pelo POISE? - Quais foram as temáticas desenvolvidas? - Qual o número de participantes envolvidos? - Quem foram os destinatários destas ações? - Como avalia a adequabilidade destas ações financiadas pelo POISE no que concerne à prevenção e sensibilização do público em geral para as áreas da igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos?	X	X	x	x
		#9VD Nº de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos	- Qual o número de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos que desenvolveram? - A que tipologia pertencem? - Quais foram as temáticas desenvolvidas?	X		X	X

MEDIDAS	Elementos da TdM em análise	Indicadores/Elementos de evidência	Questões instrumentos de avaliação	Fontes de informação			
				DR	ENT	INQ	EC
			- Qual o público-alvo? - Como foram divulgados? - Como avalia a adequabilidade do material formativo, informativo e pedagógico produzidos/divulgados por esta entidade no que concerne à prevenção e sensibilização para a temática da violência de género/doméstica?				

2.3.4. Resultados do inquérito por questionário

O anexo divide-se em blocos segundo a ação ou ações desenvolvidas pela Entidade beneficiária respondente:

1. Caracterização da Entidade Beneficiária
2. Consolidação da intervenção – ações 3.17.1 e 3.17.2
3. Combate ao tráfico de seres humanos – Ação 3.17.3
4. Ações de sensibilização – ações 3.17.1, 3.17.3 e 3.17.5
5. Acompanhamento e apoio especializado a agressores de violência doméstica e de género – Ação 3.17.4
6. Composição das equipas
7. Adequabilidade e avaliação: Processo de candidatura; Execução do projeto; Resultado dos projetos
8. Observações e comentários.

As respostas a pergunta de resposta múltipla foram tratadas conjuntamente, ou optou-se por criar uma nova variável que condense as respostas fornecidas.
Nas respostas recodificadas, o título do quadro tem a indicação (Rec); no caso das perguntas de resposta múltipla, o título do quadro tem a indicação (M).

No caso de perguntas com filtro registaram-se algumas lacunas na resposta subsequente, pelo que os resultados apresentados não registam o número de respostas esperado.
De notar que das 41 respostas, 3 respeitam a respostas parciais ao inquérito o que pode contribuir para a diferença no número de respostas esperado e efetivo.
Algumas perguntas de resposta numérica foram consideradas texto; estas respostas não foram analisadas.
Nas perguntas sobre o número de vítimas atendidas e número de vítimas acolhidas (ações 3.17.1 e 3.17.2), optou-se por somar as respostas de acordo com a sua frequência.

INQUÉRITO ÀS ENTIDADES BENEFICIÁRIAS DAS AÇÕES 3.17.1, 3.17.2, 3.17.3, 3.17.4 E 3.17.5

1. Caracterização da Entidade Beneficiária

Quadro 1. Designação da entidade beneficiária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	AMAR GAIA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE G	1	2,4	2,4	2,4
	AMATO LUSITANO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	1	2,4	2,4	4,9
	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIME	1	2,4	2,4	7,3
	APEPI-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E EDUCADORES PARA A INFAN	1	2,4	2,4	9,8
	ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DOS ARTISTAS DE BRAG	1	2,4	2,4	12,2
	ASSOCIAÇÃO FERNÃO MENDES PINTO	1	2,4	2,4	14,6
	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE FIGUEIRA	1	2,4	2,4	17,1
	ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMILIA	1	2,4	2,4	19,5
	ASSOCIAÇÃO PLANO I	1	2,4	2,4	22,0
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA	6	14,6	14,6	36,6
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIDADANIA ACTIVA	1	2,4	2,4	39,0
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MULHERES JURISTAS	1	2,4	2,4	41,5
	CARITAS ARQUIDIOCESANA DE EVORA	1	2,4	2,4	43,9
	CASA DO POVO DE ABRAVESES	1	2,4	2,4	46,3
	CASA DOS CHOUPOS - COOPERATIVA MULTISSECTORIAL DE	1	2,4	2,4	48,8
	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE VILA PRAIA DE ANCORA	1	2,4	2,4	51,2
	CERCIAG - COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO D	1	2,4	2,4	53,7
	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	1	2,4	2,4	56,1
	DIRECÇÃO-GERAL DE REINSERÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS	1	2,4	2,4	58,5
	DUECEIRA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO CEIRA	1	2,4	2,4	61,0
	ESDIME - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO A	1	2,4	2,4	63,4
	FISOOT - FORMAÇÃO, INTEGRAÇÃO SOCIAL E OFERTAS DE	1	2,4	2,4	65,9
	FUNDAÇÃO FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELES	1	2,4	2,4	68,3
	GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA	1	2,4	2,4	70,7
	GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL CRISTÃ	1	2,4	2,4	73,2
	INTERVIR.COM - ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, DE	1	2,4	2,4	75,6
	IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SANTO TI	1	2,4	2,4	78,0
	LIGA DOS AMIGOS DO CENTRO DE SAÚDE DE ALFÂNDEGA DA	1	2,4	2,4	80,5
	MOURA-SALÚQUIA - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO CONCELH	1	2,4	2,4	82,9

	MUNICÍPIO DO FUNDÃO	1	2,4	2,4	85,4
	PSI-ON - ASSOCIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMEN	1	2,4	2,4	87,8
	SAÚDE EM PORTUGUÊS - ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS D	1	2,4	2,4	90,2
	SOPRO - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL DE SOLIDARIE	1	2,4	2,4	92,7
	UMAR-UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA	1	2,4	2,4	95,1
	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	1	2,4	2,4	97,6
	UNIVERSIDADE DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 2. Tipo de entidade

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Agências e associações de desenvolvimento regional e local	4	9,8	9,8	9,8
	Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal	1	2,4	2,4	12,2
	Autarquias Locais	1	2,4	2,4	14,6
	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)	2	4,9	4,9	19,5
	Direção Geral	1	2,4	2,4	22,0
	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Universitário	1	2,4	2,4	24,4
	Fundações Privadas	1	2,4	2,4	26,8
	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS	20	48,8	48,8	75,6
	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)	1	2,4	2,4	78,0
	ONG - Organização Não Governamental	7	17,1	17,1	95,1
	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores	2	4,9	4,9	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 3. CAE

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	65112 - Outras actividades complementares de segurança social.	1	2,4	2,4	2,4
	84113 - Administração local.	2	4,9	4,9	7,3
	84230 - Actividades de justiça.	1	2,4	2,4	9,8
	85100 - Educação pré-escolar.	1	2,4	2,4	12,2
	85420 - Ensino superior.	2	4,9	4,9	17,1
	86906 - Outras actividades de saúde humana, n. e.	1	2,4	2,4	19,5
	87301 - Actividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento.	4	9,8	9,8	29,3
	88102 - Actividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento.	1	2,4	2,4	31,7
	88910 - Actividades de cuidados para crianças, sem alojamento.	1	2,4	2,4	34,1
	88990 - Outras actividades de apoio social sem alojamento, n. e.	8	19,5	19,5	53,7
	94120 - Actividades de organizações profissionais.	1	2,4	2,4	56,1
	94910 - Actividades de organizações religiosas.	1	2,4	2,4	58,5
	94995 - Outras actividades associativas, n. e.	17	41,5	41,5	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 4. Entidade beneficiária de que ações (Rec)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3.17.1	19	46,3	46,3	46,3
	3.17.1 e 3.17.2	11	26,8	26,8	73,2
	3.17.1, 3.17.2 e 3.17.5	1	2,4	2,4	75,6
	3.17.2	2	4,9	4,9	80,5
	3.17.3	2	4,9	4,9	85,4
	3.17.4	1	2,4	2,4	87,8
	3.17.5	5	12,2	12,2	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 5. Área geográfica (Rec)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Norte	22	53,7	53,7	53,7
	Centro	10	24,4	24,4	78,0
	Alentejo	5	12,2	12,2	90,2
	Norte e Centro	1	2,4	2,4	92,7
	Centro e Alentejo	1	2,4	2,4	95,1
	Norte, Centro e Alentejo	2	4,9	4,9	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 6. Número de projetos aprovados nos diversos concursos PO ISE

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	10	24,4	24,4	24,4
	2	16	39,0	39,0	63,4
	3	7	17,1	17,1	80,5
	4	3	7,3	7,3	87,8
	5	2	4,9	4,9	92,7
	6	1	2,4	2,4	95,1
	7	1	2,4	2,4	97,6
	8	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 7. Número de projetos aprovados por procedimento concursal: Ação 3.17.1 – Concurso nº PO ISE – 37-2017-06?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	11	26,8	91,7	91,7
	2	1	2,4	8,3	100,0
	Total	12	29,3	100,0	
Omisso	Sistema	29	70,7		
Total		41	100,0		

Quadro 8. Número de projetos aprovados por procedimento concursal? Ação 3.17.1 – Concurso nº PO ISE – 37-2019-13

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	25	61,0	92,6	92,6
	2	2	4,9	7,4	100,0
	Total	27	65,9	100,0	
Omisso	Sistema	14	34,1		
Total		41	100,0		

Quadro 9. Número de projetos aprovados por procedimento concursal? Ação 3.17.1 – Concurso nº PO ISE – 37-2020-01

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	4	9,8	100,0	100,0
Omisso	Sistema	37	90,2		
Total		41	100,0		

Quadro 10. Número de projetos aprovados por procedimento concursal? Ação 3.17.1 – Concurso nº PO ISE – 37-2021-01

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	18	43,9	100,0	100,0
Omisso	Sistema	23	56,1		
Total		41	100,0		

Quadro 11. Número de projetos aprovados por procedimento concursal? Ação 3.17.2 – Concurso nº PO ISE – 37-2017-07

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa

Válido	1	8	19,5	100,0	100,0
Omisso	Sistema	33	80,5		
Total		41	100,0		

Quadro 12. Número de projetos aprovados por procedimento concursal? Ação 3.17.2 – Concurso nº PO ISE – 37-2019-14

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	9	22,0	100,0	100,0
Omisso	Sistema	32	78,0		
Total		41	100,0		

Quadro 13. Número de projetos aprovados por procedimento concursal? Ação 3.17.2 – Concurso nº PO ISE – 37-2021-15

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	10	24,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	31	75,6		
Total		41	100,0		

Quadro 14. Número de projetos aprovados por procedimento concursal? Ação 3.17.3 – Concurso nº PO ISE – 37-2017-08

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	1	2,4	50,0	50,0
	3	1	2,4	50,0	100,0
	Total	2	4,9	100,0	
Omisso	Sistema	39	95,1		
Total		41	100,0		

Quadro 15. Número de projetos aprovados por procedimento concursal? Ação 3.17.3 – Concurso nº PO ISE – 37-2019-15

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	1	2,4	50,0	50,0
	3	1	2,4	50,0	100,0
	Total	2	4,9	100,0	
Omisso	Sistema	39	95,1		
Total		41	100,0		

Quadro 16. Número de projetos aprovados por procedimento concursal? Ação 3.17.4 – Concurso nº PO ISE – 37-2018-17

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 17. Número de projetos aprovados por procedimento concursal? Ação 3.17.5 – Concurso nº PO ISE – 37-2017-09

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	4	9,8	80,0	80,0
	2	1	2,4	20,0	100,0
	Total	5	12,2	100,0	
Omisso	Sistema	36	87,8		
Total		41	100,0		

2. Consolidação da intervenção – ações 3.17.1 e 3.17.2

Quadro 18. Esta entidade fez atendimentos a vítimas de violência de género/doméstica financiados pelo PO ISE?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	29	70,7	96,7	96,7
	Não	1	2,4	3,3	100,0
	Total	30	73,2	100,0	

Omisso	Sistema	11	26,8		
Total		41	100,0		

Quadro 19. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Mulheres – 2017

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	8	19,5	44,4	44,4
	26	1	2,4	5,6	50,0
	30	1	2,4	5,6	55,6
	46	1	2,4	5,6	61,1
	106	1	2,4	5,6	66,7
	110	2	4,9	11,1	77,8
	332	1	2,4	5,6	83,3
	425	1	2,4	5,6	88,9
	601	1	2,4	5,6	94,4
	1007	1	2,4	5,6	100,0
	Total	18	43,9	100,0	
Omisso	Sistema	23	56,1		
Total		41	100,0		

Quadro 20. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Homens – 2017

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	9	22,0	50,0	50,0
	3	1	2,4	5,6	55,6
	5	1	2,4	5,6	61,1
	8	1	2,4	5,6	66,7
	10	2	4,9	11,1	77,8
	12	2	4,9	11,1	88,9
	28	1	2,4	5,6	94,4
	83	1	2,4	5,6	100,0
	Total	18	43,9	100,0	
Omisso	Sistema	23	56,1		
Total		41	100,0		

Quadro 21. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2017

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	16	39,0	94,1	94,1
	1	1	2,4	5,9	100,0
	Total	17	41,5	100,0	
Omisso	Sistema	24	58,5		
Total		41	100,0		

Quadro 22. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Com respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas (Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público; Encaminhamento para Estrutura de Acolhimento de Emergência/Casa Abrigo; Elaboração de um plano de segurança pessoal; Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras), sinalização para teleassistência ou para aplicação de medida de coação à/ao agressor/a) – 2017

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	7	17,1	58,3	58,3
	29	1	2,4	8,3	66,7
	46	1	2,4	8,3	75,0
	91	1	2,4	8,3	83,3
	360	1	2,4	8,3	91,7
	420	1	2,4	8,3	100,0
	Total	12	29,3	100,0	
Omisso	Sistema	29	70,7		

Total		41	100,0		

Quadro 23. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Mulheres – 2018

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	3	7,3	15,8	15,8
	5	1	2,4	5,3	21,1
	23	1	2,4	5,3	26,3
	29	1	2,4	5,3	31,6
	36	1	2,4	5,3	36,8
	37	1	2,4	5,3	42,1
	70	1	2,4	5,3	47,4
	122	1	2,4	5,3	52,6
	123	1	2,4	5,3	57,9
	175	1	2,4	5,3	63,2
	182	1	2,4	5,3	68,4
	187	1	2,4	5,3	73,7
	291	1	2,4	5,3	78,9
	325	1	2,4	5,3	84,2
	468	1	2,4	5,3	89,5
	849	1	2,4	5,3	94,7
	1014	1	2,4	5,3	100,0
	Total	19	46,3	100,0	
Omisso	Sistema	22	53,7		
Total		41	100,0		

Quadro 24. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Homens - 2018

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	4	9,8	21,1	21,1
	1	1	2,4	5,3	26,3
	2	1	2,4	5,3	31,6
	4	1	2,4	5,3	36,8
	5	2	4,9	10,5	47,4
	9	2	4,9	10,5	57,9
	10	1	2,4	5,3	63,2
	12	2	4,9	10,5	73,7
	16	1	2,4	5,3	78,9
	25	1	2,4	5,3	84,2
	26	1	2,4	5,3	89,5
	46	1	2,4	5,3	94,7
	58	1	2,4	5,3	100,0
	Total	19	46,3	100,0	
Omisso	Sistema	22	53,7		
Total		41	100,0		

Quadro 25. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2018

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	16	39,0	94,1	94,1
	4	1	2,4	5,9	100,0
	Total	17	41,5	100,0	
Omisso	Sistema	24	58,5		
Total		41	100,0		

Quadro 26. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Com respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas (Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público; Encaminhamento para Estrutura de Acolhimento de Emergência/Casa Abrigo; Elaboração de um plano de segurança pessoal; Articulação com

outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras), sinalização para teleassistência ou para aplicação de medida de coação à/ao agressor/a) – 2018

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	2	4,9	15,4	15,4
	7	1	2,4	7,7	23,1
	8	1	2,4	7,7	30,8
	28	1	2,4	7,7	38,5
	37	1	2,4	7,7	46,2
	42	1	2,4	7,7	53,8
	59	1	2,4	7,7	61,5
	75	1	2,4	7,7	69,2
	101	1	2,4	7,7	76,9
	185	1	2,4	7,7	84,6
	350	1	2,4	7,7	92,3
	462	1	2,4	7,7	100,0
	Total	13	31,7	100,0	
Omisso	Sistema	28	68,3		
Total		41	100,0		

Quadro 27. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Mulheres - 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	2	4,9	8,0	8,0
	1	1	2,4	4,0	12,0
	4	1	2,4	4,0	16,0
	6	2	4,9	8,0	24,0
	11	2	4,9	8,0	32,0
	25	1	2,4	4,0	36,0
	34	1	2,4	4,0	40,0
	51	1	2,4	4,0	44,0
	96	1	2,4	4,0	48,0
	104	1	2,4	4,0	52,0
	127	1	2,4	4,0	56,0
	144	1	2,4	4,0	60,0
	158	1	2,4	4,0	64,0
	179	1	2,4	4,0	68,0
	297	1	2,4	4,0	72,0
	361	1	2,4	4,0	76,0
	452	1	2,4	4,0	80,0
	457	1	2,4	4,0	84,0
	521	1	2,4	4,0	88,0
	573	1	2,4	4,0	92,0
	718	1	2,4	4,0	96,0
	1100	1	2,4	4,0	100,0
	Total	25	61,0	100,0	
Omisso	Sistema	16	39,0		
Total		41	100,0		

Quadro 28. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Homens - 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	8	19,5	32,0	32,0
	2	1	2,4	4,0	36,0
	3	3	7,3	12,0	48,0
	8	1	2,4	4,0	52,0
	10	2	4,9	8,0	60,0
	11	1	2,4	4,0	64,0
	12	1	2,4	4,0	68,0
	13	1	2,4	4,0	72,0
	14	1	2,4	4,0	76,0

	16	1	2,4	4,0	80,0
	24	1	2,4	4,0	84,0
	26	1	2,4	4,0	88,0
	29	1	2,4	4,0	92,0
	36	1	2,4	4,0	96,0
	125	1	2,4	4,0	100,0
	Total	25	61,0	100,0	
Omisso	Sistema	16	39,0		
Total		41	100,0		

Quadro 29. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	22	53,7	95,7	95,7
	3	1	2,4	4,3	100,0
	Total	23	56,1	100,0	
Omisso	Sistema	18	43,9		
Total		41	100,0		

Quadro 30. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Com respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas (Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público; Encaminhamento para Estrutura de Acolhimento de Emergência/Casa Abrigo; Elaboração de um plano de segurança pessoal; Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras), sinalização para teleassistência ou para aplicação de medida de coação à/ao agressor/a) – 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1	2,4	4,8	4,8
	1	1	2,4	4,8	9,5
	3	2	4,9	9,5	19,0
	6	1	2,4	4,8	23,8
	7	1	2,4	4,8	28,6
	12	1	2,4	4,8	33,3
	18	1	2,4	4,8	38,1
	26	1	2,4	4,8	42,9
	34	1	2,4	4,8	47,6
	40	1	2,4	4,8	52,4
	46	1	2,4	4,8	57,1
	50	1	2,4	4,8	61,9
	59	1	2,4	4,8	66,7
	75	1	2,4	4,8	71,4
	92	1	2,4	4,8	76,2
	107	1	2,4	4,8	81,0
	168	1	2,4	4,8	85,7
	211	1	2,4	4,8	90,5
	375	1	2,4	4,8	95,2
	500	1	2,4	4,8	100,0
	Total	21	51,2	100,0	
Omisso	Sistema	20	48,8		
Total		41	100,0		

Quadro 31. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Mulheres – 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1	2,4	3,6	3,6
	8	1	2,4	3,6	7,1
	9	1	2,4	3,6	10,7
	20	1	2,4	3,6	14,3
	27	1	2,4	3,6	17,9
	44	1	2,4	3,6	21,4
	49	1	2,4	3,6	25,0
	56	1	2,4	3,6	28,6

	85	1	2,4	3,6	32,1
	106	1	2,4	3,6	35,7
	143	1	2,4	3,6	39,3
	148	1	2,4	3,6	42,9
	163	2	4,9	7,1	50,0
	277	1	2,4	3,6	53,6
	343	1	2,4	3,6	57,1
	386	1	2,4	3,6	60,7
	431	1	2,4	3,6	64,3
	465	1	2,4	3,6	67,9
	487	1	2,4	3,6	71,4
	548	1	2,4	3,6	75,0
	556	1	2,4	3,6	78,6
	710	1	2,4	3,6	82,1
	926	1	2,4	3,6	85,7
	1281	1	2,4	3,6	89,3
	1488	1	2,4	3,6	92,9
	1597	1	2,4	3,6	96,4
	1660	1	2,4	3,6	100,0
	Total	28	68,3	100,0	
Omisso	Sistema	13	31,7		
Total		41	100,0		

Quadro 32. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Homens - 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	4	9,8	14,3	14,3
	1	3	7,3	10,7	25,0
	3	1	2,4	3,6	28,6
	5	1	2,4	3,6	32,1
	8	1	2,4	3,6	35,7
	10	2	4,9	7,1	42,9
	11	1	2,4	3,6	46,4
	12	3	7,3	10,7	57,1
	14	1	2,4	3,6	60,7
	15	1	2,4	3,6	64,3
	17	1	2,4	3,6	67,9
	20	1	2,4	3,6	71,4
	22	1	2,4	3,6	75,0
	34	1	2,4	3,6	78,6
	39	1	2,4	3,6	82,1
	40	1	2,4	3,6	85,7
	42	1	2,4	3,6	89,3
	102	1	2,4	3,6	92,9
	103	1	2,4	3,6	96,4
	119	1	2,4	3,6	100,0
	Total	28	68,3	100,0	
Omisso	Sistema	13	31,7		
Total		41	100,0		

Quadro 33. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	25	61,0	96,2	96,2
	8	1	2,4	3,8	100,0
	Total	26	63,4	100,0	
Omisso	Sistema	15	36,6		
Total		41	100,0		

Quadro 34. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Com respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas (Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público; Encaminhamento para Estrutura de Acolhimento de Emergência/Casa Abrigo; Elaboração de um plano de segurança pessoal; Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras), sinalização para teleassistência ou para aplicação de medida de coação à/ao agressor/a) – 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	8	1	2,4	4,2	4,2
	10	1	2,4	4,2	8,3
	21	1	2,4	4,2	12,5
	22	1	2,4	4,2	16,7
	44	1	2,4	4,2	20,8
	49	1	2,4	4,2	25,0
	51	1	2,4	4,2	29,2
	55	1	2,4	4,2	33,3
	75	1	2,4	4,2	37,5
	83	1	2,4	4,2	41,7
	95	1	2,4	4,2	45,8
	161	1	2,4	4,2	50,0
	173	1	2,4	4,2	54,2
	175	1	2,4	4,2	58,3
	240	1	2,4	4,2	62,5
	285	1	2,4	4,2	66,7
	337	1	2,4	4,2	70,8
	359	1	2,4	4,2	75,0
	385	1	2,4	4,2	79,2
	412	1	2,4	4,2	83,3
	469	1	2,4	4,2	87,5
	485	1	2,4	4,2	91,7
	1052	1	2,4	4,2	95,8
	1261	1	2,4	4,2	100,0
	Total	24	58,5	100,0	
Omisso	Sistema	17	41,5		
Total		41	100,0		

Quadro 35. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Mulheres – 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2	1	2,4	3,6	3,6
	10	1	2,4	3,6	7,1
	19	1	2,4	3,6	10,7
	42	1	2,4	3,6	14,3
	43	1	2,4	3,6	17,9
	49	1	2,4	3,6	21,4
	50	1	2,4	3,6	25,0
	66	1	2,4	3,6	28,6
	78	1	2,4	3,6	32,1
	93	1	2,4	3,6	35,7
	104	1	2,4	3,6	39,3
	142	1	2,4	3,6	42,9
	146	1	2,4	3,6	46,4
	168	1	2,4	3,6	50,0
	181	1	2,4	3,6	53,6
	435	1	2,4	3,6	57,1
	439	1	2,4	3,6	60,7
	644	1	2,4	3,6	64,3
	668	1	2,4	3,6	67,9
	805	1	2,4	3,6	71,4
	945	1	2,4	3,6	75,0
	949	1	2,4	3,6	78,6
	1061	1	2,4	3,6	82,1
	1114	1	2,4	3,6	85,7

	1352	1	2,4	3,6	89,3
	1429	1	2,4	3,6	92,9
	3051	1	2,4	3,6	96,4
	4625	1	2,4	3,6	100,0
	Total	28	68,3	100,0	
Omisso	Sistema	13	31,7		
Total		41	100,0		

Quadro 36. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Homens – 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	3	7,3	10,7	10,7
	1	1	2,4	3,6	14,3
	3	2	4,9	7,1	21,4
	4	2	4,9	7,1	28,6
	5	2	4,9	7,1	35,7
	6	1	2,4	3,6	39,3
	10	2	4,9	7,1	46,4
	11	1	2,4	3,6	50,0
	16	2	4,9	7,1	57,1
	18	1	2,4	3,6	60,7
	23	1	2,4	3,6	64,3
	26	2	4,9	7,1	71,4
	46	1	2,4	3,6	75,0
	50	1	2,4	3,6	78,6
	53	1	2,4	3,6	82,1
	81	1	2,4	3,6	85,7
	83	1	2,4	3,6	89,3
	84	1	2,4	3,6	92,9
	192	1	2,4	3,6	96,4
	567	1	2,4	3,6	100,0
	Total	28	68,3	100,0	
Omisso	Sistema	13	31,7		
Total		41	100,0		

Quadro 37. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	23	56,1	92,0	92,0
	1	1	2,4	4,0	96,0
	5	1	2,4	4,0	100,0
	Total	25	61,0	100,0	
Omisso	Sistema	16	39,0		
Total		41	100,0		

Quadro 38. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em… ? Com respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas (Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público; Encaminhamento para Estrutura de Acolhimento de Emergência/Casa Abrigo; Elaboração de um plano de segurança pessoal; Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras), sinalização para teleassistência ou para aplicação de medida de coação à/ao agressor/a) – 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	10	1	2,4	4,2	4,2
	22	1	2,4	4,2	8,3
	49	1	2,4	4,2	12,5
	50	1	2,4	4,2	16,7
	51	1	2,4	4,2	20,8
	52	1	2,4	4,2	25,0
	53	1	2,4	4,2	29,2
	57	1	2,4	4,2	33,3

	58	1	2,4	4,2	37,5
	68	1	2,4	4,2	41,7
	103	1	2,4	4,2	45,8
	130	1	2,4	4,2	50,0
	173	1	2,4	4,2	54,2
	197	1	2,4	4,2	58,3
	301	1	2,4	4,2	62,5
	313	1	2,4	4,2	66,7
	430	1	2,4	4,2	70,8
	471	1	2,4	4,2	75,0
	636	1	2,4	4,2	79,2
	650	1	2,4	4,2	83,3
	691	1	2,4	4,2	87,5
	858	1	2,4	4,2	91,7
	2243	1	2,4	4,2	95,8
	5481	1	2,4	4,2	100,0
	Total	24	58,5	100,0	
Omisso	Sistema	17	41,5		
Total		41	100,0		

Quadro 39. A entidade teve Respostas de Apoio Psicológico (RAP) para crianças e jovens vítimas de violência doméstica?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	19	46,3	63,3	63,3
	Não	11	26,8	36,7	100,0
	Total	30	73,2	100,0	
Omisso	Sistema	11	26,8		
Total		41	100,0		

Quadro 40. Quantas crianças e jovens vítimas de violência doméstica tiveram respostas de apoio psicológico na entidade?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		23	56,1	56,1	56,1
	10	1	2,4	2,4	58,5
	105	1	2,4	2,4	61,0
	14	1	2,4	2,4	63,4
	15	1	2,4	2,4	65,9
	19	2	4,9	4,9	70,7
	22	1	2,4	2,4	73,2
	29	1	2,4	2,4	75,6
	3	1	2,4	2,4	78,0
	31	1	2,4	2,4	80,5
	34	1	2,4	2,4	82,9
	39	2	4,9	4,9	87,8
	40	1	2,4	2,4	90,2
	50	1	2,4	2,4	92,7
	57	1	2,4	2,4	95,1
	6	2	4,9	4,9	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 41. Qual a % de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas (sessões individuais e/ou grupais de apoio psicológico e psicoterapêutico a crianças e jovens vítimas de violência doméstica, acolhidos em casa de abrigo, respostas de acolhimento de emergência ou em acompanhamento nas estruturas de atendimento. Inclui ainda sessões e reuniões de trabalho e de articulação interinstitucional com outras respostas e serviços da comunidade, devidamente comprovadas e contextualizadas, tendo em vista uma ação concertada de promoção da segurança e bem-estar (físico, psicológico e social) das crianças e jovens)?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0-25%	2	4,9	10,5	10,5
	26-50%	2	4,9	10,5	21,1
	51-75%	2	4,9	10,5	31,6
	76-100%	13	31,7	68,4	100,0

	Total	19	46,3	100,0	
Omisso	Sistema	22	53,7		
Total		41	100,0		

Quadro 42. Esta entidade acolheu vítimas de violência de género/doméstica em acolhimentos de emergência financiados pelo PO ISE?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	13	31,7	39,4	39,4
	Não	20	48,8	60,6	100,0
	Total	33	80,5	100,0	
Omisso	Sistema	8	19,5		
Total		41	100,0		

Quadro 43. Se sim, quantos utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em…?: Mulheres – 2018

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	2	4,9	16,7	16,7
	2	1	2,4	8,3	25,0
	3	1	2,4	8,3	33,3
	27	1	2,4	8,3	41,7
	29	1	2,4	8,3	50,0
	33	1	2,4	8,3	58,3
	39	1	2,4	8,3	66,7
	41	1	2,4	8,3	75,0
	53	1	2,4	8,3	83,3
	54	1	2,4	8,3	91,7
	180	1	2,4	8,3	100,0
	Total	12	29,3	100,0	
Omisso	Sistema	29	70,7		
Total		41	100,0		

Quadro 44. Se sim, quantos utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em…?: Homens – 2018

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	7	17,1	58,3	58,3
	4	1	2,4	8,3	66,7
	6	1	2,4	8,3	75,0
	7	1	2,4	8,3	83,3
	11	1	2,4	8,3	91,7
	14	1	2,4	8,3	100,0
	Total	12	29,3	100,0	
Omisso	Sistema	29	70,7		
Total		41	100,0		

Quadro 45. Se sim, quantos utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em…?: Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2018

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	12	29,3	100,0	100,0
Omisso	Sistema	29	70,7		
Total		41	100,0		

Quadro 46. Se sim, quantos utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em…?: Mulheres – 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3	1	2,4	8,3	8,3

	4	1	2,4	8,3	16,7
	6	1	2,4	8,3	25,0
	31	1	2,4	8,3	33,3
	34	1	2,4	8,3	41,7
	48	1	2,4	8,3	50,0
	59	1	2,4	8,3	58,3
	62	1	2,4	8,3	66,7
	83	1	2,4	8,3	75,0
	108	1	2,4	8,3	83,3
	122	1	2,4	8,3	91,7
	190	1	2,4	8,3	100,0
	Total	12	29,3	100,0	
Omisso	Sistema	29	70,7		
Total		41	100,0		

Quadro 47. Se sim, quantos utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em…?: Homens – 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	5	12,2	41,7	41,7
	2	1	2,4	8,3	50,0
	3	1	2,4	8,3	58,3
	11	1	2,4	8,3	66,7
	12	1	2,4	8,3	75,0
	21	1	2,4	8,3	83,3
	22	1	2,4	8,3	91,7
	37	1	2,4	8,3	100,0
	Total	12	29,3	100,0	
Omisso	Sistema	29	70,7		
Total		41	100,0		

Quadro 48. Se sim, quantos utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em…?: Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	12	29,3	100,0	100,0
Omisso	Sistema	29	70,7		
Total		41	100,0		

Quadro 49. Se sim, quantos utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em…?: Mulheres – 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1	2,4	9,1	9,1
	1	2	4,9	18,2	27,3
	27	1	2,4	9,1	36,4
	33	1	2,4	9,1	45,5
	38	1	2,4	9,1	54,5
	40	1	2,4	9,1	63,6
	41	1	2,4	9,1	72,7
	58	1	2,4	9,1	81,8
	156	1	2,4	9,1	90,9
	220	1	2,4	9,1	100,0
	Total	11	26,8	100,0	
Omisso	Sistema	30	73,2		
Total		41	100,0		

Quadro 50. Se sim, quantos utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em…?: Homens – 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	6	14,6	54,5	54,5
	2	1	2,4	9,1	63,6
	5	1	2,4	9,1	72,7
	14	2	4,9	18,2	90,9
	21	1	2,4	9,1	100,0
	Total	11	26,8	100,0	
Omisso	Sistema	30	73,2		
Total		41	100,0		

Quadro 51. Se sim, quantos utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em…?: Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	11	26,8	100,0	100,0
Omisso	Sistema	30	73,2		
Total		41	100,0		

Quadro 52. Se sim, quantos utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em…?: Mulheres – 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1	2,4	9,1	9,1
	2	1	2,4	9,1	18,2
	3	1	2,4	9,1	27,3
	35	1	2,4	9,1	36,4
	40	1	2,4	9,1	45,5
	44	2	4,9	18,2	63,6
	45	1	2,4	9,1	72,7
	68	1	2,4	9,1	81,8
	90	1	2,4	9,1	90,9
	170	1	2,4	9,1	100,0
	Total	11	26,8	100,0	
Omisso	Sistema	30	73,2		
Total		41	100,0		

Quadro 53. Se sim, quantos utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em…?: Homens – 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	5	12,2	45,5	45,5
	2	1	2,4	9,1	54,5
	10	2	4,9	18,2	72,7
	11	1	2,4	9,1	81,8
	17	1	2,4	9,1	90,9
	33	1	2,4	9,1	100,0
	Total	11	26,8	100,0	
Omisso	Sistema	30	73,2		
Total		41	100,0		

Quadro 54. Se sim, quantos utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em…?: Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	10	24,4	90,9	90,9
	2	1	2,4	9,1	100,0
	Total	11	26,8	100,0	
Omisso	Sistema	30	73,2		
Total		41	100,0		

Quadro 55. Indique as principais fontes institucionais de encaminhamento de utentes para esta entidade (M, Rec)

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q06_M[a]	32	78,0%	9	22,0%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q06_M Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q06_M Fontes institucionais de encaminhamento[a]	q0016_0001 Órgãos de Polícia Criminal (GNR e PSP)	26	21,8%	81,3%
	q0016_0002 Estruturas de atendimento	16	13,4%	50,0%
	q0016_0003 Segurança Social	18	15,1%	56,3%
	q0016_0004 Serviços de ação social das câmaras municipais/ juntas de freguesia	12	10,1%	37,5%
	q0016_0005 Linha Nacional de Emergência Social e Linha de Apoio à Vítima APAV	14	11,8%	43,8%
	q0016_0006 Tribunal/ Ministério Público	16	13,4%	50,0%
	Q016_010Rec Acolhimentos de emergência	2	1,7%	6,3%
	Q016_011Rec Equipa Multidisciplinar de Apoio Técnico aos Tribunais - EMAT	2	1,7%	6,3%
	Q016_012Rec Equipa para a Prevenção da Violência em Adultos - EPVA	1	0,8%	3,1%
	Q016_013Rec Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ	5	4,2%	15,6%
	Q016_014Rec Serviços de saúde	4	3,4%	12,5%
	Q016_015Rec Redes Locais de Intervenção Social - RLIS	1	0,8%	3,1%
	Q016_016Rec Instituições Particulares de Solidariedade Social, entidades sociais locais	2	1,7%	6,3%
Total		119	100,0%	371,9%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 56. Se outras, quais? Familiares, amigos da vítima (Rec)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Familiares, amigos da vítima	6	14,6	100,0	100,0
Omisso	Sistema	35	85,4		
Total		41	100,0		

Quadro 57. Qual a natureza dos recursos que são disponibilizados às vítimas? (M) (Rec)

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q017_RecM[a]	33	80,5%	8	19,5%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q017_RecM Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q017_RecM Recursos disponibilizados às vítimas[a]	q0017_0001 Financeiros	8	6,1%	24,2%
	q0017_0002 Jurídicos	28	21,2%	84,8%
	q0017_0004 Saúde	10	7,6%	30,3%
	q0017_0005 Habitação	8	6,1%	24,2%
	q0017_0006 Educação/Formação	11	8,3%	33,3%
	q0017_0003 Psicológico	31	23,5%	93,9%
	Q017_09Rec Social/Psicossocial	19	14,4%	57,6%
	Q017_010Rec Acolhimento	2	1,5%	6,1%
	Q017_011Rec Bens essenciais (alimentação, roupa, despesas básicas)	5	3,8%	15,2%
	Q017_012Rec Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica - RAP	1	0,8%	3,0%
	Q017_013Rec Procedimentos e processos devido a violência doméstica (avaliação de risco, diligências, etc.)	9	6,8%	27,3%
Total		132	100,0%	400,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 58. Como avalia o seu serviço relativamente a: Atendimento/acolhimento das vítimas (escala de 1 – Fraco a 4 – Muito bom)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3 - Bom	4	9,8	12,5	12,5
	4 - Muito Bom	28	68,3	87,5	100,0
	Total	32	78,0	100,0	
Omisso	Não sabe / Não responde /Não de aplica	1	2,4		
	Sistema	8	19,5		
	Total	9	22,0		
Total		41	100,0		

Quadro 59. Como avalia o seu serviço relativamente a: Capacidade de resposta às vítimas (escala de 1 – Fraco a 4 – Muito bom)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3 - Bom	8	19,5	25,0	25,0
	4 - Muito Bom	24	58,5	75,0	100,0
	Total	32	78,0	100,0	
Omisso	Não sabe / Não responde /Não de aplica	1	2,4		
	Sistema	8	19,5		
	Total	9	22,0		
Total		41	100,0		

Quadro 60. Como avalia o seu serviço relativamente a: Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras) (escala de 1 – Fraco a 4 – Muito bom)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3 - Bom	11	26,8	34,4	34,4
	4 - Muito Bom	21	51,2	65,6	100,0
	Total	32	78,0	100,0	
Omisso	Não sabe / Não responde /Não de aplica	1	2,4		
	Sistema	8	19,5		
	Total	9	22,0		
Total		41	100,0		

Quadro 61. Como avalia o seu serviço relativamente a: Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público (escala de 1 – Fraco a 4 – Muito bom)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3 - Bom	6	14,6	19,4	19,4
	4 - Muito Bom	25	61,0	80,6	100,0
	Total	31	75,6	100,0	
Omisso	Não sabe / Não responde /Não de aplica	2	4,9		
	Sistema	8	19,5		
	Total	10	24,4		
Total		41	100,0		

Quadro 62. Como avalia o seu serviço relativamente a: Encaminhamento para Estrutura de Acolhimento de Emergência ou Casa Abrigo (escala de 1 – Fraco a 4 – Muito bom)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1 - Fraco	2	4,9	6,7	6,7
	3 - Bom	8	19,5	26,7	33,3
	4 - Muito Bom	20	48,8	66,7	100,0
	Total	30	73,2	100,0	
Omisso	Não sabe / Não responde /Não de aplica	3	7,3		
	Sistema	8	19,5		

	Total	11	26,8		
Total		41	100,0		

Quadro 63. Como avalia o seu serviço relativamente a: Elaboração de um plano de segurança pessoal (escala de 1 – Fraco a 4 – Muito bom)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2 - Razoável	1	2,4	3,0	3,0
	3 - Bom	4	9,8	12,1	15,2
	4 - Muito Bom	28	68,3	84,8	100,0
	Total	33	80,5	100,0	
Omisso	Sistema	8	19,5		
Total		41	100,0		

Quadro 64. Como avalia o seu serviço relativamente a: Sinalização para teleassistência ou para aplicação de medida de coação à/ao agressor/a (escala de 1 – Fraco a 4 – Muito bom)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2 - Razoável	2	4,9	7,4	7,4
	3 - Bom	14	34,1	51,9	59,3
	4 - Muito Bom	11	26,8	40,7	100,0
	Total	27	65,9	100,0	
Omisso	Não sabe / Não responde /Não de aplica	6	14,6		
	Sistema	8	19,5		
	Total	14	34,1		
Total		41	100,0		

Quadro 65. Desde que obtiveram financiamento do PO ISE, considera que se assistiu a uma redução, manutenção ou aumento do: Nº de vítimas atendidas

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1. Redução	1	2,4	3,7	3,7
	2. Manutenção	3	7,3	11,1	14,8
	3. Aumento	23	56,1	85,2	100,0
	Total	27	65,9	100,0	
Omisso	Não se aplica	5	12,2		
	Sistema	9	22,0		
	Total	14	34,1		
Total		41	100,0		

Quadro 66. Desde que obtiveram financiamento do PO ISE, considera que se assistiu a uma redução, manutenção ou aumento do: Nº de vítimas acolhidas

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1. Redução	3	7,3	18,8	18,8
	2. Manutenção	8	19,5	50,0	68,8
	3. Aumento	5	12,2	31,3	100,0
	Total	16	39,0	100,0	
Omisso	Não se aplica	17	41,5		
	Sistema	8	19,5		
	Total	25	61,0		
Total		41	100,0		

Quadro 67. Desde que obtiveram financiamento do PO ISE, considera que se assistiu a uma redução, manutenção ou aumento do: Nº de agressores acompanhados

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3. Aumento	2	4,9	100,0	100,0
Omisso	Não se aplica	31	75,6		

	Sistema	8	19,5		
	Total	39	95,1		
Total		41	100,0		

Quadro 68. Desde que obtiveram financiamento do PO ISE, considera que se assistiu a uma redução, manutenção ou aumento do: Nº de denúncias por parte das vítimas

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1. Redução	3	7,3	10,7	10,7
	2. Manutenção	11	26,8	39,3	50,0
	3. Aumento	14	34,1	50,0	100,0
	Total	28	68,3	100,0	
Omisso	Não se aplica	5	12,2		
	Sistema	8	19,5		
	Total	13	31,7		
Total		41	100,0		

Quadro 69. Desde que obtiveram financiamento do PO ISE, considera que se assistiu a uma redução, manutenção ou aumento do: Nº denúncias por parte de terceiros

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1. Redução	2	4,9	8,0	8,0
	2. Manutenção	11	26,8	44,0	52,0
	3. Aumento	12	29,3	48,0	100,0
	Total	25	61,0	100,0	
Omisso	Não se aplica	8	19,5		
	Sistema	8	19,5		
	Total	16	39,0		
Total		41	100,0		

3. Combate ao tráfico de seres humanos – ação 3.17.3

Quadro 70. Esta entidade prestou apoio e proteção a vítimas de tráfico de seres humanos, financiado pelo PO ISE?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	2	4,9	5,4	5,4
	Não	35	85,4	94,6	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 71. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Mulheres – 2018

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	38	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 72. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Homens – 2018

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	24	1	2,4	50,0	50,0
	53	1	2,4	50,0	100,0
	Total	2	4,9	100,0	
Omisso	Sistema	39	95,1		
Total		41	100,0		

Quadro 73. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2018

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 74. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Mulheres - 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	36	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 75. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Homens - 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	24	1	2,4	50,0	50,0
	51	1	2,4	50,0	100,0
	Total	2	4,9	100,0	
Omisso	Sistema	39	95,1		
Total		41	100,0		

Quadro 76. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género - 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 77. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Mulheres - 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	54	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 78. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Homens - 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	17	1	2,4	50,0	50,0
	52	1	2,4	50,0	100,0
	Total	2	4,9	100,0	
Omisso	Sistema	39	95,1		
Total		41	100,0		

Quadro 79. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género - 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 80. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Mulheres - 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	77	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 81. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Homens - 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	17	1	2,4	50,0	50,0
	69	1	2,4	50,0	100,0
	Total	2	4,9	100,0	
Omisso	Sistema	39	95,1		
Total		41	100,0		

Quadro 82. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género - 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 83. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos que acolheram desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Mulheres – 2018

		Frequência	Porcentagem
Omisso	Sistema	41	100,0

Quadro 84. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos que acolheram desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Homens – 2018

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	24	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 85. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos que acolheram desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2018

		Frequência	Porcentagem
Omisso	Sistema	41	100,0

Quadro 86. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos que acolheram desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Mulheres – 2019

		Frequência	Porcentagem
Omisso	Sistema	41	100,0

Quadro 87. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos que acolheram desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Homens – 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	24	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 88. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos que acolheram desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2019

		Frequência	Porcentagem
Omisso	Sistema	41	100,0

Quadro 89. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos que acolheram desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Mulheres – 2020

		Frequência	Porcentagem
Omisso	Sistema	41	100,0

Quadro 90. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos que acolheram desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Homens – 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	17	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 91. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos que acolheram desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2020

		Frequência	Porcentagem
Omisso	Sistema	41	100,0

Quadro 92. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos que acolheram desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Mulheres – 2021

		Frequência	Porcentagem
Omisso	Sistema	41	100,0

Quadro 93. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos que acolheram desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Homens – 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	17	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 94. Qual a evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos que acolheram desde que obtiveram financiamento do PO ISE? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2021

		Frequência	Porcentagem
Omisso	Sistema	41	100,0

Quadro 95. Qual o número de camas asseguradas/mantidas nesta entidade beneficiária associadas ao apoio concedido, na Ação 3.17.3: PO ISE – 37-2017-08?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		40	97,6	97,6	97,6
	8	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 96. Qual o número de camas asseguradas/mantidas nesta entidade beneficiária associadas ao apoio concedido, na Ação 3.17.3: PO ISE – 37-2019-15?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		40	97,6	97,6	97,6
	12	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 97. Em média, qual a percentagem de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas (nomeadamente assistência no retorno, encaminhamento para órgão de Polícia Criminal,

Ministério Público; encaminhamento para Estrutura de Acolhimento; Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras))?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	76-100%	2	4,9	100,0	100,0
Omisso	Sistema	39	95,1		
Total		41	100,0		

Quadro 98. Quantas ações foram desenvolvidas no âmbito do Mecanismo de Referenciação Nacional, nomeadamente o apoio ao retorno assistido das vítimas, financiadas pelo PO ISE?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		40	97,6	97,6	97,6
	23	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 99. Como avalia o seu serviço relativamente aos seguintes aspetos: Atendimento/acolhimento das vítimas (Numa escala de 1 a 4 em que 1 - Fraco e 4 - Muito Bom):

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	4 - Muito Bom	2	4,9	100,0	100,0
Omisso	Sistema	39	95,1		
Total		41	100,0		

Quadro 100. Como avalia o seu serviço relativamente aos seguintes aspetos: Capacidade de resposta às vítimas (Numa escala de 1 a 4 em que 1 - Fraco e 4 - Muito Bom):

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3 - Bom	1	2,4	50,0	50,0
	4 - Muito Bom	1	2,4	50,0	100,0
	Total	2	4,9	100,0	
Omisso	Sistema	39	95,1		
Total		41	100,0		

Quadro 101. Como avalia o seu serviço relativamente aos seguintes aspetos: Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras) (Numa escala de 1 a 4 em que 1 - Fraco e 4 - Muito Bom):

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	4 - Muito Bom	2	4,9	100,0	100,0
Omisso	Sistema	39	95,1		
Total		41	100,0		

Quadro 102. Como avalia o seu serviço relativamente aos seguintes aspetos: Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público (Numa escala de 1 a 4 em que 1 - Fraco e 4 - Muito Bom):

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	4 - Muito Bom	2	4,9	100,0	100,0
Omisso	Sistema	39	95,1		
Total		41	100,0		

Quadro 103. Como avalia o seu serviço relativamente aos seguintes aspetos: Encaminhamento para Estrutura de Acolhimento de Emergência (Numa escala de 1 a 4 em que 1 - Fraco e 4 - Muito Bom):

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	4 - Muito Bom	2	4,9	100,0	100,0
Omisso	Sistema	39	95,1		
Total		41	100,0		

Quadro 104. Como avalia o seu serviço relativamente aos seguintes aspetos: Assistência ao retorno (Numa escala de 1 a 4 em que 1 - Fraco e 4 - Muito Bom):

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3 - Bom	1	2,4	50,0	50,0
	4 - Muito Bom	1	2,4	50,0	100,0
	Total	2	4,9	100,0	
Omisso	Sistema	39	95,1		
Total		41	100,0		

4. Ações de sensibilização – ações 3.17.1, 3.17.3 e 3.17.5

Quadro 105. Esta entidade dinamizou ações de sensibilização e prevenção para o público em geral nas áreas da violência de género/doméstica (ação 3.17.1)/ combate ao tráfico de seres humanos (ação 3.17.3)/ igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos (ação 3.17.5), financiadas pelo PO ISE?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	26	63,4	65,0	65,0
	Não	14	34,1	35,0	100,0
	Total	40	97,6	100,0	
Omisso	Sistema	1	2,4		
Total		41	100,0		

Quadro 106. Quantas ações de sensibilização e prevenção foram realizadas?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		18	43,9	43,9	43,9
	1	1	2,4	2,4	46,3
	10	1	2,4	2,4	48,8
	14	1	2,4	2,4	51,2
	15	1	2,4	2,4	53,7
	16	1	2,4	2,4	56,1
	20	1	2,4	2,4	58,5
	21	1	2,4	2,4	61,0
	25	3	7,3	7,3	68,3
	268	1	2,4	2,4	70,7
	3	1	2,4	2,4	73,2
	33	1	2,4	2,4	75,6
	34	2	4,9	4,9	80,5
	4	1	2,4	2,4	82,9
	46	1	2,4	2,4	85,4
	50	1	2,4	2,4	87,8
	56	1	2,4	2,4	90,2
	7	1	2,4	2,4	92,7
	76	1	2,4	2,4	95,1
	8	1	2,4	2,4	97,6
	Diversas	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 107. Quantas ações de sensibilização e prevenção foram realizadas? (Rec)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1-20	10	24,4	45,5	45,5
	21-40	7	17,1	31,8	77,3
	41-60	3	7,3	13,6	90,9
	61-80	1	2,4	4,5	95,5
	>80	1	2,4	4,5	100,0
	Total	22	53,7	100,0	
Omisso	Sistema	19	46,3		
Total		41	100,0		

Quadro 108. Qual o número de participantes envolvidos?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		18	43,9	43,9	43,9
	113513	1	2,4	2,4	46,3
	119	1	2,4	2,4	48,8
	1294	1	2,4	2,4	51,2
	13792	1	2,4	2,4	53,7
	1428	1	2,4	2,4	56,1
	1732	1	2,4	2,4	58,5
	186	1	2,4	2,4	61,0
	1994	1	2,4	2,4	63,4
	200	1	2,4	2,4	65,9
	240	1	2,4	2,4	68,3
	2401	1	2,4	2,4	70,7
	30	1	2,4	2,4	73,2
	303	1	2,4	2,4	75,6
	3166	1	2,4	2,4	78,0
	500	2	4,9	4,9	82,9
	50000	1	2,4	2,4	85,4
	7000.0	1	2,4	2,4	87,8
	70200	1	2,4	2,4	90,2
	7967	1	2,4	2,4	92,7
	81020	1	2,4	2,4	95,1
	8300	1	2,4	2,4	97,6
	Dezenas	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 109. Qual o número de participantes envolvidos? (Rec)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1-500	8	19,5	36,4	36,4
	1001-5000	6	14,6	27,3	63,6
	5001-10.000	2	4,9	9,1	72,7
	10.001-100.000	5	12,2	22,7	95,5
	>100.000	1	2,4	4,5	100,0
	Total	22	53,7	100,0	
Omisso	Sistema	19	46,3		
Total		41	100,0		

Quadro 110. Estatísticas descritivas: número de ações de sensibilização e prevenção para o público em geral

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
Q0021_Numeric Quantas ações de sensibilização e prevenção fara o público em geral foram realizadas?	22	1	268	791	35,95	55,181
Q0023_Numeric Qual o número de participantes envolvidos?	21	30	113513	358885	17089,76	32476,162
N válido (de lista)	20					

Quadro 111. Quais foram as temáticas desenvolvidas? (M)

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q22_M[a]	26	63,4%	15	36,6%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q22_M Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q22_M Temáticas desenvolvidas?[a]	q0022_0001 Quais foram as temáticas desenvolvidas? Violência de género	22	31,9%	84,6%

	q0022_0002 Quais foram as temáticas desenvolvidas? Violência doméstica	20	29,0%	76,9%
	q0022_0003 Quais foram as temáticas desenvolvidas? Igualdade de género	19	27,5%	73,1%
	q0022_0004 Quais foram as temáticas desenvolvidas? Combate ao tráfico de seres humanos	4	5,8%	15,4%
	q0022_0005 Quais foram as temáticas desenvolvidas? Outras	4	5,8%	15,4%
Total		69	100,0%	265,4%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 112. Se outras, quais?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		37	90,2	90,2	90,2
	Especificamente Violência Sexual e Violência no Namoro	1	2,4	2,4	92,7
	Igualdade no Trabalho; Mulheres, História e Sociedade; Saúde, Corpo e Maternidade	1	2,4	2,4	95,1
	Violência no Namoro	2	4,9	4,9	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 113. Quem foram os destinatários destas ações?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		20	48,8	48,8	48,8
	Comunidade em geral	1	2,4	2,4	51,2
	Alunos, Técnicos, Comunidade em Geral	1	2,4	2,4	53,7
	Alunos/as das escolas locais e vítimas de violência doméstica em acompanhamento	1	2,4	2,4	56,1
	Comunidade	1	2,4	2,4	58,5
	Comunidade em Geral, Técnicas/os de Intervenção Social Local	1	2,4	2,4	61,0
	Comunidade em geral; Técnicos/ as e Profssionais que actuam na área da VD.; Estudantes, entre outros públicos estratégicos.	1	2,4	2,4	63,4
	comunidade geral	1	2,4	2,4	65,9
	Educadores/as, Professores/as, Alunos/as	1	2,4	2,4	68,3
	escola e comunidade	1	2,4	2,4	70,7
	Estudantes universitários, profissionais da área da igualdade de género, vítimas de violência de género, população em geral	1	2,4	2,4	73,2
	Jovens	1	2,4	2,4	75,6
	Jovens e OPC's	1	2,4	2,4	78,0
	Jovens, crianças, idosos, comunidade local, públicos desfavorecidos,	1	2,4	2,4	80,5
	Jovens; Beneficiários RSI; Profissionais; Comunidades Locais	1	2,4	2,4	82,9
	população em geral; vitimas de vd; alunos	1	2,4	2,4	85,4
	População em idade em escolar, profissionais de 1ª linha, comunidade em geral	1	2,4	2,4	87,8
	População geral, Técnicos de intervenção e Comunidade escolar	1	2,4	2,4	90,2
	profissionais dos serviços de ação social municipais; psicólogas/os; assistentes sociais; publico em geral; desempregadas/os; mulheres e homens de etnia cigana	1	2,4	2,4	92,7
	Públicos estratégicos (psicologia, ação social, docentes, OPC, entre outros)	1	2,4	2,4	95,1
	Técnicos Sociais, Profissionais de saúde, forças policiais, jovens estudantes	1	2,4	2,4	97,6
	Técnicos/as de intervenção municipais; profissionais de educação	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 114. Em média, qual a percentagem de satisfação dos participantes com as ações de sensibilização e prevenção que dinamizaram na vossa entidade?

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa

Válido	51-75%	2	4,9	8,7	8,7
	76-100%	21	51,2	91,3	100,0
	Total	23	56,1	100,0	
Omisso	Sistema	18	43,9		
Total		41	100,0		

Quadro 115. Esta entidade dinamizou ações de sensibilização e prevenção para públicos específicos nas áreas da violência de género/doméstica (ação 3.17.1)/ combate ao tráfico de seres humanos (ação 3.17.3)/ igualdade de género e/ou violência de género/ doméstica e tráfico de seres humanos (ação 3.17.5), financiadas pelo PO ISE?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	24	58,5	61,5	61,5
	Não	15	36,6	38,5	100,0
	Total	39	95,1	100,0	
Omisso	Sistema	2	4,9		
Total		41	100,0		

Quadro 116. Quantas ações de sensibilização e prevenção foram realizadas?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	1	2,4	5,9	5,9
	6	2	4,9	11,8	17,6
	8	1	2,4	5,9	23,5
	10	1	2,4	5,9	29,4
	12	1	2,4	5,9	35,3
	14	1	2,4	5,9	41,2
	15	1	2,4	5,9	47,1
	20	1	2,4	5,9	52,9
	21	1	2,4	5,9	58,8
	25	1	2,4	5,9	64,7
	30	1	2,4	5,9	70,6
	34	1	2,4	5,9	76,5
	40	1	2,4	5,9	82,4
	221	1	2,4	5,9	88,2
	268	1	2,4	5,9	94,1
	595	1	2,4	5,9	100,0
	Total	17	41,5	100,0	
Omisso	Sistema	24	58,5		
Total		41	100,0		

Quadro 117. Quantas ações de sensibilização e prevenção foram realizadas? (Rec)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1-20	9	22,0	52,9	52,9
	21-40	4	9,8	23,5	76,5
	41-60	1	2,4	5,9	82,4
	>80	3	7,3	17,6	100,0
	Total	17	41,5	100,0	
Omisso	Sistema	24	58,5		
Total		41	100,0		

Quadro 118. Qual o número de participantes envolvidos?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	9	1	2,4	5,9	5,9
	74	1	2,4	5,9	11,8
	100	1	2,4	5,9	17,6
	196	1	2,4	5,9	23,5
	200	1	2,4	5,9	29,4
	240	1	2,4	5,9	35,3

	323	1	2,4	5,9	41,2
	367	1	2,4	5,9	47,1
	500	1	2,4	5,9	52,9
	743	1	2,4	5,9	58,8
	1169	1	2,4	5,9	64,7
	1732	1	2,4	5,9	70,6
	2401	1	2,4	5,9	76,5
	4866	1	2,4	5,9	82,4
	7000	1	2,4	5,9	88,2
	7967	1	2,4	5,9	94,1
	18992	1	2,4	5,9	100,0
	Total	17	41,5	100,0	
Omisso	Sistema	24	58,5		
Total		41	100,0		

Quadro 119. Qual o número de participantes envolvidos? (Rec)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1-500	9	22,0	52,9	52,9
	501-1000	1	2,4	5,9	58,8
	1001-5000	4	9,8	23,5	82,4
	5001-10.000	2	4,9	11,8	94,1
	10.001-100.000	1	2,4	5,9	100,0
	Total	17	41,5	100,0	
Omisso	Sistema	24	58,5		
Total		41	100,0		

Quadro 120. Estatísticas descritivas: número de ações de sensibilização e prevenção para públicos específicos

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
Q0027_Numeric Quantas ações de sensibilização e prevenção públicos específicos foram realizadas?	17	1	595	1326	78,00	153,539
Q_0029_Numeric Qual o número de participantes envolvidos?	17	9	18992	46879	2757,59	4866,325
N válido (de lista)	17					

Quadro 121. Quais foram as temáticas desenvolvidas? (M)

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q0028M[a]	19	46,3%	22	53,7%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q0028M Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q0028M Temáticas desenvolvidas[a]	q0028_0001 Quais foram as temáticas desenvolvidas? Violência de género	14	28,0%	73,7%
	q0028_0002 Quais foram as temáticas desenvolvidas? Violência doméstica	16	32,0%	84,2%
	q0028_0003 Quais foram as temáticas desenvolvidas? Igualdade de género	15	30,0%	78,9%
	q0028_0004 Quais foram as temáticas desenvolvidas? Combate ao tráfico de seres humanos	2	4,0%	10,5%
	q0028_0005 Quais foram as temáticas desenvolvidas? Outras	3	6,0%	15,8%
Total		50	100,0%	263,2%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 122. Se outras, quais?

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	38	92,7	92,7	92,7

	Maus Tratos em Idosos	1	2,4	2,4	95,1
	Orientação sexual, identidade e expressão de género e características à nascença	1	2,4	2,4	97,6
	violência no namoro, discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 123. Quem foram os destinatários destas ações?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		24	58,5	58,5	58,5
	Adolescentes	1	2,4	2,4	61,0
	Alunos/as, Comunidade educativa, Técnicos/as da área social, educação e saúde, Elementos das forças de segurança e justiça	1	2,4	2,4	63,4
	Comunidade	1	2,4	2,4	65,9
	CRIANÇAS 1º CICLO	1	2,4	2,4	68,3
	Crianças do primeiro ciclo do ensino básico.	1	2,4	2,4	70,7
	crianças e jovens, públicos específicos, públicos estratégicos	1	2,4	2,4	73,2
	Crianças em idade escolar - 1º ciclo e pré-escolar.	1	2,4	2,4	75,6
	Crianças em idade escolar –primeiro ciclo.	1	2,4	2,4	78,0
	Dados já contabilizados nas ações de sensibilização e prevenção para o público em geral	1	2,4	2,4	80,5
	Educadores/as, Professores/as, Alunos/as	1	2,4	2,4	82,9
	escola e comunidade	1	2,4	2,4	85,4
	Estudantes, profissionais, público em geral	1	2,4	2,4	87,8
	Idosos, OPC, Técnicos Área do Direito	1	2,4	2,4	90,2
	Jovens	1	2,4	2,4	92,7
	Jovens, crianças, idosos, comunidade local, públicos desfavorecidos,	1	2,4	2,4	95,1
	profissionais saúde, educadores, técnicos ação social	1	2,4	2,4	97,6
	Técnicos/as de intervenção municipais; profissionais de educação	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 124. Em média, qual a percentagem de satisfação dos participantes com as ações de sensibilização e prevenção que dinamizaram na vossa entidade?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	76-100%	17	41,5	100,0	100,0
Omisso	Sistema	24	58,5		
Total		41	100,0		

Quadro 125. Esta entidade produziu e divulgou material formativo, informativo e pedagógico nas áreas da violência de género/doméstica (ação 3.17.1)/ combate ao tráfico de seres humanos (ação 3.17.3)/ igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos (ação 3.17.5), financiadas pelo PO ISE?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	24	58,5	63,2	63,2
	Não	14	34,1	36,8	100,0
	Total	38	92,7	100,0	
Omisso	Sistema	3	7,3		
Total		41	100,0		

Quadro 126. Qual o número de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos que desenvolveram?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	3	7,3	14,3	14,3
	4	1	2,4	4,8	19,0
	6	1	2,4	4,8	23,8
	7	1	2,4	4,8	28,6

	8	2	4,9	9,5	38,1
	15	1	2,4	4,8	42,9
	31	1	2,4	4,8	47,6
	44	1	2,4	4,8	52,4
	51	1	2,4	4,8	57,1
	178	1	2,4	4,8	61,9
	1000	2	4,9	9,5	71,4
	7265	1	2,4	4,8	76,2
	15000	5	12,2	23,8	100,0
	Total	21	51,2	100,0	
Omisso	Sistema	20	48,8		
Total		41	100,0		

Quadro 127. Qual o número de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos que desenvolveram? (Rec)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1-20	9	22,0	42,9	42,9
	21-40	1	2,4	4,8	47,6
	41-60	2	4,9	9,5	57,1
	>80	9	22,0	42,9	100,0
	Total	21	51,2	100,0	
Omisso	Sistema	20	48,8		
Total		41	100,0		

Quadro 128. Estatísticas descritivas: número de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos desenvolvidos

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
Q0033_Numeric Qual o número de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos que desenvolveram?	21	1	15000	84620	4029,52	6476,263
N válido (de lista)	21					

Quadro 129. A que tipologia pertencem?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		22	53,7	53,7	53,7
	3.17.1	10	24,4	24,4	78,0
	agenda e kit pré escolar	1	2,4	2,4	80,5
	Carácter informativo e pedagógico	1	2,4	2,4	82,9
	Digital (vídeo+documental) + Exposição + Murais	1	2,4	2,4	85,4
	Divulgação	1	2,4	2,4	87,8
	Flyers; Cartazes; Vídeos; Spots de rádio; Imagens/Fotografias; Apresentações powerpoint; lápis com mensagem sobre TSH;	1	2,4	2,4	90,2
	informativos	1	2,4	2,4	92,7
	livro e sessões presenciais	1	2,4	2,4	95,1
	Material de Divulgação e Sensibilização - 3.17.1	1	2,4	2,4	97,6
	panfletos, autocolantes, cartazes, pulseiras, canetas, individuais, livros	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 130. Quais as temáticas desenvolvidas? (M) (Rec)

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q0035_M[a]	22	53,7%	19	46,3%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q0035_M Frequências

		Respostas N	Respostas Porcentagem	Porcentagem de casos
$Q0035_M Temáticas desenvolvidas[a]	q0035_0001 Quais as temáticas desenvolvidas? Violência de género	14	28,6%	63,6%
	q0035_0002 Quais as temáticas desenvolvidas? Violência doméstica	14	28,6%	63,6%
	q0035_0003 Quais as temáticas desenvolvidas? Igualdade de género	11	22,4%	50,0%
	q0035_0004 Quais as temáticas desenvolvidas? Combate ao tráfico de seres humanos	3	6,1%	13,6%
	Q_0035_005Rec Quais as temáticas desenvolvidas? Outras	1	2,0%	4,5%
	Q_0035_006Rec Quais as temáticas desenvolvidas? Contactos de recursos locais VD/VG	6	12,2%	27,3%
Total		49	100,0%	222,7%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 131. Se outras, quais?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		40	97,6	97,6	97,6
	Igualdade no Trabalho; Mulheres, História e Sociedade; Saúde, Corpo e Maternidade	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 132. Quem foram os destinatários (público-alvo) dos diferentes instrumentos? (Rec)

Resumo de caso

	Válido N	Válido Porcentagem	Casos Omisso N	Casos Omisso Porcentagem	Total N	Total Porcentagem
$Q_036M[a]	21	51,2%	20	48,8%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q_036M Frequências

		Respostas N	Respostas Porcentagem	Porcentagem de casos
$Q_036M Destinatários (público-alvo)[a]	Q_0036_01Rec Quem foram os destinatários (público-alvo) dos diferentes instrumentos? Comunidade em geral	19	40,4%	90,5%
	Q_0036_02Rec Quem foram os destinatários (público-alvo) dos diferentes instrumentos? Estudantes, jovens e crianças	5	10,6%	23,8%
	Q_0036_03Rec Quem foram os destinatários (público-alvo) dos diferentes instrumentos? Públicos estratégicos em geral (e.g. escola, saúde)	9	19,1%	42,9%
	Q_0036_04Rec Quem foram os destinatários (público-alvo) dos diferentes instrumentos? Públicos estratégicos (VD/VG, intervenção)	9	19,1%	42,9%
	Q_0036_05Rec Quem foram os destinatários (público-alvo) dos diferentes instrumentos? Vítimas	5	10,6%	23,8%
Total		47	100,0%	223,8%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 133. Como foram divulgados?

Resumo de caso

Válido N	Válido Porcentagem	Casos Omisso N	Casos Omisso Porcentagem	Total N	Total Porcentagem

$Q_0037M[a]	20	48,8%	21	51,2%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q_0037M Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q_0037M[a]	Q_0037_01Rec Como foram divulgados? Redes sociais	13	23,6%	65,0%
	Q_0037_02Rec Como foram divulgados? Comunicação social	6	10,9%	30,0%
	Q_0037_03Rec Como foram divulgados? Cartazes	3	5,5%	15,0%
	Q_0037_04Rec Como foram divulgados? Mailing list	4	7,3%	20,0%
	Q_0037_05Rec Como foram divulgados? Instalações da entidade	4	7,3%	20,0%
	Q_0037_06Rec Como foram divulgados? Reuniões com parceiros	2	3,6%	10,0%
	Q_0037_08Rec Como foram divulgados? Ações de sensibilização	6	10,9%	30,0%
	Q_0037_09Rec Como foram divulgados? Serviços e espaços públicos (escola, transportes, rua)	9	16,4%	45,0%
	Q_0037_10Rec Como foram divulgados? Em papel	8	14,5%	40,0%
Total		55	100,0%	275,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

5. Acompanhamento e apoio especializado a agressores de violência doméstica e de género – ação 3.17.4

Quadro 134. Quantas pessoas agressoras estiveram envolvidas em programas de acompanhamento a agressores de violência de género/doméstica, financiados pelo PO ISE em…? Mulheres – 2019

		Frequência	Porcentagem
Omisso	Sistema	41	100,0

Quadro 135. Quantas pessoas agressoras estiveram envolvidas em programas de acompanhamento a agressores de violência de género/doméstica, financiados pelo PO ISE em…? Homens – 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1977	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 136. Quantas pessoas agressoras estiveram envolvidas em programas de acompanhamento a agressores de violência de género/doméstica, financiados pelo PO ISE em…? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2019

		Frequência	Porcentagem
Omisso	Sistema	41	100,0

Quadro 137. Quantas pessoas agressoras estiveram envolvidas em programas de acompanhamento a agressores de violência de género/doméstica, financiados pelo PO ISE em…? Mulheres – 2020

		Frequência	Porcentagem
Omisso	Sistema	41	100,0

Quadro 138. Quantas pessoas agressoras estiveram envolvidas em programas de acompanhamento a agressores de violência de género/doméstica, financiados pelo PO ISE em…? Homens – 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2247	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 139. Quantas pessoas agressoras estiveram envolvidas em programas de acompanhamento a agressores de violência de género/doméstica, financiados pelo PO ISE em…? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2020

		Frequência	Porcentagem
Omisso	Sistema	41	100,0

Quadro 140. Quantas pessoas agressoras estiveram envolvidas em programas de acompanhamento a agressores de violência de género/doméstica, financiados pelo PO ISE em…? Mulheres – 2021

		Frequência	Porcentagem
Omisso	Sistema	41	100,0

Quadro 141. Quantas pessoas agressoras estiveram envolvidas em programas de acompanhamento a agressores de violência de género/doméstica, financiados pelo PO ISE em…? Homens – 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2671	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 142. Quantas pessoas agressoras estiveram envolvidas em programas de acompanhamento a agressores de violência de género/doméstica, financiados pelo PO ISE em…? Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género – 2021

		Frequência	Porcentagem
Omisso	Sistema	41	100,0

Quadro 143. Em média, qual a percentagem de pessoas agressoras que concluíram Programas de Acompanhamento a Agressores no âmbito do financiamento do PO ISE em…? 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	65	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 144. Em média, qual a percentagem de pessoas agressoras que concluíram Programas de Acompanhamento a Agressores no âmbito do financiamento do PO ISE em…? 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	49	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 145. Em média, qual a percentagem de pessoas agressoras que concluíram Programas de Acompanhamento a Agressores no âmbito do financiamento do PO ISE em…? 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	51	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 146. Quantas sessões de acompanhamento individual/grupal a pessoas agressoras desenvolveram ao abrigo do financiamento do PO ISE? 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 147. Quantas sessões de acompanhamento individual/grupal a pessoas agressoras desenvolveram ao abrigo do financiamento do PO ISE? 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 148. Quantas sessões de acompanhamento individual/grupal a pessoas agressoras desenvolveram ao abrigo do financiamento do PO ISE? 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

Quadro 149. Quantos workshops, seminários, ações de formação e capacitação das equipas de técnicos/as que implementam o programa junto das pessoas agressoras, bem como junto de outros agentes que intervenham no processo de reinserção desenvolveram ao abrigo do financiamento do PO ISE? 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		40	97,6	97,6	97,6
	5	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 150. Quantos workshops, seminários, ações de formação e capacitação das equipas de técnicos/as que implementam o programa junto das pessoas agressoras, bem como junto de outros agentes que intervenham no processo de reinserção desenvolveram ao abrigo do financiamento do PO ISE? 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		40	97,6	97,6	97,6
	7	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 151. Quantos workshops, seminários, ações de formação e capacitação das equipas de técnicos/as que implementam o programa junto das pessoas agressoras, bem como junto de outros agentes que intervenham no processo de reinserção desenvolveram ao abrigo do financiamento do PO ISE? 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		40	97,6	97,6	97,6
	9	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 152. Que tipo de ações enquadradas em programas para pessoas agressoras de violência de género/doméstica desenvolveram?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		40	97,6	97,6	97,6
	Ações de formação de profissionais	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 153. Quantas visitas de estudo junto de entidades congéneres estrangeiras fizeram ao abrigo do financiamento do PO ISE?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		40	97,6	97,6	97,6
	0	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 154. Quantas atividades desenvolveram com vista à articulação entre serviços de apoio à vítima e os serviços prisionais e de reinserção social?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		40	97,6	97,6	97,6
	1	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 155. Descreva as atividades desenvolvidas de forma sucinta:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa

Válido		40	97,6	97,6	97,6
	Articulação com a CIG no âmbito do desenvolvimento de um folheto informativo sobre as estruturas formais de apoio à vítima, nomeadamente a divulgação dos contactos das associações de apoio à vítima.	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 156. Que tipo de materiais foram construídos com vista à articulação entre serviços de apoio à vítima e os serviços prisionais e de reinserção social?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		40	97,6	97,6	97,6
	Folhetos, flyers e manuais	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 157. Que Programas de Acompanhamento a Agressores foram financiados pelo PO ISE, entre 2017 e 2021?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		40	97,6	97,6	97,6
	PAVD e VIDA	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 158. Como avaliaram o risco de reincidência?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		40	97,6	97,6	97,6
	O estudo retrospetivo sobre a reincidência de pessoas que frequentaram os programas para VD ainda estão a ser tratados.	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 159. Fizeram estudo de avaliação de impacto do projeto?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	1	2,4	100,0	100,0
Omisso	Sistema	40	97,6		
Total		41	100,0		

6. Composição das equipas

Quadro 160. Indique o número de elementos do serviço, a 31 de dezembro, dos seguintes anos: Elementos da equipa técnica – 2017

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2	7	17,1	36,8	36,8
	3	5	12,2	26,3	63,2
	4	2	4,9	10,5	73,7
	5	1	2,4	5,3	78,9
	6	2	4,9	10,5	89,5
	8	1	2,4	5,3	94,7
	11	1	2,4	5,3	100,0
	Total	19	46,3	100,0	
Omisso	Sistema	22	53,7		
Total		41	100,0		

Quadro 161. Indique o número de elementos do serviço, a 31 de dezembro, dos seguintes anos: Elementos da equipa técnica – 2018

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	2	4,9	6,5	6,5

	2	9	22,0	29,0	35,5
	3	8	19,5	25,8	61,3
	4	3	7,3	9,7	71,0
	5	3	7,3	9,7	80,6
	7	2	4,9	6,5	87,1
	8	1	2,4	3,2	90,3
	9	1	2,4	3,2	93,5
	10	1	2,4	3,2	96,8
	11	1	2,4	3,2	100,0
	Total	31	75,6	100,0	
Omisso	Sistema	10	24,4		
Total		41	100,0		

Quadro 162. Indique o número de elementos do serviço, a 31 de dezembro, dos seguintes anos: Elementos da equipa técnica – 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	3	7,3	8,8	8,8
	2	10	24,4	29,4	38,2
	3	8	19,5	23,5	61,8
	4	4	9,8	11,8	73,5
	5	1	2,4	2,9	76,5
	6	1	2,4	2,9	79,4
	7	2	4,9	5,9	85,3
	8	2	4,9	5,9	91,2
	9	1	2,4	2,9	94,1
	10	1	2,4	2,9	97,1
	11	1	2,4	2,9	100,0
	Total	34	82,9	100,0	
Omisso	Sistema	7	17,1		
Total		41	100,0		

Quadro 163. Indique o número de elementos do serviço, a 31 de dezembro, dos seguintes anos: Elementos da equipa técnica – 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2	10	24,4	27,8	27,8
	3	12	29,3	33,3	61,1
	4	7	17,1	19,4	80,6
	7	2	4,9	5,6	86,1
	8	1	2,4	2,8	88,9
	9	3	7,3	8,3	97,2
	11	1	2,4	2,8	100,0
	Total	36	87,8	100,0	
Omisso	Sistema	5	12,2		
Total		41	100,0		

Quadro 164. Indique o número de elementos do serviço, a 31 de dezembro, dos seguintes anos: Elementos da equipa técnica – 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2	6	14,6	16,7	16,7
	3	11	26,8	30,6	47,2
	4	8	19,5	22,2	69,4
	5	4	9,8	11,1	80,6
	6	1	2,4	2,8	83,3
	8	1	2,4	2,8	86,1
	9	2	4,9	5,6	91,7
	10	1	2,4	2,8	94,4
	12	2	4,9	5,6	100,0
	Total	36	87,8	100,0	

Omisso	Sistema	5	12,2		
Total		41	100,0		

Quadro 165. Indique o número de elementos do serviço, a 31 de dezembro, dos seguintes anos: Elementos da equipa técnica – Atualmente

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2	5	12,2	14,7	14,7
	3	12	29,3	35,3	50,0
	4	6	14,6	17,6	67,6
	5	4	9,8	11,8	79,4
	6	1	2,4	2,9	82,4
	7	1	2,4	2,9	85,3
	8	1	2,4	2,9	88,2
	9	1	2,4	2,9	91,2
	11	3	7,3	8,8	100,0
	Total	34	82,9	100,0	
Omisso	Sistema	7	17,1		
Total		41	100,0		

Quadro 166. Indique o número de elementos do serviço, a 31 de dezembro, dos seguintes anos: Elementos da equipa não técnica – 2017

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2	5	12,2	71,4	71,4
	5	1	2,4	14,3	85,7
	7	1	2,4	14,3	100,0
	Total	7	17,1	100,0	
Omisso	Sistema	34	82,9		
Total		41	100,0		

Quadro 167. Indique o número de elementos do serviço, a 31 de dezembro, dos seguintes anos: Elementos da equipa não técnica – 2018

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	1	2,4	9,1	9,1
	2	3	7,3	27,3	36,4
	3	2	4,9	18,2	54,5
	4	2	4,9	18,2	72,7
	5	1	2,4	9,1	81,8
	7	1	2,4	9,1	90,9
	8	1	2,4	9,1	100,0
	Total	11	26,8	100,0	
Omisso	Sistema	30	73,2		
Total		41	100,0		

Quadro 168. Indique o número de elementos do serviço, a 31 de dezembro, dos seguintes anos: Elementos da equipa não técnica – 2019

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	2	4,9	16,7	16,7
	2	2	4,9	16,7	33,3
	3	1	2,4	8,3	41,7
	4	3	7,3	25,0	66,7
	5	1	2,4	8,3	75,0
	6	1	2,4	8,3	83,3
	7	1	2,4	8,3	91,7
	8	1	2,4	8,3	100,0
	Total	12	29,3	100,0	
Omisso	Sistema	29	70,7		

Total		41	100,0		

Quadro 169. Indique o número de elementos do serviço, a 31 de dezembro, dos seguintes anos: Elementos da equipa não técnica – 2020

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	4	9,8	28,6	28,6
	2	1	2,4	7,1	35,7
	3	1	2,4	7,1	42,9
	4	4	9,8	28,6	71,4
	5	1	2,4	7,1	78,6
	6	1	2,4	7,1	85,7
	7	2	4,9	14,3	100,0
	Total	14	34,1	100,0	
Omisso	Sistema	27	65,9		
Total		41	100,0		

Quadro 170. Indique o número de elementos do serviço, a 31 de dezembro, dos seguintes anos: Elementos da equipa não técnica – 2021

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	4	9,8	26,7	26,7
	2	2	4,9	13,3	40,0
	3	1	2,4	6,7	46,7
	4	4	9,8	26,7	73,3
	5	1	2,4	6,7	80,0
	6	1	2,4	6,7	86,7
	7	2	4,9	13,3	100,0
	Total	15	36,6	100,0	
Omisso	Sistema	26	63,4		
Total		41	100,0		

Quadro 171. Indique o número de elementos do serviço, a 31 de dezembro, dos seguintes anos: Elementos da equipa não técnica – Atualmente

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	4	9,8	28,6	28,6
	2	1	2,4	7,1	35,7
	3	1	2,4	7,1	42,9
	4	4	9,8	28,6	71,4
	5	1	2,4	7,1	78,6
	6	2	4,9	14,3	92,9
	7	1	2,4	7,1	100,0
	Total	14	34,1	100,0	
Omisso	Sistema	27	65,9		
Total		41	100,0		

Quadro 172. Em média, qual a percentagem dos gastos com pessoal que está dependente do financiamento do PO ISE?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0-25%	1	2,4	2,7	2,7
	26-50%	5	12,2	13,5	16,2
	51-75%	6	14,6	16,2	32,4
	76-100%	25	61,0	67,6	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

7. Adequabilidade e avaliação

Quadro 173. Como avalia a adequabilidade das medidas financiadas pelo PO ISE: Atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género (escala de 1 – Nada adequadas a 6 – Totalmente adequadas)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2	1	2,4	3,0	3,0
	3	7	17,1	21,2	24,2
	4	3	7,3	9,1	33,3
	5	9	22,0	27,3	60,6
	6 - Totalmente adequadas	13	31,7	39,4	100,0
	Total	33	80,5	100,0	
Omisso	Não se aplica	3	7,3		
	Sistema	5	12,2		
	Total	8	19,5		
Total		41	100,0		

Quadro 174. Como avalia a adequabilidade das medidas financiadas pelo PO ISE: Acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica (escala de 1 – Nada adequadas a 6 – Totalmente adequadas)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2	3	7,3	13,0	13,0
	4	7	17,1	30,4	43,5
	5	4	9,8	17,4	60,9
	6 - Totalmente adequadas	9	22,0	39,1	100,0
	Total	23	56,1	100,0	
Omisso	Não se aplica	14	34,1		
	Sistema	4	9,8		
	Total	18	43,9		
Total		41	100,0		

Quadro 175. Como avalia a adequabilidade das medidas financiadas pelo PO ISE: Sensibilização e prevenção para o público em geral e/ou públicos específicos nas áreas da Igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos (escala de 1 – Nada adequadas a 6 – Totalmente adequadas)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2	2	4,9	6,7	6,7
	4	6	14,6	20,0	26,7
	5	8	19,5	26,7	53,3
	6 - Totalmente adequadas	14	34,1	46,7	100,0
	Total	30	73,2	100,0	
Omisso	Não se aplica	8	19,5		
	Sistema	3	7,3		
	Total	11	26,8		
Total		41	100,0		

Quadro 176. Como avalia a adequabilidade das medidas financiadas pelo PO ISE: Combate ao tráfico de seres humanos (escala de 1 – Nada adequadas a 6 – Totalmente adequadas)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3	1	2,4	8,3	8,3
	4	3	7,3	25,0	33,3
	5	3	7,3	25,0	58,3
	6 - Totalmente adequadas	5	12,2	41,7	100,0
	Total	12	29,3	100,0	
Omisso	Não se aplica	25	61,0		
	Sistema	4	9,8		
	Total	29	70,7		

Total		41	100,0		

Quadro 177. Como avalia a adequabilidade das medidas financiadas pelo PO ISE: Acompanhamento e apoio especializados a agressores de violência doméstica e de género (escala de 1 – Nada adequadas a 6 – Totalmente adequadas)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1 - Nada adequadas	1	2,4	10,0	10,0
	4	1	2,4	10,0	20,0
	5	1	2,4	10,0	30,0
	6 - Totalmente adequadas	7	17,1	70,0	100,0
	Total	10	24,4	100,0	
Omisso	Não se aplica	27	65,9		
	Sistema	4	9,8		
	Total	31	75,6		
Total		41	100,0		

Quadro 178. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		31	75,6	75,6	75,6
	A limitação com o financiamento para a equipa técnica é redutora para as reais necessidades dos projectos. Sobretudo quando estes são, na maioria das situações, a única fonte de financiamento para a realização das actividades	1	2,4	2,4	78,0
	A nossa perceção deriva do conhecimento que temos das organizações da REDE ANIMAR que detém serviços ou projetos no domínio do acompanhamento especializado.	1	2,4	2,4	80,5
	Dimensões avaliadas pelo instrumento de registo de metas que mede a evolução do cumprimento de indicadores contratualizados não são claras e necessitariam de refletir melhor a intervenção quotidiana de serviços de apoio à vítima. O mesmo se aplica à elegibilidade dos atendimentos pois, até à pandemia, não eram elegíveis atendimentos online, o que não reflete a realidade atual das metodologias de intervenção/respostas disponibilizadas para o apoio a vítimas de crime, inclusivamente antes da pandemia, e a melhor forma de responder às necessidades de quem é vítima.	1	2,4	2,4	82,9
	Dimensões avaliadas pelo instrumento de registo de metas que mede a evolução do cumprimento de indicadores contratualizados não são claras e necessitariam de refletir melhor a intervenção quotidiana de serviços de apoio à vítima. O mesmo se aplica à elegibilidade dos atendimentos pois, até à pandemia, não eram elegíveis atendimentos online, o que se afasta e não reflete a realidade das metodologias de intervenção disponibilizadas para o apoio a vítimas de crime, inclusivamente antes da pandemia.	1	2,4	2,4	85,4
	Dimensões avaliadas pelo instrumento de registo de metas que mede a evolução do cumprimento de indicadores contratualizados não são claras e necessitariam de refletir melhor a intervenção quotidiana de serviços de apoio à vítima. O mesmo se aplica à elegibilidade dos atendimentos pois, até à pandemia, não eram elegíveis atendimentos online/à distância, o que se afasta e não reflete a realidade das metodologias de intervenção disponibilizadas para o apoio a vítimas de crime, inclusivamente antes da pandemia.	3	7,3	7,3	92,7
	Faltam respostas (necessidade de criar estruturas) para Acompanhamento e apoio especializados a agressores de violência doméstica e de género	1	2,4	2,4	95,1
	No acolhimento das vítimas o montante aprovado é manifestamente insuficiente para todas as despesas associadas às utentes.	1	2,4	2,4	97,6
	No atendimento, o nº de atendimentos aumentou significamente, e equipa ficou estrangulada sem hipótese de aumentar ao pessoal, ou seja, o valor a financiar deveria ser por nº de atendimentos e não um valor fixo. No acolhimento, o facto de acolhermos vítimas de particular vulnerabilidade não é tido em linha de conta e ficamos sem capacidade financeira para os gastos médicos e medicamentosos associados a estas vítimas em particular.	1	2,4	2,4	100,0

	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 179. Na sua opinião, quais os principais problemas que persistem no atendimento, apoio e acompanhamento a vítimas de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		9	22,0	22,0	22,0
	Inconsistência na continuidade de acesso a oportunidades de financiamento, considerando a duração dos quadros de financiamento e a curta duração dos projetos financiados, comprometendo a estabilidade das equipas e a sustentabilidade da intervenção.	1	2,4	2,4	24,4
	-	1	2,4	2,4	26,8
	- Serem projetos de duração limitada, que implicam intervalos no funcionamento das respostas, face às quais é fundamental existir um funcionamento sem interrupção; o funcionamento muito deficitário da área da saúde mental em respostas às necessidades de intervenção urgente e fulcral junto das vítimas; obstáculos ao processo de autonomização d relação abusiva, nomeadamente ao nível do efetivo acesso à habitação social e no acesso em tempo útil a mecanismos de apoio económico previstos na ação social da Segurança Social, mas cujos timings não se coadunam com as necessidades emergentes e urgentes das vítimas.	1	2,4	2,4	29,3
	A dificuldade de articulação com entidades fora da RNAVVD	1	2,4	2,4	31,7
	A não existência de um financiamento contínuo e a 100% para a possibilidade de estruturar uma equipa mais numerosa e especializada.	1	2,4	2,4	34,1
	A não fiscalização da obrigatoriedade/dever de encaminhamento de processos para as Estruturas de Atendimento de VVD, parecendo por vezes ficar à mercê da boa vontade dos técnicos/as que recebem a denúncia ou dela tomam conhecimento.	1	2,4	2,4	36,6
	Ainda haver uma grande carência no apoio social (nomeadamente habitação e alimentação), assim como os Centros de Atendimento de apoio a vítimas terem um financiamento curto	1	2,4	2,4	39,0
	Articulação com o MP	1	2,4	2,4	41,5
	Burocracia (obtenção AR/DOCUMENTOS/PASSAPORTES)	1	2,4	2,4	43,9
	Demora do sistema judicial	1	2,4	2,4	46,3
	dependência de financiamentos o que pode comprometer a continuidade das respostas	1	2,4	2,4	48,8
	Dificuldade de encaminhamento de vítimas idosas ou com perturbação ao nível da saúde mental. Demora na aplicação de medidas de coação. Falta de respostas a nível habitacional.	1	2,4	2,4	51,2
	Equipas reduzidas - apoio financeiro para 2 técnicos a tempo inteiro, mais 14 mensais de coordenação para 3 concelhos	1	2,4	2,4	53,7
	Equipas Técnicas reduzidas	1	2,4	2,4	56,1
	Falta de respostas para vítima idosas; falta de financiamento para ocntratar 3 elementos para a equipa técnico (não temos assistente social)	1	2,4	2,4	58,5
	Falta de vagas	1	2,4	2,4	61,0
	Inconsistência na continuidade de acesso a oportunidades de financiamento, considerando a duração dos quadros de financiamento e a curta duração dos projetos financiados, comprometendo a estabilidade das equipas e a sustentabilidade da intervenção.	4	9,8	9,8	70,7
	Inconsistência na continuidade de acesso a oportunidades de financiamento, considerando a duração dos quadros de financiamento e a duração dos projetos, comprometendo a estabilidade das equipas, a sustentabilidade e a qualidade da intervenção.	1	2,4	2,4	73,2
	Morosidade do processo, quebras de sigilo e exposição social.	1	2,4	2,4	75,6
	nada a acrescentar	1	2,4	2,4	78,0
	Não detemos serviço de atendimento.	1	2,4	2,4	80,5

	Não execução plena dos direitos das vitimas; Não existem apoios diretos pecuniários para apoiar processos de autonomia (à excepção das casas de abrigo; Sem respostas habitacionais locais alternativas; Manter segurança e proteção às vitimas; Inexistência de supervisão técnica às equipas técnicas.	1	2,4	2,4	82,9
	Não foi avaliado	1	2,4	2,4	85,4
	Necessidade de deslocar sempre a vitima; revitimação no processo de apoio; sistema judicial lento e na maior parte das vezes sem penalização para o agressor	1	2,4	2,4	87,8
	O medo e a vergonha por parte das vítimas compromete frequentemente o atendimento, o apoio e o acompanhamento.	1	2,4	2,4	90,2
	Os principais constrangimentos estão relacionados com a articulação com o Ministério Público	1	2,4	2,4	92,7
	Respostas dependentes do financiamento dos projetos; Articulação e trabalho em rede ainda superficial; Intervenção pontual, desestruturada e desvalorizadora do sistema judicial	1	2,4	2,4	95,1
	Um dos principais problemas que persiste relaciona-se com as dificuldades de sinalização que muitos profissionais e a população em geral ainda relatam. É necessária continuidade do trabalho de capacitação e formação que se tem feito no âmbito destas e de outras linhas de financiamento para que se alcancem 2 objetivos fundamentais: capacitação da população para identificação dos principais indícios de tráfico de seres humanos; generalização e solidificação do conhecimento acerca da existência das respostas de assistência a estas vítimas disponíveis no nosso país. Para além disso, a lógica de financiamento por projeto - com uma data de início e data de término - para este tipo de serviço demonstra-se desadequada ao tipo de trabalho desenvolvido, uma vez que estas Equipas se constituem como serviços em funcionamento em lógica de continuidade desde 2012. O facto de obedecerem a financiamentos com este tipo de características não se adequado ao tipo de serviço prestado e gera inevitavelmente instabilidade no seio das Equipas, assim como da ONG promotora, que se deparam com a constante incerteza da prossecução da sua intervenção perante um conjunto de vítimas que acompanham em lógica continuidade, assim como de um conjunto de sinalizações de novos casos que não cessam perante lógicas de financiamento.	1	2,4	2,4	97,6
	Valor reduzido e fixo (é injusto que uma estrutura que faça 10 atendimentos receba o mesmo que uma que faça 1000); pessoal em sobrecarga de trabalho; falta de mais respostas especializadas; falta de formação às respostas já antigas; situações de mau profissionalismo que não são monitorizadas e que lesam as vítimas.	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 180. Na sua opinião, quais os principais problemas que persistem no acolhimento de emergência de vítimas de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		13	31,7	31,7	31,7
	1) Dificuldade na reintegração de vvd com incapacidade/ deficiência ou idade avançada; 2) dificuldade maior no encaminhamento/ acesso a consultas no âmbito da saúde mental com grande impacto no reequilíbrio/ ajustamento emocional e comportamental das vvd;	1	2,4	2,4	34,1
	A celeridade na atuação conjunta das entidades.	1	2,4	2,4	36,6
	A falta de respostas em número/e a falta de respostas para idosos	1	2,4	2,4	39,0
	Ausência de vagas em centros de acolhimento de emergência	1	2,4	2,4	41,5
	Ausência pontual de vagas - habitualmente períodos de férias	1	2,4	2,4	43,9
	Dificuldades no cumprimentos dos períodos de permanência por indisponibilidades das CA	1	2,4	2,4	46,3
	Dispersão de respostas e fraca abordagem técnica de algumas entidades.	1	2,4	2,4	48,8
	Falta de ajustamento do financiamento a públicos vulneráveis com necessidades diferenciadas, designadamente de RH	1	2,4	2,4	51,2
	Falta de vagas	2	4,9	4,9	56,1
	Financiamento reduzido, escassez de vagas em casa abrigo para transferências de utentes do CAE	1	2,4	2,4	58,5

	Inconsistência na continuidade de acesso a oportunidades de financiamento, considerando a duração dos quadros de financiamento e a curta duração dos projetos financiados, comprometendo a estabilidade das equipas e a sustentabilidade da intervenção.	5	12,2	12,2	70,7
	Inconsistência na continuidade de acesso a oportunidades de financiamento, considerando a duração dos quadros de financiamento e a duração dos projetos, comprometendo a estabilidade das equipas, a sustentabilidade e a qualidade da intervenção.	1	2,4	2,4	73,2
	Limitação de vagas	1	2,4	2,4	75,6
	Muitos casos são encaminhados como violência doméstica e no fundo são de cariz social, sendo encaminhados para acolhimento de emergência por não existirem respostas ao nível social. A permanência das vítimas e filhos em resposta de emergência em cada vez maior, dado que não existem vagas em casas de abrigo.	1	2,4	2,4	78,0
	nada a acrescentar	1	2,4	2,4	80,5
	Não detemos serviço de acolhimento e emergência	1	2,4	2,4	82,9
	Não dispomos da resposta.	1	2,4	2,4	85,4
	Não se aplica	1	2,4	2,4	87,8
	Não se aplica ao nosso projeto.	1	2,4	2,4	90,2
	Reduzido número de vagas de acolhimento; Burocracia (obtenção AR/DOCUMENTOS/PASSAPORTES)	1	2,4	2,4	92,7
	situação sociais e de exclusão social em detrimento das situações de perigo e risco de vida em consequência do crime de violência doméstica	1	2,4	2,4	95,1
	Utilização das respostas de acolhimento para situações de cariz social, que não de violência doméstica	1	2,4	2,4	97,6
	Valor reduzido para as estruturas que acolhem vítimas particularmente vulneráveis; falta de respostas especializadas; falta de casa abrigo para as vítimas lgbti; falta de formação das outras estruturas; mau profissionalismo que não traz consequências; falta de suporte dos OPC e consequente incumprimento legal; falta de viatura.	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 181. Na sua opinião, quais os principais problemas que persistem no acompanhamento e apoio da pessoa agressora?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		14	34,1	34,1	34,1
	-	1	2,4	2,4	36,6
	A inexistência de respostas e intervenção dos tribunais	1	2,4	2,4	39,0
	A não existência de estruturas de acompanhamento a agressores.	1	2,4	2,4	41,5
	A não existência de qualquer tipo de financiamento para este tipo de resposta uma vez que se demonstra imperativo a mudança de paradigma. O acompanhamento e apoio da pessoa agressora é essencial para garantir a proteção e segurança das vítimas.	1	2,4	2,4	43,9
	Ausência de intervenção terapeutica	1	2,4	2,4	46,3
	Falta de respostas específicas	1	2,4	2,4	48,8
	Inexistência de estruturas de acompanhamento locais	1	2,4	2,4	51,2
	Inexistência de estruturas; Desfasamento entre a lei e a realidade, como é exemplo o PAVD.	1	2,4	2,4	53,7
	n se aplica	1	2,4	2,4	56,1
	n/a	1	2,4	2,4	58,5
	Nada a adicionar.	5	12,2	12,2	70,7
	Não detemos serviço de acolhimento de pessoas agressoras.	1	2,4	2,4	73,2
	Não existe no TSH	1	2,4	2,4	75,6
	Não haver um acompanhamento psicológico regular e obrigatório dos agressores	1	2,4	2,4	78,0
	não se aplica	1	2,4	2,4	80,5
	Não se aplica	4	9,8	9,8	90,2
	Número de resposta insuficiente; respostas pouco inovadoras	1	2,4	2,4	92,7

	Pontualidade das intervenções; Escassez de recursos e respostas	1	2,4	2,4	95,1
	respostas escassas/insuficientes	1	2,4	2,4	97,6
	úmero de recursos humanos escassos e insuficientes para as exigências	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Processo de candidatura

Quadro 182. Em que medida considera que a Tipologia de Operação a que concorreu, se adequa às necessidades do público-alvo a que se destina? (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3	1	2,4	2,6	2,6
	4	17	41,5	44,7	47,4
	5	4	9,8	10,5	57,9
	6 - Totalmente adequados	16	39,0	42,1	100,0
	Total	38	92,7	100,0	
Omisso	Sistema	3	7,3		
Total		41	100,0		

Quadro 183. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		39	95,1	95,1	95,1
	A Tipologia de Operações encontra-se adequada, mas prevê um formulário de candidatura ajustado a respostas de centros de acolhimento, quando as Equipas Multidisciplinares de Assistência a Vítimas de Tráfico não realizam acolhimento de vítima de tráfico, mas sim encaminham vítimas para Centros de Acolhimento e Proteção. O mesmo acontece com o atual questionário, em que existe um campo para colocar vítimas acolhidas. Os projetos em análise não são respostas de acolhimento e por isso este é um critério que não se aplica.	1	2,4	2,4	97,6
	o Financiamento é feito de forma padronizada, não tendo em conta as especificidades do público alvo.	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 184. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Objetivos definidos para a Tipologia (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	4	9	22,0	24,3	24,3
	5	12	29,3	32,4	56,8
	6 - Totalmente adequados	16	39,0	43,2	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 185. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Condições de elegibilidade da entidade beneficiária (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	4	9	22,0	24,3	24,3
	5	11	26,8	29,7	54,1
	6 - Totalmente adequados	17	41,5	45,9	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 186. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Condições de elegibilidade do projeto (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	4	10	24,4	27,0	27,0
	5	9	22,0	24,3	51,4
	6 - Totalmente adequados	18	43,9	48,6	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 187. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Critérios de seleção (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3	6	14,6	16,2	16,2
	4	3	7,3	8,1	24,3
	5	9	22,0	24,3	48,6
	6 - Totalmente adequados	19	46,3	51,4	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 188. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Grelhas de aplicação dos critérios de análise (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	4	9	22,0	24,3	24,3
	5	11	26,8	29,7	54,1
	6 - Totalmente adequados	17	41,5	45,9	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 189. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Tipo de despesas elegíveis (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não sabe/Não responde	1	2,4	2,7	2,7
	1 - Nada adequados	1	2,4	2,7	5,4
	3	2	4,9	5,4	10,8
	4	16	39,0	43,2	54,1
	5	9	22,0	24,3	78,4
	6 - Totalmente adequados	8	19,5	21,6	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 190. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Forma de financiamento (custos reais /custos simplificados (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não sabe/Não responde	3	7,3	7,9	7,9
	2	1	2,4	2,6	10,5
	3	1	2,4	2,6	13,2
	4	13	31,7	34,2	47,4
	5	10	24,4	26,3	73,7
	6 - Totalmente adequados	10	24,4	26,3	100,0
	Total	38	92,7	100,0	
Omisso	Sistema	3	7,3		

Total		41	100,0		

Quadro 191. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Taxa de cofinanciamento (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não sabe/Não responde	1	2,4	2,7	2,7
	2	1	2,4	2,7	5,4
	3	3	7,3	8,1	13,5
	4	10	24,4	27,0	40,5
	5	8	19,5	21,6	62,2
	6 - Totalmente adequados	14	34,1	37,8	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 192. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Carga burocrática (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1 - Nada adequados	2	4,9	5,4	5,4
	2	3	7,3	8,1	13,5
	3	14	34,1	37,8	51,4
	4	12	29,3	32,4	83,8
	5	4	9,8	10,8	94,6
	6 - Totalmente adequados	2	4,9	5,4	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 193. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Processo de submissão on line da candidatura (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3	7	17,1	18,9	18,9
	4	10	24,4	27,0	45,9
	5	7	17,1	18,9	64,9
	6 - Totalmente adequados	13	31,7	35,1	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 194. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Prazos para apresentação de candidaturas (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2	1	2,4	2,7	2,7
	3	1	2,4	2,7	5,4
	4	17	41,5	45,9	51,4
	5	8	19,5	21,6	73,0
	6 - Totalmente adequados	10	24,4	27,0	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 195. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Tempo de análise/aprovação da candidatura (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2	2	4,9	5,4	5,4

	3	6	14,6	16,2	21,6
	4	15	36,6	40,5	62,2
	5	9	22,0	24,3	86,5
	6 - Totalmente adequados	5	12,2	13,5	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 196. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2	3	7,3	8,1	8,1
	3	5	12,2	13,5	21,6
	4	10	24,4	27,0	48,6
	5	13	31,7	35,1	83,8
	6 - Totalmente adequados	6	14,6	16,2	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 197. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Meios e suportes de divulgação, informação e publicidade da Tipologia de Operação junto dos públicos-alvo (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3	1	2,4	2,7	2,7
	4	12	29,3	32,4	35,1
	5	14	34,1	37,8	73,0
	6 - Totalmente adequados	10	24,4	27,0	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 198. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: Procedimentos e prazos para apresentação de candidaturas (escala de 1- Nada adequados a 6 – Totalmente adequados)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	3	1	2,4	2,7	2,7
	4	16	39,0	43,2	45,9
	5	10	24,4	27,0	73,0
	6 - Totalmente adequados	10	24,4	27,0	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 199. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		21	51,2	51,2	51,2
	A análise das candidaturas é extremamente morosa, desvirtuando cronogramas, orçamentos , planificações e contratações.	1	2,4	2,4	53,7

	A carga burocrática associada à aprovação é elevada, nomeadamente o processo associado a pedidos de elementos, reformulação/revisão de projetos em audiências prévias, receção do termo de aceitação e desbloqueio do balcão 2020 para dar início ao Projeto. Os critérios de seleção da candidatura são exigentes (ex. critério 5.3 - Existência de uma estratégia de intervenção integrada no tecido económico, social e cultural do território de intervenção do projeto, explicitando a existência de redes que concorram para a sustentabilidade do mesmo), implicando a preparação de fundamentação técnica da candidatura para submissão online em domínios centrais e outros domínios complementares, muito para lá do diagnóstico de necessidades e da definição de objetivos, atividades e destinatários do Projeto, sobretudo quando a entidade promotora, por dispor de serviços de apoio em diferentes regiões, tem de submeter diferentes candidaturas ao mesmo aviso/avisos com abertura simultânea.	1	2,4	2,4	56,1
	A carga burocrática associada à aprovação é elevada, nomeadamente o processo associado a pedidos de elementos, reformulação/revisão de projetos em audiências prévias, receção do termo de aceitação e desbloqueio do balcão 2020 para dar início ao Projeto. Os critérios de seleção da candidatura são exigentes (ex. critério 5.3 - Existência de uma estratégia de intervenção integrada no tecido económico, social e cultural do território de intervenção do projeto, explicitando a existência de redes que concorram para a sustentabilidade do mesmo), implicando a preparação de fundamentação técnica da candidatura para submissão online em domínios centrais e outros domínios complementares, muito para lá do diagnóstico de necessidades e da definição de objetivos, atividades e destinatários do Projeto, sobretudo quando a entidade promotora, por dispor de serviços de apoio em diferentes regiões, tem de submeter uma candidatura por região/serviço.	4	9,8	9,8	65,9
	A carga burocrática associada à aprovação é elevada, nomeadamente o processo e tempo decorrido entre audiências prévias, receção do termo de aceitação e desbloqueio do balcão 2020 para dar início ao Projeto. Critérios de seleção são exigentes, pelo que a preparação da candidatura para submissão online não é um processo simples.	1	2,4	2,4	68,3
	A carga burocrática da gestão das candidaturas é excessiva, sobretudo quando os financiamentos aprovados limitam de forma significativa a contratação de recursos humanos, o que desvia das atividades a desenvolver tempo fundamental para o sucesso das mesmas	1	2,4	2,4	70,7
	A carga burocrática que decorre dos procedimentos de contratação pública, colocam muitas vezes em causa o foco na concretização das atividades.	1	2,4	2,4	73,2
	A distribuição do orçamento entre equipa técnica e actividades não é adequada à necessidades do público-alvo, sendo que este é um trabalho que fundamentalmente carece de recursos humanos para que possa ser realizado.	1	2,4	2,4	75,6
	Carga burocrática excessiva, duplicação de informação porque temos de enviar dados para CIG e POISE em separados e em formulários que não são os mesmos (o que, por vezes, também dá origem a erros)	1	2,4	2,4	78,0
	Desadequação de alguns critérios em relação à natureza jurídica de um organismo da administração direta do Estado	1	2,4	2,4	80,5
	Elevada burocracia com as candidaturas	1	2,4	2,4	82,9
	Há despesas não elegíveis que "afundam" as entidades, nomeadamente as compensações por cessação de contrato e os 10% anuais das pessoas a recibos verdes; carga burocrática excessiva sobretudo ao nível da contratação pública, as entidades não têm dinheiro para ter profissionais especializados nestas áreas; submissão online complexa quando a plataforma bloqueia; prazo de apresentação da candidatura muito curto; tempo de análise muito longo podendo levar ao encerramento das respostas; pedidos adicionais exaustivos tendo em conta que não somos uma empresa com um departamento financeiro.	1	2,4	2,4	85,4

	Muita carga burocrática nos processos de reembolsos; atendendo à natureza jurídica das IPSS´s e Associações, sem fins lucrativos e com vários projetos em curso, na maioria das vezes, a taxa de adiantamento anual deveria assegurar no mínimo os 50% e não apenas os 15% ; prazo para a submissão de candidaturas tende a ser muito curto; os pedidos de esclarecimentos tendem a incidir em questões semelhantes e reiteradas face a respostas já remetidas anteriormente a pedidos de esclarecimentos anteriores.	1	2,4	2,4	87,8
	Nos casos em que os projectos são desenvolvidos por entidades do 3º sector, os serviços podem ser postos em causa, e as próprias entidades pela inexistência de recursos para suportar a restante parte do financiamento. Isto com a agravante do sistema de pagamento (por reembolso), com a possibilidade de não serem reembolsadas as despesas efectivamente tidas dentro do cofinanciamento aprovado. Continua-se a assistir a uma elevada carga burocrática, sem centralização da informação comum da entidade, aquando da existência de outras operações do POISE.	1	2,4	2,4	90,2
	O arranque de projetos deste tipo está fortemente condicionado pela capacidade financeira inicial da entidade, o que não é aceitável	1	2,4	2,4	92,7
	O processo proposto para fazer e justificar as despesas do projeto é bastante exigente e burocrático, o que o torna moroso e pressupõe uma maior afetação de recursos para o processo de compra e a submissão de pedidos de reembolso, além de se revelar pouco adequado à natureza de alguns projetos como é o caso dos projetos que trabalham diretamente com pessoas em situação de vulnerabilidade cuja intervenção implica muitas vezes a tomada de decisões (p.e., aquisição de bens e serviços) com caráter de urgência.	1	2,4	2,4	95,1
	Recursos humanos reduzidos para dar resposta;	1	2,4	2,4	97,6
	Tratando-se as entidades promotoras dos projectos IPSS a taxa de co-financiamento é manifestamente reduzida em função do total de despesas e do valor que a entidade tem de dispôr o que cria dificuldades financeiras.	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 200. Indique as principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura (Pode assinalar mais do que uma opção) (M)

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q60_M[a]	37	90,2%	4	9,8%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q60_M Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q60_M Principais dificuldades sentidas[a]	q0060_0001 Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura. Não teve dificuldade	13	18,6%	35,1%
	q0060_0002 Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura. Interpretação da regulamentação (Regulamento Específico, Aviso de Abertura de Concurso…)	8	11,4%	21,6%
	q0060_0003 Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura. Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	7	10,0%	18,9%
	q0060_0004 Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura. Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	6	8,6%	16,2%
	q0060_0005 Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura. Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,…)	4	5,7%	10,8%
	q0060_0006 Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura. Preenchimento do formulário de candidatura on-line	6	8,6%	16,2%
	q0060_0007 Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura. Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	10	14,3%	27,0%
	q0060_0008 Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura. Prazos de decisão	15	21,4%	40,5%

	q0060_0009 Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura. Outra	1	1,4%	2,7%
Total		70	100,0%	189,2%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 201. Qual?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		40	97,6	97,6	97,6
	Atraso na aberta da candidatura	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 202. Por favor, descreva as dificuldades sentidas:

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		28	68,3	68,3	68,3
	Ausência de Resposta no âmbito da Saúde Mental e consultas de especialidade; Profissionais de serviços públicos que não cumprem o seu dever de denúncia - habitualmente serviços de urgência não elaboram e enviam relatórios para serviços especializados relatórios	1	2,4	2,4	70,7
	Complexidade das questões da candidatura, que implicam afetação de tempo; Rácio insuficiente entre o nº de profssionais e os beneficiários do projeto.	1	2,4	2,4	73,2
	Dificuldades na Interpretação da regulamentação (Regulamento Específico, Aviso de Abertura de Concurso…), receio de não cumprir alguns dos requisitos pedidos por falta de conhecimento.	1	2,4	2,4	75,6
	Este tipo de inciativas está condicionado à perspectiva da entidade financiadora, e menos à realida-de no meio social em que se pretende intervir. Depois, este tiipo de iniciativas deveria ter assegurada a continuidade e avaliação de progressos no meio onde a iniciativa é realizada.	1	2,4	2,4	78,0
	NA	1	2,4	2,4	80,5
	No preenchimento do formulário, a principal dificuldade prende-se com a exigência dos critérios de seleção e a necessidade de fundamentação técnica dos mesmos, cf. ponto supra, sobretudo quando a mesma entidade promotora necessita de preparar e submeter candidaturas em simultâneo para diferentes serviços de apoio, o que aumenta a exigência e carga junto das equipas. Os prazos e processos de resposta e de pedidos de esclarecimento/audiências prévias aumentam a morosidade entre a submissão da candidatura, sua análise e início formal do Projeto.	1	2,4	2,4	82,9
	No preenchimento do formulário, a principal dificuldade prende-se com a exigência dos critérios de seleção e a necessidade de fundamentação técnica dos mesmos, cf. ponto supra, sobretudo quando a mesma entidade promotora necessita de preparar e submeter candidaturas em simultâneo para diferentes serviços de apoio, o que aumenta a exigência e carga junto das equipas. Os prazos e processos de resposta e de pedidos de esclarecimento/audiências prévias/decisões de aprovação aumentam a morosidade entre a submissão da candidatura, sua análise e início formal do Projeto.	4	9,8	9,8	92,7
	No preenchimento do formulário, a principal dificuldade prende-se com a exigência dos critérios de seleção, sobretudo quando as entidades necessitam de preparar e submeter candidaturas separadamente para diferentes serviços de apoio, o que aumenta a exigência e carga junto das equipas. Os prazos de resposta e decisão e pedidos de esclarecimento aumentam a morosidade entre submissão da candidatura, sua análise e início formal do projeto.	1	2,4	2,4	95,1
	prazos e tempo de resposta para garantir a continuidade da estrutura	1	2,4	2,4	97,6
	Problemas com financiamento da resposta devido ao atraso na abertura da candidatura	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Execução do projeto

Quadro 203. Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa

Válido	Abaixo do contratado	3	7,3	7,9	7,9
	De acordo com o contratado	10	24,4	26,3	34,2
	Acima do contratado	25	61,0	65,8	100,0
	Total	38	92,7	100,0	
Omisso	Sistema	3	7,3		
Total		41	100,0		

Quadro 204. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? Não existiram dificuldades (M)

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q63_01M[a]	13	31,7%	28	68,3%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q63_01M Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q63_01M Não existiram dificuldades[a]	q0063_0001_0001 Não existiram dificuldades. Cumprimento dos tempos de execução	12	40,0%	92,3%
	q0063_0001_0002 Não existiram dificuldades. Execução integral do financiamento aprovado	9	30,0%	69,2%
	q0063_0001_0003 Não existiram dificuldades. Cumprimento dos indicadores contratualizados	9	30,0%	69,2%
Total		30	100,0%	230,8%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 205. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura. (M)

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q63_02M[a]	3	7,3%	38	92,7%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q63_02M Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q63_02M Insuficiente estado de maturação[a]	q0063_0002_0001 Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura. Cumprimento dos tempos de execução	3	75,0%	100,0%
	q0063_0002_0003 Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura. Cumprimento dos indicadores contratualizados	1	25,0%	33,3%
Total		4	100,0%	133,3%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 206. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças) (M)

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q63_03M[a]	4	9,8%	37	90,2%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q63_03M Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	

$Q63_03M Bloqueamentos institucionais ou administ[a]	q0063_0003_0001 Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças). Cumprimento dos tempos de execução	3	50,0%	75,0%
	q0063_0003_0002 Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças). Execução integral do financiamento aprovado	2	33,3%	50,0%
	q0063_0003_0003 Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças). Cumprimento dos indicadores contratualizados	1	16,7%	25,0%
Total		6	100,0%	150,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 207. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso) (M)

Resumo de caso

	Válido		Casos Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q63_04[a]	17	41,5%	24	58,5%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q63_04 Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q63_04 Dificuldades na gestão administrativa[a]	q0063_0004_0001 Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso). Cumprimento dos tempos de execução	14	73,7%	82,4%
	q0063_0004_0002 Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso). Execução integral do financiamento aprovado	5	26,3%	29,4%
Total		19	100,0%	111,8%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 208. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? Atrasos no reembolso das despesas (M)

Resumo de caso

	Válido		Casos Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q63_05[a]	16	39,0%	25	61,0%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q63_05 Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q63_05 Atrasos no reembolso das despesas[a]	q0063_0005_0001 Atrasos no reembolso das despesas. Cumprimento dos tempos de execução	11	64,7%	68,8%
	q0063_0005_0002 Atrasos no reembolso das despesas. Execução integral do financiamento aprovado	5	29,4%	31,3%
	q0063_0005_0003 Atrasos no reembolso das despesas. Cumprimento dos indicadores contratualizados	1	5,9%	6,3%
Total		17	100,0%	106,3%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 209. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, … (M)

Resumo de caso

Válido	Casos Omisso	Total

	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q63_06M[a]	12	29,3%	29	70,7%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q63_06M Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q63_06M Elevado prazo de resposta a pedidos[a]	q0063_0006_0001 Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, …. Cumprimento dos tempos de execução	10	83,3%	83,3%
	q0063_0006_0002 Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, …. Execução integral do financiamento aprovado	1	8,3%	8,3%
	q0063_0006_0003 Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, …. Cumprimento dos indicadores contratualizados	1	8,3%	8,3%
Total		12	100,0%	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 210. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados (M)

Resumo de caso

	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q63_07M[a]	10	24,4%	31	75,6%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q63_07M Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q63_07M Dificuldades de liquidez[a]	q0063_0007_0001 Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados. Cumprimento dos tempos de execução	5	50,0%	50,0%
	q0063_0007_0002 Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados. Execução integral do financiamento aprovado	5	50,0%	50,0%
Total		10	100,0%	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 211. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, …) (M)

Resumo de caso

	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q63_08M[a]	14	34,1%	27	65,9%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q63_08M Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q63_08M Problemas de gestão do projeto[a]	q0063_0008_0001 Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, …). Cumprimento dos tempos de execução	10	52,6%	71,4%
	q0063_0008_0002 Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, …). Execução integral do financiamento aprovado	5	26,3%	35,7%
	q0063_0008_0003 Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, …). Cumprimento dos indicadores contratualizados	4	21,1%	28,6%
Total		19	100,0%	135,7%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 212. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? Desvio nos custos inicialmente previstos (M)

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q63_09M[a]	7	17,1%	34	82,9%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q63_09M Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q63_09M Desvio nos custos[a]	q0063_0009_0001 Desvio nos custos inicialmente previstos. Cumprimento dos tempos de execução	2	25,0%	28,6%
	q0063_0009_0002 Desvio nos custos inicialmente previstos. Execução integral do financiamento aprovado	5	62,5%	71,4%
	q0063_0009_0003 Desvio nos custos inicialmente previstos. Cumprimento dos indicadores contratualizados	1	12,5%	14,3%
Total		8	100,0%	114,3%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 213. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? Dificuldades na articulação com parceiros (M)

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q63_10M[a]	5	12,2%	36	87,8%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q63_10M Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q63_10M Dificuldades na articulação com parceiro[a]	q0063_0010_0001 Dificuldades na articulação com parceiros. Cumprimento dos tempos de execução	4	80,0%	80,0%
	q0063_0010_0003 Dificuldades na articulação com parceiros. Cumprimento dos indicadores contratualizados	1	20,0%	20,0%
Total		5	100,0%	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 214. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? Outros fatores (M)

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Omisso		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
$Q63_11M[a]	9	22,0%	32	78,0%	41	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

$Q63_11M Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
$Q63_11M Outros fatores[a]	q0063_0011_0001 Outros fatores. Cumprimento dos tempos de execução	6	50,0%	66,7%
	q0063_0011_0002 Outros fatores. Execução integral do financiamento aprovado	4	33,3%	44,4%
	q0063_0011_0003 Outros fatores. Cumprimento dos indicadores contratualizados	2	16,7%	22,2%
Total		12	100,0%	133,3%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Quadro 215. Quais?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		37	90,2	90,2	90,2
	Burocracia CCP	1	2,4	2,4	92,7
	Dificuldades de liquidez para suportar custos comparticipados até próximos reembolsos/pagamentos	1	2,4	2,4	95,1
	Impacto da pandemia por COVID-19 na gestão dos acolhimentos	1	2,4	2,4	97,6
	Morosidade na análise dos pedidos de reembolso.	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 216. Por favor, descreva as dificuldades sentidas:

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		24	58,5	58,5	58,5
	1. o aumento de tempo de permanência das mulheres e famílias nesta estrutura de acolhimento (menor rotatividade de vagas, inviabilizando novos acolhimentos); 2. a necessidade de adotar novos procedimentos na admissão de novos utentes, cumprindo com as orientações da DGS e de acordo com o Plano de Contingência da Instituição (entre os quais a criação um quarto de isolamento e a implementação de um período de isolamento profilático por 14 dias) com redução do número de vagas efetivas e atraso no acolhimento de novos casos (não sendo possível acolher novos casos enquanto o quarto de isolamento estivesse ocupado); 3. redução drástica dos pedidos de encaminhamento possivelmente associados à menor capacidade das vítimas de violência doméstica para denunciar e pedir ajuda.	1	2,4	2,4	61,0
	Elevada carga burocrática e administrativa na execução do projeto; Demasiado tempo consumido com a recolha de evidências e de documentos comprovativos de despesa inerente à atividade corrente do organismo público; Curto prazo de resposta a apresentação de evidências para um organismo da administração direta do Estado; Desfasamento entre pedidos de evidências e enquadramento legal e organizacional do organismo de administração direta do Estado.	1	2,4	2,4	63,4
	Gestão das exigências associadas aos procedimentos de contratação pública, sobretudo para entidades IPSS com parcos recursos e equipas reduzidas. Balcao 2020 também apresenta algumas dificuldades de utilização, com problemas na eficiência.	2	4,9	4,9	73,2
	Gestão das exigências associadas aos procedimentos de contratação pública, sobretudo para entidades IPSS com parcos recursos e equipas reduzidas. Balcão 2020 também apresenta algumas dificuldades de utilização, com problemas na eficiência.	2	4,9	4,9	68,3
	Limitação na realização da atividade para a sensibilização dos maus tratos em idosos (covid 19)	1	2,4	2,4	75,6
	Maior envolvimento dos serviços de saúde e dos municípios - real apoio ao acesso a habitação para as vítimas	1	2,4	2,4	78,0
	Não existem dificuldades de maior.	1	2,4	2,4	80,5
	Necessidade de adiantamento por parte da entidade promotora de montantes financeiros ainda elevados; pedidos de reembolso muito burocráticos; necessidade de mais verba para recursos humanos.	1	2,4	2,4	82,9
	O cumprimento dos prazos foi um problema e não houve flexibilidade para permitir o seu cumprimento que estava ao alcance da entidade promotora. Rigidez excessiva nos prazos!	1	2,4	2,4	85,4

	O processo proposto para fazer e justificar as despesas do projeto é bastante exigente e burocrático, o que o torna moroso e pressupõe uma maior afetação de recursos para o processo de compra e a submissão de pedidos de reembolso, além de se revelar pouco adequado à natureza de alguns projetos como é o caso dos projetos que trabalham diretamente com pessoas em situação de vulnerabilidade cuja intervenção implica muitas vezes a tomada de decisões (p.e., aquisição de bens e serviços) com caráter de urgência. O programa propõe o pagamento do financiamento através de um adiantamento anual e reembolsos bimensais, este método faz com que a entidade tenha que suportar as despesas dos projetos até ao reembolso seguinte. Esta pressão na tesouraria da entidade resulta em dificuldades de liquidez e consequente desvio na execução financeira do projeto. Tendo em conta que as entidades promotoras e parceiras são na sua maioria instituições sem fins lucrativos com poucos recursos e que muitas vezes dependem de financiamentos públicos para persecução da sua missão e desenvolvimento das suas atividades e projetos, o método de reporte e pagamento proposto coloca a entidade em situação de constante vulnerabilidade de tesouraria e escassez de recursos, dificultando assim a execução integral do financiamento aprovado.	1	2,4	2,4	87,8
	Orçamento aprovado pouco ajustado às necessidades de recursos humanos e volume de ações a desenvolver	1	2,4	2,4	90,2
	Outros fatores. Gestão das exigências associadas aos procedimentos de contratação pública, sobretudo para entidades IPSS com parcos recursos e equipas reduzidas. Balcao 2020 também apresenta algumas dificuldades de utilização, com problemas na eficiência.	2	4,9	4,9	95,1
	Tendo a nossa entidade baixo recursos económicos, torna-se difícil a execução integral do financiamento aprovado uma vez que: o adiantamento pago no início do ano é muito baixo; o tempo que necessitamos para submeter um pedido de reembolso tende a arrastar-se devido a inúmeras tarefas diárias que a equipa tem por forma a cumprir os objetivos/indicadores contratualizados e porque a análise dos reembolsos e subsequente pagamento se tornam também demorados face às nossas expectativas. As exigências técnicas e financeiras são do nosso ponto de vista muitíssimo grandes. As exigências do CCP são inúmeras, os cortes financeiros são impactantes.	1	2,4	2,4	97,6
	tesouraria e despesas não reembolsáveis	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 217. Sente a necessidade de um maior acompanhamento pela AG aos promotores?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	20	48,8	60,6	60,6
	Sim	13	31,7	39,4	100,0
	Total	33	80,5	100,0	
Omisso	Sistema	8	19,5		
Total		41	100,0		

Quadro 218. Indique o tipo de apoio que sente necessidade:

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		33	80,5	80,5	80,5
	Apoio numa lógica de parceria e aprendizagem conjunta e não de "fiscalização"	1	2,4	2,4	82,9
	As ações do tipo realizadas devem ser integradas em projetos mais amplos.	1	2,4	2,4	85,4
	Especificidades técnicas no enquadramento das despesas em CCP	1	2,4	2,4	87,8
	Maior simplificação de processos administrativos/ burocráticos nas respostas ao pedido de esclarecimentos/informações adicionais.	1	2,4	2,4	90,2
	na resolução das necessidades sentidas, nomeadamente apoio ao nível da contratação pública e tesouraria	1	2,4	2,4	92,7
	Realização de momentos coletivos entre as organizações beneficiárias da medida, a fim de concretizar momentos de partilha de recursos e problemas, com vista a encontrar soluções para problemas comuns.	1	2,4	2,4	95,1
	Resposta a PA	1	2,4	2,4	97,6

	Sentimos que um maior acompanhamento poderia permitir-nos não incorrer em alguns erros. Pensamos que seria útil fazerem-se reuniões trimestrais com os gestores de projetos das diferentes entidades e com a AG por forma a partilhar dificuldades e experiências comuns a todos/as.	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Resultados dos projetos

Quadro 219. Refira os aspetos em que considera que o seu projeto é inovador:

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		8	19,5	19,5	19,5
	A especialização da intervenção para públicos vulneráveis	1	2,4	2,4	22,0
	A natureza itinerante da equipa técnica.	1	2,4	2,4	24,4
	Abordagem inclusiva e holísitca do fenómeno da violência de género	1	2,4	2,4	26,8
	Acompanhamento de Proximidade a Vítimas de Violência Doméstica num território interior e desertificado.	1	2,4	2,4	29,3
	Apoio direto a vítimas de violência no distrito de Castelo Branco. Despiste de situações de maus tratos em idosos, através de sessões de sensibilização.	1	2,4	2,4	31,7
	As parcerias que criamos através da Rede Social de Famalicão, onde se fez um levantamento de necessidades e se deu resposta a este através deste projeto.	1	2,4	2,4	34,1
	Constituídas 11 equipas municipais de apoio e atendimento a vítimas de violência doméstica e de género, além das duas já existentes	1	2,4	2,4	36,6
	Criação da Estrutura de Autonomização para vitimas de TSH (4 VAGAS)	1	2,4	2,4	39,0
	Criação e manutenção de resposta de acolhimento de emergência em estrutura autónoma de casa de abrigo.	1	2,4	2,4	41,5
	Dá resposta a uma necessidade em área geográfica que estava a ser aocmpanhada de forma menos próxima	1	2,4	2,4	43,9
	Descentralização do atendimento a vítimas; parcerias com entidades até então excluídas do apoio a vítimas	1	2,4	2,4	46,3
	Descentralização dos atendimentos às vítimas pelos vários concelhos do Distrito para maior desocultação do fenómeno	1	2,4	2,4	48,8
	É a primeira resposta para crianças e jovens vítimas de VD	1	2,4	2,4	51,2
	Em complementaridade com o acompanhamento técnico multidisciplinar, este Centro de Emergência desenvolve ações -Workshop de Defesa Pessoal e Yoga - com objetivos ocupacionais e terapêuticos e como ferramenta no desenvolvimento pessoal das vvd. Numa perspectiva de capacitação e empoderamento das vvd, visam dotar as mesmas de conhecimentos, táticas e estratégias que promovam a sua segurança e a sua estabilização emocional e comportamental.	1	2,4	2,4	53,7
	Forte rede de parceiros e Articulação eficaz e eficiente	1	2,4	2,4	56,1
	Inovação pelo modelo de intervenção utilizado no apoio a vítimas, marcado pela itinerância, mobilidade e proximidade da equipa ao território, aos parceiros e às vítimas.	4	9,8	9,8	65,9
	Inovação pelo modelo de intervenção utilizado no apoio a vítimas, marcado pela proximidade ao território, aos parceiros e às vítimas, bem como, em alguns casos, a itinerância e mobilidade da equipa.	1	2,4	2,4	68,3
	na população alvo - são projetos únicos em Portugal e na Europa	1	2,4	2,4	70,7
	Na RAP "Coração Com Voz" - definição de um Modelo de Acompanhamento Integrado Especializado para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica com Deficiência; No projeto "Ser Igual" - a criação de um Manual de Boas Práticas para Juristas no âmbito do atendimento de vítimas de violência Doméstica	1	2,4	2,4	73,2
	O efeito replicador quanto à disseminação de mensagens acerca da VD/ VG/ IG e no impacto das mesmas na comunidade;	1	2,4	2,4	75,6
	O nosso Centro de Atendimento é o único especializado para atender e acompanhar vítimas de violência sexual na região norte do país (só há 2 em Portugal)	1	2,4	2,4	78,0
	O projeto seria inovador se tivesse sido possível dar continuidade	1	2,4	2,4	80,5
	o público-alvo, trabalhar com vítimas de crime com idade igual ou superior a 65 anos	1	2,4	2,4	82,9

	Os projetos #Parar, Pensar, Agir pela Igualdade# (Alentejo e Centro) procuraram contribuir para a sensibilização das comunidades locais, sobretudo de matriz rural, instigando a reflexão e a criação de marcos de visibilidade nos territórios recorrendo a processos artísticos que dessem visibilidade a exemplos de discriminações de género, VD e de TSH, contando com a participação de entidades locais a partir de recursos e parcerias nacionais e locais potenciadas.	1	2,4	2,4	85,4
	Os projetos em análise consistem em respostas únicas no nosso país, uma vez que financiam Equipas Regionais que garantem a assistência de primeira linha a vítimas de tráfico de seres humanos. Para além da resposta em si ser única, e por isso mesmo inovadora, destaca-se o facto destas Equipas estarem em funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semanas, através das suas de Linhas Telefónicas, cujo objetivo é garantir a assistência de emergência que as vítimas de tráfico podem necessitar. Esta linha é gerida única exclusivamente pelos recursos humanos das referidas Equipas, ou seja por profissionais especializados nesta área de intervenção, não havendo outras linhas nacionais de apoio a vítimas que assumam este tipo de características, no que respeita outros crimes e/ou formas de vitimação.	1	2,4	2,4	87,8
	Potenciador de parcerias	1	2,4	2,4	90,2
	Protocolo de intervenção com Serviços Ministério Público e Forças de Segurança	1	2,4	2,4	92,7
	Resposta única no país	1	2,4	2,4	95,1
	únicas respostas especializadas nos territórios de intervenção	1	2,4	2,4	97,6
	Utilização de novas tecnologias como forma de contacto permanente.	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 220. Identifique os principais fatores que podem potenciar/ampliar os efeitos e resultado alcançados com o seu projeto:

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		9	22,0	22,0	22,0
	A intervenção deve ser plurianual.	1	2,4	2,4	24,4
	A formação e especialização dos recursos humanos que constituem as Equipas Multidisciplinares, garantidas através do investimento da ONG promotora em ações de formação interna e supervisão técnica constante destas Equipas; A existência de Linhas Telefónicas que funcionam 24 horas por dia, 7 dias por semana, que permitem uma resposta adequadas às características das vítimas de tráfico de seres humanos; A dinamização, por parte de cada Equipa Multidisciplinar de Redes Regionais de parceiros, centrais na sinalização de novos casos, na desocultação do crime e no trabalho integrado de assistência a estas vítimas.	1	2,4	2,4	26,8
	a formação/sensibilização ministrada e os materiais publicados, assim como o constante contacto com as pessoas vítimas pós intervenção	1	2,4	2,4	29,3
	A manutenção da Rede de Intervenção em VD	1	2,4	2,4	31,7
	A rede de parceiros estabelecida.	1	2,4	2,4	34,1
	Apoio direto e de proximidade. Serviços gratuitos. A sensibilização de pessoas mais vulneráveis.	1	2,4	2,4	36,6
	Construíram-se procedimentos e instrumentos de trabalho, municipais e em rede, com vista a uma utilização padronizada em toda a região, para um apoio e atendimento a vítimas de violência doméstica e de género uniformizado em todos os 13 concelhos (Guia de procedimentos e instrumentos de trabalho, Guiões (In)Formativos e Protocolos de Atuação das Redes Locais).	1	2,4	2,4	39,0
	Elevada aceitação e procura por parte da sociedade civil, organismos públicos e forças políticas	1	2,4	2,4	41,5
	Envolvimento de Agrupamento de Escola e Trabalho em Rede - Reuniões regulares	1	2,4	2,4	43,9
	Factores financeiros – ajustamento dos recursos à especificidade da intervenção	1	2,4	2,4	46,3
	financiamento	1	2,4	2,4	48,8
	Garantir a transição entre quadros comunitários, sem que isto implica interrupções no funcionamento das respostas	1	2,4	2,4	51,2
	Haver uma maior comunicação com as forças de segurança (nomeadamente PJ) e setor da saúde	1	2,4	2,4	53,7

	Manutenção das parcerias e disponibilização do atendimento descentralizado a vítimas	1	2,4	2,4	56,1
	O enraizamento das parcerias que têm vindo a ser desenvolvidas.	1	2,4	2,4	58,5
	O PROCESSO DE SINALIZAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DAS VITIMAS DE TSH	1	2,4	2,4	61,0
	Parcerias Locais; Dinamismo possibilitado em vários territórios em torno da dimensão da Igualdade; Qualidade dos produtos/ recursos técnico-pedagógicos realizados no âmbito do projeto; Riqueza de experiências ao nível local com possibilidade de serem incorporadas no projeto; Concretização de fichas de disseminação dos Recursos Técnico Pedagógicos para aumento do potencial de incorporação dos mesmos por parte de outros territórios e organizações	1	2,4	2,4	63,4
	Protocolos com as Autarquias dos concelhos onde há descentralização do atendimento	1	2,4	2,4	65,9
	proximidade com parceiros e vítimas	1	2,4	2,4	68,3
	Recursos institucionais existentes (REDE de PARCERIAS); Experiência dos profissionais; Proximidade e confiança entre profissionais;	1	2,4	2,4	70,7
	Rede de parcerias alargada	1	2,4	2,4	73,2
	Relação direta do projeto com os objetivos e missão da entidade, bem como com a estratégia da entidade para a região alvo da intervenção.	6	14,6	14,6	87,8
	Relação estreita entre as entidades parceiras/ RNAVDD	1	2,4	2,4	90,2
	Resposta intermunicipal com parceiros ativos	1	2,4	2,4	92,7
	Trabalho em rede	1	2,4	2,4	95,1
	Trabalho em rede e intervenção de primeira linha	1	2,4	2,4	97,6
	Uma maior mobilidade dada aos técnicos, para irem ao encontro das necessidades dos idosos e face às suas dificuldades, assim como o trabalho em rede com as instituições de apoio à terceira idade do concelho.	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 221. Identifique os principais fatores que podem condicionar os efeitos e resultado alcançados com o seu projeto:

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		10	24,4	24,4	24,4
	Gestão de Recursos para a temporalidade do projeto; Desenvolvimento do planeamento com as entidades locais a distância; Respeito pelos timings dos parceiros locais; - Dificuldade em conseguir responder a todas as solicitações de interesse face ao timing de desenvolvimento do projeto;	1	2,4	2,4	26,8
	- a recusa do público-alvo na intervenção; - a iliteracia em questões judiciais;	1	2,4	2,4	29,3
	A já referida lógica de financiamento por projeto - com uma data de início e data de término – constitui-se como um fator que condiciona a intervenção destas Equipas. Trata-se de Equipas que se constituem como serviços em funcionamento em lógica de continuidade desde 2012. O facto de obedecerem a financiamentos com este tipo de características não se adequado ao tipo de serviço prestado e gera inevitavelmente instabilidade no seio das Equipas, assim como da ONG promotora, que se deparam com a constante incerteza da prossecução da sua intervenção perante um conjunto de vítimas que acompanham em lógica continuidade, assim como de um conjunto de sinalizações de novos casos que não cessam perante lógicas de financiamento.	1	2,4	2,4	31,7
	A pouca participação/envolvimento da Rede de Intervenção em VD	1	2,4	2,4	34,1
	A situação pandémica.	1	2,4	2,4	36,6
	A violência sexual é dos crimes em que há mais desconhecimento das estatísticas; não é um crime muito abordado nos media; as vítimas sentem maior receio em pedir ajuda	1	2,4	2,4	39,0
	adesão parceiros da rede	1	2,4	2,4	41,5
	Ausência de intervenção médica - saúde mental	1	2,4	2,4	43,9
	Ausência de respostas externas que permitam efectivar os projectos de vida	1	2,4	2,4	46,3
	Comunicação com a comunidade e cidadãos/ cidadãs;	1	2,4	2,4	48,8
	Débil trabalho em rede	1	2,4	2,4	51,2
	Duração limitada dos projetos e incerteza face à sua continuidade.	1	2,4	2,4	53,7

	Efeitos da Pandemia, nomeadamente agravamento das condições de saúde mental de utentes. e consequente aumento da sua fragilidade.	1	2,4	2,4	56,1
	Escassez de financiamento	1	2,4	2,4	58,5
	Falta de estabilidade e desafios à sustentabilidade pela inconsistência do financiamento.	6	14,6	14,6	73,2
	falta de tesouraria	1	2,4	2,4	75,6
	Falta de um assistente social	1	2,4	2,4	78,0
	financiamento	1	2,4	2,4	80,5
	Insuficiência de meios humanos especializados na área da reabilitação de agressores	1	2,4	2,4	82,9
	Intervenções deste tipo isoladas não garantem resultados sustentáveis	1	2,4	2,4	85,4
	Não cumprimento do encaminhamento das vítimas por parte de entidades parceiras.	1	2,4	2,4	87,8
	O cessar do financiamento irá fazer desaparecer uma resposta de apoio a vítimas	1	2,4	2,4	90,2
	O medo e a vergonha por parte das vítimas.	1	2,4	2,4	92,7
	O PROCESSO DE SINALIZAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DAS VITIMAS DE TSH	1	2,4	2,4	95,1
	Projeto afigurou-se muito mais como um processo participativo e dinâmico de construção de bases e ferramentas de trabalho para que se fosse possível passar a fazer apoio e atendimento a vítimas de violência doméstica e de género em toda a região, com qualidade, eficácia e eficiência, do que propriamente se dedicou a atender e apoiar vítimas de violência doméstica e de género.	1	2,4	2,4	97,6
	Reduzida equipa técnica para uma resposta intermunicipal	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 222. Identifique os efeitos não esperados que resultaram e/ou podem resultar do seu projeto

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		22	53,7	53,7	53,7
	a rede de parcerias locais informais.	1	2,4	2,4	56,1
	Aumento de denúncias de terceiros.	1	2,4	2,4	58,5
	Criação de 4 vagas na estrutura de autonomização, reforçando as 12 vagas já existentes no centro de acolhimento	1	2,4	2,4	61,0
	Formalização de novas parcerias	1	2,4	2,4	63,4
	N/A	3	7,3	7,3	70,7
	Nada a adicionar.	3	7,3	7,3	78,0
	Nada a indicar	1	2,4	2,4	80,5
	Nada a referir.	1	2,4	2,4	82,9
	Não cumprimento das metas contratualizadas pelos factores identificados em 31	1	2,4	2,4	85,4
	Não foram sinalizados	1	2,4	2,4	87,8
	Não se verificou.	1	2,4	2,4	90,2
	necessidade de formação a outras estruturas	1	2,4	2,4	92,7
	Parcerias locais para futuros projetos de sensibilização no domínio da IG; Criação de projetos locais, a partir da experiência de participação no projeto;	1	2,4	2,4	95,1
	Procura de outros serviços, nomeadamente acompanhamento psicológico para outros elementos do agregado familiar, para que a intervenção seja concertada	1	2,4	2,4	97,6
	Volume dos pedidos de ajuda muito superior ao expectável no desenho da canmdidatura	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

Quadro 223. O projeto da sua entidade teria sido executado sem este financiamento?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim, com o mesmo formato	1	2,4	2,7	2,7
	Sim, mas com um investimento menor	3	7,3	8,1	10,8
	Não	33	80,5	89,2	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		

Total		41	100,0		

Quadro 224. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	8	19,5	21,6	21,6
	Sim	29	70,7	78,4	100,0
	Total	37	90,2	100,0	
Omisso	Sistema	4	9,8		
Total		41	100,0		

Quadro 225. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento:

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		18	43,9	43,9	43,9
	A entidade promotora possui diferentes projetos em curso, em diferentes regiões, no âmbito das ações 3.17.1, 3.17.2 e 3.16.	5	12,2	12,2	56,1
	Apartamento de autonomização para pessoas LGBTI VVD (Caixa Social, Autarquia de Matosinhos SEIM) e Espaço Livre - Centro comunitário para pessoas lgbti (CIG e IKEA)	1	2,4	2,4	58,5
	Candidatura Públicos estratégicos, no âmbito do POISE	1	2,4	2,4	61,0
	Casa Abrigo - Acordo de Cooperação com a Segurança Social	1	2,4	2,4	63,4
	Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Acordo de Cooperação ISS	1	2,4	2,4	65,9
	Centro de Emergência para Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica	1	2,4	2,4	68,3
	Com a resposta NAV - núcleo de atendimento às vitimas de violência doméstica, com acordo de cooperação atipico com o ISS.	1	2,4	2,4	70,7
	Entidade promotora possui diferentes projetos em curso, em diferentes regiões, no âmbito das ações 3.17.1, 3.17.2 e 3.16.	1	2,4	2,4	73,2
	Eu Não Agrido! - POISE - Tipologia 3.16	1	2,4	2,4	75,6
	Gabinete de Apoio à Vítima	1	2,4	2,4	78,0
	Instituto da Segurança Social e Secretaria de Estado da Igualdade e Migrações	1	2,4	2,4	80,5
	Mecanismo de fiscalização à distância de agressores de violência doméstica - Vigilância Eletrónica aplicada a agressores de violência doméstica	1	2,4	2,4	82,9
	Mercadoria Humana Norte (POISE) / Mercadoria Humana 4 (POISE)	1	2,4	2,4	85,4
	O projecto integra-se na Estratégia de Desenvolvimento Local para o território, a qual é ampla e objectiva a melhoria da qualidade de vida das populações (PDR2020/Centro2020)	1	2,4	2,4	87,8
	POISE _3.17_CIG	1	2,4	2,4	90,2
	POISE tipologia de intervençao 3.16 (Projeto Velh@ Amig@) - intervenção com vítimas idosas	1	2,4	2,4	92,7
	Projetos de informação/sensibilização sobre IG/VD	1	2,4	2,4	95,1
	RAP, financiado pelo POISE	1	2,4	2,4	97,6
	Segurança Social	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

8. Observações e comentários

Quadro 226. Tem mais alguma sugestão ou comentário que considere pertinente?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		30	73,2	73,2	73,2
	-	1	2,4	2,4	75,6
	Estes projetos de sensibilização foram muito importantes para trabalharmos toda a dimensão de IG e prevenção da violência de género, de violência doméstica e do tráfico de seres humanos num contexto de REDE nacional de Organizações de Desenvolvimento Local.	1	2,4	2,4	78,0
	Nada a assinalar.	1	2,4	2,4	80,5
	Nada a indicar	1	2,4	2,4	82,9
	Não	2	4,9	4,9	87,8

	Não procedemos ao preenchimento de dados de atendimento relacionados com vítimas de violência doméstica acolhidas, uma vez que essa informação não é contemplada enquanto indicador das operações das ações 3.17.2	1	2,4	2,4	90,2
	Necessidade de reflectir com urgência na perenidade da intervenção que passa essencialmente pela sua sustentabilidade financeira	1	2,4	2,4	92,7
	O mais importante - a não interrupção dos projetos.	1	2,4	2,4	95,1
	Sugerimos que não exista um intervalo tão extenso entre o lançamento de avisos de candidatura para a mesma tipologia (sobretudo nas épocas de transição de quadro). Sugerimos mais períodos de candidaturas para a mesma tipologia (mesmo que coincidam com períodos de outros avisos que já estejam em plena execução), bem como operações com mais duração e com orçamentos mais robustos. Sugerimos maior celeridade nas análises das candidaturas (assim como nos pedidos de reembolso)..	1	2,4	2,4	97,6
	Uma reflexão global das entidades que participaram neste tipo de iniciativas seria útil.	1	2,4	2,4	100,0
	Total	41	100,0	100,0	

2.3.5. Resultados da análise da base de dados do PO ISE

BASE DE DADOS PO ISE: PROJETOS APROVADOS NOS 11 CONCURSOS DAS AÇÕES 3.17.1, 3.17.2, 3.17.3, 3.17.4 E 3.17.5

1. Caracterização geral dos projetos aprovados nas ações 3.17.1, 3.17.2, 3.17.3, 3.17.4 e 3.17.5

Quadro 227. Número de projetos aprovados por concurso

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	POISE-37-2017-06	17	10,1	10,1	10,1
	POISE-37-2017-07	12	7,1	7,1	17,3
	POISE-37-2017-08	5	3,0	3,0	20,2
	POISE-37-2017-09	14	8,3	8,3	28,6
	POISE-37-2018-17	1	,6	,6	29,2
	POISE-37-2019-13	42	25,0	25,0	54,2
	POISE-37-2019-14	14	8,3	8,3	62,5
	POISE-37-2019-15	5	3,0	3,0	65,5
	POISE-37-2020-01	10	6,0	6,0	71,4
	POISE-37-2021-01	31	18,5	18,5	89,9
	POISE-37-2021-15	17	10,1	10,1	100,0
	Total	168	100,0	100,0	

Quadro 228. Objetivos da Operação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Instrumentos Específicos de Proteção das Vítimas e de Acompanhamento dos Agressores na Violência Doméstica	168	100,0	100,0	100,0

Quadro 229. Ano de início do projeto

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2017	2	1,2	1,2	1,2
	2018	46	27,4	27,4	28,6
	2019	60	35,7	35,7	64,3
	2020	9	5,4	5,4	69,6
	2021	39	23,2	23,2	92,9
	2022	12	7,1	7,1	100,0
	Total	168	100,0	100,0	

Quadro 230. Ano de fim do projeto

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2018	1	,6	,6	,6
	2019	47	28,0	28,0	28,6
	2021	24	14,3	14,3	42,9
	2022	94	56,0	56,0	98,8
	2023	2	1,2	1,2	100,0
	Total	168	100,0	100,0	

Quadro 231. Duração do projeto em meses

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	<12 meses	2	1,2	1,2	1,2
	12-18 meses	93	55,4	55,4	56,5
	>18-24 meses	7	4,2	4,2	60,7
	>24-30 meses	18	10,7	10,7	71,4
	>30-36 meses	47	28,0	28,0	99,4
	>42-48 meses	1	,6	,6	100,0
	Total	168	100,0	100,0	

Quadro 232. Estatísticas descritivas: Duração do projeto em meses

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
DuracaoProj_MesesR Duração projeto: meses	168	9	48	22,20	9,062
N válido (de lista)	168				

Quadro 233. Estado da Operação por Aviso PO ISE

		Aceite pelas Entidades / Contratada	Em Execução	Encerrada / Concluída	Rescindida /Revogada	Total
NºAAC Nº AAC	POISE-37-2017-06	0	0	17	0	17
	POISE-37-2017-07	0	2	10	0	12
	POISE-37-2017-08	0	0	5	0	5
	POISE-37-2017-09	0	0	13	1	14
	POISE-37-2018-17	0	1	0	0	1
	POISE-37-2019-13	0	42	0	0	42
	POISE-37-2019-14	0	12	2	0	14
	POISE-37-2019-15	0	5	0	0	5
	POISE-37-2020-01	1	9	0	0	10
	POISE-37-2021-01	3	28	0	0	31
	POISE-37-2021-15	1	16	0	0	17
Total		5	115	47	1	168

Quadro 234. Entidade beneficiária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	ADDIM - ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA DE DEFESA DOS INTERESSES E DA IGUALDADE DAS MULHERES	1	,6	,6	,6
	ADIBER - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BEIRRA SERRA	1	,6	,6	1,2
	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALENTEJO, I.P.	1	,6	,6	1,8
	AKTO - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA	3	1,8	1,8	3,6
	AMAR GAIA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE GAIA	1	,6	,6	4,2
	AMATO LUSITANO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	5	3,0	3,0	7,1
	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	2	1,2	1,2	8,3
	APEPI-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E EDUCADORES PARA A INFANCIA	1	,6	,6	8,9
	ASM - ASSOCIAÇÃO SER MULHER	2	1,2	1,2	10,1
	ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DOS ARTISTAS DE BRAGANÇA	4	2,4	2,4	12,5
	ASSOCIAÇÃO FERNÃO MENDES PINTO	2	1,2	1,2	13,7
	ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE CASTELO DE PAIVA	1	,6	,6	14,3
	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE FIGUEIRA	4	2,4	2,4	16,7
	ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMILIA	6	3,6	3,6	20,2
	ASSOCIAÇÃO PLANO I	7	4,2	4,2	24,4
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA	15	8,9	8,9	33,3
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIDADANIA ACTIVA	1	,6	,6	33,9
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MULHERES JURISTAS	1	,6	,6	34,5
	ASSOCIAÇÃO PROJECTO CRIAR	3	1,8	1,8	36,3
	CARITAS ARQUIDIOCESANA DE BRAGA	1	,6	,6	36,9
	CARITAS ARQUIDIOCESANA DE EVORA	3	1,8	1,8	38,7
	CARITAS DIOCESANA DE AVEIRO	4	2,4	2,4	41,1
	CASA DO POVO DE ABRAVESES	8	4,8	4,8	45,8
	CASA DOS CHOUPOS - COOPERATIVA MULTISSECTORIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL	2	1,2	1,2	47,0
	CENTRO DE FORMAÇÃO ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO	3	1,8	1,8	48,8
	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE VILA PRAIA DE ANCORA	3	1,8	1,8	50,6
	CERCIAG - COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS COM INCAPACIDADES DE ÁGUEDA, CRL	2	1,2	1,2	51,8
	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	1	,6	,6	52,4
	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	3	1,8	1,8	54,2
	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE	1	,6	,6	54,8
	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA	2	1,2	1,2	56,0
	COOLABORA CRL	2	1,2	1,2	57,1

	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	18	10,7	10,7	67,9
	DIRECÇÃO-GERAL DE REINSERÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS	1	,6	,6	68,5
	DUECEIRA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO CEIRA E DUEÇA	2	1,2	1,2	69,6
	ESDIME - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ALENTEJO SUDOESTE CRL	2	1,2	1,2	70,8
	FISOOT - FORMAÇÃO, INTEGRAÇÃO SOCIAL E OFERTAS DE OPORTUNIDADES DE TRABALHO, CRL	3	1,8	1,8	72,6
	FUNDAÇÃO FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELES	1	,6	,6	73,2
	GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA	3	1,8	1,8	75,0
	GRAAL	1	,6	,6	75,6
	GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL CRISTÃ	2	1,2	1,2	76,8
	INTERVIR.COM - ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL	5	3,0	3,0	79,8
	IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DA BATALHA	3	1,8	1,8	81,5
	IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SANTO TIRSO	2	1,2	1,2	82,7
	LIGA DOS AMIGOS DO CENTRO DE SAÚDE DE ALFÂNDEGA DA FÉ	2	1,2	1,2	83,9
	MAIÊUTICA - COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR CRL	1	,6	,6	84,5
	MOURA-SALÚQUIA - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO CONCELHO DE MOURA	3	1,8	1,8	86,3
	MULHER SÉCULO XXI - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÁS MULHERES	5	3,0	3,0	89,3
	MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL	1	,6	,6	89,9
	MUNICÍPIO DO FUNDÃO	1	,6	,6	90,5
	O NINHO	2	1,2	1,2	91,7
	PSI-ON - ASSOCIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INTERVENÇÃO NAS COMUNIDADES	2	1,2	1,2	92,9
	SAÚDE EM PORTUGUÊS - ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE CUIDADOS DE SAÚDE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA	2	1,2	1,2	94,0
	SOPRO - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL DE SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO	2	1,2	1,2	95,2
	TAIPA - ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO CONCELHO DE ODEMIRA CRL	2	1,2	1,2	96,4
	UMAR-UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA	3	1,8	1,8	98,2
	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORDESTE, E.P.E.	1	,6	,6	98,8
	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	1	,6	,6	99,4
	UNIVERSIDADE DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO	1	,6	,6	100,0
	Total	168	100,0	100,0	

Quadro 235. Designação NUTS I Dominante da Operação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Continente	168	100,0	100,0	100,0

Quadro 236. Região

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	28	16,7	16,7	16,7
	Centro	60	35,7	35,7	52,4
	Norte	79	47,0	47,0	99,4
	Norte, Centro, Alentejo	1	,6	,6	100,0
	Total	168	100,0	100,0	

Quadro 237. Multi NUTS II

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	167	99,4	99,4	99,4
	Sim	1	,6	,6	100,0
	Total	168	100,0	100,0	

Quadro 238. Designação NUTS II Dominante da Operação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		1	,6	,6	,6
	Alentejo	28	16,7	16,7	17,3
	Centro	60	35,7	35,7	53,0
	Norte	79	47,0	47,0	100,0
	Total	168	100,0	100,0	

Quadro 239. Multi NUTS III

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	125	74,4	74,4	74,4
	Não Aplicável	23	13,7	13,7	88,1
	Sim	20	11,9	11,9	100,0
	Total	168	100,0	100,0	

Quadro 240. Designação NUTS III Dominante

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		43	25,6	25,6	25,6
	Alentejo Central	3	1,8	1,8	27,4
	Alentejo Litoral	6	3,6	3,6	31,0
	Alto Alentejo	5	3,0	3,0	33,9
	Alto Minho	5	3,0	3,0	36,9
	Alto Tâmega	2	1,2	1,2	38,1
	Área Metropolitana do Porto	23	13,7	13,7	51,8
	Ave	3	1,8	1,8	53,6
	Baixo Alentejo	4	2,4	2,4	56,0
	Beira Baixa	4	2,4	2,4	58,3
	Beiras e Serra da Estrela	5	3,0	3,0	61,3
	Cávado	8	4,8	4,8	66,1
	Douro	7	4,2	4,2	70,2
	Lezíria do Tejo	2	1,2	1,2	71,4
	Médio Tejo	3	1,8	1,8	73,2
	Oeste	1	,6	,6	73,8
	Região de Aveiro	8	4,8	4,8	78,6
	Região de Coimbra	14	8,3	8,3	86,9
	Região de Leiria	9	5,4	5,4	92,3
	Tâmega e Sousa	5	3,0	3,0	95,2
	Terras de Trás-os-Montes	2	1,2	1,2	96,4
	Viseu Dão Lafões	6	3,6	3,6	100,0
	Total	168	100,0	100,0	

Quadro 241. Estatísticas descritivas: Nº de destinatários e Nº de destinatários diretos

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
NºdeDestinatários Nº de Destinatários	168	0	64920	180642	1075,25	6640,613
NºdeDestinatáriosDirectos Nº de Destinatários Directos	168	0	91650	660898	3933,92	12339,339
N válido (de lista)	168					

2. Ação 3.17.1 Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género e sensibilização e produção de materiais nestas áreas

PO ISE-37-2017-06 - Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género e sensibilização e produção de materiais nestas áreas

Quadro 242. Ano de início do projeto (PO ISE-37-2017-06)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2017	1	5,9	5,9	5,9
	2018	16	94,1	94,1	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 243. Ano de fim do projeto (PO ISE-37-2017-06)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2019	17	100,0	100,0	100,0

Quadro 244. Duração do projeto em meses (arredondamento)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	12	1	5,9	5,9	5,9
	14	1	5,9	5,9	11,8
	16	1	5,9	5,9	17,6
	17	2	11,8	11,8	29,4
	18	12	70,6	70,6	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 245. Duração do projeto em meses

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	12-18 meses	17	100,0	100,0	100,0

Quadro 246. Entidade Beneficiária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	ASSOCIAÇÃO FERNÃO MENDES PINTO	1	5,9	5,9	5,9
	ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE CASTELO DE PAIVA	1	5,9	5,9	11,8
	ASSOCIAÇÃO PLANO I	1	5,9	5,9	17,6
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA	1	5,9	5,9	23,5
	ASSOCIAÇÃO PROJECTO CRIAR	1	5,9	5,9	29,4
	CARITAS ARQUIDIOCESANA DE EVORA	1	5,9	5,9	35,3
	CASA DO POVO DE ABRAVESES	2	11,8	11,8	47,1
	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE VILA PRAIA DE ANCORA	1	5,9	5,9	52,9
	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	1	5,9	5,9	58,8
	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	1	5,9	5,9	64,7
	ESDIME - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ALENTEJO SUDOESTE CRL	1	5,9	5,9	70,6
	FISOOT - FORMAÇÃO, INTEGRAÇÃO SOCIAL E OFERTAS DE OPORTUNIDADES DE TRABALHO, CRL	1	5,9	5,9	76,5
	MOURA-SALÚQUIA - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO CONCELHO DE MOURA	1	5,9	5,9	82,4
	PSI-ON - ASSOCIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INTERVENÇÃO NAS COMUNIDADES	1	5,9	5,9	88,2
	TAIPA - ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO CONCELHO DE ODEMIRA CRL	1	5,9	5,9	94,1
	UMAR-UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA	1	5,9	5,9	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 247. Designação da Operação_N

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	"Vítimas Em Rede de Apoio" - VERA +	1	5,9	5,9	5,9
	Ancoragem Centro	1	5,9	5,9	11,8
	Ancoragem Norte	1	5,9	5,9	17,6
	Centro Gis - Centro de Respostas às Populações LGBTI	1	5,9	5,9	23,5
	EAAVVD de SJMadeira e EAAVVD de CH Baixo Mondego	1	5,9	5,9	29,4
	GAV do Porto: Apoio especializado a vítimas de violência doméstica	1	5,9	5,9	35,3
	GAVA - Gabinete de Apoio à Vítima	1	5,9	5,9	41,2
	Juntos contra a Violência	1	5,9	5,9	47,1
	JUSTIÇA ADAPTADA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA - JAVV	1	5,9	5,9	52,9
	MARIA – Estratégia Integrada de Intervenção para a Área da VDG no Médio Tejo	1	5,9	5,9	58,8
	NAV Évora | Resposta Integrada à Violência Doméstica	1	5,9	5,9	64,7
	Núcleo de Atendimento e Acompanhamento a Vítimas de Violência doméstica e de Gén	1	5,9	5,9	70,6
	Projeto EIR - Emancipação, Igualdade e Recuperação	1	5,9	5,9	76,5
	PROJETO TIC TAC _ Transformar Integrar, Comportamentos	1	5,9	5,9	82,4
	Recomeçar + perto	1	5,9	5,9	88,2
	REDE - Reunir, Escutar, Dinamizar, Educar	1	5,9	5,9	94,1

	SER IGUAL III	1	5,9	5,9	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 248. Resumo da Operação_N

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	A operação "Maria" tem como objetivo desenvolver respostas para a problemática da violência doméstica e de género em todos os Municípios da região do Médio Tejo. Pretende criar e dinamizar estruturas de apoio e atendimento e redes de resposta integrada nos concelhos da região. Para além disso, pretende (in)formar e sensibilizar para a temática a população em geral, técnicos/as de intervenção, professores/as e estudantes e a população idosa.	1	5,9	5,9	5,9
	A operação "Recomeçar + perto" tem como principal objetivo ampliar a rede de municípios solidários com as vítimas de VD e garantir a existência de uma resposta com capacidade para intervir junto das mesmas nos concelhos de Valença, Monção, Melgaço e Paredes de Coura, nomeadamente um gabinete de atendimento, em dias e horário a definir, de forma a promover a equidade de acesso aos serviços, colmatando dificuldades de transportes e acessibilidades	1	5,9	5,9	11,8
	Criação de uma Estrutura de atendimento a Vítimas de Violência em Vila Nova de Gaia, através do Gabinete JAVV – Justiça Adaptada a Vitimas de Violência, onde prestaremos apoio especializado a vítimas e às 15 estruturas de atendimento a Vítimas de VD protocoladas com a CIG, bem como às vítimas q as mesmas apoiam. Transferência da autorização da Ordem dos Advogados da APC para 15 estruturas, através de mecanismo criado para o efeito.	1	5,9	5,9	17,6
	Este projeto pretende prevenir e combater a violência doméstica nas suas várias formas: exposição de crianças à violência interparental, violência conjugal e contra idosos, através de ações de sensibilização dirigidas à comunidade (prevenção primária), intervenção com públicos-específicos (comunidade educativa, famílias acompanhadas pela CPCJ, RSI, cuidadores de idosos – prevenção secundária) e do acompanhamento de vítimas (prevenção terciária).	1	5,9	5,9	23,5
	Este projeto pretende prevenir e combater a violência doméstica nas suas várias formas: exposição de crianças à violência interparental, violência conjugal, e contra idosos, através de ações de sensibilização dirigidas à comunidade (prevenção primária), intervenção com públicos-específicos (comunidade educativa, famílias acompanhadas pela CPCJ, RSI, cuidadores de idosos – prevenção secundária) e do acompanhamento de vítimas (prevenção terciária)	1	5,9	5,9	29,4
	GAVA - Gabinete de Apoio à Vitima - atendimento, acompanhamento e apoio especializados a vítimas de violência doméstica e/ou de género. Promoção de ações de informação e sensibilização de prevenção à violência doméstica e/ou de género,dirigidas à comunidade local, que no conjunto garantem a promoção dos Direitos Humanos e o combate a todas as formas de violência e discriminação com base no género.	1	5,9	5,9	35,3
	O Centro Gis disponibiliza a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo (LGBTI), a familiares e significant others, serviços gratuitos e especializados, nomeadamente apoio psicológico, social, médico, aconselhamento jurídico, formação e consultadoria, bem como atendimento telefónico 24h. O seu âmbito de atuação prioritário é a violência doméstica e de género, integrando já a rede nacional de apoio a vítimas de violência doméstica.	1	5,9	5,9	41,2
	O proj. visa garantir a continuidade, através da atribuição de financiamentos, a duas Estruturas de Atendimento e Acompanhamento Especializado a VVD da CVP: S. João da Madeira e a do CH Baixo Mondego. A intervenção de uma equipa multidisciplinar nas area psicossocial e juridica visa minimizar impactos da vitimação e prevenir a revitimação, e despertar maior consciência nas VVD e promover nos territórios uma cultura que mitigue a VD e VG .	1	5,9	5,9	47,1
	O Projecto VERA + pretende capacitar o Gabinete VERA através da disponibilização de mais apoios especializados, como a intervenção psicológica individual e grupal, a informação jurídica, a supervisão clínica, e o aumento dos dias de atendimento em cada concelho de intervenção. É ainda objectivo investir na sensibilização para a violência doméstica e na divulgação do Gabinete VERA através de, por exemplo, exposições, outdoors, e sopt de rádio.	1	5,9	5,9	52,9
	O projeto destina-se a promover o atendimento, acompanhamento e apoio especializados a vítimas de violência doméstica e violência de género. Prevê ainda a prevenção e combate à violência doméstica e à violência de género, através do apoio direto e especializado às vítimas, através de uma equipa multidisciplinar e através de ações de sensibilização e informação, ações estas devidamente concertadas com entidades estratégicas do concelho.	1	5,9	5,9	58,8

	O Projeto TIC TAC contempla uma Resposta Integrada na Violência Doméstica. Esta resposta é decorrente de uma necessidade para o município como estando inserida numa estratégia global de intervenção na Prevenção e Combate da Violência Doméstica, visando o desenvolvimento de um trabalho conjunto com técnicos especializados em diferentes áreas, nomeadamente, em IG, em psicologia, em psiquiatria, em ação social e em direito.	1	5,9	5,9	64,7
	O projeto visa constituir serviço especializado de atendimento/acompanhamento a vítimas e uma Rede Local de intervenção intersectorial (Forças de Segurança, Ministério Público, Saúde, Segurança Social, Reinserção e Autarquia) num concelho onde estas respostas não existem. Pretende contribuir para alteração de crenças/comportamentos enraizados em contexto rural em 950 pessoas (alunos, vítimas, profissionais, idosos) através de ações de informação	1	5,9	5,9	70,6
	O SER IGUAL III é um projeto de apoio a vítimas de violência doméstica, que objetiva contribuir para a irradicação do fenómeno da violência doméstica e de gênero e para a promoção de políticas de igualdade. No sentido de concretizar estes objetivos, serão desenvolvidas as seguintes atividades: Divulgação do projeto, Gabinete de Apoio à Vitima, Grupos de Intervenção, Seminários de Violência Doméstica e Workshops de Formação.	1	5,9	5,9	76,5
	Para melhorar o apoio e proteção a vítimas de violência doméstica, contribuir para o reconhecimento e prevenção do fenómeno, o GAV do Porto irá: efetuar atendimento, acompanhamento e apoio individual especializado a vítimas de violência doméstica, contemplando a avaliação e gestão do risco; promover ações de informação e sensibilização para crianças, parceiros-chave e comunidade local; criar materiais informativos sobre violência doméstica.	1	5,9	5,9	82,4
	Pela eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, este projeto reforça a resposta a Vítimas de Violência Doméstica que o PRATI realiza, alargando o atendimento a Braga, e ao Apoio e Acompanhamento a Mulheres Vítimas de Violência Sexual, no Porto. A formação de técnicos especializados na violência sexual e a produção de manual de boas práticas no combate à VS e de uma antologia de histórias de vida complementam o projeto.	1	5,9	5,9	88,2
	Projeto de intervenção nas áreas da Igualdade de Género e Violência Doméstica que permite a cobertura de todo o território de intervenção do NAVBeja pelo seu serviço de atendimento, deslocalizando o mesmo para junto de cada município e criando em cada um respostas a nível da sensibilização de públicos estratégicos, da articulação e trabalho em rede e da definição de estratégias públicas de intervenção.	1	5,9	5,9	94,1
	Resposta de complementariedade e consolidação do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Évora (NAV), por forma a reforçar a resposta já existente no apoio a vítimas de violência doméstica. Surge pela necessidade de alargar e complementar a ação e o campo de actuação, possibilitando uma intervenção descentralizada, organizada e integrada.	1	5,9	5,9	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 249. Nº de Destinatários

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	5	29,4	29,4	29,4
	125	1	5,9	5,9	35,3
	195	1	5,9	5,9	41,2
	200	3	17,6	17,6	58,8
	207	1	5,9	5,9	64,7
	350	1	5,9	5,9	70,6
	60	1	5,9	5,9	76,5
	65	1	5,9	5,9	82,4
	853	1	5,9	5,9	88,2
	90	2	11,8	11,8	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 250. Nº de Destinatários Diretos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1	5,9	5,9	5,9
	10090	1	5,9	5,9	11,8
	12000	1	5,9	5,9	17,6
	15000	1	5,9	5,9	23,5

	17365	1	5,9	5,9	29,4
	2000	1	5,9	5,9	35,3
	2500	2	11,8	11,8	47,1
	27646	1	5,9	5,9	52,9
	30314	1	5,9	5,9	58,8
	350	1	5,9	5,9	64,7
	3853	1	5,9	5,9	70,6
	390	1	5,9	5,9	76,5
	60	1	5,9	5,9	82,4
	65	1	5,9	5,9	88,2
	70600	1	5,9	5,9	94,1
	90	1	5,9	5,9	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 251. Região

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	4	23,5	23,5	23,5
	Centro	4	23,5	23,5	47,1
	Norte	9	52,9	52,9	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 252. Multi NUTS II

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	17	100,0	100,0	100,0

Quadro 253. Designação NUTS II Dominante da Operação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	4	23,5	23,5	23,5
	Centro	4	23,5	23,5	47,1
	Norte	9	52,9	52,9	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 254. Multi NUTS III

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	8	47,1	47,1	47,1
	Não Aplicável	9	52,9	52,9	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 255. Designação NUTS III Dominante

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		9	52,9	52,9	52,9
	Área Metropolitana do Porto	2	11,8	11,8	64,7
	Ave	1	5,9	5,9	70,6
	Baixo Alentejo	1	5,9	5,9	76,5
	Douro	1	5,9	5,9	82,4
	Médio Tejo	1	5,9	5,9	88,2
	Região de Coimbra	1	5,9	5,9	94,1
	Viseu Dão Lafões	1	5,9	5,9	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 256. Multi Concelho

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	4	23,5	23,5	23,5
	Não Aplicável	9	52,9	52,9	76,5
	Sim	4	23,5	23,5	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 257. Estatísticas descritivas (PO ISE-37-2017-06)

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
DuracaoProj_MesesR Duração projeto: meses	17	12	18	292	17,18	1,704

NºdeDestinatários Nº de Destinatários	17	0	853	2635	155,00	206,490
NºdeDestinatáriosDirectos Nº de Destinatários Directos	17	0	70600	194823	11460,18	18095,029
N válido (de lista)	17					

PO ISE-37-2019-13 - Combate à violência de género/doméstica - Instrumentos Específicos de Proteção das Vítimas e de Acompanhamento dos Agressores na Violência Doméstica

Quadro 258. Ano de início do projeto (PO ISE-37-2019-13)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2019	41	97,6	97,6	97,6
	2020	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Quadro 259. Ano de fim do projeto (PO ISE-37-2019-13)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2021	3	7,1	7,1	7,1
	2022	39	92,9	92,9	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Quadro 260. Duração do projeto em meses (arredondamento)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	24	1	2,4	2,4	2,4
	25	1	2,4	2,4	4,8
	26	1	2,4	2,4	7,1
	30	1	2,4	2,4	9,5
	32	3	7,1	7,1	16,7
	33	3	7,1	7,1	23,8
	34	8	19,0	19,0	42,9
	35	7	16,7	16,7	59,5
	36	17	40,5	40,5	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Quadro 261. Duração do projeto em meses

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	>24-30 meses	4	9,5	9,5	9,5
	>30-36 meses	38	90,5	90,5	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Quadro 262. Entidade Beneficiária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	AMAR GAIA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE GAIA	1	2,4	2,4	2,4
	AMATO LUSITANO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	1	2,4	2,4	4,8
	APEPI-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E EDUCADORES PARA A INFANCIA	1	2,4	2,4	7,1
	ASM - ASSOCIAÇÃO SER MULHER	1	2,4	2,4	9,5
	ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DOS ARTISTAS DE BRAGANÇA	1	2,4	2,4	11,9
	ASSOCIAÇÃO FERNÃO MENDES PINTO	1	2,4	2,4	14,3
	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE FIGUEIRA	1	2,4	2,4	16,7
	ASSOCIAÇÃO PLANO I	2	4,8	4,8	21,4
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA	5	11,9	11,9	33,3
	ASSOCIAÇÃO PROJECTO CRIAR	1	2,4	2,4	35,7
	CARITAS ARQUIDIOCESANA DE BRAGA	1	2,4	2,4	38,1
	CARITAS ARQUIDIOCESANA DE EVORA	1	2,4	2,4	40,5
	CARITAS DIOCESANA DE AVEIRO	1	2,4	2,4	42,9
	CASA DO POVO DE ABRAVESES	2	4,8	4,8	47,6
	CASA DOS CHOUPOS - COOPERATIVA MULTISSECTORIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL	1	2,4	2,4	50,0
	CENTRO DE FORMAÇÃO ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO	1	2,4	2,4	52,4

	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE VILA PRAIA DE ANCORA	1	2,4	2,4	54,8
	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	1	2,4	2,4	57,1
	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA	1	2,4	2,4	59,5
	COOLABORA CRL	1	2,4	2,4	61,9
	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	3	7,1	7,1	69,0
	ESDIME - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ALENTEJO SUDOESTE CRL	1	2,4	2,4	71,4
	FISOOT - FORMAÇÃO, INTEGRAÇÃO SOCIAL E OFERTAS DE OPORTUNIDADES DE TRABALHO, CRL	1	2,4	2,4	73,8
	GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA	1	2,4	2,4	76,2
	GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL CRISTÃ	1	2,4	2,4	78,6
	INTERVIR.COM - ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL	1	2,4	2,4	81,0
	LIGA DOS AMIGOS DO CENTRO DE SAÚDE DE ALFÂNDEGA DA FÉ	1	2,4	2,4	83,3
	MOURA-SALÚQUIA - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO CONCELHO DE MOURA	1	2,4	2,4	85,7
	MULHER SÉCULO XXI - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÁS MULHERES	1	2,4	2,4	88,1
	MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL	1	2,4	2,4	90,5
	PSI-ON - ASSOCIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INTERVENÇÃO NAS COMUNIDADES	1	2,4	2,4	92,9
	SOPRO - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL DE SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO	1	2,4	2,4	95,2
	TAIPA - ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO CONCELHO DE ODEMIRA CRL	1	2,4	2,4	97,6
	UMAR-UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Quadro 263. Designação da Operação_N

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	EAAEVVD-CVP Gondomar “Silêncio Quebrado” e EAAEVVD-CVP Arcos Valdev "EspaÇo V"	1	2,4	2,4	2,4
	(des)Igualdades – Serviço de Apoio à Vítima	1	2,4	2,4	4,8
	AGIR	1	2,4	2,4	7,1
	Ancoragem Centro	1	2,4	2,4	9,5
	Ancoragem Norte	1	2,4	2,4	11,9
	C.A.S.A. - Centro de Apoio a Crianças Sexualmente Abusadas	1	2,4	2,4	14,3
	Centro Gis - Centro de Respostas às Populações LGBTI	1	2,4	2,4	16,7
	CHEGA +	1	2,4	2,4	19,0
	CIAVVD - Espaço Igual	1	2,4	2,4	21,4
	Delegação de Águeda da CVP - EAAEV - “Dar Voz”	1	2,4	2,4	23,8
	Descentralização do atendimento, acompanhamento e apoio às vítimas	1	2,4	2,4	26,2
	EAAEVVD - CVP DE PORTALEGRE - “BEM ME QUER”	1	2,4	2,4	28,6
	EIRII- Atendimento e Acompanhamento a Mulheres Vítimas de Violência Sexual	1	2,4	2,4	31,0
	Espaço Trevo	1	2,4	2,4	33,3
	Farol - Projeto de promoção da RIIVD (Rede Intermunicipal de Intervenção na VD)	1	2,4	2,4	35,7
	Gabinete de Apoio a vítimas de Violência Doméstica - Gabinete "Janela Aberta"	1	2,4	2,4	38,1
	Gabinete de Apoio às Vítimas de Violência "Quebrar o Silêncio"	1	2,4	2,4	40,5
	GAV de Braga: atendimento a vítimas de violência doméstica	1	2,4	2,4	42,9
	GAV de Coimbra: atendimento a vítimas de violência doméstica	1	2,4	2,4	45,2
	GAV de Vila Real: atendimento a vítimas de violência doméstica	1	2,4	2,4	47,6
	GAV do Alto Alentejo Oeste: atendimento a vítimas de violência doméstica	1	2,4	2,4	50,0

	GAV do Porto: atendimento a vítimas de violência doméstica	1	2,4	2,4	52,4
	GAVA - GABINETE DE APOIO À VÍTIMA	1	2,4	2,4	54,8
	Junt@s Contra a Violência II	1	2,4	2,4	57,1
	Maria II – Estratégia Integrada de Intervenção para a Área da VDG no Médio Tejo	1	2,4	2,4	59,5
	NAV Évora | Uma Resposta Integrada à Violência Doméstica	1	2,4	2,4	61,9
	Núcleo Intermunicipal de Intervenção em Vítimas de VD e VG (NIIV)	1	2,4	2,4	64,3
	Núcleos de Atendimento e Acompanhamento Baixo Mondego	1	2,4	2,4	66,7
	Projecto (+) Igualdade (-) Violência IV	1	2,4	2,4	69,0
	Projeto BeSafe	1	2,4	2,4	71,4
	Recomeçar + perto	1	2,4	2,4	73,8
	Rede Bem Me Quer	1	2,4	2,4	76,2
	Rede Intermunicipal e Integrada de Apoio à Vitima - RIIAV do Tâmega e Sousa	1	2,4	2,4	78,6
	Romã	1	2,4	2,4	81,0
	Romper violências silenciadas no concelho de São Pedro do Sul	1	2,4	2,4	83,3
	Saber AMAR+	1	2,4	2,4	85,7
	SER Igual - Serviço Especializado em Rede para a Igualdade e Não Discriminação	1	2,4	2,4	88,1
	SER IGUAL IV	1	2,4	2,4	90,5
	Ser Mulher	1	2,4	2,4	92,9
	UNi+ - Prevenção e Combate à Violência no Namoro no Ensino Superior	1	2,4	2,4	95,2
	VERA + Perto	1	2,4	2,4	97,6
	Violência Zero – Cova da Beira	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Quadro 264. Resumo da Operação_N

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	A APEPI pretende aprofundar a intervenção já desenvolvida na área do apoio às vitimas de VD e VG, implementando uma estrutura de atendimento de acordo com o modelo preconizado com a legislação em vigor (DR 2/2018, 24/1), assegurando de forma integrada, com carater de continuidade, o atendimento, o apoio e o reencaminhamento personalizado de vítimas, tendo em vista a sua proteção, e, promovendo também atividades de informação/sensibilização.	1	2,4	2,4	2,4
	A operação Recomeçar + perto teve o seu início em junho/2018 e o seu objetivo principal foi garantir a existência de uma resposta com capacidade para intervir junto das VVD nos concelhos de Valença, Monção, Melgaço e Paredes de Coura. A atual proposta vai no sentido da continuidade desta operação, mantendo em funcionamento a 3ª estrutura de atendimento a VVD no distrito de V.Castelo, identificada na Infografia RNAVVD, publicada pela CIG em 2018.	1	2,4	2,4	4,8
	A presente candidatura prevê garantir a continuidade da intervenção desenvolvida por esta EAVVD,bem como acautelar a eventualidade de deixar de ser atribuída a subvenção pela SECI.Assim,e com base na ENIND – Portugal + Igual – 2018-2030, o projeto tem dois grandes objetivos estratégicos: apoiar e acompanhar as vítimas de violência doméstica, no âmbito social, psicológico e jurídico e atuar ao nível prevenção junto de públicos estratégicos.	1	2,4	2,4	7,1
	Atendimento e Apoio Especializado a 280 Vítimas de Violência Doméstica nos Concelhos de Cantanhede, Mira, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, assentes em Redes Locais intersectoriais (Autarquias, Forças de Segurança, Ministério Público, Saúde, Segurança Social, ONG, DGRSP). Pretende contribuir para alteração de comportamentos enraizados em 480 pessoas (alunos/as, vítimas, profissionais, comunidade) através de ações de informação.	1	2,4	2,4	9,5

	Atendimento personalizado das mulheres vítimas de VD, numa política de proximidade e respeito, auxiliando-as num processo de empoderamento e autodeterminação. Acompanhamento especializado - psicológico, social e jurídico. Ações de sensibilização/informação na comunidade sobre Igualdade de Género e ações no âmbito da prevenção da violência nos agrupamentos escolares, com a produção de materiais de informação ajustados aos diferentes públicos.	1	2,4	2,4	11,9
	CHEGA+ Projeto de Prevenção/Intervenção em Violência Doméstica e de Género –centrado no apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género,proporciona uma estrutura de serviços de apoio e intervenção,promoção de informação,sensibilização e prevenção da vitimização,consciencialização sobre o fenómeno associado à violência de género,junto de jovens e da população adulta nos municípios de Amares,Vila Verde e Terras de Bouro.	1	2,4	2,4	14,3
	Com o Projeto CASA pretende-se realizar intervenção multidisciplinar especializada nas valências do apoio psicológico (individual e em grupo), social e jurídico, diretamente a crianças vítimas diretas e indiretas de abusos sexuais e às suas famílias. Pretende-se, ainda, a realização de sessões de supervisão e intervisão com técnicos/as do CASA e das entidades parceiras e consultadoria com especialista externo.	1	2,4	2,4	16,7
	Com o reforço da valência de apoio social do NAV de Bragança, pretende-se descentralizar/territorializar o atendimento e acompanhamento das vítimas na autonomização e construção de um projeto de vida afastado da violência (através da atribuição dos apoios previstos no Estatuto de Vítima) nos 9 concelhos do Distrito de Bragança onde não há qualquer resposta especializada nesta problemática em parceria com as Autarquias e as Redes Sociais Locais.	1	2,4	2,4	19,0
	Criação de estruturas territorializadas de atendimento, acompanhamento e apoio, social, psicológico e jurídico, a vítimas de violência doméstica e de género, em 7 concelhos e 2 freguesias do Distrito de Évora. Prestação de informação, sensibilização e prevenção primária sobre VD junto das comunidades daqueles concelhos, incluindo a produção e divulgação de material produzido no âmbito do projeto.	1	2,4	2,4	21,4
	Criação e funcionamento de um gabinete de apoio a VVD junto da população em geral do Concelho de VNG e territórios limítrofes, com especial enfoque nos/as idosos/as, através de sinalização, identificação, apoio ou encaminhamento das mesmas. Disponibilizar, de forma gratuita, confidencial e segura, serviços de apoio psicológico, social, jurídico, e de saúde. Capacitar profissionais através de ações e de recurso técnico-pedagógico.	1	2,4	2,4	23,8
	Dar continuidade à territorialização dos serviços de apoio à vítima e à intervenção da Rede Integrada de Apoio à Pessoa Idosa no distrito.Criação de um manual para desenvolver competências pessoais e sociais para a igualdade de género/não-violência.Construção de vídeos por alun@s do 1º ciclo promovendo prevenção de comportamentos violentos.Realização seminário sobre Prevenção e o Combate das PTN, a MGF e os Casamentos Infantis,Precoces e Forçado	1	2,4	2,4	26,2
	Desde 2006 que o Espaço Trevo é estrutura de atendimento/acompanhamento/apoio especializado a vítimas de violência doméstica e de género. Realiza campanhas de sensibilização e produz materiais formativos/informativos. Foi financiado pelos Programas CLDS, CLDS3G e PROGRIDE e presta assessoria técnica ao DIAP de Aveiro – SMF. A sua atividade com respostas inovadoras, diferenciadas e em rede com parceiros estratégicos e é alargada a 6 Municípios.	1	2,4	2,4	28,6
	Esta candidatura visa a constituição de uma EAAEVD em 5 concelhos da CIM da Região de Aveiro (Sever do Vouga, Albergaria-a-Velha, Águeda, Anadia e Oliveira do Bairro). Pretende-se criar resposta específica dirigida à proteção às vítimas , dando continuidade e melhorando a intervenção do Gabinete de Informação e Estabilização a funcionar desde Fev de 2019, sem financiamento, no âmbito de protocolo com a CIG e o MP.	1	2,4	2,4	31,0

	Esta operação assume-se como uma ação estratégica de territorialização e multirregulação local da prevenção e combate à violência doméstica e de género. Esta ação perspetiva uma intervenção em rede, articulada, multidisciplinar e intersetorial, baseada numa metodologia de compromisso e coresponsabilização orientada para as necessidades e prioridades específicas,numa lógica de trabalho cooperativo e colaborativo localmente comprometido.	1	2,4	2,4	33,3
	Este projeto de continuidade pretende prevenir e combater a violência doméstica nas suas várias formas: exposição de crianças à violência interparental, violência conjugal e contra idosos, através de ações de sensibilização dirigidas à comunidade (prevenção primária), intervenção com públicos-específicos (famílias acompanhadas pela CPCJ, RSI, cuidadores de idosos – prevenção secundária) e do acompanhamento de vítimas (prevenção terciária).	2	4,8	4,8	38,1
	Este Projeto tem como objetivo geral a promoção de uma cultura de tolerância zero à violência no namoro no Ensino Superior português, atuando em 4 eixos complementares: 1) formação e sensibilização, 2) atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência no namoro, 3) investigação científica e 4) produção e divulgação de conteúdos e materiais.	1	2,4	2,4	40,5
	Este projeto visa a reabertura do Espaço de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e/ou de Género, serviço especializado fundamental no apoio e acompanhamento especializado a Vítimas, inexistente de momento, no maior concelho do país (nº de freguesias). Potenciará ainda atividades de prevenção primária deste fenómeno, de informação e sensibilização comunitária, bem como a criação de materiais formativos para públicos específicos.	1	2,4	2,4	42,9
	O (des)Igualdades pretende implementar um processo de territorialização das respostas de prevenção, proteção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, através de uma atuação em rede, multidisciplinar e intersectorial nos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago Cacém e Sines. Objetiva assegurar, com caráter de continuidade, o atendimento, apoio e encaminhamento personalizado de vítimas, tendo em vista a sua proteção.	1	2,4	2,4	45,2
	O Centro Gis disponibiliza a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo (LGBTI), a familiares e significant others, serviços gratuitos e especializados, nomeadamente apoio psicológico, social, médico, aconselhamento jurídico, formação e consultadoria, bem como atendimento telefónico 24h. O seu âmbito de atuação prioritário é a violência doméstica e de género, integrando já a rede nacional de apoio a vítimas de violência doméstica.	1	2,4	2,4	47,6
	O EIRII, visa o apoio e acompanhamento de mulheres vítimas de violência sexual, com apoio psicológico e jurídico especializados e grupos de interajuda (GIRA), uma vez que não existem centros de apoio específicos para este tipo de vítimas em número suficiente em Portugal.	1	2,4	2,4	50,0
	O gabinete Janela Aberta, pretende da continuidade ao trabalho técnico desenvolvido no sentido de dar resposta às necessidades das vítimas de violência doméstica, operando nas vertentes da intervenção e prevenção, concretizadas no apoio psicossocial e jurídico a vítimas de violência doméstica, nas ações de sensibilização à comunidade local e escola e nas campanhas de sensibilização no sentido mais abrangente da promoção da igualdade de género.	1	2,4	2,4	52,4
	O GAVA é uma estrutura de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e de género que opera no concelho de Odemira. Promove também ações de informação e sensibilização no âmbito da violência doméstica e violência de género dirigidas à comunidade local, com vista à consolidação da rede de parceiros e em prol da eficácia e eficiência na resposta ao nível da prevenção, proteção e assistência às vítimas	1	2,4	2,4	54,8

	O projecto candidato visa o funcionamento de duas Estruturas de Atendimento com acompanhamento especializado a Vítimas de Violência, assegurado por equipas técnicas, multidisciplinares, que asseguram uma intervenção psicossocial e apoio jurídico, para uma tomada decisão consciente. A metodologia de intervenção, visa reverter e/ou minimizar impactos da vitimização e prevenir a revitimização, ao despertar maior consciência nas VVD.	1	2,4	2,4	57,1
	O projecto Violência Zero – Cova da Beira visa assegurar a continuidade da intervenção em curso no âmbito do protocolo de territorialização da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica. Prevê o funcionamento dos Gabinetes de Apoio a Vítimas de Belmonte e Covilhã e o apoio às vítimas dos 3 concelhos; a dinamização da Rede Violência Zero que envolve 23 organizações e a realização de actividades de sensibilização da comunidade.	1	2,4	2,4	59,5
	O projeto BeSafe carateriza-se por uma resposta efetiva às necessidades identificadas no Distrito de Aveiro, garantindo a consolidação e capacidade de resposta do Núcleo de Atendimento a Vitimas de Violência Doméstica, ao nível do atendimento, acompanhamento e apoio direto e especializado às vítimas de violência doméstica e de género.	1	2,4	2,4	61,9
	O projeto destina-se a dar continuidade ao trabalho até agora desenvolvido no âmbito do atendimento, acompanhamento e apoio especializados a vítimas de VD e de VG, assegurado por uma equipa multidisciplinar com conhecimento adquirido a partir da anterior candidatura. Prevê ainda a prevenção e combate à VD e VG através de ações de sensibilização e informação devidamente concertadas com entidades estratégicas do concelho.	1	2,4	2,4	64,3
	O projeto Maria II tem como principal objetivo dar continuidade à intervenção iniciada no âmbito do projeto Maria – POISE-03-4437-FSE-000119 –, consolidando as respostas das estruturas municipais de apoio e acompanhamento a vítimas de violência doméstica e das redes locais de resposta integrada à problemática da VDG na região do Médio Tejo. Pretende também (in)formar e sensibilizar para a temática da VDG docentes e estudantes e a população idosa	1	2,4	2,4	66,7
	O Projeto NIIV visa dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nos Municípios de Alfândega da Fé e Torre de Moncorvo,através das sinergias locais firmadas no Protocolo para uma Estratégia de Combate de Violência Doméstica e de Género(2017-2019), em que fez parte a SECI e a CIG,e primará por alcançar uma resposta ainda mais eficaz e eficiente no combate e prevenção ao flagelo da vd e vg na zona sul do Distrito de Bragança.	1	2,4	2,4	69,0
	O projeto propõe aumentar a qualidade do apoio psicológico, jurídico e social prestado pelo Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica. As ações visam dinamizar os processos de intervenção no terreno através da ativação da Rede Intermunicipal de Intervenção na Violência Doméstica (RIIVD) e do alargamento massivo de ações de sensibilização neste território. Como suporte às ações serão construídos materiais formativos e informativos.	1	2,4	2,4	71,4
	O projeto Romã tem sede de implementação no distrito de Leiria e visa responder ao objetivo "Apoiar e proteger-ampliar e consolidar a intervenção" do PAVMVD da ENIND.Adota uma abordagem integrada ao nível do distrito,pretendendo trabalhar ao nível do atendimento e apoio especializado a vítimas de VD; da informação e prevenção primária junto da comunidade local; e da preparação e reprodução de materiais (in)formativos de suporte às atividades.	1	2,4	2,4	73,8
	O SER IGUAL IV é um projecto de apoio a vítimas de violência doméstica, que objectiva contribuir para a erradicação do fenómeno da violência doméstica e de género e para a promoção de políticas de igualdade. No sentido de concretizar estes objectivos, serão desenvolvidas as seguintes actividades: Divulgação do Projecto, Gabinete de Apoio à Vitima, Grupos de Apoio, Seminário de Violência Doméstica e Workshops de Sensibilização.	1	2,4	2,4	76,2

	Para consolidar a intervenção da APAV na Área Metropolitana do Porto ao nível do apoio e proteção às vítimas de violência doméstica, este Projeto inclui: atendimento, acompanhamento e apoio individual especializado a vítimas de violência doméstica; atividades de informação e sensibilização para crianças, parceiros-chave e comunidade local; edição de materiais de informativos de suporte ao reconhecimento do fenómeno de violência doméstica.	1	2,4	2,4	78,6
	Para consolidar a intervenção da APAV na CI da Região de Coimbra ao nível do apoio e proteção às vítimas de violência doméstica, este Projeto integra: atendimento, acompanhamento e apoio individual especializado a vítimas de violência doméstica; atividades de informação e sensibilização para crianças, parceiros-chave e comunidade local; edição de materiais de informativos de suporte ao reconhecimento do fenómeno de violência doméstica.	1	2,4	2,4	81,0
	Para consolidar a intervenção da APAV na CI do Douro ao nível apoio e proteção às vítimas de violência doméstica, este Projeto inclui: o atendimento, acompanhamento e apoio individual especializado a vítimas de violência doméstica; atividades de informação e sensibilização para crianças, parceiros-chave e comunidade local; preparação e edição de materiais de informativos de suporte ao reconhecimento do fenómeno de violência doméstica.	1	2,4	2,4	83,3
	Para consolidar a intervenção da APAV no território abrangido pela CIMAA ao nível do apoio e proteção às vítimas de violência doméstica, este Projeto inclui: atendimento, acompanhamento e apoio individual especializado a vítimas de violência doméstica; atividades de informação e sensibilização para crianças, parceiros-chave e comunidade local; edição de materiais informativos de suporte ao reconhecimento do fenómeno da violência doméstica.	1	2,4	2,4	85,7
	Para consolidar a intervenção da APAV no território da CI do Cávado ao nível do apoio e proteção às vítimas de violência doméstica, este Projeto integra: atendimento, acompanhamento e apoio individual especializado a vítimas de violência doméstica; atividades de informação e sensibilização para crianças, parceiros-chave e comunidade local; edição de materiais informativos de suporte ao reconhecimento do fenómeno da violência doméstica.	1	2,4	2,4	88,1
	Pretende a descentralização do atendimento, encaminhamento e acompanhamento de vítimas de VD e/ou género nos concelhos: Guarda,Sabugal,Pinhel e Almeida,envolvendo e capacitando organizações educativas na prevenção e combate à VG e de IG. Compreendendo o papel facilitador dos órgãos de comunicação,através do Jornal e da rádio na mudança de hábitos, condutas e costumes.	1	2,4	2,4	90,5
	Prevenir e combater a Violência Doméstica e de Género através do apoio especializado a vítimas de violência doméstica, nomeadamente ao nível social, psicológico e jurídico. Sensibilizar e informar as pessoas vítimas de violência doméstica, a comunidade em que estão inseridas, bem como técnicas/os de intervenção social local para a problemática da Violência Doméstica e de Género.	1	2,4	2,4	92,9
	Projeto de intervenção nas áreas da Igualdade de Género e Violência Doméstica que permite a cobertura de todo o território de intervenção do NAVBeja pelo seu serviço de atendimento, deslocalizando o mesmo para junto de cada município e criando em cada um respostas a nível da sensibilização de públicos estratégicos, da articulação e trabalho em rede e da definição de estratégias participadas de intervenção	1	2,4	2,4	95,2
	Reforçar o CIAVVD, como resposta integrada para o acompanhamento de Vítimas de VD e Crianças e Jovens expostos a situações de violência interparental. Promover a sensibilização para as questões de género e para a prevenção e combate da VD junto da comunidade, bem como capacitar os agentes locais. Assegurar o Modelo Colaborativo em Rede, com base na cooperação e reflexão integrada e participativa de todos os agentes locais.	1	2,4	2,4	97,6

	Resposta de complementariedade e consolidação do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Évora (NAV), por forma a reforçar a resposta já existente no apoio a vítimas de violência doméstica. Surge pela necessidade de alargar e complementar a ação e o campo de actuação, possibilitando uma intervenção descentralizada, organizada, territorializada e integrada.	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Quadro 265. Nº de Destinatários

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	9	21,4	21,4	21,4
	100	3	7,1	7,1	28,6
	1080	1	2,4	2,4	31,0
	110	2	4,8	4,8	35,7
	111	1	2,4	2,4	38,1
	12	1	2,4	2,4	40,5
	120	1	2,4	2,4	42,9
	1250	1	2,4	2,4	45,2
	1440	1	2,4	2,4	47,6
	150	1	2,4	2,4	50,0
	1550	1	2,4	2,4	52,4
	180	1	2,4	2,4	54,8
	250	1	2,4	2,4	57,1
	275	1	2,4	2,4	59,5
	28	1	2,4	2,4	61,9
	280	1	2,4	2,4	64,3
	300	3	7,1	7,1	71,4
	30250	1	2,4	2,4	73,8
	320	1	2,4	2,4	76,2
	356	1	2,4	2,4	78,6
	360	1	2,4	2,4	81,0
	400	1	2,4	2,4	83,3
	432	1	2,4	2,4	85,7
	472	1	2,4	2,4	88,1
	48070	1	2,4	2,4	90,5
	630	1	2,4	2,4	92,9
	64920	1	2,4	2,4	95,2
	750	1	2,4	2,4	97,6
	90	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Quadro 266. Nº de Destinatários Diretos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	8	19,0	19,0	19,0
	1082	1	2,4	2,4	21,4
	1095	1	2,4	2,4	23,8
	14225	1	2,4	2,4	26,2
	150	1	2,4	2,4	28,6
	15000	6	14,3	14,3	42,9
	1550	1	2,4	2,4	45,2
	1600	1	2,4	2,4	47,6
	170	1	2,4	2,4	50,0
	1824	1	2,4	2,4	52,4
	1875	1	2,4	2,4	54,8
	2000	1	2,4	2,4	57,1
	20222	1	2,4	2,4	59,5
	22090	1	2,4	2,4	61,9
	2650	2	4,8	4,8	66,7
	280	1	2,4	2,4	69,0
	2880	1	2,4	2,4	71,4
	2970	1	2,4	2,4	73,8

	30	1	2,4	2,4	76,2
	3000	1	2,4	2,4	78,6
	350	1	2,4	2,4	81,0
	3750	1	2,4	2,4	83,3
	4250	1	2,4	2,4	85,7
	4945	1	2,4	2,4	88,1
	500	1	2,4	2,4	90,5
	5150	1	2,4	2,4	92,9
	82	1	2,4	2,4	95,2
	90070	1	2,4	2,4	97,6
	91650	1	2,4	2,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Quadro 267. Região

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	8	19,0	19,0	19,0
	Centro	12	28,6	28,6	47,6
	Norte	22	52,4	52,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Quadro 268. Multi NUTS II

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	42	100,0	100,0	100,0

Quadro 269. Designação NUTS II Dominante da Operação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	8	19,0	19,0	19,0
	Centro	12	28,6	28,6	47,6
	Norte	22	52,4	52,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Quadro 270. Multi NUTS III

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	39	92,9	92,9	92,9
	Sim	3	7,1	7,1	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Quadro 271. Designação NUTS III Dominante

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		3	7,1	7,1	7,1
	Alentejo Central	2	4,8	4,8	11,9
	Alentejo Litoral	2	4,8	4,8	16,7
	Alto Alentejo	2	4,8	4,8	21,4
	Alto Minho	2	4,8	4,8	26,2
	Área Metropolitana do Porto	7	16,7	16,7	42,9
	Ave	1	2,4	2,4	45,2
	Baixo Alentejo	2	4,8	4,8	50,0
	Beiras e Serra da Estrela	2	4,8	4,8	54,8
	Cávado	5	11,9	11,9	66,7
	Douro	2	4,8	4,8	71,4
	Médio Tejo	1	2,4	2,4	73,8
	Região de Aveiro	2	4,8	4,8	78,6
	Região de Coimbra	2	4,8	4,8	83,3
	Região de Leiria	2	4,8	4,8	88,1
	Tâmega e Sousa	2	4,8	4,8	92,9
	Terras de Trás-os-Montes	1	2,4	2,4	95,2
	Viseu Dão Lafões	2	4,8	4,8	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Quadro 272. Multi Concelho

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa

Válido	Não	21	50,0	50,0	50,0
	Sim	21	50,0	50,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Quadro 273. Estatísticas descritivas (PO ISE-37-2019-13)

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
DuracaoProj_MesesR Duração projeto: meses	42	24	36	1429	34,02	2,926
NºdeDestinatários Nº de Destinatários	42	0	64920	155196	3695,14	12950,795
NºdeDestinatáriosDirectos Nº de Destinatários Directos	42	0	91650	373090	8883,10	19624,106
N válido (de lista)	42					

PO ISE-37-2020-01 - Combate à violência de género/doméstica - Instrumentos Específicos de Proteção das Vítimas e de Acompanhamento dos Agressores na Violência Doméstica

Quadro 274. Ano de início do projeto (PO ISE-37-2020-01)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2020	7	70,0	70,0	70,0
	2021	3	30,0	30,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Quadro 275. Ano de fim do projeto (PO ISE-37-2020-01)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2021	7	70,0	70,0	70,0
	2022	2	20,0	20,0	90,0
	2023	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Quadro 276. Duração dos projetos em meses (arredondamento)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	16	1	10,0	10,0	10,0
	17	1	10,0	10,0	20,0
	18	3	30,0	30,0	50,0
	19	1	10,0	10,0	60,0
	24	4	40,0	40,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Quadro 277. Duração dos projetos em meses

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	12-18 meses	5	50,0	50,0	50,0
	>18-24 meses	1	10,0	10,0	60,0
	>24-30 meses	4	40,0	40,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Quadro 278. Entidade Beneficiária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	ADIBER - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BEIRRA SERRA	1	10,0	10,0	10,0
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA	2	20,0	20,0	30,0
	CENTRO DE FORMAÇÃO ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO	1	10,0	10,0	40,0
	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE	1	10,0	10,0	50,0
	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	2	20,0	20,0	70,0
	DUECEIRA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO CEIRA E DUEÇA	1	10,0	10,0	80,0
	FUNDAÇÃO FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELES	1	10,0	10,0	90,0

	MUNICÍPIO DO FUNDÃO	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Quadro 279. Designação da Operação_N

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	"6 em Rede"	1	10,0	10,0	10,0
	Beira Serra: Sim à Igualdade, Não à Violência!	1	10,0	10,0	20,0
	EAAVVD - "Um Novo Começo" da CVP de Chaves	1	10,0	10,0	30,0
	EAAVVD - CVP "Renascer & Valorizar"	1	10,0	10,0	40,0
	EQUIPA MÓVEL DE APOIO À VÍTIMA (EMAV) DA LEZÍRIA DO TEJO	1	10,0	10,0	50,0
	EQUIPA MÓVEL DE APOIO À VÍTIMA (EMAV) DO DOURO	1	10,0	10,0	60,0
	ESTRUTURA INTERCONCELHIA DE APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO	1	10,0	10,0	70,0
	Gabinete de Apoio à Vítima OESTECIM em cooperação com APAV	1	10,0	10,0	80,0
	GIAV - Gabinete Pela Igualdade e de Apoio à Vítima	1	10,0	10,0	90,0
	Projecto(+) Igualdade(-) Violência IV PLUS	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Quadro 280. Resumo da Operação_N

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Para consolidar a intervenção da APAV na prevenção e combate à violência doméstica no território da CIM Douro, este Projeto inclui: atendimento, apoio e acompanhamento a vítimas, a partir do GAV de Vila Real e em itinerância por outros 6 municípios da região; informação e sensibilização da comunidade escolar, parceiros-chave e população; edição de materiais informativos sobre violência doméstica e os serviços de apoio da APAV no território.	1	10,0	10,0	10,0
	Para consolidar a intervenção da APAV na prevenção e combate à violência doméstica no território da CIMLT, este Projeto inclui: atendimento, apoio e acompanhamento, em itinerância pelos municípios da Lezíria do Tejo, a vítimas de violência doméstica; informação e sensibilização da comunidade escolar, parceiros-chave e população; edição de materiais informativos sobre violência doméstica e os serviços de apoio prestados pela APAV no território.	1	10,0	10,0	20,0
	A Dueceira propõe-se a oferecer uma resposta às vítimas de violência doméstica e violência de género, através da criação de um gabinete de atendimento. Este gabinete traduzir-se-á numa unidade itinerante de intervenção, aconselhamento e encaminhamento em assuntos de IG, VD e VG, recorrendo a uma intervenção de natureza transversal, que consagre a mobilização para os recursos locais internos e externos.	1	10,0	10,0	30,0
	Esta operação permitirá a dinamização de um espaço de apoio a vítimas e de intervenção integrada ao nível da prevenção e combate à violência doméstica e de género no Município do Fundão. Tem como missão apoiar as vítimas e suas famílias, prestando-lhes serviços personalizados, presenciais e gratuitos, respeitando a confidencialidade e a escuta ativa. Será também promovido o apoio técnico-pedagógico a profissionais e a sensibilização comunitária.	1	10,0	10,0	40,0
	O Gabinete Intermunicipal de Apoio à Vítima pretende-se constituir como estrutura de abrangência regional ao nível dos municípios do Oeste e destina-se a apoiar vítimas de violência doméstica da região. A CIM Oeste espera, através da criação desta resposta, a operar pela APAV, garantir a estas vítimas o acesso a atendimento e apoio emocional, prático e especializado, ao nível social, psicológico e jurídico, em função das necessidades individuais	1	10,0	10,0	50,0
	O projecto candidato visa o funcionamento de uma estrutura de atendimento com acompanhamento especializado a Vítimas de Violência, assegurado por equipa multidisciplinar, que assegure uma intervenção psicossocial e apoio jurídico, para uma tomada de decisão consciente. A metodologia de intervenção, visa reverter e/ou minimizar impactos da vitimização e prevenir a revitimização, ao despertar maior consciência nas VVD.	1	10,0	10,0	60,0

	O projeto "ESTRUTURA INTERCONCELHIA DE APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO" tem como objetivo a intervenção no âmbito do atendimento, acompanhamento e apoio especializados a vítimas de violência doméstica e violência de género, prestando apoio jurídico, social e psicológico. Serão também desenvolvidas ações no âmbito da sensibilização e da produção de material formativo e informativo de suporte às atividades.	1	10,0	10,0	70,0
	O PROJETO VISA A CRIAÇÃO DE UMA ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO E APOIO A VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, NA REGIÃO DA BEIRA SERRA, SENDO DOTADA DE RECURSOS HUMANOS COM FORMAÇÃO ESPECIFICA EM TAV, COLMATANDO UMA LACUNA IDENTIFICADA NO TERRITÓRIO. ESTA ESTRUTURA, QUE TAMBÉM PROMOVE UMA AÇÃO PREVENTIVA, SERÁ CARATERIZADA PELA PROXIMIDADE AOS BENEFICIÁRIOS E PELO TRABALHO DE ARTICULAÇÃO ENTRE OS VÁRIOS PARCEIROS.	1	10,0	10,0	80,0
	Pretende a descentralização do atendimento, encaminhamento e acompanhamento de vítimas de violência doméstica e/ou género nos concelhos: da Mêda, Trancoso, Aguiar da Beira, Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Gouveia, Seia, Manteigas e Vila Nova de Foz Côa, envolvendo e capacitando organizações educativas na prevenção e combate à violência de género e de igualdade de género.	1	10,0	10,0	90,0
	Pretende-se criar uma resposta integrada dirigida à prevenção e proteção de vítimas de violência doméstica, garantindo a continuidade, o alargamento e melhorando as intervenções. O proj evidencia a parceria entre duas estruturas locais da CVP - Póvoa do Varzim e Maia, cuja intervenção incidirá sobre três concelhos limítrofes – Póvoa do Varzim, Vila do Conde e Maia. A parceria e colaboração com as autarquias é efetiva e protocolada.	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Quadro 281. Nº de Destinatários

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	4	40,0	40,0	40,0
	100	1	10,0	10,0	50,0
	130	1	10,0	10,0	60,0
	274	1	10,0	10,0	70,0
	30	1	10,0	10,0	80,0
	375	1	10,0	10,0	90,0
	60	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Quadro 282. Nº de Destinatários Diretos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	3	30,0	30,0	30,0
	1030	1	10,0	10,0	40,0
	115	1	10,0	10,0	50,0
	15000	3	30,0	30,0	80,0
	25375	1	10,0	10,0	90,0
	90	1	10,0	10,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Quadro 283. Região

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	1	10,0	10,0	10,0
	Centro	5	50,0	50,0	60,0
	Norte	4	40,0	40,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Quadro 284. Multi NUTS II

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	10	100,0	100,0	100,0

Quadro 285. Designação NUTS II Dominante da Operação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	1	10,0	10,0	10,0
	Centro	5	50,0	50,0	60,0

	Norte	4	40,0	40,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Quadro 286. Multi NUTS III

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	8	80,0	80,0	80,0
	Sim	2	20,0	20,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Quadro 287. Designação NUTS III Dominante

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		2	20,0	20,0	20,0
	Alto Tâmega	1	10,0	10,0	30,0
	Área Metropolitana do Porto	1	10,0	10,0	40,0
	Beiras e Serra da Estrela	1	10,0	10,0	50,0
	Douro	1	10,0	10,0	60,0
	Lezíria do Tejo	1	10,0	10,0	70,0
	Oeste	1	10,0	10,0	80,0
	Região de Coimbra	2	20,0	20,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Quadro 288. Multi Concelho

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	4	40,0	40,0	40,0
	Sim	6	60,0	60,0	100,0
	Total	10	100,0	100,0	

Quadro 289. Estatísticas descritivas (PO ISE-37-2020-01)

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
DuracaoProj_MesesR Duração projeto: meses	10	16	24	202	20,20	3,360
NºdeDestinatários Nº de Destinatários	10	0	375	969	96,90	130,471
NºdeDestinatáriosDirectos Nº de Destinatários Directos	10	0	25375	71610	7161,00	9470,267
N válido (de lista)	10					

PO ISE-37-2021-01 - Instrumentos Específicos de Proteção das Vítimas e de Acompanhamento dos Agressores na Violência Doméstica

Quadro 290. Ano de início do projeto (PO ISE-37-2021-01)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2021	31	100,0	100,0	100,0

Quadro 291. Ano de fim do projeto (PO ISE-37-2021-01)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2022	30	96,8	96,8	96,8
	2023	1	3,2	3,2	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Quadro 292. Duração dos projetos em meses (arredondamento)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	14	2	6,5	6,5	6,5
	15	6	19,4	19,4	25,8
	16	9	29,0	29,0	54,8
	17	2	6,5	6,5	61,3
	18	7	22,6	22,6	83,9
	19	3	9,7	9,7	93,5
	20	1	3,2	3,2	96,8

	21	1	3,2	3,2	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Quadro 293. Duração dos projetos em meses

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	12-18 meses	26	83,9	83,9	83,9
	>18-24 meses	5	16,1	16,1	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Quadro 294. Entidade Beneficiária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	AMATO LUSITANO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	1	3,2	3,2	3,2
	ASM - ASSOCIAÇÃO SER MULHER	1	3,2	3,2	6,5
	ASSOCIAÇÃO PLANO I	1	3,2	3,2	9,7
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA	4	12,9	12,9	22,6
	ASSOCIAÇÃO PROJECTO CRIAR	1	3,2	3,2	25,8
	CARITAS DIOCESANA DE AVEIRO	1	3,2	3,2	29,0
	CASA DO POVO DE ABRAVESES	1	3,2	3,2	32,3
	CASA DOS CHOUPOS - COOPERATIVA MULTISSECTORIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL	1	3,2	3,2	35,5
	CENTRO DE FORMAÇÃO ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO	1	3,2	3,2	38,7
	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE VILA PRAIA DE ANCORA	1	3,2	3,2	41,9
	CIM DO AVE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE	1	3,2	3,2	45,2
	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	1	3,2	3,2	48,4
	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA	1	3,2	3,2	51,6
	COOLABORA CRL	1	3,2	3,2	54,8
	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	4	12,9	12,9	67,7
	DUECEIRA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO CEIRA E DUEÇA	1	3,2	3,2	71,0
	FISOOT - FORMAÇÃO, INTEGRAÇÃO SOCIAL E OFERTAS DE OPORTUNIDADES DE TRABALHO, CRL	1	3,2	3,2	74,2
	GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA	1	3,2	3,2	77,4
	GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL CRISTÃ	1	3,2	3,2	80,6
	INTERVIR.COM - ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL	1	3,2	3,2	83,9
	LIGA DOS AMIGOS DO CENTRO DE SAÚDE DE ALFÂNDEGA DA FÉ	1	3,2	3,2	87,1
	MOURA-SALÚQUIA - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO CONCELHO DE MOURA	1	3,2	3,2	90,3
	MULHER SÉCULO XXI - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÁS MULHERES	1	3,2	3,2	93,5
	SOPRO - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL DE SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO	1	3,2	3,2	96,8
	UMAR-UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA	1	3,2	3,2	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Quadro 295. Designação da Operação_N

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	"Um Novo Começo" - RAP para crianças e jovens vítimas de violência doméstica	1	3,2	3,2	3,2
	6 em Rede – extensão de RAP para crianças e jovens VVD	1	3,2	3,2	6,5
	Âncora Jovem	1	3,2	3,2	9,7
	Arco-íris	1	3,2	3,2	12,9
	AURORA	1	3,2	3,2	16,1
	Bem Me Quer - RAP crianças e jovens vítimas de violência doméstica	1	3,2	3,2	19,4
	CorAção com Voz	1	3,2	3,2	22,6
	Dar Voz - RAP para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica	1	3,2	3,2	25,8
	Espaço Lara - Apoio Psicológico para Crianças e Jovens VVD	1	3,2	3,2	29,0

	ETAV - RAP SER CRIANÇA, SER JOVEM	1	3,2	3,2	32,3
	Gabinete Girassol	1	3,2	3,2	35,5
	PRA TI - Crianças e Jovens	1	3,2	3,2	38,7
	Projecto (+) Igualdade (-) Violência IV - "Crescer em Equilíbrio"	1	3,2	3,2	41,9
	PSI plus Alto Alentejo Oeste: apoio a crianças e jovens vítimas de violência	1	3,2	3,2	45,2
	PSI plus Braga: apoio a crianças e jovens vítimas de violência	1	3,2	3,2	48,4
	PSI plus Douro: apoio a crianças e jovens vítimas de violência	1	3,2	3,2	51,6
	PSI plus Lezíria do Tejo: apoio a crianças e jovens vítimas de violência	1	3,2	3,2	54,8
	RAP	1	3,2	3,2	58,1
	RAP - Cova da Beira	1	3,2	3,2	61,3
	RAP - Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência	1	3,2	3,2	64,5
	RAP – Resposta de Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas de violência	1	3,2	3,2	67,7
	RAP Médio Tejo - Respostas de Apoio Psicológico na Região do Médio Tejo	1	3,2	3,2	71,0
	RAP Municípios das Terras de Santa Maria, powered by Espaço Trevo	1	3,2	3,2	74,2
	RAP-CVP-AMP: Garantir Melhor Proteção aos Menores Vítimas de Violência !	1	3,2	3,2	77,4
	RAP-Resposta de apoio psicológico para crianças e jovens vítimas de VD	1	3,2	3,2	80,6
	Rede Intermunicipal e Integrada de Respostas de Apoio Psicológico	1	3,2	3,2	83,9
	Resposta de Apoio Psicológico - NavBeja	1	3,2	3,2	87,1
	Resposta de Apoio Psicológico do Alentejo Litoral (RAP-AL)	1	3,2	3,2	90,3
	Resposta de Apoio Psicológico do Ave (RAP do Ave)	1	3,2	3,2	93,5
	Respostas de Apoio Psicológico - Associação Projecto Criar	1	3,2	3,2	96,8
	Respostas de Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas de VD	1	3,2	3,2	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Quadro 296. Resumo da Operação_N

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Este Projeto visa reforçar a intervenção de estruturas de atendimento da RNAVVD - GAV de Braga e Espaço Igual - a atuar no concelho de Braga da região da CIM Cávado, ao nível da prestação de apoio psicológico, gratuito e especializado, a crianças e jovens vítimas de violência doméstica. Procura garantir que mais crianças e jovens expostos/as à violência doméstica tenham, na região, acesso ao apoio de que necessitam para superar a vitimação.	1	3,2	3,2	3,2
	Este Projeto visa reforçar a intervenção de estruturas de atendimento/acolhimento da RNAVVD - GAV de Vila Real, EMAV do Douro e respostas de acolhimento da APAV - a atuar no território da CIM Douro, ao nível da prestação de apoio psicológico, gratuito e especializado, a crianças/jovens vítimas de violência doméstica. Procura garantir que mais crianças/jovens vítimas tenham, na região, acesso ao apoio de que necessitam para superar a vitimação.	1	3,2	3,2	6,5
	Este Projeto visa reforçar a intervenção do GAV de Santarém e EMAV da Lezíria do Tejo, enquanto únicas estruturas de atendimento da RNAVVD a atuar no território da CIMLT, ao nível da prestação de apoio psicológico, gratuito e especializado, a crianças e jovens vítimas de violência doméstica. Procura garantir que mais crianças e jovens expostos/as à violência doméstica tenham, na região, acesso ao apoio de que necessitam para superar a vitimaçã	1	3,2	3,2	9,7
	Este Projeto visa reforçar a intervenção do GAV do Alto Alentejo Oeste, enquanto estrutura de atendimento da RNAVVD a atuar no território oeste do Alto Alentejo, ao nível da prestação de apoio psicológico, gratuito e especializado, a crianças e jovens vítimas de violência doméstica. Procura garantir que mais crianças e jovens expostos/as à violência doméstica tenham, na região, acesso ao apoio de que necessitam para superar a vitimação.	1	3,2	3,2	12,9

	A ação apresentada passa pelo reforço das estruturas de atendimento, com a contratação de quadros técnicos ao nível do apoio especializado de âmbito psicológico e psicoterapêutico, no sentido de qualificar o serviço junto das crianças e jovens e reforçar a cooperação com entidades com intervenção nesta área de actuação através da dinamização do trabalho em rede, ancorado em processos de concertação à escala supramunicipal.	1	3,2	3,2	16,1
	A Associação Ser Mulher pretende integrar na Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e de Género, ETAV - Ser Mulher, uma Resposta de Apoio Psicológico (RAP) para crianças e jovens vítimas de Violência Doméstica a designar como ETAV – RAP SER CRIANÇA, SER JOVEM, complementando igualmente as respostas das demais instituições da RNAVVD na região do Alentejo Central, território de ação da CIMAC.	1	3,2	3,2	19,4
	A CVP visa criar resposta d apoio psicológico p crianças e jovens VVD (RAP), q complementa e reforça a intervenção de 4 EAVVD-CVP em 6 concelhos da CIM AMPorto, contribuindo p uma abordagem holística da problemática, maximizando o trabalho em rede com os parceiros envolvidos na mitigação dos impactos nefastos da VD nas crianças e jovens. Parcerias c diversas entidades e CIM estão protocoladas.	1	3,2	3,2	22,6
	A CVP visa criar uma resposta de apoio psicológico para crianças e jovens vítimas de VD (RAP), que complementa e reforça a intervenção da EAVVD-CVP Dar Voz contribuindo para uma abordagem holística da problemática, maximizando o trabalho em rede dos diversos parceiros envolvidos na mitigação dos impactos nefastos da VD nas crianças e jovens. Parcerias com diversas entidades da CIM Aveiro protocoladas.	1	3,2	3,2	25,8
	A CVP visa criar uma resposta de apoio psicológico para crianças e jovens VVD (RAP), que complementa e reforça a int. da EAVVD-CVP Portalegre nos 7 concelhos de atuação, contribuindo para uma abordagem holística da problemática, maximizando o trabalho em rede dos diversos parceiros envolvidos na mitigação dos impactos nefastos da VD nas crianças e jovens. Parcerias com diversas entidades e CIMAA estão protocoladas.	1	3,2	3,2	29,0
	A operação "Âncora Jovem" tem como principal objetivo garantir a existência de uma resposta com capacidade para intervir junto das crianças e jovens vítimas de VD, dos concelhos de intervenção do CAVVD/Rec+perto (estruturas de atendimento da RNAVVD), ao nível do apoio psicológico e psicoterapêutico. Esta operação dará resposta também a uma necessidade que se vem a tornar primordial e que se enquadra na ENIND 2018-2030 "Portugal + Igual".	1	3,2	3,2	32,3
	A operação "CorAção com Voz" assegura a criação de uma RAP a crianças e jovens vítimas de VD, integradas na Casa Abrigo e acompanhados nos serviços de atendimento da RNAVVD de Barcelos e Esposende, por concertação destes territórios, integrando, ainda, um acordo prévio quanto ao âmbito territorial de atuação da RNAVVD da CIM do Cávado. Prevêem-se duas modalidades de apoio, individual e em grupo.	1	3,2	3,2	35,5
	A operação prevê a criação de um gabinete de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência (RAP) nas estruturas de Atendimento da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD). A operação permitirá dotar a estrutura com um gabinete de apoio psicológico com uma equipa especializada com foque em Crianças e Jovens vítimas de Violência	1	3,2	3,2	38,7
	Aurora – Projeto de Intervenção no âmbito do atendimento, acompanhamento e apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência doméstica proporcionando uma resposta de apoio psicológico e psicoterapêutico na estrutura de atendimento pertencente à Rede Nacional Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD) dos municípios de Amares, Vila Verde e Terras de Bouro.	1	3,2	3,2	41,9
	Criação de Resposta de Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica, acolhidas em casa abrigo ou resposta de acolhimento de emergência ou acompanhadas por estruturas de atendimento da RNAVVD que integram o território da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.	1	3,2	3,2	45,2
	Criar uma resposta de ap. psicológico p/ crianças e jovens vítimas de violência doméstica,que visa complementar e reforçar a intervenção da equipa da EAVVD "Um Novo Começo" CVP-Chaves,mediante uma abordagem holística da problemática,visando maximizar o trabalho em rede,c/ os vários parceiros,na mitigação dos impactos nefastos da VD nas crianças e jovens.Foram estabelecidos Acordos Prévios de Parceria com várias entidades e a CIM do Alto Tâmega.	1	3,2	3,2	48,4

	EEsta RAP surge enquadrada na Estrutura de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de VD e de género nos Municípios Terras de Sta. Maria (Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra), powered by Espaço Trevo, alargando a sua intervenção a crianças e jovens vítimas de VD, e enquanto estratégia consolidada do Protocolo de Territorialização Rede Nacional de Apoio às Vítimas VD.	1	3,2	3,2	51,6
	Esta operação visa a criação de um gabinete RAP_Resposta de apoio psicológico e psicoterapêutico, especificamente direcionado para crianças e jovens vítimas de violência doméstica, recorrendo a metodologias de intervenção individual ou em grupo e baseadas em abordagens especializadas. Esta resposta, criada no âmbito da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, pretende abranger os 6 municípios que compõe a CIM Beira Baixa.	1	3,2	3,2	54,8
	Este projeto pretende a criação de uma resposta de atendimento, acompanhamento e apoio especializado nas dimensões psicológica e psicoterapêutica direcionada a crianças e jovens vítimas de Violência Doméstica Destina-se a crianças e jovens vítimas de violência doméstica acolhidas nas casas abrigo, respostas de acolhimento de emergência, atendidas e acompanhadas pelas estruturas de atendimento da RNAVVD.	1	3,2	3,2	58,1
	Este projeto tem como objetivo principal, criar uma resposta supramunicipal de atendimento, apoio e acompanhamento especializados, nas dimensões psicológica e psicoterapêutica, a crianças e jovens vítimas de violência doméstica, através da constituição de uma equipa técnica de psicólogos/as e de uma intervenção articulada e em rede entre as diversas instituições c/ intervenção na área da violência doméstica e da proteção de crianças e Jovens.	1	3,2	3,2	61,3
	O Arco-íris visa combater a violência doméstica e os maus tratos experienciados por crianças e jovens. O Gabinete Individual de Apoio à Criança e ao Jovem, um espaço de Resposta de Apoio Psicológica, tem como objetivo prestar apoio psicológico e/ou psicoterapêutico àqueles/as que experienciam situações de violência.	1	3,2	3,2	64,5
	O Espaço Lara - Apoio Psicológico Especializado para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica pretende garantir, o apoio psicológico especializado, através de dois serviços de apoio fixos (Porto e Matosinhos) e um itinerante, com intervenção individual e em grupo. Este espaço privilegiará o apoio às crianças e jovens acolhidas/os/atendidas/os nas estruturas da RNAVVD das cidades do Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Maia e Gondomar.	1	3,2	3,2	67,7
	O presente projeto propõe criar uma resposta ao nível do apoio psicológico e psicoterapêutica especificamente direcionado para crianças e jovens vítimas de violência doméstica, nos concelhos de Viana de Castelo e Ponte de Lima, aumentando a capacidade de resposta do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica através do reforço da sua capacitação técnica e financeira.	1	3,2	3,2	71,0
	O projecto RAP Cova da Beira é uma resposta de apoio psicológico e psicoterapêutico para crianças e jovens residentes nesta área geográfica que abrange um total de 3 concelhos: Belmonte, Covilhã e Fundão e será realizado em articulação com a Comunidade Intermunicipal, os três municípios, CPCJs e demais entidades com intervenção nesta matéria. Prevê a contratação de psicólogas/os e a criação de uma parceria especializada.	1	3,2	3,2	74,2
	O Projeto RAP constitui de forma efetiva uma resposta de reforço e alargamento da intervenção que a Cáritas desenvolve desde 2008, no âmbito da violência doméstica, através da Estrutura de Atendimento (NAVVD). A aposta numa intervenção psicológica especializada dirigida às crianças e jovens oriundos de um contexto de violência, irá colmatar as necessidades sentidas pela entidade e dos serviços da comunidade intermunicipal abrangida.	1	3,2	3,2	77,4
	O projeto RAP Médio Tejo tem como principal objetivo disponibilizar um serviço de apoio psicológico e psicoterapêutico especificamente direcionado para crianças e jovens vítimas de violência doméstica na região do Médio Tejo, quer estejam acolhidas nas casas de abrigo e respostas de acolhimento de emergência quer sejam atendidas e acompanhadas pelas estruturas de atendimento da RNAVVD.	1	3,2	3,2	80,6

	O Projeto RAP visa reforçar a equipa técnica e complementar o trabalho desenvolvido pela estrutura de atendimento NIIV, firmada no Protocolo sob tutela da SECI, recorrendo a metodologias de intervenção baseadas em abordagens psicoterapêuticas especializadas para crianças e jovens vítimas,tendo em vista o alcance de uma resposta ainda mais eficaz e eficiente no combate e prevenção da vd e vg,nos territórios que integram a CIM-TTM.	1	3,2	3,2	83,9
	O projeto RAP-APC procura combater e diminuir o impacto da VD. Para isso, é apresentada uma resposta especializada para crianças vítimas de VD, a RAP – APC. Esta resposta pretende fornecer apoio psicológico e psicoterapêutico especializado às crianças vítimas de VD da Área Metropolitana do Porto. No final da operação é esperado um trabalho em rede que providencie respostas que visem a salvaguarda do bem-estar e desenvolvimento das crianças.	1	3,2	3,2	87,1
	O RAP-Alentejo Litoral assume-se como uma resposta de apoio psicológico e psicoterapêutico a crianças e jovens vítimas de VD, acolhidos em estruturas de acolhimento e/ou acompanhados pelas estruturas de atendimento locais, através de uma atuação em rede e intersectorial nos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago Cacém, Sines e Odemira. Recorrerá a metodologias de intervenção individual e/ou em grupo, baseadas em abordagens especializada	1	3,2	3,2	90,3
	Propomos a oferta de resposta de apoio psicológico a crianças e jovens que vivenciem situações de VD e VG, ampliando as respostas de apoio à vítima já existentes no GAV, com reforço da unidade itinerante já existente, para a a intervenção/aconselhamento /encaminhamento em assuntos de IG, VD e VG, recorrendo a uma intervenção de natureza transversal, que consagre a mobilização para os recursos locais internos e externos.	1	3,2	3,2	93,5
	Proporcionar um acompanhamento profissional e especializado - apoio psicológico e psicoterapêutico, dirigido às crianças/ ou jovens vítimas de violência doméstica, com a finalidade de diminuir o impacto dos maus-tratos e aumentando a capacidade de resiliência, contribuindo em simultâneo para a melhoria da sua saúde.	1	3,2	3,2	96,8
	Reforço do P´RA TI, com RAP p/Crianças VVD, servindo a RNAVVD dos municípios da AMP. A RAP será constituída por Psicólogos/as especializados/as, c/perfil técnico adequado, c/metodologias de intervenção individual e grupal, baseadas em abordagens especializadas. Contribuindo assim para a existência de respostas nesta área e contribuindo para o combate à Violência Doméstica e de Género.	1	3,2	3,2	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Quadro 297. Nº de Destinatários

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	6	19,4	19,4	19,4
	100	2	6,5	6,5	25,8
	120	1	3,2	3,2	29,0
	128	1	3,2	3,2	32,3
	150	1	3,2	3,2	35,5
	20	1	3,2	3,2	38,7
	200	2	6,5	6,5	45,2
	25	1	3,2	3,2	48,4
	30	2	6,5	6,5	54,8
	300	1	3,2	3,2	58,1
	35	1	3,2	3,2	61,3
	37	1	3,2	3,2	64,5
	38	1	3,2	3,2	67,7
	40	1	3,2	3,2	71,0
	50	2	6,5	6,5	77,4
	55	1	3,2	3,2	80,6
	60	1	3,2	3,2	83,9
	70	1	3,2	3,2	87,1
	75	1	3,2	3,2	90,3
	76	1	3,2	3,2	93,5
	90	1	3,2	3,2	96,8
	96	1	3,2	3,2	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Quadro 298. Nº de Destinatários Diretos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	24	77,4	77,4	77,4
	120	1	3,2	3,2	80,6
	20	1	3,2	3,2	83,9
	25	1	3,2	3,2	87,1
	30	1	3,2	3,2	90,3
	40	1	3,2	3,2	93,5
	55	1	3,2	3,2	96,8
	80	1	3,2	3,2	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Quadro 299. Região

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	6	19,4	19,4	19,4
	Centro	9	29,0	29,0	48,4
	Norte	16	51,6	51,6	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Quadro 300. Multi NUTS II

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	31	100,0	100,0	100,0

Quadro 301. Designação NUTS II Dominante da Operação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	6	19,4	19,4	19,4
	Centro	9	29,0	29,0	48,4
	Norte	16	51,6	51,6	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Quadro 302. Multi NUTS III

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	31	100,0	100,0	100,0

Quadro 303. Designação NUTS III Dominante

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo Central	1	3,2	3,2	3,2
	Alentejo Litoral	1	3,2	3,2	6,5
	Alto Alentejo	2	6,5	6,5	12,9
	Alto Minho	2	6,5	6,5	19,4
	Alto Tâmega	1	3,2	3,2	22,6
	Área Metropolitana do Porto	6	19,4	19,4	41,9
	Ave	1	3,2	3,2	45,2
	Baixo Alentejo	1	3,2	3,2	48,4
	Beira Baixa	1	3,2	3,2	51,6
	Beiras e Serra da Estrela	2	6,5	6,5	58,1
	Cávado	3	9,7	9,7	67,7
	Douro	1	3,2	3,2	71,0
	Lezíria do Tejo	1	3,2	3,2	74,2
	Médio Tejo	1	3,2	3,2	77,4
	Região de Aveiro	2	6,5	6,5	83,9
	Região de Coimbra	1	3,2	3,2	87,1
	Região de Leiria	1	3,2	3,2	90,3
	Tâmega e Sousa	1	3,2	3,2	93,5
	Terras de Trás-os-Montes	1	3,2	3,2	96,8
	Viseu Dão Lafões	1	3,2	3,2	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Quadro 304. Multi Concelho

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa

Válido	Não	9	29,0	29,0	29,0
	Sim	22	71,0	71,0	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Quadro 305. Estatísticas descritivas (PO ISE-37-2021-01)

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
DuracaoProj_MesesR Duração projeto: meses	31	14	21	520	16,77	1,765
NºdeDestinatários Nº de Destinatários	31	0	300	2175	70,16	69,375
NºdeDestinatáriosDirectos Nº de Destinatários Directos	31	0	120	370	11,94	27,649
N válido (de lista)	31					

3. Ação 3.17.2 Acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica

PO ISE-37-2017-07 - Acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica

Quadro 306. Ano de início do projeto (PO ISE-37-2017-07)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2018	12	100,0	100,0	100,0

Quadro 307. Ano de fim do projeto (PO ISE-37-2017-07)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2019	12	100,0	100,0	100,0

Quadro 308. Duração dos projetos em meses (arredondamento)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	14	1	8,3	8,3	8,3
	15	1	8,3	8,3	16,7
	16	4	33,3	33,3	50,0
	18	5	41,7	41,7	91,7
	19	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Quadro 309. Duração dos projetos em meses

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	12-18 meses	11	91,7	91,7	91,7
	>18-24 meses	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Quadro 310. Entidade Beneficiária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	AMATO LUSITANO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	1	8,3	8,3	8,3
	ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DOS ARTISTAS DE BRAGANÇA	1	8,3	8,3	16,7
	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE FIGUEIRA	1	8,3	8,3	25,0
	ASSOCIAÇÃO PLANO I	1	8,3	8,3	33,3
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA	1	8,3	8,3	41,7
	CARITAS ARQUIDIOCESANA DE EVORA	1	8,3	8,3	50,0
	CASA DO POVO DE ABRAVESES	1	8,3	8,3	58,3
	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	2	16,7	16,7	75,0
	INTERVIR.COM - ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL	1	8,3	8,3	83,3
	IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DA BATALHA	1	8,3	8,3	91,7
	MULHER SÉCULO XXI - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÁS MULHERES	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Quadro 311. Nº de Destinatários

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1	8,3	8,3	8,3
	12	1	8,3	8,3	16,7
	120	1	8,3	8,3	25,0
	126	1	8,3	8,3	33,3
	168	1	8,3	8,3	41,7
	180	1	8,3	8,3	50,0
	20	1	8,3	8,3	58,3
	213	1	8,3	8,3	66,7
	294	1	8,3	8,3	75,0
	60	1	8,3	8,3	83,3
	8	1	8,3	8,3	91,7
	80	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Quadro 312. Nº de Destinatários Diretos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	11	91,7	91,7	91,7
	168	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Quadro 313. Região

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	2	16,7	16,7	16,7
	Centro	5	41,7	41,7	58,3
	Norte	5	41,7	41,7	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Quadro 314. Multi NUTS II

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	12	100,0	100,0	100,0

Quadro 315. Designação NUTS II Dominante da Operação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	2	16,7	16,7	16,7
	Centro	5	41,7	41,7	58,3
	Norte	5	41,7	41,7	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Quadro 316. Multi NUTS III

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	6	50,0	50,0	50,0
	Não Aplicável	5	41,7	41,7	91,7
	Sim	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Quadro 317. Designação NUTS III Dominante

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		6	50,0	50,0	50,0
	Alentejo Litoral	1	8,3	8,3	58,3
	Área Metropolitana do Porto	1	8,3	8,3	66,7
	Beira Baixa	1	8,3	8,3	75,0
	Região de Coimbra	1	8,3	8,3	83,3
	Região de Leiria	2	16,7	16,7	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Quadro 318. Multi Concelho

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	6	50,0	50,0	50,0

	Não Aplicável	5	41,7	41,7	91,7
	Sim	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Quadro 319. Estatísticas descritivas (PO ISE-37-2017-07)

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
DuracaoProj_MesesR Duração projeto: meses	12	14	19	202	16,83	1,528
NºdeDestinatários Nº de Destinatários	12	0	294	1281	106,75	93,695
NºdeDestinatáriosDirectos Nº de Destinatários Directos	12	0	168	168	14,00	48,497
N válido (de lista)	12					

PO ISE-37-2019-14 - Combate à violência de género/doméstica - Instrumentos Específicos de Proteção das Vítimas e de Acompanhamento dos Agressores na Violência Doméstica

Quadro 320. Ano de início do projeto (PO ISE-37-2019-14)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2019	13	92,9	92,9	92,9
	2020	1	7,1	7,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 321. Ano de fim do projeto (PO ISE-37-2019-14)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2021	14	100,0	100,0	100,0

Quadro 322. Duração dos projetos em meses (arredondamento)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	24	3	21,4	21,4	21,4
	26	2	14,3	14,3	35,7
	27	2	14,3	14,3	50,0
	28	1	7,1	7,1	57,1
	29	2	14,3	14,3	71,4
	32	4	28,6	28,6	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 323. Duração dos projetos em meses

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	>24-30 meses	10	71,4	71,4	71,4
	>30-36 meses	4	28,6	28,6	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 324. Entidade Beneficiária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	AMATO LUSITANO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	1	7,1	7,1	7,1
	ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DOS ARTISTAS DE BRAGANÇA	1	7,1	7,1	14,3
	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE FIGUEIRA	1	7,1	7,1	21,4
	ASSOCIAÇÃO PLANO I	1	7,1	7,1	28,6
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA	1	7,1	7,1	35,7
	CARITAS DIOCESANA DE AVEIRO	1	7,1	7,1	42,9
	CASA DO POVO DE ABRAVESES	1	7,1	7,1	50,0
	CERCIAG - COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS COM INCAPACIDADES DE ÁGUEDA, CRL	1	7,1	7,1	57,1
	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	2	14,3	14,3	71,4
	INTERVIR.COM - ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL	1	7,1	7,1	78,6

	IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DA BATALHA	1	7,1	7,1	85,7
	IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SANTO TIRSO	1	7,1	7,1	92,9
	MULHER SÉCULO XXI - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÁS MULHERES	1	7,1	7,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 325. Nº de Destinatários

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1	7,1	7,1	7,1
	120	2	14,3	14,3	21,4
	121	1	7,1	7,1	28,6
	200	1	7,1	7,1	35,7
	260	1	7,1	7,1	42,9
	312	1	7,1	7,1	50,0
	320	1	7,1	7,1	57,1
	7	1	7,1	7,1	64,3
	704	1	7,1	7,1	71,4
	80	1	7,1	7,1	78,6
	9	2	14,3	14,3	92,9
	96	1	7,1	7,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 326. Nº de Destinatários Diretos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	12	85,7	85,7	85,7
	272	1	7,1	7,1	92,9
	9	1	7,1	7,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 327. Região

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	1	7,1	7,1	7,1
	Centro	7	50,0	50,0	57,1
	Norte	6	42,9	42,9	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 328. Multi NUTS II

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	14	100,0	100,0	100,0

Quadro 329. Designação NUTS II Dominante da Operação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	1	7,1	7,1	7,1
	Centro	7	50,0	50,0	57,1
	Norte	6	42,9	42,9	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 330. Multi NUTS III

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	12	85,7	85,7	85,7
	Sim	2	14,3	14,3	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 331. Designação NUTS III Dominante

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		2	14,3	14,3	14,3
	Alentejo Litoral	1	7,1	7,1	21,4
	Área Metropolitana do Porto	2	14,3	14,3	35,7
	Beira Baixa	1	7,1	7,1	42,9
	Douro	1	7,1	7,1	50,0

	Região de Aveiro	2	14,3	14,3	64,3
	Região de Coimbra	1	7,1	7,1	71,4
	Região de Leiria	2	14,3	14,3	85,7
	Tâmega e Sousa	1	7,1	7,1	92,9
	Viseu Dão Lafões	1	7,1	7,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 332. Multi Concelho

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	12	85,7	85,7	85,7
	Sim	2	14,3	14,3	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 333. Estatísticas descritivas (PO ISE-37-2019-14)

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
DuracaoProj_MesesR Duração projeto: meses	14	24	32	392	28,00	3,088
NºdeDestinatários Nº de Destinatários	14	0	704	2358	168,43	189,142
NºdeDestinatáriosDirectos Nº de Destinatários Directos	14	0	272	281	20,07	72,550
N válido (de lista)	14					

PO ISE-37-2021-15 - Combate à violência de género/doméstica - Instrumentos Específicos de Proteção das Vítimas e de Acompanhamento dos Agressores na Violência Doméstica

Quadro 334. Ano de início do projeto (PO ISE-37-2021-15)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2021	5	29,4	29,4	29,4
	2022	12	70,6	70,6	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 335. Ano de fim do projeto (PO ISE-37-2021-15)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2022	17	100,0	100,0	100,0

Quadro 336. Duração dos projetos em meses (arredondamento)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	12	14	82,4	82,4	82,4
	13	1	5,9	5,9	88,2
	14	1	5,9	5,9	94,1
	16	1	5,9	5,9	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 337. Duração dos projetos em meses

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	12-18 meses	17	100,0	100,0	100,0

Quadro 338. Entidade Beneficiária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	AKTO - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA	1	5,9	5,9	5,9
	AMATO LUSITANO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	1	5,9	5,9	11,8
	ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DOS ARTISTAS DE BRAGANÇA	1	5,9	5,9	17,6
	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE FIGUEIRA	1	5,9	5,9	23,5

	ASSOCIAÇÃO PLANO I	1	5,9	5,9	29,4
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA	1	5,9	5,9	35,3
	CARITAS DIOCESANA DE AVEIRO	1	5,9	5,9	41,2
	CASA DO POVO DE ABRAVESES	1	5,9	5,9	47,1
	CERCIAG - COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS COM INCAPACIDADES DE ÁGUEDA, CRL	1	5,9	5,9	52,9
	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	3	17,6	17,6	70,6
	GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA	1	5,9	5,9	76,5
	INTERVIR.COM - ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL	1	5,9	5,9	82,4
	IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DA BATALHA	1	5,9	5,9	88,2
	IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SANTO TIRSO	1	5,9	5,9	94,1
	MULHER SÉCULO XXI - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÁS MULHERES	1	5,9	5,9	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 339. Nº de Destinatários

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	3	17,6	17,6	17,6
	10	1	5,9	5,9	23,5
	10000	1	5,9	5,9	29,4
	130	2	11,8	11,8	41,2
	210	1	5,9	5,9	47,1
	47	1	5,9	5,9	52,9
	50	3	17,6	17,6	70,6
	68	1	5,9	5,9	76,5
	70	1	5,9	5,9	82,4
	8	1	5,9	5,9	88,2
	80	1	5,9	5,9	94,1
	85	1	5,9	5,9	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 340. Nº de Destinatários Diretos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	17	100,0	100,0	100,0

Quadro 341. Região

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	2	11,8	11,8	11,8
	Centro	8	47,1	47,1	58,8
	Norte	7	41,2	41,2	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 342. Multi NUTS II

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	17	100,0	100,0	100,0

Quadro 343. Designação NUTS II Dominante da Operação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	2	11,8	11,8	11,8
	Centro	8	47,1	47,1	58,8
	Norte	7	41,2	41,2	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 344. Multi NUTS III

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	15	88,2	88,2	88,2
	Sim	2	11,8	11,8	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 345. Designação NUTS III Dominante

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		2	11,8	11,8	11,8
	Alentejo Litoral	1	5,9	5,9	17,6
	Alto Alentejo	1	5,9	5,9	23,5
	Alto Minho	1	5,9	5,9	29,4
	Área Metropolitana do Porto	2	11,8	11,8	41,2
	Beira Baixa	1	5,9	5,9	47,1
	Douro	1	5,9	5,9	52,9
	Região de Aveiro	2	11,8	11,8	64,7
	Região de Coimbra	2	11,8	11,8	76,5
	Região de Leiria	2	11,8	11,8	88,2
	Tâmega e Sousa	1	5,9	5,9	94,1
	Viseu Dão Lafões	1	5,9	5,9	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 346. Multi Concelho

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	15	88,2	88,2	88,2
	Sim	2	11,8	11,8	100,0
	Total	17	100,0	100,0	

Quadro 347. Estatísticas descritivas (PO ISE-37-2021-15)

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
DuracaoProj_MesesR Duração projeto: meses	17	12	16	211	12,41	1,064
NºdeDestinatários Nº de Destinatários	17	0	10000	10988	646,35	2411,027
NºdeDestinatáriosDirectos Nº de Destinatários Directos	17	0	0	0	,00	,000
N válido (de lista)	17					

4. Ação 3.17.3 Combate ao tráfico de seres humanos e sensibilização e produção de materiais de suporte nesta área

PO ISE-37-2017-08 - Combate ao tráfico de seres humanos e sensibilização e produção de materiais de suporte nesta área

Quadro 348. Ano de início do projeto (PO ISE-37-2017-08)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2018	5	100,0	100,0	100,0

Quadro 349. Ano de fim do projeto (PO ISE-37-2017-08)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2019	5	100,0	100,0	100,0

Quadro 350. Duração dos projetos em meses (arredondamento)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	18	5	100,0	100,0	100,0

Quadro 351. Duração dos projetos em meses

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	12-18 meses	5	100,0	100,0	100,0

Quadro 352. Entidade Beneficiária

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa

Válido	AKTO - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA	1	20,0	20,0	20,0
	ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMILIA	3	60,0	60,0	80,0
	SAÚDE EM PORTUGUÊS - ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE CUIDADOS DE SAÚDE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA	1	20,0	20,0	100,0
	Total	5	100,0	100,0	

Quadro 353. Nº de Destinatários

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	2	40,0	40,0	40,0
	40	1	20,0	20,0	60,0
	6	1	20,0	20,0	80,0
	84	1	20,0	20,0	100,0
	Total	5	100,0	100,0	

Quadro 354. Nº de Destinatários Diretos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	4	80,0	80,0	80,0
	150	1	20,0	20,0	100,0
	Total	5	100,0	100,0	

Quadro 355. Região

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	1	20,0	20,0	20,0
	Centro	3	60,0	60,0	80,0
	Norte	1	20,0	20,0	100,0
	Total	5	100,0	100,0	

Quadro 356. Multi NUTS II

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	5	100,0	100,0	100,0

Quadro 357. Designação NUTS II Dominante da Operação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	1	20,0	20,0	20,0
	Centro	3	60,0	60,0	80,0
	Norte	1	20,0	20,0	100,0
	Total	5	100,0	100,0	

Quadro 358. Multi NUTS III

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não Aplicável	5	100,0	100,0	100,0

Quadro 359. Designação NUTS III Dominante

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	5	100,0	100,0	100,0

Quadro 360. Multi Concelho

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não Aplicável	5	100,0	100,0	100,0

Quadro 361. Estatísticas descritivas (PO ISE-37-2017-08)

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
DuracaoProj_MesesR Duração projeto: meses	5	18	18	90	18,00	,000
NºdeDestinatários Nº de Destinatários	5	0	84	130	26,00	36,442

NºdeDestinatáriosDirectos Nº de Destinatários Directos	5	0	150	150	30,00	67,082
N válido (de lista)	5					

PO ISE-37-2019-15 - Combate à violência de género/doméstica - Instrumentos Específicos de Proteção das Vítimas e de Acompanhamento dos Agressores na Violência Doméstica

Quadro 362. Ano de início do projeto (PO ISE-37-2019-15)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2019	5	100,0	100,0	100,0

Quadro 363. Ano de fim do projeto (PO ISE-37-2019-15)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2022	5	100,0	100,0	100,0

Quadro 364. Duração dos projetos em meses (arredondamento)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	36	5	100,0	100,0	100,0

Quadro 365. Duração dos projetos em meses

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	>30-36 meses	5	100,0	100,0	100,0

Quadro 366. Entidade Beneficiária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	AKTO - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA	1	20,0	20,0	20,0
	ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMILIA	3	60,0	60,0	80,0
	SAÚDE EM PORTUGUÊS - ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE CUIDADOS DE SAÚDE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA	1	20,0	20,0	100,0
	Total	5	100,0	100,0	

Quadro 367. Nº de Destinatários

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	174	1	20,0	20,0	20,0
	6	1	20,0	20,0	40,0
	70	1	20,0	20,0	60,0
	80	1	20,0	20,0	80,0
	90	1	20,0	20,0	100,0
	Total	5	100,0	100,0	

Quadro 368. Nº de Destinatários Diretos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	5	100,0	100,0	100,0

Quadro 369. Região

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	1	20,0	20,0	20,0
	Centro	3	60,0	60,0	80,0
	Norte	1	20,0	20,0	100,0
	Total	5	100,0	100,0	

Quadro 370. Multi NUTS II

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	5	100,0	100,0	100,0

Quadro 371. Designação NUTS II Dominante da Operação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	1	20,0	20,0	20,0
	Centro	3	60,0	60,0	80,0
	Norte	1	20,0	20,0	100,0
	Total	5	100,0	100,0	

Quadro 372. Multi NUTS III

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	2	40,0	40,0	40,0
	Sim	3	60,0	60,0	100,0
	Total	5	100,0	100,0	

Quadro 373. Designação NUTS III Dominante

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		3	60,0	60,0	60,0
	Região de Coimbra	2	40,0	40,0	100,0
	Total	5	100,0	100,0	

Quadro 374. Multi Concelho

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	2	40,0	40,0	40,0
	Sim	3	60,0	60,0	100,0
	Total	5	100,0	100,0	

Quadro 375. Estatísticas descritivas (PO ISE-37-2019-15)

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
DuracaoProj_MesesR Duração projeto: meses	5	36	36	180	36,00	,000
NºdeDestinatários Nº de Destinatários	5	6	174	420	84,00	60,067
NºdeDestinatáriosDirectos Nº de Destinatários Directos	5	0	0	0	,00	,000
N válido (de lista)	5					

5. Ação 3.17.4 Acompanhamento e Apoio especializado a agressores de violência doméstica e de género

PO ISE-37-2018-17 - Combate à violência de género/doméstica - Instrumentos Específicos de Proteção das Vítimas e de Acompanhamento dos Agressores na Violência Doméstica

Quadro 376. Ano de início do projeto (PO ISE-37-2018-17)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2019	1	100,0	100,0	100,0

Quadro 377. Ano de fim do projeto (PO ISE-37-2018-17)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2022	1	100,0	100,0	100,0

Quadro 378. Duração dos projetos em meses (arredondamento)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	48	1	100,0	100,0	100,0

Quadro 379. Duração dos projetos em meses

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	>42-48 meses	1	100,0	100,0	100,0

Quadro 380. Entidade Beneficiária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	DIRECÇÃO-GERAL DE REINSERÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS	1	100,0	100,0	100,0

Quadro 381. Designação da Operação_N

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Projeto de Prevenção da Reincidência de Agressores de Violência Doméstica	1	100,0	100,0	100,0

Quadro 382. Resumo da Operação_N

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Este projeto surge na sequência de anteriores com financiamento comunitário que permitiram a criação, desenvolvimento e alargamento do programa dirigido a agressores de violência doméstica em todo o contexto nacional. Tem como principais objetivos a consolidação da aplicação do programa PAVD e investir na especialização e formação contínua dos técnicos de reinserção social e de reeducação na área de intervenção do programa.	1	100,0	100,0	100,0

Quadro 383. Nº de Destinatários

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	450	1	100,0	100,0	100,0

Quadro 384. Nº de Destinatários Diretos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1230	1	100,0	100,0	100,0

Quadro 385. Região

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Norte, Centro, Alentejo	1	100,0	100,0	100,0

Quadro 386. Multi NUTS II

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	1	100,0	100,0	100,0

Quadro 387. Designação NUTS II Dominante da Operação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		1	100,0	100,0	100,0

Quadro 388. Multi NUTS III

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	1	100,0	100,0	100,0

Quadro 389. Designação NUTS III Dominante

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		1	100,0	100,0	100,0

Quadro 390. Multi Concelho

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	1	100,0	100,0	100,0

6. Ação 3.17.5 Ações de sensibilização para o público em geral e/ou para públicos específicos e produção e divulgação de material formativo, informativo e pedagógico

PO ISE-37-2017-09 - Ações de sensibilização para o público em geral e ou para públicos específicos e produção e divulgação de material formativo, informativo e pedagógico

Quadro 391. Ano de início do projeto (PO ISE-37-2017-09)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2017	1	7,1	7,1	7,1
	2018	13	92,9	92,9	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 392. Ano de fim do projeto (PO ISE-37-2017-09)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2018	1	7,1	7,1	7,1
	2019	13	92,9	92,9	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 393. Duração dos projetos em meses (arredondamento)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	9	1	7,1	7,1	7,1
	11	1	7,1	7,1	14,3
	12	12	85,7	85,7	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 394. Duração dos projetos em meses

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	<12 meses	2	14,3	14,3	14,3
	12-18 meses	12	85,7	85,7	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 395. Entidade Beneficiária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	ADDIM - ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA DE DEFESA DOS INTERESSES E DA IGUALDADE DAS MULHERES	1	7,1	7,1	7,1
	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALENTEJO, I.P.	1	7,1	7,1	14,3
	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	2	14,3	14,3	28,6
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIDADANIA ACTIVA	1	7,1	7,1	35,7
	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MULHERES JURISTAS	1	7,1	7,1	42,9
	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	1	7,1	7,1	50,0
	GRAAL	1	7,1	7,1	57,1
	MAIÊUTICA - COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR CRL	1	7,1	7,1	64,3
	O NINHO	2	14,3	14,3	78,6
	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORDESTE, E.P.E.	1	7,1	7,1	85,7
	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	1	7,1	7,1	92,9
	UNIVERSIDADE DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO	1	7,1	7,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 396. Designação da Operação_N

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	"Play4Equality" - Jovens, Jogos e Sensibilizações	1	7,1	7,1	7,1
	“Projeto Hoje, Não!”	1	7,1	7,1	14,3
	(n)amor | relações igualitárias e sem violência	1	7,1	7,1	21,4
	#Parar, Pensar, Agir pela Igualdade#	2	14,3	14,3	35,7
	Ações de Sensibilização e Formação sobre a violência doméstica e de género	1	7,1	7,1	42,9
	Ações de Sensibilização no Âmbito de Violência Doméstica Contra Idosos/as	1	7,1	7,1	50,0
	Ações de sensibilização, produção e divulgação de material formativo/informativo	1	7,1	7,1	57,1
	E SE FOSSE CONTIGO?	2	14,3	14,3	71,4
	E-Gender WebES: WebEducaçãoSexual, Sensibilização para a Igualdade de Género	1	7,1	7,1	78,6
	GIRLsNight: Prevenção de violência sexual e promoção de uma noite não-sexista	1	7,1	7,1	85,7

	Projeto Violentómetro: plataforma informativa e pedagógica electrónica	1	7,1	7,1	92,9
	Relações in: Igualdade no Namoro	1	7,1	7,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 397. Resumo da Operação_N

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	A presente candidatura apresenta 3 projectos q visam trabalhar com crianças e jovens as problemáticas da IG, Violência Namoro, TSH, a desenvolver por 3 Delegações da CVP:Del. Braga com a"Ferramenta Pedagógica "EuropAlien" um Jogo com missões..; Acções Sensibilização: Ferramenta - (Y) ABC -Youth as Agents of Behavioral Change, da Federação CV ;Del Trofa: "A Inocência das Facas": Elaboração Guião. Livro que obteve prémio VIDarte.	1	7,1	7,1	7,1
	Com o projeto Hoje, Não!, pretende-se potenciar o estudo do fenómeno da Violência no Namoro, mais especifica/ os Crimes Sexuais intrínsecos ao Crime de Violação, Simulando uma Audiência de Julgamento de um Crime de Violação cometido numa relação de namoro entre dois jovens, ,cujo objetivo é a sensibilização e consciencialização sobre a Prevenção/Intervenção na Violência no Namoro/Doméstica e (Des)Igualdade de Género.	1	7,1	7,1	14,3
	Entende a ADDIM que é necessário criar respostas sociais de prevenção da violência doméstica contra idosos/as e tem desenvolvido ações (desde 2016) que visam atingir esse fim. No entanto, detectou-se ainda a necessidade de intervir com os/as técnicos/as que lidam com população sénior, no exercício da sua profissão, informando-os e sensibilizando-os para as diversas formas de violência a que esta população está mais vulnerável.	1	7,1	7,1	21,4
	Este projeto pretende promover uma cultura de relações de intimidade não violentas entre jovens, partindo da desconstrução dos 13 mitos identificados na campanha "Namoro Violento não é Amor", promovida pela CIG, em 2008. Para tal, pretende-se elaborar 5 produtos com base na metodologia da Educação de Pares, num processo participado com intervenientes representativos dos públicos-alvo destes produtos no futuro, em particular jovens.	1	7,1	7,1	28,6
	O "(n)amor" visa promover a igualdade de género e prevenir e combater a violência no namoro. Destina-se a jovens e restante comunidade escolar da unidade territorial do Centro, utilizando a educação de pares e a arte coletiva como ferramentas de intervenção. Criará oportunidades de capacitação e sensibilização e irá conceber campanhas, num processo coletivo com os/as jovens.	1	7,1	7,1	35,7
	O programa de intervenção Violentómetro surgiu com sucesso em várias escolas nacionais com o objetivo de consciencializar e sensibilizar as/os adolescentes relativamente à violência nas relações de intimidade. Importa assegurar uma melhor explicação e assimilação dos conteúdos transmitidos através da produção de um instrumento pedagógico baseado nas novas tecnologias de informação, em concreto uma plataforma electrónica interativa.	1	7,1	7,1	42,9
	O projeto "E SE FOSSE CONTIGO?" promove ações de sensibilização e reprodução de instrumentos de sensibilização para a IG, em Bragança. O Road-Show, com um carro caracterizado, pelas escolas, permitirá a estudantes experienciarem testemunhos de jovens e mulheres que foram exploradas sexualmente e/ou traficadas. Os resultados do projeto serão divulgados em seminário final e difundidos pela comunicação social. É um projeto que desperta consciências	1	7,1	7,1	50,0

	O projeto "E SE FOSSE CONTIGO?" promove ações de sensibilização e reprodução de instrumentos de sensibilização para a IG, na Figueira da Foz. O Road-Show, com um carro caracterizado, pelas escolas, permitirá a estudantes experienciarem testemunhos de jovens e mulheres que foram exploradas sexualmente e/ou traficadas. Os resultados do projeto serão divulgados em seminário final e difundidos pela comunicação. É um projeto que desperta consciências	1	7,1	7,1	57,1
	O projeto #Parar, Pensar, Agir pela Igualdade# procura contribuir para a sensibilização das comunidades locais, sobretudo de matriz rural, instigando a reflexão e a criação de marcos de visibilidade nos territórios recorrendo a processos artísticos que deem visibilidade a exemplos de discriminações de género, VD e de TSH, contando com a participação de entidades locais a partir de recursos e parcerias nacionais que possam ser potenciadas.	2	14,3	14,3	71,4
	O projeto visa promover a igualdade de género e o combate à violência de género através de: ações de sensibilização dirigidas à comunidade educativa (e público em geral) e produção de material formativo/informativo e pedagógico. Serão produzidas, editadas, legendadas e traduzidas para língua gestual várias webinars, a divulgar via marketing digital. Será editado um e-book e organizado um evento de divulgação. Disponível em open-acces Web3.0.	1	7,1	7,1	78,6
	Pretende-se com esta operação desenvolver atividades e ações no âmbito da violência doméstica e de género, no Distrito de Bragança, que corresponde à área de influência da Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E. Estas atividades estão apresentadas de forma detalhada na memória descritiva anexa ao presente formulário.	1	7,1	7,1	85,7
	Vários autores referem que, em ambientes recreativos (p.e. bares, clubs), emergem tensões e desigualdades de género entre as quais atos sexuais não-consentidos. Nesse sentido, esta operação visa prevenir situações de violência sexual em ambientes recreativos e promover uma noite não–sexista, propondo um conjunto de atividades de educação e sensibilização para trabalhadores e frequentadores de espaços de diversão noturna e outros profissionais.	1	7,1	7,1	92,9
	Ver ponto A) da memória descritiva em anexo	1	7,1	7,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 398. Nº de Destinatários

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	9	64,3	64,3	64,3
	163	1	7,1	7,1	71,4
	2027	1	7,1	7,1	78,6
	450	1	7,1	7,1	85,7
	600	1	7,1	7,1	92,9
	800	1	7,1	7,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 399. Nº de Destinatários Diretos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	4	28,6	28,6	28,6
	130	1	7,1	7,1	35,7
	150	1	7,1	7,1	42,9
	288	1	7,1	7,1	50,0
	515	1	7,1	7,1	57,1
	525	2	14,3	14,3	71,4
	530	1	7,1	7,1	78,6
	6250	1	7,1	7,1	85,7
	800	1	7,1	7,1	92,9
	9463	1	7,1	7,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 400. Região

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	2	14,3	14,3	14,3
	Centro	4	28,6	28,6	42,9
	Norte	8	57,1	57,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 401. Multi NUTS II

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	14	100,0	100,0	100,0

Quadro 402. Designação NUTS II Dominante da Operação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Alentejo	2	14,3	14,3	14,3
	Centro	4	28,6	28,6	42,9
	Norte	8	57,1	57,1	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 403. Multi NUTS III

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	4	28,6	28,6	28,6
	Não Aplicável	4	28,6	28,6	57,1
	Sim	6	42,9	42,9	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 404. Designação NUTS III Dominante

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		10	71,4	71,4	71,4
	Área Metropolitana do Porto	2	14,3	14,3	85,7
	Região de Coimbra	2	14,3	14,3	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 405. Multi Concelho

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	3	21,4	21,4	21,4
	Não Aplicável	4	28,6	28,6	50,0
	Sim	7	50,0	50,0	100,0
	Total	14	100,0	100,0	

Quadro 406. Estatísticas descritivas (PO ISE-37-2017-09)

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
DuracaoProj_MesesR Duração projeto: meses	14	9	12	164	11,71	,825
NºdeDestinatários Nº de Destinatários	14	0	2027	4040	288,57	566,499
NºdeDestinatáriosDirectos Nº de Destinatários Directos	14	0	9463	19176	1369,71	2831,213
N válido (de lista)	14					

2.3.6. Sinopses das entrevistas a stakeholders

Sinopse de entrevista a stakeholder: CIG

Entrevista no dia 25 de julho de 2022, às 14h, via Colibri-Zoom com:

1 participante

Vice-presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Enquadramento:

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género é um organismo intermédio junto do PO ISE.

A componente operacional da gestão das verbas PO ISE é executada pela Estrutura de Missão para a Igualdade de Género - EMIG, equipa interdisciplinar para a igualdade de género criada especificamente para, junto da CIG, fazer esta gestão.

Do ponto de vista da gestão, é a CIG, integralmente, que assume essa gestão junto das entidades.

EFICÁCIA

Operacionalização e concretização dos objetivos e metas

- A CIG é entidade beneficiária do PO ISE e tem beneficiado diretamente através de candidatura direta ao PO ISE, medida 3.14, de um conjunto de fundos que lhe permitem desenvolver estudos, campanhas, sessões de informação/sensibilização.
- Os fundos têm permitido, por um lado, a experimentação social, mas também a sustentabilidade das respostas. E isto tem sido fundamental: olhar para a realidade, ver a necessidade e atuar a partir de fundos disponíveis, para que isso possa acontecer e possa fazer a diferença na vida das pessoas e na vida das vítimas e é para isso que os fundos devem servir, e para sustentabilizar também estas respostas.
- O PO ISE permite a implementação de projetos pioneiros e inovadores ao nível da abordagem a problemáticas da competência da CIG (por exemplo: resposta de acolhimento de emergência para pessoas LGBT vítimas de violência doméstica e as equipas multidisciplinares no domínio do tráfico de seres humanos).
- O desenvolvimento das ações é da responsabilidade das entidades beneficiárias. A CIG articula e faz esse acompanhamento na estrita necessidade dos aspetos formais do acompanhamento de candidatura.

Violência de género/doméstica:

- Capacitação, formação/sensibilização dos diversos profissionais que intervêm direta e indiretamente nestas áreas contribuindo para a de ocultação do fenómeno.

- As medidas de proteção às vítimas, como é o caso da teleassistência a vítimas de violência doméstica, financiada pelo PO ISE, começou com o anterior quadro, nesta lógica da proteção das suas vítimas e também tem sido essencial.

- Criação de respostas inovadoras em termos do apoio a crianças e jovens vítimas de violência doméstica - RAP – Respostas de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica (abertura do último concurso no âmbito da 3.17.1).

- O apoio e reforço do apoio, do ponto de vista territorial, ao atendimento às vítimas tem sido fundamental para estes objetivos. Neste momento, cerca de 95% do território está coberto por estruturas de atendimento às vítimas de violência doméstica, em parte com o apoio dos fundos comunitários. Também no reforço da rede ao nível do acolhimento de emergência. Isto tem sido fundamental nesta densificação, neste apoio, nesta capacitação. Os fundos têm permitido o crescimento da RNAVVD-Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica.

Tráfico de seres humanos:

- Criação e reforço das equipas multidisciplinares, que são prévias, até, ao financiamento público. Os fundos têm permitido o reforço das equipas multidisciplinares e reforço da capacidade de acolhimento para vítimas de tráfico de seres humanos, vítimas específicas como é o caso das crianças, homens, mulheres, crianças, filhos a cargo.

- Criação dos centros de acolhimento específicos para crianças, criação de centros de acolhimento específicos para homens, e que nem sempre vieram acompanhados com financiamento público, centros que integram a RAPVT - Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos,

- Um exemplo recente: a intervenção que as equipas multidisciplinares estão a ter a nível da crise dos refugiados oriundos da Ucrânia; a sua intervenção é determinante na deteção de possíveis situações de tráfico; têm estado sempre presentes aquando da chegada dos voos humanitários e para fazer o despiste de situações de tráfico.

Acompanhamento a agressores:
- Cada vez mais o PAVD – Programa para Agressores de Violência Doméstica é um mecanismo preventivo e de intervenção junto de quem cometeu o crime de violência doméstica que, preferencialmente, queira aderir a um programa, para depois provocar a sua mudança, seja ela de uma forma mais coativa, porque assim é determinado por um magistrado a frequência dessa ação, quer seja de uma adesão voluntária, onde certamente a taxa de sucesso poderá ser diferente. Portanto, tudo aquilo que se faz é procurar evitar a reincidência.
- Têm sempre a ver com uma pré-disponibilidade e que os agressores possam querer para aderir ao PAVD.

Capacitação e sensibilização de públicos:
- O reforço da formação junto da magistratura (Ministério Público e magistratura judicial) tem sido um esforço muito grande de fazer: dar informação/formação sobre processos de vitimização para apoiar processos de decisão, ajudar a compreender o processo porque é que uma vítima se cala e se está em frente ao agressor não consegue falar.
- Capacitação de todos os agentes para perceberem o fenómeno da violência doméstica e terem capacidade de intervenção. Os fundos foram fundamentais, porque só com os fundos é que se conseguiu, objetivamente, alcançar níveis de execução e níveis de população completamente distintas, que de outra forma certamente que não seriam possíveis.

Resultados esperados/observados e efeitos não esperados
- Quando a comunicação social diz: os números da violência doméstica aumentaram (…). Aumentaram objetivamente porque as respostas, como existe mais proximidade, há aqui toda uma capacidade, por um lado, das pessoas procurarem e por outro lado das pessoas responderem de forma distinta e diversa nesta matéria e que lhes permite que haja um aumento do número, porque as pessoas confiam mais no sistema, têm resposta de proximidade.
- Os próprios números que temos da violência são o reflexo e o reforço de como importante têm sido estas respostas; para que as pessoas procurem, cada vez mais, o apoio, e para que, em todas as fases do processo, desde o atendimento, ao acompanhamento e até nas fases judiciais.
- O reforço da formação junto da magistratura com informação/formação sobre processos de vitimização para apoiar nos processos de decisão. Maior capacitação dos agentes.

Fatores que explicam maior/menor sucesso
- Genericamente as organizações estão cada vez mais empoderadas, capacitadas e conseguem cada vez mais submeter boas candidaturas, do ponto de vista do formalismo. Com o apoio da equipa da EMIG, têm conseguido submeter candidaturas que lhes permitem a sua aprovação e verem a sua validade.
- De uma forma geral, eu diria que as entidades estão satisfeitas com a forma de gestão da EMIG, com a celeridade dos pagamentos, mas há sempre descontentamentos, mas isto faz parte do processo.
- Contudo, ainda há deficit. A nossa sociedade civil tem alguns deficits, do ponto de vista da perceção dos mecanismos formais/burocráticos que as candidaturas exigem.
- As entidades, por si, não gostam de burocracia; quanto mais simplificados os processos possam ser, melhor para as entidades, mas tem a ver com os procedimentos normais e as sensibilidades que as entidades têm.

EFICIÊNCIA

Adequação e balanço dos instrumentos de financiamento
- O DR n.º 2/2018, rege as equipas técnicas que devem estar disponíveis, quer para o atendimento, quer para o acolhimento e, portanto, existe um rácio daquilo que é necessário e que está desfasado com o que foi negociado no anterior quadro e com as equipas. Por vezes provoca algum desfasamento entre o que era a necessidade e o cumprimento do quadro legal para existência das equipas técnicas multidisciplinares no atendimento e, também, no acolhimento; ou seja, há um valor menor, do ponto de vista do financiamento, do que seria exigível para cumprimento integral do quadro legal.

- Mas não estamos a cometer nenhuma ilegalidade, tem a ver com um quadro que foi inicialmente negociado e que previa valores de referência para os diferentes tipos de resposta, *per capita*, o que faz este desfasamento, mas esta é a principal dificuldade, mas tem sido o que tem permitido aqui a criação de outro tipo de resposta inovadoras de trabalho diferenciado nesta matéria.
-

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

Impacto e sustentabilidade das medidas e ações desenvolvidas pelos projetos

Impacto

- O impacto quer nas entidades, quer nos beneficiários finais, é um impacto fundamental e importante do ponto de vista do que é o apoio a estas pessoas. Estamos a falar de pessoas em situações de especial vulnerabilidade e necessitam, objetivamente, de ter estas respostas territorialmente dispersas, territorialmente competentes e capazes de dar uma resposta cabal, informada e formada nestas matérias, para que façam a diferença na sua vida.
- Capacitação de todos os agentes para perceberem o fenómeno e terem capacidade de intervenção. E os fundos foram fundamentais para, objetivamente, alcançar níveis de execução e níveis de população completamente distintas, que de outra forma certamente que não seriam possíveis.

Pontos fortes

- Criação de outro tipo de resposta inovadoras de trabalho diferenciado nesta matéria.

Pontos fracos e dificuldades

- Principal dificuldade: Quadro legal no que diz respeito à violência doméstica alterou-se face ao quadro presente no PO ISE; o grande desafio tem sido garantir que, com as verbas disponíveis, se possa aproximar da vigência do quadro legal.
- O DR n.º 2/2018, rege as equipas técnicas que devem estar disponíveis, quer para o atendimento, quer para o acolhimento e, portanto, existe um rácio daquilo que é necessário e que está desfasado com o que foi negociado no anterior quadro e com as equipas; há um valor menor, do ponto de vista do financiamento, do que seria exigível para cumprimento integral do quadro legal. (Mas este desfasamento, a principal dificuldade, tem sido o que tem permitido aqui a criação de outro tipo de resposta inovadoras de trabalho diferenciado nesta matéria).
- Obstáculos para as entidades beneficiárias: a burocracia. Quanto mais simplificados os processos possam ser, melhor para as entidades, mas tem a ver com os procedimentos normais e as sensibilidades que as entidades têm.
- Exclusão territorial de regiões do país: deixa a descoberto regiões do território.

Coesão territorial

- As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve: nem sempre tem sido fácil porque os PO regionais nem sempre contemplavam estas vertentes, ou todas elas, na sua extensão e, portanto, aqui com este descoberto em algumas matérias.
- Na maior parte do território, isto tem sido feito, com esta visibilidade, com esta capacitação, com esta integração, esta apropriação social das temáticas em apreço por parte de quem tem de intervir para melhor conhecer, melhor saber e melhor intervir nestas matérias.
- Cada vez mais, se articula, se trabalha, se tem procurado criar resposta, territorialmente competentes e de proximidade, para que, efetivamente, os problemas existentes sejam cada vez mais debelados relativamente a esta matéria.
- O impacto quer nas entidades, quer nos beneficiários finais, é um impacto fundamental e importante do ponto de vista do que é o apoio a estas pessoas. Estamos a falar de pessoas em situações de especial vulnerabilidade e necessitam, objetivamente, de ter estas respostas territorialmente dispersas, territorialmente competentes e capazes de dar uma resposta cabal, informada e formada nestas matérias, para que façam a diferença na sua vida.

Sustentabilidade

- Os fundos têm permitido, por um lado, a experimentação social, mas também a sustentabilidade das respostas. E isto tem sido fundamental e importante, olhar para a realidade, ver a necessidade e atuar a partir de fundos disponíveis, para que isso possa acontecer e possa fazer a diferença na vida das pessoas e na vida das vítimas e é para isso que os fundos devem servir e para sustentabilizar também estas respostas.

VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

- Os fundos têm permitido, por um lado, a experimentação social, mas também a sustentabilidade das respostas.
- Os fundos comunitários permitem o crescimento e estabilização da rede a nível nacional, com cobertura do território nacional (acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e de género; combate ao tráfico de seres humanos; e acompanhamento e apoio especializados a agressores de violência doméstica e de género).
- Todas estas áreas têm enquadramento na política pública em Portugal, perfeitamente estabilizado, especialmente desde que se criaram os planos sectoriais e os planos nacionais. A construção dos planos nacionais, como é evidente, que têm sido determinantes do ponto de vista da condução da política pública, porque partem de um diagnóstico, partem de uma ação, partem de toda uma intervenção que se procura diferenciada nesta matéria.
- Desde 1999, quando surgiu o primeiro plano global para a igualdade de oportunidades e paralelamente, também, com algumas medidas específicas na área da violência doméstica e depois com os planos sectoriais na área da violência doméstica/género, acompanhado de diversas alterações legislativas e inovações que se foram introduzindo do ponto de vista legislativo, nesta matéria, criados nomeadamente com o quadro comunitário.
- Em 2007 criaram-se projetos inovadores de apoio, especificamente na área da violência doméstica e violência de género. Na área do tráfico de seres humanos iniciou numa lógica um pouco diferente com o projeto EQUAL, em 2004, que financia um primeiro projeto sobre esta matéria que foi o projeto CAIM, sobre o tráfico, que depois teve sequência de fundos comunitários, QREN ou POPH… e tem vindo a ter esta sequência, criando quer estruturas de atendimento/acompanhamento às vítimas, quer por outro lado a questão dos agressores. O primeiro projeto piloto, a criação do PAVD foi em 2007, em que se criou esta ligação com a DGRSP, que é a entidade que tutela, que coordena toda a atividade no que tem a ver com a reinserção e com o trabalho com os agressores.
- As medidas de política que visam capacitar, informar, formar e densificar a qualidade dos serviços, ou seja, intervir na área, por exemplo, da violência de género, não pode ser uma intervenção com base no voluntarismo, mas sim uma intervenção altamente profissional, altamente profissionalizante e específica.
- Tráfico de seres humanos: No plano europeu: a intervenção que as equipas multidisciplinares ao nível da atuação ao nível da crise dos refugiados que vêm da Ucrânia, a intervenção que estas equipas têm tido como determinantes na deteção de possíveis situações de tráfico, sempre presente aquando da chegada dos voos humanitários, para fazer o despiste. O plano europeu foi construído em tempo record para fazer face às questões da Ucrânia, mas que teve inputs da estrutura nacional.
- Todas as ações têm que ser interligadas e o que se tem procurado fazer em Portugal, e bem, aliás reconhecido por vários relatórios internacionais nesta matéria – veja-se o GREVIO, o último relatório que avalia o grau de implementação da convenção de Istambul, que avalia e que efetivamente elogia Portugal por todo o conjunto de ações que tem vindo a desenvolver, de forma interligada com as diversas áreas sectoriais e que procura envolver, interdisciplinarmente, mas também interdepartamentalmente, se é que existe esta palavra, todos os atores de uma forma conjunta, num fim comum. E isto, se quiser, é a nossa marca distintiva, quer seja na área da violência de género/doméstica, quer seja na área do tráfico de seres humanos. Todos os guias que existem na área do tráfico, nomeadamente, o mecanismo de referenciação nacional na área do tráfico foi co-construído não foi algo que foi determinado, foi co-construído por todos os agentes, pela rede de apoio e proteção às vítimas de tráfico, a RAPVT- Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, que inclui órgãos da administração pública central, órgãos da administração pública local e as organizações da sociedade civil.
- Tem havido esta preocupação de transversalizar estas matérias em tudo o que é área de política; tem sido criado um conjunto de instrumentos e de mecanismos que possam permitir articular em rede, reforçar redes regionais, para que também a rede nacional possa ser reforçada, a partir da parte, para o todo.
- Capacitação de todos os agentes para perceberem o fenómeno da violência doméstica e terem capacidade de intervenção. Os fundos foram fundamentais, porque só com os fundos é que se conseguiu, objetivamente,

alcançar níveis de execução e níveis de população completamente distintas, que de outra forma certamente que não seriam possíveis.

RELEVÂNCIA E COERÊNCIA INTERNA/EXTERNA

Coerência interna entre medidas e a sua configuração específica

Violência de género/doméstica

- Capacitação de todos os agentes para perceberem o fenómeno e terem capacidade de intervenção. Os fundos foram fundamentais, porque só assim se conseguiu, objetivamente, alcançar níveis de execução e níveis de população completamente distintas, que de outra forma certamente que não seriam possíveis.
- Na área da violência doméstica, o apoio e o reforço do apoio, do ponto de vista territorial, ao atendimento às vítimas tem sido fundamental para estes objetivos. Neste momento, com o apoio dos fundos, cerca de 95% do território completo está coberto por estruturas de atendimento às vítimas. Também no reforço da rede ao nível do acolhimento de emergência. E, portanto, isto tem sido fundamental nesta densificação, neste apoio, nesta capacitação, como também na área do tráfico de seres humanos, com reforço das equipas multidisciplinares e também com o reforço da capacidade de acolhimento para vítimas de tráfico de seres humanos, que essas são vítimas específicas, como é o caso das crianças, mas quer sejam homens, mulheres, crianças, filhos a cargo. Portanto, os fundos têm permitido este crescimento.
- Os fundos têm permitido, por um lado, a experimentação social, mas também a sustentabilidade das respostas. E isto tem sido fundamental e importante, olhar para a realidade, ver a necessidade e atuar a partir de fundos disponíveis, para que isso possa acontecer e possa fazer a diferença na vida das pessoas e na vida das vítimas e é para isso que os fundos devem servir e para sustentabilizar também estas respostas.
- O impacto quer nas entidades, quer nos beneficiários finais, é um impacto fundamental e importante do ponto de vista do que é o apoio a estas pessoas. Estamos a falar de pessoas que precisam de apoio, que estão em situações de especial vulnerabilidade e necessitam, objetivamente, de ter estas respostas territorialmente dispersas, territorialmente competentes e capazes de dar uma resposta cabal, informada e formada nestas matérias, para que façam a diferença na sua vida.
- Os próprios números que temos da violência são o reflexo e o reforço de como importante têm sido estas respostas; para que as pessoas procurem, cada vez mais, o apoio, e para que, em todas as fases do processo, desde o atendimento, ao acompanhamento e até nas fases judiciais.
- Um agressor não está sozinho e não agride sozinho, tem todo um conjunto de pessoas que assistem, nomeadamente os filhos. Portanto uma mudança comportamental deste agressor e deste exemplo dado pela visibilidade, por aquilo que se assiste, havendo essa alteração, certamente também poderá provocar mudanças naquilo, por exemplo, que um filho já possa achar que é um comportamento normal, ou o pai bater na mãe ou outro tipo de situação, e provocar este tipo de mudança.

OBSERVAÇÕES (EQUIPA INVESTIGAÇÃO)

- O desfasamento entre o que era a necessidade e o cumprimento do quadro legal para existência das equipas técnicas multidisciplinares no atendimento e, também, no acolhimento: há um valor menor, do ponto de vista do financiamento, do que seria exigível para cumprimento integral do quadro legal.
- Este desfasamento, a principal dificuldade, tem sido o que tem permitido a criação de outro tipo de resposta inovadoras de trabalho diferenciado nesta matéria.

Sinopse de entrevista a stakeholder: EMIG

Entrevista no dia 10 de agosto de 2022 às 14h30 via Colibri-Zoom com:

1 participante

Chefe de equipa da EMIG-Estrutura de Missão para a Cidadania e Igualdade de Género

Enquadramento:

EMIG - Estrutura de missão criada para gerir os fundos comunitários atribuídos via contrato de delegação de competências do PO ISE à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

EFICÁCIA

Operacionalização e concretização dos objetivos e metas

- Os resultados são sem entrar em números: são todos acima das metas negociadas, quer das metas contratualizadas a nível do programa nacional com a Comissão Europeia, quer a nível daquilo que é previsto na abertura de, nos avisos dos concursos, portanto, temos grandemente superados, quer o atendimento da 3.17.1 vítimas atendidas são objetos de atendimento de acompanhamento ou do reencaminhamento ou de encaminhamento, a partir do primeiro contacto, quer depois na 3.17.2 no que é o acolhimento de emergência em que as camas disponibilizadas (e neste momento são 120). Essas camas estão quase todas ocupadas de tal modo que o próprio Estado teve que abrir, este ano, mais uma, não duas valências provisórias para suprir. Portanto, existe a necessidade e existe utilização.
- Na 3.17.3, no tráfico de seres humanos: a vertente de sensibilização, acompanhamento, de explicação de procedimentos, em que os indicadores, tanto quanto me recordo são positivos; na vertente do acolhimento creio que estaremos em linha com a disponibilidade ou abaixo da linha da disponibilidade. Aqui a dificuldade é a saída porque às vezes temos durações mais longas do que aquela que se esperava porque é um problema…. (da autonomização).
- O apoio financeiro para cada projeto devia ser maior o que permitiria às entidade beneficiárias viver mais desafogadamente e eventualmente contratar mais pessoas e até pagar mais (…) Por isso, posso dizer-lhe exatamente que havendo, conforme o montante de financiamento por entidade seja menor ou maior permitirá uma resposta mais eficiente mais eficaz e até de maior qualidade sem dúvida.
- Nos agressores, o programa é mais vasto do que aquele que está a ser financiado. É um programa que existe, ou que existirá, creio eu, independentemente de estar a ser financiado, ou não, porque tem a ver, enfim, embora esteja a ser financiado. E os resultados, não tenho indicação dos resultados, tenho indicação de componentes do resultado nomeadamente na componente formativa das pessoas que trabalham com agressores, o output daquilo que é, até porque é difícil medir. Se fossemos pelo número de pessoas que estão no programa, dir-lhe-ia à cabeça, claramente estamos ou target ou acima do target. Uma lógica mais de: os resultados mais a longo prazo, isso é um dos trabalhos que o projeto pretende fazer é o follow up das intervenções e isso não está feito porque é um trabalho, enfim, de investigação como sabe demoram sempre mais, claro a maturidade da própria situação para se poder verificar se houve ou não a reincidência, se… e portanto, esse é um dos trabalhos, penso que até foi um dos trabalhos que não vai ser concretizado e que tem muito a ver com os efeitos da pandemia. Sem grande reporte físico do PAVD.

Violência de género/doméstica:

- Respostas inovadoras, por exemplo, a RAP - Respostas de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica. Inovador até no contexto internacional: neste caso em concreto não estamos a falar de continuidade, estamos a falar de uma resposta apenas possível nesta lógica de haver dinheiro que possa ser mobilizável para esse tipo de apoio e, portanto, o impacto de ações financiadas pelo PO ISE no âmbito da violência doméstica e género, o impacto é garantir a possibilidade de haver apoio estruturado e constante a este tipo de vítimas.

Fatores que explicam maior/menor sucesso

- Na prática, estamos a falar normalmente de candidaturas de continuidade, dos projetos, de programas comunitários anteriores, em que o objeto é aquele.

- Agressores: a pandemia, em dois anos, 2020 e 2021, este tipo de entidades esteve a trabalhar numa lógica de resolver problemas e não era possível fazer follow up de pessoas que estavam fechadas em casa. Tenho ideia que follow up será uma das componentes menos bem conseguidas.
- Basicamente tem havido uma cada vez maior necessidade deste tipo de ofertas. Mas isso é um fator externo da sociedade, é o meio ambiente.
- Dois fatores externos que limitaram o cumprimento dos objetivos:

1. O grande fator externo que teve impacto, no PO ISE e nestas áreas sociais foi a COVID: obrigou as entidades, obrigou-nos a nós a refazer alguns circuitos, por exemplo, na questão da 3.17.1 estava previsto ser atendimentos presenciais só e teve-se de reorganizar e avançar para atendimentos não presencial.
2. A lógica de recolha de evidências teve de ser diferente. No caso dos atendimentos, nos indicadores e na própria estruturação de trabalho das equipas tiveram que se dimensionar para o contacto não presencial e muitas vezes com os agressores potenciais ou efetivos, e pronto tinha que ser um contacto ou por telefone, ou por Skype ou por Zoom, enfim por esta forma e, portanto. Esse é um fator externo que condicionou.

- Fatores internos que limitaram o cumprimento dos objetivos:

1. Basicamente têm a ver com a instabilidade… são fatores externos a nós, mas internos ao programa, que tem a ver com a instabilidade do sistema operativo, do sistema informático, o Balcão 2020.
2. Recuando um pouco, teve a ver com a que, aliás que está a ocorrer novamente este ano com o atraso no arranque do próprio programa comunitário. Durante os anos 2015, 2016 e 2017, não houve fluxo de financiamento normal porque (com grande prejuízo para toda a gente) o programa comunitário demorou a arrancar e o próprio sistema e o sistema de informação (??) europeu demorou a arrancar e teve, muitas vezes, inconsistências, que continua a ter inconsistências no reporte de dados.

EFICIÊNCIA

Adequação e balanço dos instrumentos de financiamento

- O principal desafio é sempre a escassez de recursos perante a demanda, perante o pedido. Temos sistematicamente que fazer escolhas uma vez que o envelope financeiro disponível é inferior à solicitação nas diversas tipologias que temos. Esse é o principal desafio genérico.
- Depois, a gestão e atribuição de verbas do PO ISE, os desafios são conseguir, no caso do nosso ecossistema próprio, em que trabalhamos sobretudo com entidades do terceiro setor – ONGs e IPSSs –, que na verdade suprem necessidades nacionais que, eventualmente, até poderiam ser garantidas pelo Estado.
- Na área da formação, em que já temos players privados, temos uma lógica quase de mercado, embora não só, mas em que muitas das entidades são do mercado e pronto têm mais facilidade em ultrapassar isso.
- Provavelmente deveríamos levar a um acréscimo do montante de financiamento do atendimento, para poder ter mais pessoas ao serviço nesta área. Via financiamento estão garantidas minimamente as condições para a existência de apoio a pessoas vítimas de violência doméstica quer na fase de atendimento inicial quer na fase depois de acolhimento. Do ponto de vista em concreto, aquilo que sabemos é que o financiamento, portanto é a lógica comercial (…) e que dá sempre prejuízo (…) melhor dizendo, o apoio financeiro para cada projeto devia ser maior o que permitiria viver mais desafogadamente e eventualmente contratar mais pessoas e até pagar mais, isso eu concordo, pagar mais concordo que é um problema, pagar mais ou pagar mais decentemente às pessoas que trabalham nessa área e isso tem um impacto menos positivo obviamente naquilo que é a capacidade ou a qualidade do atendimento. Por isso, posso dizer-lhe exatamente que havendo, conforme o montante de financiamento por entidade seja menor ou maior permitirá uma resposta mais eficiente mais eficaz e até de maior qualidade sem dúvida.

Candidatura

- Sobre a qualidade das candidaturas ao PO ISE: é a qualidade necessária, seria a desejável, nuns casos sim, noutros não, é a qualidade necessária. A qualidade mínima necessária tendo em consideração, precisamente, que as nossas entidades, os putativos beneficiários, são entidades que já operam no mercado na área da proteção de vítimas de violência doméstica, do tráfico de seres humanos, de formação, pactos municipais para a igualdade; são entidades normalmente já credenciadas junto da rede nacional de apoio à vítima de violência doméstica, por exemplo, com um histórico suficiente para se saber que as candidaturas não necessitam de ter uma grande…

- É a qualidade necessária para que as candidaturas sejam valoradas segundo uma grelha de pontuação, os concursos são públicos, são abertos. A DGRSP e o INA são as duas entidades com candidatura por convite.
- Na prática, estamos a falar normalmente de candidaturas de continuidade, dos projetos, de programas comunitários anteriores, em que o objeto é aquele, não há aqui um grande espaço para a inovação.
- Há alguns avisos que são inovadores ou quando aparecem substantivamente objetos novos, aí sim, há uma procura de uma maior qualidade na apresentação de candidaturas numa lógica concorrencial, não é?

Acompanhamento das entidades

- Do ponto de vista de análise de despesa e de cumprimento de metas: via verificações administrativas, através da submissão de despesa, análise documental e esclarecimento de dúvidas e pedido de elementos adicionais e é feito by the book. Segue-se o manual de procedimentos aprovado pelo PO ISE.
- Feito através de verificações no local: as equipas de monitorização vão verificar no local de execução da operação se a mesma está bem documentada, se os documentos são autênticos (isso já é garantido de qualquer modo previamente), se de facto as regras de publicitação estão a ser garantidas.
- Em caso de suspeita ou verificação de situações que podem indiciar situações de irregularidades ou desvio há auditorias específicas.
- Na lógica do acompanhamento das entidades, do ponto de vista genérico, há uma relação de bastante proximidade da estrutura técnica com as entidades através da figura do gestor de procedimento; o técnico que analisa uma candidatura não intervém na fase subsequente da verificação de despesa. A técnica de verificação de despesa fica como gestora do processo e há uma relação muito próxima em termos de esclarecimento de dúvidas.

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

Impacto e sustentabilidade das medidas e ações desenvolvidas pelos projetos

Impacto

- Trabalhamos sobretudo com entidades do terceiro setor – ONGs e IPSSs –, que na verdade suprem necessidades nacionais que, eventualmente, até poderiam ser garantidas pelo Estado
- A sobrevivência dessas instituições (entidades do terceiro setor) que desempenham relevantes papéis sociais depende muito do financiamento comunitário.
- As entidades que operam nesta área e que se não tiverem o financiamento continuado não conseguem ter… não têm outra estrutura de financiamento que lhes permita desempenhar suas funções, tirando alguns casos em que intervêm em vários pontos.
- O impacto é que se não houvesse este financiamento comunitário, provavelmente não haveria condições para ter uma cobertura ou uma rede tão abrangente e com tanta qualidade, apesar das deficiências que possam ainda ocorrer, e tanta proximidade como aquela conseguimos ter em termos nacionais. Basicamente, o impacto das ações financiadas na 3.17 do PO ISE e sem favor nenhum, neste caso é máximo porque é aquela que permite eu não posso escrever isso no relatório porque, na verdade, mas permite suprir falhas do Estado nesta matéria.
- Provavelmente deveríamos levar a um acréscimo do montante de financiamento do atendimento, para poder ter mais pessoas ao serviço nesta área. Via financiamento estão garantidas minimamente as condições para a existência de apoio a pessoas vítimas de violência doméstica quer na fase de atendimento inicial quer na fase depois de acolhimento. Do ponto de vista em concreto, aquilo que sabemos é que o financiamento, portanto é a lógica comercial (…) e que dá sempre prejuízo (…) melhor dizendo, o apoio financeiro para cada projeto devia ser maior o que permitiria viver mais desafogadamente e eventualmente contratar mais pessoas e até pagar mais, isso eu concordo, pagar mais concordo que é um problema, pagar mais ou pagar mais decentemente às pessoas que trabalham nessa área e isso tem um impacto menos positivo obviamente naquilo que é a capacidade ou a qualidade do atendimento. Por isso, posso dizer-lhe exatamente que havendo, conforme o montante de financiamento por entidade seja menor ou maior permitirá uma resposta mais eficiente mais eficaz e até de maior qualidade sem dúvida.

Pontos fortes

- (Sobre as entidades beneficiárias do PO ISE) Sem dificuldades no cumprimento da componente substantiva que se refere àquilo que é o cumprimento de metas ou o cumprimento do objetivo ou do objeto.

Pontos fracos e dificuldades

- Na verdade, a sobrevivência dessas instituições que desempenham relevantes papéis sociais depende muito do financiamento comunitário e a dificuldade aqui é procurar que essas instituições cumpram as regras, necessariamente obrigatórias, que decorrem da legislação comunitária, da legislação nacional, das normas de execução.
- Principais desafios na gestão, tem a ver: primeiro com a dificuldade de encontrar um bom match entre aquilo que é – aquilo que são as necessidades – e isso é conseguido via concursos, via análise de necessidades; e depois na própria gestão, é a dificuldade de no terreno garantir o bom cumprimento das regras, que não são simples, que têm um conteúdo muito garantivista e que são desse ponto de vista exigentes para entidades cujo objetivo, o seu objeto social é o de prestar apoio social, no caso maior a vítimas de violência doméstica e tráfico de seres humanos, que são digamos a tipologia fundamental.
- Dificuldade: o enquadramento das entidades beneficiárias dentro daquilo que são as estritas regras do financiamento público e comunitário nomeadamente naquilo que respeita à contratação pública, prazos de submissão de despesa, verificação de despesa; naquilo que são regras de contratação pública, regras financeiras, aquisições.
- O reporte financeiro é a grande dificuldade deste ecossistema, aliás como em toda a área social.
- As entidades beneficiárias tendem a passar para a equipa as suas ineficiências e, na prática, está a EMIG, muitas vezes a internalizar as ineficiências de gestão das próprias entidades. Por exemplo, na submissão de pedidos de reembolso é raro aquele em que não tenhamos que pedir uma, duas e três vezes elementos comprovativos do que fazem porque normalmente vêm mal e escassamente fundamentados. Portanto, internalizamos a ineficiência do mercado.
- Dificuldade em ter o reporte físico da DGRSP.
- A dificuldade: garantir a transição com alguma suavidade entre os quadros comunitários, é uma lógica concursal. E isso, apesar de tudo está da nossa parte, ao contrário do que ocorreu no passado, está medianamente garantido. As entidades não ficarão sem apoios e (?) encontramos aqui alguns mecanismos desde que estão se atrase demasiado. Há aqui um prolongamento dos prazos e etc.

Coesão territorial

- A rede nacional de vítimas de apoio a vítimas doméstica, neste momento, cobre 95% do território nacional e grande parte é financiada e (…) Norte, Centro e Alentejo é financiada via fundos comunitários, isto é, há estruturas que dão resposta quer com o atendimento quer para o acolhimento.
- A dificuldade no atendimento e a dificuldade na resposta a esse flagelo social decorre daquilo que são as condições sociais existentes. Obviamente, deveríamos ter uma estrutura em cada concelho. Não é possível nem desejável e a maior parte estariam sem uso. Portanto as dificuldades de atendimento a vítimas de violência doméstica do ponto de vista da estrutura montada não existem, isto é: a capacidade de ter a disponibilidade de instrumentos que garantam a alguém que é vítima de violência doméstica poder recorrer a este tipo de serviços de algum modo está garantida. 95% são números oficiais. 95% do território nacional está coberto com estruturas regionais, de âmbito CIG, etc, além de outros mais locais de autarquias locais, etc.

Sustentabilidade

- A sobrevivência dessas instituições (entidades do terceiro setor) que desempenham relevantes papéis sociais depende muito do financiamento comunitário.
- Respostas inovadoras, por exemplo, a RAP – Respostas de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica: Inovador até no contexto internacional: neste caso em concreto não estamos a falar de continuidade, estamos a falar de uma resposta apenas possível nesta lógica de haver dinheiro que possa ser mobilizável para esse tipo de apoio e, portanto, o impacto de ações financiadas pelo PO ISE no âmbito da violência doméstica e género, o impacto é garantir a possibilidade de haver apoio estruturado e constante a este tipo de vítimas.
- A dificuldade: garantir a transição com alguma suavidade entre os quadros comunitários, é uma lógica concursal. E isso, apesar de tudo está da nossa parte, ao contrário do que ocorreu no passado, está medianamente garantido. As entidades não ficarão sem apoios e (?) encontramos aqui alguns mecanismos desde que não se atrase demasiado. Há aqui um prolongamento dos prazos e etc.

- E os fundos comunitários visam ajudar os estados a resolver problemas, não é? E a consolidar a soluções para o futuro. Neste caso aqui, na área social a consolidação para o futuro, às vezes, não é garantida.
-

VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

- A sobrevivência dessas instituições (entidades do terceiro setor) que desempenham relevantes papéis sociais depende muito do financiamento comunitário.
- Sem este tipo de financiamento, estamos a falar de, no nosso caso, grosso modo de 54 milhões de euros…. não seria possível ter respostas inovadoras, por exemplo, a RAP - Respostas de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica, funciona uma valência nova que foi pela primeira vez em 2021 concursada especificamente para apoio a crianças que tenham sido vítimas ou que tenham assistido a processos de vitimização de violência doméstica e, portanto, que deixa uma marca fundamental e isso é inovador, não é? Inovador até no contexto internacional e que foi recentemente na Suécia até apresentado o caso português através da ordem dos psicólogos portugueses aos congéneres.
- Sobre a RAP: Inovador até no contexto internacional: neste caso em concreto não estamos a falar de continuidade, estamos a falar de uma resposta apenas possível nesta lógica de haver dinheiro que possa ser mobilizável para esse tipo de apoio e, portanto, o impacto de ações financiadas pelo PO ISE no âmbito da violência doméstica e género, o impacto é garantir a possibilidade de haver apoio estruturado e constante a este tipo de vítimas.
- O impacto é que se não houvesse este financiamento comunitário, provavelmente não haveria condições para ter uma cobertura ou uma rede tão abrangente e com tanta qualidade, apesar das deficiências que possam ainda ocorrer, e tanta proximidade.
- Na verdade, a sobrevivência dessas instituições (do terceiro setor) que desempenham relevantes papéis sociais depende muito do financiamento comunitário e a dificuldade aqui é procurar que essas instituições cumpram as regras, necessariamente obrigatórias, que decorrem da legislação comunitária, da legislação nacional, das normas de execução.

RELEVÂNCIA E COERÊNCIA INTERNA/EXTERNA

Coerência interna entre medidas e a sua configuração específica

Violência de género/doméstica

- Os resultados são sem entrar em números: são todos acima das metas negociadas, quer das metas contratualizadas a nível do nível programa nacional com a Comissão Europeia, quer a nível daquilo que é previsto na abertura de, nos avisos dos concursos, portanto, temos grandemente superados, quer o atendimento da 3.17.1 vítimas atendidas são objetos de atendimento de acompanhamento ou do reencaminhamento ou de encaminhamento, a partir do primeiro contacto, quer depois na 3.17.2 no que é o acolhimento de emergência em que as camas disponibilizadas (e neste momento são 120). Essas camas estão quase todas ocupadas de tal modo que o próprio Estado teve que abrir, este ano, mais uma, não duas valências provisórias para suprir. Portanto, existe a necessidade e existe utilização.

O apoio financeiro para cada projeto devia ser maior o que permitira viver mais desafogadamente e eventualmente contratar mais pessoas e até pagar mais (…) Por isso, posso dizer-lhe exatamente que havendo, conforme o montante de financiamento por entidade seja menor ou maior permitirá uma resposta mais eficiente mais eficaz e até de maior qualidade sem dúvida.

2.3.7. Sinopses das entrevistas de estudos de caso

Sinopse de entrevista: Entidade A

Entrevista no dia 22 de julho de 2022, às 14h, via Colibri-Zoom com:

1 participante

Vice-presidente da Entidade A e Diretora técnica da Estrutura de atendimento e do Resposta de acolhimento de emergência

Enquadramento:

Para o primeiro estudo de caso, selecionou-se a Entidade A, com um total de 7 projetos aprovados na região Norte, em duas ações diferentes – ação 3.17.1 e 3.17.2, com 4 projetos em funcionamento – Projeto Azul, Projeto Verde e Projeto Laranja, da ação 3.17.1 e a Resposta de acolhimento de emergência, da ação 3.17.2.

Os 3 projetos que já terminaram eram os projetos de continuidade do Projeto Azul (1) e da Resposta de acolhimento de emergência (2), que já vêm a ser financiados pelo PO ISE desde janeiro de 2018.

Foram entrevistadas 2 vítimas utentes acolhidas na resposta de acolhimento de emergência e apoiadas pela estrutura de atendimento.

EFICÁCIA

Operacionalização e concretização dos objetivos e metas

- Projeto Azul: o centro de respostas à população LGBTI é um centro de atendimento a vítimas e a pessoas significativas das pessoas LGBTI. Projeto nasceu de uma carta de compromisso com a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e sem um financiamento PO ISE e com o apoio da Câmara Municipal que cedeu as instalações e manteve-se no terreno. Mais de 300 utentes em acompanhamento no Projeto Azul.
- Projeto Verde: projeto com supervisão da Ordem dos Psicólogos, formação conjunta com outras entidades beneficiárias; em termos de impacto tem sido muito positivo; houve um esforço enorme desta equipa, este ano em seis meses e meio fizeram quase setecentos atendimentos a crianças e jovens. Projeto veio colmatar uma necessidade que era muito exigida há muito tempo e que não existia. No processo de candidatura: construímos a pensar em X técnicas que eram duas vezes X horas, nós devemos conseguir fazer até X atendimentos, vamos imaginar dois mil. Em termos de número de utentes ultrapassamos o número que definido na candidatura, mas em termos de atendimentos não temos conseguido, é humanamente impossível chegar a esse número porque por vezes as técnicas têm de acompanhar uma criança ao Instituto de Medicina Legal e tem de desmarcar os atendimentos seguintes. Como consequência o projeto vai levar um corte financeiro tremendo porque não vai atingir os tais X atendimentos propostos.
- Projeto Laranja: estrutura de atendimento para vítimas de violência no namoro; o projeto não tem números indicadores tão altos como os restantes projetos porque é uma população de difícil acesso: os jovens preferem não envolver a família e tentam resolver sozinhos, sentem que não vão acreditar neles. Jovens evitam ir à estrutura porque têm medo que ao ir à estrutura haja uma denúncia formal e se vejam envolvidos, tão novos, numa situação criminal. A procura não é enorme não porque não existam, é porque são situações de violência no namoro. Os números baixos não deixam de ser significativos. O Projeto Laranja trabalha bem ao nível dos atendimentos muito mais online do que no presencial; trabalha muito bem ao nível da formação e da prevenção.
- A Resposta de acolhimento de emergência está sempre lotada. Desde o início da pandemia o número de atendimentos tem vindo a crescer.

- A Tipologia de Operações adequa-se às necessidades do público-alvo na medida em que tem permitido executar o projeto e dar resposta. São respostas piloto únicas em Portugal. Adequa-se, estão sempre lotados, estão sempre com uma procura imensa, há listas de espera; o público-alvo tem muito a agradecer a estas linhas e isto é o mais importante: é que as pessoas utentes tenham resposta.

- A Tipologia de Operações não se adequa na medida em que tem um prazo para terminar. Esta questão não é do PO ISE, é uma questão da formatação das coisas de base: projetos como estes, em particular, deveriam ser serviços e nunca projetos porque não faz sentido, não vão deixar de existir pessoas LGBTI vítimas de violência doméstica.
- Sem dificuldades ao nível da execução física: Todos os números têm sido atingidos e superados também porque nós temos noção do que aconteceu do ano passado e conseguimos construir o projeto para garantir e prever a execução física.

- Inúmeras dificuldades ao nível da execução financeira porque os projetos não são financiados a 100% e a Entidade A tem tido dificuldade em encontrar soluções para o restante financiamento. É uma luta da direção pensar, embora a Entidade A já esteja numa fase de engrenagem que se tornou mais simples.
- Dificuldades na execução financeira ao nível desta política de reembolsos pois a Entidade A não tem dinheiro de lado e tem despesas mensais com ordenados, alimentação dos utentes, água e luz. O valor de sinal que dão de início não cobre as despesas até que possa existir um primeiro reembolso.
- Todas as regras do reembolso ao nível da contratação pública são brutais. As entidades beneficiárias deveriam ter um suporte diferenciado compreendendo que são organizações não governamentais que não são uma empresa que não têm uma equipa de pessoas vasta para o departamento financeiro.

Resultados esperados/observados e efeitos não esperados

- Com a pandemia, o número de atendimentos da Entidade A cresceu exponencialmente: dos 40 ou 60 atendimentos em fevereiro/ março de 2020, para 200, 300. Este acréscimo teve duas razões: criação do atendimento online e à distância que permitiu a pessoas de todo o país receber apoio.
- Não fazia sentido abrir uma estrutura de atendimento sem poder ao mesmo tempo, na população circundante, trabalhar a prevenção porque senão estaríamos só na remediação. E estes materiais e estas ações de sensibilização servem para isto, como são temas tão específicos e únicos. Temos muitos pedidos das escolas, muitas câmaras, muitas juntas de freguesia.

Fatores que explicam maior/menor sucesso

- Projeto Azul: durante a pandemia muitos dos atendimentos passaram a ser online, a Entidade A tinha a política de ser tudo presencial, mas passaram a ser não presencial devido ao isolamento.
- Projetos piloto e escassez de respostas para o público-alvo abrangido.

EFICIÊNCIA

Adequação e balanço dos instrumentos de financiamento

- Projeto Azul: pensado para determinados números, mas os reais foram ultrapassando o estabelecido.
- Projeto Azul: Na candidatura, a entidade não pode dizer que vai fazer dois mil atendimentos quando tem cinco mil do ano anterior. As candidaturas têm sido sempre com números acima umas das outras.
- Projeto Azul: efetivamente o valor que o PO ISE financia não é suficiente, mas a Entidade A não pode humanamente trabalhar menos conforme os números propostos mais ainda quando os projetos são de continuidade.
- Resposta de acolhimento de emergência: começou por acolher 40 pessoas e depois passou para 80… porque os acolhimentos são necessários e o valor é o mesmo. A resposta de acolhimento de emergência tem um valor por utente de teto máximo um bocadinho mais justo, mas que não deixa na mesma ter uma grande capacidade de gestão da equipa técnica.
- A Tipologia de Operações não se adequa na medida em que tem um prazo para terminar. Esta questão não é do PO ISE, é uma questão da formatação das coisas de base: projetos como estes, em particular, deveriam ser serviços e nunca projetos porque não faz sentido, não vão deixar de existir pessoas LGBTI vítimas de violência doméstica.
- Porque é que o projeto tem de terminar naquela data e temos que estar a pensar se vai acontecer alguma coisa noutro quadro comunitário ou nas políticas públicas ou em quem ocupa os cargos de governação em Portugal se o problema da violência doméstica e os utentes não deixam de existir a 31 de dezembro.
- Tudo o que são serviços para o público, o ser por projeto não se adequa.
- Acho bem que se falhar que as entidades não recebam o reembolso.

- Projeto Laranja: o financiamento PO ISE chega perfeitamente (37 mil euros); duas técnicas a trabalhar, que trabalham bem, trabalham com tempo, são capazes de ter dois, três, quatro consultas por dia. (os do Projeto Azul trabalham sete consultas por dia, um projeto com 37 mil euros também).

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

Impacto e sustentabilidade das medidas e ações desenvolvidas pelos projetos

Impacto

Pontos fortes

- Financiamento PO ISE: impacto muito positivo e muito valorizado porque uma grande parte dos nossos projetos são financiados pelo PO ISE.
- Os projetos PO ISE dão a quem está a trabalhar neles alguma segurança: à partida, não se espera que encerrem as estruturas de atendimento e de acolhimento, mais ainda quando são únicas no país porque são LGBTI.
- Impacto muito positivo para a população, ou seja, para quem usufrui dos projetos, claro que é positivo que eles existam.

Pontos fracos e dificuldades

- Financiamento PO ISE: traz um conjunto de problemas porque um projeto nunca é financiado a 100%.
- Projeto Azul: o espaço não é elástico, é um espaço pequeno para o número crescente de atendimentos A Câmara está a tentar ceder um espaço maior e o PO ISE tem um teto máximo para funcionar. Este é o principal problema sério deste tipo de financiamentos: tanto financia com 37 mil euros uma candidatura que diga que vai fazer atendimento a 10 pessoas fazendo 100 atendimentos como vai financiar com os mesmos 37 mil euros uma candidatura que vai atender 300 pessoas com 8 mil atendimentos. Não é proporcional ao trabalho que existe.
- Projeto Azul: ao atingir os números anuais de atendimentos previstos na candidatura, a estrutura de atendimento não pode fechar a novos atendimentos; não é viável, não é humanamente, profissionalmente possível. Se colocamos os números muito elevados é porque sabemos que as pessoas vão necessitar desta resposta.
- Projeto Azul: a Entidade A tem conseguido dar resposta às pessoas, mas muitas vezes com colegas de outros projetos que vão dar suporte ao Projeto Azul que não consegue dar resposta a tudo. Escassez de recursos humanos na equipa. A Câmara Municipal tem estado a apoiar algumas atividades do Projeto Azul e para garantir mais uma pessoa a trabalhar no projeto.
- Resposta de acolhimento de emergência: número crescente de acolhimentos porque os acolhimentos são necessários. Embora o valor por utente de teto máximo seja um bocadinho mais justo, não permite na mesma ter uma grande capacidade de gestão da equipa técnica. Equipa técnica: dos cinco elementos três estão a recibos verdes.
- Recursos humanos remunerados com recibos verdes: o PO ISE não reembolsa os pagamentos à Segurança Social. As pessoas que estão a contrato quando forem embora têm que receber a sua compensação de dois dias por mês de ordenado, o PO ISE também não paga isso.
- As organizações não governamentais não ganham rigorosamente nada com este tipo de projetos porque estão a executar aquilo que o estado tem que fazer. Estão a cumprir as metas e indicadores do próprio estado e não recebem a 100%; recebem cerca de 75% do custo efetivo do projeto.
- A Entidade A é uma organização não governamental sem fins lucrativos não é uma empresa. Não tem pessoas associadas e valor de venda de material de marketing suficiente para cobrir as despesas não cobertas pelo PO ISE. A Entidade A refere a grande dificuldade e as situações de estrangulamento financeiro (muitas associações acabam por deixar de pagar ordenados porque não têm como fazê-lo).
- Então, se me perguntar gostaria de poder continuar a receber financiamento POISE? Não, não gostaria. O financiamento PO ISE é a melhor opção que se consegue neste momento e as vítimas não podem ficar sem resposta.
- Entidade A: projetos muito dependentes do financiamento e da renovação ou não de lançamentos de novos projetos

- A Entidade A não depende destes projetos. A entidade A cessa os contratos de trabalho quando o projeto termina.
- Grande incerteza: por exemplo, o que acontece este ano chegar a 22 de julho e não se saber o que acontece a 1 de janeiro quando temos mais de 300 utentes em acompanhamento no Projeto Azul quando temos a Resposta de acolhimento de emergência sempre lotada, é uma angústia brutal em relação às pessoas utentes.
- Os projetos PO ISE dão a quem está a trabalhar neles alguma segurança: à partida, não se espera que encerrem as estruturas de atendimento e de acolhimento, mais ainda quando são únicas no país porque são LGBTI, ou seja, à partida os profissionais acham que vão continuar a trabalhar por mais um ano e mais um ano e mais um ano. Mas sempre nesta insegurança do "até quando e de que forma", não é? E a Entidade A vai acumulando aqui dívida. Não há um financiamento total.
- Dificuldade no cumprimento de todos os requisitos na apresentação de despesa com perda avultada de verba não reembolsada. A Entidade A procura ter tudo transparente e ao pormenor.
- Receberam a informação de não reembolso no valor avultado porque por ignorância não cumpriram os requisitos da contratação pública de um seguro de profissionais, optando por cobrir o seguro que as pessoas já tinham porque o valor que pudessem vir a contratar é mais alto, é só dar continuidade aos seguros das pessoas e dos utentes. Não cumpriram os tais requisitos e também da parte da gestão do projeto, seja da CIG seja do PO ISE, não informaram a Entidade A do incumprimento para cumprirem.
- Falta de acompanhamento na execução do projeto. No acompanhamento do projeto EMIG existe um departamento de fiscalização e não o de acompanhamento. Ninguém se senta à mesa connosco a dizer como é que as coisas podem ser feitas de forma transparente, adequada, melhorada. Só nos dizem que tem de ser assim e nós desenrascamos e tivemos este corte de soma avultada.
- Para cobrir o valor, a Entidade A teve de pedir donativos financeiros a empresas na altura do Natal para cobrir a despesa não reembolsada porque não foi feita a tal contratação pública XPTO que não nos tinham dito. Não alertaram para a possibilidade de corte quando receberam a informação não estava em conformidade.
- A Entidade A refere que nunca teve um pedido de reembolso, um único, sem um corte financeiro. Procura perceber o erro para tentar fazer melhor e diferente.
- Projeto Verde: projeto veio colmatar uma necessidade que era muito exigida há muito tempo e que não existia. No processo de candidatura: construímos a pensar em X técnicas que eram duas vezes X horas, nós devemos conseguir fazer até X atendimentos, vamos imaginar dois mil. Em termos de número de utentes ultrapassamos o número que definido na candidatura, mas em termos de atendimentos não temos conseguido, é humanamente impossível chegar a esse número porque por vezes as técnicas têm de acompanhar uma criança ao Instituto de Medicina Legal e tem de desmarcar os atendimentos seguintes. Como consequência o projeto vai levar um corte financeiro tremendo porque não vai atingir os tais X atendimentos propostos.

Coesão territorial

- Existem três centros de atendimento a vítimas especializados em população LGBTI em Portugal: um em Matosinhos e dois em Lisboa (em território não PO ISE).
- Cobertura não é nacional. Lacuna de respostas para o público-alvo a nível nacional, inclusive em regiões PO ISE. Sobre a necessidade de a resposta ser especializada: as pessoas profissionais não percebem nada de questões LGBTI e acabam por discriminar, maltratar, magoar, penalizar e revitimizar as próprias vítimas.
- Trabalho em rede com outras entidades da RNAVVD – Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica: no acolhimento não há vagas para as pessoas LGBTI muito menos porque só existimos nós e as outras estruturas são muito resistentes a receber as nossas vítimas por discriminação, transfobia, homofobia, das próprias técnicas, das próprias vítimas, muito resistentes a receber as nossas vítimas. Há entidades privilegiadas com as quais nós já temos uma relação e conseguimos ter diálogos muito produtivos e conseguimos trabalhar a vítima que é levada daqui para o Algarve, daqui para Lisboa porque sabemos que há uma estrutura assim. Há outras entidades completamente fechadas sobre si e que não partilham, não dialogam, não aceitam o acolhimento de vítimas LGBT.

Sustentabilidade

- Projetos de continuidade. Projetos cuja continuidade está muito dependente do financiamento e da renovação ou não de lançamentos de novos projetos.
- Quando o projeto termina, cessa-se o contrato às pessoas que trabalham no projeto e vão embora.

- Não há casa de abrigo para LGBTs, só há casa de acolhimento de emergência. Então a resposta é incompleta e insuficiente.
- Só existirem três estruturas em dois locais do país para esta população específica.
- As outras estruturas não se interessam por receber formação (gratuita da Entidade A) e por atender pessoas LGBTI de forma humana e não discriminatória.
- A falta de vagas e o facto de só haver uma casa de acolhimento de emergência para vítimas LGBT e não haver casa abrigo. Há só uma casa de emergência que está sempre cheia, ou seja, as vítimas LGBT se estiverem no Algarve têm de largar tudo serem acolhidas no norte. Porque só existe uma.
-

VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

- Tudo o que é financiamento da União Europeia, financiamento público tem de ser transparente.
-

RELEVÂNCIA E COERÊNCIA INTERNA/EXTERNA

Coerência interna entre medidas e a sua configuração específica

- Projeto Azul: estrutura não fechou um único dia durante a pandemia, manteve-se sempre em funcionamento.
- Projeto Azul: ao atingir os números anuais de atendimentos previstos na candidatura, a estrutura de atendimento não pode fechar a novos atendimentos, não é viável, não é humanamente, profissionalmente possível. Se colocamos os números muito elevados é porque sabemos que as pessoas vão necessitar desta resposta.
- Impacto muito positivo para a população, ou seja, para quem usufrui dos projetos, claro que é positivo que eles existam.
- As pessoas utentes dependem destes projetos: temos mais de 300 utentes em acompanhamento no Projeto Azul e a Resposta de acolhimento de emergência está sempre lotada.
- Relação de confiança estabelecida com as pessoas beneficiárias.
- Projeto Verde: veio colmatar uma necessidade que era muito exigida há muito tempo e que não existia; só este ano em seis meses e meio fizeram quase setecentos atendimentos. Tem tido um impacto tremendo na população e nas entidades parceiras, estamos constantemente a receber pedidos de acompanhamento de crianças e jovens.
- Resposta de acolhimento de emergência: o facto de se só existir este acolhimento de emergência para LGBTI no país e a ausência de uma casa de abrigo: quebra a vida das vítimas porque ficam totalmente isoladas, a família fica noutro sítio; com a agravante de que as vítimas LGBTI podem tem problemas prévios de discriminação na família; as pessoas transgénero têm dificuldades acrescidas nos processos de autonomização devido ao isolamento familiar e a baixas qualificações.
- O atendimento online permitiu chegar a pessoas em todo o território nacional, não circunscrita à região norte. Acréscimo significativo no número de atendimentos com casos de pessoas que estavam em casa de familiares que desconheciam a orientação sexual e/ou de género.
- Projeto Laranja: jovens evitam ir à estrutura porque evitam, têm medo que ao ir à estrutura haja uma denúncia formal e se vejam envolvidos, tão novos, numa situação criminal.

RECOMENDAÇÕES

- Efetivamente o valor que o PO ISE financia não é suficiente, mas nós também não podemos humanamente trabalhar menos, ou seja, esta é uma recomendação que eu deixo é que conforme os números propostos mais ainda quando os projetos são de continuidade, que possa haver um ajuste a estas…
- Financiamento do projeto superior à percentagem atual. O projeto nunca é financiado a 100%.
- Projetos que deveriam ser serviços permanentes. Tudo o que são serviços para o público, o ser por projeto não se adequa.
- O valor de sinal que dão de início não cobre as despesas até que possa existir um primeiro reembolso.
- Simplificar as regras do reembolso ao nível da contratação pública. As entidades beneficiárias deveriam ter um suporte diferenciado compreendendo que são organizações não governamentais, não são uma empresa e não têm uma equipa vasta para o departamento financeiro.
- Melhorar a comunicação entre as entidades beneficiárias e EMIG: melhorar o serviço de acompanhamento.

- Corte financeiro devido ao incumprimento das metas estabelecidas, mesmo quando o projeto apresenta resultados positivos e seja um sucesso total.

OBSERVAÇÕES (EQUIPA INVESTIGAÇÃO)

- A Entidade A tem outro projeto PO ISE sobre as trajetórias de vida das pessoas LGBTI vítimas de violência doméstica: é um projeto de investigação, acho que é 3.15, que faz todo o sentido ser um projeto.
- O PO ISE aprovou com o mesmo valor um projeto para dez utentes e um projeto para duzentos utentes.

Sinopse de entrevista: Entidade B

Entrevista no dia 27 de julho de 2022, às 10h30, via Colibri-Zoom com:

3 participantes
Presidente da entidade
Diretora técnica da estrutura de atendimento e da resposta de acolhimento de emergência, responsável pelos projetos PO ISE
Técnica de apoio na gestão dos projetos PO ISE.

Enquadramento:

A Entidade B tem um total de 8 projetos aprovados nas regiões Norte e Centro, em duas ações diferentes (ação 3.17.1 e 3.17.2), 4 dos quais ainda em funcionamento:
- 3 na ação 3.17.1 – Estrutura de atendimento - Ancoragem Norte e Ancoragem Centro e RAP – Respostas de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica
- 1 na ação 3.17.2 – Resposta de Acolhimento de Emergência

Os 4 projetos que terminaram eram projetos de continuidade da Resposta de acolhimento de emergência (2) e Ancoragem Norte (1) e Centro (1).

Foram entrevistadas 2 vítimas utentes acolhidas na resposta de acolhimento de emergência e apoiadas pela estrutura de atendimento.

EFICÁCIA

Operacionalização e concretização dos objetivos e metas

- Projetos ultrapassam as metas e expectativas propostas.
- A resposta de acolhimento de emergência está lotada: 22 vagas preenchidas.
- Metas: cumprimos as metas ultrapassando, porque a meta já não é 100%, a meta da Entidade B já é acima.

Resultados esperados/observados e efeitos não esperados

- Na fase inicial: Na zona norte do distrito, a técnica de serviço social deslocava-se diariamente a diferentes centros de saúde, situação alterada com o covid com a limitação na acessibilidade ao centro de saúde
- As equipas deparam-se com uma quantidade de casos, situações extremamente difíceis que aparecem. Algumas entidades deveriam sinalizar e encaminhar as vítimas, denunciar e comunicar os casos (por exemplo de violência contra idosos) mas muitas vezes, há um certo constrangimento da parte das IPSS que fazem o apoio domiciliário e têm centros de dia porque se comunicam perdem o utente e contabilizam menos um pagamento ao fim do mês. Por vezes estas situações chegam em fases mais avançadas.

Fatores que explicam maior/menor sucesso

- Dificuldade relacionadas normalmente com respostas das outras entidades no acolhimento de pessoas: várias entidades a nível nacional têm vaga na plataforma não aceitam a pessoa, por exemplo, com histórico em instituição, o que dificulta o trabalho de encaminhamento.
- A Entidade B procura resolver os casos que chegam porque é para isso que existem estas respostas, é para problemas difíceis.
- Algumas equipas a nível nacional quando querem enviar utentes, às vezes, não enviam toda a informação social sobre o caso e enviam o caso para se livrarem da pessoa utente. A Entidade B por vezes é o fim de linha do encaminhamento da vítima.
- Chegam casos de exclusão social, a violência doméstica é mais uma dimensão.
- As rendas dificultam o processo de autonomização das vítimas. Problemas de saúde mental nem sempre diagnosticados previamente e que entram no acolhimento de emergência.

EFICIÊNCIA

Adequação e balanço dos instrumentos de financiamento

- *Sem informação relevante*

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

Impacto e sustentabilidade das medidas e ações desenvolvidas pelos projetos

Impacto

- Sem o financiamento PO ISE não seria possível fazer este trabalho a menos que houvesse outro tipo de financiamento que não existe. "Portanto todas estas respostas, todos estes milhares de pessoas que nós já atendemos, acompanhamos e intervimos durante estes anos só foi possível graças aos projetos que financiam toda esta dinâmica, todas estas respostas que nós damos e todos esses funcionários: são catorze pessoas. Apenas um acordozito de cooperação com a Segurança Social que é quase insignificante."

Pontos fortes

- Vontade dos dirigentes e dos técnicos para desenvolver projetos: o trabalho é feito, ultrapassa as expetativas e metas propostas
- Equipa técnica bastante responsável, estabilizada, com vários anos a trabalhar na Entidade B e que ajudaram ao nascimento e implementação das valências. A equipa é altamente profissional, a parte do apoio da gestão financeira é altamente profissional e a nossa formação não tenho conhecimentos para isso, mas confio, reunimos regularmente.
- Na área da violência doméstica a equipa é grande: equipa com 11 pessoas contratadas como técnicos e 3 técnicos avençados (psiquiatra, psicóloga clínica e enfermeiro de saúde mental).
- Uma boa avaliação do acompanhamento da EMIG mesmo em tempos difíceis como foi a pandemia: telefonemas e videoconferências: há um trabalho de proximidade, vão tirando dúvidas e esclarecem, mas o reembolso das verbas não anda com a brevidade que devia andar.
- Impacto do PO ISE na instituição: muito grande: se não fosse o PO ISE a Entidade B não poderia desenvolver os projetos.
- Serviço da Entidade B é reconhecido pelos parceiros: há uma rede de encaminhamento de casos para a Entidade B.

Pontos fracos e dificuldades

- O único problema é o atraso no pagamento das verbas é a preocupação maior, somas avultadas (cem mil euros em atraso) causa constrangimentos à Entidade B, complica a tesouraria da Entidade B.
- A EMIG não faz um controlo, faz uma fiscalização.
- Compreendem a necessidade de análise e gestão dos documentos, mas os pedidos de vários documentos e justificações vão adiando o pagamento das verbas. Exemplo: o projeto anterior terminou em 31 de dezembro de 2021 e a entidade B ainda não foi reembolsada na totalidade.
- A Entidade B desenvolve valências que não dão receitas à instituição: as atividades podem não dar lucro, mas não têm é que dar prejuízo.
- A gestão da contratação pública complica os processos.
- O centro de acolhimento de emergência: tem 22 vagas e está sempre cheio: diariamente há despesas com alimentação, eletricidade (sobretudo no inverno),
- Na área da violência doméstica tem uma equipa especializada de 11 pessoas contratadas e 3 avençados que é necessário pagar mensalmente. As pessoas querem receber, a Entidade B quer pagar de cara lavada e de boas contas mas nem sempre é fácil.
- Para o acolhimento de emergência têm um empréstimo e pagam a prestação mensal do empréstimo, mas para o (EMIG) não podemos imputar
- A Entidade B tem o centro de acolhimento de emergência (financiado pelo PO ISE) e tem o centro de acolhimento de emergência para as pessoas vítimas de saúde mental (protocolo com a Secretaria de Estado da Cidadania e Igualdade) no mesmo edifício: 22 camas com 10 afetas para a saúde mental e 12 para as outras vítimas.
- A formação das pessoas, falta de sensibilidade de algumas entidades e profissionais que não referenciam casos de violência doméstica, um é crime público e que tem implicações para a vida profissional e pessoal, alegando

sigilo profissional. Localmente tem que haver uma rede de parceiros que efetivamente sensibiliza as pessoas e que contacta a Entidade B para que a técnica vá ao local.

- As próprias utentes: algumas sem as mínimas regras de convivência social. Histórias de vidas muito difíceis desde o nascimento, são situações muito problemáticas e muito difíceis de resolver e de autonomizar, a pessoa não tem apenas o problema da violência doméstica tem vários.
- As regras de contratação pública são uma dor de cabeça muito grande. Algumas coisas não fazem sentido. Por exemplo: a mudança de fornecedor de supermercado, de fornecedor de eletricidade. Tivemos aqui um ano com uma IPSS a servir-nos refeições, gastou-se muito mais dinheiro que aquilo que nós gastamos.
- No terreno, as regras de contratação pública originam grandes dificuldades e mais burocracia quando se atinge o valor contratado implica a mudança de fornecedor: a contratação com supermercados para despesas de alimentação implica o controlo dos bens que compra (antes não havia esse controlo) e de justificação com faturas: se a Entidade B ultrapassa o valor leva um corte. O reembolso já chega com atraso e é sujeito a cortes.

Coesão territorial

- A Entidade B é a única instituição a desenvolver o trabalho na área da violência doméstica no distrito: é necessário ter uma rede de parceiros muito grande (Segurança Social, as forças de segurança (GNR e PSP), os setores hospitalares da área de abrangida, a Caritas, a Câmara Municipal, a Escola Superior de Saúde. Rede de parceiros muito grande e ligação muito grande em vários concelhos e serviços do distrito. A Entidade B chega ao local no próprio dia ou no dia seguinte. Parcerias locais.
- O apoio da equipa está centralizado na capital de distrito. O distrito divide-se em duas zonas Norte e Sul: a equipa desloca-se ao local na zona norte.
- Trabalho de proximidade: a rede de parceiros sabe que devem contactar a Entidade B

Sustentabilidade

- Entidade B estabeleceu respostas inovadoras no distrito e no Âmbito do acolhimento de vítimas de violência doméstica: iniciou com um núcleo de atendimento, mas avaliou a necessidade de ter um acolhimento de emergência para vítimas pois atendiam as pessoas e não tinham sítio para as encaminhar.
- A Entidade B desenvolveu um acolhimento para vítimas de violência doméstica com problemas ao nível da saúde mental pois está interligada com violência doméstica e ausência de resposta ao nível das instituições.

VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

- *Sem informação relevante*

RELEVÂNCIA E COERÊNCIA INTERNA/EXTERNA

Coerência interna entre medidas e a sua configuração específica

- A Entidade B tem equipas técnicas e procuram oferecer um serviço de qualidade com todos os parceiros que tem no concelho e distrito, pois a Entidade B tem a abrangência do distrito.
- O centro de acolhimento de emergência funciona num edifício comprado pela Entidade B com recurso a um empréstimo. A Entidade B não pode imputar a amortização do empréstimo que representa uma ínfima parte das despesas. Se o centro de acolhimento funcionassem em instalações arrendadas, a Entidade B já poderia imputar as rendas ao projeto.
- A estrutura de atendimento às vítimas funciona em instalações através de um protocolo com cedência de espaço no edifício de Segurança Social porque é o local mais indicado para as técnicas fazerem o atendimento e para as pessoas chegarem. Localização central e em edifício com vários serviços públicos.
- O centro de acolhimento de emergência funciona em instalações da Entidade B.
- A Entidade B desenvolve o trabalho na área do distrito: há uma rede de encaminhamento de vítimas
- Temos agendado algumas ações de formação, a estrutura de atendimento é solicitada para ir a escolas, politécnicos, instituições falar sobre esta problemática da violência doméstica
- Temos feito uma série de videoconferências sobre a problemática da violência doméstica com nomes conhecidos a nível nacional e estão a preparar um seminário.
- A qualidade do serviço prestado às vítimas: algumas entidades fazem alguma intervenção mas não prestam um serviço informativo e todo o apoio ou garantem todos os direitos que só a estrutura de atendimento conhece.

As pessoas podiam ser mais bem acompanhadas se houvesse sensibilidade de todas as entidades públicas ou privadas no encaminhamento para a resposta especializada que somos nós.

-

RECOMENDAÇÕES

- O valor do adiantamento poderia ser revisto: os 15% iniciais poderiam ser aumentados. Poderia ser uma boa medida para colmatar os atrasos que ocorrem e que é natural por causa do processo de contratação pública, o processo de submissão e a avaliação que tem de ser feita.
- As regras de contratação pública poderiam ser um pouco mais facilitadas: por vezes implicar a troca de contratos de fornecimento de energia, de…
- Deveriam estipular um valor por pessoa por dia. A Entidade B recebe 980 eur/mês por utente acolhida.

OBSERVAÇÕES (EQUIPA INVESTIGAÇÃO)

- Vice-presidente da instituição é contabilista, faz a contabilidade pro bono e não pode ser remunerado pelo serviço. Se a contabilidade fosse feita num gabinete de contabilidade, a Entidade B já podia imputar despesa pelo serviço de contabilidade.
- A entidade B desenvolve a área de violência doméstica, uma creche e uma equipa multidisciplinar de rendimento social e inserção (protocolo com a Segurança Social).
- Entidade B tem uma casa de acolhimento diferenciada: acolhimento de emergência para as pessoas vítimas de saúde mental com protocolo com a Secretaria de Estado da Cidadania e Igualdade. A Entidade B tem instruções rígidas para aceitar utentes no centro do acolhimento diferenciado para a questão da saúde mental
- A Entidade B tem experiência consolidada na área da violência doméstica: iniciaram com um núcleo e uma técnica há pelo menos uma década.
- A CIG e outras entidades têm reconhecido o trabalho e têm apoiado a Entidade B. Alguns dos projetos a que ultimamente apresentaram candidatura: nem um cêntimo foi cortado. Todo o valor proposto e… isto também é sinónimo que nós fazemos com alguma responsabilidade.
- A Entidade B tem três viaturas em uso exclusivo na questão da violência doméstica.
- Submissão de candidaturas a várias fontes de financiamento: PRR,…
- A Entidade B tem uma RAP – Respostas de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica.
- A Entidade B tem uma equipa técnica a apoiar os juízes do Ministério Público e dos tribunais das comarcas abrangidas (serviço sem receita, só acréscimo de trabalho e de despesa).

Sinopse de entrevista: Entidade C

Entrevista no dia 9 de agosto de 2022, às 14h30, via Colibri-Zoom com:

2 participantes
Coordenadora dos projetos a nível nacional e coordenadora do CAP – Centro de Acolhimento e Proteção para mulheres vítimas de Tráfico de Seres Humanos e seus filhos menores
Coordenadora das Equipas Multidisciplinares Especializadas Norte

Enquadramento:

Entidade C teve 6 projetos aprovados na Ação 3.17.3 – Combate ao tráfico de seres humanos e sensibilização e produção de materiais de suporte nesta área (Norte, Centro e Alentejo):
- Concurso nº PO ISE nº 37-2017-08 (3 projetos aprovados concluídos)
- Concurso nº PO ISE nº 37-2019-15 (3 projetos aprovados de continuidade dos anteriores e prorrogados até dezembro de 2022).

Ações elegíveis nestes concursos:

- As ações dirigidas ao acolhimento de vítimas de tráfico de seres humanos promovidas por instituições que integrem a Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, abrangendo o funcionamento da estrutura de acolhimento da entidade beneficiária e incluindo a equipa técnica, nas suas valências de apoios social, jurídico e psicológico, e de apoio geral;
- As ações desenvolvidas pelas Equipas Multidisciplinares enquadradas no âmbito do Mecanismo de Referenciação Nacional, nomeadamente o apoio ao retorno assistido das vítimas;
- Realização de ações de informação e sensibilização junto da comunidade local e a produção de materiais formativos e informativos de suporte às atividades exclusivamente relacionadas com o combate ao tráfico.

Através do financiamento PO ISE, a Entidade C tem três projetos de valor anual considerável: três equipas multidisciplinares nas regiões Centro, Norte e Alentejo. Os projetos são de continuidade e dão assistência e apoio direto as vítimas.

Antes de ter este tipo de financiamento, a Entidade C já trabalhava com a CIG.
A Entidade C abriu autonomamente de forma inovadora e sem financiamento uma estrutura de autonomização para a fase seguinte ao centro de acolhimento.
A Entidade C tem outras fontes de financiamento e projetos na área do tráfico de seres humanos:
- o Centro de Acolhimento e Proteção para Mulheres e Filhos Menores financiado pela Segurança Social;
- o Centro de Acolhimento para homens e filhos menores financiado pela Secretaria de Estado da Igualdade.
- Para cobrir Lisboa e Algarve, a Entidade C tem outras duas equipas multidisciplinares financiadas pela Secretaria de Estado da Igualdade.
Em termos de equipas multidisciplinares de assistência às vítimas de tráfico, a Entidade C cobre Portugal continental.

Estava previsto a entrevista a utente no mesmo dia. Tal não foi possível, pois as vítimas de tráfico estão estritamente proibidas de falar.

EFICÁCIA

Operacionalização e concretização dos objetivos e metas

- Entidade financiadora e CIG: há um acompanhamento, disponibilidade e celeridade nesse acompanhamento, há sempre uma resposta, mas respostas estão bem condicionadas às regras do financiamento PO ISE.
- As atividades previstas no âmbito das equipas multidisciplinares têm impacto no combate ao tráfico e estão adequadas às necessidades das vítimas de tráfico.
- Esta linha de financiamento tem essa mais-valia, ou seja, não há uma imposição externa: há um grupo alargado de público ao qual temos que servir, o grupo de características que temos que responder, não há um formulário de candidatura que nos inibe de fazer o tipo de atividades que achamos que faz sentido.

- No financiamento PO ISE há um reconhecimento da experiência de trabalho da entidade e por isso o reconhecimento de que será a própria entidade a definir as atividades com o conhecimento das necessidades existentes, no público-alvo. Nesse aspeto, eu acho que as atividades estão adequadas e que efetivamente contribuem para o combate ao tráfico de seres humanos e para dar resposta às necessidades destas vítimas.

Resultados esperados/observados e efeitos não esperados

Fatores que explicam maior/menor sucesso

- Portugal é reconhecido como uma boa prática ao nível internacional, portanto houve há um longo caminho que já foi percorrido até hoje, uma longa tradição até de trabalho entre as ONGs que prestam assistência e os órgãos de polícia criminal; há uma lógica de complementaridade e de trabalho em parceria com estas entidades o que é muito importante no caso desta problemática.
- Desconhecimento da existência de equipas multidisciplinares: Há processos que nunca chegam à assistência, que nunca chegam à denúncia e que nunca recebem o tipo de apoio necessário. Há processos que eventualmente acabam por chegar, passam por diferentes entidades, e é possível identificar exatamente onde falhou e há quanto tempo poderia ter chegado a uma equipa multidisciplinar. Falhas no encaminhamento para as instituições e equipas que estão previstas para esse efeito.
- Crime muito oculto o que dificulta a identificação de sinais por parte de entidades que não trabalham diariamente com este tipo de população e por isso que consigam sinalizar e consigam perceber a necessidade de uma assistência imediata.
- O trabalho em parceria e em colaboração existe e funciona porque somos um grupo muito pequeno de entidades (4 ONGs) e os órgãos de polícia criminal que são parceiros incontornáveis. Basicamente estamos a falar de todas as entidades que fazem parte do sistema nacional de referenciação e aí há uma boa relação de trabalho e de colaboração.

EFICIÊNCIA

Adequação e balanço dos instrumentos de financiamento

- Esta linha de financiamento tem essa mais-valia, ou seja, não há uma imposição externa: há um grupo alargado de público ao qual temos que servir, o grupo de características que temos que responder, não há um formulário de candidatura que nos inibe de fazer o tipo de atividades que achamos que faz sentido.
- No financiamento PO ISE há um reconhecimento da experiência de trabalho da entidade e por isso o reconhecimento de que será a própria entidade a definir as atividades com o conhecimento das necessidades existentes, no público-alvo. Nesse aspeto, eu acho que as atividades estão adequadas e que efetivamente contribuem para o combate ao tráfico de seres humanos e para dar resposta às necessidades destas vítimas.

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

Impacto e sustentabilidade das medidas e ações desenvolvidas pelos projetos

Impacto

Pontos fortes

- Recursos humanos: investimento da equipa em termos de formação, experiência e de know-how para intervir numa área tão específica e exigente como a da Entidade C.
- Na ação em análise, a Entidade C não integra equipa de voluntários porque o voluntariado não dá estabilidade suficiente e a competência suficiente para intervir nesta área. É uma área particular e é necessário formação específica e alguma experiência nesta área, mas também o compromisso.
- Acompanhamento do PT2020: técnico do PT2020, comunicação fluída, compreensivo e que entende as características do trabalho da Entidade C, uma comunicação que é fluida. Há sempre uma resposta.

Pontos fracos e dificuldades

- Dificuldades relacionadas com o tipo de financiamento e a continuidade do projeto levanta questões do ponto de vista ético e profissional pois estão a assumir compromissos com as pessoas beneficiárias.
- Recursos humanos da entidade: dificuldades do ponto de vista pessoal dada a insegurança ao nível profissional após o fim do projeto.

- A saída de elementos da equipa após o investimento e a especialização dos seus membros, nomeadamente devido à instabilidade profissional.
- Exigências do ponto de vista da área financeira muito relacionadas com a burocracia que implica: os reembolsos, os pedidos de reembolso, as contratações públicas, exigências às quais as ONGs têm que se vir a adaptar e que têm levantado aqui muitos constrangimentos no funcionamento da Entidade C (questões de tesouraria, de liquidez muito difíceis de dar resposta).
- Três projetos de valor considerável em termos anuais, o que dificulta aqui a engrenagem de toda a Entidade C, o facto de serem vários compromete o equilíbrio financeiro pois o pagamento do contra reembolso implica que haja um investimento prévio por parte da Entidade C.
- Maior dificuldade para a entidade que "vive" deste tipo de financiamentos e o facto de terem muitas pessoas beneficiárias, serem muitas pessoas a quem é necessário prestar toda assistência e não podem mandar as pessoas para a rua.
- Dificuldades relacionadas com as características do trabalho propriamente dito: equipas funcionam 24h por dia, 7 dias por semana porque a linha telefónica tem este funcionamento e é obrigatório dar resposta a todas as situações que possam surgir, situações delicadas e exigentes e não é só a pessoa que está com o telefone que acaba por ser solicitada. A linha telefónica tem uma equipa que funciona de forma rotativa e a dimensão da equipa varia.
- Dificuldade e exigência incontornável: necessidade de prevenção do burnout e o desgaste com este tipo de casos. Esta dificuldade não está relacionada com a entidade financiadora mas com a forma como desempenham o trabalho: garantir que vítimas têm sempre assistência independentemente do dia e hora a que surge uma sinalização e depois também daquilo que está previsto enquanto linhas de telefone disponíveis para este tipo de assistência. Sobrecarga das equipas, desgaste físico e emocional elevado o que dificulta a manutenção dos recursos humanos.
- Escassez de recursos humanos especializados para o nível de exigência e da abrangência de atuação das equipas: equipas reduzidas com três pessoas para sinalizar dezenas de pessoas, por exemplo, no Alentejo, o que leva a um desgaste físico e emocional das equipas.
- Em muitos contextos, embora cada vez menos, a Entidade C refere que os profissionais da primeira linha dos vários serviços da saúde, da educação, do emprego, da área social não conhecem o sistema de referenciação nacional, não conhecem as equipas multidisciplinares e o seu papel e por isso não conseguem sinalizar devidamente uma vítima de tráfico de seres humanos.
- As vítimas têm contacto com outros serviços (Segurança Social, IEFP, escolas, serviços de saúde), estes encaminhamentos estão sempre muito dependentes do profissional que atende. Ao longo de anos de intervenção, a Entidade C foi oleando parcerias, criando relações profissionais que facilitam esses procedimentos, mas há áreas em que é mais fácil trabalhar, há regiões em que é mais fácil trabalhar porque há mais parceria. É tudo sempre dotado de um cariz de alguma aleatoriedade, o que dificulta.
- Nos órgãos de polícia criminal há uma boa relação de trabalho entre as nossas entidades e a Polícia Judiciária e o SEF, que são os dois principais órgãos de pesquisa criminal que investigam os outros crimes, mas com as outras forças policiais isto nem sempre corre da maneira mais célere. Muitas vezes estas forças policiais recebem denúncias num primeiro momento, mas desconhecem as equipas multidisciplinares e os procedimentos relacionados, por desconhecimento do crime.
- No acolhimento: a questão das vagas e dos centros de acolhimento e proteção mistos porque temos centros para homens, mulheres acompanhadas de filhos menores em ambas as situações mas não há uma resposta para quando há a sinalização de um agregado familiar (o que acontece em casos de exploração laboral no Alentejo).

Coesão territorial

- Financiamento PO ISE para três equipas multidisciplinares de três projetos para regiões Centro, Norte e Alentejo.
- Para Lisboa e Algarve, a Entidade C tem outras duas equipas financiadas pela Secretaria de Estado da Igualdade. A Entidade C cobre o território de Portugal continental, parte com projetos financiados pelo PO ISE. A Entidade C tem dois centros de acolhimento e proteção: o Centro de Acolhimento e Proteção para Mulheres e Filhos Menores financiado pela Segurança Social e o Centro de Acolhimento para homens e filhos menores financiado pela Secretaria de Estado.

Sustentabilidade

- Projeto de continuidade, mas sujeito a um grau de incerteza em relação aos moldes em que continuará após o término do projeto. Em agosto de 2022 desconhecem as linhas de financiamento para 2023.
- Respostas em funcionamento desde 2012 que têm-vindo sempre a ser renovadas do ponto de vista dos financiamentos.
- Na área de tráfico de seres humanos, em Portugal, o conjunto de entidades é bastante reduzido e por isso há uma grande proximidade entre as entidades. A Entidade C garante as respostas de primeira linha ao nível nacional com as cinco equipas multidisciplinares, três com financiamento PO ISE. A Entidade C tem mais dois centros de acolhimento e proteção. A nível nacional existem outros três centros de acolhimento cada um deles gerido por uma outra ONG. Estas são as únicas respostas de assistência às vítimas que existem no nosso país: cinco equipas multidisciplinares e os cinco centros de acolhimento e proteção; na prática são 4 ONGs que prestam assistência às vítimas de tráfico de seres humanos.

VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

- Cobertura em termos de equipas multidisciplinares de assistência às vítimas de tráfico: o financiamento PO ISE cobre Norte, Centro e Alentejo. Para as regiões Lisboa e Algarve, a Entidade C tem outra fonte de financiamento. A Entidade C cobre Portugal continental. Ausência de financiamento para as ilhas.
- Portugal é reconhecido como uma boa prática ao nível internacional, portanto houve há um longo caminho que já foi percorrido até hoje, uma longa tradição até de trabalho entre as ONGs que prestam assistência e os órgãos de polícia criminal que fazem investigação criminal; há uma lógica de complementaridade e de trabalho em parceria com estas entidades o que é muito importante no caso desta problemática.
- O trabalho em parceria e em colaboração existe e funciona porque somos um grupo muito pequeno de entidades (4 ONGs) e os órgãos de polícia criminal que são parceiros incontornáveis. Basicamente estamos a falar de todas as entidades que fazem parte do sistema nacional de referenciação e aí há uma boa relação de trabalho e de colaboração.

RELEVÂNCIA E COERÊNCIA INTERNA/EXTERNA

Coerência interna entre medidas e a sua configuração específica

- Projeto responde a uma população especialmente vulnerável. Incerteza em relação à continuidade do projeto e do encaminhamento das pessoas que estão a beneficiar do projeto, o que levanta questões do ponto de visa ético e moral.
- Pontualmente, em situações específicas, alguns profissionais oferecem os seus serviços nomeadamente: apoio jurídico, intérprete, intérprete, especialidades médicas.
- Por opção a Entidade C não tem voluntários nos projetos na área do tráfico dos seres humanos precisamente porque o voluntariado não dá estabilidade suficiente e a competência suficiente para intervir nestas áreas. A Entidade C pretende serviço de qualidade e estável à população alvo.
- Cobertura em termos de equipas multidisciplinares de assistência às vítimas de tráfico. O financiamento PO ISE abarca as regiões Norte, Centro e Alentejo. Exclusão territorial das ilhas, Lisboa e Algarve.
- Na opinião da Entidade C, a resposta a nível nacional das várias entidades na área do tráfico de seres humanos não é suficiente: não abrange as ilhas e as pessoas que aí se encontram. Em termos de acolhimento de vítimas, neste momento, os CAPs de mulheres e de homens têm estado quase sempre lotados e a entidades não estão a dar resposta por falta de vaga.
- A Entidade C tem uma resposta de autonomização sem financiamento PO ISE garantida pela equipa multidisciplinar da zona norte e também pela equipa do CAP. É uma resposta exclusiva da zona norte.
- Em muitos contextos, embora cada vez menos, a Entidade C refere que os profissionais da primeira linha dos vários serviços da saúde, da educação, do emprego, da área social não conhecem o sistema de referenciação nacional, não conhecem as equipas multidisciplinares e o seu papel e por isso não conseguem sinalizar devidamente uma vítima de tráfico de seres humanos.
- Desconhecimento no processo de sinalização do caso e da existência de equipas multidisciplinares: há processos que nunca chegam à assistência, nunca chegam à denúncia e que nunca recebem o tipo de apoio necessário. Há processos que eventualmente acabam por chegar, passam por diferentes entidades, e é possível identificar exatamente onde falhou e há quanto tempo poderia ter chegado a uma equipa multidisciplinar. Falhas no encaminhamento para as instituições e equipas previstas para esse efeito.

- Crime muito oculto o que dificulta a identificação de sinais por parte de entidades que não trabalham diariamente com este tipo de população e por isso que consigam sinalizar e consigam perceber a necessidade de uma assistência específica imediata.
- Proteção jurídica: imprevisibilidade do profissional nomeado para o caso, a formação especializada e experiência prévia na área do tráfico de seres humanos; processos com proteção jurídica com várias escusas de advogados e com juízes e procuradores que não tomam medidas de proteção e para segurança das vítimas em termos de pedidos de testemunhos ou de participação das vítimas nos processos judiciais, contribuindo para a sua revitimização e com impacto negativo no seu bem-estar físico e psicológico.
- As vítimas têm contacto com outros serviços (Segurança Social, IEFP, escolas, serviços de saúde), estes encaminhamentos estão sempre muito dependentes do profissional que atende. Ao longo de anos de intervenção, a Entidade C foi oleando parcerias formais e informais, protocolos, criando relações profissionais que facilitam esses procedimentos, mas há áreas em que é mais fácil trabalhar, há regiões em que é mais fácil trabalhar porque há mais parceria. É tudo sempre dotado de um cariz de alguma aleatoriedade, o que dificulta.
- Nos órgãos de polícia criminal há uma boa relação de trabalho entre as nossas entidades e a Polícia Judiciária e o SEF, que são os dois principais órgãos de pesquisa criminal que investigam os outros crimes, mas com as outras forças policiais isto nem sempre corre da maneira mais célere. Muitas vezes estas forças policiais recebem denúncias num primeiro momento, mas desconhecem as equipas multidisciplinares e os procedimentos relacionados, por desconhecimento do crime.
- Para o acolhimento urgente de agregados familiares, a Entidade C refere que o encaminhamento para respostas de acolhimento da Segurança Social que não são específicas para tráfico é sempre muito difícil, nunca há vaga. Em alguns casos, a Entidade C acolhe numa ala de um dos seus centros de acolhimento que permite uma divisão.

RECOMENDAÇÕES

- Incerteza em relação à continuidade do projeto e aos moldes do concurso seguinte à data da entrevista (agosto de 2022).
- Ausência de financiamento específico para estruturas de autonomização para vítimas de tráfico de seres humanos, uma resposta de autonomia que não implica uma equipa técnica em permanência como implica um centro de acolhimento.
- Necessidade de formação de públicos (públicos estratégicos e comunidade em geral) no domínio do tráfico de seres humanos.

OBSERVAÇÕES (EQUIPA INVESTIGAÇÃO)

Sinopse de entrevista: Entidade D

Entrevista no dia 12 de agosto de 2022, às 11h, via Colibri-Zoom com:

1 participante

Chefe de Equipa Multidisciplinar do Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos

Enquadramento:

No âmbito da Ação 3.17.4 – Acompanhamento e apoio especializados a agressores de violência doméstica e de género, ao abrigo do concurso PO ISE 37-2018-17, a Entidade D tem um projeto aprovado: PAVD - Programa para Agressores de Violência Doméstica.
A Entidade D é a única entidade beneficiária da ação e concurso. A proposta resulta de convite.

O concurso tem os seguintes objetivos: prevenir a reincidência em crimes de violência doméstica; prevenir situações de revitimização; reforçar e melhorar as medidas de apoio à reinserção de pessoas arguidas e condenadas pelo crime de violência doméstica, a cumprir penas ou medidas judiciais privativas ou não privativas de liberdade.
No âmbito da tipologia de operação são elegíveis ações enquadradas em programas para pessoas agressoras de violência contra as mulheres e violência doméstica, que seguem metodologias especializadas de acompanhamento e apoio em cumprimento de penas ou medidas judiciais privativas ou não privativas de liberdade, promovendo a tomada de consciência e assunção da responsabilidade do comportamento violento e a utilização de estratégias alternativas ao mesmo, tendo em vista prevenir e evitar a reincidência.
São ações elegíveis:

- Implementação de metodologias estruturadas, com sessões de acompanhamento individual e/ou grupal;
- Avaliação do risco de reincidência através da aplicação de instrumentos específicos, nomeadamente com recurso a aplicações informáticas especializadas;
- Workshops, seminários e ações de formação e capacitação das equipas de técnicos/as que implementam o programa junto das pessoas agressoras, bem como junto de outros agentes que relevem para o processo de reinserção;
- Visitas de estudo junto de entidades congéneres estrangeiras para troca de experiências e introdução de novas abordagens;
- Atividades e construção de materiais com vista à articulação entre serviços de apoio à vítima e os serviços prisionais e de reinserção social;
- Estudo de avaliação de impacto do projeto.

Projeto em execução: término em 31/12/2022.
Área geográfica abrangida: Norte, Centro e Alentejo.
Indicadores de realização:

- Pessoas agressoras de violência doméstica apoiadas pelo programa (n.º): 450
- Pessoas agressoras que concluem o programa (%): 80%

Consideram-se pessoas agressoras apoiadas pelo programa todas aquelas que são alvo de uma avaliação inicial do risco de reincidência (Fase 0 do programa).

Fórmula de cálculo para apuramento do indicador de resultado:

$$\frac{\text{Pessoas agressoras de violência doméstica que após avaliação inicial do risco de reincidência integram o programa}}{\text{Pessoas agressoras de violência doméstica que concluem todas as fases do programa}} \times 100$$

EFICÁCIA

Operacionalização e concretização dos objetivos e metas

- Projeto PAVD tem como principais objetivos a consolidação da aplicação do programa de intervenção especializada junto de agressores de violência doméstica e o investimento na especialização e formação contínua dos técnicos de reinserção social e de reeducação na área de intervenção do programa.

- O financiamento PO ISE permite aumentar a qualidade da intervenção através do desenvolvimento de uma área de inovação, de qualidade e de avaliação de impacto, nomeadamente:

a) Ações de formação e de capacitação para sensibilizar e capacitar o público-alvo de profissionais, mas também ao nível do sistema de justiça como juízes, procuradores, forças policiais, stakeholders que importam sensibilizar.
b) Estudo de avaliação do impacto das medidas judiciais, da intervenção junto dos agressores. Os projetos de investigação são onerosos e o financiamento PO ISE permite a sua execução. Avaliação de impacto com recurso a entidades externas (entidades universitárias).
c) Outras atividades: a elaboração de flyers, a elaboração de folhetos de divulgação e de informação e de sensibilização, o desenvolvimento de campanhas (incluindo de sensibilização para a sociedade em geral).
d) Aquisição e apetrechamento tecnológico: equipamentos informáticos e tecnológicos indispensáveis à aplicação de programas e à intervenção junto dos agressores. Este programa permitiu dotar todas as equipas da reinserção social em todos os estabelecimentos prisionais de novos computadores, de projetores, câmaras de filmar porque há uma parte muito importante na formação e supervisão que é o visionamento das sessões reais.
e) No âmbito do projeto há uma linha de trabalho de revisão dos manuais e a criação de novas respostas para dar resposta a fenómenos mais recentes: grupos mistos de homens agressores e de mulheres agressoras, contexto de violência conjugal heterossexual, relações LGBT.

- A entidade beneficiária ultrapassa as metas na execução física, mas fica abaixo das metas de execução financeira.
- As metas contratualizadas e obrigatórias do PAVD já foram em muito ultrapassadas porque o fenómeno é dinâmico (tem períodos em que aumenta, outros períodos em que diminui), mas o acumulado dos três anos de atividade já ultrapassou tanto a meta do número de agressores abrangidos pelos programas, o número de vítimas abrangidas, o número de ações, de aplicação. Há uma avaliação positiva quanto aos indicadores do projeto.

Resultados esperados/observados e efeitos não esperados

- Sobre o PAVD: este tipo de instrumentos técnicos tem vindo a demonstrar eficácia e um impacto positivo na prevenção da reincidência e na alteração de comportamentos e, portanto, o PAVD tem vindo a ser alargado e expandido. Desse ponto de vista a avaliação é positiva.
- A percentagem de agressores que concluem o programa de acompanhamento está um pouco abaixo da meta do concurso: a explicação destes valores foi a pandemia pois um número de execuções ficou suspensa pela pandemia. O PAVD é um programa, no mínimo, de um ano e meio e, portanto, se temos uma interrupção de um ano, um ano e meio, as metas para o projeto em si ficam logo prejudicadas. Mas isto não significa que estes indivíduos não tiveram acompanhamento. Portanto, quando se lê que terminaram o programa 50% ou 60% ou 40% não quer dizer que ficaram sem intervenção técnica. Não. A execução do programa foi suspensa pelo facto da pandemia não ter permitido a execução, mas aquela pessoa continua sob acompanhamento técnico e continua sob supervisão da medida judicial.
- Há incumprimentos imputáveis à responsabilidade do arguido e há outros que não são da sua responsabilidade: por exemplo, da pandemia, ou se a equipa ter tido uma baixa de um técnico e, às vezes, basta haver uma baixa médica ou uma ausência para 10 ou 15 medidas ficarem em risco.
- Sobre o estudo de avaliação de impacto: começámos a desenhar o projeto com base num protocolo de avaliação de três anos e por isso, o orçamento que afetámos à avaliação de impacto são 214 mil ou 230 mil. Ainda era bastante, era mais de 40% de todo o orçamento; confrontamo-nos com uma série de dificuldades, nomeadamente, ao nível burocrático e de procedimentos; chegámos à conclusão que avaliar o PAVD tal como ele estava, era redundante e repetitivo. O que vamos fazer neste momento é o T0. Com este financiamento com este projeto vamos iniciar este programa de avaliação porque não temos sequer nem tempo nem condições nem tivemos a capacidade de fazer diferente.

Fatores que explicam maior/menor sucesso

- Dificuldade de ter meios humanos especializados na aplicação de programas designadamente programas exigidos a agressores de violência doméstica e que permita ter uma capacidade de substituição mais rápida ou mais ágil e que permita alargar e abranger o público-alvo, portanto, aumentar o número de agressores que por ano frequentam estes programas.

- Todas as solicitações e decisões judiciais são cumpridas em contexto prisional e em contexto não privativo de liberdade. Existe sempre dificuldades ao nível mais específico de intervenção técnica porque precisamos de recursos humanos especializados com formação de base na área da psicologia, de preferência, com formações avançadas em psicoterapias, com formações avançadas em aplicação de programas; tudo isto são dificuldades que sentimos no terreno para que esta área tenha uma cobertura cada vez maior e que dê resposta às necessidades. Apesar de cumprirmos as medidas judiciais, mas podemos é não executar todas ou abranger todos aqueles que teriam condições e critérios para, por exemplo, frequentar estes programas por falta de recursos humanos especializado, por falta de meios humanos e técnicos também.
- A pandemia: A execução do programa foi suspensa o que não permitiu a execução, mas aquela pessoa continua sob acompanhamento técnico e continua sob supervisão da medida judicial.

EFICIÊNCIA

Adequação e balanço dos instrumentos de financiamento

- Candidatura sujeita a convite e o projeto foi desenhado em função de uma previsão de orçamento disponível para a sua execução. A candidatura foi aprovada, sujeita a uma pequena revisão e reajuste em termos de orçamento. Devido à emergência sanitária o projeto foi prolongado por 12 meses.
- Dois técnicos alocados ao projeto: um afeto 20% ao projeto e um técnico especificamente contratado para gestor no âmbito do projeto PO ISE.
- O PAVD começou como um projeto financiado e esteve muito dependente do financiamento comunitário. No interregno de quadros comunitários, a entidade beneficiária foi obrigada a assumir internamente os custos inerentes à ação da intervenção especializada junto de agressores de violência doméstica. Desde então, a atividade corrente da execução das medidas (a aplicação do programa, a intervenção especializada junto dos agressores, o acompanhamento dos agressores) está suportada pelo orçamento da entidade beneficiária.
- A Entidade D não está dependente deste impacto porque as despesas decorrentes da atividade já foram internalizadas, mas é sempre útil e necessário ter o apoio do PO ISE (a intervenção base já não está dependente de financiamento).
- Este projeto representa uma pequena percentagem da atividade técnica e financeira da Entidade D.
- A entidade beneficiária ultrapassa as metas na execução física, mas fica abaixo das metas de execução financeira.

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

Impacto e sustentabilidade das medidas e ações desenvolvidas pelos projetos

Impacto

- O impacto é sempre positivo.
- O PAVD começou como um projeto financiado e esteve muito dependente do financiamento comunitário. Desde 2009, esta área da violência doméstica tem financiamento.
- No interregno de quadros comunitários, a entidade beneficiária foi obrigada a assumir internamente os custos inerentes à ação da intervenção especializada junto de agressores de violência doméstica. A partir daí, a atividade corrente da execução das medidas (a aplicação do programa, a intervenção especializada junto dos agressores, o acompanhamento dos agressores, também em vigilância eletrónica) está suportada pelo orçamento da entidade beneficiária.
- A Entidade D não está dependente deste impacto porque as despesas decorrentes da atividade já foram internalizadas, mas é sempre útil e necessário ter o apoio do PO ISE (a intervenção base já não está dependente de financiamento).
- Estas linhas de financiamento podem ter aqui um papel importante que é na criação destas plataformas de comunicação, nestes encontros, nestas ações de alinhamento estratégico em termos de intervenção (no aproximar as entidades de apoio à vítima com o organismo que tutela a execução das medidas).

Pontos fortes

- O financiamento PO ISE permite aumentar a qualidade da intervenção através do desenvolvimento de uma área de inovação, de qualidade e de avaliação de impacto.

- Apoio inexcedível por parte do programa PO ISE e das pessoas que estão nas unidades de gestão e de acompanhamento e de avaliação: tolerância muito grande a desvios em termos de calendário, em termos de previsão, de controlo de execução do projeto, uma grande flexibilidade, uma grande compreensão exatamente porque têm conhecimento da dimensão da Entidade D.

Pontos fracos e dificuldades

- O interregno de quadros comunitários.
- Dificuldades ao nível burocrático, administrativo e da execução técnica.
- O formalismo da avaliação dos resultados e da avaliação das evidências dos resultados, nomeadamente, no âmbito dos programas PO ISE, nem sempre sensível a uma estrutura da administração direta do Estado.
- A entidade beneficiária adota um conjunto de procedimentos previstos na lei da contratação pública, nem sempre coincidentes com aqueles que os programas operacionais exigem. Os programas operacionais solicitam evidências ou documentos que a entidade beneficiária não tem, dificultando a justificação e a submissão de despesa; a entidade chega a não imputar despesa por não ter a evidência pois o funcionamento legal não exige ter essas evidências.
- Desfasamento entre o enquadramento jurídico da administração pública e o que é referido como critérios de elegibilidade das despesas.
- Ao não submeter despesa, a execução financeira nem sempre é coincidente com a execução física. A entidade beneficiária ultrapassa as metas na execução física, mas na execução financeira fica abaixo devido à dificuldade em fornecer toda a documentação exigida para justificar determinadas verbas. Ao não submeter, essas despesas são consideradas não elegíveis ou não comprovadas e não são apoiadas. A grande dificuldade é apresentar alguma documentação que simplesmente não há.
- Do ponto de vista técnico, a execução da plataforma não é amigável, é muito instável está sempre a ir abaixo, atrasando a submissão de documentação.
- Atrasos nos pedidos de reembolso, atrasos na execução física e financeira.

Coesão territorial

- "Ora isto é a nível central e, portanto, o projeto não se esgota neste… Pois é nós temos o terreno: todo Portugal continental as ilhas incluindo sendo certo que as ilhas não são territórios elegíveis, mas pronto, mas também temos atividade técnica nas ilhas relacionada com a intervenção junto de agressores. E mais, esta questão territorial e haver zonas de exclusão que não são, nós não conseguimos, por exemplo, fazer uma separação por zonas é muito difícil nós dizermos que este financiamento é só para Norte, Centro e Alentejo; Lisboa e ilhas não está a abrangido – nós não funcionamos em regime setorial ou regional. Portanto, nós somos uma entidade nacional temos competências a nível nacional e não podemos agora desenvolver trabalho no Porto e Coimbra e depois esquecer Lisboa e esquecer as ilhas, não é? Portanto, os mecanismos de financiamento muitas das vezes, e este em particular, não é sensível e não é ajustado a uma dinâmica de uma organização, volto a dizer, da administração direta do estado com competências legais definidas na execução de medidas judiciais."

Sustentabilidade

- Projeto decorre de projetos anteriores com financiamento comunitário que permitiram a criação, desenvolvimento e alargamento do programa dirigido a agressores de violência doméstica a todo o contexto nacional.
- O programa PAVD foi desenvolvido para arguidos ou condenados homens que tivessem praticado crimes de violência em contextos de intimidade e casados ou em regime análogo, sendo que o tipo de comportamento teria que ser um comportamento violento de um homem para com uma mulher. Em curso está uma reformulação profunda deste modelo de intervenção. Depois do projeto acabar e depois da revisão e da reformulação dos manuais estar concluído, já vamos poder ter grupos mistos de homens agressores e de mulheres agressoras e também grupos mistos de homens agressores em contexto de violência conjugal heterossexual e também homens agressores de violência conjugal em relações homossexuais.

VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

- O programa PAVD começou exatamente como um projeto financiado e durante algum tempo esteve muito dependente do financiamento comunitário (anteriormente era o POPH e depois foi mudando a designação dos

programas operacionais). Desde 2009 que a Entidade D tem a área da violência doméstica com financiamentos. No presente, "a atividade core, isto é, a aplicação do programa, a intervenção especializada junto dos agressores, o acompanhamento dos agressores, também em vigilância eletrónica, está assegurada pelo nosso orçamento, portanto, é uma atividade corrente da execução das medidas."

RELEVÂNCIA E COERÊNCIA INTERNA/EXTERNA

Coerência interna entre medidas e a sua configuração específica

- Mecanismo de intervenção junto dos agressores: a intervenção não pode estar distanciada da formação.
- Ações de formação: as ações de formação de nível 1 que são mais de sensibilização, as ações de formação nível 2 que já é um nível mais especializado de aplicadores de programas, um nível 3 que já é um nível de certificação de qualidade. Estas ações têm vindo a ser financiadas por estes mecanismos.
- O programa PAVD foi desenvolvido para arguidos ou condenados homens que tivessem praticado crimes de violência em contextos de intimidade e casados ou em regime análogo, sendo que o tipo de comportamento teria que ser um comportamento violento de um homem para com uma mulher. Nós estamos a fazer uma reformulação profunda deste modelo de intervenção. Depois do projeto acabar e depois da revisão e da reformulação dos manuais estar concluído, já vamos poder ter grupos mistos de homens agressores e de mulheres agressoras e também grupos mistos de homens agressores em contexto de violência conjugal heterossexual e também homens agressores de violência conjugal em relações homossexuais.
- Segundo as estatísticas, a resposta tem de estar maioritariamente direcionada para este perfil: maioritariamente homem agressor e vítima mulher, mas com estas inovações. Nós já conseguimos desenvolver aqui abordagens inclusivas.
- É necessário encontrar caminhos, abordagens, modelos complementares. Aproximar as entidades de apoio à vítima com o organismo que tutela a execução das medidas e isto faz-se muito através da sensibilização, faz-se muito através da formação conjunta.

RECOMENDAÇÕES

- O PO ISE não é sensível e não é ajustado a uma dinâmica da administração direta do estado com competências legais definidas na execução de medidas judiciais (são financiamentos mais ajustados a entidades privadas e IPSS, pequenas, locais, regionais).

OBSERVAÇÕES (EQUIPA INVESTIGAÇÃO)

- A Entidade beneficiária tem a competência do estado na execução das medidas judiciais, privativas e não privativas de liberdade, bem como aquelas que estão sujeitas ao controlo por distância eletrónica. O projeto PAVD aplica-se em contexto comunitário com medidas não privativas de liberdade e o VIDA em contexto prisional (com medidas privativas de liberdade).
- A atividade de acompanhamento dos agressores é assegurada pelo orçamento da entidade. São consideradas despesas elegíveis, um conjunto de atividades que têm sido desenvolvidas pela Entidade D.
- Uma das maiores dificuldades apresentadas pela entidade relaciona-se com a escassez de recursos humanos para acompanhamento de agressores. Por hipótese, o acompanhamento deficitário, no caso das medidas não privativas de liberdade, poderá contribuir para o exercício de formas agravadas de violência doméstica sobre a vítima e familiares, incluindo homicídio.
- Teoria da Mudança: o esquema centra-se no acompanhamento dos agressores.
- O financiamento PO ISE desempenha um papel na formação e sensibilização de públicos especializados, pelo que a Ação elegível deveria estar conectada com o **M2. As ações e materiais formativos dirigidas a profissionais e organizações que contactam com estas problemáticas, promovem intervenções atempadas e mais qualificadas em caso de risco,** ou ter a formação de públicos especializados na área dos agressores como mecanismo alternativo.

Sinopse de entrevista: Entidade E

Entrevista no dia 12 de agosto de 2022, às 15h30, via Colibri-Zoom com:

1 participante
Coordenadora da unidade de projetos da Entidade E e responsável pelos projetos financiados pelo PO ISE em 2017.
A vice-presidente da Entidade E não pode estar presente.

Enquadramento:

A Entidade E selecionada na ação 3.17.5 - Ações de sensibilização para o público em geral e ou para públicos específicos e produção e divulgação de material formativo, informativo e pedagógico, teve dois projetos aprovados na região Centro e Alentejo (Concurso Nº PO ISE- 37-2017-09).

Ações elegíveis:

- as intervenções que visem a promoção de ações de sensibilização e prevenção para o público em geral e/ou para públicos específicos, incluindo a realização de exposições temáticas e seminários dirigidos a profissionais e organizações e, ainda, a produção e divulgação de material formativo, informativo e pedagógico, com vista à melhoria do conhecimento nas áreas da igualdade de género e/ou da violência de género/violência doméstica e tráfico de seres humanos.

A Entidade E é uma rede de organizações. Tem duas áreas de intervenção: uma área de lobby/advocacy dentro do desenvolvimento local e da economia social; e uma área de intervenção e dinamização de rede de organizações que trabalham a dimensão do desenvolvimento local. A Entidade E tem assento em vários organismos e instâncias, faz a ligação entre as experiências e as boas práticas da rede e as políticas públicas.

EFICÁCIA

Operacionalização e concretização dos objetivos e metas

- A entidade E candidatou-se a três projetos (Norte, Centro e Alentejo). Obteve aprovação os projetos do Centro e Alentejo. Projetos Centro e Alentejo: as atividades base são as mesmas, O desenvolvimento, os processos e a matriz dos recursos que geraram foram diferentes, obviamente, pela interação que tivemos com os territórios.
- Projeto Amarelo: o projeto permitiu criar recursos que continuam a ser postos ao serviço da reflexão sobre a igualdade e desta capacitação porque a Entidade E tem essa possibilidade e está em contínuo de trabalho dentro do domínio. Consegue canalizar recursos para a rede, para fora da rede, para as câmaras, para outros parceiros. Projeto de curta dimensão, correu bem, o montante não era assim tão elevado
- O chapéu do Dia Municipal em termos institucionais é importante,
- Projetos PO ISE: projetos curtos de um ano de execução e com custos simplificados
- "face aos números que também apresentámos que conseguimos vencer (as dificuldades da gestão dos recursos e da contração pública)"
- Do ponto de vista do impacte destas operações nos territórios abrangidos e dos públicos que trabalhámos, com as organizações envolvidas e até pelos resultados apresentados, cujas metas foram ultrapassadas grandemente em termos de envolvimento de participantes e de número de ações realizadas; portanto, apesar de pequeninos, estes projetos tiveram um grande impacto de trabalho do ponto de vista de alavancar a dimensão da igualdade nos territórios; às vezes, os microfinanciamentos específicos também podem funcionar muito bem, ou seja, não é por serem micro, são mais circunscritos, são mais exigentes do ponto de vista da gestão dos recursos, mas não são menos eficientes nem menos eficazes.
- Tipologia de ações foram sobretudo 4 atividades. A avaliação externa não era uma dimensão obrigatória mas a Entidade E considera-a uma boa prática.
- Tipologias de operações todas relacionadas com a arte como uma ferramenta para trabalhar a igualdade: os workshops colocados na dimensão da Carrinha do Roteiro da Cidadania em Portugal (um projeto financiado pela Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade que apetrechou a carrinha com um conjunto de materiais que recolhemos de várias organizações ao nível nacional e que levávamos para estes workshops) e

que até fazíamos questão que tivesse até uma paragem num local central da localidade; fizemos uma ação de sensibilização a partir da carrinha e depois levávamos a carrinha para o local do workshop. No início ou no fim, as pessoas participantes iam visitar a carrinha, os materiais eram explicados, as entidades nacionais a trabalhar naqueles materiais apresentadas; portanto criámos aqui também alguma interação com a carrinha do roteiro.

- Somatório de 8 ações no total dentro das atividades que envolveram públicos em geral ou públicos específicos consoante o território: do mural, das ações de sensibilização, dos workshops, do somatório dos debates ligados à exposição com o concurso local.
- A exposição "Aqui morreu uma mulher", os concursos locais a partir de práticas de música, dança, teatro ou vídeo que lançámos com as escolas ou mesmo a realização do mural, essas claramente já tinham aqui uma componente mais artística. O concurso de ideias era para escolas, esse estava mais pré-definido.
- Exposição "Aqui morreu uma mulher": elaboração de um catálogo da exposição que contasse a história da exposição com números de organizações e serviços de âmbito regional (Centro e Alentejo) e de dimensão nacional que pudessem ser úteis no quadro da prevenção da violência doméstica: Debates associados à exposição tiveram como fundo a violência doméstica como pano de fundo.
- Em termos dos recursos formativos e informativos e pedagógicos: em termos de evidência podíamos ter só uma brochura, ter só o vídeo com o mural ou mesmo tirar umas fotografias do mural, poderíamos ter o concurso de ideias só com os vídeos que foram premiados, mas o nosso esforço não é só esse. É ter aqueles recursos que nos tínhamos proposto e que tínhamos que obviamente cumprir, mas ligados a uma história que permita a outros públicos e a outros territórios apropriarem-se daqueles produtos. Os recursos continuam disponíveis e recorrentemente a ser sugeridos por nós e atualizados, fazem parte no acervo de documentação da Entidade E. Tem descrito o público-alvo, os requisitos específicos, uma descrição, as metodologias inerentes à conceção daquele recurso técnico-pedagógico. Brochura em formato papel para distribuição e digital. Procuramos sempre ter as coisas em formato virtual, acessível porque isso facilita muito que as coisas possam ter continuidade de utilização no tempo.
- Durante um ano chegamos a um número considerável de pessoas, conseguimos cumprir as nossas metas grandemente a esse nível, mas o que sentimos também e que nos conforta é que não foi um mero show-off, ou seja, nós não fomos lá fazer um workshop, fazer um mural. Não. Isto continua nos locais a fazer sentido para o trabalho das organizações. Isso para nós é o mais importante porque são elas que que têm que continuar a fazer este trabalho

Resultados esperados/observados e efeitos não esperados

- Em termos de impactos nós achamos que contribuímos para a população mais consciente em relação aos fenómenos de desigualdade e discriminação sobretudo (as questões do tráfico não chegámos a trabalhar) mais ligada às questões de género, estereotipagem de género, às questões da violência, no namoro, violência contra idosos, violência contra mulheres.

Fatores que explicam maior/menor sucesso

- Do ponto de vista da estrutura não foram projetos significativos, mas do ponto de vista do investimento que foi possível alavancar recursos para o território foram bastante importantes.
-

EFICIÊNCIA

Adequação e balanço dos instrumentos de financiamento

- Do ponto de vista do impacte destas operações nos territórios abrangidos e dos públicos que trabalhámos, com as organizações envolvidas e até pelos resultados apresentados, cujas metas foram ultrapassadas grandemente em termos de envolvimento de participantes e de número de ações realizadas; portanto, apesar de pequeninos, estes projetos tiveram um grande impacto de trabalho do ponto de vista de alavancar a dimensão da igualdade nos territórios; às vezes, os microfinanciamentos específicos também podem funcionar muito bem, ou seja, não é por serem micro, são mais circunscritos, são mais exigentes do ponto de vista da gestão dos recursos, mas não são menos eficientes nem menos eficazes.
-

IMPACTO E SUSTENTABILIDADE

Impacto e sustentabilidade das medidas e ações desenvolvidas pelos projetos

Impacto

- Projeto Amarelo: estabelecimento do Dia Municipal da Igualdade: de um projeto para uma medida de política pública.
- A Entidade E tem um financiamento estruturado porque integra a Confederação Portuguesa da Economia Social e tem uma linha de financiamento estruturada que permite a capacitação de um conjunto de organizações da economia social. A medida de capacitação é o financiamento mais importante da Entidade.
- Muita das vezes, a Entidade E não se candidata aos projetos da CIG para não fazer concorrência a pequenas organizações que necessitam de se candidatar a esses projetos para fazer trabalho nesta área. Organizacionalmente, a Entidade E continua a trabalhar na área da igualdade mesmo não tendo uma linha de financiamento específica, ou seja, trabalha a área da igualdade mas não se candidata a projetos no eixo da igualdade, desde 2018 pois não necessita desses financiamentos porque há outras entidades que precisarão muito mais deles do que a Entidade E. A Entidade E não tem recorrido a microprojetos na área de igualdade desde 2018 e do projeto Amarelo.
- O PO ISE tem um peso bastante relevante no quadro de financiamento da organização, mas sobretudo devido a essa medida de suporte à capacitação das organizações com assento no Conselho Nacional para a economia social.
- A entidade E: tem um financiamento acrescido em função do ano 2018 a este nível, mas o PO ISE é efetivamente um peso pesado dentro daquilo que é o financiamento geral da organização. Não por este projeto, que é um micro-projeto, mas através da medida de suporte às organizações do Conselho Nacional para a Economia Social. Em geral, o PO ISE representa 75% do orçamento da nossa organização; é um financiamento bastante importante sendo que o financiamento público andará à volta dos 90%; 15% serão de outras fontes (protocolos com o IEFP, projetos do PDR2020).
- Os dois projetos não foram de financiamento expressivo: eram pequenos projetos de 50 mil euros.
- O que tentámos sempre fazer foi isto: é que estes projetos fossem recursos de complementaridade porque tinham este aspeto artístico e a possibilidade de inovar, tinham subjacente a presença de recursos nacionais para aquele território e essa foi sempre a nossa forma de trabalhar.
- O impacto dos debates sobre violência doméstica depende do território: em territórios onde a violência ainda é muito normalizada não se não se conseguia ir tão à frente nos debates; territórios onde a violência já é mais condenada publicamente, já se consegue ir mais à frente. Vários momentos muito desconcertantes e emotivos de mulheres que se levantaram no meio destes debates para dizer que finalmente se fala sobre isto na sua terra.
- Estas pequenas ações de sensibilização associadas às pessoas certas no sítio certo podem realmente ter um impacte muito grande junto dos públicos.
- Avaliação das ações: aplicação de instrumento de avaliação escrita através de questionário distribuídos aos participantes das ações e às entidades com que trabalharam no terreno. Instrumento de avaliação adaptado ao tipo de atividade e o tipo de público. Avaliações em geral muito positivas: o grau de avaliação andava sempre entre o bom e o muito bom: houve uma ou outra que talvez tivesse sido só satisfatório, mas globalmente as pessoas gostaram das ações.
- A avaliação como digo foi muito positiva, porque as pessoas também são muito generosas. Nem tudo correu magnificamente bem, eu diria que no cômputo geral as coisas correram bastante bem porque quando há vontade e quando as coisas estão bem estruturadas e quando as coisas fazem sentido para os territórios corremos menos risco que corram mal.
- Impacto do Projeto Amarelo: para a Entidade E é fácil dar uma coerência a estes recursos, tornar sempre atuais o regulamento do concurso de ideias para as escolas para trabalharem numa dimensão artística estas questões, mostrar os vídeos recorrentemente do que foi feito, tornar atual o catálogo de exposição porque continuamos a emprestar a exposição para itinerância.

Pontos fortes

- Territórios de matriz rural: o objetivo era trabalhar de uma forma diferente; adoção de uma estratégia interessante – os processos artísticos – para desenvolver as atividades a realizar e poder trabalhar com alguma inovação e que os produtos tivessem também alguma inovação.
- No contexto concreto do projeto, a equipa que estava a gerir os projetos realmente tinha uma sensibilidade muito grande para ajudar a Entidade E a ultrapassar dificuldades, sempre disponível para responder a questões por escrito de forma célere, não tivemos nenhum problema a esse nível.

- Atualmente há uma relação de confiança em relação a organizações da sociedade civil como um parceiro de execução de políticas públicas, mas há algumas práticas; já não são vistas como as cravas do dinheiro público.
- Processo de aprendizagem coletiva.
- Tornar o impacto permanente, faz parte da nossa lógica de funcionamento, ou seja, para nós e aquilo que criamos não serve para se ter um projeto, serve para criar coisas com sentido para uma estratégia organizacional. E isso faz muita diferença. Quando nós temos projetos desgarrados sem estratégia ou quando temos um temos projetos que servem uma estratégia. Por isso que canalizam acho eu melhor os bens os recursos públicos. Porque continuam a ser utilizados, canalizados, mobilizados.

Pontos fracos e dificuldades

- Os projetos em rede dão sempre muito mais trabalho porque o nosso planeamento mexe com o planeamento de terceiros. Necessário moderar a dificuldade ou pesar a dificuldade e a riqueza de gerir as coisas em parceria e em rede.
- Duas dificuldades: efetivamente a questão dos recursos para gerir um tão curto projeto, o facto de a Entidade E não ter identificado o território previamente e a entidade com que iria trabalhar. Todas essas ações foram feitas dentro do ciclo de projeto, dentro da temporalidade de execução do projeto de um ano, tempo curto para essa mobilização; a dificuldade da questão da contratação pública, portanto deixou de ser simples contratar uma mera dormida ou qualquer coisa; é sempre um monte de papelada e isso não ajuda nada, portanto essa questão da gestão de recursos para a temporalidade do projeto foi uma dimensão de dificuldade. Estas dificuldades tiram tempo que depois é necessário recuperar.
- No desenvolvimento do projeto com entidades parceiras: processo de planeamento com recurso a meios de comunicação à distância; nem sempre todos os parceiros/stakeholders que queremos mobilizar no local estão disponíveis para as atividades a desenvolver; o que se planeou acontecer num mês pode-se transformar facilmente num mês e meio. Derrapagens que são um perigo em projetos tão curtos.
- O processo de recolha de evidências não foi simples, nomeadamente, a confirmação das pessoas participantes nas atividades: nem sempre é fácil os prazos e para os parceiros locais, por exemplo, acompanhar as exigências de recolha de evidências do próprio projeto. Por exemplo, a exposição "Aqui morreu uma mulher" estava num território durante um mês e a equipa da Entidade E não podia estar em permanência com a exposição. A recolha de evidências feita pelas entidades locais onde a exposição estava. Nem sempre é fácil ter as entidades alinhadas com essas exigências (com todas as folhas de assinatura).
- Trabalhar a dimensão da igualdade nos territórios não é trabalhar da mesma forma: as entidades não estão ao mesmo nível de conhecimento e de práticas na área da igualdade e a Entidade E não pode deixar de trabalhar com aquelas que ainda não iniciaram esse processo sob o risco de nunca o iniciarem. Preocupação de nivelar as organizações de alguma forma para o tema: reuniões com entidades para discutir conceitos e preparar os workshops e as iniciativas capacitando as entidades participantes. Processo muito partilhado e muito preparado.
- Gestão financeira: a questão do desconhecimento sobre a lógica dos custos simplificados criou uma entropia, isto é, de como fazer organizacionalmente, ou seja, até que ponto o simplificado é simplificado; o simplificado pode até ser uma armadilha, ou seja, há sempre mais um papel que vão pedir que nós achávamos que não era preciso. O mindset da Entidade E não estava muito alinhado para esta questão dos custos simplificados e portanto tiveram aqui alguma dificuldade.
- Sobre os financiamentos do PO ISE (e dos financiamentos em geral): cada vez mais as organizações da economia social, que não podem ser postas no mesmo patamar de uma câmara municipal, porque não têm os mesmos recursos, não tem os mesmos recursos jurídicos para responder a certas questões.
- A Entidade E é cada vez mais requisitada pelos seus associados para respostas ao nível jurídico de cortes; é necessário fazer um trabalho de sensibilização às próprias entidades de gestão porque desde que passaram a análise dos processos de contratação pública para sociedades de advogados criou-se um nível de exigência que não é contrabalançado: por exemplo, erros administrativos que não têm implicações nos processos de contratação mas que mesmo assim resultam em cortes e cortes. Podem parecer valores pequenos, mas para pequenas organizações são valores muito grandes.
- Como consequência, como as organizações têm um bolo maior para receber veem-se forçadas a aceitar aquele corte porque precisam mais do dinheiro que ainda têm para receber do que se calhar daquele pequeno montante. Mas isto vai criando algum desgaste, retração e receio das organizações em envolverem-se nos projetos, sobretudo nos projetos onde as ações eram livres, ações de sensibilização, projetos que envolvam

atividades em que é mais difícil justificar despesas, as entidades não aderem e retraem-se mais na execução com medo de gastar o dinheiro e que ele venha cortado. As organizações da sociedade civil retraem-se.

Coesão territorial

- A Entidade E trabalha sempre em parceria, em rede; a colaboração é uma palavra fundamental, trabalha muitas áreas porque o desenvolvimento local trabalha a ecologia, trabalha o envelhecimento, trabalha inovação social, trabalha a igualdade, trabalha tantos domínios.
- Projetos dirigidos a áreas rurais, privilegiar concelhos de intervenção que tivessem esta matriz rural porque sentimos que é mais difícil fazer chegar a estes territórios os recursos nestes domínios da igualdade do que a Lisboa e Porto, áreas metropolitanas onde mais entidades trabalham estes temas e vão a escolas.
- As ações de sensibilização são importantes, têm o seu papel para iniciar, para poder criar, dar uma coerência, ajudar a dar uma coerência ao local, à intervenção
- Projeto de âmbito regional que se propunha levar recursos nacionais ao local. O projeto vai trazer inovação ao local, vamos levar novos recursos e para ajudar a consolidar um trabalho que já está a ser feito pelas pessoas; não podemos tábua rasa disso como é óbvio.
- Em relação ao mural, aos workshops, aos sítios de passagem de exposição, a Entidade E lançou uma espécie de concurso na sua rede com o tipo de ações previstas e as entidades candidataram-se para realizar essas ações, justificando porque faria sentido no seu território, como é que podia ir complementar trabalho eventualmente já realizado.
- Projeto trabalhou com entidades dos territórios abrangidos, nomeadamente, territórios onde o projeto fizesse a diferença em termos de impacto (por exemplo, as desigualdades salariais em concelho onde é uma questão que se coloca bastante).
- Projeto funcionou com parcerias locais que chamavam outras profissionais de organizações e entidades locais (junta de freguesia, Segurança Social, Comissão de Proteção de Menores, forças de segurança).
- Tivemos uma ação adicional porque a Comunidade Intermunicipal estava a trabalhar um plano regional para as questões da igualdade e acharam também que poderia ser interessante para eles receber a exposição também para marcar esse trabalho do ponto de vista mais da comunidade intermunicipal.
- Todos os recursos têm uma ficha de recurso técnico-pedagógico descritiva associada: permite a qualquer entidade pegar naqueles recursos e perceber como foram feitos, como podem ser implementados, os participantes testados, metodologias, os resultados. O impacto dos recursos no futuro.
- Eu tenho pena que nós não possamos fazer uma verdadeira avaliação de impacto: foi o processo mais importante que a entidade participante e o território tiveram para colocar as questões da igualdade no mapa do concelho: e nem que seja porque também houve reações polémicas saiu no jornal e tudo, nem que seja por isso permitiu ter aqui agitar as coisas. A entidade participante tem agora mais acesso a escolas para trabalhar estes temas. Este é um impacto que não foi medido na avaliação. Outro impacto não medido: o impacto nos jovens que participaram.

Sustentabilidade

- É muito importante para nós e foi essa a pedra de toque nestes projetos, estes projetos tinham que estar alavancados numa estratégia de longo prazo, tem que haver ações de capacitação no território em permanência para se mudar práticas, ganhar capacidade de análise, de inteligência coletiva nestes domínios e estas ações de sensibilização ajudam à consolidação destas estratégias, mas precisamos de pessoas no local, precisamos de pessoas em ação continuada para contrariar uma realidade que entra todos os dias pela porta dentro das pessoas que é diferente e que é uma onda muito mais gigante do que a sensibilização que nós queremos fazer para estas questões. Este trabalho tem que ser consistente, continuado com recursos nos territórios e que permitam a capacitação permanente públicos. A mudança obviamente é lenta mas obviamente não podemos baixar os braços não é?
-

VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

- Projetos EQUAL – de iniciativa comunitária
- Exposição “Aqui morreu uma mulher”: parece-nos muito muito bem esta relação com a política pública porque se estavam a trabalhar um plano regional e aquele recurso era até um recurso marcante para chamar

presidentes de câmara, pessoas com responsabilidade para a exposição, para ir sensibilizar para o tema da violência doméstica.

- Jovens estudantes premiados do concurso de vídeo: foram tão dinâmicos e acolheram tão bem o projeto que acabaram por vir à CIG conhecer um dos mecanismos para a igualdade em Portugal, perceber o que é que se lá fazia, recebidos pelo vice-presidente da CIG, estiveram no centro de documentação e puderam apresentar os seus trabalhos à CIG, foi muito interessante.
- Achamos que esta questão de ter estratégias participativas para a territorialização de políticas públicas da área da igualdade é fundamental. É fundamental haver esta lógica do nacional que está ligado ao local e o local ao nacional, só assim é que as coisas podem fazer sentido, nós podemos ter as políticas todas que quisermos de combate à violência no papel a nível nacional, na legislação, mas se elas não forem trabalhadas de uma forma prática e para sensibilizar as populações locais, as coisas não resultam. Portanto é preciso estes projetos, para mim é um projeto muito emblemático desse ponto de vista, onde nós pegamos na ideia de que queríamos estratégias participativas, são as pessoas que decidem o que é que querem fazer nos seus territórios mas para alavancar dimensões de política pública na área da igualdade.
- Os locais estão muito sedentos de recursos ao nível nacional, muitas vezes têm muita dificuldade em aceder a coisas de entidades que ouvem falar como uma UMAR, uma PPDM, uma APF ou uma APAV, mas não têm acesso aos recursos, levar panfletos, materiais de sensibilização. É muito importante levar mais uma vez o nacional para o local e fazer esta esta interação.
- Para nós vai sendo sempre possível fazer com estas organizações este trabalho de evolução das preocupações de política pública, um exemplo muito claro foi este ano quando tivemos a nossa reunião com a CIG por causa do dia municipal para a igualdade.

RELEVÂNCIA E COERÊNCIA INTERNA/EXTERNA

Coerência interna entre medidas e a sua configuração específica

- Projetos com públicos diversificados que não foram predefinidos. Objetivo era trabalhar com públicos em geral e que a especificidade dos públicos vinha por sugestão do território em função da sua estratégia, do trabalho prévio. Ações em que abarcaram público em geral, ações dirigidas a crianças, jovens e seniores.
- Público-alvo: a prevenção da violência no namoro e portanto foi um público mais juvenil; o da desigualdade salarial foi um público mais geral.
- A brochura da exposição era regional com informação que servia sobretudo àquela região; isto tornava-se mais coerente com o debate porque se chamavam organizações locais para falar sobre o tema da violência doméstica, para explicar qual era a realidade do local.
- Estas pequenas ações de sensibilização associadas às pessoas certas no sítio certo podem realmente ter um impacte muito grande junto dos públicos. Estes temas não são abordados, eles são esquecidos. Por isso foi sempre a nossa ambição também de levar isto para o rural. Porquê? Porque no rural, as relações de proximidade e de familiaridade não ajudam a que as mulheres se libertem destes casos de violência; o marido é amigo do GNR a quem ela foi fazer queixa e diz para ela ir para casa porque ele às vezes bebe um bocado, mas ele até gosta de dela. Portanto nós tivemos testemunhos destes.
- A exposição esteve num sítio muito público foi no museu da cidade onde acedem muitas pessoas e muito público em geral porque é um museu bastante visitado.
- Trabalho com uma entidade associada e a escola profissional: ações de sensibilização na escola com recursos entre a Entidade E e a própria entidade local que ia fazer estas ações de sensibilização.

RECOMENDAÇÕES

- A Entidade E é cada vez mais requisitada pelos seus associados para respostas ao nível jurídico de cortes; é necessário fazer um trabalho de sensibilização às próprias entidades de gestão porque desde que passaram a análise dos processos de contratação pública para sociedades de advogados criou-se um nível de exigência que não é contrabalançado: por exemplo, erros administrativos que não têm implicações nos processos de contratação mas que mesmo assim resultam em cortes. (A interlocutora não se estava a referir coisas graves e de falta de transparência e de casos de fraude).
- Não prejudicando, obviamente, a transparência, o rigor, a boa utilização dos fundos públicos, é preciso trabalhar urgentemente certas situações que poderiam ser aliviadas burocraticamente para que as organizações ganhassem esta confiança porque elas estão a fazer um trabalho comunitário e esse elas sabem fazer bem, mas

não sabem fazer o trabalho burocrático, jurídico e esse elas não sabem fazer porque não têm recursos para isso. E raros são os projetos que mesmo assim disponibilizam assim a verba avultada para se poder fazer contratações dessa natureza jurídica porque o dinheiro está tão contado para a intervenção que depois não têm como investir em competências técnicas para responder a estas coisas.

- Projetos mais estruturados deveriam permitir financiamentos para verdadeiras avaliações de impacto nem que fosse um ano depois, já não digo a dos três ou dos cinco, mas pelo menos um ano depois se houvesse recursos para tal; poderia ser muito proveitoso. Como é que aquilo me impactou como jovem, que diferença fez na minha vida pessoal, académica, como é que participar na construção daquele mural me alertou para estas questões como é que eu comecei a ver estas questões na minha casa.
- Achamos que esta questão de ter estratégias participativas para a territorialização de políticas públicas da área da igualdade é fundamental. É fundamental haver esta lógica do nacional que está ligado ao local e o local ao nacional, só assim é que as coisas podem fazer sentido, nós podemos ter as políticas todas que quisermos de combate à violência no papel a nível nacional, na legislação, mas se elas não forem trabalhadas de uma forma prática e para sensibilizar as populações locais, as coisas não resultam. Portanto é preciso estes projetos, para mim é um projeto muito emblemático desse ponto de vista, onde nós pegamos na ideia de que queríamos estratégias participativas, são as pessoas que decidem o que é que querem fazer nos seus territórios mas para alavancar dimensões de política pública na área da igualdade.
- Os locais estão muito sedentos de recursos ao nível nacional, muitas vezes têm muita dificuldade em aceder a coisas de entidades que ouvem falar como uma UMAR, uma PPDM, uma APF ou uma APAV, mas não têm acesso aos recursos, levar panfletos, materiais de sensibilização. É muito importante portanto levar mais uma vez o nacional para o local e fazer esta esta interação.

OBSERVAÇÕES (EQUIPA INVESTIGAÇÃO)

- Entidade E desenvolve projetos na área da igualdade desde os primeiros projetos que tivemos em 2003, desenvolve projetos mais específicos ou com financiamentos em que a dimensão da igualdade aparece transversalizada.
- Dia Municipal para a Igualdade: iniciativa que surgiu num contexto de projeto e que se tornou numa medida de política pública – enorme impacto que surgiu de um projeto da Entidade E. O Dia Municipal para a Igualdade é um chapéu muito importante de canalização de recursos também dentro e de projetos dentro da área da igualdade porque permite reforçar parcerias através desses projetos envolvendo câmaras municipais, organizações da sociedade civil e outras entidades parceiras; realização de eventos sobre a dimensão da igualdade. Realizam esta iniciativa deve 2010,
- A Entidade E recorre a avaliação externa observadora que acompanha as ações, envolvida no planeamento, aplica instrumentos de avaliação para perceber o feedback das pessoas participantes e das organizações. A avaliação externa chamou a atenção para o que pode ser melhorado nas atividades seguintes. A entidade E tem como prática corrente o exercício da autoavaliação em todos os projetos.

Síntese das entrevistas semi-diretivas a utentes da Entidade A e da Entidade B

Entrevistas realizadas entre o dia 26 de julho e 5 de agosto de 2022, via Colibri-Zoom com:

4 pessoas entrevistadas: 2 utentes da Entidade A e 2 utentes da entidade B
Entrevistas conduzidas com a câmara dos entrevistados desligada, para garantir a confidencialidade dos mesmos. Com duas das vítimas o contacto foi estabelecido desde a entidade, nas outras duas o convite foi enviado por email. Agendaram-se mais duas entrevistas, mas os entrevistados faltaram à entrevista e não quiseram remarcar.
A duração das entrevistas variou entre os 10 e os 22 minutos.

Enquadramento:

Para evitar potenciais problemas ao nível de confidencialidade, proteção de dados e de segurança, e a possibilidade de provocar processos secundários de revitimização de pessoas em situação vulnerabilidade, em conjunto com as entidades, optou-se por fazer entrevistas semi-diretivas online, tentando obter toda a informação considerada fundamental, mantendo, sempre que possível, as questões do guião apresentado ao PO ISE.
O contacto com as vítimas foi difícil, pois têm todas episódios de violência e processos muito recentes, ocorridos no presente ano de 2022, pelo que o risco de vitimização secundáriEntidaa foi ainda maior. Procurou-se entrevistar vítimas com processos de pedido de apoio mais avançados, o que seria fundamental para aferir o impacto da intervenção, mas tal não foi possível em tempo útil.
Excluiu-se a possibilidade de entrevistar pessoas vítimas de tráfico de seres humanos.

As quatro pessoas entrevistadas são atendidas nas estruturas de atendimento e encontra-se nas respostas de acolhimento de emergência das respetivas entidades beneficiárias A e B (ações 3.17.1 e 3.17.2).
Eliminou-se a informação que identifique as pessoas entrevistadas e as perguntas não diretamente relacionadas com a o objeto da avaliação.

		Utente 1	Utente 2	Utente 3	Utente 4
	Entidade	**A**	**A**	**B**	**B**
Dados de caracterização	*Idade*	25-29 anos	30-34 anos	45-49 anos	25-29 anos
	Sexo	Mulher trans	Feminino	Feminino	Feminino
	Grau de Escolaridade	9º ano	12º ano	Ensino Superior	9.º ano
	Nacionalidade	Portuguesa	Brasileira	Brasileira	Portuguesa
	Profissão/Situação na profissão	Empregada (pela primeira vez) – Lojista	Desempregada. Estava a trabalhar há 2 anos e despediram-na. Solicitou o subsídio de desemprego.	Está de baixa médica	Desempregada
História de vida, em particular no que respeita ao(s) episódio(s) violento(s) que esteve/estiveram na origem do(s) pedido(s) de apoio:	*Em que ano contactou pela primeira vez com alguma entidade (e com qual? Forças de segurança - PSP/GNR, Entidade de Apoio a Vítimas) no âmbito de um episódio de violência?*	Dezembro 2021 – contacto com estrutura de atendimento Fevereiro 2022 – entrou no acolhimento de emergência	Foi a primeira vez que saiu de casa e pediu apoio à polícia. 2022	2022 – GNR	6 anos 2015 2022 – Queixa contra companheiro na GNR há cerca de 2 meses e meio
	Foi a primeira vez que isso aconteceu? O que	Soube através de uma pessoa conhecida que havia	O relacionamento durou cerca de um ano. Foi morar com	O primeiro contacto foi feito num	Na infância sofreu de abusos por parte da mãe. Sofreu de

		Utente 1	Utente 2	Utente 3	Utente 4
	Entidade	**A**	**A**	**B**	**B**
	suscitou o pedido de apoio nessa altura? Esse contacto foi feito num momento de crise/emergência?	uma casa de acolhimento de pessoas LGBT vítimas de violência. Essa pessoa deu o contacto da estrutura de atendimento em Lisboa. Os episódios de violência doméstica já aconteciam há vários anos, porque nem tinha conhecimento de que existiam este tipo de instituições e de ajudas. A vítima morava numa aldeia.	a agressora em 2021. Teve de ir ao Brasil e nessa semana foi agredida pela primeira vez, fisicamente. Quando voltou e não tinha onde ficar, porque já tinha entregado o quarto para ir viver com a agressora, pelo que voltou para a casa dela. Sempre aconteceu violência doméstica, tanto verbal/psicológica, como física, e só foi agravando. Até chegar ao ponto de sair e ir até à polícia.	momento de emergência.	maus-tratos na infância e na adolescência, com diversos episódios violentos. Da violência por parte da mãe nunca apresentou queixa. A mãe ameaçava-a constantemente que a punha num colégio, até que um dia foi ela que disse que quem queria ir para o colégio era ela. Foi a CPCJ que a institucionalizou com 6 anos.
	Que tipo de relação tinha com essa/s pessoa/s agressora/a?	Pai e irmão (Violência doméstica)	Companheira (Violência doméstica contra cônjuge ou análogo)	Ex-companheiro (Violência doméstica contra ex-cônjuge ou análogo)	Mãe (infância) Companheiro (Violência doméstica contra cônjuge ou análogo)
	Alguma vez denunciou a violência de género/doméstica às entidades competentes (forças de segurança, Ministério Público, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses)? A denúncia foi feita por si ou por terceira pessoa?	Não, afastou-se apenas dos agressores.	Sim, fez queixa na polícia.	Foi a vítima que fez a queixa na GNR. Fez queixa 2 vezes.	A CPCJ institucionalizou-a com 6 anos. Este ano apresentou queixa à GNR contra o companheiro.
	Quantas vezes já pediu apoio a uma instituição por causa de violência?	1	1	1	1 (2 se considerarmos que foi institucionalizada em criança)
	Até à data com que entidades/instituições já contactou – Órgãos de Polícia Criminal (GNR e PSP), Estruturas de atendimento, Segurança Social, Serviços de ação social das câmaras	Entrou em contacto com uma Casa de Acolhimento de Emergência, mas teve vaga noutra. (está na casa acolhimento de emergência e tem também apoio na estrutura de atendimento).	Polícia e entidade beneficiária do estudo de caso (está na casa acolhimento de emergência e tem também apoio na estrutura de atendimento).	GNR e entidade beneficiária do estudo de caso (está na casa acolhimento de emergência e tem também apoio na estrutura de atendimento).	GNR, depois foi enviada para uma casa de acolhimento de emergência, onde esteve duas semanas, e depois foi transferida para a entidade beneficiária do estudo de caso (está na casa acolhimento

		Utente 1	Utente 2	Utente 3	Utente 4
	Entidade	**A**	**A**	**B**	**B**
	municipais/ juntas de freguesia, Linhas de apoio (Linha Nacional de Emergência Social e Linha de Apoio à Vítima APAV), Tribunal/ Ministério Público?				de emergência e tem também apoio na estrutura de atendimento).
	Há quanto tempo foi o último episódio de violência?	2022	2022	2022	2022
	Alguma vez teve de deixar a sua casa? Onde ficou?	Deixou a casa dos pais, com quem morava, foi acolhido na entidade beneficiária.	Sim, deixou a casa da companheira.	Quando decidiu separar-se e arranjou um apartamento e foi morar com o filho. Trabalhava e morava com o filho, mas o agressor continuava a persegui-la e não aceitava a separação. Tanto queria ser amigo, como ficava revoltado por não conseguir que a vítima voltasse para casa ou se aproximasse da família. Achou melhor afastar-se e pediu para que lhe desse um tempo. O agressor tem um comportamento compulsivo e não esperava. Por não a deixar em paz, nem em casa, nem no trabalho, que eram próximos (ia frequentemente ao trabalho da vítima). Foi nessa altura que decidiu pedir ajuda, para poder sair daquele local, para poder construir uma nova vida.	Deixou a casa do companheiro quando fez a denúncia e foi para um acolhimento de emergência na região norte.
	Tem filhos/as em comum com o/a agressor/a? Na sua opinião, os seus filhos/as foram de alguma	-	-	Tem um filho de uma relação anterior.	Tem duas filhas em comum que não pôde trazer- Elas estão com o agressor. Foi a polícia e o pai que decidiram: ela

		Utente 1	Utente 2	Utente 3	Utente 4
	Entidade	**A**	**A**	**B**	**B**
	forma afetados pela violência?				queria trazê-las, o pai queria que ficassem e a polícia decidiu que as filhas ficavam em casa com o pai/agressor. As filhas sofreram de violência psicológica, não lhes batia.
	Devido à situação de violência teve de mudar de localidade de residência?	Sim, deixou a casa dos pais, onde vivem os agressores. Mudou de distrito.	Sim, mudou de residência, mas mantém-se no mesmo concelho.	Sim. A instituição onde está fica longe. Pensou mudar de concelho sem pedir ajuda, mas pelo comportamento do agressor, ele podia ser capaz de a localizar e sem ter ninguém conhecido para a ajudar, achou melhor pedir apoio à instituição, porque ficaria mais longe e com apoio judicial de medidas protetivas.	Sim, deixou a casa do agressor. Mudou de distrito.
último episódio de violência que levou ao pedido de apoio à entidade que nos referenciou a vítima (Estudo de Caso). Gostaríamos de lhe pedir que nos falasse um pouco do apoio que lhe foi/tem sido prestado por esta entidade (Estudo de Caso). Como avalia o apoio que lhe tem sido prestado?	*Quando começou a ter apoio/acompanhamento nesta entidade?*	Fevereiro 2022	2022	2022	Junho 2022
	O que motivou este pedido de apoio? Foi a primeira entidade/instituição com que contactou?	Foi vítima de violência (sobretudo psicológica) desde a adolescência. Não sabe precisar quando foi a primeira agressão, mas desde os tempos de escola é agredida. Desistiu da escola, porque teve uma tentativa de suicídio, mas as coisas em casa continuavam, porque o pai é alcoólico. O que motivou o pedido de ajuda foi sentir-se a viver numa "prisão", pois não tinha qualquer liberdade. Violência psicológica por parte do pai e do irmão, que vivia	Foi vítima de violência (física e psicológica) por parte da companheira.	Foi vítima de violência (sobretudo psicológica e perseguições) por parte do ex-companheiro.	Foi vítima de violência (agressões físicas e psicológicas) por parte do companheiro.

		Utente 1	Utente 2	Utente 3	Utente 4
	Entidade	**A**	**A**	**B**	**B**
		connosco. Violência física foi há muitos anos.			
	Como tomou conhecimento do apoio prestado por esta entidade?	Através de outra entidade da RNAVVD que contactou a Entidade A.	Foi na polícia que lhe disseram que existia uma casa que dava apoio e abrigo a pessoas LGBT e foram eles que entraram em contacto com a entidade, porque estava sem telemóvel (a companheira tinha-lhe ficado com o telemóvel), disseram-lhe que tinha vaga e foi para o acolhimento de emergência. Não tinha informação nenhuma sobre estes serviços.	Através de uma amiga. Foi contando o que se passava e que o agressor a seguia. A amiga disse-lhe que podia encontrar nesta entidade o núcleo de VD que lhe daria apoio. Pesquisou na internet, este e outros núcleos, vendo que este era o mais viável para ela. Foi a vítima que entrou em contacto com a entidade beneficiária e marcou uma reunião.	Foi transferida para esta entidade, vinha de outro acolhimento de emergência.
	Que tipo de apoio recebe/recebeu da entidade? Que recursos foram/estão a ser mobilizados (apoio psicológico, financeiro, jurídico, social, habitacional, …?	Apoio psicológico, apoio na mudança do cartão do cidadão (Mulher trans), ajuda no pedido do RSI, tratamento hormonal, nutrição (parceria com outra entidade), apoio na procura de emprego. Começou a trabalhar em recentemente no seu primeiro emprego.	Apoio psicológico e psiquiátrico. Tem acompanhamento em grupo, por isso conhece pessoas, faz debates. É muito positivo. No centro recebem doações, por isso também recebe roupas quando precisa. Na estrutura de acolhimento não tem despesas com nada: alimentação, higiene, medicamentos…	Apoio psicológico, habitacional	Apoio psicológico e psiquiátrico, enfermagem. Os psicólogos, enfermeiro, psiquiatra, monitores têm a ajudado muito.
	Como avalia o apoio que lhe tem sido prestado? Aspetos positivos e negativos/menos positivos	Nada de negativo a apontar. Tem corrido tudo muito bem. Mudaram-lhe a vida completamente e é muita grata por isso. O acolhimento é um bom espaço, confortável, a comida também é coisa que não falta. Os técnicos do centro de atendimento e da casa de acolhimento, a	O apoio tem sido muito bem feito, quer a nível psicológico como da própria casa.	Foi muito bem acolhida e gosta muito das equipas e sente-se segura quando conversa e pede ajuda/opiniões. Está a ser bem mais claro tomar decisões e construir um novo projeto de vida, através da instituição. Nada a apontar como aspeto menos positivo na entidade.	Está muito melhor do que estava em casa. Aspeto negativo: não ter podido trazer as filhas

		Utente 1	Utente 2	Utente 3	Utente 4
	Entidade	**A**	**A**	**B**	**B**
		coordenação. O psicólogo tem-me ajudado muito. Sempre prontos a ajudar e a apoiar. Quando acabar o prazo que tem para permanecer na casa, tem a certeza que a vão ajudar a encontrar habitação. Para quem não apresenta queixa, como foi o caso, o prazo é de 6 meses para permanecer na estrutura. Para quem apresenta queixa são 9 meses.			
	Maiores problemas com que se deparou? O que poderia ter funcionado melhor? Sentiu, em algum momento, falta de algum tipo de apoio(s)? Qual/quais?		A única questão prende-se com o facto de quando apresentou a queixa deixou a morada onde vivia e acha que recebeu a carta do tribunal na casa onde vivia com a agressora e só se apercebeu disso há pouco tempo, na polícia. Até hoje não recebeu nada do tribunal, nem data de audiência, não sabe o ponto de situação do processo, se vai ser arquivado ou não. Até o agente lhe disse que já devia ter recebido alguma coisa, por isso deve ter recebido na morada antiga.	Já apresentou duas queixas e pediu auxílio e até agora ainda não teve qualquer resultado. Ainda não foi contactada pelas instituições judiciárias. Foi por causa dessa demora que resolveu ir para uma instituição para se sentir mais segura. Demoram a dar resposta e as vítimas não sabem o que pode acontecer. Por ter apresentado as queixas, o agressor tanto quer ser amigo, como fazer sentir culpa pelo que está a acontecer e está revoltado. Isto foi o que fez com que não se sentisse segura em manter-se onde estava.	
	Atualmente, sente-se em segurança no seu dia-a-dia?	Sim.	Sim.	Sente-se segura agora que está na instituição. Se sair para um lugar mais próximo do agressor, sente medo e acha que pode estar a ser perseguida, como	Sente-se em segurança atualmente.

		Utente 1	Utente 2	Utente 3	Utente 4
	Entidade	**A**	**A**	**B**	**B**
				era habitual. Espera vir a sentir-segura e fortalecida, que o medo e a insegurança que ainda sente, possam ser ultrapassados.	
	o Mantem contacto com o agressor? *o O agressor frequenta/frequentou algum programa de acompanhamento de agressores?* *o O agressor foi detido?* *Está/esteve sujeito a um sistema de vigilância eletrónica?* *o Está/esteve ao abrigo do sistema de teleassistência a vítimas de violência doméstica?*	Não.	Não mantem qualquer contacto com a agressora. Não sabe nada sobre o processo.	Não mantem qualquer contacto com o agressor. Não sabe nada sobre o processo.	Mantem contacto com o agressor por causa das filhas. Telefona diariamente. Não sabe nada sobre o processo.
	No contacto com esta entidade (Estudo de Caso), sentiu, em algum momento, falta de algum tipo de apoio(s)? Qual/quais? O que poderia ter funcionado melhor? Quais foram os maiores problemas com que se deparou?	Antes de ter conhecimento da estrutura de atendimento de Lisboa, em dezembro de 2021, nunca tinha tido qualquer apoio psicológico de parte nenhum. Tinha ataques de ansiedade e era muito depressiva (tentou o suicídio). Logo que contactou a estrutura de atendimento de Lisboa recebeu apoio psicológico via whatsapp.			
	E no contacto com as demais entidades/instituições que contactou? Sentiu, em algum				Achou que a atribuição da advogada para tratar da questão da guarda das filhas foi

		Utente 1	Utente 2	Utente 3	Utente 4
	Entidade	**A**	**A**	**B**	**B**
	momento, falta de algum tipo de apoio(s)? Qual/quais? O que poderia ter funcionado melhor? Quais foram os maiores problemas com que se deparou?				demorada, mas já está em andamento.
	Na sua opinião, o que mais poderia ser feito no apoio a vítimas de violência de género/doméstica ?	Não devia existir violência doméstica entre e contra pessoas LGBT. No dia em que acabarem estas instituições, significa que acabaram este tipo de episódios.	Deviam dar mais informações em relação ao processo e deviam existir mais casas de autonomização.	Esta ainda é uma pergunta complexa, porque como está no início do processo e como vai ser transferida para outra casa, ainda não consegue dar uma resposta. Apenas pode dizer que foi bem acolhida e que gosta de lá estar. Se puder ajudar a melhorar as condições de vida das mulheres vítimas de violência doméstica, eu estou aqui para agregar os meus conhecimentos e a minha força, como mulher contra a violência doméstica. Quando não estamos bem, não estamos bem em sociedade, precisamos estar alegres e motivadas para viver.	Sente-se bem onde está, como se estivesse em casa, mas está a organizar a sua vida para estar perto das filhas.
	Planos futuro (Reinserção familiar, social, profissional e laboral das vítimas)	Está a juntar dinheiro para poder pagar um quarto.	Já a tinham contactado da entidade a dizer que ia ter apoio na procura de casa e que ia conseguir ter apoio no arrendamento com um desconto na renda. Enquadrava-se no perfil porque trabalhava. Ficou desempregada e não sabe se continua elegível.	Está a definir um novo projeto de vida.	Ainda não tem. Quer ir para perto das filhas.

2.3.8. Instrumentos de recolha de informação

Inquérito às Entidades Beneficiárias medidas da área da violência de género/doméstica- Avaliação Intercalar POISE

Nota: Se na mesma entidade beneficiária existem responsáveis de operação diferentes, responda pela ação pela qual foi/é responsável.

* 1. Entidade Beneficiária de que ações?

- ☐ Ação 3.17.1 – Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género e sensibilização e produção de materiais nestas áreas
- ☐ Ação 3.17.2 – Acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica
- ☐ Ação 3.17.3 – Combate ao tráfico de seres humanos e sensibilização e produção de materiais de suporte nesta área
- ☐ Ação 3.17.5 – Ações de sensibilização para o público em geral e/ou para públicos específicos e produção e divulgação de material formativo, informativo e pedagógico

Consolidação da intervenção – 3.17.1 e 3.17.2

2. Esta entidade fez **atendimentos** a vítimas de violência de género/doméstica financiados pelo POISE?

- ◯ Sim
- ◯ Não

Evolução das vítimas atendidas (n.º de atendimentos):

3. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em **2017**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	
Com respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas *(Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público; Encaminhamento para Estrutura de Acolhimento de Emergência/Casa Abrigo; Elaboração de um plano de segurança pessoal; Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras), sinalização para teleassistência ou para aplicação de medida de coação à/ao agressor/a)*	

4. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em **2018**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	
Com respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas *(Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público; Encaminhamento para Estrutura de Acolhimento de Emergência/Casa Abrigo; Elaboração de um plano de segurança pessoal; Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras), sinalização para teleassistência ou para aplicação de medida de coação à/ao agressor/a)*	

5. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em **2019**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	
Com respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas *(Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público; Encaminhamento para Estrutura de Acolhimento de Emergência/Casa Abrigo; Elaboração de um plano de segurança pessoal; Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras), sinalização para teleassistência ou para aplicação de medida de coação à/ao agressor/a)*	

6. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) em **2020**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	
Com respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas *(Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público; Encaminhamento para Estrutura de Acolhimento de Emergência/Casa Abrigo; Elaboração de um plano de segurança pessoal; Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras), sinalização para teleassistência ou para aplicação de medida de coação à/ao agressor/a)*	

7. Quantas vítimas atenderam (n.º de atendimentos) na **2021**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	
Com respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas *(Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público; Encaminhamento para Estrutura de Acolhimento de Emergência/Casa Abrigo; Elaboração de um plano de segurança pessoal; Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras), sinalização para teleassistência ou para aplicação de medida de coação à/ao agressor/a)*	

8. A entidade teve Respostas de Apoio Psicológico (RAP) para crianças e jovens vítimas de violência doméstica?

- ◯ Sim
- ◯ Não

9. Quantas crianças e jovens vítimas de violência doméstica tiveram respostas de apoio psicológico na entidade?

10. Qual a % de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas (sessões individuais e/ou grupais de apoio psicológico e psicoterapêutico a crianças e jovens vítimas de violência doméstica, acolhidos em casa de abrigo, respostas de acolhimento de emergência ou em acompanhamento nas estruturas de atendimento. Inclui ainda sessões e reuniões de trabalho e de articulação interinstitucional com outras respostas e serviços da comunidade, devidamente comprovadas e contextualizadas, tendo em vista uma ação concertada de promoção da segurança e bem-estar (físico, psicológico e social) das crianças e jovens)?

- ◯ 0-25%
- ◯ 26-50%
- ◯ 51-75%
- ◯ 76-100%

11. Esta entidade **acolheu** vítimas de violência de género/doméstica em acolhimentos de emergência financiados pelo POISE?

- ◯ Sim
- ◯ Não

Evolução do número de vítimas acolhida (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência)

12. Quantas utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em **2018?**

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

13. Quantas utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em **2019**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

14. Quantas utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em **2020**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

15. Quantas utentes vítimas adultos e menores de idade acolheram (n.º de vítimas em acolhimentos de emergência) em **2021**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

16. Indique as principais fontes institucionais de encaminhamento de utentes para esta entidade:

- [ ] Órgãos de Polícia Criminal (GNR e PSP)
- [ ] Estruturas de atendimento
- [ ] Segurança Social
- [ ] Serviços de ação social das câmaras municipais/ juntas de freguesia
- [ ] Linhas de apoio (Linha Nacional de Emergência Social e Linha de Apoio à Vítima APAV)
- [ ] Tribunal/ Ministério Público
- [ ] Outras
- [ ] Quais?

17. Qual a natureza dos recursos que são disponibilizados às vítimas?

- [ ] Financeiros
- [ ] Jurídicos
- [ ] Psicológico
- [ ] Saúde
- [ ] Habitação
- [ ] Educação/Formação
- [ ] Outros
- [ ] Quais?

18. Como avalia o seu serviço relativamente a (numa escala de 1 a 4 em que 1 Fraco e 4 Muito bom):

	1 - Fraco	2 - Razoável	3 - Bom	4 - Muito Bom	Não sabe / Não responde /Não de aplica
Atendimento/acolhimento das vítimas	○	○	○	○	○
Capacidade de resposta às vítimas	○	○	○	○	○
Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras)	○	○	○	○	○
Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público	○	○	○	○	○
Encaminhamento para Estrutura de Acolhimento de Emergência ou Casa Abrigo	○	○	○	○	○
Elaboração de um plano de segurança pessoal	○	○	○	○	○
Sinalização para teleassistência ou para aplicação de medida de coação à/ao agressor/a	○	○	○	○	○

19. Desde que obtiveram financiamento do POISE, considera que se assistiu a uma redução, manutenção ou aumento do:

	1. Redução	2. Manutenção	3. Aumento	Não se aplica
Nº de vítimas atendidas	○	○	○	○
Nº de vítimas acolhidas	○	○	○	○
Nº de agressores acompanhados	○	○	○	○
Nº de denúncias por parte das vítimas	○	○	○	○
Nº denúncia por parte de terceiros	○	○	○	○

20. Esta entidade dinamizou ações de sensibilização e prevenção para o público em geral nas áreas da violência de género/doméstica (ação 3.17.1)/ combate ao tráfico de seres humanos (ação 3.17.3)/ igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos (ação 3.17.5), financiadas pelo POISE?

- ◯ Sim
- ◯ Não

21. Quantas ações de sensibilização e prevenção foram realizadas?

22. Quais foram as temáticas desenvolvidas?

- ☐ Violência de género
- ☐ Violência doméstica
- ☐ Igualdade de género
- ☐ Combate ao tráfico de seres humanos
- ☐ Outras

Quais?

23. Qual o número de participantes envolvidos?

24. Quem foram os destinatários destas ações?

25. Em média, qual a percentagem de satisfação dos participantes com as ações de sensibilização e prevenção que dinamizaram na vossa entidade?

- ◯ 0-25%
- ◯ 26-50%
- ◯ 51-75%
- ◯ 76-100%

26. Esta entidade dinamizou ações de sensibilização e prevenção para públicos específicos nas áreas da violência de género/doméstica (ação 3.17.1)/ combate ao tráfico de seres humanos (ação 3.17.3)/ igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos (ação 3.17.5), financiadas pelo POISE?

- ◯ Sim
- ◯ Não

27. Quantas ações de sensibilização e prevenção foram realizadas?

28. Quais foram as temáticas desenvolvidas?

- [ ] Violência de género
- [ ] Violência doméstica
- [ ] Igualdade de género
- [ ] Combate ao tráfico de seres humanos
- [ ] Outras
- [ ] Quais?

29. Qual o número de participantes envolvidos?

30. Quem foram os destinatários destas ações?

31. Em média, qual a percentagem de satisfação dos participantes com as ações de sensibilização e prevenção que dinamizaram na vossa entidade?

- ◯ 0-25%
- ◯ 26-50%
- ◯ 51-75%
- ◯ 76-100%

32. Esta entidade produziu e divulgou material formativo, informativo e pedagógico nas áreas da violência de género/doméstica (ação 3.17.1)/ combate ao tráfico de seres humanos (ação 3.17.3)/ igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos (ação 3.17.5), financiadas pelo POISE?

- ◯ Sim
- ◯ Não

33. Qual o número de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos que desenvolveram?

34. A que tipologia pertencem?

35. Quais as temáticas desenvolvidas?

- [ ] Violência de género
- [ ] Violência doméstica
- [ ] Igualdade de género
- [ ] Combate ao tráfico de seres humanos
- [ ] Outras

Quais?

36. Quem foram os destinatários (público-alvo) dos diferentes instrumentos?

37. Como foram divulgados?

38. Esta entidade prestou apoio e proteção a vítimas de tráfico de seres humanos, financiado pelo POISE?

- ◯ Sim
- ◯ Não

Evolução do número de vítimas de tráfico de seres humanos atendidas desde que obtiveram financiamento do POISE:

39. Quantas vítimas de tráfico de seres humanos **atenderam** em **2018**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

40. Quantas vítimas de tráfico de seres humanos **atenderam** em **2019**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

41. Quantas vítimas de tráfico de seres humanos **atenderam** em **2020**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

42. Quantas vítimas de tráfico de seres humanos **atenderam** em **2021**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

43. Quantas vítimas de tráfico de seres humanos **acolheram** em **2018**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

44. Quantas vítimas de tráfico de seres humanos **acolheram** em **2019**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

45. Quantas vítimas de tráfico de seres humanos **acolheram** em **2020**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

46. Quantas vítimas de tráfico de seres humanos **acolheram** em **2021**?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

47. Qual o número de camas asseguradas/mantidas nesta entidade beneficiária associadas ao apoio concedido, na Ação 3.17.3: POISE – 37-2017-08?

48. Qual o número de camas asseguradas/mantidas nesta entidade beneficiária associadas ao apoio concedido, na Ação 3.17.3: POISE – 37-2019-15?

49. Em média, qual a percentagem de atendimentos que originaram respostas ao nível da promoção da segurança, capacitação e autonomia das vítimas (nomeadamente assistência no retorno, encaminhamento para órgão de Polícia Criminal, Ministério Público; encaminhamento para Estrutura de Acolhimento; Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras))?

- ◯ 0-25%
- ◯ 26-50%
- ◯ 51-75%
- ◯ 76-100%

50. Quantas ações foram desenvolvidas no âmbito do Mecanismo de Referenciação Nacional, nomeadamente o apoio ao retorno assistido das vítimas, financiadas pelo POISE?

51. Como avalia o seu serviço relativamente aos seguintes aspetos: (Numa escala de 1 a 4 em que 1 - Fraco e 4 Muito Bom):

	1 - Fraco	2 - Razoável	3 - Bom	4 - Muito Bom	Não sabe / Não responde/ Não se aplica
Atendimento/acolhimento das vítimas	○	○	○	○	○
Capacidade de resposta às vítimas	○	○	○	○	○
Articulação com outras estruturas/respostas locais ou regionais (Saúde, Educação, Segurança Social, IEFP, ONG, Autarquia, Medicina Legal, entre outras)	○	○	○	○	○
Encaminhamento para órgão de polícia criminal/Ministério Público	○	○	○	○	○
Encaminhamento para Estrutura de Acolhimento de Emergência	○	○	○	○	○
Assistência ao retorno	○	○	○	○	○

3. Composição das equipas

52. Indique o número de elementos do serviço, a 31 de dezembro, dos seguintes anos:

	2017	2018	2019	2020	2021	Atualmente
Elementos da equipa técnica						
Elementos da equipa não técnica						

53. Em média, qual a percentagem dos gastos com pessoal que está dependente do financiamento do POISE?

- ○ 0-25%
- ○ 26-50%
- ○ 51-75%
- ○ 76-100%

54. Como avalia a adequabilidade das medidas financiadas pelo POISE: (escala de 1 a 6 em que 1 nada adequadas e 6 totalmente adequadas)

	1 - nada Adequadas	2	3	4	5	6 - Totalmente adequadas	Não se aplica
Atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género	○	○	○	○	○	○	○
Acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica	○	○	○	○	○	○	○
Sensibilização e prevenção para o público em geral e/ou públicos específicos nas áreas da Igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos	○	○	○	○	○	○	○
Combate ao Trafico de seres humanos	○	○	○	○	○	○	○
Acompanhamento e apoio especializados a agressores de violência doméstica e de género	○	○	○	○	○	○	○

Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

55. Na sua opinião, quais os principais problemas que persistem no atendimento, apoio e acompanhamento a vítimas de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos?

56. Na sua opinião, quais os principais problemas que persistem no acolhimento de emergência de vítimas de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos

57. Na sua opinião, quais os principais problemas que persistem no acompanhamento e apoio da pessoa agressora?

Processo de Candidatura

58. Em que medida considera que a Tipologia de Operação a que concorreu, se adequada às necessidades do público-alvo a que se destina? (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

1- Nada Adequados	2	3	4	5	6 - Totalmente adequados
○	○	○	○	○	○

Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

59. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

	1 - Nada Adequados	2	3	4	5	6 - Totalmente Adequados	Não sabe/Não responde
Objetivos definidos para a Tipologia	○	○	○	○	○	○	○
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	○	○	○	○	○	○	○
Condições de elegibilidade do projeto	○	○	○	○	○	○	○
Critérios de seleção	○	○	○	○	○	○	○
Grelhas de aplicação dos critérios de análise	○	○	○	○	○	○	○
Tipo de despesas elegíveis	○	○	○	○	○	○	○
Forma de financiamento (custos reais /custos simplificados)	○	○	○	○	○	○	○
Taxa de cofinanciamento	○	○	○	○	○	○	○
Carga burocrática	○	○	○	○	○	○	○
Processo de submissão on line da candidatura	○	○	○	○	○	○	○
Prazos para apresentação de candidaturas	○	○	○	○	○	○	○
Tempo de análise/aprovação da candidatura	○	○	○	○	○	○	○

Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	○	○	○	○	○	○	○
Meios e suportes de divulgação, informação e publicidade da Tipologia de Operação junto dos públicos-alvo	○	○	○	○	○	○	○
Procedimentos e prazos para apresentação de candidaturas	○	○	○	○	○	○	○

Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

60. Indique as principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura. (Pode assinalar mais do que uma opção)

- ☐ Não teve dificuldades
- ☐ Interpretação da regulamentação (Regulamento Específico, Aviso de Abertura de Concurso...)
- ☐ Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade
- ☐ Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura
- ☐ Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)
- ☐ Preenchimento do formulário de candidatura on-line
- ☐ Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento
- ☐ Prazos de decisão
- ☐ Outra

Qual?

61. Por favor, descreva as dificuldades sentidas:

Execução do Projeto

62. Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados

- ○ Abaixo do contratado
- ○ De acordo com o contratado
- ○ Acima do contratado

63. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? (pode assinalar mais do que uma opção)

	Cumprimento dos tempos de execução	Execução integral do financiamento aprovado	Cumprimento dos indicadores contratualizados
Não existiram dificuldades	☐	☐	☐
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	☐	☐	☐
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	☐	☐	☐
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	☐	☐	☐
Atrasos no reembolso das despesas	☐	☐	☐
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	☐	☐	☐
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	☐	☐	☐
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	☐	☐	☐
Desvio nos custos inicialmente previstos	☐	☐	☐
Dificuldades na articulação com parceiros	☐	☐	☐
Outros fatores.	☐	☐	☐

Quais?

64. Por favor, descreva as dificuldades sentidas:

65. Sente a necessidade de um maior acompanhamento pela AG aos promotores?

- ◯ Não
- ◯ Sim

Indique o tipo de apoio que sente necessidade:

Resultados dos projetos

66. Refira os aspetos em que considera que o seu projeto é inovador:

67. Identifique os principais fatores que podem potenciar/ampliar os efeitos e resultado alcançados com o seu projeto:

68. Identifique os principais fatores que podem condicionar os efeitos e resultado alcançados com o seu projeto:

69. Identifique os efeitos não esperados que resultaram podem resultar do seu projeto

70. O projeto da sua entidade teria sido executado sem este financiamento?

- ◯ Sim, com o mesmo formato
- ◯ Sim, mas com um investimento menor
- ◯ Sim, mas com um prazo de realização mais elevado
- ◯ Não

71. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

- ◯ Não
- ◯ Sim

Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento:

72. Tem mais alguma sugestão ou comentário que considere pertinente?

Inquérito à Entidade Beneficiária da T.O. 3.17.4 - Acompanhamento e apoio especializados a agressores de violência doméstica e de género - Avaliação Intercalar POISE

1. Quantas pessoas agressoras estiveram envolvidas em programas de acompanhamento a agressores de violência de género/doméstica, financiados pelo POISE em em 2019?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

2. Quantas pessoas agressoras estiveram envolvidas em programas de acompanhamento a agressores de violência de género/doméstica, financiados pelo POISE em 2020?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

3. Quantas pessoas agressoras estiveram envolvidas em programas de acompanhamento a agressores de violência de género/doméstica, financiados pelo POISE em 2021?

Mulheres	
Homens	
Indivíduos com outra identidade e/ou expressão de género	

4. Em média, qual a percentagem de pessoas agressoras que concluíram Programas de Acompanhamento a Agressores no âmbito do financiamento do POISE?

2019	
2020	
2021	

5. Quantas sessões de acompanhamento individual/grupal a pessoas agressoras desenvolveram ao abrigo do financiamento do POISE?

2019	
2020	
2021	

6. Quantos workshops, seminários, ações de formação e capacitação das equipas de técnicos/as que implementam o programa junto das pessoas agressoras, bem como junto de outros agentes que intervenham no processo de reinserção desenvolveram ao abrigo do financiamento do POISE?

2019	
2020	
2021	

7. Que tipo de ações enquadradas em programas para pessoas agressoras de violência de género/doméstica desenvolveram?

8. Quantas Visitas de estudo junto de entidades congéneres estrangeiras fizeram ao abrigo do financiamento do POISE?

3. Composição das equipas

15. Indique o número de elementos do serviço, a 31 de dezembro, dos seguintes anos:

	2017	2018	2019	2020	2021	Atualmente
Elementos da equipa técnica						
Elementos da equipa não técnica						

9. Quantas atividades desenvolveram com vista à articulação entre serviços de apoio à vítima e serviços prisionais e de reinserção social?

10. Descreva as atividades desenvolvidas de forma sucinta:

11. Que tipo de materiais foram construídos com vista à articulação entre serviços de apoio à vítima e os serviços prisionais e de reinserção social?

12. Que Programas de Acompanhamento a Agressores foram financiados pelo POISE, entre 2017 e 2021?

13. Como avaliaram o risco de reincidência?

14. Fizeram estudo de avaliação de impacto do projeto?

- ◯ Sim
- ◯ Não

16. Em média, qual a percentagem dos gastos com pessoal que está dependente do financiamento do POISE?

- ◯ 0-25%
- ◯ 26-50%
- ◯ 51-75%
- ◯ 76-100%

17. Como avalia a adequabilidade das medidas financiadas pelo POISE: (escala de 1 a 6 em que 1 nada adequadas e 6 totalmente adequadas)

	1 - nada Adequadas	2	3	4	5	6 - Totalmente adequadas
Atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Sensibilização e prevenção para o público em geral e/ou públicos específicos nas áreas da Igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Combate ao Trafico de seres humanos	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Acompanhamento e apoio especializados a agressores de violência doméstica e de género	◯	◯	◯	◯	◯	◯

Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

18. Na sua opinião, quais os principais problemas que persistem no atendimento, apoio e acompanhamento a vítimas de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos?

19. Na sua opinião, quais os principais problemas que persistem no acolhimento de emergência de vítimas de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos

20. Na sua opinião, quais os principais problemas que persistem no acompanhamento e apoio da pessoa agressora?

21. Em que medida considera que a Tipologia de Operação a que concorreu, se adequada às necessidades do público-alvo a que se destina? (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

1- Nada Adequados	2	3	4	5	6 - Totalmente adequados
○	○	○	○	○	○

Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

22. Avalie a adequação dos seguintes elementos associados ao processo de análise e aprovação do seu projeto: (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

	1 - Nada Adequados	2	3	4	5	6 - Totalmente Adequados	Não sabe/Não responde
Objetivos definidos para a Tipologia	○	○	○	○	○	○	○
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	○	○	○	○	○	○	○
Condições de elegibilidade do projeto	○	○	○	○	○	○	○
Critérios de seleção	○	○	○	○	○	○	○
Grelhas de aplicação dos critérios de análise	○	○	○	○	○	○	○
Tipo de despesas elegíveis	○	○	○	○	○	○	○
Forma de financiamento (custos reais /custos simplificados)	○	○	○	○	○	○	○
Taxa de cofinanciamento	○	○	○	○	○	○	○
Carga burocrática	○	○	○	○	○	○	○
Processo de submissão on line da candidatura	○	○	○	○	○	○	○
Prazos para apresentação de candidaturas	○	○	○	○	○	○	○
Tempo de análise/aprovação da candidatura	○	○	○	○	○	○	○
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	○	○	○	○	○	○	○
Meios e suportes de divulgação, informação e publicidade da Tipologia de Operação junto dos públicos-alvo	○	○	○	○	○	○	○

Procedimentos e prazos para apresentação de candidaturas	○	○	○	○	○	○	○

Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

23. Indique as principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura. (Pode assinalar mais do que uma opção)

- ☐ Não teve dificuldades
- ☐ Interpretação da regulamentação (Regulamento Específico, Aviso de Abertura de Concurso...)
- ☐ Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade
- ☐ Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura
- ☐ Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)
- ☐ Preenchimento do formulário de candidatura on-line
- ☐ Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento
- ☐ Prazos de decisão
- ☐ Outra

Qual?

24. Por favor, descreva as dificuldades sentidas:

Execução do Projeto

25. Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados

- ○ Abaixo do contratado
- ○ De acordo com o contratado
- ○ Acima do contratado

26. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto? (pode assinalar mais do que uma opção)

	Cumprimento dos tempos de execução	Execução integral do financiamento aprovado	Cumprimento dos indicadores contratualizados
Não existiram dificuldades	☐	☐	☐
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	☐	☐	☐
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	☐	☐	☐
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	☐	☐	☐
Atrasos no reembolso das despesas	☐	☐	☐
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	☐	☐	☐
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	☐	☐	☐
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	☐	☐	☐
Desvio nos custos inicialmente previstos	☐	☐	☐
Dificuldades na articulação com parceiros	☐	☐	☐
Outros fatores.	☐	☐	☐

Quais?

27. Por favor, descreva as dificuldades sentidas:

28. Sente a necessidade de um maior acompanhamento pela AG aos promotores?

- ◯ Não
- ◯ Sim

Indique o tipo de apoio que sente necessidade:

Resultados dos projetos

29. Refira os aspetos em que considera que o seu projeto é inovador:

30. Identifique os principais fatores que podem potenciar/ampliar os efeitos e resultado alcançados com o seu projeto:

31. Identifique os principais fatores que podem condicionar os efeitos e resultado alcançados com o seu projeto:

32. Identifique os efeitos não esperados que resultaram podem resultar do seu projeto

33. O projeto da sua entidade teria sido executado sem este financiamento?

- ◯ Sim, com o mesmo formato
- ◯ Sim, mas com um investimento menor
- ◯ Sim, mas com um prazo de realização mais elevado
- ◯ Não

34. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

- ◯ Não
- ◯ Sim

Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento:

35. Tem mais alguma sugestão ou comentário que considere pertinente?

Guião de entrevista a stakeholder – CIG

- Quais as principais prioridades ao nível das medidas de política pública nacionais no que respeita a:
    - acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e de género;
    - combate ao tráfico de seres humanos;
    - acompanhamento e apoio especializados a agressores de violência doméstica e de género.
- Quais os principais desafios na gestão/atribuição das verbas do POISE?
- Têm alguma entidade parceira nesta gestão?
- As entidades beneficiárias têm relatado problemas/dificuldades? Quais?
- Como avalia o impacto das ações financiadas pelo POISE no âmbito da violência de género/doméstica?
- Como avalia o impacto das ações financiadas pelo POISE no âmbito do combate ao tráfico de seres humanos?
- Como avalia o impacto das ações financiadas pelo POISE no âmbito do acompanhamento e apoio especializado a agressores de violência doméstica e de género?
- Para além das ações em avaliação, que outra(s) medida(s) de política destacaria como tendo também um papel significativo no apoio às vítimas de violência de género/doméstica?
- Para além das ações em avaliação, que outra(s) medida(s) de política destacaria como tendo também um papel significativo no apoio às vítimas de tráfico de seres humanos?
- Para além das ações em avaliação, que outra(s) medida(s) de política destacaria como tendo também um papel significativo no acompanhamento da pessoa agressora?
- Na sua opinião, quais as/os principais dificuldades/problemas que persistem no atendimento a vítimas de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos?
- Na sua opinião, quais as/os principais dificuldades/problemas que persistem no acompanhamento da pessoa agressora?
- Que casos de sucesso referenciaria para efeitos de estudo de casos para cada uma destas 5 ações a avaliar?

Guião de entrevista a stakeholder – EMIG

- Quais os principais desafios na gestão/atribuição das verbas do POISE?
- Como avalia a qualidade das candidaturas submetidas e das operações aprovadas?
- Como é feito o acompanhamento/monitorização junto das entidades beneficiárias? E da DGRSP?
- As entidades beneficiárias têm relatado problemas/dificuldades? Quais?
- Como avalia o impacto das ações financiadas pelo POISE no âmbito da violência de género/doméstica/ combate ao tráfico de seres humanos/ acompanhamento da pessoa agressora?
- Quais os resultados mais visíveis/ relevantes de que tem tido conhecimento?
- Quais os fatores externos que potenciam ou limitaram o cumprimento dos objetivos?
- Na sua opinião, quais as/os principais dificuldades/problemas que persistem no atendimento a vítimas de violência de género/doméstica/ tráfico de seres humanos/ acompanhamento da pessoa agressora?

Guião de entrevista para entidades da Ação 3.17.1 e 3.17.2 – Entidades A e B

- Sentiram dificuldades na execução deste(s) projeto(s)? A que níveis (financeiro, físico, …)? Sentiram a necessidade de um maior acompanhamento?
- Considera que a Tipologia de Operação a que concorreram, se adequa às necessidades do público-alvo a que se destina? Em que medida?
- Qual o impacto do financiamento do POISE na vossa entidade?

- A nível nacional, considera que a resposta no âmbito do atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência de género/doméstica existente é suficiente? E a nível local? Quais as maiores dificuldades sentidas pelas equipas? E pelas vítimas? (3.17.1)
- A nível nacional, considera que a resposta ao nível do acolhimento de emergência a vítimas de violência de género/doméstica é suficiente? E a nível local? Quais as maiores dificuldades sentidas pelas equipas? E pelas vítimas? (3.17.2)
- Como avalia a articulação entre as diferentes entidades na implementação do acompanhamento e apoio às vítimas?
- Na sua opinião, quais as dificuldades que persistem no atendimento, apoio e acompanhamento a vítimas de violência de género/doméstica? (3.17.1)
- Na sua opinião, quais as dificuldades que persistem no acolhimento de emergência a vítimas de violência de género/doméstica? (3.17.2)
- Como avalia o impacto das ações financiadas pelo POISE no âmbito da violência de género/doméstica?

Guião de entrevista para entidade da Ação 3.17.3 – Entidade C

- Sentiram dificuldades na execução deste(s) projeto(s)? A que níveis (financeiro, físico, …)? Sentiram a necessidade de um maior acompanhamento pela AG?
- Qual o impacto do financiamento do POISE na vossa entidade?
- A nível nacional, considera que a resposta ao nível do combate ao tráfico de seres humanos é suficiente? E a nível local? Quais as maiores dificuldades sentidas pelas equipas? E pelas vítimas?
- Como avalia a articulação entre as diferentes entidades na implementação do acompanhamento e apoio às vítimas?
- Como avalia o atendimento/acolhimento de vítimas de tráfico de seres humanos prestado pela vossa entidade?
- Na sua opinião, quais as dificuldades que persistem no atendimento/acolhimento de vítimas de tráfico de seres humanos?
- Como avalia o impacto das ações financiadas pelo POISE no âmbito do combate ao tráfico de seres humanos?

Guião de entrevista para entidade da Ação 3.17.4 – Entidade D

- Como avalia o acompanhamento e apoio especializado a agressores de violência doméstica e de género prestado pela vossa entidade?
- Qual o impacto do financiamento do POISE?
- A nível nacional, considera que a resposta ao nível do acompanhamento e apoio especializado a agressores de violência doméstica e de género é suficiente? E a nível local? Quais as maiores dificuldades sentidas pelas equipas? E pelas pessoas agressoras?
- Como avalia a articulação entre as diferentes entidades na implementação do acompanhamento e apoio às vítimas?
- Na sua opinião, quais as dificuldades que persistem no acompanhamento e apoio especializado a agressores de violência doméstica e de género?
- Como avalia o impacto das ações financiadas pelo POISE no âmbito do acompanhamento e apoio especializado a agressores de violência doméstica e de género?

Guião de entrevista para entidade da Ação 3.17.5 – Entidade E

- Sentiram dificuldades na execução deste(s) projeto(s)? A que níveis?
- Consideram que a Tipologia de Operação a que concorreram, se adequa às necessidades do público-alvo a que se destina? Em que medida?
- Qual o impacto do financiamento do POISE na vossa entidade?

- Como avalia as ações de sensibilização e prevenção para o público em geral e/ou públicos específicos, financiadas pelo POISE, que foram dinamizadas pela vossa entidade? Quais foram as temáticas desenvolvidas? Quem foram os destinatários destas ações?
- De que forma é que os participantes avaliaram as ações de sensibilização e prevenção?
- Qual o impacto destas ações financiadas pelo POISE no que concerne à prevenção e sensibilização do público em geral e/ou públicos específicos para as áreas da igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos?
- Como avalia os instrumentos formativos, informativos e pedagógicos que desenvolveram para o público em geral e/ou públicos específicos, financiadas pelo POISE? A que tipologia pertencem? Quais as temáticas desenvolvidas? Qual o público-alvo? Como foram divulgados?
- Qual o impacto do material formativo, informativo e pedagógico produzidos/divulgados por esta entidade no que concerne à prevenção e sensibilização para as áreas da igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos?
- Na sua opinião, quais as dificuldades que persistem ao nível da sensibilização e prevenção para as áreas da igualdade de género e/ou violência de género/doméstica e tráfico de seres humanos?

Guião de entrevista semi-diretiva a vítimas de violência de género/doméstica

- Caracterização da pessoa respondente: Idade, Sexo, Estado Civil, Nacionalidade, Grau de escolaridade, Profissão, Situação na Profissão, Vínculo laboral. (Está a trabalhar? O que faz? Tem contrato?)
- Gostaríamos de lhe pedir que nos falasse um pouco da sua história de vida, em particular no que respeita ao(s) episódio(s) violento(s) que esteve/estiveram na origem do(s) pedido(s) de apoio:
    - Em que ano contactou pela primeira vez com alguma entidade (e com qual? Forças de segurança - PSP/GNR, Entidade de Apoio a Vítimas) no âmbito de um episódio de violência?
    - Que idade tinha?
    - Foi a primeira vez que isso aconteceu? O que suscitou o pedido de apoio nessa altura? Esse contacto foi feito num momento de crise/emergência?
    - Que tipo de relação tinha com essa pessoa?
    - Alguma vez denunciou a violência de género/doméstica às entidades competentes (forças de segurança, Ministério Público, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses)? A denúncia foi feita por si ou por terceira pessoa?
    - Quantas vezes já pediu apoio a uma instituição por causa de violência?
    - Até à data com que entidades/instituições já contactou – Órgãos de Polícia Criminal (GNR e PSP), Estruturas de atendimento, Segurança Social, Serviços de ação social das câmaras municipais/ juntas de freguesia, Linhas de apoio (Linha Nacional de Emergência Social e Linha de Apoio à Vítima APAV), Tribunal/ Ministério Público?
    - Há quanto tempo foi o último episódio de violência?
    - Alguma vez teve de deixar a sua casa? Onde ficou?
    - Tem filhos/as em comum com o/a agressor/a? Na sua opinião, os seus filhos/as foram de alguma forma afetados pela violência?
    - Devido à situação de violência teve de mudar de localidade de residência?

No caso de existir mais do que um episódio violento, reforçar questões sobre o último episódio de violência que levou ao pedido de apoio à entidade que nos referenciou a vítima (Estudo de Caso):

- Gostaríamos de lhe pedir que nos falasse um pouco do apoio que lhe foi/tem sido prestado por esta entidade (Estudo de Caso). Como avalia o apoio que lhe tem sido prestado?
    - Quando começou a ter apoio/acompanhamento nesta entidade?
    - O que motivou este pedido de apoio? Foi a primeira entidade/instituição com que contactou?
    - Como tomou conhecimento do apoio prestado por esta entidade?

  - Que tipo de relação tem com a pessoa agressora? (Tem filhos/as em comum com o/a agressor/a?)
  - Que tipo de apoio recebe/recebeu da entidade? Que recursos foram/estão a ser mobilizados (apoio psicológico, financeiro, jurídico, social, habitacional, …?
  - Como avalia o apoio que lhe tem sido prestado? Aspetos positivos e negativos/menos positivos
  - Maiores problemas com que se deparou? O que poderia ter funcionado melhor? Sentiu, em algum momento, falta de algum tipo de apoio(s)? Qual/quais?

- Atualmente, sente-se em segurança no seu dia-a-dia?
  - Mantem contacto com o agressor?
  - O agressor frequenta/frequentou algum programa de acompanhamento de agressores?
  - O agressor foi detido? Está/esteve sujeito a um sistema de vigilância eletrónica?
  - Está/esteve ao abrigo do sistema de teleassistência a vítimas de violência doméstica?

- No contacto com esta entidade (Estudo de Caso), sentiu, em algum momento, falta de algum tipo de apoio(s)? Qual/quais? O que poderia ter funcionado melhor? Quais foram os maiores problemas com que se deparou?
- E no contacto com as outras entidades/instituições que contactou? Sentiu, em algum momento, falta de algum tipo de apoio(s)? Qual/quais? O que poderia ter funcionado melhor? Quais foram os maiores problemas com que se deparou?
- Na sua opinião, o que mais poderia ser feito no apoio a vítimas de violência de género/doméstica?
- Planos para o futuro: Reinserção familiar, social, profissional e laboral das vítimas

2.3.9. Sistematização dos principais problemas que persistem nas Ações 3.17.1 a 3.17.5

- ***Principais problemas que persistem no <u>atendimento, apoio e acompanhamento a vítimas</u> de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos***

Problemas internos ao PO ISE
- Financiamento, continuidade do projeto e recursos humanos
- Equipas técnicas reduzidas para a área geográfica abrangida e volume de trabalho.

Problemas externos ao PO ISE e internos/externos à RNAVVD ou RAPVT
- Inexistência de um financiamento continuado e/ou alternativo.
- A não fiscalização da obrigatoriedade/dever de encaminhamento de processos para as estruturas de atendimento de VVD
- Inexistência de supervisão técnica às equipas técnicas.
- A dificuldade de articulação com entidades fora da RNAVVD: dificuldades na articulação com Ministério Público. Articulação e trabalho em rede ainda superficial.
- Falta de mais respostas especializadas e falta de vagas.
- Morosidade do processo, quebras de sigilo e exposição social.
- Demora do sistema judicial e na aplicação de medidas de coação e na maior parte das vezes sem penalização para o agressor.
- Dificuldades de sinalização de TSH.
- Burocracia com documentos de vítimas de TSH.

- ***Principais problemas que persistem no <u>acolhimento de emergência de vítimas</u> de violência de género/doméstica e de tráfico de seres humanos***

Problemas internos ao PO ISE
- Financiamento reduzido para as estruturas que acolhem vítimas particularmente vulneráveis com necessidades diferenciadas, designadamente de recursos humanos.
- Inconsistência na continuidade de acesso a oportunidades de financiamento, considerando a duração dos quadros de financiamento e a duração dos projetos, comprometendo a estabilidade das equipas, a sustentabilidade e a qualidade da intervenção.

Problemas externos ao PO ISE e internos/externos à RNAVVD ou RAPVT
- Burocracia com documentos de vítimas de TSH.
- Dispersão de respostas e falta de respostas especializadas
- Fraca abordagem técnica de algumas entidades.
- Celeridade na atuação conjunta das entidades.
- Falta de suporte dos OPC e consequente incumprimento legal.
- Encaminhamento para acolhimento de emergência de casos sinalizados como violência doméstica e no fundo são de cariz social, por não existirem respostas ao nível social. Situação de exclusão social em detrimento das situações de perigo em consequência do crime de violência doméstica. Falta de vagas em centros de acolhimento de emergência e crescente permanência das vítimas e filhos em resposta de emergência devido a falta de vagas em casas de abrigo. Dificuldades no cumprimento dos períodos de permanência por indisponibilidades das casas de abrigo.

- ***Principais problemas que persistem no <u>acompanhamento e apoio da pessoa agressora:</u>***

Problemas internos ao PO ISE
- A não existência de qualquer tipo de financiamento para este tipo de resposta uma vez que se demonstra imperativo a mudança de paradigma. O acompanhamento e apoio da pessoa agressora é essencial para garantir a proteção e segurança das vítimas.
- Desfasamento entre a lei e a realidade, como é exemplo o PAVD.
- Número de resposta insuficiente; respostas pouco inovadoras.

Problemas externos ao PO ISE
- Inexistência de respostas e intervenção dos tribunais. Não haver um acompanhamento psicológico regular e obrigatório dos agressores.
- Falta de respostas específicas. Ausência de intervenção terapêutica. Escassez de recursos e respostas insuficientes para as exigências
- Não existe no TSH.

Resultados dos projetos

- ***Aspetos em que considera o projeto inovador***

Inovação ao nível da abordagem/intervenção:
- Inovação pelo modelo de intervenção utilizado no apoio a vítimas, marcado pela descentralização do atendimento e proximidade ao território, aos parceiros e às vítimas, em alguns casos, a itinerância e mobilidade da equipa técnica.
- Definição de um Modelo de Acompanhamento Integrado Especializado para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica com Deficiência (RAP).
- Ao nível do atendimento: utilização de novas tecnologias para contacto permanente; acompanhamento técnico multidisciplinar.

Inovação ao nível das parcerias:
- Criação de parcerias no município e com entidades até então excluídas do apoio a vítimas articulação eficaz e eficiente; protocolo de intervenção com Serviços Ministério Público e Forças de Segurança.

Inovação no tipo de resposta disponibilizado ao público-alvo:
- Respostas únicas no país: financiamento de Equipas Regionais que garantem a assistência de primeira linha permanente a vítimas de TSH. Linha gerida exclusivamente pelas Equipas, ou seja, por profissionais especializados
- Resposta únicas no país/no território de intervenção: a primeira resposta para crianças e jovens vítimas de VD; estrutura de atendimento para vítimas de violência sexual na região norte do país
- Criação e manutenção de resposta de acolhimento de emergência em estrutura autónoma de casa de abrigo.
- Público-alvo: vítimas de crime com idade igual ou superior a 65 anos.

Inovação ao nível das ações de sensibilização/material produzido:
- Criação de um Manual de Boas Práticas para Juristas no âmbito do atendimento de vítimas de violência Doméstica.
- Sensibilização das comunidades locais, sobretudo de matriz rural, instigando a reflexão e marcos de visibilidade nos territórios recorrendo a processos artísticos com a participação de entidades locais e a partir de recursos e parcerias nacionais e locais.
- Efeito replicador quanto à disseminação de mensagens acerca da VD/ VG/ IG e no impacto das mesmas na comunidade.
- Despiste de situações de maus-tratos em idosos, através de sessões de sensibilização.

- ***Principais fatores que podem <u>potenciar/ampliar</u> os efeitos e resultados alcançados com o projeto***

- A rede de parceiros estabelecida. Rede de parcerias alargada. Relação estreita entre as entidades parceiras/ RNAVDD. Manutenção das parcerias e disponibilização do atendimento descentralizado a vítimas. Maior comunicação com as forças de segurança (nomeadamente PJ) e setor da saúde.
- A formação e especialização dos recursos humanos que constituem as Equipas Multidisciplinares, garantidas através do investimento da ONG promotora em ações de formação interna e supervisão técnica constante destas Equipas.
- O processo de sinalização e encaminhamento das vítimas de TSH.
- Serviços gratuitos. Apoio direto e de proximidade. Proximidade com parceiros e vítimas
- Qualidade dos produtos/ recursos técnico-pedagógicos realizados no âmbito do projeto. Construção de procedimentos e instrumentos de trabalho, municipais e em rede, com vista a uma utilização padronizada em toda a região, para um apoio e atendimento a vítimas de violência doméstica e de género uniformizado nos concelhos abrangidos (Guia de procedimentos e instrumentos de trabalho, Guiões (In)Formativos e Protocolos de Atuação das Redes Locais).
- A formação/sensibilização ministrada e os materiais publicados.
- Concretização de fichas de disseminação dos Recursos Técnico Pedagógicos para aumento do potencial de incorporação dos mesmos por parte de outros territórios e organizações.
- Elevada aceitação e procura por parte da sociedade civil, organismos públicos e forças políticas.

- Experiência dos profissionais. Proximidade e confiança entre profissionais. Uma maior mobilidade dada aos técnicos, para irem ao encontro das necessidades dos idosos e face às suas dificuldades.
- Fatores financeiros – ajustamento dos recursos à especificidade da intervenção. - A intervenção deve ser plurianual. Garantir a transição entre quadros comunitários, sem implicar interrupções no funcionamento das respostas.

- ***Principais fatores que podem <u>condicionar</u> os efeitos e resultados alcançados com o projeto***

- Gestão de recursos para a temporalidade do projeto.
- Dificuldade em conseguir responder a todas as solicitações de interesse face ao timing de desenvolvimento do projeto.
- A iliteracia em questões judiciais.
- Duração limitada dos projetos e incerteza face à sua continuidade. O financiamento com este tipo de características não se adequa ao tipo de serviço prestado e gera inevitavelmente instabilidade no seio das Equipas e da Entidade promotora, que se deparam com a constante incerteza da prossecução da sua intervenção em lógica continuidade e para sinalizações de novos casos que não cessam perante lógicas de financiamento.
- Escassez de financiamento. Falta de tesouraria.
- Falta de estabilidade e desafios à sustentabilidade pela inconsistência do financiamento. O cessar do financiamento irá fazer desaparecer uma resposta de apoio a vítimas. Intervenções deste tipo isoladas não garantem resultados sustentáveis.
- Insuficiência de meios humanos especializados na área da reabilitação de agressores. Falta de um assistente social. Reduzida equipa técnica para uma resposta intermunicipal.
- Desenvolvimento do planeamento com as entidades locais a distância. Respeito pelos timings dos parceiros locais.
- A pouca participação/envolvimento da Rede de Intervenção em VD. Débil trabalho em rede. Adesão parceiros da rede.
- Não cumprimento do encaminhamento das vítimas por parte de entidades parceiras. O processo de sinalização e encaminhamento das vítimas de TSH.
- Comunicação com a comunidade e cidadãos/ cidadãs. A recusa do público-alvo na intervenção. O medo e a vergonha por parte das vítimas. A violência sexual é dos crimes em que há mais desconhecimento, as vítimas sentem maior receio em pedir ajuda.
- Efeitos da Pandemia, nomeadamente agravamento das condições de saúde mental de utentes e consequente aumento da sua fragilidade.
- Ausência de intervenção médica (saúde mental). Ausência de respostas externas que permitam efetivar os projetos de vida.

- ***Efeitos não esperados que resultaram e/ou podem resultar do projeto***

- Volume dos pedidos de ajuda muito superior ao expectável no desenho da candidatura.
- Aumento de denúncias de terceiros.
- A rede de parcerias locais informais. Formalização de novas parcerias para futuros projetos.
- Criação de 4 vagas na estrutura de autonomização, reforçando as 12 vagas já existentes no centro de acolhimento.
- Necessidade de formação a outras estruturas.
- Procura de outros serviços, nomeadamente acompanhamento psicológico para outros elementos do agregado familiar, para que a intervenção seja concertada.
- Não cumprimento das metas contratualizadas pelos fatores identificados.